

anais de história de além-mar

XII

ANO 2011

CENTRO DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

CHAM

Anais de História de Além-Mar

ÍNDICE

Nota de Abertura , por JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA	5

ARTIGOS

AS FORTALEZAS MANUELINAS DO ÍNDICO: CARACTERÍSTICAS E ANTECEDENTES, Pedro de Aboim Inglez Cid	9
ANTÓNIO REAL, «O MEXEDOR DE COCHIM»: PERCURSO ASIÁTICO DE UM FIDALGO E DIFERENTES SABERES E OFÍCIOS (1505-1514), Vítor Luís Gaspar Rodrigues	43
GUNS IN PARADISE. GERMAN AND DUTCH ARTILLERY MEN IN THE PORTUGUESE EMPIRE (1415-1640), Gregor M. Metzsig	61
SRI LANKA IN THE MISSIONARY CONJUNCTURE OF THE 1540s, Alan Strathern	89
KORA-KORA, JUNKS AND BAROTO: INSULINDIAN BOATS IN PORTUGUESE WARFARE AND TRADE ACCORDING TO THE <i>RELAÇÃO</i> OF MIGUEL ROXO DE BRITO (1581-1582), Jacky Doumenjou	123
<i>RELAÇÃO DA JORNADA E ITINERÁRIO DA ÍNDIA</i> : CONTACTOS E DEPENDÊNCIAS, José Nunes Carreira	139
«TRAZ À MEMÓRIA A EXCELÊNCIA DE SUAS OBRAS E VIRTUDES». D. FREI ALEIXO DE MENESES (1559-1617), MECENAS E PATRONO, Carla Alferes Pinto	153
PENSAMENTO RELIGIOSO DOS JUDEUS PORTUGUESES DE HAMBURGO NO SÉCULO XVII. <i>MERKABAH</i> , APEGAMENTO A DEUS E O TABERNÁCULO EM <i>TRINTA DISCURSOS OU DARAZES</i> (HAMBURGO, 1629) DE SAMUEL JACHIA/ÁLVARO DINIS (C. 1570-1645), Florbela Veiga Frade	181
O IMPÉRIO PROFÉTICO DE ANTÔNIO VIEIRA: NOTAS PARA DEBATE, Jacqueline Hermann	213
«TÃO SÚDITOS SÃO DA COROA PORTUGUESA UNIDOS COMO SEPARADOS»: SUBLEVAÇÃO SEISCENTISTA DOS MONGES BENEDITINOS NO BRASIL, Jorge Victor de Araújo Souza	235

PROCEDIMENTOS E ISENÇÕES NA COBRANÇA DO DONATIVO DO DOTE DE PAZ NA CAPITANIA DA BAHIA (1661-1725), Letícia Ferreira	259
A GUERRA NO ATLÂNTICO NO INÍCIO DO PERÍODO JOANINO: A DEFESA DO BRASIL ENTRE O CONSELHO ULTRAMARINO E O VEDOR DA REPARTIÇÃO DOS ARMAZÉNS, Miguel Dantas da Cruz	279
LIVROS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA CORTE DO RIO DE JANEIRO, Maria Beatriz Nizza da Silva	319

MAX JUSTO GUEDES (1927-2011)

In Memoriam

ALMIRANTE DOUTOR MAX JUSTO GUEDES: O HISTORIADOR E O HOMEM (1927-2011) (UMA NOTA DE HOMENAGEM), Artur Teodoro de Matos	335
RECORDANDO O MARINHEIRO, HISTORIADOR, HOMEM DE CULTURA E AMIGO: MAX JUSTO GUEDES, CONTRA-ALMIRANTE DA MARINHA BRASILEIRA, Jorge Couto	339
RUMANDO A HISTÓRIA, Joaquim Romero Magalhães	345
MAX JUSTO GUEDES, HISTORIADOR DA NÁUTICA E DAS NAVEGAÇÕES, Francisco Contente Domingues	349
O MESTRE MAX JUSTO GUEDES, Mário Clemente Ferreira	355
BIBLIOGRAFIA DE MAX JUSTO GUEDES, André Ferrand de Almeida	361
UM HOMEM SINGULAR, João Paulo Oliveira e Costa	383
RECENSÕES	385
RESUMOS / ABSTRACTS	407
PROCEDIMENTOS EDITORIAIS / EDITORIAL PROCESS	419
NORMAS PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TEXTOS / GUIDELINES FOR THE PREPARATION AND SUBMISSION OF MANUSCRIPTS	423

NOTA DE ABERTURA

Os Anais de História de Além-Mar têm-se caracterizado por uma qualidade científica indiscutível e por um esforço permanente de melhora do seu funcionamento, de modo a estarem adaptados às crescentes exigências da comunidade científica internacional.

O prestígio alcançado manifesta-se não só nas referências elogiosas que temos recebido e na procura dos nossos volumes, mas sobretudo pelo modo como um número crescente de autores se candidata à publicação na nossa revista, nomeadamente estrangeiros. Os Anais são, pois, um fórum de debate sobre temas da História da Expansão Portuguesa e da História da Globalização, por que passam estudos devidamente credenciados pelo trabalho do seu corpo de referees. E uma rápida observação dos índices da revista levará à constatação de que a maioria dos artigos publicados são da autoria de investigadores exteriores ao Centro de História de Além-Mar.

A complexificação do trabalho de preparação de uma revista com muita procura e com um sistema de arbitragem obrigou-nos a remodelar a estrutura de gestão e à criação de um Conselho de Redacção, coordenado pelo Doutor Tiago Miranda e que conta com a colaboração de mais seis colegas, incluindo três associados a universidades estrangeiras. Esta é a resposta ao crescente volume de trabalho e à necessidade de tornar a revista ainda mais dinâmica. Nesta ocasião foi também remodelado o Conselho Consultivo da revista.

Agradeço à nova equipa o modo entusiasta com que aceitou o convite e o modo eficaz e empenhado como preparou este volume e como iniciou desde logo a planificação dos seguintes. Uma palavra de apreço especial é devida ao Doutor Tiago Miranda pelo rigor que coloca em todos os seus trabalhos e que neste caso se reflecte tanto no acompanhamento do circuito de cada artigo, desde que nos chega até que é rejeitado ou fica pronto para ser editado, como na gestão do processo administrativo que é indispensável à conclusão da edição.

Abre-se, pois, um novo ciclo nos Anais de História de Além-Mar. Estou certo do empenho de toda a equipa, dispomos de um riquíssimo universo de colaboradores e só nos resta esperar o veredicto da crítica.

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA

Artigos

AS FORTALEZAS MANUELINAS DO ÍNDICO: CARACTERÍSTICAS E ANTECEDENTES*

por

PEDRO DE ABOIM INGLEZ CID**

No contexto geral da Expansão portuguesa, a chegada à Índia, por via marítima, em 1498, representou o culminar de uma longa demanda. Todavia, ao êxito náutico e aos progressos na descoberta geográfica rapidamente se sobrepôs a necessidade de garantir o controlo à distância desses territórios recém-alcançados. Foi o inaugurar de uma das grandes rotas mercantis e de intercâmbio civilizacional da história da humanidade; e, se é inegável que tal só se tornou possível graças à eficiente máquina administrativa então montada a partir do Reino, saliente-se que houve um outro factor absolutamente determinante desse sucesso: a superioridade tecnológica que Portugal alardeou no seu equipamento naval e nos seus meios de combate. Entre estes, para lá do armamento propriamente dito, há que incluir as obras de arquitectura militar, que aqui são objecto de discussão, pois é bem sabido que, na viragem do século xv para o xvi, as práticas fortificadoras em uso no País passam por um marcado processo evolutivo, o que gerou soluções bastante avançadas e originais que vieram a encontrar campo de aplicação natural nos domínios de Além-Mar.

Assim sendo, afigura-se útil ensaiar uma leitura crítica dos modelos de fortaleza que Portugal difundiu pela Índia e regiões vizinhas no reinado de D. Manuel I (1495-1521). Para tanto, levar-se-á também em conta o reinado de D. João II (1481-1495) – um tempo de charneira para a nossa arquitectura militar, embora com resultados evidentemente restritos à metrópole e ao espaço do Atlântico.

* Comunicação apresentada ao Colóquio «A Governação da Índia: Concepções e Práticas no Reinado de D. Manuel I», que teve lugar no Convento da Arrábida, com organização do Centro de História de Além-Mar da FCSH-UNL e da Fundação Oriente, em 2002. Julgamos que o tempo entretanto decorrido não retirou interesse nem ao tema em si nem às ideias expostas.

** Instituto de História da Arte da FCSH-UNL. Actualmente, é bolseiro de doutoramento da FCT. O «Livro das Fortalezas» de Duarte de Armas constitui o seu tema de tese, a qual tem orientação do Professor Doutor Rafael Moreira.

A crónica das *Lendas da Índia*

Como fonte de informação primordial, socorremo-nos das *Lendas da Índia*, uma obra quinhentista por vezes tida por controversa mas sempre tão fascinante, quer pela riqueza que o seu autor, Gaspar Correia, empresta à descrição de um mundo que sentiu e conheceu de muito perto (lembre-se que ele desempenhou as funções de escrivão de Afonso de Albuquerque mal chegou a terras asiáticas), quer ainda pelo testemunho – de incomparável valor – das respectivas imagens¹.

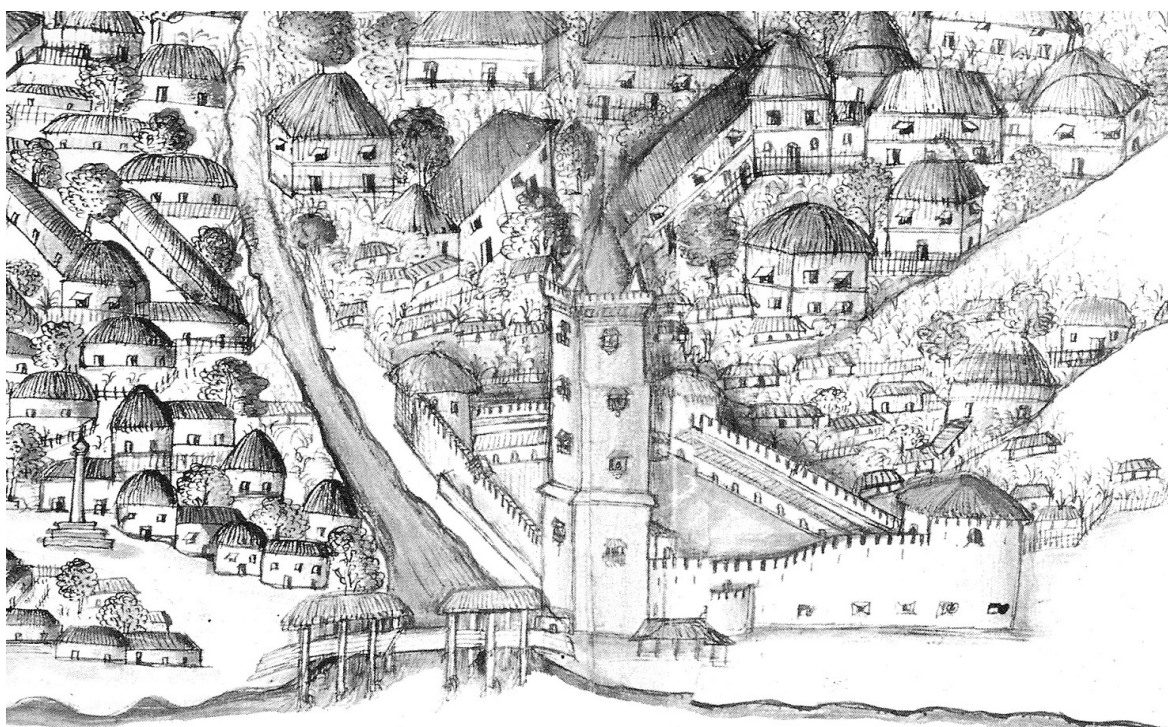


Fig. 1 — Desenho da Fortaleza de Malaca, por Gaspar Correia (*Lendas da Índia*, ANTT).

Comecemos por examinar estas últimas. Trata-se de desenhos fundamentalmente de fortificações em que, conforme já foi assinalado², se acusa um notório paralelo com aqueles executados, também à pena, por Duarte de Armas para integrar o seu famoso *Livro das Fortalezas* do «estremo de

¹ Gaspar CORREIA, *Lendas da Índia*, introd. Manuel Lopes de Almeida, 4 vols., Porto, Lello & Irmão, 1975. Esta edição aproveitou a 1.^a, oitocentista, da Academia Real das Ciências de Lisboa.

² Cf. José Manuel GARCIA, «Livro das Fortalezas», in Francisco Faria Paulino (coord.), *O Testamento de Adão* (catálogo de exposição), Lisboa, ANTT, CNCDP, 1994, pp. 196-197; e José Manuel GARCIA, «Tesouros da Cartografia Portuguesa em Portugal», in *Tesouros da Cartografia Portuguesa* (catálogo de exposição), Lisboa, Edições Inapa, CNCDP, 1997, pp. 52 e 110. Cf. igualmente o artigo de Paulo PEREIRA, «Iconografia dos Descobrimentos», in Luís de Albuquerque (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 505-513.

portugall e castella» (de c. 1510)³. Parece seguro que os desenhos das *Lendas da Índia* são do punho do próprio Gaspar Correia⁴, pelo que interessa averiguar se a sua técnica de «debuxo» poderá realmente ter sido influenciada por Duarte de Armas. Ora, aceitando-se que Correia, nascido em 1495 ou um pouco antes, partiu em 1512 para a Índia (onde viria a morrer, já idoso), resulta um intervalo de dois ou três anos em que terá tido ocasião de consultar, ainda no Reino, o *Livro das Fortalezas*, um documento reservado mas talvez não para o futuro cronista, então «moço da câmara» a viver na corte; além de que, nessa época, alguma cópia pode ter viajado até ao Oriente com o fim expresso de servir de «catálogo» às fortificações que aí fosse necessário construir. De uma maneira ou de outra, nada impede que tenha havido um efectivo contacto de Gaspar Correia com o levantamento feito por Duarte de Armas, o que explicaria adequadamente as afinidades estilísticas detectáveis na produção de ambos. Quanto à ideia de coligir diversas vistas urbanas dando primazia aos seus elementos defensivos, o *Livro das Fortalezas* volta a ser o modelo a considerar.

A principal divergência entre as duas séries iconográficas reside num detalhe eminentemente técnico – o ângulo segundo o qual foram obtidas –, já que Duarte de Armas operava assumidamente à cota do terreno, legendando os seus alçados com um repetitivo *tirado naturall*⁵, ao passo que Gaspar Correia utilizou uma notação menos directa, mais codificada, que supunha o observador colocado «em altura» (tal não dispensando, como é lógico, a tomada de apontamentos preparatórios ao nível do solo). Nestes termos, a profusão de pormenores nas ilustrações das *Lendas das Índias*⁶ não nos deve impedir de reconhecer o domínio que o seu autor teria dos mecanismos de representação espacial de base abstracta; percebe-se de resto que Gaspar Correia combinava com apreciável à-vontade, num mesmo desenho, efeitos da perspectiva axonométrica e dos traçados com ponto de fuga.

³ Duarte de ARMAS, *Livro das Fortalezas* (fac-símile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo), introd. Manuel da Silva Castelo Branco, Lisboa, ANTT e Edições Inapa, 1997.

⁴ Dos quatro tomos manuscritos das *Lendas da Índia* (ANTT, Casa Forte, n.ºs 40-43), o primeiro corresponde a uma cópia tardia, mas os restantes são os originais de Gaspar Correia. Quanto ao gosto do cronista pelo desenho, foi um ponto amplamente esclarecido por M. Lopes de ALMEIDA, in G. CORREIA, op. cit., Vol. I, Introdução, pp. XXII-XXIII e XXV. Gaspar Correia, que seria outrossim «bem entendido nas particularidades da construção civil», exerceu em 1516 o cargo de «védor das obras» em Goa, informação que sugere o ambiente em que a sua apetência pelo desenho se desenvolveu, isto é, na proximidade das obras de arquitectura. Cf. G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. XVI.

⁵ É, no entanto, pacífico que o *Livro das Fortalezas* terá sido terminado «em gabinete». Lembre-se que, a par das panorâmicas gerais dos povoados que desenhou, Duarte de Armas elaborou preciosas plantas cotadas de cada fortaleza, além de que mediu e anotou ainda de maneira sistemática o itinerário seguido.

⁶ Idêntico padrão de trabalho foi adoptado por Duarte de Armas, parecendo que a minúcia comum aos seus desenhos e aos de Gaspar Correia nasceu da preocupação que ambos tiveram de conferir uma óbvia dimensão «cartográfica», com o registo muito efectivo da realidade, àquilo que produziam.

Sobre o labor do nosso cronista-desenhador, diga-se também que anuncia inequivocamente as colecções de panorâmicas coloridas de lugares fortificados que o período filipino veio depois a consagrar. Nessas obras, para reproduzir a planta de cada cidade ou fortaleza, cartógrafos como Manuel Godinho de Erédia, Pedro Barreto de Resende e tantos outros recorreram a uma projecção já tendencialmente vertical, ou seja, acatando as convenções da ciência que exerciam. Assim, é de pensar que as *Lendas da Índia* e a sua componente gráfica terão constituído um elo importante no interior da cadeia que se identifica entre o exemplo precursor do *Livro das Fortalezas* de Duarte de Armas e essas recolhas cartográficas um século mais tardias. Em tal mediação de géneros, os afamados *Roteiros* de D. João de Castro, de 1538-1541, poderão igualmente ter tido algum papel, mesmo se não se consegue esclarecer com exactidão como é que os respectivos desenhos se relacionaram com os de Gaspar Correia, de datação assaz imprecisa⁷. Mas outras obras existem com imagens do Índico que se justifica citar aqui, entre elas o *Livro de Marinharia* de João de Lisboa, que inclui esboços da costa leste-africana do início do reinado de D. João III⁸; o *Livro* de Lisuarte de Abreu, ligeiramente posterior, que se distingue pelas suas animadas figuras⁹; e, acima de tudo, o *Livro* que, logo em 1513, Francisco Rodrigues compôs nos mares da Insulíndia e no qual juntou registos cartográficos e minuciosos (quase «etnográficos»...) desenhos de paisagens locais¹⁰. Nesta breve resenha, merece uma última nota Fernão Vaz Dourado, que, através do seu *Atlas* de 1568, se terá tornado um dos primeiros especialistas «a responder a uma encomenda de carácter estrategico-militar numa altura em que surgia público receptível a produções com este fim»¹¹.

Ainda no que toca a Duarte de Armas, lembre-se que, além da missão que levou a cabo na fronteira terrestre do Reino, foi também incumbido por

⁷ É habitual atribuir os desenhos das *Lendas das Índias* ao meio da centúria de Quinhentos, mas o seu prazo de execução (e preparação) pode ter alcançado várias décadas, o que dificulta a fixação de uma qualquer cronologia precisa para toda a série.

⁸ Cf. Armando CORTESÃO, e Avelino Teixeira da MOTA, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Vol. I, Lisboa, 1960, p. 173; e Jacinto Ignacio de Brito REBELLO (coord.), *Livro de Marinharia, Tratado da agulha de marear de João de Lisboa. Roteiros, sondas e outros conhecimentos relativos á navegação*, Lisboa, Imprensa de Libânio da Silva, 1903.

⁹ J. Soeiro de BRITO e Michael TEAGUE (coord.), *Livro de Lisuarte de Abreu*, Lisboa, CNCDP, 1992.

¹⁰ Cf. Armando CORTESÃO (ed.), *The Suma Oriental of Tomé Pires and the book of Francisco Rodrigues*, Vol. I, London, Hakluyt Society, 1944, pp. LXXXVIII-XCVI, estampas 5 e 8-10.

¹¹ Cf. Alexandra Curvelo da Silva CAMPOS, *A imagem do Oriente na Cartografia portuguesa do século XVI*, dissertação de mestrado (policop.), Lisboa, FCSH-UNL, 1996, pp. 67-68. Que a maneira como F. Vaz Dourado retratou as fortalezas e a sua envolvente territorial decorresse de um encargo superior sugere que também as abundantes informações militares recolhidas por Gaspar Correia, seja sob forma escrita ou desenhada, poderão ter derivado de uma solicitação análoga.

D. Manuel I de realizar diversos levantamentos na costa de Marrocos¹², não estando excluída a hipótese de que tais desenhos, por respeitarem a cidade junto ao mar, pudessem até revelar-se mais próximos do tipo de registo depois usado por Gaspar Correia nas *Lendas da Índia*.

Os antecedentes do século xv

Na via de modernização a que D. João II submeteu o País, e que incidiu sobre múltiplos sectores de actividade, é de prestar particular atenção ao estilo de controlo territorial que abraçou relativamente a África,¹³ pois aí se antevêm já as linhas mestras do que iria ser a acção portuguesa no Índico, pelo menos durante uma fase inicial. De acordo com essa estratégia, que não deixava aliás de ter raízes mais antigas¹⁴, o elemento bélico, até à data no cerne da nossa política ultramarina, viu-se remetido a um plano secundário – com a excepção das operações navais para a imposição do *mare clausum* – e foi substituído por uma influência predominantemente de ordem diplomática, comercial e mesmo religiosa, sem dúvida porque o *Príncipe Perfeito* compreendeu que, a longo prazo, tal era o que mais convinha aos interesses nacionais.

Assim, se desde meados do século xv funcionava na ilha de Arguim, no limiar da África Negra, uma feitoria que era ao mesmo tempo abrigo e escala náutica¹⁵, depois, até às águas da Serra Leoa e mais abaixo, quem se

¹² Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*, Parte II, Coimbra, 1953, cap. XXVII. Suzanne DAVEAU admite que Duarte Pacheco Pereira terá recorrido a desenhos de Duarte de Armas para ilustrar os capítulos de Marrocos no seu *Esmeraldo de Situ Orbis*, datável dos primeiros anos do século XVI; para a referida investigadora, esses desenhos poderão até ter saltado depois para as páginas do *Civitates Orbis Terrarum*, de G. Braúnio (Colónia, 1572), numa sequência de aproveitamentos que se aceita sem dificuldade. Susanne DAVEAU «A propósito das “pinturas” do litoral marroquino incluídas no *Esmeraldo de Situ Orbis*», *Mare Liberum*, Vol. 18-19, Dez. 1999-Jun. 2000, pp. 79-132.

¹³ A respeito do papel precursor que coube à «administração da Mina», consulte-se o valioso estudo de John VOGT, *Portuguese Rule on the Gold Coast, 1469-1682*, Athens, The University of Georgia Press, 1979, caps. 2 e 3.

¹⁴ João Paulo Oliveira e COSTA, «D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II», *Mare Liberum*, Vol. 17, 1999, pp. 39-71; e João Paulo Oliveira e COSTA, «A formação do aparelho central da administração ultramarina no século XV», *Anais de História de Além-Mar*, Vol. II, 2001, pp. 87-114. Cf. igualmente Luís Filipe Reis THOMAZ, *De Ceuta a Timor*, Alges, Difel, 1994, pp. 43-167.

¹⁵ Cf. Théodore MONOD, *L'île d'Arguin (Mauritanie), essai historique*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1983. É pena que as edificações lusas de Arguim permaneçam por estudar, delas só restando alguma (escassa) notícia em desenhos tardios e, no local, um enigmático conjunto de vestígios de «muito difícil acesso». Cf. Pedro DIAS, *História de Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822)*, Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, p. 16. Para lá disso, as fontes registam que, a 26 de Julho de 1464, um fidalgo da Casa Real, Soeiro Mendes, obteve de D. Afonso V a alcaidaria do «castello» que ali acabava de «fazer», estendendo-se a sua jurisdição às «cassas E villa da dicta ylha». Cf. João

aventurasse na zona ficava por sua conta e risco. Tal e qual o que acontecia na «costa da Mina», que, apesar de já frequentada pelos navios de Fernão Gomes na década de setenta do referido século, não oferecia qualquer ponto de apoio em terra. Terá sido por isso que, mal foi coroado, D. João II, há vários anos à frente da empresa expansionista e acumulando a tutela dos «feitos da guerra»¹⁶, resolve enviar para o golfo da Guiné uma expedição (1481-1482), a fim de criar um estabelecimento de novo tipo: o Castelo de S. Jorge da Mina.

Como Rafael Moreira destaca, essa fundação constituiu um gesto audacioso, permanecendo o local como o «centro do domínio português no Atlântico Sul» por larguíssimo tempo¹⁷. Actualmente, só os historiadores demonstram a consideração devida à velha fortaleza, mas, quando ela surgiu – a «primeira edificação europeia nos trópicos» –, tudo era diferente, conforme se testemunha nas cartas geográficas da época, as quais elegeram a sua imagem como um dos símbolos mais expressivos de África. E, em 1485, o próprio D. João II achou oportuno adicionar ao seu título o de «Senhor de Guiné», que os seus sucessores conservariam, sendo-lhe depois acrescentados ainda outros, de modo a traduzir as conquistas no Índico. Sabe-se, por outro lado, que a decisão de possuir um entreposto fixo no litoral da Mina visou objectivos institucionais precisos, por isso a preparação de um plano bem definido «per Regimento» e a sua entrega para concretização a um comandante de créditos firmados, Diogo de Azambuja¹⁸. Seja dito, num pequeno aparte, que este cavaleiro da Ordem de Avis, pela sua valentia pessoal e vasta experiência em assuntos de fortificação, se converteu num dos vassalos predilectos de D. João II; e note-se, igualmente, que essa «muyto boa conta e estima»¹⁹ que o rei lhe votava acaba por simbolizar a ascensão social que então se consuma de determinados grupos profissionais e de todos aqueles oficiais régios que, no cumprimento das suas tarefas, davam provas de uma especial idoneidade²⁰.

Martins da Silva MARQUES (dir.), *Descobrimentos Portugueses: documentos para a sua história*, Vol. III, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1971, p. 44.

¹⁶ Carta de D. Afonso V para o príncipe D. João, de 16 de Abril de 1478 (ANTT, Gavetas, XIII-10-6).

¹⁷ Rafael MOREIRA (dir.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 103.

¹⁸ Ruy de PINA, *Croniqua DelRey Dom Joham II*, Coimbra, Atlântida, 1950, cap. II.

¹⁹ Garcia de RESENDE, *Crónica de dom João II e Miscelânea*, Lisboa, INCM, 1973, cap. LXXXVII.

²⁰ É de lembrar os «livros secretos» em que D. João II assentava, um a um, o nome dos seus servidores, bem como aquilo que deles podia esperar. G. de RESENDE, op. cit., p. XIX. Em especial sobre a escolha de Diogo de Azambuja, cf. Andreia Martins de CARVALHO e Alexandra PELÚCIA, «Os primeiros fidalgos na costa da Guiné», *Anais de História de Além-Mar*, Vol. II, 2001, pp. 130-133. As autoras realçam que o nascimento, ou «grau de nobreza», terá sido um factor decisivo nas designações joaninas para as chefias da Expansão na zona da Mina, um critério que, segundo cremos, não poderia no entanto deixar de se conjugar com os referidos aspectos da competência técnica. Justamente o caso de Azambuja parece paradigmático do peso que

Chegado ao destino, Diogo de Azambuja tratou de arranjar um sítio propício à fortaleza (com núcleo urbano anexo) que ambicionava erguer, e logo requereu licença para a sua ocupação, devendo sublinhar-se que há uma patente analogia entre esta sequência de passos e a verificada na área do Índico vinte anos mais tarde. Efectivamente, também aí, e tanto quanto possível, procurar-se-ia obter o consentimento das autoridades locais para as feitorias (postos defensivos) a instalar. E a semelhança dos dois processos observa-se ainda na pompa conferida a essa negociação preliminar, tal como num outro pormenor importante, o do cuidado em não levantar suspeitas, nunca se aludindo a qualquer espécie de obra militar: na Mina, pediu-se uma simples «casa» onde ter as mercadorias «limpas e seguras»; enquanto, a oriente, essa habilidade se refinou, primeiro construindo-se com materiais perecíveis e só depois se optando por «casas de pedra», as quais, essas sim, eram finalmente transformadas em fortalezas genuínas²¹.

Neste ponto, interessa resumir alguns aspectos da profunda metamorfose que, em Portugal e no resto da Europa, abalou a arquitectura militar à medida que o século XV se aproximava do seu termo. É que o veloz aperfeiçoamento então verificado nas armas pirobalísticas, ou de fogo, fez cair em desuso, não só as pouco maneáveis máquinas de guerra da Idade Média, ainda essencialmente neurobalísticas, como o próprio arquétipo de edifício militar – o castelo – que antes tinha dominado em absoluto. Com efeito, a fisionomia «verticalizada» dos castelos acomodava-se mal ao novo armamento e, pior, mostrava-se vulnerável aos disparos de bocas-de-fogo cada vez mais certeiras. Relembre-se, a propósito, a opinião de Cataldo – o humanista siciliano residente na corte portuguesa em finais de Quatrocentos –, que, no poema que dedicou à conquista de Arzila e Tânger por D. Afonso V (1471), fez questão de explicar não haver «obra na terra tão inexpugnável que tal artilharia não esmague com os seus projecteis»²².

Donde, com o edificado castrense colocado perante condicionantes tácticas substancialmente novas, deu-se o inevitável aparecimento de uma série de adaptações e experiências arquitectónicas a que se convencionou chamar «estilo de transição». Dessa diferente concepção das fortalezas, caminhar-se-ia ulteriormente para um capítulo à parte: o sistema abaluartado pleno. Mas esse resultado final – que se expressa no contexto português por praças como as de Mazagão, Diu, ilha de Moçambique ou S. Julião da

um bom currículo pessoal conseguia ter na opção régia, tudo indicando que nenhum outro compatriota seu disporia, à época, de uma preparação bélica como a sua, grande parte da qual adquirida no estrangeiro (Catalunha), onde assumiu destacados cargos militares na década de sessenta do século XV. Cf. Luís Adão da FONSECA, *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Porto, INIC, 1982, p. 195.

²¹ Foi o que aconteceu em Coulão, em 1515, aí com maus resultados, pois a rainha local, sentindo-se defraudada, mandou acometer os Portugueses. Gaspar CORREIA, op. cit., Vol. II, pp. 393-395.

²² Américo da Costa RAMALHO, *Latim Renascentista em Portugal*, Coimbra, INIC, Centro de Estudos Clássicos e Humanistas da Universidade de Coimbra, 1985, pp. 78-79.

Barra – excede em algumas décadas a época aqui tratada, pelo que se afigura melhor realçar aquilo que distingue (em termos aliás muito claros) as criações do dito «estilo». Basicamente, a altura das fortalezas deixou de constituir o grande trunfo e, por via disso, o tiro mergulhante perdeu sentido; em simultâneo, fosse nas obras de raiz ou naquelas envolvendo estruturas já existentes, atribuiu-se uma atenção redobrada aos dados funcionais e à geometrização do conjunto; depois, se os estudos de implantação ganharam um ainda maior peso, um outro imperativo foi o do reforço da base das muralhas, ou directamente (com lambores), ou mediante a introdução de barbacãs e de elementos adicionais de protecção exterior, elementos esses que eram aproveitados para receber o equipamento bélico (bombardas, trons, etc.) que doravante se tornou indispensável também a nível defensivo.

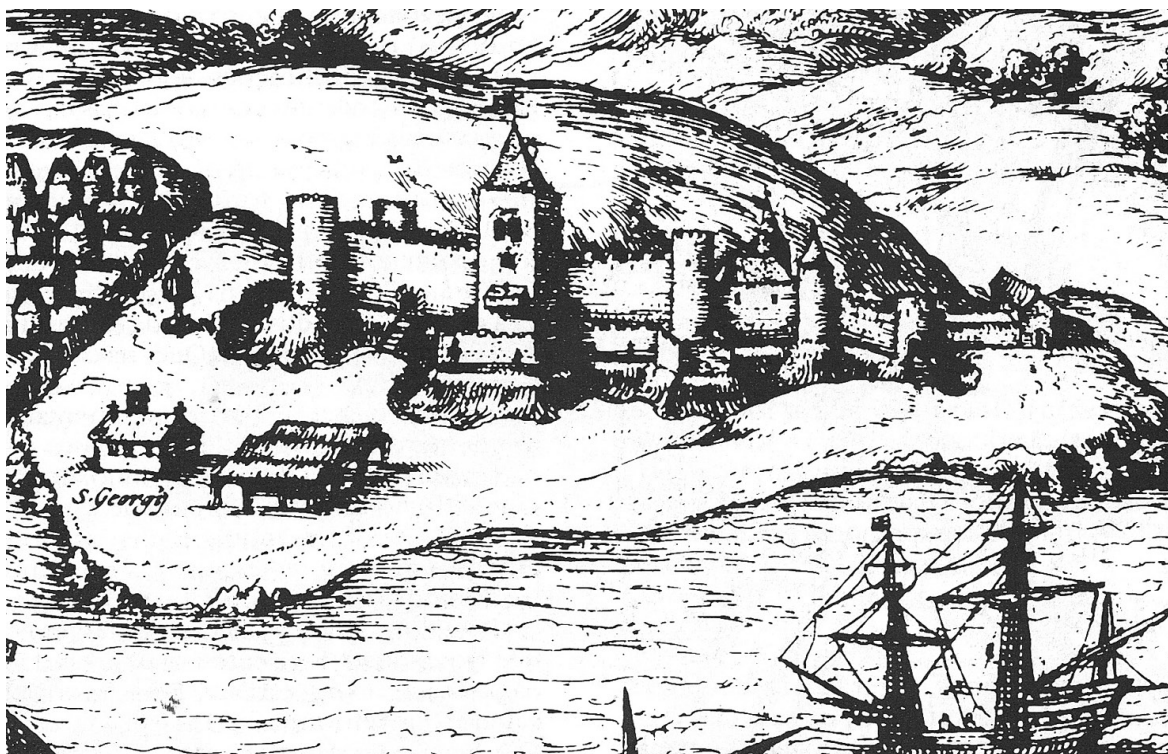


Fig. 2 – Gravura do Castelo de S. Jorge da Mina, por Braun e Hogenberg (*Civitates Orbis Terrarum*).

Ora, dirigindo novamente o nosso olhar para a Fortaleza de S. Jorge da Mina, descobrimos que ela responde mais do que razoavelmente a estes parâmetros. Na verdade, o seu semblante original, para além de perceptível sob os acrescentos posteriores, é-nos familiar através de imagens antigas, o que permite comprovar a definição de um recinto quadrangular flanqueado por cubelos cilíndricos, estes só um pouco mais altos do que as muralhas a que davam amparo, ao contrário da torre de menagem – a única secção realmente medieval da obra –, cujo «andar nobre» proporcionaria uma visão dilatada sobre o horizonte; do lado de fora, foi ainda previsto um robusto escudo inferior integrando barbacã artilhada e fosso. Este modelo

de pequeno «forte costeiro» seria depois exaustivamente copiado, transformando-se no favorito da época de D. Manuel I e podendo assim encontrar-se, com ligeiras variantes, de Marrocos (Tânger, Mazagão, Aguz) às Ilhas Atlânticas (Angra)²³, à África Oriental (Sofala, ilha de Moçambique, Quíloa), à Índia (Cochim, Cananor, Calecute) e mais longe (Malaca, Pacém, etc.); na metrópole, estando hoje maioritariamente desaparecidos os seus exemplos nortenhos, acha-se esta tipologia presente em dois lugares bem conhecidos do Sul: Alvito e Castro Marim.

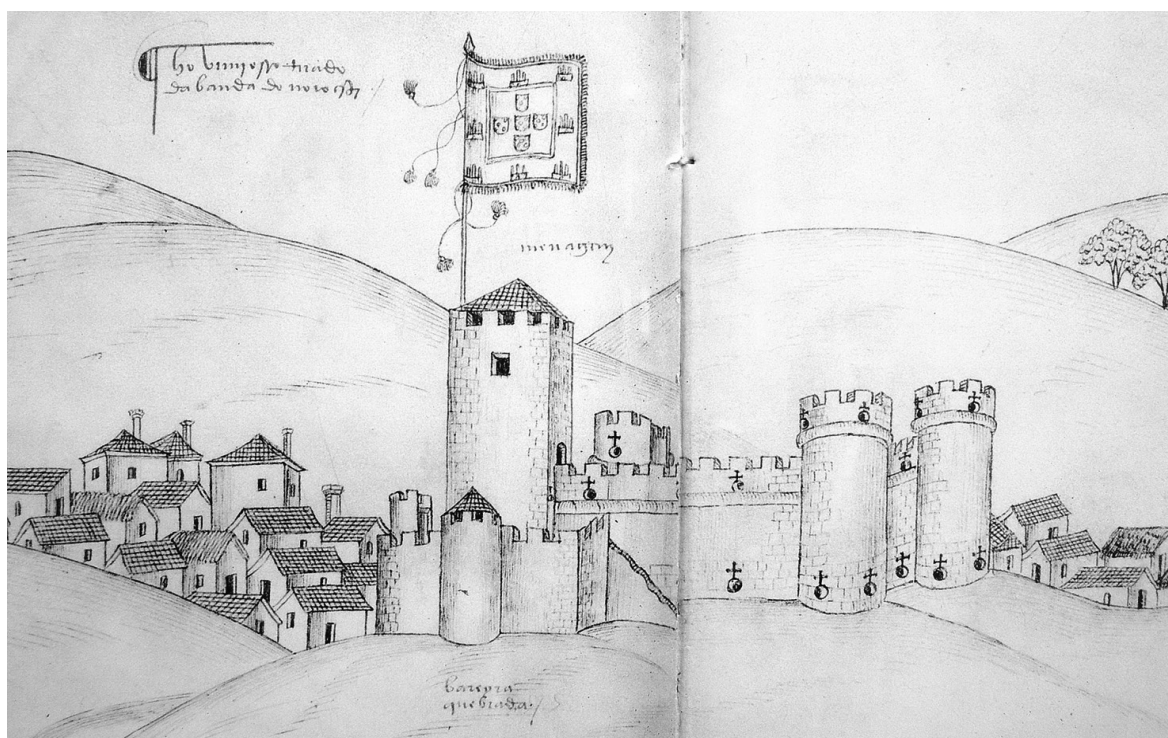


Fig. 3 – Desenho da Fortaleza de Vimioso, por Duarte de Armas (*Livro das Fortalezas*, ANTT).

A análise da lista enunciada indica que, no tocante especificamente à defesa das possessões ultramarinas, o que comandou, e que continuaria de resto a comandar no decurso do século XVI, foi a vizinhança com a água. Convém, por isso, lembrar um progresso muito significativo ocorrido na «guerra no mar» durante o reinado de D. João II: a descoberta do tiro de ricochete – o tiro em que os projecteis, ao saltarem sobre a superfície da água, adquirem uma força acrescida²⁴. Ensaçada pessoalmente pelo soberano no estuário do Sado, esta inovação táctica habilitou Portugal a criar uma nunca vista esquadra de «pequenas carauellas», para missões de inter-

²³ Note-se que o Castelo de S. Luís, em Angra, possui uma cronologia pré-manuelina, de resto tal como o «Castelo Novo» de Tânger.

²⁴ G. de RESENDE, op. cit., cap. CLXXXI. Cf. também Nuno Varela RUBBIM, «D. João II e o Artilhamento das Caravelas de Guarda-Costas», *Revista de Artilharia*, n.ºs 768 a 771, Ago.-Nov. 1989, pp. 119-42; e n.º 772, Dez. 1989, pp. 215-227.

venção rápida e de patrulhamento no Atlântico (até ao estreito de Gibraltar), e veio, depois, a conceder aos navios nacionais uma tremenda vantagem nas batalhas do Índico – tópico que se aprofundará mais adiante. Tudo deve ter correspondido afinal à inteligente tradução para a realidade marítima da lógica do « tiro rasante » que já prevalecia há certo tempo nos combates em terra. Sublinhe-se que, entre nós, essa evolução nos procedimentos da luta naval mostra ter sido coeva das radicais modificações que então afectavam a própria « traça » das fortalezas, pelo que não terá sido difícil que se pensasse em assimilar uma fortaleza a uma nave de combate e que, consequentemente, se pensasse em proteger qualquer plano aquático com os disparos oriundos de uma bateria fortificada erguida na sua envolvente terrestre.

Somos, pois, conduzidos a uma outra medida de grande importância tomada pelo *Príncipe Perfeito* na esfera militar: o dispositivo que concebeu para guardar a barra do Tejo e com o qual nasceu a « torre artilhada », a segunda tipologia de reduto « de transição », que faz par, historicamente, com a do já aqui apresentado « forte costeiro » de planta quadrada. Instalando duas dessas torres em margens opostas, junto a Lisboa, além de uma terceira (isolada) em Cascais, garantia-se que a largura do rio ficava vedada pelo cruzamento do seu fogo, o que surge como uma situação inédita e de manifesto potencial para um uso mais generalizado. Da banda de norte, a fortaleza projectada só se materializaria com D. Manuel I, entre 1514 e 1520, sob a forma da célebre Torre de Belém; mas, nas falésias a sul, a Torre de S. Sebastião de Caparica foi efectivamente construída, e logo a partir de 1481²⁵; como complemento, existia ainda a denominada « nao grande » de el-rei, cujos incessantes movimentos defronte de Lisboa teriam um papel dissuasor proporcional ao seu tamanho (1000 tonéis), sobremaneira invulgar para a época.

Na Torre de Caparica, a plataforma baixa destinada às « bombardas grossas » representou a novidade maior, já que permitiu concentrar na linha de água o principal poder de fogo da fortificação. Mas esta, que nas palavras de Garcia de Resende acoplava « torre, e baluarte », não abdicou de um elemento mais arcaico, justamente o seu corpo cimeiro, num paralelo que é legítimo fazer com o Castelo da Mina e a sua altiva torre de menagem, sem dúvida porque os princípios arquitectónicos por detrás de ambos os imóveis não estariam ainda completamente estabilizados²⁶.

O modelo da « Torre Velha » de Caparica (nome por que também ficou conhecida), com pequenas alterações depressa chegou a toda a faixa litoral do Reino – até inícios do século XVI, há que apontar as Torres de Cascais, Viana do Castelo, Belém e Outão –, para se disseminar depois pelos terri-

²⁵ Cf. Pedro de Aboim Inglez CID, *A Torre de S. Sebastião da Caparica e a arquitectura militar do tempo de D. João II*, 2 vols., dissertação de mestrado (policop.), Lisboa, UNL-FCSH, 1998.

²⁶ Um exemplo como o da Torre Belém, talvez mais ainda do que o de S. Jorge da Mina (três ou quatro décadas anterior), faz destacar esse anacronismo de conceber a « altura » como trunfo defensivo.

tórios da Expansão. E, nesses lugares mais afastados, das duas tipologias disponíveis – «castelo quadrangular» ou «torre artilhada» –, precisamente esta última, na medida em que possibilitaria uma construção mais expedita, deverá ter sido a eleita sempre que o objectivo era, declaradamente, o de defender sítios à borda da água. Assim, e antecipando um pouco o exposto mais à frente, cremos que a ilha de Moçambique já acolheria um reduto desses no final da primeira década de Quinhentos; e que, em Cochim, na costa do Malabar, não terá sido diferente a funcionalidade do primeiro assentamento português (1503). Coloca-se, por fim, a hipótese de que nalgumas localizações, como Tânger e a ilha de S. Tomé (ainda no reinado de D. João II), ou Coullão (nesse caso mais tarde: 1503/1515), os dois padrões de defesa hajam sido usados em conjugação.

Tanto a «torre marítima» como o «forte costeiro» eram realizações singelas e de óbvias qualidades militares, o que fez delas um legado de enorme proveito para o período manuelino. Algo de semelhante, diga-se, ter-se-á passado com as iniciativas urbanísticas promovidas por D. João II longe de casa, reconhecendo-se que, além da fundação da cidade de S. Jorge da Mina, também naquela (frustrada) da Graciosa, perto de Larache, em Marrocos, ou no esforço de povoamento de S. Tomé, existiu um plano concertado visando lançar a semente urbana em moldes bem estruturados²⁷. É mesmo de reflectir que um pólo como o da Mina, com a sua fortaleza e com as suas múltiplas dependências utilitárias, oferecia excelentes condições de protecção e de desenvolvimento interno; e constituía, por acréscimo, um microcosmo de considerável alcance político-social, pelo que não é de todo fortuitamente que o seu modelo veio a ser consagrado nas regiões à volta do oceano Índico, conforme teremos agora ocasião de discutir.

O espaço do Índico e a nova arte da guerra

No começo do século XVI, o dia-a-dia das forças lusas estacionadas no Índico espelha com propriedade as mudanças então em curso no campo militar, num processo que reuniu numa trajectória comum todas as lides bélicas sem excepção. Era o fundo ideológico da Europa renascentista

²⁷ Um dos primeiros investigadores a valorizar as facetas urbanísticas de S. Jorge da Mina terá sido Luís SILVEIRA, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, Vol. II, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, s.d. [195?], p. 151. Entre os estudos recentes que salientam a instalação conjunta do castelo (1482) e da cidade da Mina (1486), aponte-se a dissertação de mestrado de Helder CARITA, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, pp. 47-48. Quanto à tentativa de fundar uma vila chamada «a Graciosa», ela é pouco referida e, mesmo assim, para ver-se amiúde confundida com a fortaleza anexa; todavia, a decisão de erigir de raiz uma vila e uma fortaleza no litoral de Marrocos é de uma importância inegável, conforme se deduz aliás da logística que o processo mereceu. Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Expedições e Armadas nos anos de 1488 e 1489*, Lisboa, Livraria Ferin, 1915, pp. 17-55.

a fazer-se sentir, mesmo a uma grande distância. A narração de Gaspar Correia afigura-se sintomática a este respeito, com os seus incontáveis episódios de como, também em terras orientais, a forma convencional de encarar a guerra foi sendo inexoravelmente abandonada. É que eventuais rasgos de audácia individual revelavam-se de muito pouco auxílio contra bombardas e canhões, justificando que os temas da disciplina e da preparação prévia se tornassem determinantes; e isto mau grado os combates no continente asiático se desenrolarem sempre impregnados de um fortíssimo colorido local.

Como seria de esperar, para lá do cabo da Boa Esperança, o ambiente em redor dos Portugueses apresentava-se difícil, quando não abertamente hostil. Os nossos iam reagindo caso a caso, numa original combinação de diplomacia com actos de guerra em que, como última reserva, podiam contar com a invencibilidade das armadas que traziam consigo. Mas, face à vastidão do teatro de manobras, a mera hegemonia naval não era suficiente, obrigando a que se procurasse erigir um número mínimo de bases terrestres. Ou, em alternativa, implicando o emprego de uma larga gama de estratégias, um aspecto onde a tradição medieval se encontrou mais uma vez posta em causa – ainda que um D. Lourenço de Almeida, jovem fidalgo ido até à Índia para aprender «a servir» junto de seu pai, D. Francisco de Almeida, se comprazesse em derrubar os adversários cortando-os «da alabarda d'alto a baixo»²⁸ –, substituída que foi por acções já cuidadosamente planeadas e, será de desconfiar, inspiradas nos ensinamentos da literatura militar da Era Clássica. Como por exemplo, em 1512, quando se levou o mesmo grupo de soldados a entrar repetidamente numa dada fortaleza, de modo a fingir a chegada de reforços do exterior²⁹; ou como naquela parada em Goa, no mês de Janeiro de 1514, cujos participantes, também menos numerosos do que o desejável, mal saíam do desfile iam correndo «derrador», para se reintegrarem à partida com o fito de impressionar um alto dignitário hindu que visitava a cidade³⁰.

Para que tais astúcias ou a nova classe de operações militares pudessem resultar, o factor tecnológico foi essencial, muito embora ainda de premeio com uma grande dose de empirismo. Assim sucedeu no atentado nocturno de 1507, no qual um espião-nadador munido de engenhoso dispositivo incendiário logrou pôr fogo a várias naus de «Mouros» fundeadas no porto de Cananor³¹. Agir «caladamente» impôs-se, e o mais irónico é que o inimigo começaria a servir-se de métodos similares, numa reacção a que não terão sido alheios certos renegados e agentes vindos de fora. Em Calecute,

²⁸ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 612.

²⁹ Durante o cerco inimigo a Malaca. G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 278.

³⁰ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 378. É também oportuno lembrar que, em 1521, o adversário se entrincheirou em Diu, fechando a barra com uma grossa cadeia de ferro, num episódio que, embora ilustrando excelentemente uma tática preconizada pelo próprio Vitróvio, pode ter tido qualquer outra origem, pois assentava num princípio de uso universal. G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 615.

³¹ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 706.

no ano de 1504, o samorim, que era assessorado por alguns desses «conselheiros técnicos», mandou aparelhar uns castelos flutuantes «cheos de lenha e materiaes de fogo», o que o municiou com uma arma temível que quase ia surpreendendo o lado português³².

Mas, se a artilharia concentrou a atenção dos especialistas militares, isso não significa que, contemporaneamente, outros ramos não afirmassem o seu peso dentro da tecnologia da guerra, sendo que, para desenvolver essa incipiente engenharia militar ainda sem verdadeiros engenheiros, um universo como o da Expansão seria o ideal. Não admira, por conseguinte, que tantos oficiais mecânicos se vissem requisitados para funções das mais variadas, podendo mencionar-se os casos de um «João Nobre», bombardeiro italiano «que sabia d'ouriuez» e que foi encarregue de cunhar moeda em Malaca, ou de um «João de Frandes», outro bombardeiro de ofício, que trabalhou como mestre-de-obras em Ormuz³³. Aponte-se, por último, que em 1507, na Fortaleza de Cochim, houve a ideia de pendurar um sino na extremidade de um mastro, ligando-o depois por cordas a diversas guaritas, o que facultava à respectiva guarnição um óptimo mecanismo de alarme³⁴.

No entanto, sem as suas armadas, a monarquia portuguesa não poderia sequer ter sonhado em estabelecer-se nas imensidões do Índico; e se o fez sempre no litoral foi, repita-se, por causa do elemento marítimo, ao qual, estrategicamente, tudo acabava por se subordinar. Tenha-se identicamente em consideração que as qualidades «guerreiras» dos navios da época manuelina não corresponderam a uma invenção do momento; elas têm de ser interpretadas, antes, como o fruto de melhorias graduais – a nível da ciência náutica, do arsenal levado a bordo ou da concepção das embarcações em si – que foram ocorrendo ao longo de vários anos, ou décadas até. Nesta conformidade, é forçoso voltar a referir as experiências de tiro aquático promovidas por D. João II, assim como a nau «grande»³⁵ deste monarca (lançada à água com a missão específica de vigiar o porto de Lisboa), já que tais experiências e avanços estiveram na génese do paradigma de guerra, inteiramente novo, que D. Manuel I instaurou nos mares do Índico.

Constata-se, pois, o quanto era importante para Portugal dispor de uma boa retaguarda a funcionar. E percebe-se que a centralização do poder político favoreceu em muito a emergência de um comando unificado para as actividades ligadas à Expansão, sendo naturalmente em Lisboa que as deci-

³² G. CORREIA, op. cit., Vol. I, pp. 486-488.

³³ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 256; e Vol. I, p. 846.

³⁴ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 701.

³⁵ Uma fonte da época (1494) informa-nos que essa «magnífica» nau estava (super)equipada com «36 bombardas grandes e 180 mais pequenas» entregues aos cuidados de «30 bombardeiros, todos alemães». «Itinerário» do Dr. Jerónimo Münzer (*excertos*), Basílio de VASCONCELOS (ed.), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, pp. 24 e 34. O dito texto, sobretudo na tradução a partir do latim original, deixa no ar a possibilidade de ter existido uma outra nau, idêntica, ao serviço da Coroa, mas o mais provável é que as características apontadas se prendam efectivamente com um único «grande navio» d'el-rei.

sões passaram a ser tomadas. Isto ainda em pleno século xv, mas essa concentração da «logística dos Descobrimentos» na cidade principal do Reino prosseguiu e veio até a intensificar-se na centúria seguinte, encontrando a melhor das expressões na edificação, pelo *Venturoso*, do imponente Paço da Ribeira praticamente em cima da Casa da Índia e dos seus armazéns³⁶.

De regresso ao Índico, há um exemplo estupendo daquilo que foi a supremacia portuguesa na captura que um capitão de Pedro Álvares Cabral efectuou, logo em 1500 e a pedido do samorim de Calecute, de uma embarcação menos «veleira» mas muito maior do que a sua; o lance revestiu-se de inesperado efeito demonstrativo, com um «mouro da terra homem honrado» a ser convidado a subir a bordo para que «visse o que os Portuguezes faziam»³⁷. Também Gaspar Correia não se cansa de elogiar «os nossos tiros», que eram «muy possantes mais» que os do adversário³⁸, cujos barcos eram «feitos em lenha» num ápice³⁹; adiantando além disso que os artilheiros nacionais estavam sujeitos a instruções rigorosas de não atirar «senão ao lume d'agoa a metter no fundo»⁴⁰. E as próprias queixas do oponente surgem como uma outra fonte a reter: assim, em 1504, ao tentarem acometer uma estacada naval em Cochim, as forças locais descobriram, desoladas, que «nom tinhão com quem pelejar, mas os tiros d'artelharia» os vinham matar «muyto longe (...) que todos aly podião morrer sem fazer nada»⁴¹. Em suma, o tiro rente à água e o uso de peças «grossas» mais evoluídas eram devastadores para quem se opusesse aos navios de Portugal.

Não residiria aí, porém, a única faceta digna de nota em combates no mar ou na sua proximidade directa, isto porquanto se vulgarizou uma modalidade anfíbia pouco praticada até então, o bombardeamento de povoações do litoral. Calecute, Ormuz ou Malaca sofreram um tal castigo, adivinhando-se que, para as chefias portuguesas, a possibilidade de fustigar objectivos em terra dessa forma era altamente sedutor e bem menos arriscado do que pretender conquistar tais posições mediante um desembarque e cerco à moda tradicional. A artilharia foi aproveitada, por fim, em missões navais de um outro cariz, como na fortaleza erguida na última das cidades indicadas, onde, em 1511, «o capitão mandou andar de longo da praya hum batel, de noite, com vinte homens e quatro berços, e bombardeiros»⁴².

³⁶ O novo palácio, cujas obras terão arrancado c. 1501, modificou profundamente a cenografia urbana de Lisboa junto ao Tejo. Cf. Nuno SENOS, *O Paço da Ribeira, 1501-1581*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002, *passim*.

³⁷ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, pp. 196-197. Outras versões deste incidente divergem um pouco entre si, nomeadamente quanto ao modo como os fugitivos foram detidos: através de um único «tiro grosso», ou de incessantes «bombardadas» desferidas pelo navio português?

³⁸ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 331.

³⁹ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 468.

⁴⁰ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 599.

⁴¹ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 457.

⁴² G. CORREIA, op. cit., Vol. II, pp. 272-273. Em particular esta ronda junto a Malaca revelou-se, porém, funesta para a tripulação envolvida, que acabou chacinada.

Mas é indubitável que uma visão tão «moderna» da guerra não era partilhada por todos. E os autóctones seriam dos mais reticentes. Lembre-se o já citado samorim de Calecute que, mantendo-se teimosamente arreigado a muitas das «suas cerimónias e costumes», levava ao desespero os estrangeiros que o aconselhavam e que não conseguiam persuadi-lo de que, no resto do globo, «os grandes Reys, e Capitães, com modos e ardis fazião mais guerra que com forças d'armas»⁴³; em simultâneo, os arsenais do inimigo estariam apinhados com trabucos, «lanças de cana compridas», zarabatanas «de peçonha» e, inclusive, com umas armas de arremesso comparáveis aos *boomerangs* australianos. De resto, também do lado português não faltariam os saudosos do passado. Basta pensar no capitão de Cananor, Rui de Mendanha, que reputava a artilharia prejudicial às «suas honras» de cavaleiro e que garantia «que avia de furtar aos bombardeiros os murrões pera nom darem fogo aos tiros»⁴⁴. Um ânimo idêntico assoma noutras atitudes das altas patentes nacionais, sabendo-se que na hora da morte Afonso de Albuquerque pediu para envergar o hábito de Santiago⁴⁵, um gesto que só se explica satisfatoriamente se se tiver presente que os vice-reis e governadores de partida para a Índia se submetiam a um voto de fidelidade ao rei com um cunho inequivocamente feudalizante⁴⁶.

O choque entre um comportamento com origens remotas e uma mentalidade que se abria a novos padrões civilizacionais é, pois, o que marca aquela época. Foi o que ocorreu com a entrada em funcionamento das «companhias de ordenança», unidades militares de elite que desencadearam a oposição de «largos sectores da sociedade de Quinhentos», tanto na metrópole como nos domínios ultramarinos⁴⁷. Aparentemente não, todavia, da parte de Afonso de Albuquerque, que se empenhou no apoio a esses corpos, integrando em pessoa as suas sessões de treino⁴⁸. Assim, para o êxito do assalto de 1511 a Malaca, a actuação dos homens «da ordenança», com os seus «piques» (uma arma que os sitiados «nunqua tinham visto»), mostrou-se decisiva, obviamente também por ter sido decretada de antemão a pena de morte para quem «se desmandasse» das companhias formadas⁴⁹.

⁴³ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 473.

⁴⁴ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 704.

⁴⁵ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 458.

⁴⁶ Tal arcaísmo na cerimónia manuelina remete sem dúvida para aquela, de 1481-1482, em que D. João II obrigou os grandes do Reino a prestar-lhe menagem pelas fortalezas à sua guarda – detalhe já assinalado por Catarina Madeira H. dos SANTOS, *Goa é a chave de toda a Índia*, Lisboa, CNCDP, 1999, pp. 67-70. O processo de cópia repetir-se-ia já desde tempos recuados e, presumivelmente, com o recurso também a modelos estrangeiros.

⁴⁷ Cf. Vítor Luís Gaspar RODRIGUES, «As Companhias de Ordenança no Estado Português da Índia, 1510-1580. Ensaio de criação do insucesso», *Oceanos*, Vol. 19-20, Set.-Dez. 1994, pp. 212-218.

⁴⁸ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, pp. 363-364.

⁴⁹ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, pp. 244-245. Nestes relatos não será talvez de dar inteiro crédito a Gaspar Correia. Cf. V. L. G. RODRIGUES, «As Companhias...», art. cit., p. 214.

Nestas circunstâncias, resulta compreensível que Albuquerque ambicionasse ter consigo igualmente um maior número de espingardeiros; chegou até a atribuir à falta deste outro corpo especial de combatentes a sua incapacidade para, em 1513, se assenhorear de Adém⁵⁰. Com efeito, o plano de ataque aí adoptado, por curiosidade na única cena de batalha passada ao desenho por Gaspar Correia, provou ser ultraconvencional e saldou-se pelo insucesso referido, sendo de aludir ao fim trágico de Garcia de Sousa, que, ao escalar à frente as muralhas da cidade e ao desdenhar, depois, qualquer auxílio para escapar da posição incómoda em que incorrera – «não são [*sic*] homem que hey de fogir á morte por cordas», exclamou ele –, veio a sucumbir às mãos do inimigo⁵¹.

Será também de dizer que, se uma conduta militar com laivos bastante retrógrados parece ter subsistido no Oriente mais ainda do que no Reino, tal ter-se-á verificado principalmente no seio das forças terrestres. A bordo o caso seria diferente, pois a operacionalidade demonstrada pelos nossos vasos de guerra, capazes de «marauilhas com a artelharia»⁵², não podia prescindir de uma bem oleada cadeia de comando nem de uma judiciosa utilização do armamento embarcado. Em termos históricos, é o que faz sentido, D. Manuel I sempre se tendo interessado pelos assuntos da artilharia e tendo ele próprio apadrinhado uns inovadores «tiros grandes de berço» para uso no mar. Ao dito invento, testado em 1513 entre Lisboa e Cacilhas, há que somar outras iniciativas análogas, o que converteu o reinado do *Venturoso* num dos «períodos áureos» da artilharia portuguesa⁵³.

Aliás, o Portugal manuelino beneficiou de uma política oficial de «recursos humanos» e de actualização técnica para o sector que vinha já de trás⁵⁴, facto que justifica que se recue um pouco no tempo, para lembrar o regimento outorgado por D. João II aos «bombardeiros do mar» da cidade de Lisboa no ano de 1489. Uma das cláusulas desse diploma de «poder e Jurdiçam» exigia que os profissionais a recrutar por «Mestre Hans» fossem

⁵⁰ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 362.

⁵¹ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, pp. 340-343.

⁵² G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 332.

⁵³ Cf. Nuno Valdez dos SANTOS, «Artilharia e Artilheiros do Mar», *Oceanos*, Vol. 38, Abr.-Jun. 1999, pp. 137-140. Uma medida pouco divulgada, mas que acentua o empenho de D. Manuel I nas questões militares, foi a «barreira de artilharia grossa» que fez acomodar em Lisboa (1509), à «porta de Santa Catarina» e com tudo tratado ao pormenor. Cf. *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa (Livros de Reis)*, Vol. IV, Lisboa, CML, 1959, p. 148.

⁵⁴ Também no capítulo da artilharia é indispensável ter presentes os laços que existiram entre os reinados dos dois primos e cunhados: D. João II e D. Manuel I. Para além do paralelo das sessões de tiro naval que ambos promoveram (junto a Setúbal e Lisboa, respectivamente), é significativo descobrir que o *Venturoso* encomendou as bocas-de-fogo por si concebidas precisamente a João Goterres, o oficial que já em 1484 detinha o cargo de «mestre de fundição» d'el-rei. Cf. Francisco de Sousa VITERBO, *Fundidores de Artilharia*, Lisboa, Imprensa da Casa Real, 1901, p. 50.

«homeens manssos e fora de todo o desconcerto»⁵⁵. Que notáveis palavras, estas, que exprimem com tamanha concisão um dos pilares do pensamento militar nascido com os novos tempos: a consciência de que, sem bom senso e sem organização, nada se consegue. Ora, precisamente o grau de preparação dado por D. Manuel I às forças portuguesas antes de as fazer penetrar no coração do oceano Índico e aí alcançar tão retumbantes triunfos constitui uma excelente prova de que também ele foi um governante atento a essa nova atitude perante a guerra.

As fortificações da época manuelina: funcionalidade e simbolismo

Na véspera da já mencionada conquista de Malaca (1511), Afonso de Albuquerque, reunido em conselho com os seus capitães, advertia que, mais importante do que subjugar a cidade, era fundar nela «a melhor, e mais forte, e possante forteleza que ouver n'estas partes»⁵⁶.

Como se vê, a arquitectura militar transformara-se num insubstituível instrumento de dominação, quer a nível político quer territorial. Mas, se tal ideia conheceu os desenvolvimentos mais significativos com Albuquerque governador, não se deve presumir que medidas anteriores de gestão militar, a começar por aquelas tomadas pelo vice-rei D. Francisco de Almeida (1505-1509), encerrariam um qualquer desprezo pelo assunto⁵⁷. Efectivamente, se na viagem inaugural de Vasco da Gama, que teve o seu almejado *terminus* no litoral de Calecute corria o ano de 1498, a questão talvez não se levantasse, é nítido que, quando Pedro Álvares Cabral alcança a Índia, dois anos depois, é já portador de ordens expressas para instalar algumas fortificações em terra. Razão por que, nos primórdios da feitoria que lançou em Cananor e que apenas visitava «de noite», o elemento-chave foi uma «bastida» ou estacada que, indo «de hum cabo a outro do mar», isolava uma muito favorável ponta rochosa, escolhida até por Cabral, que a solicitou ao monarca local. Com estas cautelas, o entreposto luso pôde crescer em segurança, recebendo mais trabalhos em 1502 e 1503⁵⁸, e estando pronto, já como «fortaleza muy forte», em 1508, isto segundo o que conta Gaspar Correia⁵⁹. Também o desenho que complementa o seu texto nos interessa, pois representa um testemunho precioso daquilo que D. Manuel I mandou construir nos territórios

⁵⁵ ANTT, Extras, fl. 187. Publicado em J. MARQUES (dir.), op. cit., Vol. III, pp. 357-358. Cf. igualmente N. V. dos SANTOS, art. cit., pp. 139-140.

⁵⁶ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 234.

⁵⁷ Augusto BRANDÃO, «O Oriente», in R. MOREIRA (dir.), op. cit., p. 159.

⁵⁸ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, pp. 336 e 348. Nessa altura, descarregou-se também em Cananor, de maneira encoberta, um arsenal de «tiros grossos (...) repairos, e soma de pelouros». Acrescente-se a curiosidade de logo o estabelecimento inicial, de 1500, ter recebido um serviço permanente de vigias. G. CORREIA, op. cit., Vol. I, pp. 168-169.

⁵⁹ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, pp. 728-729.

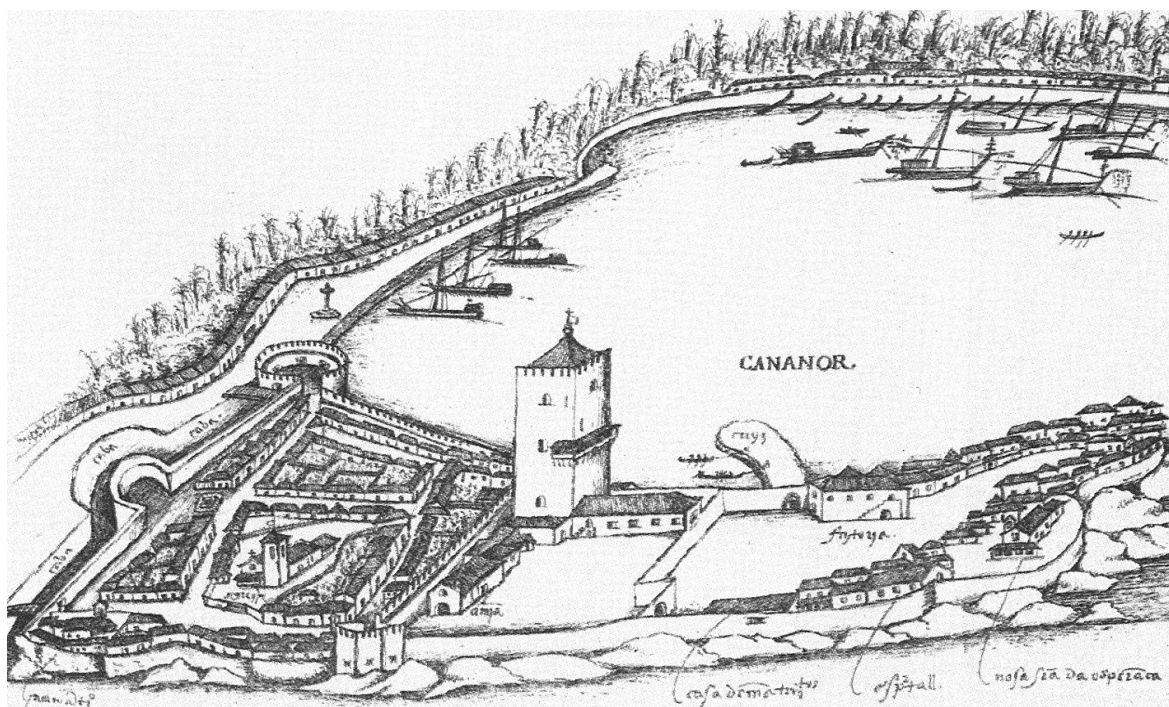


Fig. 4 – Desenho de Cananor, por Gaspar Correia por Gaspar Correia (*Lendas da Índia*, ANTT).

do Índico⁶⁰. Nele se distingue um organismo, repartido por vários núcleos, em que parece ter havido uma simbiose estreita entre o civil e o militar.

Assim, aos pés de avantajada torre de menagem, definia-se um perímetro «em quadra» reservado aos anexos da alcaidaria; em volta, correntezas de casas delimitavam ruas e logradouros, enquanto vários equipamentos urbanos avultavam também. Entre eles o hospital, quatro igrejas ou ermidas com os seus alpendres e campanários, a feitoria, o armazém/celeiro, o poço, a cerca e respectivas portas, o cais dando para a baía. Esse incipiente aglomerado populacional acabou, pois, por ocupar a maior parte do terreno disponível, mas na verdade tal não comprometeria as exigências defensivas. E é de notar que Gaspar Correia incluiu no seu desenho elementos que remetem explicitamente para o exercício da autoridade, tais como a bandeira a encimar a torre de menagem, a própria frente amuralhada que um amplo fosso separava da localidade indígena, e aquilo que deveria ser, situado já extramuros, um pelourinho igual aos de tantas vilas e cidades portuguesas.

Estamos convictos de que o partido arquitectónico, acentuadamente orgânico e com uma escala não excessivamente impositiva, reconhecível no exemplo de Cananor, terá sido apanágio da primeira leva de fortificações que Portugal ergueu na Índia, e cuja ambição não seria outra senão a da sua sobrevivência mais imediata. Todavia, à medida que as cores nacionais reforçaram a sua presença na zona, compreende-se que, nos lugares comercial ou militarmente mais relevantes, se haja optado por um tipo de ocupa-

⁶⁰ G. CORREIA, op. cit., Vol. III, fig. II.

ção mais condizente com um assumido estatuto de potência colonial, isto é, em que, embora continuando a dar-se absoluta primazia ao factor «localização» (com implantações exclusivamente na faixa costeira), foi feito um outro investimento na capacidade bélica e no impacto visual daquilo que aí se construía. Essa estratégia, que foi a de Afonso de Albuquerque, pressupunha o recurso à força, o que tornou caducas as instruções, muito mais conciliatórias, usadas por D. Francisco de Almeida na hora de «fazer fortaleza». O modelo «da Mina» (digamos assim) chegava ao fim, não propriamente por se mostrar esgotado, mas porque, no subcontinente indiano e áreas adjacentes, onde de longa data florescera uma intrincada trama de negócios e de influências políticas, a situação era radicalmente diferente. Quanto à distribuição que Albuquerque sonhou para a sua rede de praças-fortes, descobre-se que esta veio a abarcar cidades como Malaca, Goa, Ormuz e Adém, num imenso arco que, ao fechar-se de encontro à costa africana, cobria praticamente todo o Índico. Deste plano, o essencial terá sido concretizado, desenhando a geografia de um Estado da Índia lusíada cuja formação ainda hoje nos deixa pensativos.

Dê-se no entanto um pequeno salto atrás, até 1503. Nesse ano, com o posto fortificado de Cananor ainda em instalação, um outro é criado em Cochim, 230 km a sul, para o que se recorreu ao mesmo esquema por fases e previamente acordado com as autoridades da terra. Assim, com o objectivo de defender a barra próxima e aproveitando um «esteiro» que ficava «como Ilha», montou-se uma «tranqueira» emadeirada que recebeu várias bocas-de-fogo⁶¹. Quanto à obra da fortaleza definitiva, conforme era habitual só iniciada um par de anos depois (1506), foi acompanhada de perto pelo vice-rei, que para lá se deslocou e começou «a cauar em huma esquina», imitando-o três dos seus capitães nas restantes, «que a fortaleza auia de ser quadrada»⁶². Estes dados são relatados por um sempre providencial Gaspar Correia e, não obstante uma ou outra disparidade (em Cochim, as torres eram facetadas), trazem-nos à mente as fórmulas arquitectónicas do Castelo de S. Jorge da Mina.

⁶¹ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, pp. 384-393. Não desenvolvemos aqui, como se justificaria até amplamente, o caso das estâncias e fortalezas em madeira, pré-fabricadas ou não, a que os Portugueses tanto recorreram no Índico, com o próprio Afonso de Albuquerque a pedir em 1512 a D. Manuel I um «castelo de madeira» para as suas campanhas. Sobre o assunto, cf. José Custódio Vieira da SILVA, «Arquitectura em madeira na Expansão portuguesa», in Francisco Faria Paulino (coord.), *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa* (catálogo de exposição), resp. cient. Rafael Moreira, Porto, Infante 94 e CNCDP, 1994, pp. 27-34. Mas deve aludir-se a um ponto, relatado por Gaspar Correia, acerca de uma outra utilização, essencialmente propagandística, dessa arquitectura feita para ser «transportada». Referimo-nos a que um certo Diogo Fernandes de Beja, emissário português na Índia, jamais se esquecia de «mostrar suas grandezas» quando se instalava «fora no campo»; aí, numa tenda com «repartimentos de câmara e sala (...) na qual podião caber quinhentas pessoas», desenrolava-se uma requintada encenação de poder. G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 369.

⁶² G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 640. Cochim foi a primeira fortaleza de pedra que os Portugueses tiveram na Índia.

No que concerne à tecnologia construtiva, graças ao emprego das alvenarias de pedra e cal, tudo se revelava de uma apurada simplicidade⁶³; o que não devia dispensar, muito pelo contrário, um esforço acrescido de adequação às condições locais. Essa permanente atenção ou respeito para com o «sítio» redundou, aliás, num traço característico do sem-número de redutos fortificados que Portugal ali estabeleceu. Foi assim que nos alicerces da Fortaleza de Cochim, dada a proximidade da água, foi necessário utilizar uma pedra especial, «da Serra»; «d'ahy pera cyma» era a vez de «pedra molle, que com a cal tanto liaua, que depois se nom podia desfazer huma parede senão cortada dos machados, e picões»⁶⁴.

Já numa perspectiva mais global, é de apontar que o forte quadrangular protegido por cubelos aos cantos, após o seu baptismo no espaço atlântico (Angra, Mina, Tânger, Alvito, etc.), pôde também ser precocemente posto à prova na fachada oriental do continente africano. Aí, a fortificação portuguesa de Quíloa (1505) atingiu a «altura das ameas» em somente dezasseis dias, isto pelo concurso de abundante mão-de-obra nativa e porque o trabalho não cessou «de dia e de noute». O recinto, sem nada que faltasse, englobava «o aposento pera a gente» e a «casa da feitoria, e almazem», estando provido de bombardeiras baixas «pera vinte peças grossas, afora falcões e berços pera o muro»; ainda em acabamentos, celebrou-se missa na nova fortaleza, sendo a sua capitania entregue «a Pedro Ferreira, que a trazia por ElRey»; cem homens ficaram no local, entre «officiaes, feitores, alcaide mór, almoxarife, escriuães, crelegos» e «alguns degradados», outros cinquenta devendo assistir «Lopo de Goes Anriquez na sua naueta, pera guardar a costa»⁶⁵. Pouco tempo volvido, entre 1506 e 1508, foram concluídos redutos similares em Sofala e na ilha de Moçambique, onde expressamente se seguiu a «traça

⁶³ O abandono da tradição medieval das obras em cantaria obedeceu a factores, de cariz funcional e económico, relacionados com o advento da artilharia pirobalística. Ou seja, o edificado militar precisou então de se dotar de paredes com massa suficiente para absorver o impacto dos projecteis, o que motivou a procura de um material simultaneamente resistente, barato e fácil de obter; para tanto, as alvenarias de pedra argamassada com cal e areia (ou as alvenarias de tijolo, e até a taipa e os enchimentos em terra) surgiram como a resposta ideal, tendo dado lugar a algumas criações de génio nas obras do Além-Mar.

⁶⁴ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, pp. 640-642. O cronista acrescenta muitos outros dados, salientando sempre a qualidade das argamassas empregues. Em Goa (1510), a cal «se fazia de casca d'ostras queimadas». G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 157. Já em Ceilão (1518), porque «com a guerra ouve falta de cal», misturava-se nas paredes «hum barro que auia ahy na pedreira, que liaua mais que cal, com que a obra nom cessaua de se fazer». G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 544. Quanto à obra em Ormuz (1515), contou com a aplicação de uma pedra de «gesso», sendo este cozido «em fornos como cal (...) pisado e feito em pó (...)» e o pó em bacias feito em polme, que deitauão per antre as pedras (...), devendo notar-se que «marinheiros e grometes» também foram chamados a ajudar. G. CORREIA, op. cit., Vol. II, pp. 438-439.

⁶⁵ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, pp. 542-543. A feitoria fortificada de Pacém (1520), na ilha de Samatra, viria de igual forma a acolher uma centena de homens, entre os quais vinte «officiaes e bombardeiros». G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 613. Os contingentes destacados para a maioria dos postos militares lusos não se afastariam muito dessa dimensão-tipo.

que ElRey mandara»⁶⁶, o que confirma o cuidadoso planeamento assegurado desde a metrópole; de resto, certas peças mais trabalhosas de obter em obra embarcavam já prontas a aplicar, como sucedeu com a «cantaria laurada pera janellas e portas» da Fortaleza de Sofala que, perdida que foi num naufrágio à saída de Lisboa, terá sido depois recuperada e ali usada⁶⁷.

Mas também era importante a versatilidade com que cada caso era tratado, algo que se percebe claramente no exemplo de Goa. A cidade, de que Afonso de Albuquerque se apossou por duas vezes (1510), achava-se já fortificada, pelo que se optou sobretudo por adicionar alguns cubelos à muralha em causa⁶⁸; quanto ao castelo preexistente, esse, foi integralmente reconstruído por Tomás Fernandes, «hum mestre d'obras muy sabido»⁶⁹ que, consoante é avaliado hoje em dia, terá sido o «grande obreiro» da transferência dos modelos do Atlântico para a «área imensa que era o Índico»⁷⁰. À luz disto, não surpreende encontrar na crónica das *Lendas da Índia*, mesmo sem sair dos trabalhos de fortificação em Goa, um mostruário completo do melhor do «estilo de transição»: «muy grossas paredes»; «peças grossas»; «coiraça pera hum baluarte oitavado (...) com suas bombardeiras ao lume d'agoa»; «muro de barbacã (...) todo com bombardeiras»; «larga caua»; «falso postigo»; «grande chapa pera a banda do rio»; «cubellos sobradados no andar do muro»; ou «bombardeiras que varejauão todo o muro»⁷¹. Comparativamente, e para lá do modelo específico de fortaleza escolhido, são sem sombra de dúvida estas soluções adaptativas e «transitórias» que tornam únicas as obras da escola manuelina de fortificação no Índico. Afigura-se até notável que um tipo de arquitectura marcadamente experimental, e que foi criado em ligação estreita às novidades da tecnologia militar do Renascimento na Europa, lograsse triunfar num contexto tão distante e tão diverso.

Conjecturando o que iria na mente do adversário, é de admitir que os novos princípios tácticos e arquitectónicos tenham acabado por despertar a sua curiosidade, pelo que também ele diligenciou para os passar à prática; e, como é natural, tentando explorar a fundo as particularidades de um território que dominava como ninguém. A situação de Mombaça, logo em 1505, parece paradigmática dessa capacidade de actualização, isto na medida em que esse porto do Leste de África apresentava já então «hum cubelo com artilharia, e da outra banda dous cubelos em guarda da barra»⁷². Em data tão

⁶⁶ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, pp. 577 e 786.

⁶⁷ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, pp. 535 e 572. Expedir de Portugal a «pedraria», tal como determinados outros materiais, representou um aspecto fundamental da empreitada de S. Jorge da Mina e tornou-se, depois, num traço distintivo das primeiras obras portuguesas no Índico. Quer dizer, esses materiais, se serviam de lastro aos navios, propiciavam ao mesmo tempo um utilíssimo meio de controlo e standardização daquilo que lá longe se ia construindo.

⁶⁸ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 156.

⁶⁹ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 157.

⁷⁰ Cf. R. MOREIRA (dir.), op. cit., p. 111.

⁷¹ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 158.

⁷² G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 544.

precoce, a uma década do arranque da construção da Torre de Belém, nem em Lisboa haveria alguma coisa de semelhante a funcionar na sua plenitude, pelo que fica a dúvida se se tratou efectivamente de uma influência portuguesa, ou se esse progresso não terá sido antes fomentado por terceiros...

Reitere-se, contudo, que nenhuma destas obras dos anos iniciais de Quinhentos pode ser tida como genuinamente abaluartada, pois o verdadeiro «abaluartado» só se impôs bastante depois. Convém igualmente estar atento a que as edificações militares que Portugal espalhou pela orla do Índico foram surgindo e crescendo por etapas, em virtude do que, presentemente, há que discriminar para cada sítio aquilo que de forma objectiva pertence a uma dada época ou a uma dada campanha, e sempre com uma terminologia rigorosa que evite os anacronismos de vocabulário. Afortunadamente, os vários ciclos construtivos exibem diferenças sensíveis entre si e, se muitos dos imóveis mais antigos se perderam, dispomos da sua imagem – necessariamente idealizada – nos já referidos álbuns cartográficos dos séculos XVI e XVII. Aí se observam nitidamente, com os seus torreões baixos e redondos, os pequenos «fortes marítimos» do tempo de D. Manuel I, os quais em regra ocupavam posições-chave que o posterior envolvimento por cinturas pontuadas de baluartes pentagonais ainda mais faz ressaltar.

Mas, como é evidente, a abordagem destes temas carece de especial cuidado. Rafael Moreira, pelo conhecimento que deles possui (ver o seu capítulo «A época manuelina», na *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, de 1989, que aqui usámos amplamente⁷³), tem alertado justamente para o facto de que só com novos dados ou através de novas linhas de investigação será possível obter uma leitura fidedigna de um património tão singular. Não se alcança, assim, o que leva um perito como António L. Pires Nunes a afirmar que «a evolução durante a transição se fez diferentemente nas fortalezas de Portugal Continental e no Além-Mar» e «a sugerir que talvez não tenha havido influências recíprocas»⁷⁴. Cabe também questionar o porquê de Carlos de Azevedo, no texto pioneiro que dedicou às fortificações da «Índia portuguesa» (1959), não ter valorizado os elementos arquitectónicos mais improvisados ou menos convencionais – «de transição», conforme hoje os catalogamos – com que inevitavelmente se terá defrontado no decorrer do seu estudo. Com efeito, considerar que as fortalezas manuelinas, de resto não só as da Índia como as de Marrocos, «estavam, ainda, sob certos aspectos, muito presas a uma concepção medieval» e que não traziam «inovações» foi o assumir de um ponto de partida assaz limitado⁷⁵.

⁷³ Cf. R. MOREIRA (dir.), op. cit., pp. 91-142.

⁷⁴ António Lopes Pires NUNES, «As fortalezas de transição nos cartógrafos do século XVI», in *Livro do Congresso. Segundo Congresso sobre monumentos militares portugueses*, Lisboa, Património XXI, 1984, p. 65.

⁷⁵ Carlos de AZEVEDO, «A Arquitectura Militar», in *Arte cristã na Índia portuguesa*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1959, p. 63. Recorde-se que um oficial da nossa Marinha, já tempos antes, no auge da 2.^a Guerra Mundial, dera à estampa um pequeno ensaio que, embora

Já o testemunho de Gaspar Correia, mostrando-se de tal modo minucioso, desvenda inúmeras outras características dessas primeiras praças lusas no Índico, tais como as cisternas escavadas na rocha, os poços «fortalezados», as guaritas em posições astuciosas, as atalaias e fachos por toda a parte, as «logeas de torres» transformadas em abrigos, ou as suas coberturas feitas com folhas de palmeira. Resultando estes tópicos mais de detalhe, será no entanto preferível inquirir em que tipo de locais dentro da Expansão terá a «torre costeira» marcado também presença.

Um caso deveras interessante ocorre na ilha de Moçambique, em cuja extremidade nordeste, numa plataforma rochosa que avança sobre o oceano, subsiste ainda o núcleo original – porventura datável de c. 1507 – do que terá sido uma requintada fortificação manuelina. Por estranho que se afigure, assim não tem sido cabalmente entendido, ao que se presume porque desde cedo a sua robusta estrutura acasamatada serviu para acolher uma capela, a qual ostenta o sugestivo nome de N.^a S.^a do Baluarte. Todavia, o imóvel conserva esplêndidas troneiras cruzetadas abertas na base de um perímetro poligonal de modulação precisa que, embora em ponto pequeno, evoca de imediato o da Torre de Belém. Nas duas situações, o que contava era poder varrer com disparos a água envolvente: ali, para resguardar o acesso ao «surgidouro» da vizinha baía de Mossuril; nas margens do Tejo, para proteger a capital do Reino e as suas riquezas. Uma tal interpretação, que não será difícil de aclarar em definitivo no dia em que a arqueologia vier a ocupar-se do monumento, está aliás em consonância com as fontes históricas, dizendo o cronista Frei João dos Santos em moldes explícitos que o edifício da «ermida de Nossa Senhora do Baluarte» foi «antigamente um baluarte»⁷⁶ – e não uma mera plataforma ou bateria descoberta para artilharia, como usualmente se supõe.

não confinado estritamente à análise arquitectónica, oferece pistas certas para o enquadramento da questão. Júlio GONÇALVES, *Seis Fortalezas Feitorias da Índia, Introdução a Uma História do Domínio Português no Oriente*, Lisboa, Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1942.

⁷⁶ Frei João dos SANTOS, *Ethiopia Oriental*, Vol. III, Lisboa, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1891, p. 269. Também D. João de Castro deixou uma planta do «Porto de Moçambique» com diversos edifícios torreados entre os quais, tudo leva a crer, está a torre (depois capela) a que nos referimos; no entanto, nesse desenho os contornos da ilha parecem demasiado fantásticas. *Roteiros de D. João de Castro (I). Roteiro de Lisboa a Goa (1538)*, apres. A. Fontoura da Costa, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1939, fig. 7. Note-se que, se o imóvel remonta a 1507, como admitimos, fica posta em causa a sua tradicional atribuição ao ano de 1522. Este caso poderá, por outro lado, ter constituído uma variante à morfologia (com dois corpos) dominante entre as «torres artilhadas»; isto é, não nos surpreenderia se o volume da torre propriamente dita integrasse o dispositivo baixo que devia concentrar o poder de fogo da posição. Nestes termos, o modelo ali usado mostrar-se-ia mais afim daquele que é possível observar em protobaluartes como os do Castelo de Elvas ou da muralha exterior de Olivença, dois exemplos, sensivelmente coevos e tipicamente em «estilo de transição», que por sinal vieram depois a acolher locais de culto; já o seu espaço interno, coberto por característica abóbada artesoadada, encontra um paralelo óbvio no salão acasamatado do torreão manuelino do Castelo de Torres Vedras.

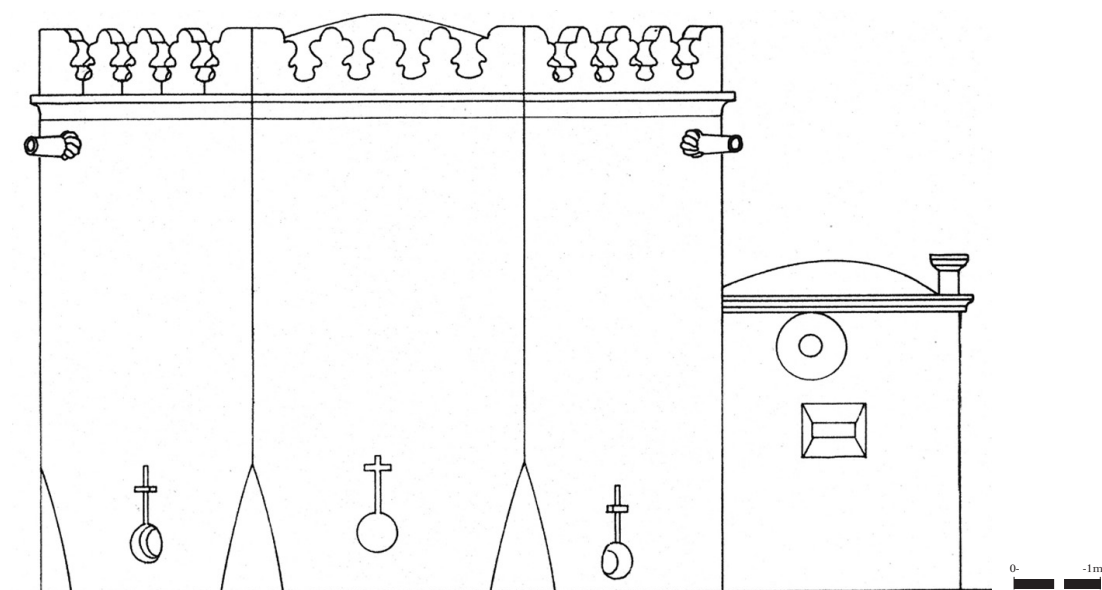


Fig. 5 – Ilha de Moçambique, antiga torre artilhada, alçado nordeste
(FONTE: Fundação Calouste Gulbenkian; Serviço Internacional).

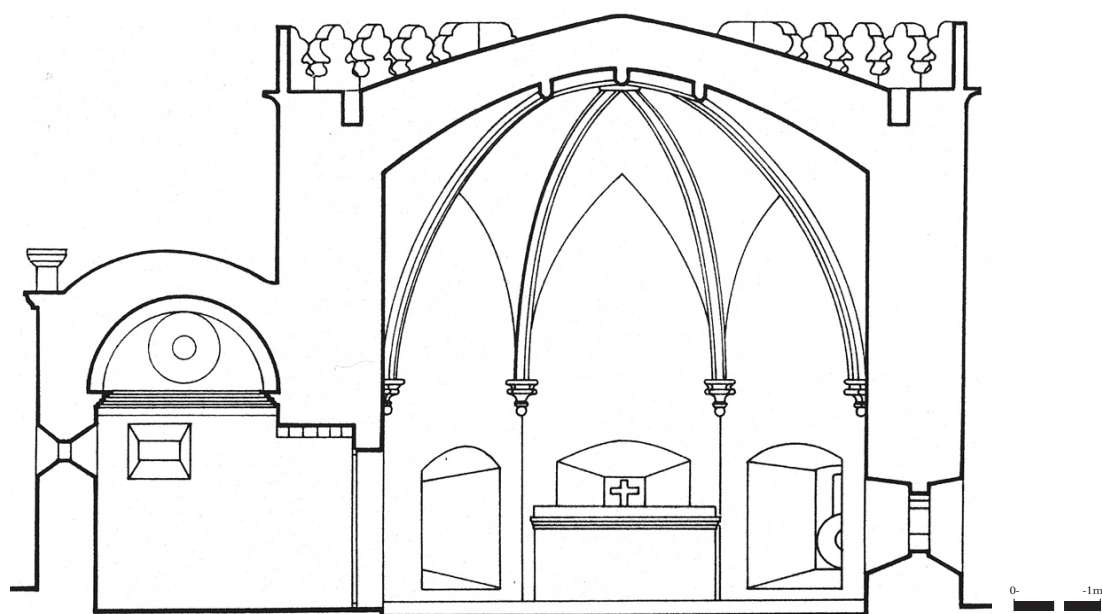


Fig. 6 – Ilha de Moçambique, antiga torre artilhada, corte transversal
(FONTE: Fundação Calouste Gulbenkian; Serviço Internacional).

Entre o grupo das torres vocacionadas para a vigia do litoral, já foi mencionada a de Coulão, situada na parte da Índia mais a sul (e que terá tido um programa misto), pelo que será de não esquecer o também meridional «castello de cyma», fundado em 1507 pelos Portugueses «antre os rios de Cranganor e Cochym», cuja «casa forte sobradada» dispunha de «dous tiros grossos» e «quatro falcões», os de calibre superior assestados «contra»

esses rios⁷⁷. É em Goa, porém, no fortalecimento de sítios ribeirinhos como os de Benasterim ou Pangim (1512), que parece acusar-se uma inspiração mais visível no esquema usado para a guarda marítima de Lisboa. Assim, sabe-se que Afonso de Albuquerque construiu no primeiro desses sítios «hum ferosa torre de grossas paredes», que possuía uma «varanda da banda da terra firme d'onde tirauão peças», e no segundo uma «coiraça com hum baluarte n'agoa, em que pôs boa artelharia», além de que mandou proteger outros «passos» da zona com medidas idênticas⁷⁸.

Mas, tanto quanto se pode depreender, as «torres marítimas» do Índico, seja pela sua antiguidade, seja por serem normalmente de um porte mais modesto do que os castelos com que rivalizavam na escolha dos fortificadores, produziram um rasto mais ténue no terreno, impondo-se por isso aproveitar ao máximo a memória iconográfica que delas nos ficou. Sucede também que, inclusive em sítios com uma acentuada vertente de defesa costeira, não era impossível o recurso a complexos de maior envergadura do que uma simples torre. Recorde-se o exemplo de Malaca, onde, mesmo à beira-mar, se optou por ter uma fortaleza completa (ver Fig. 1). O conjunto não enjeitou até um certo cunho de «reduto terrestre» tradicional, apostando-se no papel, muito afirmativo, da torre de menagem e numa assumida ideia de auto-suficiência e de encerramento face ao exterior, como Gaspar Correia realça no seu desenho⁷⁹; em compensação, diversas bombardeiras rasgavam-se sobre a água, o que acabou por gerar uma peça de difícil classificação tipológica. Mas Malaca interessa-nos identicamente por testemunhar esse lado simbólico das edificações castrenses: desde logo, pela «monumentalização» da sua inconfundível torre, que, ao levantar-se acima de um morro próximo e ao exhibir no alto um coruchéu pontiagudo, uma bandeira e todo um elegante coroamento ameado, ombrearia sem dificuldade com as mais sumptuosas do Reino⁸⁰; em paralelo, com os seus andares erçados de bocas-de-fogo, e com a colocação, ornando a porta da muralha anexa, do brasão das quinas, da cruz de Cristo e das esferas da divisa de D. Manuel I, só se reforçava uma vincada imagem «de poder», sem dúvida ali intencionalmente pretendida pelo monarca.

Tudo somado, talvez que esse aparato de patrocínio régio até levasse a melhor sobre a estrita funcionalidade defensiva da posição. Eram as contradições da época, as quais, se não se podem supor exclusivas do Oriente, ganharam lá uma expressão evidente. Um caso-limite será o da Fortaleza de Calecute, onde o arcaísmo da torre de menagem não se prendia tanto com a respectiva altura, mas muito mais com a circunstância de ter sido implantada a meio do recinto muralhado – um género de arranjo que no território nacional já havia caído em desuso há séculos⁸¹.

⁷⁷ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 738.

⁷⁸ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, pp. 314 e 315.

⁷⁹ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, fig. II.

⁸⁰ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, pp. 251-252.

⁸¹ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, fig. III.

De sentido inverso, Gaspar Correia narra um episódio que ilustra o elevado nível atingido por Portugal na instalação e defesa das suas praças no continente asiático. Em Ormuz, à entrada do golfo Pérsico, nas vésperas do Natal de 1521, os muçulmanos tentavam apoderar-se da fortaleza que Afonso de Albuquerque aí erguera. A guarnição portuguesa, se não podia saber que, em Lisboa, el-rei D. Manuel acabava de morrer, estava no entanto prevenida da iminência (e dos pormenores...) de um assalto a perpetrar com o apoio de centenas de escadas, pelo que deixou que o mesmo se iniciasse sem esboçar qualquer réplica. Apenas então, subitamente, foi desobstruída uma abertura que havia sido dissimulada numa torre do sector investido e foi dada ordem para que, daí, abrisse fogo uma bombarda «roqueira de ferro, que estaua bem apontada de longo do muro». Tão-só dois tiros bastaram para destroçar a totalidade das escadas, além de que os nossos empregaram ainda uma segunda peça – um «camello» –, que ampliou o efeito de surpresa, contando-se no final pesadas baixas entre a hoste sitiante⁸². O tiro «de enfiada» prestava as suas provas, e fazia-o com distinção, como se demonstra.

As mudanças no quadro cultural

Não custa reconhecer o cariz híbrido da moldura técnica e cultural em que se movimentou o fortificador manuelino. Assim, se a herança medieval não foi abandonada por inteiro, a verdade é que determinadas facetas mais actualizadas se insinuaram na sua prática profissional. Quanto à origem dos modelos de fortaleza, «de transição», que a monarquia portuguesa levou para o Índico nos alvares do século XVI, ela tem de ser encontrada, como se expôs, recuando até à construção do Castelo de S. Jorge da Mina e até ao início do estabelecimento, sensivelmente pelos mesmos anos (1481-1482), do sistema defensivo do porto de Lisboa. De facto, nas últimas décadas de Quatrocentos, a vida em Portugal renovou-se intensamente nas mais diversas vertentes, incluindo a da produção arquitectónica, e, conquanto em alguns meios tais modificações já estivessem em gestação, sem que a política interna tendesse de maneira irreversível para o reforço da autoridade régia, fundamentalmente com D. João II e a seguir com D. Manuel I, a receptividade aos valores «modernos» não podia ser total. É de lembrar, enfim, que a rivalidade com Castela, sempre latente em vida do *Príncipe Perfeito*, obrigou este a manter-se ao corrente das «novidades» da Europa do seu tempo e a conduzir os assuntos da Expansão com uma grande ambição estratégica, o que se sublinha tão enfaticamente no conteúdo do Tratado de Tordesilhas, firmado – em 1494 – a menos de ano e meio da sua morte.

Há também que dizer, especificamente a respeito da organização dos estaleiros de obra, que a mesma foi muito condicionada pela revolução que o Renascimento impulsionou nas mentalidades. Ao procurar entender

⁸² G. CORREIA, op. cit., Vol. II, pp. 691-693.

como as coisas se terão passado, descobre-se, nos documentos tardo-quatrocentistas e quinhentistas relativos a edificação (fosse ela militar ou não), uma inusitada e crescente referência a «pinturas», «debuxos», «mostras», e aos mais variados «regimentos» e «apontamentos», manifestamente porque se tornou então habitual prever uma fase de projecto, mais ou menos rudimentar, antes de se arrancar com as obras em si. A vantagem que tal representava para a consolidação do domínio português além-mar seria imensa, já que, mesmo em lugares recônditos que houvesse necessidade de defender, era fácil recorrer-se a um esquema predefinido e, desse modo, colocar de pé uma fortaleza totalmente funcional sem complicações de maior.

No tocante à arquitectura militar, foi por conseguinte através de uma resposta devidamente amadurecida que a Nação cumpriu a sua sobrecarregada agenda imperial; e, apesar da proveniência estrangeira de muito do que era «novo», a sua aceitação ter-se-á processado de forma relativamente pacífica. Em paralelo, com a adopção de um «léxico» arquitectónico que fixava o formato das torres, dos panos de muralha, dos postos para artilharia, etc., tudo se simplificou, redundando a «ordenação» concreta de cada fortaleza nos locais disponíveis no principal ponto a cuidar. E claro que haveria sempre ensejo de limar uma ou outra aresta, pelo que, dispondo-se à partida de esqueletos construtivos (em alvenaria) fiáveis e cómodos de obter, o resultado apresentava-se mais do que satisfatório, só faltando acrescentar que a pirâmide técnica assim criada era de tal flexibilidade que muitas obras puderam ser dirigidas pelos capitães da armada ou por um qualquer mestre-pedreiro.

Para o período que aqui nos ocupa, uma derradeira questão deve ser levantada: o ciclo de mudança, já referido, que o desenvolvimento da pirobalística acarretou para o conjunto das actividades bélicas acompanhou de perto a vulgarização das «traças» enquanto instrumentos de coordenação das obras. Ou seja, a exigência de ter fortificações bem adaptadas à artilharia de fogo ocorre exactamente quando também novos métodos para a definição do seu desenho tomavam forma, numa coincidência cronológica que se enriqueceu, além disso, com interessantes implicações políticas, visto que o novo armamento constituiu um apoio importantíssimo à concentração dos mecanismos de decisão na Coroa – esta inegavelmente a única entidade capaz de suportar exércitos ou armadas com custos de equipamento e manutenção cada dia mais avultados. Para Portugal, a abertura da Rota do Cabo concedeu a estes problemas uma acuidade gritante, mas D. Manuel I lidou com eles admiravelmente, isto porque, além do desafoço financeiro em que reinou, teve o talento de moldar a sua governação a uma época efectivamente excepcional. Donde, e uma vez que estão em exame a guerra e as realizações arquitectónicas por ela determinadas, parece útil recapitular certos pontos da cultura técnica nacional na passagem do século xv para o xvi:

- a) as explorações oceânicas marcaram fortemente a maneira como a «modernidade» se difundiu no País, o que fez germinar um espírito

experimentalista que, por sua vez, retirou da obscuridade os homens de ciência e os chamados «oficiais mecânicos», a quem Diogo Lopes Rebelo, no seu tratado *Do Governo da República pelo Rei* (1496), via como «artistas», considerando-os agentes sociais da mesma relevância que «sacerdotes» e «militares»⁸³;

- b) o dito autor aconselhava o rei a rodear-se de súbditos «exercitados na arte da guerra e doutos em questões militares»⁸⁴, sendo que muitos dos capitães que, ao serviço de Portugal, rumaram a África e, pouco depois, aos domínios orientais, respondiam em absoluto ao perfil estipulado – senão, lembremo-nos de figuras como Diogo de Azambuja, Duarte Pacheco Pereira, Vasco da Gama ou Afonso de Albuquerque, autênticos heróis que assumiram com uma invulgar competência as missões que lhes foram confiadas;
- c) sempre de acordo com Diogo Lopes Rebelo, cabe aos soberanos «fortificar o reino, para ter cidades inexpugnáveis, de muros bem construídos»⁸⁵; este desígnio, com as inevitáveis adaptações ao contexto extra-europeu, foi o de D. Manuel I, conforme já fora também o do seu antecessor, não deixando de ser impressionante o pormenor – com menção a «fossos profundos, ante-muros e outras defesas aptas para a guerra» – a que o teólogo e tratadista de finais do século xv desce ao discorrer sobre fortificações⁸⁶;
- d) em Itália, os primeiros tratados ilustrados sobre arquitectura militar tinham visto a luz do dia havia pouco, o que outorgou uma nova racionalização e disciplina interna ao arranjo das fortalezas, devendo essa informação ter alcançado Portugal rapidamente⁸⁷, decerto com uma influência positiva sobre as medidas de defesa e fortificação então decididas, fosse para dentro ou para fora de fronteiras.

Voltando ao espaço do Índico, é de salientar que, no detalhe, as obras militares lá erguidas acabavam por depender de uma multiplicidade de

⁸³ Diogo Lopes REBELO, *Do Governo da República pelo Rei*, introd. A. Moreira de Sá, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1951, p. 57.

⁸⁴ D. L. REBELO, op. cit., pp. 144-145.

⁸⁵ D. L. REBELO, op. cit., p. 144.

⁸⁶ D. L. REBELO, op. cit., p. 144. Se tais preocupações podem parecer deslocadas num livro de doutrina política, tenha-se presente que a arquitectura – toda a arquitectura aliás – estava entretanto a transformar-se num ramo prioritário da acção dos poderes públicos.

⁸⁷ Rafael Moreira revelou que justamente as propostas de Francesco di Giorgio Martini, o «grande teórico italiano de finais do século XV», devem ter influenciado a volumetria dada à Torre de Belém. Cf. Rafael MOREIRA, «A Arquitectura Militar do Renascimento em Portugal», in *A Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica*, Actas do Simpósio Internacional – IV Centenário da morte de João do Ruão, Coimbra, Epartur, 1981, pp. 281-305. Uma situação análoga poderá ter ocorrido já na obra, quatrocentista, da Torre de Caparica. Cf. Pedro A. I. CID, op. cit., *passim*.

factores. As respectivas «traças» e listas de sítios a ocupar podiam ser expedidas do Reino, mas depois o cumprimento dessas instruções ficava a cargo dos vice-reis ou governadores, os quais por sua vez apelavam à ajuda de um arquitecto ou dos tais capitães e outros práticos, que beneficiavam assim de uma considerável liberdade de acção cujos efeitos são difíceis de avaliar ao fim de quinhentos anos. E até essa liberdade conseguia ver-se amplificada por querelas e desobediências várias, havendo registo de uma atitude desse género com um António Real, comandante da Fortaleza de Cochim, que, em 1511, se dedicou a «fazer huma casa de pedra pera sy» – um atrevimento que por sinal foi mandado castigar «rigorosamente» por Afonso de Albuquerque⁸⁸.

Este incidente suscita uma outra reflexão, a de saber quais as verdadeiras motivações de quem partia para longe da Pátria. Pretender aí «servir» era inteiramente legítimo, mas traduzia também, amiúde, uma sede de enriquecimento pessoal. Em Marrocos, fazer fortuna aparecia como um fruto natural da guerra, vingando o princípio, tão medieval, de que qualquer batalha provoca despojos e que estes são por direito do vencedor⁸⁹; mas, no momento em que esta lógica se transfere para o Índico, onde o trato das especiarias e de tantos outros produtos diversificava enormemente as oportunidades de negócio, compreende-se que nem sempre fosse possível à fazenda régia acautelar os seus rendimentos – até pelos seus próprios representantes.

A «crónica» do Estado Português da Índia veio, pois, a alimentar-se de muitas «circunstâncias» e de muitas situações largamente à margem das regras instituídas. E tudo possuía afinal a sua origem a montante, isto é, no Reino, como se demonstra pelo exemplo de um alcaide-mor de Castro Marim nos anos iniciais do século XVI. Com efeito, este, de nome Garcia de Melo, ou devido à fama que as suas façanhas no Norte de África lhe terão granjeado, ou tão-somente pela sua condição de membro de uma linhagem poderosa, pôde impunemente aterrorizar os moradores da terra, despojando-os dos seus bens e chegando a afugentá-los para a vizinha povoação de Aiamonte⁹⁰. Dir-se-á que tal só aconteceu por se tratar de uma localidade raiana, situada a grande distância da corte, mas nas praças do Além-Mar essa distância seria ainda muito superior. Adivinha-se, desta forma, que o «nobre-guerreiro», figura do passado, cultivava um padrão de comportamento em que os privilégios eram sentidos como algo de intrínseco, algo de eterno.

⁸⁸ G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 182.

⁸⁹ Cf. Vítor Luís Gaspar RODRIGUES, «Organização militar e práticas de guerra dos Portugueses em Marrocos no século XV, princípios do século XVI: sua importância como modelo referencial para a expansão portuguesa no Oriente», *Anais de História de Além-Mar*, Vol. II, 2001, pp. 157-168.

⁹⁰ Este alcaide vem denunciado numa queixa da época (ANTT, Gavetas, XX-5-14). Cf. o estudo de Luís Miguel DUARTE, «Garcia de Melo em Castro Marim (A actuação de um alcaide-mor no início do século XVI)», *Revista da Faculdade de Letras – História*, II série, Vol. V, Porto, 1988, pp. 131-143.

Mas, com o andar do tempo, novas classes e novos grupos profissionais que não exclusivamente a fidalguia começaram a relacionar-se com os círculos do poder. E, no caso dos estaleiros militares, é manifesto que a modernização necessária terá experimentado entraves bem menores, já que a especialização aí requerida, aliada ao modesto estrato social dos seus actores principais⁹¹, ditou que a orgânica do sector depressa se recompusesse, logrando assim dar resposta à urgência do País em remodelar a sério as suas defesas. Seguindo esta ideia, constata-se que um certo primado da competência, após invadir as actividades com maior conteúdo técnico e as artes mecânicas em geral, veio a impor-se igualmente na própria estruturação militar do Reino. De facto, quando a Idade Média é deixada para trás, todas as corporações militares da Nação conhecem uma nítida tendência profissionalizante que não mais se apagará.

E mesmo num domínio tão particular como o da heráldica, essas mudanças culturais se acusaram, vindo Diogo de Azambuja a obter, em 1485, licença de incorporar no respectivo escudo «hũ castello aalem das armas suas que tem»⁹², como se apenas esse preciso motivo arquitectónico pudesse evocar a sua memorável missão no litoral da Mina. Quanto a Diogo Cão, já um ano antes recebera mercê idêntica, ficando autorizado a incluir no seu brasão pessoal duas colunas⁹³, numa alusão óbvia aos padrões que levou consigo nas viagens de exploração que conduziu abaixo do equador.

Os padrões, esses fascinantes «marcos» de propaganda e apropriação territorial, constituem um fecho ideal para as nossas considerações. Se a sua ascendência era italiana⁹⁴, foi Portugal que os implantou desde as praias do Tejo até aos confins da África Austral, e os fez depois atingir as costas do oceano Índico. Testemunhos silenciosos da amplitude planetária tomada pelos Descobrimentos, os padrões simbolizam também na perfeição a continuidade entre a acção de D. João II e D. Manuel I, um ponto que reputamos essencial e que aqui procurámos documentar oolhando para a prática da arquitectura militar no palco ultramarino.

Mas examine-se o que as *Lendas da Índia* explicam acerca da colocação de padrões. Há dois reparos fundamentais a produzir, prendendo-se ambos com modificações surgidas no reinado manuelino: em primeiro lugar,

⁹¹ Ao tempo, os oficiais ligados à construção eram oriundos do povo comum, mesmo no caso dos arquitectos mais distintos, só no século XVI a situação vindo a alterar-se parcialmente. Cf. Pedro DIAS, *A Viagem das Formas*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, pp. 22 e 27. Cf. também nota 20 do presente artigo.

⁹² J. MARQUES (dir.), op. cit., Vol. III, p. 291. Doação de 17 de Março de 1485.

⁹³ J. MARQUES (dir.), op. cit., Vol. III, pp. 273-274. Doação de 14 de Abril de 1484. Diogo Cão foi nobilitado nessa ocasião, pois, ao contrário de Azambuja, era de classe social baixa. Diga-se que, no fim do reinado de D. Afonso V, também o mercador Fernão Gomes obtivera já um brasão de armas alusivo às suas actividades comerciais no golfo da Guiné.

⁹⁴ Cf. Rafael MOREIRA, «O hospital real de Todos-os-Santos e o italianismo de D. João II», in Paulo Pereira (dir.), *Hospital Real de Todos-os-Santos, 500 anos* (catálogo de exposição), Lisboa, Museu Rafael Bordalo Pinheiro, 1993, p. 27.

percebe-se que, com o *Venturoso*, os padrões terão passado a ser levantados sobretudo junto de núcleos populacionais ou à entrada dos portos visitados, como sucedeu em Melinde (1498)⁹⁵ ou em Mombaça (1505)⁹⁶, neste último caso representando aliás a coluna aí deixada uma «lembrança e penhor de paz», pois a cidade fora havida «per guerra», só então o seu rei se tendo submetido; em segundo lugar, e não obstante o relato de Gaspar Correia parecer um pouco fantasioso, descobre-se que, para erigir muitos desses pesados esteios de pedra, entrou em cena o já citado D. Lourenço de Almeida, que sozinho os conseguia pôr de pé⁹⁷.

A prodigiosa força desse «tão grande» cavaleiro encantou as cortes orientais onde foi recebido. Todavia, os seus dotes físicos e morais de nada lhe valeram quando o seu barco ficou encurralado durante um recontro no rio de Chaul (1507)⁹⁸. Os «Rumes» postaram-se a certa distância e roubaram-lhe a vida com um tiro de artilharia. A nobre arte da guerra já não existia.

Bibliografia

- ARMAS, Duarte de, *Livro das Fortalezas* (fac-símile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo), introd. Manuel da Silva Castelo Branco, Lisboa, ANTT e Edições Inapa, 1997.
- AZEVEDO, Carlos de, «A Arquitectura Militar», in *Arte cristã na Índia portuguesa*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1959, pp. 59-90.
- BRANDÃO, Augusto, «O Oriente», in Rafael Moreira (dir.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 159-187.
- BRITO, J. Soeiro de e TEAGUE, Michael (coord.), *Livro de Lisuarte de Abreu*, Lisboa, CNCDP, 1992.
- CAMPOS, Alexandra Curvelo da Silva, *A imagem do Oriente na Cartografia portuguesa do século XVI*, dissertação de mestrado (policop.), Lisboa, FCSH-UNL, 1996.

⁹⁵ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 66. A data indicada por Correia é corrigida para inícios de 1499 num estudo de Rafael Moreira de consulta indispensável para a correcta contextualização do fenómeno dos padrões portugueses. Rafael MOREIRA, «Le pilier de Malindi, seul vestige matériel du premier voyage de Gama», in *Vasco da Gama e a Índia*, Conferência Internacional (Paris, 11-13 Maio, 1998), Vol. III, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, p. 300 e nota 23.

⁹⁶ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 559.

⁹⁷ Gaspar Correia enumera (com algum exagero?) diversos padrões deixados no litoral do Índico. Segundo ele, na armada de Vasco da Gama «vinhão seis» destas colunas; e é também sua a indicação de que a «columna de pedra com os escudos das armas» que ficou «sobre a baía», em Ceilão (1506), foi uma daquelas que D. Lourenço de Almeida terá instalado. G. CORREIA, op. cit., Vol. I, pp. 66 e 654.

⁹⁸ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, pp. 764-767. D. Francisco de Almeida jurou vingança pela morte do filho, proclamando, ameaçador, que «quem o frangão comeo, ha de comer o galo, ou pagalo». G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 775.

- CARITA, Helder, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.
- CARVALHO, Andreia Martins de e PELÚCIA, Alexandra, «Os primeiros fidalgos na costa da Guiné», *Anais de História de Além-Mar*, Vol. II, 2001, pp. 127-138.
- CID, Pedro de Aboim Inglez, *A Torre de S. Sebastião da Caparica e a arquitectura militar do tempo de D. João II*, 2 vols., dissertação de mestrado (policop.), Lisboa, UNL-FCSH, 1998.
- CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, introd. Manuel Lopes de Almeida, 4 vols., Porto, Lello & Irmão, 1975.
- CORTESÃO, Armando (ed.), *The Suma Oriental of Tomé Pires and the book of Francisco Rodrigues*, Vol. I, London, Hakluyt Society, 1944.
- CORTESÃO, Armando e MOTA, Avelino Teixeira da, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Vol. I, Lisboa, 1960.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, «D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II», *Mare Liberum*, Vol. 17, 1999, pp. 39-71.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, «A formação do aparelho central da administração ultramarina no século XV», *Anais de História de Além-Mar*, Vol. II, 2001, pp. 87-114.
- DAVEAU, Suzanne, «A propósito das “pinturas” do litoral marroquino incluídas no *Esmeraldo de Situ Orbis*», *Mare Liberum*, Vol. 18-19, Dez. 1999-Jun. 2000, pp. 79-132.
- DIAS, Pedro, *A Viagem das Formas*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.
- DIAS, Pedro, *História de Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822)*, Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.
- Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa (Livros de Reis)*, Vol. IV, Lisboa, CML, 1959.
- DUARTE, Luís Miguel, «Garcia de Melo em Castro Marim (A actuação de um alcaide-mor no início do século XVI)», *Revista da Faculdade de Letras – História*, II série, Vol. V, Porto, 1988, pp. 131-143.
- FONSECA, Luís Adão da, *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Porto, INIC, 1982.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Expedições e Armadas nos anos de 1488 e 1489*, Lisboa, Livraria Ferin, 1915.
- GARCIA, José Manuel, «Livro das Fortalezas», in Francisco Faria Paulino (coord.), *O Testamento de Adão* (catálogo de exposição), Lisboa, ANTT, CNCDP, 1994, pp. 196-197.
- GARCIA, José Manuel, «Tesouros da Cartografia Portuguesa em Portugal», in *Tesouros da Cartografia Portuguesa* (catálogo de exposição), Lisboa, Edições Inapa, CNCDP, 1997, pp. 35-114.
- GÓIS, Damião de, *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*, Parte II, Coimbra, 1953.
- GONÇALVES, Júlio, *Seis Fortalezas Feitorias da Índia, Introdução a Uma História do Domínio Português no Oriente*, Lisboa, Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1942.

- MARQUES, João Martins da Silva (dir.), *Descobrimentos Portugueses: documentos para a sua história*, Vol. III, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1971.
- MONOD, Théodore, *L'île d'Arguin (Mauritanie), essai historique*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1983.
- MOREIRA, Rafael, «A Arquitectura Militar do Renascimento em Portugal», in *A Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica*, Actas do Simpósio Internacional – IV Centenário da morte de João do Ruão, Coimbra, Epartur, 1981, pp. 281-305.
- MOREIRA, Rafael (dir.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.
- MOREIRA, Rafael, «O hospital real de Todos-os-Santos e o italianismo de D. João II», in Paulo Pereira (dir.), *Hospital Real de Todos-os-Santos, 500 anos* (catálogo de exposição), Lisboa, Museu Rafael Bordalo Pinheiro, 1993, pp. 23-30.
- MOREIRA, Rafael, «Le pilier de Malindi, seul vestige matériel du premier voyage de Gama», in *Vasco da Gama e a Índia*, Conferência Internacional (Paris, 11-13 Maio, 1998), Vol. III, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, pp. 295-307.
- NUNES, António Lopes Pires, «As fortalezas de transição nos cartógrafos do século XVI», in *Livro do Congresso. Segundo Congresso sobre monumentos militares portugueses*, Lisboa, Património XXI, 1984, pp. 54-66.
- PEREIRA, Paulo, «Iconografia dos Descobrimentos», in Luís de Albuquerque (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 505-513.
- PINA, Ruy de, *Croniqua DelRey Dom Joham II*, Coimbra, Atlântida, 1950.
- RAMALHO, Américo da Costa, *Latim Renascentista em Portugal*, Coimbra, INIC, Centro de Estudos Clássicos e Humanistas da Universidade de Coimbra, 1985.
- REBELLO, Jacinto Ignacio de Brito (coord.), *Livro de Marinharia, Tratado da agulha de marear de João de Lisboa. Roteiros, sondas e outros conhecimentos relativos á navegação*, Lisboa, Imprensa de Libânio da Silva, 1903.
- REBELO, Diogo Lopes, *Do Governo da República pelo Rei*, introd. A. Moreira de Sá, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1951.
- RESENDE, Garcia de, *Crónica de dom João II e Miscelânea*, Lisboa, INCM, 1973.
- RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, «As Companhias de Ordenança no Estado Português da Índia, 1510-1580. Ensaio de criação do insucesso», *Oceanos*, Vol. 19-20, Set.-Dez. 1994, pp. 212-218.
- RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, «Organização militar e práticas de guerra dos Portugueses em Marrocos no século XV, princípios do século XVI: sua importância como modelo referencial para a expansão portuguesa no Oriente», *Anais de História de Além-Mar*, Vol. II, 2001, pp. 157-168.
- Roteiros de D. João de Castro (I). Roteiro de Lisboa a Goa (1538)*, apres. A. Fontoura da Costa, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1939.
- RUBIM, Nuno Varela, «D. João II e o Artilhamento das Caravelas de Guarda-Costas», *Revista de Artilharia*, n.ºs 768 a 771, Ago.-Nov. 1989, pp. 119-142; e n.º 772, Dez. 1989, pp. 215-227.

SANTOS, Catarina Madeira H. dos, *Goa é a chave de toda a Índia*, Lisboa, CNCDP, 1999.

SANTOS, Frei João dos, *Ethiopia Oriental*, Vol. III, Lisboa, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1891.

SANTOS, Nuno Valdez dos, «Artilharia e Artilheiros do Mar», *Oceanos*, Vol. 38, Abr.-Jun. 1999, pp. 137-140.

SENOS, Nuno, *O Paço da Ribeira, 1501-1581*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.

SILVA, José Custódio Vieira da, «Arquitectura em madeira na Expansão portuguesa», in Francisco Faria Paulino (coord.), *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa* (catálogo de exposição), resp. cient. Rafael Moreira, Porto, Infante 94 e CNCDP, 1994, pp. 27-34.

SILVEIRA, Luís, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, Vol. II, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, s.d. [195?].

THOMAZ, Luís Filipe Reis, *De Ceuta a Timor*, Algés, Difel, 1994.

VASCONCELOS, Basílio de (ed.), «Itinerário» do Dr. Jerónimo Münzer (*excertos*), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

VITERBO, Francisco de Sousa, *Fundidores de Artilharia*, Lisboa, Imprensa da Casa Real, 1901.

VOGT, John, *Portuguese Rule on the Gold Coast, 1469-1682*, Athens, The University of Georgia Press, 1979.

ANTÓNIO REAL, «O MEXEDOR DE COCHIM»: PERCURSO ASIÁTICO DE UM FIDALGO DE DIFERENTES SABERES E OFÍCIOS (1505-1514)

por

VÍTOR LUÍS GASPAR RODRIGUES *

Antecedentes

Quando em finais de 1513 Afonso de Albuquerque se insurgia contra a acção perniciosa de um grupo de homens a quem chamava as «feiticeiras de Cochim» – assim designados em virtude da oposição que vinham movendo à sua pretensão geoestratégica global, intrigando não só junto do rajá de Cochim, mas também da corte –, apontava António Real como um dos principais e mais activos elementos do grupo, acusando-o de ser o responsável primeiro por uma série de iniciativas que visavam a sua descredibilização e posterior substituição¹.

A missiva de Afonso de Albuquerque destinava-se, tal como várias outras que se seguiram, a explicar a D. Manuel as graves razões que o levavam a mandar António Real para o reino, sob prisão e a ferros, na companhia do amigo e sócio Diogo Pereira. Este facto, se, por um lado, revela a gravidade dos actos que Real, em conluio com os demais membros do «grupo de Cochim», praticara na ausência do governador², por outro, atesta que se tratava de uma personagem com crédito e influência junto do monarca e, bem assim, de alguém com grande importância no quadro da realidade política e económica malabar, em especial no reino de Cochim, com cujo soberano mantinha uma relação estreita. Com efeito, embora Albuquerque

* Investigador Auxiliar com Agregação. Director do Centro de História do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.

¹ Carta de Afonso de Albuquerque para o monarca, 30 de Novembro de 1513, *Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam* [CAA], dir. Raymundo A. de Bulhão Pato, 7 vols., Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1884-1935, Vol. I, pp. 118-121.

² Sobre o assunto, veja-se o trabalho de Inácio GUERREIRO e de Vítor Luís Gaspar RODRIGUES, «O “Grupo de Cochim” e a Oposição a Afonso de Albuquerque», *Stvdia*, 51, 1992, pp. 119-144.

afirme que optara por não o castigar na Índia em virtude de estarem em jogo assuntos tocantes à sua pessoa³, tudo indica que o governador, ciente da enorme influência de António Real e Diogo Pereira junto do rajá de Cochim, terá optado pelo seu afastamento para o reino com o intuito de evitar que estes agravassem ainda mais as relações entre a Coroa e as autoridades locais, já de si algo tensas em virtude da crescente importância que Calecute (Kozhikode) vinha assumindo no quadro da estratégia político-militar delineada por Albuquerque para a costa do Malabar⁴. Como é sabido, noutras circunstâncias, e por acções bem menos danosas para os interesses do «Estado da Índia» e de si próprio, o *Terribil* havia castigado, de forma particularmente severa, Rui Dias⁵, de nada valendo a oposição da generalidade da fidalguia da Índia, que muito claramente se manifestou contra a aplicação de uma «morte tão cível» – morte por enforcamento – a um jovem cavaleiro, ainda por cima aparentado com Manuel de Lacerda, um dos capitães da armada de Albuquerque.

António Real, um dos principais «mexedores de Cochim»⁶, era fidalgo da casa real⁷, como atesta o treslado da menagem, dada a Albuquerque, da feitoria e alcaidaria da fortaleza de Cochim⁸. Não sabemos, no entanto, se possuía alguma ligação anterior à casa ducal de Beja, a exemplo do que sucedia com Lourenço Moreno⁹, embora essa possibilidade não seja de todo de descartar, dado tratar-se de um dos portugueses estabelecidos no Malabar que, no dizer de Castanheda, «merecia muito crédito a D. Manuel»¹⁰. Com efeito, essa continuada manifestação de confiança na sua pessoa leva-nos a aventar a existência de uma relativa proximidade entre ambos. Como quer que fosse, a verdade é que Real detinha nos meandros da corte os apoios

³ Em carta ao rei, de 25 de Outubro de 1514, afirma: «eu com vosso medo a nam ousei cá de fazer, e por serem cousas tocantes a minha pessoa». CAA, Vol. I, p. 311.

⁴ Sobre o assunto, veja-se I. GUERREIRO e V. L. G. RODRIGUES, op. cit., pp. 134-135 e 138.

⁵ Sobre o assunto, veja-se Fernão Lopes de CASTANHEDA, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, introd. e rev. M. Lopes de Almeida, Vol. II, Porto, Lello & Irmão, 1979, Cap. XXIX, pp. 562-564.

⁶ A expressão foi utilizada, segundo Gaspar Correia, por Lourenço de Brito, capitão de Cananor, em carta de 1509 para Afonso de Albuquerque. Nela aconselhava Albuquerque a resguardar-se das intrigas e mexericos dos mexedores de Cochim. Cf. Gaspar CORREIA, *Lendas da Índia*, ed. de M. Lopes de Almeida, Vol. I, Porto, Lello & Irmão, 1975, p. 964.

⁷ Sobre os diferentes graus hierárquicos e seu escalonamento no seio da nobreza de Quinhentos, vejam-se os trabalhos de João Cordeiro PEREIRA, «A Estrutura Social e o Seu Devir», in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. V, Lisboa, Estampa, 1988, pp. 299 e ss; e Joaquim Romero MAGALHÃES, «A Sociedade», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 487-490.

⁸ Cf. o «Treslado da menagem que deu António Real pela feitoria de Cochim, nas mãos do senhor capitam moor, a sua alteza, por Joam Nunes», doc. s.d., CAA, Vol. III, pp. 204-205.

⁹ Cf. Alexandra PELÚCIA, «Lourenço Moreno, uma eminência parda de Cochim», in João Paulo Oliveira e Costa (org.), *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000, pp. 279-297.

¹⁰ O cronista afirma que «el rey tinha em muito crédito» a pessoa de António Real. Cf. F. L. CASTANHEDA, op. cit., Vol. I, p. 783.

necessários para ser nomeado pelo monarca como patrão-mor da ribeira e alcaide-mor da principal fortaleza portuguesa no Oriente, dois cargos que, como veremos, tinham uma importância significativa no seio da estrutura política e militar que então se pretendia criar – o «Estado da Índia»¹¹.

António Real tratava-se, porventura, de mais um secundogénito oriundo de um qualquer ramo secundário da fidalguia¹², aparentado com alguma das linhagens que gravitavam em torno do monarca e que viam na partida para a Índia uma oportunidade de proceder ao aumento da sua honra e cabedal, fundamentais para granjear o reconhecimento dos seus pares e, sobretudo, o do rei, num processo que visava, em última análise, o acrescentamento da sua família¹³. Importa notar, no entanto, que, à data da sua partida para o Oriente, António Real era já uma figura socialmente considerada, porquanto na *Ementa de 1505* o seu nome surge referenciado à parte da generalidade dos «moradores da casa real», integrando antes uma «lembrança em que se não faz menção mais que os capitães mores, vizoreis, governadores, capitães e pessoas de qualidade conhecida, e nobres»¹⁴. Ainda assim, só conseguiu chamar a atenção dos cronistas após a sua partida para o Oriente. Este facto, associado à inexistência de documentação com referências à sua pessoa, impediu-nos de poder reconstruir com um mínimo de fidelidade o trajecto de Real ao longo de uma parte significativa da sua vida.

Dessa primeira fase sabemos apenas que, a exemplo de muitos outros fidalgos, Real procurou a sua sorte além-fronteiras colocando-se ao serviço de soberanos estrangeiros, o que o levou a participar nalguns dos principais conflitos que grassavam na Europa. De acordo com as informações veiculadas por Gonçalo Fernandes, seu inimigo figadal, Real terá combatido no Levante, onde se terá familiarizado não só com as mais recentes inovações tecnológicas ao serviço da artilharia¹⁵, mas também com novas técnicas

¹¹ Temos conhecimento de, pelo menos, um primo seu que, como refere Real em carta ao monarca, permaneceu no reino como seu procurador e a quem encarregou de guardar toda a sua fazenda, bem como de defender os seus interesses no seio da corte. Estas tarefas terão ficado mais facilitadas a partir de finais de 1512, em virtude de aquele haver sido nomeado para o cargo de vedor da Fazenda, cujas funções lhe permitiam privar com o monarca. Cf. missiva de 15 de Dezembro de 1512, CAA, Vol. III, p. 345.

¹² Não conseguimos através dos nobiliários definir qual a sua origem familiar, o que se nos afigura estranho porquanto sabemos que se tratava do elemento de maior condição de todos aqueles que compunham o designado «grupo de Cochim».

¹³ Como refere Nuno Gonçalo Monteiro, «A definição de família nobre mais difundida era a que se encontra em Severim de Faria e Bluteau: Ordem de descendência, que trazendo o seu princípio de uma pessoa se vai continuando, e estendendo de filhos a netos, de maneira que faz uma parentela, ou linhagem, a qual pela antiguidade, e nobreza das cousas feitas é chamada nobre», in «Sistemas Familiares», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 280.

¹⁴ Cf. BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL [BNP], *Reservados, Colecção Pombalina*, n.º 123, f. 1.

¹⁵ Gonçalo Fernandes refere, como forma de o diminuir, que aquele teria aprendido mesmo o ofício de bombardeiro, o que, dada a sua condição de fidalgo e o facto de esse ofício

de construção naval, facto que julgamos não poder ser dissociado da sua posterior nomeação como patrão-mor da ribeira de Cochim. A sua presença algures no Mediterrâneo Oriental, integrado nalguma das expedições navais lançadas contra o inimigo otomano, ter-se-á registado por volta de finais da década de 1480, princípios da seguinte, porquanto em 1494 se encontrava já ao serviço de Carlos VIII de França.

Como ele próprio refere, em carta a D. Manuel em que aproveita para ressaltar a sua enorme experiência nas coisas da guerra, combateu nas «guerras de Itália» (1494-1497) às ordens daquele monarca¹⁶, tendo então regressado a Portugal numa data que não pudemos apurar, mas que situamos entre 1498 e 1504, uma vez que a primeira referência que nos surge de Real respeita à sua nomeação como alcaide-mor de Cochim e patrão-mor da Ribeira, funções muito díspares, mas que deixam transparecer desde logo que se tratava de alguém com uma personalidade multifacetada.

O percurso asiático

António Real passou à Índia na armada de D. Francisco de Almeida, usufruindo então de uma posição destacada a bordo, como comprova a «Memoria das pessoas que passarão à Índia no anno de 1505»¹⁷. Viajou a bordo da nau capitaina, tendo contraído «prihoris», por altura da passagem do cabo da Boa Esperança, doença que terá, porventura, contribuído para a sua ausência dos principais episódios militares que se seguiram durante a viagem, e não só¹⁸. Com efeito, Real, a pretexto das suas sucessivas enfermidades e/ou da sua já avançada idade, nunca integrou qualquer expedição militar durante a sua estadia no Oriente, disso se queixando Afonso de Albuquerque mais tarde, ao acusá-lo de repetidamente se furtar a combater, «nunca tendo vestido as armas por vosso serviço»¹⁹. Real foi, assim, um oficial régio cuja acção se desenvolveu à margem da guerra, tendo-se empenhado exclusivamente com os assuntos da fortaleza e da ribeira de Cochim, o que lhe permitiu, aliás, imiscuir-se rápida e profundamente no complexo mundo das redes mercantis inter-regionais e o transformou num dos mais poderosos e influentes homens dessa primeira geração de portugueses estabelecidos no Malabar.

De acordo com as informações veiculadas pelo cronista Gaspar Correia, o nosso fidalgo terá levado em sua companhia uma Eyria Pereira, contra-

ser à época considerado vil, se nos afigura pouco crível. Devia, no entanto, ter conhecimentos das técnicas de fundição, bem como das de fabrico da pólvora. Cf. CAA, Vol. IV, pp. 62 e ss.

¹⁶ Cf. CAA, Vol. III, p. 337.

¹⁷ Cf. BNP, *Reservados, Colecção Pombalina*, n.º 123, f. 1.

¹⁸ Cf. carta de Pêro Fernandes Tinoco ao rei, de 18 de Novembro de 1505, em que relata os principais acontecimentos ocorridos durante a viagem. Cf. CAA, Vol. II, p. 336.

¹⁹ Cf. carta de Afonso de Albuquerque ao rei, de 1 de Dezembro de 1513, CAA, Vol. II, p. 160.

riando assim as directivas régias que impediam, por essa altura, o embarque de mulheres nas naus da Carreira da Índia²⁰. Dessa ligação nasceu um filho varão – Diogo Botelho Pereira, que viria a tomar o nome do amigo e sócio do pai, Diogo Pereira, o *Malabar*²¹, assim alcunhado por rapidamente ter aprendido a falar «malayalam», o que lhe permitiu estabelecer uma verdadeira teia de relações comerciais e de solidariedades com as elites dirigentes do reino cochinês. Relativamente àquela que foi, ao que tudo indica, a primeira mulher portuguesa a estabelecer-se no Oriente²², julgamos que devia ser aparentada com Diogo Pereira, remontando assim ao reino a ligação entre aqueles dois elementos do «grupo de Cochim». Com efeito, só a existência de um laço desse tipo poderá justificar que, muito depois do abandono da Índia por Real, o *Malabar* tivesse continuado a proteger o seu bastardo, que havia permanecido no Oriente com a mãe, recomendando-o em 1539 a D. João III²³.

Amigos e parceiros de múltiplas actividades comerciais que aí desenvolveram, os dois homens depressa se associaram não só a alguns dos principais mercadores locais, mas também, e em especial, ao próprio rei de Cochim, também ele um grande amigo e defensor de António Real junto do monarca português, a quem escreveu algumas cartas a defendê-lo das acusações do governador²⁴. Mas, se a relação destes homens com Albuquerque foi problemática e tempestuosa, relativamente ao período governativo de D. Francisco de Almeida, podemos afirmar que tudo lhes correu de feição, tendo mesmo o vice-rei chegado a elogiar a acção desenvolvida por Real nos primeiros anos, afirmando que sem ele não se poderia remediar, o que parece remeter para os seus conhecimentos como construtor naval e fundidor de canhões²⁵. Para isso contribuiu não só o facto de o vice-rei haver adoptado uma política comercial claramente menos controladora e estatista que o seu sucessor (o que permitiu a António Real e Diogo Pereira desenvolver as suas actividades particulares em paralelo com o exercício das funções régias em que se encontravam investidos), mas também a circunstância de todos comun-

²⁰ Cf. G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 661.

²¹ Sobre esta figura e os inúmeros homónimos existentes na Índia no seu tempo, veja-se a biografia produzida por Luís Filipe THOMAZ e Geneviève BOUCHON, *Voyage dans les Deltas du Gange et de l'Irraouaddy. Relation Portugaise Anonyme (1521)*, Paris, FCG-CCP, 1988, pp. 377-389.

²² Sobre o assunto, veja-se Joaquim Candeias da SILVA, *O Fundador do Estado Português da Índia, D. Francisco de Almeida, 1457(?) - 1510*, Lisboa, CNCDP-INCM, 1996, p. 111.

²³ Cf. carta de Diogo Pereira ao rei, de 25 de Janeiro de 1539, ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO [ANTT], *Corpo Cronológico*, I-64-4.

²⁴ Veja-se a carta do rei de Cochim para D. Manuel, de 11 de Dezembro de 1513, CAA, Vol. III, p. 84. Sobre o assunto, leia-se ainda o que refere Castanheda, que afirma ter o rei de Cochim alertado D. Manuel para o papel extraordinário desempenhado por Real e Diogo Pereira na altura em que o príncipe herdeiro de Cochim quisera tomar-lhe o reino pela força. Cf. F. L. CASTANHEDA, op. cit., Vol. I, p. 783.

²⁵ Cf. carta de D. Francisco de Almeida ao rei, de 27 de Dezembro de 1506, CAA, Vol. II, p. 391.

garem da mesma visão estratégica para o devir da presença portuguesa no Índico, que passava por dar um especial relevo ao apresto das naus da carreira centrado em torno de Cochim e pela necessidade de proceder ao estabelecimento de mais algumas fortalezas-feitorias no Malabar, a saber, Cananor e Coulão. Estas, em conjunto com a de Cochim, não só assegurariam o acesso aos centros produtores da pimenta, mas também serviriam de apoio às armadas portuguesas no Índico.

Importa notar, no entanto, que pese embora o seu desempenho enquanto oficial régio fosse merecedor dos elogios do vice-rei, António Real depressa se tornou uma personagem bastante malquista pela generalidade dos homens estabelecidos no Malabar, tendo mesmo Gaspar da Índia²⁶, seu amigo e defensor, afirmado em carta a D. Manuel que todos lhe queriam mal²⁷, o que poderá estar relacionado com o facto de Real ser o responsável «das carregações das armadas» desde a sua chegada à Índia. Em carta um pouco mais tardia, de cerca de 1510, Gonçalo Fernandes acusava-o de roubar as naus «que veem de portugall de pam e vinho e azeite e outras cousas, e assi vossa fazenda per todallas partes que pode» e de controlar o preço do pão e do vinho, do que terá resultado o ditado: «com pam do Reall, punhada ao gato»²⁸.

Essa hostilidade parece, por outro lado, ter crescido à medida que os seus negócios particulares e a sua fortuna foram aumentando, sobretudo a partir de 1509, momento em que Diogo Pereira assumiu o cargo de feitor da fortaleza e Real foi interinamente nomeado capitão de Cochim. Passaram, assim, a controlar o principal entreposto comercial português no Oriente à época e, por via disso, a ter uma intervenção directa sobre as cargas expedidas através da Carreira da Índia, imiscuindo-se também nos tráficos regionais asiáticos, o que lhes permitiu aumentarem rapidamente as suas fortunas. A residência de António Real depressa se transformou na de maior condição em Cochim depois dos aposentos do vice-rei, não tendo sido por acaso que tanto Afonso de Albuquerque, primeiro, como o marechal D. Fernando Coutinho, depois, optaram por aceitar a sua hospitalidade, aí se instalando.

Este facto marca, também, o momento em que Real, ao contrário de outros elementos do «grupo de Cochim», como Diogo Pereira ou Lourenço Moreno, se começou a bandear para o lado de Albuquerque no grave conflito que vinha opondo este a D. Francisco de Almeida. A mudança teve como reflexo, por parte do *Terribil*, a nomeação daquele como capitão interino de Cochim. Substituiu então D. António de Noronha, sobrinho do gover-

²⁶ Sobre esta personagem incontornável do estabelecimento dos portugueses no Oriente, veja-se o trabalho de Elias LIPINER, *Gaspar da Gama. Um Converso na Frota de Cabral*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987; e Silvina SILVÉRIO, «Gaspar da Índia», in J. P. O. e Costa, op. cit., pp. 225-253.

²⁷ Cf. carta de 16 de Novembro de 1505, CAA, Vol. II, p. 373.

²⁸ Cf. carta de c. 1510, CAA, Vol. IV, p. 62.

nador, que em finais de 1509 partiu como capitão de uma nau da armada do marechal D. Fernando Coutinho que, desastrosamente, atacou Calecute (Kozhikode)²⁹.

A situação repetir-se-ia em 1510, por altura da conquista de Goa³⁰. António Real, ao contrário dos restantes elementos do grupo, defendeu então a sua conquista para evitar que esta se transformasse, como vinha sucedendo até aí, numa poderosa base naval inimiga³¹. Esse facto permitiu-lhe continuar a acumular por mais algum tempo a capitania de Cochim com os demais cargos que detinha, mas não o impediu de, após a partida de Albuquerque para Malaca e depois de confirmada a pretensão do governador de manter a posse da cidade, se afirmar como um dos mais ferozes partidários do abandono da ilha de Goa, por causa, dizia, dos muitos gastos e perdas em homens³².

Confirmava-se, assim, o vaticínio do vice-rei, que, referindo-se à «massa de Cochim», aconselhara Albuquerque a não dar «entendimentos nem ore-lhas, a quem depois dirá de vós como agora fazem de mim»³³. Na verdade, as verdadeiras razões para a oposição de António Real à manutenção de Goa prendiam-se sobretudo com o receio de que a breve trecho se viesse a operar uma transferência do centro de interesses do «Estado da Índia» do Malabar para o Concão. Tal como Duarte Barbosa, que acusava Albuquerque de haver prejudicado enormemente o *kolathiri* de Cananor, ao agravar o deslocamento para a ilha de Tissuari do antigo comércio de cavalos operado pelo porto de Cananor para Vijayanagar³⁴, também Real temia que essas mudanças, aliadas ao interesse crescente demonstrado pelo governador num acordo com o samorim, pudessem provocar a subalternização do reino de Cochim no quadro das relações políticas e comerciais do «Estado da Índia», o que seria catastrófico para os interesses de Real e do grupo em que se inseria.

A esses homens interessava sobretudo impedir que a Coroa, em resultado do projecto expansionista de Albuquerque – que visava não só o domínio dos principais centros comerciais e estratégicos do Índico, mas também uma maior intervenção no «comércio de Índia em Índia» – os desapossasse dos seus tratos particulares, pondo em causa as redes comerciais que haviam montado em articulação com os mercadores e autoridades locais.

²⁹ Sobre o assunto veja-se I. GUERREIRO e V. L. G. RODRIGUES, op. cit., p.129.

³⁰ Cf. F. L. de CASTANHEDA, op. cit., Vol. I, p. 499.

³¹ Cf. parecer de António Real, de 11 de Outubro de 1510, CAA, Vol. II, pp. 9-10.

³² Cf. traslado de uma carta de António Real em resposta ao capitão-mor, s.d., CAA, Vol. II, pp. 37-40.

³³ Cf. G. CORREIA, op. cit., Tomo I, pp. 896-897.

³⁴ O próprio *kolathiri*, em carta de 6 de Dezembro de 1507 ao rei de Portugal, já apontava para «os inconvenientes que lhe advinham da mudança do trato de cavalos desse porto para o de Goa», ocorrido em virtude de os portugueses ali terem construído uma fortaleza. CAA, Vol. II, p. 401. Sobre o assunto, veja-se Geneviève BOUCHON, *Mamale de Cananor. Un adversaire de l'Inde Portugaise (1507-1528)*, Genève-Paris, Librairie Droz, 1975, pp. 28-29.

Para António Real e os seus pares, a presença territorial desse Estado forte, centralizado e, sobretudo, monopolista, que, a materializar-se, significaria o fim da sua participação nos tratos regionais, começou a tomar contornos cada vez mais ameaçadores a partir de 1511, com a decisão de Afonso de Albuquerque de conquistar Malaca. Esse momento marca, de facto, o início das hostilidades entre o governador e a «massa de Cochim», com Real à cabeça, que tudo irá fazer durante a ausência daquele nos mares do Sul para deitar por terra a sua estratégia imperialista. Como refere Luís Filipe Thomaz,

desde que Albuquerque começara a planeá-la que os meios mercantis de Cochim entraram em agitação: «porque indo lá o governador e assentando feitoria ficavam eles sem mais trato», como nota Castanheda. Cherina Maracar e seu irmão Mamale Maracar, grossos tratantes mapulas, logo secundados por António Real, capitão de Cochim, e por Diogo Pereira, persuadiram por isso el-rei de Cochim a ir ver o governador à nau «e lhe conselhasse que não fosse a Malaca porque era monção gastada e perder-se-ia [...]». Com a conquista de Malaca era, por um lado, o Estado da Índia que começava a transbordar para a Ásia do Sueste, rasgando vias de penetração para o Extremo Oriente e para os mares do Arquipélago; era, por outro, o capitalismo monárquico português, até aí só interessado no comércio de longo curso, a imiscuir-se no tráfico regional que os guzerates tinham por coutada sua³⁵.

A resposta dos homens de Cochim não se fez esperar, começando de imediato a afluir ao reino inúmeras missivas, muitas delas de António Real, que apresentavam a conquista da ilha de Tissuari como uma empresa ruinosa, feita à revelia das directivas reais e com o propósito de Albuquerque poder vir a ser nomeado duque de Goa, e em que os sucessos militares eram diminuídos sob a alegação de que se tratava de «guerras contra negrinhos nús», que punham em risco a continuidade da presença portuguesa no Índico, dado visarem conquistas muito dispersas³⁶. Noutra carta, o nosso capitão aconselhava ao monarca que «mercadejasse na imdia e nom curasse de guerra» e que apenas se mantivesse ou se estabelecesse em «Cochim e Dio e outra [fortaleza] no estreito e ser poderoso no mar quando for necesario e isto he o que sogyga ho mar e a terra e nom fazer castelo a cada pomta sem proveito»³⁷.

Em 1512, num momento em que o conflito com o governador se agudizara, porque este acusara António Real não só de se haver recusado repetidamente a combater³⁸, mas também de depauperar a Coroa por não

³⁵ Cf. «Introdução. O Extremo Oriente e o Ocidente», in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses*, Vol. 1, Tomo I, Lisboa, Fundação Oriente, 1998, pp. 69-70.

³⁶ Cf. carta de António Real ao rei, CAA, Vol. III, p. 337.

³⁷ Cf. carta de António Real ao rei, s.d. [1511-1512], CAA, Vol. II, pp. 41-42.

³⁸ Cf. carta de Afonso de Albuquerque a D. Martinho de Castelo Branco, CAA, Vol. I, p. 408; carta do mesmo ao rei, de 1 de Dezembro de 1513, *Idem*, pp. 160-161.

aparelhar devidamente os navios que se encontravam carenados na ribeira de Cochim³⁹ à sua guarda, António Real enviou ao monarca várias cartas em que fez um violentíssimo ataque à política militarista em curso⁴⁰. Desautorizado em público por Albuquerque, relativamente a umas obras de fortificação da fortaleza que ficara de fazer, e obrigado a repor o dinheiro que gastara nos materiais entretanto desviados para umas casas suas e a ficar sem um ano de vencimento⁴¹, o nosso capitão lançou sobre Albuquerque um ataque feroz, repleto de acusações, muitas delas falsas ou infundadas, que lhe custariam o posterior envio sob prisão para o reino⁴².

Um pouco mais tarde, mas em data que não foi possível precisar, António Real manifestava-se por carta uma vez mais contrário à conquista de Goa e de Malaca, bem como contra os projectos de Albuquerque de construir uma fortaleza em Calecute (Kozhikode)⁴³, argumentando que esse reino não tinha pimenta e toda lhe ia de Cochim e de Calecoulão, «e que dous bateis armados postos no rio de Crangualor» impediriam que ali chegasse um grão de pimenta. Para além disso, dizia, o porto de Cochim era o melhor do Malabar «e he terra de mais madeira e de mais oficiais para corregimento das naos e fazimento delas»⁴⁴. Centrado apenas na necessidade de viabilizar o tráfico operado através da Carreira da Índia e interessado em assegurar a continuidade dos negócios particulares que «a massa de Cochim» detinha no comércio inter-regional a partir dessa praça, enfatizava: «tudo he vemto senam Cochym. Aqui faizei voso pé firme pera sempre, porque todalas outras fortelezas feitas e por fazer, vos nam servem de nada, senam gastarem quanto lá há e asi o que cá há. (...) E cochim, que he necessario estar mais provido de todas estas cousas que lisboa, pois se aqui faz tudo, e daqui saiem armadas e carregas e todo outro aviamento, nunca lhe leixam nada». Termi-

³⁹ Afonso de Albuquerque acusou-o ainda de haver mandado lançar fogo ao *Cirne* e ao *Rei Grande*, que ali se encontravam varados a aguardar reparação, e de dismantelar outros navios existentes na ribeira de Cochim, apenas para prejudicar as acções militares navais que o governador tinha em fase de preparação – a conquista da fortaleza de Benastarim na ilha de Goa. Cf. carta do governador para o rei, de 30 de Novembro de 1513, CAA, Vol. I, p. 119. Real defendeu-se da acusação em carta ao rei, de 15 de Dezembro de 1512, alegando que ficaria mais caro corrigê-los do que fazê-los novos, e que assim aproveitara toda a pregadura e ferraria. *Idem*, Vol. III., p. 348.

⁴⁰ Cf. carta de Real ao rei, de 15 de Dezembro de 1512, CAA, Vol. III, pp. 338 e ss.

⁴¹ Sobre o assunto, veja-se G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 182. As casas entretanto feitas foram transformadas pelo governador num hospital. Veja-se também a carta de Albuquerque ao rei, de 25 de Outubro de 1514, CAA, Vol. I, pp. 298-300.

⁴² Por lapso afirmámos, no nosso trabalho sobre o «grupo de Cochim», que o seu encarceramento terá ocorrido em 1512, sendo depois enviados para o reino, quando na verdade a sua prisão ocorreu em finais de 1513, partindo para Lisboa provavelmente em inícios de 1514. Cf. I. GUERREIRO e V. L. G. RODRIGUES, op. cit., p. 137.

⁴³ A 1 de Outubro de 1513 foi finalmente estabelecido o acordo com o samorim e iniciada a construção da fortaleza, só possível depois de em Fevereiro desse ano Albuquerque haver apoiado o envenenamento do anterior soberano, abrindo assim portas à ascensão do *nambeadiri*, príncipe favorável às pretensões dos portugueses.

⁴⁴ Cf. carta de António Real para o rei, s.d. [princípios de 1513], CAA, Vol. II, p. 37.

nava solicitando a D. Manuel «merçe da capitania de cochim com alcaidaria, e que também tenha cargo de vossas armadas e carregações, como sempre, té aqui, tive, porque ainda por aqui me ficais devendo dinheiro, por eu folgar de vos servir em tanta cousa»⁴⁵.

Paralelamente a esta acção de descrédito da figura e das acções de Afonso de Albuquerque, António Real e as demais «feiticeiras de Cochim» montaram um complexo plano que visava, no dizer de Luís Filipe Thomaz,

salvaguardar o seu espaço de manobra e, ao mesmo tempo, demonstrar por redução ao absurdo quão perniciosa era para o próprio Estado a nova política económica. Disso se encarregaram Diogo Pereira, António Real e Lourenço Moreno: o primeiro pôs-se a percorrer as faldas dos Gates, contactando directamente, graças aos seus conhecimentos de *malaiala*, os produtores de pimenta para lhes arrematar toda a produção; o segundo, que se tornara já num potentado económico, começou a adiantar em cobre aos militares os soldos que tinham em atraso, inundando o mercado e provocando uma desvalorização artificial da principal mercadoria que se dava pela pimenta; e o terceiro, que substituíra Diogo Pereira como feitor de Cochim, entregou «aos mouros com quem tinha trato a mercadoria da feitoria fiada por três anos», provocando uma espécie de bancarrota que *inter alia* impossibilitava o pagamento em géneros dos soldos em dívida. De sociedade com Gaspar Pereira e com o vigário [de Cochim] adquiriram ainda 800 quintais de calaim, que se obrigaram a pagar a seus donos em pimenta. A feitoria régia quedava assim, para efeitos de fornecimento de especiaria, inteiramente dependente da «massa de Cochim» e dos próprios soldados portugueses que nela haviam investido os soldos que António Real lhes adiantara em cobre⁴⁶.

Em simultâneo, os «homens de Cochim», aproveitando a ausência do governador do Malabar, não só eliminaram Simão Rangel, com o intuito de curto-circuitar as conversações iniciadas com as autoridades de Calecute tendentes ao estabelecimento de uma fortaleza nesse reino⁴⁷, mas também desacreditaram e prenderam Mateus, o embaixador do Preste João. Procuravam, assim, evitar uma eventual aliança com este que possibilitasse o ataque aos mamelucos e a conquista dos lugares santos, objectivo que sabiam fazer parte da estratégia político-militar defendida pelo governador para o «Estado da Índia»⁴⁸.

⁴⁵ Cf. carta de 15 de Dezembro de 1512, cit., CAA, Vol. III, pp. 340 e 345.

⁴⁶ Cf. L. F. THOMAZ, «Introdução», cit., pp. 69-70.

⁴⁷ Simão Rangel fora escolhido pelo governador para se dirigir a Calecute em missão diplomática, tendo sido capturado por homens da confiança de Real e Diogo Pereira. Foi então enviado preso para Cananor numa nau de muçulmanos, após o que foi vendido como escravo e enviado para o Cairo. Cf. carta de Afonso de Albuquerque ao rei, de 1 de Dezembro de 1513, CAA, Vol. I, pp. 160-161.

⁴⁸ Afonso de Albuquerque, em carta ao rei, de 25 de Outubro de 1514, acusa ainda Gaspar Pereira, o seu secretário e também ele um dos homens de Cochim, de estar envolvido nos maus-tratos a que o embaixador foi sujeito. Cf. CAA, Vol. I, pp. 314-315. Sobre o assunto, veja-se I. GUERREIRO e V. L. G. RODRIGUES, op. cit., pp. 136-137.

Ao longo desses anos, António Real e os seus parceiros continuaram a desenvolver os seus negócios particulares, deles nos tendo chegado informações através das missivas de Albuquerque para D. Manuel. De entre os vários negócios que detinham, sabemos que, à data do seu envio sob prisão para o reino, tanto o nosso fidalgo como Diogo Pereira se encontravam associados a Lourenço Moreno, nessa altura feitor da praça, e ao arel de Cochim⁴⁹, um poderoso malabar que se convertera ao cristianismo com o nome António Real e que mais tarde, em 1512, recebeu carta de privilégio de fidalgo⁵⁰.

Das actividades que desenvolveram, temos conhecimento de que, em 1513, importaram de Ceilão, num navio da sociedade, quatro elefantes «grandes e muito formosos», com o intuito de os vender em Goa. Afonso de Albuquerque, que acabara de mandar para o reino dois dos elementos da sociedade, ao ter conhecimento do negócio, ordenou que as $\frac{2}{4}$ partes pertencentes a Real e a Diogo Pereira revertissem a favor da Coroa e comprou a parte dos elefantes que cabia ao arel por 600 pardaus. Passando a deter a maioria do negócio, determinou que os animais fossem vendidos de seguida, ficando Moreno com a parte que lhe cabia da transacção e a Coroa com as mais-valias⁵¹.

Albuquerque, por outro lado, acusava-os de, enquanto oficiais da feitoria e fortaleza de Cochim – entre os quais destacava a figura de Real, por se encontrar à frente da «ribeira» –, não o terem socorrido por altura da sua expedição a Malaca, tendo em contrapartida armado uma grande nau para mandarem com pimenta a Ormuz, mas que ele sabia destinar-se ao reino⁵².

As acusações do governador de que negociavam com produtos defesos e se furtavam ao pagamento de quaisquer direitos nas alfândegas da Coroa também se sucedem: em 1512 haviam comprado uma nau em que Diogo Pereira fora vender, a Cambaia e a Chaúl, seda, cobre e pimenta pertencentes aos quatro, a saber, Real, Diogo Pereira, Moreno e Gaspar Pereira. Desse negócio haviam arrecadado 16 000 pardaus de ouro, «e nynhum deles pera a vosa feitoria⁵³; noutra ocasião, em Tanor⁵⁴, uma das suas naus foi apresada com uma carga de pimenta por Nuno Vaz, porque este «nom estava

⁴⁹ O arel de Cochim era simultaneamente chefe dos pilotos da barra de Cochim e chefe dos pescadores locais. Albuquerque, em carta ao rei, de 20 de Outubro de 1514, afirmava que o arel tinha muita gente sob seu mando na terra, porque «todos esses macuas, pescadores e marinhos e barqueiros, tudo he debaixo de sua jurisdição e mando». Cf. CAA, Vol. I, pp. 269 e 270; veja-se também a carta de 21 de Setembro de 1512, *Idem*, p. 199.

⁵⁰ Cf. carta de privilégio de fidalgo, de 21 de Fevereiro de 1512, ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, Liv. 7, f. 7; *Livro Sexto de Místicos*, f. 108.

⁵¹ Sobre o assunto, vejam-se as cartas de 1 de Fevereiro e 20 de Outubro de 1514 e a de 5 de Janeiro de 1515, do governador a D. Manuel, CAA, Vol. I, p. 270, e Vol. VI, pp. 27 e 206.

⁵² Cf. carta de Albuquerque ao rei, de 30 de Novembro de 1513, CAA, Vol. I, p. 119.

⁵³ Cf. carta do governador ao rei, de 3 de Dezembro de 1513, CAA, Vol. I, p. 197.

⁵⁴ Ou Tanur. Porto do reino do mesmo nome, tributário de Calecute, situado no Malabar, entre este reino e Ponani. Cf. Visconde de LAGOA, *Glossário Toponímico da Antiga Historio-grafia Portuguesa Ultramarina*, Lisboa, Ministério do Ultramar - JMGIU, 1953.

muito bem com Antonio Real nem com esses oficiaes». Disso viria depois a ser acusado e perseguido por eles⁵⁵, que assim mantinham os seus tratos sem grandes represálias por parte dos demais oficiais régios.

Neste particular, o próprio governador confessava que não tinha poder e alçada que lhe permitissem mexer com alguns dos privilégios de que aqueles vinham investidos do reino, o que explica a aparente «soltura» com que eles se movimentavam e toda a violenta oposição que lhe moveram. Na verdade, alguns desses homens, por via dos cargos em que iam providos – sobretudo os feitores e os capitães das fortalezas –, passavam ao Oriente na posse de cartas de serviço que os autorizavam a armar navios próprios para poder tratar com produtos que, à partida, eram monopólio exclusivo da Coroa. Na verdade, temos conhecimento de que tanto o nosso fidalgo, como Lourenço Moreno eram portadores de cartas régias que lhes permitiam negociar em mercadorias defesas e em navio próprio, com a única ressalva de que não os vendessem na terra «aos mouros nem aos gentios»⁵⁶, o que dificultava em muito a acção fiscalizadora de Albuquerque e daqueles que lhe eram fiéis.

Mas, se as queixas do governador se aplicavam à generalidade dos oficiais da fortaleza de Cochim, relativamente a António Real a situação era ainda mais grave, porque, tendo este partido para o Oriente com várias incumbências – alcaide-mor da fortaleza e patrão-mor da ribeira de Cochim – e maiores vencimentos⁵⁷, dada a especificidade das funções de que se revestia este último cargo, beneficiava de uma quase completa imunidade relativamente aos seus superiores. Com efeito, a Real competia não só supervisionar a armação das cargas das naus, mas também – o que é surpreendente por se tratar de um fidalgo – a construção e o corregimento dos diferentes tipos de navios na ribeira de Cochim, funções que desempenhou em paralelo com as de «mestre-de-obras» na construção da fortaleza de Cochim em 1505, e na sua fortificação, mais tarde⁵⁸.

Ao longo da correspondência que António Real trocou com o monarca, ressaltam os seus conhecimentos como construtor naval e os seus dotes como artilheiro, que o levam a afirmar, em Dezembro de 1512, que o gover-

⁵⁵ Cf. carta do governador, de 3 de Dezembro de 1513, CAA, Vol. I, p. 186.

⁵⁶ Fernão Lopes de Castanheda refere que Gaspar Pereira, por altura dos principais conflitos entre Albuquerque e a «massa de Cochim», instou Real a mostrar ao governador as duas cartas régias que trazia e que lhe possibilitavam comerciar em pimenta. Cf. A. H. de O. MARQUES (dir.), op. cit., Vol. I, p. 798. Veja-se ainda o «Treslado de algumas declarações que foram no regimento de Lourenço Moreno, que levou quando foi por feitor», CAA, Vol. III, p. 207.

⁵⁷ Disso dá conta Silvestre Corso em carta a D. Manuel, onde se queixava de, na Índia, não estarem a cumprir com o que continha o seu alvará, porquanto este determinava que vencesse o mesmo que Real – 180 000 réis e com 60 quintais ao quarto e vintena – e tivesse os mesmos ofícios. Cf. carta s.d., CAA, Vol. III, p. 184.

⁵⁸ Em carta ao rei, de 15 de Dezembro de 1512, Real defende-se das acusações do governador relativamente às obras de fortificação do castelo de Cochim, efectuadas em 1511, dizendo que, se fizesse a cerca tal como ele queria, o poria em risco e precisaria de 1000 homens para o defender; «e o castelo como estava feito dantes, por minha mão, se poderá guardar com 150 homens». Cf. CAA, Vol. III, p. 341.

nador só não o mandara de imediato para o reino por precisar muito dele, uma vez que era o único na Índia que sabia varar uma nau ou pô-la no mar⁵⁹. Manifestava-se ainda muito desagradado com o envio para a Índia de Silvestre Corso, que o haveria de substituir após o seu regresso ao reino, de quem dizia: «não sabe mais do que o que lhe eu ensinei (...), e vós quereis dar a honra do que eu inventei e ensinei aos vossos portugueses». Rematava comentando que aquele apenas percebia de galés, enquanto ele sabia construir também caravelas, o navio que, no seu entender, melhor se adaptava à guerra naval no Índico, porque «bem sabe V.A. que uma caravela bem armada toma duas galés. (...) As galés, senhor, nam se fazem senam por realeza e para porem gente em terra (...), e isto me deve V.A. crer, porque o sei, e gastei niso parte de minha vida»⁶⁰.

Não obstante poder existir algum exagero nas afirmações de Real ao monarca, normal neste tipo de correspondência, a verdade é que não só Albuquerque jamais prescindiu dos seus serviços – chegando mesmo a ordenar-lhe que fosse para Malaca, para aí correger a armada que lá ficara em deficientes condições, o que Real recusou –, mas também D. Francisco de Almeida o considerava um técnico de grande valia, «porque no mar o seu conselho e a sua vigia me descansava muito; e nestes portos tenho-o encarregado de toda a visitação das naus e aparelhos e carga delas»⁶¹. Neste particular, apurámos ainda que Real foi o responsável pela construção no Oriente dos primeiros «vasos», «cabrestantes» e «polés grandes», «aparelhos para tirar em botar a maior nau do mundo e uma terecena em que estam todos estes aparelhos» na ribeira de Cochim, para além de ter dado as medidas das caravelas que ali foram construídas⁶².

O reconhecimento das suas capacidades era igualmente feito por quantos com ele trabalhavam, como comprova o auto de inquirição mandado fazer pelo capitão da fortaleza de Cochim Jorge Barreto, também ele seu inimigo. Na verdade, em resposta aos quesitos que lhes foram colocados, tanto Fernam d'Almeida, almoxarife dos armazéns, como João Flores, almoxarife dos mantimentos, João Anes, mestre dos carpinteiros, e Pero Vitorio, mestre dos pedreiros, afirmaram que «era homem que nas coisas do mar sabia e entendia tanto como o que mais sabia»⁶³.

Real passava ainda por ser um entendido em questões de artilharia – a designação pejorativa com que alguns o tratavam («vilão bombardeiro») é disso o mais claro exemplo⁶⁴ –, que teria aprendido durante a sua estadia

⁵⁹ Cf. carta de António Real ao monarca, de 15 de Dezembro de 1512, *Idem*, p. 340.

⁶⁰ *Idem*, p. 349.

⁶¹ Cf. carta do vice-rei a D. Manuel, de 16 de Dezembro de 1505, ANTT, *Gavetas*, 20-10-33.

⁶² Cf. carta de Real ao rei, s.d., *As Gavetas da Torre do Tombo*, Vol. X, Lisboa, CEHU-JICU, 1974, pp. 365-366.

⁶³ Cf. doc. de 22 de Fevereiro de 1509, CAA, Vol. II, p. 430.

⁶⁴ Gonçalo Fernandes, um dos seus mais ferozes inimigos no Oriente, chama-lhe «vilão bombardeiro» e acusa-o de intrigar todos, inclusive o governador, «com essa oratória que aprendeu com os bombardeiros no Levante». Cf. carta de 1510, CAA, Vol. IV, pp. 62 e ss.

no Levante⁶⁵, facto que assume maior significado por se tratar de um dos elementos de maior importância tanto na construção dos navios, como no traçado das fortalezas, tarefa em que teve também, como ele próprio afirma, uma intervenção decisiva.

O regresso ao reino

Em finais de 1513, princípios de 1514, António Real e Diogo Pereira, seu sócio e compadre, foram enviados sob prisão para o reino. Afonso de Albuquerque, temendo porventura os efeitos negativos que adviriam para a sua acção política caso optasse por uma punição exemplar dos dois homens, acabou por afastá-los do Estado da Índia. Todavia, só a chegada à Índia de Silvestre Corso, que substituiu Real nos primeiros meses de 1513 como patrão-mor da ribeira, permitiu ao governador prescindir dos «saberes e experiência» de Real, comprovando-se o que o nosso fidalgo havia afirmado, que só não havia sido preso e enviado para o reino em data anterior por se tratar de uma figura imprescindível no quadro do Estado da Índia.

A sua expulsão, que foi seguida do aprisionamento de Duarte Barbosa, embora se tenha traduzido, no imediato, numa diminuição da tensão existente no seio da sociedade portuguesa estabelecida no Malabar – o que permitiu a Albuquerque aprofundar a sua política imperialista com a conquista de Ormuz em 1515 –, foi, no entanto, insuficiente, para impedir que os seus adversários arrancassem do monarca, nesse mesmo ano, a sua substituição por Lopo Soares de Albergaria, partidário de uma governação liberalizante que haveria de conduzir no Oriente ao que Luís Filipe Thomaz chamou «a grande soltura»⁶⁶.

Do percurso posterior do nosso fidalgo sabemos apenas que, sendo uma figura próxima do rei, deve ter continuado a movimentar-se no seio da corte, servindo como conselheiro de D. Manuel relativamente aos negócios orientais, dado tratar-se de um profundo conhecedor da realidade asiática. A 13 de Junho de 1515, contrariando o que havia sido a sua acção no Oriente, participou, como refere Damião de Góis, no ataque à fortaleza de Mamora, integrando a poderosa armada de D. António de Noronha. Que era por essa altura uma figura de relevo no seio da corte, comprova-o o facto de surgir referenciado na *Crónica de D. Manuel* entre os principais fidalgos que integraram a expedição.

Terá, eventualmente, falecido no decurso dessa empresa militar, integrando assim o enormíssimo contingente de homens de armas que tombaram naquele que foi o maior desastre militar do reinado de D. Manuel e um

⁶⁵ Nos textos portugueses deste período, o termo Levante aplica-se ao Mediterrâneo Central, bem como aos litorais do Próximo Oriente.

⁶⁶ Sobre o assunto, veja-se o seu trabalho «Os Portugueses e o Mar de Bengala na Época Manuelina», in L. F. THOMAZ, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994, pp. 435 e ss.

dos mais mortíferos até então ocorridos em Marrocos⁶⁷. Contrariamente a tudo o que seria de esperar, António Real, que durante a sua estadia no Oriente foi muito mais um «construtor» do que um «guerreiro» (o que lhe valeu ser acusado por Albuquerque de nunca haver participado em qualquer expedição militar), viria, após o seu regresso ao reino, a integrar aquela que foi uma das maiores armadas de guerra então organizadas. Tê-lo-á feito também agora em virtude dos seus «muitos saberes e diferentes ofícios», uma vez que se planeava construir uma fortaleza na Mamora? Nada nos permite afirmá-lo com certeza, uma vez que o seu nome desaparece definitivamente das fontes após 1515, porventura em resultado de ter perdido a vida no decurso da expedição⁶⁸.

Conclusão

Se, por um lado, António Real, cujo percurso acabámos de traçar, apresenta um conjunto de características que o aproximam do perfil dos chamados capitães da Índia, que formavam a classe dirigente do Estado da Índia – a saber: era fidalgo da casa real, porventura um secundogénito oriundo de uma linhagem secundária que fizera o seu tirocínio militar nas guerras de Itália (não conseguimos apurar se chegou nessa fase da sua vida a combater em Marrocos) e passara à Índia provido com a alcaidaria-mor de Cochim –; por outro, surge-nos como um indivíduo dotado de características extraordinariamente singulares, com profundos conhecimentos nos domínios da artilharia, da arte de fortificar e, sobretudo, da construção naval, saberes que lhe permitiram acumular aquelas funções com a de responsável pela ribeira de Cochim.

Esses «conhecimentos e saberes» permitiram-lhe passar à Índia numa situação privilegiada, bem patente não só no vultoso ordenado que negociou com o monarca, mas também no conjunto de mordomias e isenções com que foi provido e que constavam da sua carta de nomeação, privilégios esses que muitos engulhos causaram ao governador quando este procurou limitar a sua acção.

Pertencendo à primeira geração de portugueses que se estabeleceu no Malabar, depressa criou um conjunto de fidelidades e parcerias, em especial com Diogo Pereira, que seriam decisivas no estabelecimento de redes comerciais em parceria com os grandes mercadores locais e com o próprio rei de

⁶⁷ Cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, pref. David Lopes, Parte III, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1949-1955, Cap. LXXVI, p. 275. No combate morreram cerca de 4000 homens e foi destruído um grande número de navios, que ficaram retidos no rio.

⁶⁸ A única referência conhecida de alguém com esse nome respeita ao já citado arel de Cochim, que, em 1519, surge nomeado como cavaleiro fidalgo e morador da casa real, que sabemos tratar-se de um seu homónimo. Cf. ANTT, *Moradias da Casa Real*, Maço 1, Liv. 4, f. 19v.

Cochim, de quem se tornou muito próximo e que por ele intercedeu junto de D. Manuel no conflito que o opôs ao governador.

Membro influente da sociedade portuguesa aí estabelecida e conhecedor da importância dos seus ofícios para o Estado da Índia, bem como do favor de que gozava junto dos dois monarcas – D. Manuel e o rei de Cochim –, António Real depressa entrou em conflito com Albuquerque, cuja política militarista, centralizadora e marcadamente monopolista punha em causa os interesses não só da generalidade dos oficiais de Cochim, mas também dos malabares que a eles se encontravam associados. Importa realçar, no entanto, que esse conflito resultou, em última análise, do confronto entre duas concepções antagónicas sobre os rumos da expansão portuguesa no Índico: de um lado, a visão daqueles que, centrados nos seus pequenos mundos das fortalezas e feitorias, viam na carga das naus da «carreira» a razão primeira e quase exclusiva da sua presença no Malabar; do outro, uma concepção «globalizante», a de Afonso de Albuquerque, que, conhecendo como poucos as complementaridades desse oceano, idealizara um projecto imperialista de conquista de várias fortalezas, que serviriam de sustentáculo à rede comercial controlada pela Coroa portuguesa, embrião do que viria a ser o futuro Estado da Índia⁶⁹.

Fontes Manuscritas

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

Reservados, Colecção Pombalina, n.º 123, f. 1.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO

Chancelaria de D. Manuel, Liv. 7, f. 7.

Corpo Cronológico, I-64-4.

Gavetas, 20-10-33.

Livro Sexto de Místicos, f. 108.

Moradias da Casa Real, Maço 1, Liv. 4, f. 19v.

Fontes Impressas e Bibliografia

BOUCHON, Geneviève, *Mamale de Cananor. Un adversaire de l'Inde Portugaise (1507-1528)*, Genève-Paris, Librairie Droz, 1975.

Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam, dir. Raymundo A. de Bulhão Pato, 7 vols., Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1884-1935.

⁶⁹ Sobre o «Estado da Índia» ser na sua essência uma *rede*, isto é, um sistema de comunicação entre vários espaços, veja-se Luís Filipe THOMAZ, «Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI», in L. F. THOMAZ, *De Ceuta a Timor*, cit., pp. 207 e ss.

- CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, introd. e rev. M. Lopes de Almeida, 2 vols., Porto, Lello & Irmão, 1979.
- CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, ed. M. Lopes de Almeida, 4 vols., Porto, Lello & Irmão, 1975.
- As Gavetas da Torre do Tombo*, Vol. X, Lisboa, CEHU-JICU, 1974.
- GÓIS, Damião de, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, pref. David Lopes, 4 vols., Coimbra, Universidade de Coimbra, 1949-1955.
- GUERREIRO, Inácio e RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, «O “Grupo de Cochim” e a Oposição a Afonso de Albuquerque», *Stvdia*, 51, 1992, pp. 119-144.
- LAGOA, Visconde de, *Glossário Toponímico da Antiga Historiografia Portuguesa Ultramarina*, Parte I, Vols. 2 e 3, Lisboa, Ministério do Ultramar-JMGIU, 1953.
- LIPINER, Elias, *Gaspar da Gama. Um Converso na Frota de Cabral*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, «A Sociedade», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 469-509.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, Vol. 1, Tomo I, Lisboa, Fundação Oriente, 1998.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «Sistemas Familiares», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 279-285.
- PELÚCIA, Alexandra, «Lourenço Moreno, uma eminência parda de Cochim», in João Paulo Oliveira e Costa (org.), *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000, pp. 279-297.
- PEREIRA, João Cordeiro, «A Estrutura Social e o Seu Devir», in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. V, Lisboa, Estampa, 1988, pp. 277-234.
- SILVA, Joaquim Candeias da, *O Fundador do Estado Português da Índia, D. Francisco de Almeida, 1457(?) - 1510*, Lisboa, CNCDP-INCM, 1996.
- SILVÉRIO, Silvina, «Gaspar da Índia», in João Paulo Oliveira e Costa (org.), *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000, pp. 225-253.
- THOMAZ, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994.
- THOMAZ, Luís Filipe, «Introdução. O Extremo Oriente e o Ocidente», in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, Vol. 1, Tomo I, Lisboa, Fundação Oriente, 1998, pp. 13-121.
- THOMAZ, Luís Filipe e BOUCHON, Geneviève, *Voyage dans les Deltas du Gange et de l'Irraouaddy. Relation Portugaise Anonyme (1521)*, Paris, FCG-CCP, 1988.

GUNS IN PARADISE. GERMAN AND DUTCH ARTILLERYMEN IN THE PORTUGUESE EMPIRE (1415-1640)

by

GREGOR M. METZIG *

In 1534, the Franconian merchant Hieronymus Koeler embarked for Lisbon by way of Antwerp on assignment from a Nuremberg silver supplier. His task was to supervise the wares coming in from overseas. Koeler, a civilian, was not planning on a long stay in the Portuguese capital. Three months later, as he was hoping to continue on to Andalusia, he was approached by the high-ranking Dutch-born officer of an artillery brigade: “the king’s constable¹ there wanted to make an artilleryman of me, but I let it alone, for I was not there for this purpose.”² Koeler declined the offer from the Portuguese crown. However his example illustrates not only the recruitment methods of the burgeoning Empire, which were at times arbitrary, but also its central demographic problem. During the first half of the 16th century, tiny Portugal had built up a network of trading posts (*feitorias*), fortified settlements, and forts on every known continent. Of course, the maintenance of this global system of naval bases was exceedingly laborious, expensive, and necessitated above all a great deal of skilled personnel.

* Freie Universität Berlin, PhD candidate at the Friedrich-Meinecke-Institut.

¹ The *condestável* (constable) was the commander of a royal artillery unit, who was responsible for the action of loading and firing the guns. The supreme commander of the artillery forces held the title of the *condestável-mor*. The office is not to be confused with the *condestável do reino*. The commanders of the *bombardeiros da nómina*, many of whom originated in the Holy Roman Empire, were appointed by the king. At the time of Koeler’s stay in Lisbon, a certain Guillaume Ostrodomo (Nostradama) held the office. Cf. the appointment of several *condestáveis* in Francisco M. Sousa VITERBO, *A Armaria em Portugal. Notícia documentada dos fabricantes de armas brancas que exerceram a sua profissão em Portugal*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1907, pp. 100-109, n.º 129; Paulus E. PIERIS, Hedwig FITZLER, *Ceylon and Portugal. Kings and Christians (1539-1552)*, Leipzig, Asia Major, 1927, p. 301 with Fn. 1.

² Hannah S. AMBURGER, “Die Familiengeschichte der Koeler. Ein Beitrag zur Autobiographie des 16. Jahrhunderts”, in *Mitteilungen des Vereins für Geschichte der Stadt Nürnberg*, 30, 1931, pp. 153-288 (here: p. 231).

In the year 1500, only an estimated 1 to 1.4 million people inhabited the area of the “*pequena casa Lusitana*” (Camões, *Os Lusíadas*, VII, 14).³ Beginning in the middle of the 15th century, the crown’s response to this extreme lack of trained men was to attempt to enlist soldiers and sailors en masse from elsewhere in Europe. The historian Fernando G. Pedrosa observes: “At the time, Germans were the most important artillery manufacturers as well as the most adept cannoneers; their presence in our country from the end of the 15th century onward had a great impact on the high level of efficiency of Portuguese naval artillery.”⁴

During the history of European expansion, firearms took on a central role. The period around the year 1500 is generally considered the “Golden Age of Portuguese Artillery,” which at that time was among the best in the world.⁵ However, the question of whether the global expansion of the western system was based on military-technological superiority in the period preceding the industrial revolution has not been satisfactorily answered. Even if today the conventional “ships and guns thesis”⁶ of Carlo Cipolla or Roger C. Smith is seen as too simple and undifferentiated, it cannot be denied that armament, militancy, and the advanced seamanship of the Western world were basic to the success of overseas expansion: “[T]he real foundation of Portuguese military and naval power rested upon the use of artillery in conjunction with seapower.”⁷

³ José SERRÃO, “Demografia portuguesa na época dos descobrimentos e da expansão”, in Luís de Albuquerque e Francisco C. Domingues (eds.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Vol. 1, Lisboa, Caminho, 1994, pp. 342-352; João Marinho dos SANTOS, *A Guerra e as Guerras na Expansão Portuguesa. Séculos XV e XVI*, Lisboa, GTMECDP, 1998, pp. 96-109.

⁴ Fernando G. PEDROSA, *Os Homens dos Descobrimentos e da Expansão Marítima*, Cascais, Câmara Municipal, 2000, p. 116.

⁵ On the history of Portuguese artillery in the first phase of European expansion, see: Nuno J. V. RUBIM, “Artilharia Naval”, in L. Albuquerque, e F. C. Domingues (eds.), op. cit., Vol. 1, pp. 89-93; Miguel Sanches de BAËNA, “A artilharia moderna”, in Rafael Moreira (ed.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 73-90; João G. MONTEIRO, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Notícias, 1998, pp. 354-358; Francisco C. DOMINGUES, “Bombardeiro”, in L. Albuquerque, e F. C. Domingues (eds.), op. cit., Vol. 1, p. 138; José J. Teixeira BOTELHO, *Novos Subsídios para a História da Artilharia Portuguesa*, 2 vols., Lisboa, Comissão da História Militar, 1944.

⁶ Lawrence A. CLAYTON, “The Iberian Advantage”, in George Raudzens (ed.), *Technology, Disease and Colonial Conquests, Sixteenth to Eighteenth Centuries. Essays Reappraising the Guns and Germs Theories*, Leiden (Inter alia), Brill, 2001, pp. 211-235 (here: pp. 213-214); Roger C. SMITH, *Vanguard of the Empire: Ships of Exploration in the Age of Columbus*, New York, Oxford University Press, 1993; Geoffrey PARKER, *The Military Revolution: Military Innovation and the Rise of the West 1500-1800*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988; Carlo M. CIPOLLA, *Guns, Sails and Empires. Technological Innovation and the Early Phases of the European Expansion 1400-1700*, New York, Pantheon Books, 1965.

⁷ Malyn NEWITT, “The Portuguese Nobility and the Rise and the decline of Portuguese military power 1400-1600”, in David J. Trim (ed.), *The Chivalric ethos and the development of military professionalism*, Leiden (Inter alia), Brill, 2003, pp. 89-115 (here: p. 97).

During its expansion phase, Portugal needed more than 5200 tons of copper a year for shipbuilding as well as for weapons and ammunition. The revenues from overseas trade, which were substantial, allowed Portugal to meet this need with copper from northern and middle Europe.⁸ Still, armaments were not the only import from this region; the Portuguese also had north alpine artillerymen come to the Iberian Peninsula. It was by way of Antwerp, the most important north Alpine hub, that numerous military engineers and mercenaries arrived at the Iberian Peninsula and, eventually, the Portuguese *conquistas* in Africa, Asia, and South America. It was they, and not the representatives of the Upper German trading houses to arrive soon thereafter, who were the first Germans overseas.⁹ Besides money and the opportunity to build careers, they were also likely enticed by exoticism and the promise of adventure. Writers from antiquity such as Herodotus and Pliny the Elder had already told of the *mirabilia* of India, the fabled land of marvels and riches. Well into the modern era, Christian tales such as those of the apostle Thomas and of the legendary kingdom of Prester John continued to shape occidental fantasies of an earthly paradise far in the East.¹⁰

Despite the remarkably high proportion of middle Europeans manning the ships of Iberian expansion in the 15th and 16th centuries, their fates remain to this day almost entirely unknown and barely researched. Ana Maria Pereira Ferreira counts them among the anonymous foreigners in the

⁸ The most important raw material for the production of firearms was copper. In the 16th century, the most significant centers of copper production were found in Central Europe, particularly the Fugger mines in Tyrol, in the Harz and in Upper and Lower Hungary (Slovakia). Portugal's great dependence on imports from these territories became later a crucial factor in its loss of maritime hegemony since the mother country could no longer provide its over-extended, globe-spanning system of stationed fleets and fortifications with sufficient supplies. Cf. Ekkehard WESTERMANN, *Silberrausch und Kanonendonner. Deutsches Silber und Kupfer an der Wiege der europäischen Weltherrschaft*, Lübeck, Schmidt-Römhild, 2001; Kuzhipalli S. MATHEW, *Indo-Portuguese trade and the Fuggers of Germany. Sixteenth Century*, New Delhi, Manohar, 1997, pp. 161-170. António dos Santos PEREIRA, "A metalurgia portuguesa em finais de Quatrocentos e primórdios de Quinhentos: alguns subsídios", in Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (ed.), *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época*. Actas, 5 vols., Porto, 1989 (here: Vol. 3, "Economia e comércio marítimo", pp. 231-239).

⁹ The term "German" (ptg.: *alemão*) is by no means to be understood as a national category in this context, but instead is an umbrella term encompassing the territories that traditionally belonged to the German nation under the Holy Roman Empire, including the Netherlands, Bohemia, and the regions of the Swiss confederation. In the Portuguese source material, in some cases individuals even from the Baltic countries, Poland, and Hungary are indiscriminately referred to as "German."

¹⁰ Europeans rarely distinguished West India (America) and East India (the Indian sub-continent) from one another systematically until modern times. Cf. Hans-Joachim BIEBER, "Deutsche Indienbilder. Phantasie-, Wunsch- und Gegenbilder vom Mittelalter bis zur Gegenwart", in Markus Bernhardt, Gerhard Henke-Bockschatz (eds.), *Bilder – Wahrnehmungen – Konstruktionen. Reflexionen über Geschichte und historisches Lernen. Festschrift für Ulrich Meier zum 65. Geburtstag*, Schwalbach, Wochenschau-Verlag, 2006, pp. 62-86. Gita DHARAMPAL-FRICK, *Indien im Spiegel deutscher Quellen der Frühen Neuzeit 1500-1750. Studien zu einer interkulturellen Konstellation*, Tübingen, Niemeyer, 1994, pp. 120-135.

voyages of exploration.¹¹ At the same time, the British historian Charles R. Boxer, specialist in maritime history, already observed a disproportionately high ratio of Germans, Flemings, and Italians working with ranged and fire weapons.¹² In the appendix to their 1927 “Ceylon and Portugal. Kings and Christians (1539-1552),” Paulus E. Pieris and Hedwig Fitzler compiled a number of useful sources on the subject.¹³ Later, historians such as Paulo Drumond Braga, John Everaert and Pius Malekandathil referred to the significance of artillerists hailing from the Holy Roman Empire.¹⁴ However there is still no solid military-historical study of the matter.

The following essay investigates the role of a national minority within the Portuguese sphere of influence. In addition to an analysis of their military contribution, questions are raised about integration, career trajectories, and the everyday lives of the players in Europe and in the overseas territories. However even if the proportion of Germans and Dutch among firearm specialists was particularly high during the period of Portuguese expansion, these were not the only nations with mercenaries in the service of Lisbon. Although the Germans and Dutch are the primary object of this study, “foreign legionnaires” of other origins should always be kept in mind.

¹¹ Ana M. Pereira FERREIRA, “Estrangeiros na Índia no tempo de Afonso de Albuquerque: Os Anónimos”, *Anais de História de Além-Mar* [hereinafter *AHAM*], 1, 2000, pp. 53-58 (here: p. 53).

¹² Charles R. BOXER, “Asian Potentates and European Artillery in the 16th-18th Centuries: A Footnote to Gibson-Hill”, *Journal of the Malaysian branch of the Royal Asiatic Society*, 38, 1965, pp. 156-172 (here: p. 157).

¹³ P. E. PIERIS e H. FITZLER, op. cit.. João A. GRACIAS, *Alemães na Índia nos Séculos XV a XVIII*, Nova Goa, Rangel, 1941.

¹⁴ Horst G. NUSSER (ed.), *Frühe deutsche Entdecker. Asien in Berichten unbekannter deutscher Augenzeugen (1502-1506)*, München, Nusser, 1980, p. 34; Pius MALEKANDATHIL, *The Germans, the Portuguese and India*, Münster, LIT-Verlag, 1999, pp. 23-26 and 31-42; Paulo Drumond BRAGA, *Portugueses no Estrangeiro, Estrangeiros em Portugal*, Lisboa, Hugin, 2005, pp. 237-246; Franz HALBARTSCHLAGER, “Bombardeiros e Comerciantes. Dois Exemplos pela Colaboração dos Alemães na Expansão Portuguesa no Ultramar durante a Época de D. João III”, in Artur Teodoro de Matos (ed.), *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 661-682; John EVERAERT, “Soldiers, Diamonds and Jesuits: Flemings and Dutchmen in Portuguese India (1505-90)”, in Anthony Disney e Emily Booth (eds.), *Vasco da Gama and the linking of Europe and Asia*, New Delhi, Oxford University Press, 2000, pp. 84-104; Recently, the art historian Carla A. Pinto has also commented on the Bartholomew’s Church in Cochin and its connection to the German artillerists. I am much obliged to her for providing me with her unpublished paper: Carla A. PINTO, “S. Bartolomeu, Afonso de Albuquerque e os bombardeiros alemães. Um episódio artístico em Cochim”, lecture manuscript from the international colloquium “Portugal, Hamburg und die deutschsprachige Welt während der europäischen Expansion nach Übersee” (June 18-20, 2009, Hamburg University), pp. 263-280.

1. The *bombardeiros da nómina*:

A German artillery brigade in Portugal's Atlantic fleets

During the course of the 15th century, the expanding Iberian Reconquista kingdoms brought the crusade mentality to Africa and even overseas to Asia and America. The war with the so-called enemies of the Christian faith, alternately referred to as nonbelievers or Moors, was conducted ruthlessly by both sides. In 1415, Portugal laid the foundation for its expansion with the capture of the Moroccan coastal city of Ceuta, an event followed by systematic reconnaissance missions along the coast of West Africa. As early as the siege of Ceuta, Portugal employed more than 40 documented soldiers from the Holy Roman Empire, including the Tyrolean poet Oswald von Wolkenstein (1367-1445).¹⁵ The names of *espingadeiros* (handgunners) and *bombardeiros* (artillerists) from Germany and Flanders, hardly distinguished from one another in the Portuguese source material, are found in royal chancellery registers from the 15th century.¹⁶ Upon the conclusion of their service, they received so-called *tenças*, or pensions, from the crown. For instance, the cannoneer mestre Henrique received a yearly stipend of 7200 *reais brancos*.¹⁷ In the year 1489, King João II founded an elite brigade of Germans and Dutchmen known as the *bombardeiros da nómina*. The unit, consisting of 35 artillerists, was assigned naval missions and was led by a certain Mestre Hans. The *bombardeiros* were hand-picked by their commander and appointed (*da nómina*) by the crown. In the charter, the king decreed that they

must be especially suited to serve under us and particularly skilled in shooting culverins [serpentinhas] and other smaller projectiles. Beyond that, they must behave properly, live lawfully, and have a command of nautical knowledge.¹⁸

¹⁵ Erwin KOLLER, "War der deutsche Ritter etwa Oswald?!" *Zur Teilnahme des Wolkensteiners am portugiesischen Überfall auf Ceuta*, in Wernfried Hofmeister e Bernd Steinbauer (eds.), *Durch aubenteuer muess man wagen vil. Festschrift Anton Schwob zum 60. Geburtstag*, Innsbrucker Beiträge zur Kulturwissenschaft 57, Innsbruck, Institut für Germanistik, 1997, pp. 251-256. António H. Oliveira MARQUES, *Hansa e Portugal na Idade Média*, Lisboa, Presença, 1993, pp. 104-105.

¹⁶ John VOGT, "Saint Barbara's Legion. Portuguese Artillery in the Struggle for Morocco, 1415-1578", *Military Affairs*, 41, 1977, pp. 176-182; Jürgen POHLE, *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals im 15. und 16. Jahrhundert*, Münster, LIT-Verlag, 2000, pp. 34-35.

¹⁷ P. D. BRAGA, op. cit., p. 239.

¹⁸ "Charter of the *bombardeiros da nómina*, Evora, 12. November 1489", in João Martins da Silva Marques (ed.), *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua História*, Vol. 3, Lisboa, Editora do Instituto para a Alta Cultura, 1971, pp. 357-358, n.º 239. Additionally: Nuno Valdez dos SANTOS, *O Armamento Naval Português (1100-1500)*, Lisboa, Marinha, 1999, pp. 63-67; Francisco C. DOMINGUES, "Bombardeiro", in L. Albuquerque and F. C. Domingues (eds.), op. cit., Vol. 1, p. 138. Nuno J. V. RUBIM, "D. João II e o Artilhamento das Caravelas de Guarda-Costas. O tiro de ricochete naval", *Separata da Revista da Artilharia*, Lisboa, Serviços Gráficos da Liga dos Combatentes, 1990, pp. 37-40; P. E. PIERIS e H. FITZLER, op. cit., pp. 295-297.

Under Manuel I, from 1498 to 1520, the names of 36 German and Dutch cannoneers can be found in the chancellery registers of the crown.¹⁹ The majority of them came from southern German imperial cities and the contiguous territories in Swabia, Bavaria, and Bohemia. However some were from the Hanseatic cities or the Low Countries. More difficult than the question of their provenance is the question of their social status in their respective home countries and their motives for emigrating. A large portion likely came from families of urban manual laborers. Wolfgang von Laupen, son of a Bernese patrician and deep in debt, fled in 1501 after the bankruptcy of his father's business and entered into the service of the Portuguese crown, where he was to remain for the rest of his life, as a bombardier. His fate after his flight to Portugal, heretofore unknown, can now be at least partially reconstructed thanks to the discovery of letters in the Lisbon National Archive and the State Archive of Bern. According to these documents, in 1519, after his death in India, his onetime Swiss business partners appealed to King Manuel that von Laupen's estate be turned over to them as debt restitution.²⁰ As a further example, in the year 1525, the Dutch farmer Jacob Willemszone of the Scheldt region found himself suddenly in poverty and left his wife behind in order to embark from Portugal to India.²¹

Like craftsmen, the *bombardeiros* were organized in a guild and were initially subject to military jurisdiction.²² Among their privileges was

¹⁹ P. D. BRAGA, op. cit., p. 241. There is even a record from the year 1520 that has been preserved of a commission for three Germans, the beginning of which is cited here, Lisbon, November 23, 1520, in ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO [ANTT], *Corpo Cronológico* [CC], Parte II, Maço 92, n.º 125: "Item nos Joham de frysa de osburgo [Johann de Vries? of Augsburg] E miguel de lubizque [Michel of Leipzig] E clars de Refeque [Klaas of Rostock?] alemães bombardeyros dezemos que somos contentes de serujr el-Rey de portugall no dito ofiço de bombardeyros em seus Reynos E senhorios (...) ou em outra parte E em qualquer armada que nos quyserem enuiar como Jmdia afryca de tudo nos apraz E somos contentos (de) servir E fazer como bõos homens E ajudar a manear E fazer pedras E todas as outras cousas que pertemçem as ditas artilharyas E nos for mandado de nosos comdestabres pagamdo nos cada mes mill rreaes de soldo a cada hum E seremos asentados no lyvro da nomyna como os outros por que posamos gozar de todas as outras liberdades E soldos como se no dito lyuro E ordenança mais largamente contem (...)."

²⁰ Letter from the Bernese magistrate to King Manuel I, Bern, March 13, 1519, in ANTT, CC, Parte II, Maço 80, n.º 120; Letter of the Portuguese chargé d'affaires in Rome to the Bernese magistrate, Rome, August 1, 1520, STATE ARCHIVE OF BERN [StAB], *Kanzleiarchiv*, Holding "Unnütze Papiere" 52, n.º 73. The family von Laupen and the case brought against them is dealt with at length in Emil BLÖSCH, "Georg von Laupen", *Archiv des Historischen Vereins des Kantons Bern*, 9, 1880, pp. 270-351.

²¹ J. EVERAERT, "Soldiers", cit., pp. 87-88.

²² Privileges bestowed upon the German bombardiers by Manuel I, Abrantes, July 15, 1507, BIBLIOTECA DA AJUDA [BA], BA 51-VI-28, fls. 123-124; Naturally the king also promoted the transmission of specialized knowledge and the training of Portuguese artillery units, cf. for example: D. Manuel and D. Sebastião's privileges bestowed upon the Portuguese *bombardeiros da nómina*, Almeirim, January 29, 1515 and Lisbon, December 15, 1564, in João M. CORDEIRO, *Apontamentos para a História da Artilharia portuguesa*, Lisboa, Comando Geral da Artilharia, 1895, pp. 381-384, n.º 1-2.

an exemption from all duties, for example, on the purchase of wine and weapons. They could not be publically punished or flogged, nor could they be conscripted for construction work on fortresses, wells, streets, or bridges. During their missions, they were provided with free board, which they took separately from the rest of the crew.²³ Their monthly wage of 1200 *reais* was later raised to 1400 *reais*. For the purpose of comparison: a Portuguese *soldado* in this time earned a mere 800 *reais*.²⁴ The privileges of the *bombardeiros da nómina* were later confirmed and revised. However the number of foreigners among them consistently declined. According to the German-Portuguese academic literature, the brigade of the *bombardeiros da nómina* was dissolved at the beginning of the 17th century.²⁵ However, the registers from the period of Portuguese union with Spain (1580-1640) edited by Leonor Freire Costa make explicit reference to the German cannoneers. Here, the king decreed that, of his two hundred *bombardeiros da nómina*, half should be Germans.²⁶ After Portugal re-established independence in the year 1640, the *bombardeiros da nómina* were integrated into Portugal's reorganized armed forces as an ordinary regiment.

On board, the artillerists likely received their orders in a Low German idiom exclusively from their *condestável*. These officers, appointed by the king, reported directly to the captain and most were promoted to the rank of *cavaleiros*. With time, many were able to ascend to high positions in the military, in Portugal and overseas.²⁷ The Fleming Guillaume of Bruges (†1543) was, as of 1514, still a simple *bombardeiro* in southern Indian Cochin, where he was paid in grain due to a shortage of coins.²⁸ In 1529, he appeared in Goa as a *condestável*, where, after twenty years of service, he was appointed *condestável-mor* for life for all forts and fortifications on the island. He died

²³ P. MALEKANDATHIL, *The Germans*, cit., p. 41; P. E. PIERIS and H. FITZLER, op. cit., pp. 297-298 and 301.

²⁴ P. E. PIERIS and H. FITZLER, op. cit., p. 311; P. D. BRAGA, op. cit., p. 241.

²⁵ C. A. PINTO, op. cit., p. 12; P. D. BRAGA, op. cit., p. 240; Paul W. GENNRICH, *Evangelium und Deutschtum in Portugal. Geschichte der Deutschen Evangelischen Gemeinde in Lissabon*, Berlin (inter alia), de Gruyter, 1936, p. 14.

²⁶ Leonor Freire COSTA, "Os Regimentos sobre a Matrícula dos oficiais da navegação, da Ribeira e bombardeiros de 1591 e 1626", *Revista de História Económica e Social*, 25, 1989, pp. 89-126 (here: pp. 104-105 and 118-119).

²⁷ The *condestáveis* were sworn into the king's chancellery and received an annual pension of up to 20,000 *reais* from the Portuguese overseas administration. F. M. S. VITERBO, *A Armaria*, cit., pp. 100-109; A. M. P. FERREIRA, op. cit., p. 58.

²⁸ Albuquerque's payment orders, Cochin, July 12 and July 17, 1512, in Raymundo A. B. PATO (ed.), *Cartas de Afonso de Albuquerque*, 7 vols., Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1884-1935, Vol. 6, p. 98, n.º 190, and p. 102, n.º 196; he worked as a *condestável* in Cochin as early as 1527, cf. ANTT, CC, Parte II, Maço 144, n.º 24; His appointment to the office of *condestável-mor* on January 18, 1533 and the most thorough biographical information can be found in F. M. S. VITERBO, *O Fabrico da Pólvora em Portugal. Notas e Documentos para a Sua História*, Lisboa, Typographia Universal, 1896, pp. 22-28.

in 1543 and was buried at his request in a family chapel he had furnished himself in the Franciscan Church on Goa.²⁹

In spite of their high level of mobility, Lisbon remained the homeport of the *bombardeiros da nómina*. They maintained their own chapel in the Portuguese metropolis, the St. Bartholomew Chapel, that was later incorporated into the São Julião Church.³⁰ Although originally founded in the 13th century by German and Flemish traders, by the year 1500 the mercenaries had come to constitute such a large majority of the membership that the community is referred to as the *confraria des Alemans bombardeiros* in late medieval documents. The cannoneers formed their own congregation (*confraria*) and chose Saint Barbara and Saint Bartholomew as their patron saints, which they also represented on the altar.³¹ The saints' days, December 4 and August 24, were strictly observed in the Portuguese coastal forts and on ships in Europe as well as overseas. On these days, there were gifts of money and food from the king.³²

The elite troupe of the *bombardeiros da nómina* were also referred to by contemporaneous chroniclers. The Portuguese historiographer Damião de Góis told of a *condestável* by the name of Hans Freis and his German comrade, who, while employed as cannoneers on board a Portuguese warship in 1521, found themselves in a skirmish in the Straits of Gibraltar. They had

²⁹ ANTT, CC, Parte I, Maço 43, n.º 77; His gravestone, along with his family crest and the following inscription, were still there at the beginning of the 20th century, cf. Joaquim H. Cunha RIVARA, "Inscrições lapidares da Índia portuguesa", *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 8, 1894, pp. 589-743 (here: p. 601): "Esta sepultura/he de Guilherme De/Bruges Condestabre/Que foi desta Fortaleza/de Guoa. Falaceo a sete dias de Novembro. E de seus erdeiros, que falaceo na era de/1543 anos."

³⁰ According to tradition, in the 13th century the Hanseatic wood merchant Michael Overstädt (*Miguel Sobrevila*) had a chapel constructed in the present day Praça do Município dedicated to the apostle Bartholomew. It was later incorporated into a larger church dedicated to Saint Julian. Germans and Dutchmen joined together to create a congregation in order to collect funds for a place of worship and the salary of priest to perform mass in German (likely in Low German). After a legal dispute with the Portuguese clergy, a seventh of the Saint Julian Church was awarded to the community of the Lisbon Archbishop. With the great influx of central Europeans during the course of the 15th century, the character of this community changed from that of an association of merchants to a congregation of German mercenaries, so that the tradesmen eventually moved to another chapel. It was not until the beginning of the 17th century that the two groups united once more to form the Bartholomew congregation of Germans in Lisbon, which has survived up to this day. Cf. J. POHLE, op. cit., pp. 147-150; Klaus A. MÖRSDORF, *A Irmandade de São Bartolomeu dos Alemães em Lisboa*, Lisboa (inter alia), s.n., 1957.

³¹ According to lore, Barbara's pagan father was struck by lightning after his daughter's murder. Cf. Rolfroderich NEMITZ e Dieter THIERSE, *St. Barbara. Weg einer Heiligen durch die Zeit*, Essen, Glückauf, 1995; K. A. MÖRSDORF, op. cit., pp. 19-20. Francesco SPADAFORA and Maria L. CASANOVA, "Bartolomeo, Apostolo", in Filippo Caraffa and Guiseppe Morelli (eds.), *Enciclopedia dei Santi. Bibliotheca Sanctorum*, Vol. 2, Roma, Città nuova, 1962, pp. 852-877.

³² P. E. PIERIS and H. FITZLER, op. cit., p. 300; Cf. the captain general's instructions to the Portuguese factor in Hormuz regarding the financial assistance of the bombardier Corneles in his preparations for the Bartholomew festival on August 24, Hormuz, May 11, 1515, in R. A. B. PATO (ed.), op. cit., Vol. 6, p. 287, n.º 536.

come in aid of a Portuguese merchant's caravel against four English attackers. In an artillery combat lasting more than two hours, the *bombardeiros*, skilled with a falconet, were able to force the English aggressors to flee. Hans Freis, who directed the barrage, was already an experienced veteran. His presence on one of the fleets en route to India can be documented as early as 1505. Six years later he was stationed there in the Portuguese naval base on Goa.³³

In his 1586 *Indianischer Boernstein Bericht*, retelling the account of a public official who had returned from Portugal, the doctor Severin Göbel from the Prussian town of Königsberg described a desert island, presumably the island of Arguin off of the Guinean coast, not far from Cape Blanco. To protect the important trading post, the Portuguese had sent a fortress garrison of "many and the great part of German soldiers there, who were particularly good artillerymen."³⁴

Some of the bombardiers from the Holy Roman Empire didn't only make a name for themselves in the military. A certain *Mestre João* was a successful watchmaker; Hermann von Kempis (Hermão de Campos) opened a print workshop at the beginning of the 16th century and was later appointed court typographer. In his colophon he proudly calls himself "imprimidor y bombardeyro do Rey." In 1517 he published the *Cancioneiro Geral*, a song collection fundamental for Portuguese literature of the Middle Ages.³⁵ It was likely not arbitrary that Albuquerque, the first Portuguese governor of

³³ Damião de GÓIS, *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*, ed. Joaquim M. Teixeira de Carvalho, 4 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, Vol. 4, Cap. 78, pp. 187-188; cf. Saturnino MONTEIRO, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, 8 vols., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1989-1996, Vol. 1, pp. 312-313; Maria Themudo BARATA, "A primeira viagem de Lopo Soares à Índia (1504-1505). Um termo e um começo", in Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (ed.), *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época. Actas*, 5 vols., Porto, 1989, Vol. 3, pp. 251-279 (here: p. 277); Albuquerque's payment order to the factor in Goa, Goa, December 6, 1511, in R. A. B. PATO (ed.), op. cit., Vol. 5, p. 171 n.º 374.

³⁴ Severin GÖBEL, *Vom Indianischen Börnstein Bericht. Item von der Ambra*, Königsberg, Georg Osterberger, 1586, b1 r: "Nemlich das man fast vber 500. Meil weges von Lißbona abgelegten sendet/in eine Insel/welche unter Zona torrida leit/da es am aller heissesten ist/(da auch die Spanier vor grosser hitze nicht wol dauren koennen) solches Gummi findet/solche Insel soll fast goltreich sein/und wird Anime genennet/Und werden zu beschutzung solcher Insel fast und den mehren theil Deutsche Soldaten/sonderlich was gute Büchschützen seind/dahin geschicket/Man sagt das die Deutschen daselbst solche hitze besser dann die Spanier vortragen können (...)." The name *Anime* is possibly, as Göbel himself admits after several pages, an error. What is likely meant is the island of Arguin (colony of Brandenburg from 1685-1721), famous for its production of rubber from acacia resin, located 5 kilometers from the Mauretanian coast near Cape Blanco. The Portuguese maintained a fortified trade station on the island, along with a fort, as early as 1455.

³⁵ Hermann likely came from Kempen in Rhineland and was active as a printer in Lisbon, Setúbal, and Almeirim between 1509 and 1518. Cf. Frederick J. NORTON, *A descriptive catalogue of printing in Spain and Portugal 1501-1520*, Cambridge, Cambridge University Press, 1978, pp. 499-500; João J. Alves DIAS, "Os primeiros impressores alemães em Portugal", in João J. Alves Dias, (ed.), *No Quinto Centenário da Vida Christi*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995, pp. 15-27.

India, chose a French artilleryman as his cook – for his confessor, however, he chose a German.³⁶

Unlike Castile, the Portuguese did not primarily structure their 16th century expansion efforts around the American continent, although according to the Treaty of Tordesillas (1494) its southeastern part was legally theirs. Thus, in April 1500, Pedro Álvares Cabral (1468-1520?) took possession of Brazil for the Portuguese crown as a way-station en route to East India. A number of German *bombardeiros* already numbered among the members of his crew.³⁷ Even the Hessian artilleryman Hans Staden (1525-1576), who later became extraordinarily well-known thanks to his experiences in South America, originally came to Portugal by way of Holland “in order to take a look at Indiam”.³⁸ Initially Staden, along with his compatriots Hans von Bruchhausen and Heinrich Brant of Bremen, signed up for a privateer that would sail past Morocco in the years 1547 and 48. From there he made his way for the first time to the Portuguese outposts on the other side of the Atlantic. On his second voyage to Brazil (1550-1555), Staden was made commander of a small fortification on the strategically important island of Santo Amaro near São Vicente: “When the inhabitants heard that I was German and knew cannons well, they asked me to stay in the house [a fortified pillbox] to guard against the enemy (...).”³⁹

Staden defended the Portuguese fortification against the attacking Indian tribes but was taken prisoner during a walk by the hostile Tubinambá. Initially, he, like his co-prisoners, was supposed to be killed and consumed as part of an anthropophagic ritual. However he succeeded in postponing his execution to an ever later date. After nine months of captivity, a French captain traded some quotidian objects for his release and he returned to Europe in 1555. He later described his observations and adventures in a popular travelogue, which is incidentally also recognized as the oldest printed book about Brazil.

³⁶ Albuquerque's payment order, April 8, 1514, in R. A. B. Pato (ed.), op. cit., Vol. 6, p. 57, n.º 121: “yoham de Framça, bombardeiro, meu cozinheiro”; on the topic of Mestre João, Albuquerque's confessor, cf. Fn. 68.

³⁷ Nina TUBINO, “A Germanidade no Alvorecer do Brasil. A colônia”, in Nina Turbino (ed.), *A germanidade no Brasil. Das Deutschtum in Brasilien*, Porto Alegre, Sociedade Germânia, 2007, pp. 23-37 (here: p. 24); with this, the list of the first Germans in South America produced by Rolf Walter also needs to be corrected: Rolf WALTER, “Nürnberg, Augsburg und Lateinamerika im 16. Jahrhundert – Die Begegnung zweier Welten”, in Stephan Füssel (ed.), *Reiseberichte der Frühen Neuzeit. Wirtschafts- und Kulturhistorische Quellen*, München, W. Fink, 1987, pp. 45-82 (here: p. 73).

³⁸ Hans STADEN, *Wahrhaftig' Historia vnd beschreibung eyner Landtschafft der Wilden, Nacketen, Grimmigen Menschenfresser Leuthen, in der Newenwelt America gelegen (...)*, ed. Franz Obermeier, Kiel, Westensee, 2007, Vol. 1, Cap. 1, p. 234; Also: Günther KAHLE, “Deutsche Landsknechte, Legionäre und Militärinstruktoren in Lateinamerika”, *Zeitschrift für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, 30, 1993, pp. 355-369.

³⁹ H. STADEN, op. cit., Vol. 1, Cap. 16, pp. 244-245.

Securing the sea route to India along the African coast was the Portuguese crown's highest priority in the first half of the 16th century. According to Hieronymus Münzer, a German humanistic traveler, the king relocated a German artillery regiment to the Moroccan Alcácer (Al-Kasr al Sagîhr). Of these artillerymen, he explicitly singled out the cannoneer Jacobus Swevus of Waiblingen.⁴⁰ The presence of some of the men deployed there is also documented in the Portuguese account books.⁴¹ Germans and Dutchmen participated in the defense of the city Ceuta in 1457-1458 under the command of the Swabian knight Georg von Ehingen. His report contains a suggestive remark concerning the linguistic communication among the mercenaries: As commander of a leg of the fortification, he was "assigned to very skillful people, of whom there were many, who could speak and understand Lower German."⁴² By John Vogt's estimation, about half of the European artillerymen serving in the Maghreb were of German or Flemish origin.⁴³

2. The War in the Indian Ocean: German Mercenaries in the *Estado da Índia*

The Portuguese ship batteries assumed a key role in the confrontations with Asian armed forces. It is true that the use of firearms was already known in the Indian Ocean. Until that point, however, only light artillery had been used in naval combat, primarily before boarding enemy ships and to cannonade the enemy crew. In the beginning of the 16th century, the Portuguese helped to establish the primacy of the long-distance action with heavy artillery fired from massive, sea-faring vessels.⁴⁴ King Manuel commanded his admiral Pedro Álvares Cabral to conduct combat with a Muslim sea craft using the following strategy: "(...) you are not to come to close quarters with them if you can avoid it, but you are to compel them with your artillery alone to strike sail' so that 'this war may be waged with greater safety, and (...) less loss may result to the people of your ships.'"⁴⁵

⁴⁰ Dr. Jerónimo MÜNZER, *Itinerário*, ed. Basílio de Vasconcelos, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, p. 33: "habet item Rex bombardarios Almanos expeditissimos in Alkasser, inter quos quidam Iacpos Sweuus de waiblingen opido comitis de wirtemberg, qui multa strenue gessit."

⁴¹ Pedro de AZEVEDO (ed.), *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915-1934, Vol. 2, p. 357.

⁴² Georg von EHINGEN, *Reisen nach der Ritterschaft. Edition, Untersuchung, Kommentar*, ed. Gabriele Ehrmann, 2 vols., Göppingen, Kümmerle, 1979, Vol. 1, p. 52.

⁴³ J. VOGT, op. cit., p. 180. P. D. BRAGA, op. cit., p. 240.

⁴⁴ Vítor L. RODRIGUES, "O Reforço do poder naval português no Oriente com Afonso de Albuquerque (1510-1515): suas implicações", in *AHAM*, 3, 2002, pp. 155-163; Jeremy BLACK, *War and the World. Military Power and the Fate of Continents 1450-2000*, New Haven/London, Yale University Press, 1998, pp. 54-55; Iqtidar A. KHAN, "Early use of Cannon and Musket in India 1442-1526", *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, 24, 1981, pp. 146-164.

⁴⁵ G. PARKER, op. cit., p. 94.

Manuel's tactics were successful: thanks to the victory at Diu in 1509 against a Mamluk-Gujurati fleet, the Portuguese achieved total dominance of the Indian Ocean. Furthermore this dominance was also only rarely challenged. In South Asia, the Europeans encountered an emerging power vacuum and inserted themselves into the existing system – often peacefully. However, often by means of military interventions they also took advantage of the existing regional rivalries. The establishment of and simultaneous restrictions on the waterways were key. The great mobility of their ships made it possible for the *Estado* to assemble a substantial portion of its armed forces in a relatively short time. Its use of artillery frequently offset its relative lack of manpower. Employing a few trained men and effective cannons, entire military units could be held at bay. The Swedish historian Jan Glete observes that “the Portuguese navy was the first to systematically exploit gunpowder and heavy guns for fighting stand-off actions against enemies which were often superior in manpower.”⁴⁶ Naval bases fortified with heavy coast batteries and rampart-like walls as well as the fleets that patrolled the spaces between them made Portugal the first global acting seapower.⁴⁷

German and Flemish artillery specialists participated in almost all Portuguese military expeditions. We have two extant accounts from as early as Vasco da Gama's second voyage to India, both authored by anonymous crew members from the Holy Roman Empire.⁴⁸ However, the most important sources are to be found in the Portuguese archives, above all the correspondence of the *Estado da Índia*, contemporary chronicles, as well as the documents of the slowly developing colonial machine. However, in all of this archival material, Germans only appear sporadically, as the general figure of the unknown soldier. This is due on the one hand to their middle- or lower-class origins, on the other hand to the method of reporting employed by the Portuguese royal annalists who primarily wanted to exalt the deeds of their countrymen. Moreover, it is not always possible to identify central Europeans unequivocally due to the corruption of foreign names rendered in Portuguese. However, from time to time the attribute of origin *português* is appended to names, allowing us to deduce that the proportion of foreigners must have been high.

⁴⁶ Jan GLETE, *Navies and Nations. Warships, Navies and State Building in Europe and America 1500-1860*, 2 vols., Stockholm, Coronet Books, 1993, Vol. 1, p. 108; also Vítor L. RODRIGUES, “Military Structure of the Portuguese Navy in the Indian Ocean – The First Half of the 16th century”, in Kuzhipalli S. Mathew (ed.), *Ship-building and Navigation in the Indian Ocean Region, AD 1400-1800*, New Delhi, Manohar, 1997, pp. 140-146.

⁴⁷ V. L. RODRIGUES, op. cit., pp. 155-163; George MODELSKI and William R. THOMPSON, *Seapower in Global Politics 1494-1993*, Seattle, University of Washington Press, 1994, pp. 151-186.

⁴⁸ The report, written in the Flemish language, is kept short and was printed in Antwerp in 1504: Jan DENUCE (ed.), *Calcoen. Récit flamand du second voyage de Vasco da Gama vers l'Inde, en 1502-1503*, Anvers, De Sikkel, 1931; The second description is more thorough and was written by an Upper German sailor or mercenary: Christine von ROHR (ed.), *Neue Quellen zur zweiten Indienfahrt Vasco da Gamas*, Leipzig, Koehler, 1939, pp. 42-51.

The German contingent in Dom Francisco de Almeida's expedition to India (1504/05) is relatively well documented. After the Portuguese, Germans constituted the largest ethnic group among the armed ship escorts in his squadron.⁴⁹ In contrast to Almeida, first viceroy of India, who preferred to temporize, the governor Afonso de Albuquerque (1462?-1515) demanded extensive, strategic conquests. In this first decade of the *Estado da Índia*, the European settlement at Cochin functioned as a central naval base.⁵⁰ At the beginning of the 1520's, some 400 Europeans are said to have stayed here and in Kannur.⁵¹ Among them, the proportion of German and Dutch was not inconsiderable. For instance, a royal payment order from 1509 has survived, for three *cruzados* to the treasurer of Cochin, to be paid to the *condestável-mor*, Mestre Anes, and his company consisting of 50 bombardiers of German and Flemish origin.⁵² Their numbers and significance within the multinational garrisons must have increased to such an extent that they were able to pressure governor Albuquerque to create a separate place of worship for them. Inside the Portuguese Bartholomew Church from 1514, the governor established an own chapel especially for the Germans, that represented their first place of house of God in India.⁵³ St. Bartholomew was, according to all appearances, a simple, one-nave church with a portal beneath an oculus that initially featured no church tower. In later city maps of the city of Cochin, the building is shown to the west of the cathedral, near the hospital and the bishop's residence.⁵⁴ With squadrons arriving from Europe,

⁴⁹ Themudo BARATA, op. cit., pp. 276-278; Joaquim Candeias SILVA, *O Fundador do "Estado português da Índia". Dom Francisco de Almeida 1457?-1510*, Lisboa, CNCDP, 1996, pp. 116-117, pp. 220-221 and 300-301, n.º 8.

⁵⁰ Pius MALEKANDATHIL, *Portuguese Cochin and the Maritime Trade of India 1500-1663*, New Delhi, Manohar, 2001.

⁵¹ Hedwig KÖMMERLING-FITZLER, "Der Nürnberger Kaufmann Georg Pock (†1528/29) in Portugiesisch-Indien und im Edelsteinland Vijayanagara", *Mitteilungen des Vereins für Geschichte der Stadt Nürnberg*, 55, 1967/68, pp. 137-184 (here: p. 174).

⁵² Payment of the *condestável-mor* Anes and 50 bombardiers, Cochin, December 28, 1509, in R. A. B. PATO (ed.), op. cit., Vol. 4, pp. 229-300, n.º 72; Cf. the payments of December 21 and 27, 1509 with more German and Dutch names, in *Ibid.*, pp. 218-219, n.º 51, and p. 228, n.º 70.

⁵³ Afonso de Albuquerque's letter to King Manuel I, Goa, October 25, 1514, in António Silva REGO (ed.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, 12 vols., Lisboa, AGU, 1947-1958, Vol. 1, p. 217, n.º 105: "(...) E porque os alemães querem fazer huma capela sua, tambem deixey o lugar determinado homde ha aviam de fazer, e pois que ho Vossalteza agora mamda, apertal os ey em tall maneira que ha façam, aimda que seja comtra suas vomtades, como foram as cassas das vossas feitoryas." The settlement of the renovation, Cochin, December 30, 1515, in *Ibid.*, p. 276, n.º 127; C. S. PINTO, op. cit., pp. 11-15. P. MALEKANDATHIL, *The Germans*, cit., pp. 33-34; Kömmerling-Fitzler erroneously places the first German chapel in Goa, cf. H. KÖMMERLING-FITZLER, op. cit., p. 141.

⁵⁴ Luís SILVEIRA (ed.), *Livro das plantas das Fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia oriental com as descrições do marítimo dos reinos e províncias onde estão situadas e outros portos principais daquelas partes*, facsimile edition, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1991, p. 88, n.º 72; The most exact representation of the church, likely destroyed during the Dutch capture of Cochin in 1663, is presumably to be found on a Portuguese military

the number of foreigners continued to rise. An administrative report from the year 1525 requested one hundred more *bombardeiros* from Lisbon. Of these hundred, half were to be German and “more capable and better trained for this occupation than those from the previous years.”⁵⁵

The German cannoneers were among Albuquerque’s most reliable troop outfits and participated in his many expeditions in maritime Asia. With the help of his slaves, the bombardier Rüdiger von Geldern prepared gunpowder and munition for Albuquerque’s decisive conquests in Goa (1510) and Melaka (1511) – conquests in which he also participated. During the four month long defense of Kannur in 1507, he used a culverin to blow apart the cotton bales that the Muslim attackers had erected as protection.⁵⁶ Von Geldern hailed from the lower Rhine region, began his career in service of the Portuguese throne in North Africa, served as a *condestável* in India, and was granted nobility by the king in 1515. Towards the end of his life, the German returned to Europe and moved into a house in Antwerp where he became acquainted with the humanists Erasmus of Rotterdam and Damião de Góis.⁵⁷

Strategically significant for the *Estado da Índia* was the occupation of Diu in 1534 on the Gulf of Cambay. A great number of Ottoman-Gujurati troops attempted to take back the city on two occasions. The presence of two German bombardiers among the defenders during the second siege in 1546 is documented.⁵⁸ In the course of mobilization of all available forces, the *condestável-mor* João Luís amassed 130 cannoneers from all along the coast of Kerala to man the fleet. Moreover, as he informed the king, he needed an additional “40 or 50 German bombardiers of the old, proven variety.”⁵⁹

map of Manuel Godinho de Erédia from the year 1610, cf. José M. GARCIA, *Cidades e Fortalezas do Estado da Índia. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Quidnovi, 2009, p. 153.

⁵⁵ The passage cited does not, as Kömmerling-Fitzler claims, come from one of Albuquerque’s letters (he was already dead in 1515), but rather in an inventory report regarding the facilities and equipment of the *Estado*’s naval bases during the administration of the seventh governor Henrique de Menezes (1524-1526), cf. H. KÖMMERLING-FITZLER, op. cit., p. 141 with Fn. 24; “Lembranças de cousas da Índia”, in Rodrigo J. Lima FELNER (ed.), *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1868, pp. 1-56 (here, p. 31): “Á y muita necesydade de cem bombardeiros, a metade alemães, e os outros portugueses, e mais sabydos no ofycyo que os que vyerão os annos passados.”

⁵⁶ D. Góis, op. cit., Vol. 2, Cap. 16, p. 48; R. A. B. PATO (ed.), op. cit., Vol. 2, pp. 74-75 and 99; Vol. 4, pp. 277-278, 292-293 and 300; Vol. 6, p. 52.

⁵⁷ P. MALEKANDATHIL, *The Germans*, cit., p. 35. Cf. King Manuel’s payment order to the Portuguese factor in Antwerp, Lisbon, April 25, 1515, ANTT, CC, Parte I, Maço 17, n.º 116. GRACIAS, op. cit., pp. 64-65 describes him as being married. However there is no substantiation of this in the sources.

⁵⁸ *Livro das Mercês que fez D. João de Castro*, fol. 123v., BA, 51-VIII-46. Also P. MALEKANDATHIL, *Portuguese Cochín*, cit., p. 163.

⁵⁹ Letter from *condestável-mor* João Luís to King João III, Goa, November 21, 1545, in ANTT, CC, Parte I, Maço 107, n.º 83: “São muito necesarios 40 hou 50 bombardeiros Alemães dos velhos e antigos.”

The seizure of Goa at the mouth of the Mandovi River proved to be pivotal for the continued expansion of the Portuguese Empire in Asia. The western Indian island city was first conquered in February 1510 but because at first it could not be continuously defended, it had to be captured anew nine months later. The presence of numerous German and Flemish artillerymen in the second siege can be documented, on board the ships as well as among the land forces. Governor Albuquerque elevated their rate to 20 *reais* a day in addition to an extra bonus of 20 *pardaus* for their valiant effort in the struggle for Benasterim.⁶⁰ The hard-won coastal fort, believed by Albuquerque to be the strategic “key to the island of Goa,” was defended by one hundred Ottoman gunners.⁶¹ The Portuguese ships came under heavy fire at the river’s inlet. With the help of heavy artillery, the land troops were finally able to force the enemy commanders to surrender the fortress. Many of the German cannoners remained in the city long-term after the battle for defense purposes.⁶² The Fleming Gillys was awarded a bonus as he had shot “many Moors dead and [shot] breaches in the walls of Benasterim.”⁶³

In Goa, the Portuguese absorbed the well-equipped Bijapur arsenal together with its trained men, who quickly attained such a degree of perfection in their craft that by Albuquerque’s estimation they even surpassed the German masters.⁶⁴ However Bohemian and Upper German matchlock rifles formed their prototypes, positioned at the beginning of a history of Luso-Asian weapon production which would later thrive.⁶⁵ Guillaume of Bruges, who had ascended to the rank of *condestável-mor*, established the first gunpowder mill here, completed in 1547.⁶⁶ Thanks to their efficacy,

⁶⁰ The following eight *condestáveis* were awarded with bonuses: “Joham Grave, Jacome de buz, Rodrigo de breman, anis frisa o moço, amrique de breman [Hinrich from Bremen?], mestre pero, luis fernandes”; this in addition to a number of simple bombardiers, a large portion of whom also came from the Holy Roman Empire, Goa, November 18-30, 1512, in R. A. B. PATO (ed.), op. cit., Vol. 2, pp. 99-104, as well as ANTT, CC, Parte II, Maço 29, n.º 105; Henrique Quirino da FONSECA, *Os Portugueses no Mar. Memórias Históricas e Arqueológicas das Naus de Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, Typographia do Comércio, 1923, pp. 162, 229 and 254.

⁶¹ João P. Oliveira e COSTA, Vítor L. RODRIGUES, *Conquista de Goa 1510-1512*, Lisboa, Tribuna da História, 2008, pp. 73-89.

⁶² List of salaries, Goa, February 7, 1513, in R. A. B. PATO (ed.), op. cit., Vol. 5, pp. 408-410, n.º 881 as well as the payment order to the factor Francisco Corvinel, March 6, 1514 in *Ibid.*, Vol. 6, p. 39 n.º 79.

⁶³ Afonso de Albuquerque’s payment order to the factor of Goa, Goa, November 30, 1512, in R. A. B. PATO (ed.), op. cit., Vol. 2, p. 104: “por o servir muito bem de seu oficio nestes partes e matar muitos mouros e derrubar o muro de benasterym.”

⁶⁴ Albuquerque’s letter to the king, Kannur, December 4, 1513, in R. A. B. PATO (ed.), op. cit., Vol. 1, p. 203, n.º 41.

⁶⁵ Rainer DAEHNHARDT, *Espingarda feiticeira – The bewitched gun. The Introduction of the Firearm in the Far East by the Portuguese*, Lisboa, Texto Editores, 1994, pp. 39-67; F. M. S. VITERBO, *Artes e Artistas em Portugal. Contribuições para a História das Artes e Indústrias Portuguezas*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1920, p. 168.

⁶⁶ ANTT, *Chancelaria de D. João III*, Doações, ofícios e mercês, Parte I, liv. 49, fol. 21. The gunpowder mill was located in the eastern part of the Terreiro do Paço, cf. José Manuel de

the incendiary projectiles (*panelas de pólvora*) and fire bombs produced there, a specialty of the German gunsmiths, were among the most feared arms of the 16th century and provided the Portuguese with a crucial advantage in conflicts where they tended to have considerably fewer men.

3. The Portuguese and the Germans: Conflict and Every-Day Life in the Colonies

Life in the outposts of *Ásia Portuguesa* was largely structured by the military and the church throughout the whole of the 16th century.⁶⁷ No ships could go on patrol from June to September, the rainy season of the South-west Monsoons. Every base was largely on its own. The soldiers lived in close quarters in the only place that offered them protection – behind the ramparts and walls. Sickness and plague, such as cholera, were their constant companions. In Goa, a certain Frei João Alemão oversaw the care for the ill. Although likely, it cannot be ascertained for certain whether the clergyman was also active as the pastor for the community of his countrymen. On the other hand, we do know of his marksmanship as a *bombardeiro*, which he must have so impressively demonstrated during the conquests of Goa and Melaka that he was explicitly applauded for his military service in a letter to the governor.⁶⁸ As one of his closest confidants, Albuquerque, already 60 years old, appointed him his confessor. In a report to the king, he praised Frei João in a friendly tone: “I always revealed all of my sins and transgressions to him and feel a certain warmth and affection for him.”⁶⁹

In the early days of the *Estado* it was strictly forbidden to bring women to the Portuguese *conquistas*. Consequently, Europeans often maintained several local concubines at once. Prostitution, widespread in Cochin, ultimately led to the segregation of Christians from the rest of the population.

MASCARENHAS, “Portuguese Overseas Gunpowder Factories, in particular those of Goa (India) and Rio do Janeiro (Brazil)”, in Brena J. Buchanan (ed.), *Gunpowder, Explosives and the State. A technological History*, Aldershot, Ashgate, 2006, pp. 183-205 (here: p. 186); F. M. S. VITERBO, *Fabrico da Pólvora*, op. cit., pp. 25-28.

⁶⁷ Artur Teodoro de MATOS, “Daily Life at the Cannanore Fortress between 1516 and 1520”, in Kuzhipalli S. Mathew, Joy Varkey (ed.), *Winds of Spice. Essays on Portuguese Establishments in Medieval India with Special Reference to Cannanore*, Tellicherry, Institute for Research in Social Sciences and Humanities of MESHA, 2006, pp. 87-102; António H. Oliveira MARQUES, “Travelling with the Fifteenth-century Discoverers: Their Daily life”, in Anthony Disney, Emily Booth (ed.), *Vasco da Gama and the linking of Europe and Asia*, New Delhi, Oxford University Press, 2000, pp. 30-47.

⁶⁸ A. S. Rego, op. cit., Vol. 1, pp. 121-122, n.º 46-47, p. 136, n.º 54, pp. 166-167, n.º 72, and pp. 174-176, n.º 77; in the document from September 13, 1510, he identifies himself as *doutor Frey Joam*, cf. *Ibid.*, p. 103, n.º 37; Frei António’s letter to Afonso de Albuquerque, undated (1513?), in *Ibid.*, pp. 176-177, n.º 77.

⁶⁹ Albuquerque’s letter to the king, Goa, October 25, 1512, in R. A. B. PATO (ed.), op. cit., Vol. 1, p. 93, n.º 17.

Nevertheless, the crown had a different plan. In order to combat the chronic lack of Portuguese personnel and to establish permanent administrative structures, the king offered to marry his soldiers to converted local women. The idea was to create a Eurasian “mixed race” that would be less susceptible to tropical diseases but still loyal to Portugal. Governor Albuquerque expressly encouraged such bonds with the local elites and propagated the view that Muslims and Hindus of the highest castes were to be regarded as more or less white.⁷⁰ In April of 1512, he reported to the king with satisfaction that several Germans had already married local women.⁷¹ In 1512, the bombardier Anrique de Nostradama (Hendrik of Amsterdam) received 3000 *reis* for his marriage to a slave woman with whom he lived in Goa after the wedding.⁷² Married soldiers (*casados*) were allowed to withdraw from military service and take up residence as settlers. They were awarded trading privileges. In this way, the crown hoped to create incentives to develop the slowly growing Luso-Asian private sector. The Welser agent Hans Schwertzer, one time *bixssen schiesser* (handgunner), entered the diamond trade with the Hindu Vijayanagara Empire and later married a Portuguese noblewoman.⁷³ Jacob and Joseph van de Couteren, brothers of Flemish extraction, also later made their careers in this business. In an autobiographical account, Jacob summed up the supposed contradiction between his two professions in the following way: “I was a soldier and, when given the opportunity, also a merchant.”⁷⁴ Others abandoned the service of the crown entirely and defected in order to work as well-paid specialists under local Asian potentates. For instance, the ex-soldier *Marcos Roiz Dalemánha* served as secretary for the young Raja of Cochin.⁷⁵ Possible reasons to desert the Portuguese, in

⁷⁰ FRANCISCO BETHENCOURT, “Race Relations in the Portuguese Empire”, in Jay E. Levenson (ed.), *Encompassing the globe. Portugal and the World in the 16th & 17th Centuries. Essays*, Washington D.C., Arthur M. Sackler Gallery/Smithsonian Institution, 2007, pp. 45-53; Sanjay SUBRAHMANYAM, *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700. A political and Economic History*, London (inter alia), Longman, 1993, pp. 219-222.

⁷¹ Albuquerque’s letter to the king, Cochin, April 1, 1512, in R. A. B. PATO (ed.), op. cit., Vol. 1, p. 63, n.º 9: “(...) porque casam muitos homeens de bem e muitos ofeciaes ferreiros e carpinteiros, torneiros e bombardeiros, e alguns alemãees sam quá casados; (...)”

⁷² R. A. B. PATO (ed.), op. cit., Vol. 2, p. 100; Vol. 5, p. 325, n.º 683, and p. 347, n.º 734.

⁷³ P. MALEKANDATHIL, *The Germans*, cit., pp. 39-42; J. EVERAERT, “Soldiers”, cit., p. 92.

⁷⁴ Jacques de COUTRE, *Andanzas asiáticas*, ed. Eddy Stols, Benjamin Teensma and Johan Werberckmoes, Madrid, Historia 16, 1991, cap. 3, p. 94: “Desde entonces comencé a tener hazienda, siendo soldado y mercader quando se offrecía.” Because the foreign mercenaries in the service of the crown enjoyed trade privileges, many of them managed extra income through lucrative business. Guillaume of Bruges for instance presented the Herward trade agent Jörg Imhoff with a set of jewels consisting of rubies and a sapphire for the Lisbon-based *condes-tável* António Bispo, as well as for another German; cf. Hermann KELLENBENZ, “The Herwards of Augsburg and their Indian trade during the first half of the sixteenth century”, in Kuzhipalli S. Mathew (ed.), *Studies in Maritime History*, Pondicherry, Pondicherry University, 1990, pp. 69-84 (here: p. 76).

⁷⁵ J. EVERAERT, “Soldiers”, cit., p. 89; P. MALEKANDATHIL, *The Germans*, cit., pp. 40-41.

addition to delinquent and deficient payment, included greater and greater discrimination as well as religious pressure.

With the emerging denominational conflict in Europe, the Germans and Dutchmen fighting for the Portuguese crown came increasingly under the scrutiny of the Inquisition authority existing in the kingdom since 1536. Central European ideas of Reformation were gradually arriving in Portugal too, by way of merchants and mercenaries.⁷⁶ On May 16, 1543, a case was brought collectively against nearly all of the cannoneers in the German Bartholomew congregation on the charge of non-compliance with Catholic practice, a case however that was not followed up on.⁷⁷ The first documented charge of Lutheranism was brought against António Bispo (Bishop), the *condestável* of the artillery brigade, in the year 1543. He had long attracted attention due to his irreverent comportment in churches. Upon entering a place of worship, he would not take off his hat and made no gesture of respect before saints or the holy sacrament. During mass, Bispo was said to have never kneeled during transubstantiation. Instead he was known to stand up and walk around in the church and then sit down with crossed legs in a corner of the German chapel, a vantage point from which he was unable to see the elevation of the consecrated elements.⁷⁸ The charges often led to imprisonment, investigations and finally to trial – and on occasion to jail sentences. Mostly however they ended with capitulation and a plea for forgiveness.⁷⁹

Despite extensive repressive measures, the Inquisition was unable to prevent Protestants, along with their reform-minded writings, from infiltrating Portugal and even reaching as far as the overseas territories in individual cases. The Hessian gunner Hans Staden, likely the first Lutheran

⁷⁶ There are no basic studies on the history of Protestantism in Portugal. Historical encyclopedias such as the *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal* or the *Dicionário de História de Portugal* have no entry under the term *reforma*. The first published meditations on the matter, such as those of Marques or Cardoso, surprisingly skip the 16th century as the century of the Reformation, cf. João F. MARQUES, “Para a História do Protestantismo em Portugal”, *Revista da Faculdade de Letras*, 12, 1995, pp. 431-475; Manuel P. CARDOSO, “Protestantismo em Portugal”, *ICALP: revista/Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*, 18, 1989, pp. 141-151.

⁷⁷ João J. ALVES, “Zur Geschichte der deutschen Kolonie im Portugal des 16. Jahrhunderts. Einige Prozesse der Lissaboner Inquisition”, in Peter Hanenberg, Marília dos Santos Lopes and Ulrich Knefelkamp (eds.), *Portugal und Deutschland auf dem Weg nach Europa*, Pfaffenweiler, Centaurus-Verlagsgesellschaft, 1995, pp. 27-35 (here: p. 30); Id., “A colónia alemã de Lisboa face à Inquisição: um olhar sobre o século XVI”, in Maria M. Gouveia Delille (ed.), *Portugal-Alemanha: Memórias e imaginários*, Coimbra, Minerva/Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, 2007, pp. 75-83 (here: p. 78).

⁷⁸ J. J. ALVES, “Zur Geschichte”, cit. p. 28; Id., “A colónia alemã”, cit., p. 77.

⁷⁹ J. J. ALVES, “Zur Geschichte”, cit., p. 32; John EVERAERT, “Non-Portuguese Westerners trialed by the Goa Inquisition (1563-1523)”, in Pius Malekandathil and Jamal Mohammed (eds.), *The Portuguese, Indian Ocean and European Bridgeheads 1500-1800. Festschrift in honour of Prof. K. S. Mathew*, Tellicherry, Institute for Research in Social Sciences and Humanities of MESHAAR, 2001, pp. 149-162 (here: p. 155).

in Brazil, in a state of despair during his captivity in the hands of the Tubinambá, intoned Martin Luther's musical score of Psalm 130 "Aus tiefer Not schrei ich zu dir" (Out of the depths, I cry to you, O Lord).⁸⁰ He later reported that his captors after a while were able to appreciate his spiritual songs. In contrast, the reactions from the Portuguese colonial authorities were certainly less understanding. On December 7, 1552, a Jesuit priest wrote from the Indian Bassein (Vasai), near the present day Mumbai:

I believe that some Lutherans come here, under the pretense of being bombardiers, in order to spread their heresies, which is very dangerous in these regions due to widespread debauchery and extravagance here. Therefore we must spare no pains and instruct all those who are responsible for the fact that the Flemish, English, Germans, and also French flock here in undiminished numbers. Many of them maintain, as we know, ties to the Moors; others are infected by the Lutheran sect.⁸¹

The Jesuit persisted in his indictments and reported that he had a number of the heretics imprisoned and delivered them over to the Bishop's tribunal. Nine days later, a confrère informed Portuguese higher-ups in the order of a further arrest and of the confiscation of several texts written in German, among them a Psalter allegedly annotated by Martin Luther.⁸²

A further case was reported from the Portuguese stronghold in the Persian island of Hormuz, where a priest interrogated seven or eight alleged Lutherans and heretics who were said to have denied the doctrine of purgatory and the authority of the Roman Church. After a long disputation, the Jesuit apparently succeeded in converting them and restoring the unity of their church.⁸³ The accused did not always get off so easily: torture experienced a revival as an instrument of interrogation before the readmission to the Roman-Catholic communion. In the worst, if also rare, cases, the death penalty could be applied. Because the Fleming Nicolao Mont had absconded and thus evaded the Inquisition, an image of him was burned in effigy. The German artillerist Alberto Homem, accused of Protestantism and sodomy, was executed in 1607 without trial. His compatriot Andre Maldar of Rostock was condemned to ten years in the galleys under the same charges, which amounted to a slow death sentence.⁸⁴

The statutes of the Archdiocese of Goa from the year 1568 explicitly excommunicate and banish adherents of the "Martin Luther sect" and

⁸⁰ H. STADEN, *op. cit.*, Vol. 1, Cap. 20, p. 247.

⁸¹ Belchior Nunes' report, Bassein, December 7, 1552, in A. S. REGO, *op. cit.*, Vol. 5, pp. 261-262, n.º 50.

⁸² Letter written by Manuel Teixeira, Bassein, December 16, 1552, in A. S. REGO, *op. cit.*, Vol. 5, p. 284, n.º 53.

⁸³ Ludovicus Frois' report to the Jesuit college in Coimbra, Goa, December 1, 1552, in A. S. REGO, *op. cit.*, Vol. 5, p. 244, n.º 49.

⁸⁴ J. EVERAERT, "Westerners", *cit.*, pp. 155-158; Id., "Soldiers", *cit.*, pp. 89-90.

prohibit reading or owning reform-minded writings.⁸⁵ In the sixty years following the official arrival of the Inquisition in Goa (1560), a total of 27 trials were conducted against Germans, Flemings, and Dutchmen. The accused were predominantly soldiers and were investigated as alleged Protestants, as blasphemers, or for the possession of banned books. Interestingly enough, however, there are also four documented charges of conversion to Islam as well as sodomy.⁸⁶ Xenophobia and religious reservations, above all the crown's measures to monopolize power in the colonies may have contributed to the ever-decreasing number of foreigners coming to *Ásia Portuguesa*. The suspicion directed towards Germans and the Dutch was legally formalized in a royal decree on March 18, 1605, arranging for the expulsion of all European foreigners from the Portuguese colonies in India, Brazil, and on the Atlantic islands.⁸⁷ It is true that this ban did not directly bear upon mercenaries, who were privileged by the king, during the term of their service, however in general the quality of life for foreigners worsened with the implementation of these measures. Portugal was already less and less attractive for foreign mercenaries. At this juncture, however, it is appropriate to observe that long before the missionaries, the first protestants to arrive the overseas territories were German military men on the incoming Portuguese ships.

4. Summary

This attempt of a prosopographical study sheds some light onto the lives of soldiers in the Portuguese Empire who hailed from Germany. No new history of German heroes is being written here; instead, this investigation is fundamentally concerned with the importance of the cannoneers and their methods of warfare, as well as their mentalities, living conditions, and everyday lives. Military history is not to be understood here as an end in its own right but instead as a piece of the social history of a German- and Dutch-speaking minority in an environment dominated by the Portuguese. In particular, the first phase of Iberian expansion, in the 15th and 16th centuries, is almost unthinkable without the use of Central European arms expertise. For example, in Lisbon and South Indian Cochin, they formed a community of compatriots and enjoyed a remarkable legal and administrative special status. They represented a significant portion of the crews manning Portuguese ships and forts in Europe and overseas. The historian Fernando

⁸⁵ Constituições of the archdiocese of Goa, 1568, in A. S. REGO, op. cit., Vol. 10, pp. 711 and 798, n.º 54.

⁸⁶ J. EVERAERT, "Westerners", cit., pp. 153-154, 156 and 161-162.

⁸⁷ Decree issued by King Phillip III, Valladolid, March 18, 1605, in José J. de Andrade e SILVA (ed.), *Coleção Chronologica da Legislação Portuguesa*, 11 vols., Lisboa, J. J. Andrade e Silva, 1854-1859, Vol. 1, pp. 108-109.

G. Pedrosa sees their involvement as one of the most decisive factors in Portugal's military successes.⁸⁸ Finally, in combat situations they always operated as a unit under Portuguese high command. In the practice of their vocation, they were not fundamentally different from their comrades: Germans and Dutchmen fought, killed, and took slaves like the other conquistadors. They strove for social advancement, sought to attain material riches, and, on a case-by-case basis, were ready to desert.

Manuscript Sources

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Chancelaria de D. João III, Doações, ofícios e mercês, Parte I, liv. 49.

Corpo Cronológico, Parte I, Maço 17, n.º 116; Maço 43, n.º 77; Parte I, Maço 107, n.º 83; Parte II, Maço 80, n.º 120; Parte II, Maço 92, n.º 125; Parte II, Maço 144, n.º 24; Parte II, Maço 29, n.º 105.

BIBLIOTECA DA AJUDA

Cod. 51-VI-28, fls. 123-124.

STAATSARCHIV BERN (StAB)

Kanzleiarchiv, Holding "Unnütze Papiere" 52, n.º 73.

Bibliography

ALBUQUERQUE, Luís de and DOMINGUES, Francisco C. (eds.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Vol. 1, Lisboa, Caminho, 1994.

ALVES, João J., "Zur Geschichte der deutschen Kolonie im Portugal des 16. Jahrhunderts. Einige Prozesse der Lissaboner Inquisition", in Peter Hanenberg, Marília dos Santos Lopes, Ulrich Knefelkamp (eds.), *Portugal und Deutschland auf dem Weg nach Europa*, Pfaffenweiler, Centaurus-Verlagsgesellschaft, 1995.

ALVES, João J., "A colónia alemã de Lisboa face à Inquisição: um olhar sobre o século XVI", in Maria M. Gouveia Delille (ed.), *Portugal-Alemanha: Memórias e imaginários*, Coimbra, Minerva/ Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, 2007.

AMBURGER, Hannah S., "Die Familiengeschichte der Koeler. Ein Beitrag zur Autobiographie des 16. Jahrhunderts", *Mitteilungen des Vereins für Geschichte der Stadt Nürnberg*, 30, 1931, pp. 153-288.

⁸⁸ F. P. PEDROSA, op. cit., p. 138.

- AZEVEDO, Pedro de (ed.), *Documentos das Chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915-1934.
- BAÊNA, Miguel Sanches de, "A artilharia moderna", in Rafael Moreira (ed.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Alfa, 1989.
- BARATA, Maria Themudo, "A primeira viagem de Lopo Soares à Índia (1504-1505). Um termo e um começo", in Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses (ed.), *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época. Actas*, 5 vols., Porto, 1989.
- BETHENCOURT, Francisco, "Race Relations in the Portuguese Empire", in Jay E. Levenson (ed.), *Encompassing the globe. Portugal and the World in the 16th & 17th Centuries. Essays*, Washington D.C., Arthur M. Sackler Gallery/ Smithsonian Institution, 2007.
- BIEBER, Hans-Joachim, "Deutsche Indienbilder. Phantasie-, Wunsch- und Gegenbilder vom Mittelalter bis zur Gegenwart", in Markus Bernhardt, Gerhard Henke-Bockschatz (eds.), *Bilder – Wahrnehmungen – Konstruktionen. Reflexionen über Geschichte und historisches Lernen. Festschrift für Ulrich Meier zum 65. Geburtstag*, Schwalbach, Wochenschau-Verlag, 2006.
- BLACK, Jeremy, *War and the World. Military Power and the Fate of Continents 1450-2000*, New Haven/London, Yale University Press, 1998.
- BLÖSCH, Emil, "Georg von Laupen", *Archiv des Historischen Vereins des Kantons Bern*, 9, 1880, pp. 270-351.
- BOTELHO, José J. Teixeira, *Novos Subsídios para a História da Artilharia Portuguesa*, 2 vols., Lisboa, Comissão da História Militar, 1944.
- BRAGA, Paulo Drumond, *Portugueses no Estrangeiro, Estrangeiros em Portugal*, Lisboa, Hugin, 2005.
- CARDOSO, Manuel P., "Protestantismo em Portugal", *ICALP: revista/Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*, 18, 1989, pp. 141-151.
- CIPOLLA, Carlo M., *Guns, Sails and Empires. Technological Innovation and the Early Phases of the European Expansion 1400-1700*, New York, Pantheon Books, 1965.
- CLAYTON, Lawrence A., "The Iberian Advantage", in George Raudzens (ed.), *Technology, Disease and Colonial Conquests, Sixteenth to Eighteenth Centuries. Essays Reappraising the Guns and Germs Theories*, Leiden (Inter alia), Brill, 2001.
- CORDEIRO, João M., *Apontamentos para a História da Artilharia Portuguesa*, Lisboa, Comando Geral da Artilharia, 1895.
- COSTA, João P. Oliveira and RODRIGUES, Vítor L., *Conquista de Goa 1510-1512*, Lisboa, Tribuna da História, 2008.
- COSTA, Leonor Freire, "Os Regimentos sobre a Matrícula dos oficiais da navegação, da Ribeira e bombardeiros de 1591 e 1626", *Revista de História Económica e Social*, 25, 1989, pp. 89-126.
- DAEHNHARDT, Rainer, *Espingarda feiticeira – The bewitched gun. The Introduction of the Firearm in the Far East by the Portuguese*, Lisboa, Texto Editores, 1994.

- DENUCÉ, Jan (ed.), *Calcoen. Récit flamand du second voyage de Vasco da Gama vers l'Inde, en 1502-1503*, Anvers, De Sikkel, 1931.
- DHARAMPAL-FRICK, Gita, *Indien im Spiegel deutscher Quellen der Frühen Neuzeit 1500-1750. Studien zu einer interkulturellen Konstellation*, Tübingen, Niemeyer, 1994.
- DIAS, João J. Alves, "Os primeiros impressores alemães em Portugal", in João J. Alves Dias, (ed.), *No Quinto Centenário da Vita Christi*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995.
- DOMINGUES, Francisco C., "Bombardeiro", in Luís de Albuquerque and Francisco C. Domingues (eds.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Vol. 1, Lisboa, Caminho, 1994.
- EHINGEN, Georg von, *Reisen nach der Ritterschaft. Edition, Untersuchung, Kommentar*, ed. Gabriele Ehrmann, 2 vols., Göppingen, Kümmerle, 1979.
- EVERAERT, John, "Soldiers, Diamonds and Jesuits: Flemings and Dutchmen in Portuguese India (1505-90)", in Anthony Disney e Emily Booth (eds.), *Vasco da Gama and the linking of Europe and Asia*, New Delhi, Oxford University Press, 2000.
- EVERAERT, John, "Non-Portuguese Westerners trialed by the Goa Inquisition (1563-1523)", in Pius Malekandathil, Jamal Mohammed (eds.), *The Portuguese, Indian Ocean and European Bridgeheads 1500-1800. Festschrift in honour of Prof. K. S. Mathew*, Telli-cherry, Institute for Research in Social Sciences and Humanities of MESHAAR, 2001.
- FELNER, Rodrigo J. Lima (ed.), *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1868.
- FERREIRA, Ana M. Pereira, "Estrangeiros na Índia no tempo de Afonso de Albuquerque: Os Anónimos", *Anais de História de Além-Mar*, 1, 2000, pp. 53-58.
- FONSECA, Henrique Quirino da, *Os Portugueses no Mar. Memórias Históricas e Arqueológicas das Naus de Portugal*, 2.^a ed., Lisboa, Typographia do Comércio, 1923.
- GARCIA, José M., *Cidades e Fortalezas do Estado da Índia. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Quidnovi, 2009.
- GENNRICH, Paul W., *Evangelium und Deutschtum in Portugal. Geschichte der Deutschen Evangelischen Gemeinde in Lissabon*, Berlin (inter alia), de Gruyter, 1936.
- GLETE, Jan, *Navies and Nations. Warships, Navies and State Building in Europe and America 1500-1860*, 2 vols., Stockholm, Coronet Books, 1993.
- GÖBEL, Severin, *Vom Indianischen Börnstein Bericht. Item von der Ambra*, Königsberg, Georg Osterberger, 1586.
- GÓIS, Damião de, *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*, ed. Joaquim M. Teixeira de Carvalho, 4 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.
- GRACIAS, João A., *Alemães na India nos séculos XV a XVIII*, Nova Goa, Rangel, 1941.
- HALBARTSCHLAGER, Franz, "Bombardeiros e Comerciantes. Dois Exemplos Pela Colaboração dos Alemães na Expansão Portuguesa no Ultramar durante a Época de D. João III", in Artur Teodoro de Matos (ed.), *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Lisboa, CHAM, 2004.

- KAHLE, Günther, "Deutsche Landsknechte, Legionäre und Militärinstrukteure in Lateinamerika", *Zeitschrift für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, 30, 1993, pp. 355-369.
- KELLENBENZ, Hermann, "The Herwards of Augsburg and their Indian trade during the first half of the sixteenth century", in Kuzhipalli S. Mathew (ed.), *Studies in Maritime History*, Pondicherry, Pondicherry University, 1990.
- KHAN, Iqtidar A., "Early use of Cannon and Musket in India 1442-1526", *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, 24, 1981, pp. 146-164.
- KOLLER, Erwin, "'War der deutsche Ritter etwa Oswald?!' Zur Teilnahme des Wolkensteiners am portugiesischen Überfall auf Ceuta", in Wernfried Hofmeister e Bernd Steinbauer (eds.), *Durch aubenteuer muess man wagen vil. Festschrift Anton Schwob zum 60. Geburtstag*, Innsbrucker Beiträge zur Kulturwissenschaft 57, Innsbruck, Institut für Germanistik, 1997.
- KÖMMERLING-FITZLER, Hedwig, "Der Nürnberger Kaufmann Georg Pock (†1528/29) in Portugiesisch-Indien und im Edelsteinland Vijayanagara", *Mitteilungen des Vereins für Geschichte der Stadt Nürnberg*, 55, 1967/68, pp. 137-184.
- MALEKANDATHIL, Pius, *The Germans, the Portuguese and India*, Münster, LIT-Verlag, 1999.
- MALEKANDATHIL, Pius, *Portuguese Cochín and the Maritime Trade of India 1500-1663*, New Delhi, Manohar, 2001.
- MARQUES, António H. Oliveira, *Hansa e Portugal na Idade Média*, Lisboa, Presença, 1993.
- MARQUES, António H. Oliveira, "Travelling with the Fifteenth-century Discoverers: Their Daily life", in Anthony Disney, Emily Booth (ed.), *Vasco da Gama and the linking of Europe and Asia*, New Delhi, Oxford University Press, 2000.
- MARQUES, João F., "Para a História do Protestantismo em Portugal", *Revista da Faculdade de Letras*, 12, 1995, pp. 431-475.
- MARQUES, João Martins da Silva (ed.), *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a Sua História*, Vol. 3, Lisboa, Editora do Instituto para a Alta Cultura, 1971.
- MASCARENHAS, José Manuel de, "Portuguese Overseas Gunpowder Factories, in particular those of Goa (India) and Rio do Janeiro (Brazil)", in Brena J. Buchanan (ed.), *Gunpowder, Explosives and the State. A technological History*, Aldershot, Ashgate, 2006.
- MATHEW, Kuzhipalli S., *Indo-Portuguese trade and the Fuggers of Germany. Sixteenth Century*, New Delhi, Manohar, 1997.
- MATOS, Artur Teodoro de, "Daily Life at the Cannanore Fortress between 1516 and 1520", in Kuzhipalli S. Mathew, Joy Varkey (ed.), *Winds of Spice. Essays on Portuguese Establishments in Medieval India with Special Reference to Cannanore*, Tellicherry, Institute for Research in Social Sciences and Humanities of MESHAAR, 2006.
- MODELSKI, George and THOMPSON, William R., *Seapower in Global Politics 1494-1993*, Seattle, University of Washington Press, 1994.
- MONTEIRO, João G., *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Notícias, 1998.

- MONTEIRO, Saturnino, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, 8 vols., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1989-1996.
- MÖRSDORF, Klaus A., *A Irmandade de São Bartolomeu dos Alemães em Lisboa*, Lisboa (inter alia), s.n., 1957.
- MÜNZER, Dr. Jerónimo, *Itinerário*, ed. Basílio de Vasconcelos, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.
- NEMITZ, Rolfroderich and THIERSE, Dieter, *St. Barbara. Weg einer Heiligen durch die Zeit*, Essen, Glückauf, 1995.
- NEWITT, Malyn, "The Portuguese Nobility and the Rise and the decline of Portuguese military power 1400-1600", in David J. Trim (ed.), *The Chivalric ethos and the development of military professionalism*, Leiden (inter alia), Brill, 2003.
- NUSSER, Horst G. (ed.), *Frühe deutsche Entdecker. Asien in Berichten unbekannter deutscher Augenzeugen (1502-1506)*, München, Nusser, 1980.
- PARKER, Geoffrey, *The Military Revolution: Military Innovation and the Rise of the West 1500-1800*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988.
- PATO, Raymundo A. B. (ed.), *Cartas de Afonso de Albuquerque*, 7 vols., Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1884-1935.
- PEDROSA, Fernando G., *Os Homens dos Descobrimentos e da Expansão Marítima*, Cascais, Câmara Municipal, 2000.
- PEREIRA, António dos Santos, "A metalurgia portuguesa em finais de Quatrocentos e primórdios de Quinhentos: alguns subsídios", in Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (ed.), *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época*. Actas, 5 vols., Porto, 1989.
- PIERIS, Paulus E. and FITZLER, Hedwig, *Ceylon and Portugal. Kings and Christians (1539-1552)*, Leipzig, Asia Major, 1927.
- PINTO, Carla A., "S. Bartolomeu, Afonso de Albuquerque e os bombardeiros alemães. Um episódio artístico em Cochim", in Curvelo, Alexandra (ed.), *Portugal und das Heilige Römische Reich (16.-18. Jahrhundert). Portugal e o Sacro Império (séculos XVI-XVIII)*, Münster, Aschendorf, 2011, pp. 263-280.
- POHLE, Jürgen, *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals im 15. und 16. Jahrhundert*, Münster, LIT-Verlag, 2000.
- REGO, António SILVA (ed.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, 12 vols., Lisboa, AGU, 1947-1958.
- RIVARA, Joaquim H. Cunha, "Inscrições lapidares da Índia portuguesa", *Boletim de Sociedade de Geographia de Lisboa*, 8, 1894, pp. 589-743.
- RODRIGUES, Vítor L., "Military Structure of the Portuguese Navy in the Indian Ocean – The First Half of the 16th century", in Kuzhipalli S. Mathew (ed.), *Ship-building and Navigation in the Indian Ocean Region, AD 1400-1800*, New Delhi, Munshiram Manoharial, 1997.
- RODRIGUES, Vítor L., "O Reforço do poder naval português no Oriente com Afonso de Albuquerque (1510-1515): suas implicações", *AHAM*, 3, 2002, pp. 155-163.

- ROHR, Christine von (ed.), *Neue Quellen zur zweiten Indienfahrt Vasco da Gamas*, Leipzig, Koehler, 1939.
- RUBIM, Nuno J. V., “D. João II e o Artilhamento das Caravelas de Guarda-Costas. O tiro de ricochete naval”, Separata da *Revista da Artilharia*, Lisboa, Serviços Gráficos da Liga dos Combatentes, 1990.
- RUBIM, Nuno J. V., “Artilharia Naval”, in Luís de Albuquerque e Francisco C. Domingues (eds.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Vol. 1, Lisboa, Caminho, 1994.
- SANTOS, João Marinho dos, *A Guerra e as Guerras na Expansão Portuguesa. Séculos XV e XVI*, Lisboa, GTMECDP, 1998.
- SANTOS, Nuno Valdez dos, *O Armamento Naval Português (1100-1500)*, Lisboa, Marinha, 1999.
- SERRÃO, José, “Demografia portuguesa na época dos descobrimentos e da expansão”, in Luís de Albuquerque e Francisco C. Domingues (eds.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Vol. 1, Lisboa, Caminho, 1994.
- SILVA, Joaquim Candeias, *O Fundador do “Estado português da Índia”. Dom Francisco de Almeida 1457?-1510*, Lisboa, CNCDP, 1996.
- Silva, José J. de Andrade e (ed.), *Coleção Chronologica da Legislação Portuguesa*, 11 vols., Lisboa, J. J. Andrade e Silva, 1854-1859.
- SILVEIRA, Luís (ed.), *Livro das plantas das Fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia oriental com as descrições do marítimo dos reinos e províncias onde estão situadas e outros portos principais daquelas partes*, facsimile edition, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1991.
- SMITH, Roger C., *Vanguard of the Empire: Ships of Exploration in the Age of Columbus*, New York, Oxford University Press, 1993.
- SPADAFORA, Francesco and CASANOVA, Maria L., “Bartolomeo, Apostolo”, in Filippo Caraffa e Guiseppe Morelli (eds.), *Enciclopedia dei Santi. Bibliotheca Sanctorum*, Vol. 2, Roma, Città nuova, 1962.
- STADEN, Hans, *Wahrhaftig’ Historia vnd beschreibung eyner Landtschafft der Wilden, Nacketen, Grimmigen Menschenfresser Leuthen, in der Newenwelt America gelegen (...)*, ed. Franz Obermeier, Vol. 1, Kiel, Westensee, 2007.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay, *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700. A political and Economic History*, London (inter alia), Longman, 1993.
- TUBINO, Nina, “A Germanidade no Alvorecer do Brasil. A colônia”, in Nina Turbino (ed.), *A germanidade no Brasil. Das Deutschtum in Brasilien*, Porto Alegre, Sociedade Germânia, 2007.
- VITERBO, Francisco M. Sousa, *O Fabrico da Pólvora em Portugal. Notas e Documentos para a Sua História*, Lisboa, Typographia Universal, 1896.
- VITERBO, Francisco M. Sousa, *A Armaria em Portugal. Noticia documentada dos fabricantes de armas brancas que exerceram a sua profissão em Portugal*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1907.

-
- VITERBO, Francisco M. Sousa, *Artes e Artistas em Portugal. Contribuições para a História das Artes e Indústrias Portuguezas*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1920.
- VOGT, John, "Saint Barbara's Legion. Portuguese Artillery in the Struggle for Morocco, 1415-1578", *Military Affairs*, 41, 1977.
- WALTER, Rolf, "Nürnberg, Augsburg und Lateinamerika im 16. Jahrhundert – Die Begegnung zweier Welten", in Stephan Füssel (ed.), *Reiseberichte der Frühen Neuzeit. Wirtschafts- und Kulturhistorische Quellen*, München, W. Fink, 1987.
- WESTERMANN, Ekkehard, *Silberrausch und Kanonendonner. Deutsches Silber und Kupfer an der Wiege der europäischen Weltherrschaft*, Lübeck, Schmidt-Römhild, 2001.

SRI LANKA IN THE MISSIONARY CONJUNCTURE OF THE 1540s*

by

ALAN STRATHERN**

Towards the end of 1543, a boat dropped anchor at Colombo and disgorged a group of five barefooted Franciscan friars. One could be forgiven for passing quickly over the scene as a minor event amidst the great political dramas of sixteenth century Sri Lankan history, notable perhaps as a staging post in Church history given that they represented the first Christian mission to have arrived there, but otherwise not so remarkable. They would fail, after all, in their attempt to convert the emperor or *cakravarti* of Sri Lanka, King Bhuvanekabahu VII (r. 1521-1551), and their mission would not extend much beyond some successes among the fisher-folk of the South-western seaboard. Yet, within a few years of their arrival in Sri Lanka, the diplomatic *statu quo* of some twenty years or more had been over-turned. From that day onwards, the politics of the island would routinely be perturbed by the question of religious identity.¹

* This text is extracted from my PhD thesis of some years ago: Alan STRATHERN, *Bhuvanekabahu VII and the Portuguese: Temporal and Spiritual Encounters in Sri Lanka, 1521-1551*, Oxford University, 2002. It may not therefore incorporate more recent historiography of the wider missionary moment. Most of the remainder of that thesis has been revised and published as part of A. STRATHERN, *Kingship and Conversion in Sixteenth-Century Sri Lanka: Portuguese Imperialism in a Buddhist Land*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007, which can be turned to for further context to these events. This paper also draws on some material from "Os Piedosos and the Mission in India and Sri Lanka in the 1540s", in Roberto Carneiro and Artur Teodoro de Matos (ed.), *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Lisboa, CHAM/CEPCEP, 2004, pp. 855-864.

** University of Oxford.

¹ The principal sources for this paper will be the following ones: Fernão de QUEYROZ, *The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon*, trans. e introd. S. G. Perera, 3 vols., reprint, New Delhi, Asian Educational Services, 1992 (1st ed., Colombo, A. C. Richards, 1930); A. da Silva REGO (ed.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, 12 vols., Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1947-1958; Georg SCHURHAMMER and E. A. VORETZSCH (ed.), *Ceylon zur Zeit des Königs Bhuvaneka Bahu und Franz Xavers, 1539-1552*, 2 vols., Leipzig, Verlag der Asia Major, 1928; Vito PERNIOLA (ed.), *The Catholic Church in Sri Lanka, The Portuguese Period, Volume 1, 1505-1565*, Dehiwala, Tisara Prakasakayo, 1989; J. WICKI (ed.), *Documenta Indica*, 18 vols., Rome, Monumenta Historica Societatis Jesu, 1948-1988.

The purpose of this paper is to explain this turning point by placing the Lankan mission in the context of the development of Catholic religiosity and evangelism in the *Estado da Índia* more generally, and to reflect on the different contributions made by Franciscans and Jesuits to this resurgent missionary appetite. In this sense, events in Sri Lanka are consonant with a broader pattern, for across the *Estado* spiritual priorities were beginning to find a new purchase during the 1540s.

The friars had had reason to journey to the royal city of Kotte in triumphant spirit. Bhuvanekabahu himself had requested them through the magnificent embassy that he had dispatched to Lisbon in order to cement his relationship with his Portuguese liege. The chroniclers tell us that the reception of the embassy was a great occasion: the nobility were summoned and public festivities commissioned to celebrate the submission of this oriental potentate.² Moreover, the Portuguese were given to believe that Bhuvanekabahu also promised to undertake a personal conversion to Christianity. When the friars arrived, however, it was to find him denying knowledge of any such promise. Missionary despair then swiftly turned to hope: other princes in Sri Lanka, nominally Bhuvanekabahu's vassals – also of course his rivals –, suddenly became eager for baptism.³ As the decade wore on, Portuguese adventurers began to set up alliances with other rulers, such as the King of Kandy in the highlands or even Bhuvanekabahu's deadliest rival, his younger brother Mayadunne, King of Sitavaka (r. 1521-1581). Alliances coalesced and disintegrated amidst diplomatic chaos.⁴

The advent of Christian mission had scrambled the usual signals of diplomacy through its new and insistent focus on religious identity.⁵ As the decade wore on, the embittered friars played a key role in damaging the Kotte king's reputation among parts of Portuguese officialdom. Bhuvane-

² F. QUEYROZ, op. cit., pp. 234-235; Diogo do COUTO, *Década Quinta da "Ásia"*, Coimbra, Coimbra Editora, 1937, pp. 118-119; Paulo da TRINDADE, *Conquista Espiritual do Oriente*, ed. Fernando Félix Lopes, 3 parts, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962-1967, Part III, pp. 38-39. A. SURAWEERA (trans. and ed.), *Rajavaliya*, Colombo, Vishvalekha Publication, 2000, p. 73.

³ The matter of the attempts to convert rulers is discussed in detail in the book *Kingship and Conversion*, or in a more condensed form in "The Conversion of Rulers in Portuguese-Era Sri Lanka", in Jorge Flores (ed.), *Re-exploring the Links: History and Constructed Histories*, Wiesbaden, Harrassowitz Verlag, 2007, pp. 135-154.

⁴ The author is currently at work on the Kongo, and there is an intriguing analogy to be pursued here with the experiences of King Afonso of Kongo who complained in the 1520s that Portuguese adventurers were undermining the loyalties of his vassals. See António BRÁSIO, *Monumenta Missionaria Africana*, Vol. 1, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952, Doc. 140, Letter of King of Congo to D. João III, 18/3/1526, pp. 459-464.

⁵ Jorge Manuel FLORES, *Os Portugueses e o Mar de Ceilão: Trato, Diplomacia e Guerra (1498-1543)*, Lisboa, Cosmos, 1998, p. 195, finishes his book by glancing forward in this way: "... the *Estado da Índia* saw itself forced to cede ground to the Church, as the Cross became the compass of relations between the Portuguese and the local potentates."

kabahu had been a generous patron of the Church, but by 1547 the settlers were coming to represent him as a heathen tyrant making life insufferable for the small communities of Christianity that had begun to take root on the shores of the island.⁶ He would ultimately pay a heavy price. When the Viceroy Afonso de Noronha washed up on the shores of Sri Lanka in 1551, it was these friars who bent his ear and turned his mind against the king.⁷ In that same year, Bhuvanekabahu died, shot by a Portuguese bullet. Noronha denied having anything to do with it, but it is most likely that he had ordered the assassination of the last truly independent king of Kotte.⁸

There had been, however, somewhat more to the complaints of the friars and the local settlers than propaganda pure and simple. In fact there is enough evidence to show that Bhuvanekabahu came to mount effective opposition to the Christian mission amongst his subjects. And this was largely because the new focus on religious identity had destabilized the internal *statu quo* too, threatening to destroy existing social, political and legal understandings and allegiances. It is not that the mere existence of a new indigenous religious minority would be problematic for the kind of heterogeneous, cosmopolitan early modern polity that Kotte undoubtedly was. It is simply that the converts themselves refused to play their allocated role, and sought to remove themselves from the jurisdiction and obligations owed to their sovereign – in imitation, perhaps, of the extra-territorial liberties of their Portuguese mentors. Their identity became a *tabula rasa* onto which they could write their own desires, and onto which the king and his court could project some disturbing visions of chaos.

A major task of this paper will therefore be to investigate who these friars were that they should effect such transformations, and why they behaved so differently to other Franciscans who had visited the island. This means elucidating the background of the particular branch of Franciscanism from which these *piedosos*, as they were known, derived. In doing so, we shall hope to make a contribution to the wider narrative of the development of the Asian mission in the 1540s. The master-story of this decade is normally the arrival of the Jesuits and the Counter-Reformation, but we shall emphasize the way in which, for a few years at least, it was the *piedosos* who gave the mission its new lease of life. Lastly, we shall consider how these pugnacious mendicants fared in set-piece debates with the religious priests and virtuosi of the Kotte court.

Before we proceed, however, we should just clarify that the term “conversion” is not intended here to convey any rigid assumptions about the interior sentiments and mental lives of individuals. Our overwhelmingly Portuguese sources rarely allow us the luxury of such insight. In any case,

⁶ V. PERNIOLA (ed.), op. cit., pp. 238-240.

⁷ G. SCHURHAMMER and E. A. VORETZSCH (ed.), op. cit., p. 564.

⁸ F. QUEYROZ, op. cit., pp. 293-294; G. SCHURHAMMER and E. A. VORETZSCH (ed.), op. cit., p. 618.

it is analytically more helpful to see converts as simply those who accepted their identification as such.⁹ For missionaries, the principal boundary-stone was the ceremony of baptism. Naturally, many neophytes may have been unaware of the import and consequences of this ritual; no doubt the missionary language of “conversion” and “apostasy” can conceal processes that are more casual, ignorant, or calculating, more blurry than these categories allow.

The Conversion Process: From Organic Growth to Missionary Cultivation

In turning to discuss the nature of the conversion process in Sri Lanka, we suddenly find ourselves in an area of long-lived and still lively historical controversy. Judging by the letter pages in the Sri Lankan newspapers, the methods of conversion used by the missionaries and the motives of those who converted are still liable to arouse strong feelings. Thankfully, the inexhaustible and sometimes ill-informed debate about whether the Portuguese made “forced conversions” need not detain us here, for there was no question of such methods being employed while the missionaries worked under the forbearance of an unconverted Sinhalese King.¹⁰ That debate has largely focussed on the period after the conversion of Dharmapala in 1557. It is only after then, and indeed particularly after the Portuguese began to assume direct rule in the 1590s, that the destructive measures against Buddhist and Hindu sacred buildings could be implemented and only then could the pro-Christian bias of bureaucracy begin to come into play. We shall cast a sweeping glance at the beginnings of this process in Goa in the 1540s. But Goa was a rare case. In the allied states of Malabar and elsewhere where Portuguese authority did not – in theory – run beyond the walls of the *feitoria* or fortress the problems of mission were altogether different.

The complicities between the Portuguese empire and the Catholic Church have been given an extensive airing in the historiography, as have the series of papal bulls and briefs from 1452 to 1514 which granted the Portuguese king the *Padroado Real*, the patronage of all Church activity in the new dominions.¹¹ Yet the relationship involved profound tensions too,

⁹ There is a huge bibliography on how to conceptualize conversion. See, for example, Robert W. HEFNER (ed.), *Conversion to Christianity. Historical and Anthropological Perspectives on a Great Transformation*, Berkeley, University of California Press, 1993.

¹⁰ For a very recent example of a Lankan critique, on the Christian mission as a ruthless form of extermination see Gaston PERERA, *The Portuguese Missionary in 16th and 17th Century Ceylon: The Spiritual Conquest*, Colombo, Vijitha Yapa, 2009, reviewed by the author in *The Journal of Asian Studies*, 70, 2011, pp. 287-289.

¹¹ Charles R. BOXER, *The Church Militant and Iberian Expansion: 1440-1770*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1978, pp. 77-79; Martin QUÉRÉ, *Christianity in Ceylon Under the Portuguese Padroado 1597-1658*, Colombo, Colombo Catholic Press, 1995; A. Vasconcelos de SALDANHA, “Sobre o *Officium Missionandi* e a Fundamentação Jurídica da Expansão Portu-

and in the first few decades of Portuguese expansion into the East power was heavily skewed towards the state: the missionary voice was weak and struggled to be heard. The secular clergy in particular were accused of indiscipline and doctrinal ignorance.¹² The Franciscans, a pioneering missionary order from their inception, were a rather different matter. The apostolic commissary, the Bishop of Dume, whose report of 1522 on the state of the Church in India was otherwise so grim, singled them out for special praise and they were apparently held in high esteem by the people of Goa.¹³ With António do Louro's establishment in Cochin in 1518, we see the first concerted attempt to proselytise to the indigenous. But the numbers of Franciscans were regularly diminished by deaths from disease until the custodian began to accept men of mixed blood into the order in the 1530s. In general terms missionary activity was sporadic and small-scale and there was little provision for systematic religious instruction.

Consequently, the chief process of conversion at this time was what could be termed "organic" as indigenous people who were already inclined to live or work among the Portuguese community accepted baptism as a form of social lubrication. Where Portuguese initiative did come into play it tended to be in the form of offering material inducements. The report by the Captain of Cochin, Pedro de Mascarenhas, to King Manuel on the native Christian flock under his supervision in 1514 presents a paradigmatic picture.¹⁴ He tells us that all had converted "out of their own interest" (*por seu emteresse*) and there is little suggestion that this is worrisome. The largest group were women engaging in more or less formal relationships with the Portuguese men, together with their offspring. Of those who had received baptism, he could only vouch for the Christianity of those who were actually resident in the Portuguese community itself, some 344 persons. Mascarenhas bluntly contended that many had converted because they were given a *cruzado* (a gold or silver coin minted in Portugal) and some cloth. As soon as this practice was stopped the candidates for baptism dried up. His policy for making more conversions was equally simple: more gifts. The practice of issuing a daily dispensation to converts had been instituted by Afonso de Albuquerque (1509-15) as a *charitable* device in the first instance. The great majority of those who converted were of low caste and often very poor and conversion tended to only intensify their destitution.¹⁵ Our inter-

guesa", in *Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas, Actas de Congresso Internacional de História*, 4 vols., Braga, UCP/CNCDP, 1993, Vol. III, pp. 597-605.

¹² "Relatório do Bispo de Dume a El-Rei", Kochi, 12 Jan. 1522, in A. da Silva REGO (ed.), op. cit., Vol. 1, pp. 443-457, see p. 453; A. Mathias MUNDADAN, *History of Christianity in India*, Vol. 1, Bangalore, Theological Publications in India, 1984, p. 515.

¹³ Georg SCHURHAMMER, *Francis Xavier: His Life, His Times*, trans. M. J. Costelloe, 4 vols., Rome, Jesuit Historical Institute, 1973-1982, Vol. II, p. 162.

¹⁴ A. S. REGO, op. cit., Vol. I, pp. 224-227, and the lists of converts compiled that year on pp. 232-239.

¹⁵ *Idem*, Vol. I, pp. 240-243. We are told that before the grant was instituted the people

pretation of these alms must remain moored somewhere between bribery and humanitarian compensation. This stage of the mission has a great deal in common with what Humphrey J. Fisher described as the “quarantine” phase of Islamic expansion in Africa – in which the new religion is largely held at arm’s length from indigenous society and tends to attract only a few of the more opportunistic elements among low status groups.¹⁶

The most striking manifestation of the vulnerability of the evangelical project is the multitude of complaints that were directed at Portuguese officialdom. The vicars of the fledgling convert communities in India were regularly outraged by the attitude of many officers that when a native baptized he somehow became a possession of the Portuguese. In 1518, the Vicar of Cochin urged action against these converts being treated “worse than slaves”, citing the example of the convert Indians who worked as seamen on Portuguese trade-routes and were treated so badly that the majority died.¹⁷ Such complaints were all too standard.

As in the allied or protectorate states of Malabar, the native Christian community in Sri Lanka was to be found clustered around the Portuguese settlement. In 1518, the first resident priest was installed in Colombo and by 1521 the community was sizeable enough for Manuel to issue specific instructions concerning its welfare, including the distribution of alms to poor Christians.¹⁸ It seems that the construction of the fortress of Colombo in 1518 attracted many to baptism. One official tells us that from the time the walls were raised “around seventy natives have become Christian, most of them being mothers with sons and daughters, and they came to the Portuguese settlement with their belongings where they now live, going to Church on Sundays and holy days.”¹⁹ Inter-marriage then provided the mainstay of converts: few Portuguese women travelled to the East and the majority of *casados* would have taken local wives who would naturally convert, pulling in extended kin as they did so. Our official went on to ask for alms to be made available, just as in Goa, because many more would convert if this were so; for the potential converts “are so poor and subject to the nobles of the island.” It is likely that the Governor Duarte de Meneses (1522-24)

were so poor that they killed their own female children so they would not die of starvation. During the governorship of Lopo Soares de Albergaria (1515-1518) the grants were suspended, leading to cries of protest from the clergy. In 1518, the Vicar of Cochin wrote that many converts had perished as a result (*Idem*, Vol. I, p. 342). When Duarte de Meneses took up the governorship of the *Estado* in 1522 the alms were restored (*Idem*, op. cit., Vol. I, p. 437).

¹⁶ Who are rather scorned by most of the locals. Humphrey J. FISHER, “Conversion Reconsidered: Some Historical Aspects of Religious Conversion in Black Africa”, *Africa*, 43, 1973, pp. 27-40.

¹⁷ A. S. REGO, op. cit., Vol. I, pp. 241-242, 341, including complaints of the Vicar of Cannanore in 1514 and see further telling criticisms in 1527, A. S. REGO, op. cit., Vol. II, p. 143.

¹⁸ João RIBEIRO, *The Historic Tragedy of the Island of Ceilão*, ed. and trans. P. E. Pieris, Colombo, s. n., 1948, p. 8; V. PERNIOLA (ed.), op. cit., pp. 7-9.

¹⁹ Geneviève BOUCHON (ed.), “A Letter: Cristóvão Lourenço Caraço, to D. Manuel, Cochin 13 Jan 1522”, *Mare Luso Indicum*, 1, 1971, p. 163.

followed the king's specific orders to make funds available to this small body of poor Christians. There does also seem to have been some form of active proselytization undertaken on private initiative, at least according to Queirós' narrative. He states that after the dismantling of the fortress of Colombo the factor Nuno Freire de Andrade took a personal interest in persuading the locals to convert aided by a Franciscan called Paulo de St. Boaventura.²⁰ By 1540 the Christian community was established enough to support a confraternity which enjoyed royal patronage.²¹

The arrival of the mission in 1543 then ushered in a quite new form of activity. The conditions did not yet lend themselves to mass baptisms: we have to wait until the death of Bhuvanekabahu for anything similar.²² However, the Franciscans did venture forth into Kotte proper with some success. It is difficult to estimate the overall number of converts they made. One does come across the odd vague reference to numbers in the correspondence, such as when Diego Bermúdez refers to the "thousands" who converted in the early years of the mission.²³ But Bermúdez only arrived in India after this time and he was writing to emphasise how things had fallen since then. Statements about the rate of conversion were generally part of a highly pointed rhetorical agenda.²⁴ Perhaps Gonzaga's figure of some 3,000 is not too far off the mark as an estimate of those who accepted baptism at some point, with a general pattern of initial success hampered by a worsening political climate.²⁵ We can say that the Franciscans managed to extend the mission outside of the Colombo-Kotte region: by 1552 they had established churches in five sea-ports along the South-west coast, each one with a friar to baptise and teach converts.²⁶ Caste was clearly structuring the expansion of faith, as friars found success among the maritime communities of Lanka just as they had among their Parava and Karava cousins on the mainland.²⁷

²⁰ F. QUEYROZ, op. cit., pp. 212-213, states that by this time Nuno Freire was living in the royal city of Kotte.

²¹ G. SCHURHAMMER and E. A. VORETZSCH (ed.), op. cit., pp. 400, 412.

²² See A. STRATHERN, *Bhuvanekabahu VII*, cit., Chapter 10.

²³ V. PERNIOLA (ed.), op. cit., p. 246. In 1555, a Jesuit claimed that 25,000 Sinhalese had apostatised (*Idem*, p. 342).

²⁴ For example, André de Sousa's claims [V. PERNIOLA (ed.), op. cit., pp. 105, 110, 122], which Perniola asks us to compare with a *casado's* comment that no-one had become Christian that year.

²⁵ FRANCESCO GONZAGA, *De Origine Seraphicae Religionis Franciscanae eiusque progressibus...*, Vol. 1, Romae, Typographia Dominici Basae, 1587, but the relevant Vol. 2, *De Principiis*, published in Venice, s. n., 1603, p. 1208.

²⁶ According to João Noe they were in Colombo, Galle, Negombo, Beruwela, Weligama. See V. PERNIOLA (ed.), op. cit., p. 311.

²⁷ See A. STRATHERN, *Kingship and Conversion*, cit., Chapter Five. One motivation was to escape from burdensome social roles. Since a version of this argument has received perceptive criticism in relation to a very different context, by Richard M. EATON, *The Rise of Islam and the Bengal Frontier, 1204-1760*, New Delhi, Oxford University Press, 1997, pp. 117-119, it is worth pointing out that in Malabar those most attracted to conversion were obviously those of low-

We have moved, then, from a picture of a few dozen opportunistic converts huddled next to the Portuguese to a genuine indigenous conversion movement sustained by ardent missionary activity. What is the proper context for understanding this shift? We have to widen our horizon to the subcontinent and to more general characterizations of the development of the Asian mission.

A Reconsideration of the Reform of the Eastern Mission

The story of the eastern mission under the aegis of the Portuguese is generally narrated along the lines sketched by a seminal essay by Luís Filipe Reis Thomaz: in this view the largely moribund phase of mendicant mission gave way in the fifth decade of the sixteenth century to the dynamism of the Jesuits. Slow and largely ineffectual evangelisation was replaced by dramatic conversions *en masse* in India and Brazil as the Counter-Reformation pushed spiritual objectives further up the imperial agenda.²⁸

Leaving aside for a moment the question of mission, one can certainly see a process of internal christianization in the *Estado da Índia*. If King Manuel (1495-1521) had revealed a genuine concern for the details of evangelisation, education and Christian life in the East, under his successor, João III, these aspirations were given a solid institutional basis.²⁹ The most important step was the creation of the diocese of Goa in 1534: the Indian Church had previously been subject to the Bishop of Funchal, situated thousands of miles away in the Atlantic. With the consecration of the first Bishop of Goa, Juan de Albuquerque, in 1538, the various vicars were now emanci-

status, and this was a process often accompanied by the distinct whiff of rebellion and social unrest. In contrast to the indigenized Islam attractive to Bengalis, it was perhaps precisely the foreignness of Iberian Catholicism that was attractive here – although our evidence does not clearly indicate whether this was because of the opportunity to carve out new status roles or simply the politico-economic advantages of eschewing former obligations. See Xavier, “Uneasiness in the Village” for conversion as dissent in sixteenth-century Goa. Note that in *Kingship and Conversion*, I refer to clear evidence that conversion to Islam, on the other hand, could lead to an increase in *indigenous*-perceived status within Malabar. It is possible that this concentration on the coast may have reflected the traditional Franciscan desire to work and preach among the more humble or lower orders.

²⁸ Luís Filipe F. R. THOMAZ, “Descobrimentos e Evangelização: da Cruzada a Missão Pacífica”, in *Congresso Internacional de História: Missionação e Encontro de Culturas*, Vol. 1, Braga, UCP/CNCDP, 1993, pp. 81-129. See also the discussion in Charles R. BOXER, *Portuguese Seaborne Empire: 1415-1825*, London, Hutchinson, 1977, pp. 65-66, and Glenn J. AMES, *Renaissant Empire? The House of Braganza and the Quest for Stability in Portuguese Monsoon Asia, ca. 1640-1683*, Amsterdam, Amsterdam University Press, 2000, p. 59.

²⁹ See Maria Augusta Lima CRUZ, “Notes on Portuguese Relations with Vijayanagar, 1500-1565”, *Santa Barbara Portuguese Studies*, 2, 1995, p. 30; and Stephen Charles NEILL, *A History of Christianity in India*, Cambridge, Cambridge University Press, 1984, Vol. 1, pp. 114-129.

pated from the military administration based in the fortresses.³⁰ The autonomy of the Franciscans was buttressed in 1542 by the raising of the Commissariat to a Custody, and in 1544 they obtained permission to establish a convent in Cannanore.³¹ By this time there were also a number of confraternities, including the Confraternity of Conversion to the Holy Faith in Goa, recently established by the learned ex-Franciscan Master Diogo de Borba.³²

At about the same time clerics began to persuade the secular authorities that any form of toleration of non-Christian practices in Portuguese territories (especially Goa) had to be obliterated. The central figure in this process was the energetic Miguel Vaz Coutinho, a lay-person installed as Vicar-General in Goa who also set about scourging the clergy of its less respectable elements and attempting to halt the oppression of poor converts.³³ He urged the wholesale destruction of Hindu temples and their funds diverted into Christian foundations. This had already begun by 1541 and when the Jesuits arrived four years later one remarked that in Goa there were no longer any temples to be seen.³⁴ In 1543 Vaz wrote a long letter to the king outlining a raft of anti-Hindu measures and in 1545 he journeyed to Lisbon in order to reiterate the importance of these matters at court. They included the outlawing of the cinnamon weighing ceremony (a rite conducted each year in the presence of the king on the occasion of the weighing of the first bahar of cinnamon), for all Hindu Brahmins currently employed in offices of state to be stripped of their positions, for active powers to be bestowed on the missionaries to search out and destroy hidden religious statues, and for the governor himself to be involved in evangelising to local chiefs.³⁵ King João III promptly gave his backing to these measures in a letter to the governor in 1546.³⁶

³⁰ Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, 4 vols., dir. Damião Peres, Porto, Livraria Civilização, 1967-1971, Vol. 2, pp. 35-36.

³¹ A Franciscan convent had been established in Chaul in 1534 and a seminary for indigenous students founded in Cranganor in 1540: see, J. M. CORREIA, *Os Portugueses no Malabar (1498-1580)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, p. 160.

³² See Francisco BETHENCOURT and Kirti CHAUDHURI (ed.), *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 1, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1998, pp. 385-387 on the importance of confraternities.

³³ G. SCHURHAMMER, op. cit., Vol. II, pp. 156-161.

³⁴ S. C. NEILL, op. cit., p. 131. This is contrary to the suggestion in F. BETHENCOURT and K. CHAUDHURI (ed.), op. cit., Vol. I, p. 377, that the policy of destruction was first unleashed by the Jesuits, who did nevertheless become the key agents in its extension.

³⁵ G. SCHURHAMMER and E. A. VORETZSCH (ed.), op. cit., pp. 229-260. The weighing ceremony is discussed on p. 241, where it is described as "a great ceremony of the sorcerers (*feiticeiros*) of the King of Cochin", and later as "heathen ceremonies". These "sorcerers" determined the appropriate hour of the day or night for the weighing to take place, thus delaying the work of Portuguese officers eager to conduct business. This attitude does mark a shift from earlier decades. For example, in a letter from 1510 the Captain of Cochin makes provision for the '*Ova Puravaa*' rite at the weighing of cinnamon (A. S. REGO, op. cit., Vol. I, p. 97).

³⁶ A. S. REGO, op. cit., Vol. III, pp. 315-322.

It is not difficult to see why historians have seen this in terms of the “Counter-Reformation”, invoking a shift from a more tolerant, even humanist spirit to one of increasing dogmatism. No doubt clergy in India were sensitive to the hardening of the atmosphere in Lisbon in the 1540s.³⁷ It seems paradigmatic that the St. Thomas Christians, who had previously been welcomed as brothers in the faith, were now increasingly suspected of heresy and were subjected to the Latin hierarchy.³⁸ However, it is arguably not until the office of the first Archbishop of Goa, Gaspar de Leão (1560-67, 1574-76) that we see a distinctively “Counter-Reformation” approach becoming institutionalised in India with the systematic definition of dogma and missionary policy, and, of course, the establishment of the Inquisition.³⁹

More importantly, on an ideological level, there was nothing particularly innovative about many aspects of Miguel Vaz’s anti-pagan crusade. There had been voices arguing for similar measures for some time. In 1522, the Bishop of Dume, who had travelled to the East as an apostolic commissary, had written a long missive to the king proposing drastic measures to rid Goa of paganism: all heathen churches should be destroyed and the populace evicted from their properties unless they converted.⁴⁰ In Mexico a couple of years later, the Franciscans destroyed any existing religious structures they encountered as a matter of course.⁴¹ Indeed it is worth remembering just how early our reformers arrived in India: Miguel Vaz in 1533, the Cathedral Preacher Master Diogo de Borba and the Bishop of Goa in 1538. What this might suggest is the need to employ a much broader conception of Catholic reform, one that encompasses the movements animating late fifteenth and early sixteenth century.

The shift from relatively peaceful religious co-habitation to the greater intolerance of the 1540s must also reflect the increasing power and territorial control of the *Estado*. Indeed, from a broad comparative perspective on mission one might conclude that the extent to which Christian missionaries felt able to insist on a dogmatic or exclusivist conception of conversion was

³⁷ J. S. Silva DIAS, *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal (Séculos XVI a XVIII)*, Vol. 1, Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos da Univ. de Coimbra, 1960, pp. 428-432.

³⁸ As argued by João Paulo Oliveira e COSTA, “Os Portugueses e a Cristandade Siro-Malabar (1498-1530)”, *Stvdia*, 52, 1994, pp. 121-178.

³⁹ The Inquisition, founded in Portugal in 1536, was finally established in India in 1560. See F. BETHENCOURT and K. CHAUDHURI (ed.), op. cit., Vol. I, pp. 376-377. Only in 1559 was a royal decree finally passed to ban the *Estado*’s employment of Brahmins or other infidels. See V. PERNIOLA (ed.), op. cit., pp. 360-362, and *Idem*, Vol. II, pp. 34-35 for 1568 decrees.

⁴⁰ *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central, 1497-1840*, 8 vols., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962-1975, Vol. 6, p. 80.

⁴¹ These were discalced Franciscans from the same branch of reform that produced the *piedosos* in 1540s India. Manuel de MONFORTE, *Chronica da Provincia da Piedade...*, Lisboa, M. Manescal da Costa, 1751, pp. 300-302, boasts that in one day one member of the Twelve managed to burn 1000 idols by his own hand. Much later the *piedoso* António do Porto would display a similar zeal for the destruction of heathen temples, allegedly disposing of some 200 in Bassein (A. S. REGO, op. cit., Vol. IV, pp. 63-64, and see G. SCHURHAMMER, op. cit., Vol. III, pp. 312-313, footnote 62).

usually a function of the balance of power between imperial and local elites. Certainly, repressive measures were difficult to enact in areas where political relationship and jurisdiction between the Portuguese settlements and the neighbouring rulers remained a delicate one. And some recent work has suggested that the impetus to create a new Christian space in the East, one that was ordered, pure, disciplined and educated, belongs to a distinctively Joanine imperial vision that began to emerge in these years. Taking inspiration from the model of ancient Rome, this sought to emphasize a more territorial and homogeneous vision of dominion.⁴²

At any rate, we should not lose sight of the fact that the attempt to push spiritual objectives up an already precarious and overloaded imperial agenda could not but aggravate the governors and viceroys who had to oversee the *Estado* as a whole.⁴³ João de Castro (governor/viceroy 1545-48) was by all accounts an unusually godly man, yet his diplomatic judiciousness incurred the wrath of Francis Xavier and the friars in Sri Lanka. In turn, Castro complained to the king about the damage that the hectoring religious could do to the affairs of the empire.⁴⁴ At the same time it does seem as if the religious affiliation of allies and vassals acquired a new significance, a shift in priorities that was quickly exploited by a number of Asian princes who offered to convert as a means of ensuring Portuguese favour. Tabarija, the King of Maluku, had undergone baptism in 1537. In 1545 hope rose higher. Along with the refugee princes from Kotte and the lesser rulers encountered deep in the Sri Lankan interior, the kings of the Indian principalities of Tanor and Chaul had also requested baptism in return for Portuguese backing. A strong gust of optimism swept through the clerical community. The preacher Diogo de Borba wrote a letter in which he spoke of the great hopes which these overtures had produced: the ancient idolatry of India was about to give way to the Cross.⁴⁵

⁴² See Ângela Barreto XAVIER, “‘Aparejo y disposición para se reformar y criar otro nuevo mundo’. A evangelização dos indianos e a política imperial joanina”, in R. Carneiro and A. T. de Matos (ed.), op. cit., pp. 783-805, and Zoltán BIEDERMANN, “Do regresso do Quarto Império: A China de João de Barros e o Imaginário Imperial Joanino”, in R. Carneiro and A. T. de Matos, op. cit., pp. 103-120. The former work has much in common with my argument here, in its concern with a nexus of lateral spiritual connections between Spain and Portugal, empire and kingdom, that allows us to be less beguiled by the “Jesuit effect”. Indeed see also A. B. XAVIER, *A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

⁴³ While Martim Afonso de Sousa (Governor 1542-1545) was generally on good terms with Miguel Vaz and Francis Xavier, he entered into such conflict with the Franciscans that he eventually imprisoned their first custodian, Pedro de Atouguia (1542-1545). Achilles MEERSMAN, *The Ancient Franciscan Provinces of India*, Bangalore, Christian Literature Society, 1971, pp. 12-13.

⁴⁴ V. PERNIOLA (ed.), op. cit., p. 193; and G. SCHURHAMMER and E. A. VORETZSCH (ed.), op. cit., pp. 440-441.

⁴⁵ A. S. REGO, op. cit., Vol. III, p. 241, and also see p. 257. One still gets a sense of this in João de Vila do Conde’s letter of 1547: G. SCHURHAMMER and E. A. VORETZSCH (ed.), op. cit., pp. 455-458.

Evangelical rhetoric did not merely add a sanctimonious gloss to diplomatic manoeuvres. Otherwise there would have been little reason for the *Estado* to become involved in the schemes contrived by the likes of André de Sousa and Nuno Álvares Pereira – adventurers who set about undermining the alliance with Kotte as they sought more promising royal neophytes in the interior.⁴⁶ Moreover, the 1540s dynamic acquired a particular intensity in Sri Lanka because of the promises made at the Lisbon embassy: Bhuvanekabahu's daring move ended up – perhaps due only to a slip of the interpreter's tongue – multiplying the significance of his own religious affiliation.⁴⁷

Jesuits and *Piedosos* in India

The second element of the general story is that the mission never acquired an effective dynamic in the East until the arrival of the Jesuits, with Francis Xavier reaching Goa in 1542, followed by small groups of confreres in 1545 and beyond.⁴⁸ Unencumbered by the constraints of monastic life, renowned for their rigorous standards of organisation and education and issuing forth under the special protection of King João III, the Jesuits are often seen as the bearers of a new Counter-Reformation spirit into the East.⁴⁹ It is rather symbolic, for instance, that the Jesuits took as their headquarters the Confraternity of the Holy Faith, founded by the Franciscans a few years before but lately dwindling with neglect until its new masters revived it as an active centre of indoctrination.

The Jesuits only received canonical approbation in 1540 but they enjoyed an astonishingly rapid rise to prominence. In that same year, Francis Xavier arrived in Lisbon at the request of King João III. As the personal confidant of the Portuguese king and Papal nuncio to the East, he set off for India in April 1541. Such an authoritative brief combined with his aristocratic provenance meant that he enjoyed unusually close relationships with the governors and viceroys of the *Estado*.⁵⁰ This hardly compromised his frankness. In 1548 he urged King João to make the governors of India personally responsible, on sworn oath, for the spread of the faith. Arguing that they were failing to protect the converts, he wrote that, "there is nothing

⁴⁶ See A. STRATHERN, *Kingship and Conversion*, cit., for the consequences for the political history of Sri Lanka.

⁴⁷ It is still ambiguous as to whether Bhuvanekabahu intended for the embassy to offer his conversion or whether this was a Portuguese misinterpretation of the embassy and Bhuvanekabahu's request of a Franciscan mission.

⁴⁸ As argued by, for example, F. BETHENCOURT and K. CHAUDHURI (ed.), op. cit., Vol. I, p. 375.

⁴⁹ John W. O'MALLEY, *The First Jesuits*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1993, on the development of the Jesuit concept of mission.

⁵⁰ See A. S. REGO, op. cit., Vol. III, p. 319.

more required for making all in India Christians than that Your Highness should punish a governor severely.”⁵¹ He chose to work among the semi-autonomous Tamil-speaking Paravas, a pearl-fishing community who lived on the coast from Cape Comorim to Rameswaram. From the mid 1530s they had been nominally Christian but they had been baptised *en masse* with the barest of instruction and then left largely to themselves without any pastoral attention. Xavier set out to evangelise them for the first time, walking amongst them ringing his bell to attract listeners.⁵²

However, Xavier was not closely followed by great numbers of confreres. The Jesuit Province of India was not established until 1549 and it is only in ensuing decades that the Jesuits began to conduct mass baptisms on a scale that made previous efforts look paltry. A more finely tuned chronology picks up an interesting preliminary stage in the development of mission in the 1540s, when the Jesuits were still out-numbered by the Franciscans. From 1540, the Portuguese crown displayed a greater willingness to co-operate with all religious orders in the organisation of mission.⁵³ In 1542-43, João Calvo, the minister general of the Franciscans, visited Portugal and he seems to have initiated a rejuvenation or at least re-organisation of the Indian mission.⁵⁴ The king now turned to a branch of strictly reformed Franciscans belonging to the Portuguese Province of Our Lady of Piety who were sometimes referred to as *capuchos* or *piedosos*. Their role in India of the 1540s is not often acknowledged, and so we ought to pause now to ask: who were these friars?

St. Francis of Assisi had been inspired by a visionary spiritualism and a desire to return to the experience and example of Christ. The movement that he founded in the thirteenth century in turn generated constant attempts to draw back to his vision. The late fifteenth- and early sixteenth- centuries in Portugal and Spain saw one such reformist surge as various institutions sprung up to provide a life committed to a literal observance of the Rule of St. Francis.⁵⁵ They sought to go beyond the strictures of the mainstream reformist wing of the Franciscans, the Observants, in their emphasis on

⁵¹ V. PERNIOLA (ed.), op. cit., p. 244.

⁵² Laurence A. NOONAN, “The First Jesuit Mission in Malacca”, *Studia*, 36, 1973, p. 430, argues that this active seeking out of people represented a new method of evangelisation in the East. See the doubts expressed by Susan BAYLY, *Saints, Goddesses and Kings: Muslims and Christians in South Indian Society 1700-1900*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989, p. 328, on its lasting effectiveness.

⁵³ See Donald F. LACH, *Asia in the Making of Europe*, 3 vols., Chicago, University of Chicago Press, 1965, Vol. 1, p. 29.

⁵⁴ Fernando Félix LOPES, “Fr. André da Ínsua, Geral dos Observantes Franciscanos”, *Archivo Ibero-Americano*, 45, 1952, p. 19, argues that Calvo was probably involved in the creation of the Custody of St. Thomas, whose first Custodian, Pedro de Atougia, left Lisbon in March 1542.

⁵⁵ Duncan NIMMO, *Reform and Division in the Medieval Franciscan Order (1226-1538)*, Rome, Capuchin Historical Institute, 1987, pp. 638-643. On the origins of the Province of Piety see also M. de MONFORTE, op. cit., Book 1; F. de ALMEIDA, op. cit., Vol. 2, pp. 168-169; Victor

poverty, asceticism and meditation. One such group was founded by Juan de Guadalupe who was given permission to found a hermitage in Spain in 1496. Guadalupe's friars showed their abjuration of material values by forgoing footwear (hence they were "discalced") and their disavowal of the compromises that had penetrated the Franciscan order itself was clear in their return to the original habit – light brown as opposed to the more bluish tone of the Observant dress. These privileges were renewed in 1499 when they became the Custody of the Holy Gospel. Over the next seventeen years they resisted all attempts to bring them under the purview of the Observants, swearing obedience only to the Minister General. Meanwhile Juan de Guadalupe had moved to Portugal in 1500 and five years later Duke Jaime of Bragança had granted him a convent a short distance from Vila Viçosa, where there was a hermitage to Our Lady of Piety. In 1509 they separated from Spanish houses to become the Custody of Piety. In 1517 they were finally united with Observants and made to adopt the common habit, but they were now raised to the level of the Province.

The discalced friars displayed a commitment to mission from the start. The Spanish branch, now established as the Province of San Gabriel de Estremadura, had worked hard to preach the gospel to the *moriscos* of Granada, and in 1524 they were chosen to form the first mission to Mexico ('the twelve') under Martín de Valencia. It may have been this glamorous role in the conquest of New Spain that aroused the interest of the Lisbon court in the sister branch of these discalced friars in Portugal. The patronage of the powerful Bragança family would have been a further crucial factor. Juan de Albuquerque, who had twice governed the Province of Piety, had also been confessor to the Duke of Bragança and went on to fulfil this function for King João III himself.⁵⁶ He was then nominated by the king to be the first bishop of the new episcopal see of Goa, and was consecrated early in 1538. Albuquerque was by now rather advanced in years and his efficacy was further undermined by ill-health, but he remained, it seems, committed to the anti-materialist and anti-hierarchical missionary principles of his province. His eager request in 1546 to take part in a mission to the highlands of Sri Lanka, as "a simple priest" begging for alms underlines this.⁵⁷

He arrived in India with another *piedoso*, Vicente de Lagos, who was dispatched to work among the indigenous Syriac-Malabar Christians. Claiming to be the product of the apostolate of St. Thomas, they had largely been left alone to practise their own form of Christianity. Vicente was at the head of a movement to bring them under the Roman Catholic embrace. In about 1540 he set up a college in Cranganore that took in many children of the

Joaquim Fialho MEDINAS, *A Arquitectura Capucha da Província da Piedade*, MA thesis, 2 vols., Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1994; and G. SCHURHAMMER, op. cit., Vol. II, pp. 154-156.

⁵⁶ See M. MONFORTE, op. cit., Vol. 1, pp. 398-400. He had been Provincial, 1526-1529 and 1532-1535.

⁵⁷ V. PERNIOLA (ed.), op. cit., p. 214.

St. Thomas tradition. By the late 1540s it had over 100 native students and they were subjected to intense indoctrination.⁵⁸ Such work – making the St. Thomas community “good Christians” as Miguel Vaz described it – seems a typical example of the so-called “Counter-Reformation” sensibility that is normally ascribed to the Jesuits.⁵⁹ In fact, Vaz was so impressed by the friars from *Piedade* that he directly requested them in the appeal that he took to Lisbon in 1545. If there were too few Jesuits to spare for the work, then Vaz requested that the missionaries “should be those of St. Francis of Piety, who are less abashed and show zeal in exerting themselves for works of the faith, of which up to half a dozen should be enough”.⁶⁰

When Miguel Vaz returned to India in 1546 he carried a letter from the king which endorsed his appeal, praising the virtue of the six *piedosos* he had dispatched.⁶¹ These, led by their guardian António do Porto, were bound for the virgin mission-field of the island of Bassein in the northern reaches of the Western coast. The secretary of India, Cosme Anes, was favourably impressed: “these Friars of Piety who came to Bassein are very good religious and are doing much good in the area. The Friars of this order... are very well equipped to produce a rich harvest.”⁶² By now there was a powerful network of discalced friars in India: while Juan de Albuquerque remained in his episcopal seat in Goa, Vicente led the mission among the St. Thomas Christians, João and his men toiled in Sri Lanka and António’s group pushed forth into Bassein. Beyond the main Portuguese settlements of Goa and Cochin, these represented the main areas of proselytization. For a brief moment the Indian mission walked unshod.

Zealous preservation of otherworldliness was a great missionary asset, but it seems also to have worked against them in two ways. First, they represented a threat to a Franciscan Observant hierarchy concerned to maintain the fragile unity of the order. This must be why the *piedosos* were sent to India under the jurisdiction of the Observant Custody based in Goa and stripped of some of the privileges granted to them in Portugal.⁶³ From at least 1544 it had been official policy of the Province of Piety to try to reverse this decision and António do Porto lost no time in putting forward detailed proposals once his mission in Bassein was underway.⁶⁴ Naturally he used

⁵⁸ As will be gathered by a perusal of the strict daily regime of the college described in A. S. REGO, op. cit., Vol. IV, pp. 200-211.

⁵⁹ J. WICKI (ed.), op. cit., Vol. I, pp. 76-77.

⁶⁰ *Idem*, Vol. I, p. 81.

⁶¹ *Idem*, Vol. I, p. 94 (King João III’s instructions to M. Vaz, March 1546), echoed by the Bishop of Goa in A. S. REGO, op. cit., Vol. III, p. 421.

⁶² J. WICKI (ed.), op. cit., Vol. I, p. 220.

⁶³ A. MEERSMAN, “Early Franciscan Missions in India”, in W. L. A. Don Peter (ed.), *Franciscans and Sri Lanka*, Colombo, Evangel, 1983, p. 115.

⁶⁴ See letter of “Fr. Sylvestre”, who advised the king to found a *Piedoso* custody in India in 1543: A. S. REGO, op. cit., Vol. II, p. 363; P. TRINDADE, op. cit., Part I, pp. 247-248, footnote 1. In the New World they did form a separate custody.

his confrere the Bishop of Goa to voice the appeal. So Juan de Albuquerque dispatched a letter to the viceroy in 1547, which argued that the friars should be placed under their own custody and that their elected custodian should have the powers of the Minister-General himself over his charges.⁶⁵ All the privileges annulled by the decree of the chancellor would thereby be restored and the Province of Piety could actually be enlarged in India, receiving novices and educating them to the highest standards.⁶⁶ Moreover, these *piedosos* would become priestly all-rounders equipped with every power of religious discipline (such as hearing confession, and absolving sin or excommunication), officiation (performing the sacraments) and propagation (the authority to preach in every context, and to “consecrate” – *purificar* – Hindu temples and Muslim mosques to make them into churches). The letter also sets out a grand vision of an educational system run by the *piedosos*, in which they would be able to found colleges without reference to Observant Authorities all along the Malabar coast and in Sri Lanka.⁶⁷

This document can be seen as an attempt to transform the *piedosos* into a missionary group *par excellence* in the mould of the Jesuits who already boasted the training and authority to fulfil many of these functions. Above all, this scheme would endow them with the same high levels of independence and secular backing. Where the Jesuits swore an oath of obedience to the Pope, the *piedosos* would make their vow to the minister-general of the Order. The problem was that some of the powers they requested would conflict with the ethos of their traditions. This is the second obstacle impeding the missionary ambitions of the *piedosos* and it derives directly from the logic of their otherworldly orientation. The hurly-burly of the mission field did not always suit the meditative and ascetic emphases of the Rule.⁶⁸ The discalced friars did set up a thriving college in Bassein but from early 1548 they were asking that a Jesuit be sent to come and manage it, partly so they could continue with the more zealous work of converting the heathen, but equally, and somewhat desperately, because they felt that the very business of administration went against their Rule.⁶⁹ In particular, they abhorred the handling of money and feared that their Provincial might reprimand them for it. Meanwhile, Vicente de Lagos had been managing his college in Cranganore

⁶⁵ A. S. REGO, op. cit., Vol. III, pp. 526-532. The custody would be called “Mother of God”.

⁶⁶ A. S. REGO, op. cit., Vol. III, p. 527.

⁶⁷ This educational scheme was contained in an appendix to the letter; a copy of the list of requests which Domingos, who was returning to Portugal, would present to the king on behalf of the Bassein friars.

⁶⁸ As the Conventual Franciscans argued, the otherworldly, in seeking to encompass and shape this-worldly practice, must sometimes drop down to its level, something which Juan de Albuquerque briefly referred to in his letter (A. S. REGO, op. cit., Vol. III, p. 528). João de Vila do Conde complained that in Sri Lanka the friars “have not kept our obligations: no prayer, no recollection; but great disturbance and restlessness”. See V. PERNIOLA (ed.), op. cit., p. 237.

⁶⁹ J. WICKI (ed.), op. cit., Vol. I, pp. 268, 413-414, 562-563. In 1549, Belchior Gonçalves travelled north to take charge.

with great success, but he too was seeking to mitigate charges that he was handling money by offering masses, bestowing alms and purchasing rice.⁷⁰ By the late 1540s the *piedosos* were already arousing jealousy. António do Casal, who was Custodian of the Franciscans in India (1545-51), wrote in 1549 to ensure that the Observants were not forgotten in these days of *piedoso* mission.⁷¹ The *capuchos*' anti-materialism – these men “full of lice” and covered in coarse wool cloth – could arouse suspicious criticism.⁷² In 1549 the appeal for an independent Indian custody of the Province of Piety was turned down. This is not surprising for it would have made them uniquely privileged and powerful.

It is surprising that few scholars have sought to compare the eastern mission with the way the missionary orders were used in the New World. It is surely a telling point that in Spain the Jesuits had only the most marginal influence until comparatively late into the sixteenth century. Their very independence was a disadvantage in the eyes of the Spanish monarchs. As a result, the mass conversions in Mexico and elsewhere were achieved by Franciscans and Dominicans who could hardly be said to lack missionary zeal or pedagogic ambition.⁷³ This was partly because Charles V (1519-56) turned immediately to the discalced friars and other devotees of strict observance. The spiritual and organisational renewal that swelled among the mendicant orders during the reign of the Catholic kings was thus allowed to flow into imperial mission from early on. In other words, we should not consider that successful evangelisation in the East was inevitably dependent on the arrival of the Jesuits.

This is not to say that the reformed friars matched the Jesuits in every way. The Jesuits were all proficient preachers, whereas Franciscans were not bound to be so.⁷⁴ The importance of learning the native tongues was embedded in the very constitution of the Jesuits, while the Portuguese Franciscans in Asia were much slower than their Spanish confreres in this regard. Above

⁷⁰ A. S. REGO, op. cit., Vol. IV, pp. 200-211. Vicente also indicated that his work was not always appreciated by the Observant Franciscans and he asked for a companion of another order in order to forestall malign gossip.

⁷¹ A. S. REGO, op. cit., Vol. IV, pp. 253-259, and see A. S. REGO, op. cit., Vol. V, p. 102.

⁷² See the letter by António Pereira Maramaque, 6 November 1558, in BIBLIOTECA DA AJUDA, Cod. 51-II-33, p. 68, where the writer accuses *piedosos* such as João de Chaves (“cheyo de piolhas e de Burel”), Diogo da Silva, and Juan de Albuquerque, of hypocritical greed.

⁷³ Where Thomaz does draw a comparison with the new world (op. cit., p. 113), it is to argue that the Spanish Franciscans confined themselves to converting those who had been actually conquered and that in this respect they were less innovative than their forbears in the thirteenth century who had struck out into heathen Asia. However, this glosses over how massive and urgent a task it was to convert the conquered throughout the vast territories of the New World; how nugatory the state apparatus was in many areas where they set up station, and the way in which they confronted the task of intellectual translation. Indeed the mendicants showed themselves to be enthusiastic frontiersmen.

⁷⁴ Morais claimed that none of the Franciscans in Sri Lanka were preachers. See V. PERNIOLA (ed.), op. cit., p. 319.

all – and this has particular force for the *piedosos* –, the Franciscans could not, ultimately, match the autonomy, freedom of movement and organisational power of the Jesuits.⁷⁵ In Sri Lanka, their educational schemes suffered as a result. Nevertheless, before the Jesuits started to sweep into Asia in increasing numbers, the discalced friars did have a real and much neglected role in the 1540s. And these Franciscans can only be associated with the Counter-Reformation in the loosest sense of the term. As our brief history of the Franciscan order shows, the *piedosos* had their origins in a resurgent Iberian spirituality that pre-dates the Protestant reformation and its Catholic response, to those movements of Franciscan reform that cut across Spain and Portugal in the late fifteenth and early sixteenth century.⁷⁶

... And in Sri Lanka

The Jesuits did play a role in the intensification of religious politics in Sri Lanka. Before Xavier left for the East in 1541 the possibility of Bhuvanekabahu's conversion was apparently on his mind.⁷⁷ A few years later King João used Xavier in an ambassadorial role to take a letter to Bhuvanekabahu, urging him to make good his "promise" to convert. At some point then, Xavier and Bhuvanekabahu must have met and (considering his usual methods) the future saint no doubt contributed a great deal to the intemperate clerical pressure of these years.⁷⁸ In particular, Xavier was interested in those coastal areas in the north-west inhabited by pearl-fishers – the counterparts to his fishery folk on the other side of the straits. The most lucrative pearl-fishery was situated off the island of Mannar and it was likewise subject to the Muslim chiefs on the Indian coast. It is not surprising then that they too asked for Xavier to come and baptise them. In his place he sent a secular priest who effected the first mass baptism in Sri Lanka.⁷⁹ Their subsequent massacre by Sankili had a profound affect on Xavier and he spent much energy trying to rouse a retaliatory expedition against the King of Jaffna.

But Mannar really belonged to the socio-political world of South India. The next three Jesuits to arrive in India displayed a keen interest in Sri

⁷⁵ See Joan-Pau RUBIÉS, *Travel and Ethnology in the Renaissance. South India through European Eyes*, New York, Cambridge University Press, 2000, pp. 314-315.

⁷⁶ Note also the Houses of Recollection: see D. NIMMO, *op. cit.*, p. 643.

⁷⁷ V. PERNIOLA (ed.), *op. cit.*, p. 13.

⁷⁸ G. SCHURHAMMER, *op. cit.*, Vol. II, pp. 411-412, footnote 36, assembles a case to argue that Xavier visited Sri Lanka in both 1544 and 1545 and that he carried out this diplomatic mission on the former occasion. It is clear that Xavier must have handed over his letter before Barbudo's embassy in late 1545 [V. PERNIOLA (ed.), *op. cit.*, p. 297]. However, the only actual evidence offered for the 1544 visit is that Xavier undertook a voyage to the Fishery Coast which took longer than one would expect, implying that he had taken a detour to Sri Lanka.

⁷⁹ V. PERNIOLA (ed.), *op. cit.*, pp. 51, 53-54, 114, 125, 137.

Lanka, issuing from their responsibility to catechise to the noble followers of the Kotte princes who fled to Goa in the year of their arrival.⁸⁰ But none of their order had a hand in the mission among the Sinhalese until some months after the death of Bhuvanekabahu when two Jesuits, Balthasar Gago and António Gomes, accompanied the expedition to the island led personally by the viceroy, Afonso de Noronha. They intended to establish a “house of the Society” and make many conversions amongst this reputedly receptive people.⁸¹ This would have been a considerable challenge to the Franciscan hold over the island, yet it never transpired. Why not remains a mystery: Brother Gago merely refers to the work of the devil and the Viceroy’s lust for treasure. The following year another two Jesuits, Manuel Morais and António Dias, came to Kotte intending to convert young Dharmapala, but also with a much wider evangelical brief. Although they were well-received by the Franciscans, Dias wrote stressing, “how necessary it is for this country to be cultivated by the Fathers of the Society, for I believe that if our fathers had already been here, the result of their labours would be seen by now.”⁸² It is difficult not to agree that the Jesuit presence gave a definite boost to the progress of Christianity. The brothers preached regularly at Kotte and drew crowds of notables. They succeeded in attracting a noble woman to their faith and her subsequent baptism was used as an opportunity for a first public celebration of faith, which involved the firing of mortars and muskets.⁸³ We hear of attempts to engage the *bhikkhus* in debate; indeed anyone encountered on the road was liable to be subject to an impromptu evangelism.⁸⁴

The brothers catechised to the newly converted and their children, something they suggest was not undertaken properly before:

Thinking that I might be on their side many pagans have become Christians. I baptised them knowing that they were asking to become Christian for this reason and not for any other motive. For some, though they enter by this door, are sometimes good. I sincerely believe that all would be good if they had someone to instruct them. But it is a pity to see that there are many Christians here who have never been taught to make the sign of the cross or to recite the Our Father. They know nothing of what it means to be a Christian because there is nobody to teach them. Since I noticed this, I do not easily baptise unless they have first requested me many times.⁸⁵

⁸⁰ All three mention Sri Lanka in their correspondence: see *Idem, passim*, and p. 121.

⁸¹ *Idem*, pp. 285-287; G. SCHURHAMMER and E. A. VORETZSCH (ed.), op. cit., pp. 636-637.

⁸² V. PERNIOLA (ed.), op. cit., p. 335. See A. S. REGO, op. cit., Vol. VI, p. 46, for a later reflection on their success.

⁸³ V. PERNIOLA (ed.), op. cit., p. 333.

⁸⁴ *Idem*, pp. 324, 335.

⁸⁵ *Idem*, p. 322, and Dias’ comments on p. 335, echoing other Jesuit criticism of quick Franciscan baptisms: Criminali in Goa 1545, and Lancillotto in Kollam in 1550 [J. WICKI (ed.), op. cit., Vol. I, pp. 13-14, 126].

Why then had Franciscans been chosen for the Sri Lankan mission? The simple answer is that Bhuvanekabahu asked for them. Trindade tells us that of the friars “he had received satisfactory reports, for he had spoken with them both in his own city and at our fortress of Colombo where ordinarily our friars were, accompanying the soldiers who were there, as they were accustomed to do.”⁸⁶ It does seem as if João de Vila do Conde’s mission had its origins in a relationship carefully cultivated by the Franciscans in Kotte in the late 1530s and early 1540s.⁸⁷ It is important to recognise that Bhuvanekabahu was behaving in a manner that was entirely typical of rulers across early modern Asia. Foreign specialist groups were much sought after, and many of his Theravada counterparts in Southeast Asia had likewise attempted to fix the Portuguese in their territories through patronising Catholicism.

Yet how far do the claims of Morais and Dias hold up? Was the mission in Sri Lanka severely damaged by Franciscan control? Could we go further and say that the Jesuits would even have restrained the rapacity of the secular Portuguese in the 1540s, so much so that their reformation of Christian life would have touched high politics itself? Given our conclusions regarding the *piedosos* in India we should now be willing to exert some forceful scepticism about such claims. João de Vila do Conde and all but one of his five companions came from the Province of Piety.⁸⁸ Moreover, this picture of sweeping Jesuit superiority is partly the result of the superiority of the historical evidence that they left behind, their copious and inquisitive letters and the many chronicles based upon them. For example, none of the surviving letters from friars in Sri Lanka mention any religious disputations, but we know from Gonzaga’s history of the order that a major debate did occur in 1543.⁸⁹ The discalced friars were no less strict with regard to the conduct of Christian life and we shall see how their missionary zeal produced results under difficult conditions. But one has to conclude that the *piedosos* in Sri Lanka did not have quite the effect that they strove for. In particular, their pedagogic ambitions remained unfulfilled and the explanation lies again in the implications of their otherworldliness.

⁸⁶ P. TRINDADE, *op. cit.*, Part III, pp. 24-25, confirmed by F. QUEIROZ, *op. cit.*, p. 235, and adding that Bhuvanekabahu’s wrote to Lisbon directly to ask for Franciscans on the advice of Henrique.

⁸⁷ In 1539 the Commissary Paulo de Santarém, visited the court and helped Bhuvanekabahu’s dislodge the undesirable factor, PeroVaz Travassos [V. PERNIOLA (ed.), *op. cit.*, pp. 10-11]. The Bishop Juan de Albuquerque may also have been involved since, as Provincial of Piety, he had personally accepted four of the Sri Lanka mission into the order. See G. SCHURHAMMER and E. A. VORETZSCH (ed.), *op. cit.*, pp. 435-437.

⁸⁸ See Perniola’s discussion of personnel on V. PERNIOLA (ed.), *op. cit.*, p. 37. The Italian Francisco de Monteprandone was the odd one out. Is this why we hear so little about him even though it was he who baptised the King of Kandy?

⁸⁹ *Idem*, pp. 42-45; F. GONZAGA, *op. cit.*, Vol. II, pp. 1403-1410.

Bhuvanekabahu asked for Franciscans based on his experience of the modest activities of the one or two Observants in Kotte, who effected very small-scale conversions and regularly consulted with him. These mendicants, their behaviour, appearance, and function in life, would have been strongly familiar to the Sinhalese. Given that both Christianity and Buddhism were “transcendentalist” systems, they both placed a high value on asceticism.⁹⁰ As much later King Senerat of Kandy would remark in a letter to Philip III, “(...) for though we are Heathens, we well understand that virtue consists in the disregard of the things of this earth and of the riches of the world.”⁹¹ In the seventeenth century Paulo da Trindade remarked that the Buddhist monks, “Though they are pagan, they are friendly towards our religious, since they consider them as men of the same profession, especially since, also like us, they go out each day and in great silence beg for alms from door to door.”⁹² On one level the *piedosos* would merely have reinforced that sense of familiarity. The use of fasting was a marker of otherworldliness common to both sets of virtuosos, as was the strictly vegetarian diet, a strong symbol of spiritual cleanliness in South Asia and potentially a source of immediate respect.⁹³ Even their bare feet would have served to emphasise their closeness to the *bhikkhu* role.

But it soon became apparent that a quite different kind of Franciscan had walked off the boat in 1543. One aspect of their behaviour would have jarred almost immediately. Bhuvanekabahu offered the new mission his munificence in the shape of a considerable sum of money to support them in Colombo. In an equally grand gesture, they rejected it.⁹⁴ They continued to reject it for five or six months until the king stopped asking. Given our discussion of the anxieties of António do Porto and Vicente de Lagos in India this should not surprise us. The words which Gonzaga gives to Vila do Conde are far from implausible: “For we care not for money, nor for your riches, nor for any other temporal goods, but only for your salvation and that of

⁹⁰ On transcendentalism, see A. STRATHERN, “Transcendentalist Intransigence: Why Rulers Rejected Monotheism in Early Modern Southeast Asia and Beyond”, *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 49, n.º 2, 2007, pp. 358-383. G. SCHURHAMMER and E. A. VORETZSCH (ed.), op. cit., p. 649 [V. PERNIOLA (ed.), op. cit., p. 334; echoed by his companion on p. 324].

⁹¹ F. QUEIROZ, op. cit., p. 711. This letter also appears in P. TRINDADE, op. cit., Part III, pp. 80-81. It seems to have been drafted by a Portuguese friar, and as such it may represent, initially, the latter’s perception of similarity.

⁹² P. TRINDADE, op. cit., Part III, p. 33 [an interpolation in his rendition of Gonzaga’s account – compare V. PERNIOLA (ed.), op. cit., p. 46].

⁹³ The *capuchos* fasted on Wednesdays, Fridays, Saturdays and spent two and a half hours each day meditating. See G. SCHURHAMMER, op. cit., Vol. II, p. 155. W. L. A. Don PETER, *Education in Sri Lanka under the Portuguese*, Colombo, Colombo Catholic Press, 1978, pp. 268-270, gives evidence of the continuing importance attached to vegetarianism as reflected in royal edicts and so on.

⁹⁴ See V. PERNIOLA (ed.), op. cit., pp. 38-41, 96, 181-182. According to Bhuvanekabahu this was 200 *pardaos* per year, according to Gonzaga an initial sum of 70 *cruzados* with an annual payment of 100 *cruzados*.

your people.”⁹⁵ For the friars this was a perfect opportunity to display their adhesion to the literal observance of the Rule, to advertise their position in the debate that had defined the fissiparous history of the Franciscans.

But Sinhalese traditions of monastic asceticism did not place the same emphasis on the corrupting nature of money.⁹⁶ For Bhuvanekabahu the traditional means of ensuring religious harmony had been rudely dismissed. Sinhalese kings, whatever their personal inclinations, had bestowed their patronage on both Buddhist and Hindu institutions. Indeed, this was a crucial marker of Sinhalese monarchism. Bhuvanekabahu had merely extended this principle to Christianity with his lavish gifts to the Church in Colombo and his courtly hospitality to the missionaries. The discalced friars now changed the frame of reference: patronage, financial and physical, was not enough – indeed it was to be despised – what was needed was the interior and personal devotion of the king. In a multi-religious environment, the affiliation of religion and state can be maintained when what matters is outward form, correct obeisance, ritual observance and so on. This is directly challenged by the introduction of exclusivist claims to interior states of being. In a more general sense the otherworldly zeal, the transcendent fixation of the *piedosos*, had a profound effect on the hardening of court politics between 1543 and 1545.⁹⁷ It is they who were famously dismissive of the diplomatic consequences of their strident addresses. “He who is against my faith is against me,” wrote António Padrão, a telling phrase and one that leaves any diplomatic imperatives for dead.⁹⁸ According to the Governor João de Castro, they were largely responsible for Bhuvanekabahu’s ill-will, harassing him with “such harsh ways as to cause astonishment.”⁹⁹

In 1545 direct control of the Sri Lanka mission passed over to the Observant Custodian António do Casal.¹⁰⁰ This may have been a deliberate decision to restore some stability to the Kotte scene. Certainly Casal was a much less troublesome cleric, telling his workers in Ceylon not to be “unduly worried” by the failure of Bhuvanekabahu to convert.¹⁰¹ In fact, there is a marked dissonance between the anti-Bhuvanekabahu sentiments of the *piedosos* in Sri Lanka and the more temperate judgements of their Observant superior. Vila do Conde chafed under this arrangement and he argued that

⁹⁵ V. PERNIOLA (ed.), op. cit., p. 40.

⁹⁶ Ilana Friedrich SILBER, *Virtuosity, Charisma and Social Order: A Comparative Socio-logical Study of Monasticism in Theravada Buddhism and Medieval Catholicism*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995, p. 113.

⁹⁷ I mean by this in particular, the new conflict among the Portuguese between pro- and anti-Bhuvanekabahu camps, on, which see A. STRATHERN, *Kingship and Conversion*, cit., Chapter Four.

⁹⁸ V. PERNIOLA (ed.), op. cit., p. 234.

⁹⁹ *Idem*, pp. 192-193.

¹⁰⁰ P. TRINDADE, op. cit., Part I, pp. 101-106, footnote 1; G. SCHURHAMMER, op. cit., Vol. III, p. 599.

¹⁰¹ V. PERNIOLA (ed.), op. cit., p. 256.

the failures of the Sri Lankan mission resulted from their lack of autonomy and asked Bishop Albuquerque to write to support his case anew.¹⁰² But a unified Franciscan order and interests of state conspired against it. This was in itself one major reason why the Jesuits found such a state of religious disrepair in Sri Lanka in 1552. Nevertheless we have learned enough about the nature of these *piedosos* over the course of this chapter to conclude that their particular spiritual traditions had formed a serious obstacle to rapprochement with indigenous rulers in Sri Lanka, and were partly responsible for the anti-Christian sentiments of the later 1540s.

From Vila do Conde's perspective, of course, the problem was that even when he did have the express permission of the king to proselytise, he could not ultimately guarantee protection for his neophytes. This was the general predicament of the mission outside the territorial conquests of the Portuguese empire.¹⁰³ As a result, missionaries could view the gifts and privileges that they bestowed on converts simply as a way of levelling the playing-field, and this could translate into a general argument for the inclusion of temporal incentives in the spiritual project of evangelism. For temporal realities were already there and militating against them. In particular, the missionaries saw themselves as struggling against the great weight of tradition. A frustratingly common response to missionary queries ("we do this because our forefathers did"), the sheer obstinacy of custom would become a cornerstone of sixteenth century treatises seeking to provide a theoretical explanation as to why peoples in other parts of the world betrayed the dictates of natural reason by behaving so differently to Christians.¹⁰⁴ This helps to explain the missionaries' tolerance of those converts who took the initiative in fashioning temporal advantages for themselves by acting *as if* they were indeed under Portuguese jurisdiction.¹⁰⁵ The distinction between mission fields within and without Portuguese control was thereby liable to blur, as the conversion process itself warped jurisdictional arrangements.

At any rate, the conclusion was quickly reached that it would be much easier to transform the state first. A great emphasis was therefore placed on evangelising to the ruler. The religious problems caused by the jurisdictional independence of vassals would thereby be dissolved. Once the ruler converted, his people were expected to follow suit. There was every reason to expect this, as it had been a constant of Christian history since the defining

¹⁰² Referring to the papal decree that all friars should remain within the custody he writes, "It will be clear to Your Highness that if in Ceylon much more work has not been done it is because we went as we did": see Albuquerque, November 1547, A. S. REGO, op. cit., Vol. III, pp. 526-532.

¹⁰³ As a Jesuit remarked in 1555. V. PERNIOLA (ed.), op. cit., p. 342.

¹⁰⁴ See Anthony PAGDEN, *The Fall of Natural Man: The American Indian and the Origins of Comparative Ethnology*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986, pp. 100-101, 137, 160-161.

¹⁰⁵ Letters of Juan de Albuquerque in 1547, in A. S. REGO, op. cit., Vol. III, pp. 532-523, and António do Porto in 1548, in A. S. REGO, op. cit., Vol. IV, pp. 61-62, which argues that alms would make up for the shame and destitution that resulted from conversion.

conversion of the Roman emperor Constantine, in the early fourth century. It was also the chief missionary method used by King João II in Africa, which had its greatest success with the conversion of the King of Kongo in the early 1490s.¹⁰⁶ If this was combined with a tendency to underestimate the cultural obstacles to imposing religious conversion this may well owe as much to crude ethnographic observation as it does to an unthinking extension of European mores. The *casados* of Colombo averred that “His [Bhuvanekabahu’s] example would have been enough for all to accept baptism at once. Your Lordship can be sure of it, *because this is the way with these people* [emphasis added].”¹⁰⁷ After all, the initial mass conversion of the Paravas had been conducted in negotiation with a few headmen.¹⁰⁸ Whatever the reasons, in the first years we find that missionary letters often assumed an unproblematic equation between the conversion of the ruler and that of his subjects. Royal neophytes were weighed up in terms of the thousands or millions of souls under their charge.¹⁰⁹ Such were the expectations and rhetorical manoeuvres of both missionaries and laymen in the 1540s – which would be painfully frustrated in the decades to come.¹¹⁰

Religious Disputation in the 1540s

One of the most tantalising features of the 1540s mission concerns the possibility for set-piece debate – for we are faced here with one of the first encounters between two world religions, Christianity and Theravada Buddhism, in the early modern period. Because of their ultimate origins in the Eurasian “Axial Age” of the first millennium BC, both traditions drew upon highly sophisticated philosophical traditions and were “offensive” ideologies, in Ernest Gellner’s sense – that is to say, predicated on a notion that other attitudes to salvation and divinity were possible but mistaken.¹¹¹ In other words, we have here an opportunity for a discussion conducted within very roughly the same terms of debate, an opportunity that we do not find in most of Africa or the New World. But, at this early stage in the Portuguese expansion in the East, was either side really ready for this?

¹⁰⁶ L. F. F. R. THOMAZ, “Descobrimentos e Evangelização”, cit., p. 118; and J. THORNTON, “The Development of an African Catholic Church in the Kingdom of Kongo, 1491-1750”, *Journal of African History*, 25, 1984, pp. 147-167.

¹⁰⁷ V. PERNIOLA (ed.), op. cit., p. 240.

¹⁰⁸ S. BAYLY, op. cit., pp. 325-326.

¹⁰⁹ See Simão de Coimbra’s comments in V. PERNIOLA (ed.), op. cit., p. 198. There were however people who were sceptical about the top-down model. A. S. REGO, op. cit., Vol. III, p. 303.

¹¹⁰ See A. STRATHERN, *Kingship and Conversion*, cit., for just how misguided these assumptions were.

¹¹¹ On the “Axial Age” and the concept of “offensive” ideology, see A. STRATHERN, “Transcendentalist Intransigence”, cit.

The most natural place to turn to first would be the Jesuits, who are often associated with a more intellectualist approach to conversion. Indeed, the reports of the Jesuit visitors in 1552 at their word show little esteem for either Franciscan or local religious specialists in this regard. They represent the *bhikkhus* as decidedly ill-prepared to tackle their Christian opponents:

They have such little learning that a person of good intelligence and skill in matters of the church, even if he is unlettered, can defeat them. But they do not have the capacity of men who can come to know their errors through reason. And besides, they are very attached to following what their ancestors did. The only arguments that they bring forward are that this is their custom, and the custom of their ancestors, and that it is their duty to accept the same. They very much avoid being put to dispute, and there is nobody willing to do this.¹¹²

While it is possible that the *bhikkhus* they encountered were influenced by the quietist strand in Buddhist thought or were forest-monks barred from such worldly encounters, it is most likely that Manuel Dias assumed that the *bhikkhus* would engage in a very familiar form of dialectics. The feeling that one's interlocutors have poor logical faculties is a common manifestation of the failure of cross-cultural dialogue, a failure that seems almost inevitable once we realise that these encounters would have proceeded via interpreters.¹¹³

If the *samgha* continued to be held in high esteem by the Sinhalese then comparison with missionary efforts in Southeast Asia suggests that it could represent a serious obstacle to evangelism.¹¹⁴ It is difficult to know, however, whether this took the form of direct intellectual opposition. Early Buddhism contained a strong predilection for avoiding the heated contentiousness of debate – somewhat similar to the early Franciscans' distaste for aggressive point-scoring.¹¹⁵ But by the sixteenth century there had been a long history of antagonism with theist sects, through textual polemic and set-piece disputations.¹¹⁶ The *Budugunalankaraya*, written circa 1470, reveals a world of religious competition between opposing Saivites, Vaisnavas, devotees of Agni,

¹¹² G. SCHURHAMMER and E. A. VORETZSCH (ed.), op. cit., p. 649 [V. PERNIOLA (ed.), op. cit., p. 334; echoed by his companion on p. 324].

¹¹³ Perniola refers to the lack of language training in his Introduction, V. PERNIOLA (ed.), op. cit., p. XIV.

¹¹⁴ Anthony REID, *Southeast Asia in the Age of Commerce, 1450-1680*, 2 vols., New Haven and London, Yale University Press, 1988-1993, Vol. II, p. 161. Fernão de Queirós (F. QUEIROZ, op. cit., p. 141), as a senior churchman in seventeenth-century Goa, despaired about the prospect of converting the Theravada peoples of Southeast Asia on these grounds.

¹¹⁵ L. de SILVA, "The Buddhist Attitude to Other Religions", *Sri Lanka Journal of the Humanities*, 11, 1985, pp. 111-129.

¹¹⁶ Ronald INDEN, Jonathan WALTERS and Daud ALI (ed.), *Querying the Medieval: Texts and the History of Practices in South Asia*, New York, Oxford University Press, 2000, pp. 23, 133, 152, emphasize the divisions between theists and non-theists in medieval South Asia.

Buddhists and Jains.¹¹⁷ The great educational centres – the *pirivenas* – that flourished in Parakramabahu VI's reign would have prepared their students for inter-religious debate through the comparative study of Brahmanic texts.¹¹⁸

At any rate, these Jesuits were ignorant of the rather important set-piece disputation that had taken place only a few weeks after the arrival of the first mission – and which represents one of the earliest formal debates between Portuguese and Asian holy men that we have on record. Can we take João de Vila do Conde's instigation of it as an indication that this friar valued the role of the intellect in the conversion process? The first point to acknowledge is that it came about largely a result of desperation. Having made no headway with the king for weeks, he wanted to challenge his opponents in the most direct manner possible.¹¹⁹ When the debate was called to a halt and Vila do Conde found that he had had little effect, he asked the king to hold a trial by fire or by crocodile-infested river; he would plunge into these torments with a Sinhalese religious and whoever survived would be proved right. He was told that this would not be necessary. It seems to have been the theatricality and publicity of the occasion that was most attractive to the friar.

What of the actual content of the debate? We have two reports of it, one by Francesco Gonzaga and the other by Queirós. They offer entirely different accounts of what happened and after some investigation it becomes apparent that Queirós' version is largely fictitious.¹²⁰ On the other hand, there are good reasons for thinking that Gonzaga offers a much more reliable, though

¹¹⁷ Christopher REYNOLDS (ed.), *An Anthology of Sinhalese Literature up to 1815*, London, Allen & Unwin, 1970, pp. 269-273. See Kitsiri MALALGODA, *Buddhism in Sinhalese Society 1750-1900*, Berkeley, University of California Press, 1976, p. 34, for inter-religious debates held in early eighteenth-century Kandy.

¹¹⁸ We know also that the *Brahmajala sutta*, which discusses a wide range of metaphysical positions as a list of 62 false beliefs, was taught at the Karagala monastery of the *vanavasi* sect in Parakramabahu VI's time. See Annesley MIRANDO, *Buddhism in Sri Lanka in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, Dehiwala, Tisara Prakasakayo, 1985, p. 10. The latter established the large Sunethradevi Pirivena. See W. I. SIRIWEERA, "The City of Jayawardena Kotte: History, Form and Functions", *Sri Lanka Journal of the Humanities*, Vol. 19, n.º 5, 1993, pp. 11-14. At the Vijayabahu Pirivena there were Brahmin students who learnt the four *vedas*. See C. R. de SILVA, "Algumas Reflexões sobre o Impacto Português na Religião entre os Singaleses durante os Séculos XVI e XVII", *Oceanos*, 34, 1998, p. 106. The *pirivenas* fall out of our sources in the sixteenth century. If this gives some credence to the suggestion that education was not as highly developed in Kotte as in previous capitals, it does not necessarily follow, as H. B. M. ILANGASINHA, *Buddhism in Medieval Sri Lanka*, New Delhi, Sri Satguru, 1992, p. 156, suggests, that after Parakramabahu VI the *pirivenas* lost their educational efficacy. Chandra R. de SILVA, "Sri Lanka in the Early Sixteenth Century: Political Conditions" in K. M. de Silva (ed.), *University of Peradeniya, History of Sri Lanka*, Vol. II, Peradeniya, University of Peradeniya, 1995, p. 35, assumes that the Vijayabahu *pirivena* at Totagamuva and the Sri Nanananda *pirivena* at Vadamagama referred to in sixteenth-century Portuguese sources maintained this capacity.

¹¹⁹ Gonzaga, in V. PERNIOLA (ed.), op. cit., pp. 36-47.

¹²⁰ See A. STRATHERN, "Representing Eastern Religion: Queyroz and Gonzaga on the first Catholic-Buddhist disputation in Sri Lanka, 1543", *The Journal of the Royal Asiatic Society of Sri Lanka*, 43, 1998, pp. 46-52, and "Fernão de Queirós: History and Theology", *Anais de História de Além-Mar*, 6, 2005, pp. 47-88.

hardly unbiased account. We are only told how Vila do Conde commenced the debate:

Fr. João spoke, "O king since we have assembled here for the sake of having a disputation about the true law that is to be followed, ask your party to come forward and to propose the principle point of their law and their difficulties so that I may satisfy them". The king replied, "I will not do that at all, since that is your responsibility. You, of your own accord called for this disputation." Then Fr. João said, "Very well, let it be so, but on the agreement that your wise men satisfactorily reply to all my questions and propositions". When they finally agreed, he asked them: first, "what sort of thing is a God?" Second, "What does paradise mean?" Third, "What sort of thing is an angel?" Fourth, "What is a holy person?" Fifth, "What is a demon?" Sixth, "What is a virtue?" Seventh, and last, "What is a vice and a sin?"¹²¹

It seems that the friar was using this public arena in order to make a formal evangelism. It was common for missionaries to reserve thorough explanations of doctrine for assemblies of the elite, in the hope that doctrinal understanding would thereby filter down from the elite to the more ignorant masses. The most resonant model for Vila do Conde's group may have been the "Twelve", the first Franciscan missionaries in New Mexico. Martín de Valencia's first speeches to the chiefs and priests of Mexico constituted a highly detailed pre-baptismal instruction. Vila do Conde's questions revolve around three questions which seem today an inevitable part of any explanation of Christianity – viz. the nature of God, the nature of the afterlife, and the nature of Christian life – together with a fourth issue which now seems rather more particular, that is the nature of the secondary supernatural beings, the angels and the devils. These four points are the crux of many of the pre-baptismal catechisms that have survived.¹²² Therefore, a good case can be made that Vila do Conde was rehearsing a catechism either as a model for subsequent debate – or even to displace debate altogether. Indeed, at almost exactly this time in late 1543 Francis Xavier was engaged in debate with the Brahmins of Tiruchendur temple on the Fishery Coast. His own account tells us that after an initial exchange of views, Xavier launched into a recital of the Apostle's creed, the Decalogue and a sermon.¹²³ A natural approach for such men to take, perhaps, but one which was more suited to the patterned dialogues of the seminary than the problems faced by friar

¹²¹ F. GONZAGA, op. cit., Vol. II, pp. 1406.

¹²² The points put before the Indians of New Galicia in 1541 had all four but included the divinity of Christ and a recognition of their subjection to the Pope and Habsburg emperor. See Robert RICARD, *The Spiritual Conquest of Mexico*, Berkeley, University of California Press, 1966, p. 84.

¹²³ Richard F. YOUNG, "Francis Xavier in the Perspective of the Saivite Brahmins of Tiruchendur Temple", in Harold G. Coward (ed.), *Hindu-Christian Dialogue: Perspectives and Encounters*, Maryknoll, Orbis Books, 1989, p. 70.

João in a steamy Sri Lankan court with *bhikkhus* and Brahmins arrayed before him.

What does Gonzaga's report tell us of Bhuvanekabahu's response to this religious assault? That it finished like this:

The King replied "I will on no terms permit that since it is *not necessary* at all. For, whatever I have received from my parents and drank in at the breast, that I know for certain is most true and *quite sufficient* to obtain salvation. I do not strive or desire to know or understand anything else, because I judge it to be *entirely superfluous* [italics added]."¹²⁴

Bhuvanekabahu is refusing Vila do Conde's request to reiterate the Christian answers to questions the friar had put forward at the beginning of the debate. Gonzaga intended to convey a sense of stubborn traditionalism but it seems that his source had preserved another meaning. The repetitious emphasis of the italicised phrases is not that the friars' teachings are wrong *per se*, but that they are irrelevant. Given the layers of reportage behind Gonzaga's account, the following reading is obviously risky, but we may see here an echo of the Buddhist teaching that all such considerations do not bear on the core religious question of how to achieve salvation.¹²⁵ It is possible then that Bhuvanekabahu was rejecting the gospel according to the logic of Theravada metaphysics.

Many historians have been content to present Gonzaga's account of this debate without comment, even in suggesting that it represented a Christian victory.¹²⁶ In all probability it was a philosophical mess. The questions Vila do Conde set out were simply not abstract enough to initiate a cross-cultural dialogue. When Gonzaga tells us that the Kotte holy men began to squabble among themselves, Schurhammer is being too literal-minded in suggesting that this was the result of the different opinions on these matters by the Hindus and the Buddhists.¹²⁷ Conceptual and linguistic incommensurabilities between Portuguese and Sinhalese account for any such confusion. Gonzaga, or his source Gaspar de Lisboa, is a far from innocent narrator: his comment that Bhuvanekabahu stopped the debate because the royal party were losing esteem seems odd when we consider that the disputations had

¹²⁴ F. GONZAGA, op. cit., Vol. II, p. 1407: "necessarium,... sufficientissimum,... superfluum". My thanks to Dr. Bryan Ward-Perkins, who has altered the translation only very slightly from that in Perniola, pp. 43-44.

¹²⁵ The textual problems surrounding this are explored much more fully in A. STRATHERN, "Representing Eastern Religion", cit.

¹²⁶ See Léon BOURDON, *Les Débuts de l'évangélisation de Ceylan vers le milieu du XVI siècle d'après des documents récemment publiés*, Lisbonne, Institut Français au Portugal, 1936, p. 13.

p. 13; G. SCHURHAMMER, op. cit., Vol. II, p. 423; Martin QUÉRÉ, "Beginnings of the Portuguese Mission in the Kingdom of Kotte", *Aquinas Journal*, 5, 1988, p. 79, although Quéré does chastise the chroniclers for unduly dramatising the affair.

¹²⁷ The wording of Gonzaga's account might suggest that Vila de Conde had two kinds of opponent. See V. PERNIOLA (ed.), op. cit., pp. 42, 44-45. G. SCHURHAMMER, op. cit., Vol. II, p. 423.

been going on for fifteen days! In fact affairs of state had intervened: by this time Mayadunne was again advancing upon Kotte and Bhuvanekabahu had sent his ambassador back to Goa to plead with the governor for assistance.¹²⁸

At this point an attentive reader of Queirós might tell us that another, more dramatic set-piece debate involving Vila do Conde took place at Kotte a few years later – yet, I have argued that this is another account of the 1543 disputation, which has mistakenly been set down as a separate affair.¹²⁹ Much more reliable is the report that in 1552 the young Dharmapala put off demands that he receive baptism by saying that “as soon as the war was over, the matter of his conversion would be taken up in the presence of their Fathers [i.e. indigenous holy men] and of our own.”¹³⁰ This, at least, does suggest that the conversion of the king could be seen as a matter of publicly deciding between competing claims to the truth.

Despite the claims of the Jesuits, it seems that during Bhuvanekabahu’s reign there had been something approaching a history of inter-religious dialogue with the Franciscans at court.¹³¹ Some may, however, consider “dialogue” to be too sanguine a term for an exchange in which our zealous *piedosos* were entirely unprepared to budge from a stalwart recitation of the one form of truth.

It was not then, that the Franciscans yielded anything to the Jesuits in terms of missionary drive and ambition, it is rather that their qualities of restlessness and intransigence were always going to cause political ructions in a land where the Portuguese had not yet translated their imperial influence into imperial rule. The Jesuits may not have done any better, however: when they arrived in Kongo (1548-55) at roughly the same time that their confreres did in Sri Lanka, their mission was notable for their inability to countenance the syncretic form of Christianity that was developing among royal and elite circles at court, and the rancour into which their relationship with the king fell. Part of the problem here was precisely the Jesuitical concern with beliefs and thoughts, with education and understanding – an emphasis which can often form an obstacle to the indigenization of Christianity.¹³² What does seem apparent is that attempts to clarify long-lasting characteristics of the Catholic missionary orders will be best advanced by a comparative and global perspective that tries to make sense of what was going on in the Spanish expansion just as much as the Portuguese.

¹²⁸ V. PERNIOLA (ed.), op. cit., pp. 47-48.

¹²⁹ F. QUEIROZ, op. cit., pp. 258-261. See A. STRATHERN, “Fernão de Queirós”, cit., pp. 77-78.

¹³⁰ As quoted by the Jesuit Dias in 1552. See V. PERNIOLA (ed.), op. cit., p. 331.

¹³¹ See also Prince João/André de Sousa’s claim in 1546 that the people of Kotte were defending their beliefs with “words and false arguments” in V. PERNIOLA (ed.), op. cit., p. 105.

¹³² On the Jesuit mission see Carlos ALMEIDA, “A Primeira Missão da Companhia de Jesus no Reino do Congo (1548-1555)”, in R. Carneiro and A. T. Matos (ed.), op. cit., pp. 865-888.

Manuscript Sources

BIBLIOTECA DA AJUDA

Cod. 51-II-33

Bibliography

- ALMEIDA, Carlos, "A Primeira Missão da Companhia de Jesus no Reino do Congo (1548-1555)", in Roberto Carneiro and Artur Teodoro de Matos (ed.), *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Seu Nascimento*, Lisboa, CHAM/CEPCEP, 2004, pp. 865-888.
- ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, 4 vols., dir. Damião Peres, Porto, Livraria Civilização, 1967-1971.
- AMES, Glenn J., *Renascent Empire? The House of Braganza and the Quest for Stability in Portuguese Monsoon Asia, ca. 1640-1683*, Amsterdam, Amsterdam University Press, 2000.
- BAYLY, Susan, *Saints, Goddesses and Kings: Muslims and Christians in South Indian Society 1700-1900*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989.
- BETHENCOURT, Francisco and CHAUDHURI, Kirti (ed.), *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.
- BIEDERMANN, Zoltán, "Do regresso do Quarto Império: A China de João de Barros e o Imaginário Imperial Joanino", in Roberto Carneiro and Artur Teodoro de Matos (ed.), *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Seu Nascimento*, Lisboa, CHAM/CEPCEP, 2004, pp. 103-120.
- BOUCHON, Geneviève (ed.), "A Letter: Cristóvão Lourenço Caração, to D. Manuel, Cochín 13 Jan 1522", *Mare Luso Indicum*, 1, 1971, pp. 163-168.
- BOURDON, Léon, *Les Débuts de l'évangélisation de Ceylan vers le milieu du XVI siècle d'après des documents récemment publiés*, Lisbonne, Institut Français au Portugal, 1936.
- BOXER, Charles R., *Portuguese Seaborne Empire: 1415-1825*, London, Hutchinson, 1977.
- BOXER, Charles R., *The Church Militant and Iberian Expansion: 1440-1770*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1978.
- BRÁSIO, António, *Monumenta Missionaria Africana*, Vol. 1, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952.
- CORREIA, José Manuel, *Os Portugueses no Malabar (1498-1580)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, "Os Portugueses e a Cristandade Siro-Malabar (1498-1530)", *Stvdia*, 52, 1994, pp. 121-178.
- COUTO, Diogo do, *Década Quinta da "Ásia"*, Coimbra, Coimbra Editora, 1937.
- CRUZ, Maria Augusta Lima, "Notes on Portuguese Relations with Vijayanagar, 1500-1565", *Santa Barbara Portuguese Studies*, 2, 1995, pp. 13-39.

- DIAS, J. S. Silva, *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal (Séculos XVI a XVIII)*, Vol. I, Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos da Universidade de Coimbra, 1960.
- Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central, 1497-1840*, 8 vols., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962-1975.
- EATON, Richard M., *The Rise of Islam and the Bengal Frontier, 1204-1760*, New Delhi, Oxford University Press, 1997.
- FISHER, Humphrey J., "Conversion Reconsidered: Some Historical Aspects of Religious Conversion in Black Africa", *Africa*, 43, 1973, pp. 27-40.
- FLORES, Jorge Manuel, *Os Portugueses e o Mar de Ceilão: Trato, Diplomacia e Guerra (1498-1543)*, Lisboa, Cosmos, 1998.
- GONZAGA, Francesco, *De Origine Seraphicae Religionis Franciscanae eiusque progressibus...*, Vol. 1, Romae, Typographia Dominici Basae, 1587; Vol. 2, Venitiis, s. n., 1603.
- HEFNER, Robert W. (ed.), *Conversion to Christianity: Historical and Anthropological Perspectives on a Great Transformation*, Berkeley, University of California Press, 1993.
- ILANGASINHA, H. B. M., *Buddhism in Medieval Sri Lanka*, New Delhi, Sri Satguru, 1992.
- INDEN, Ronald, WALTERS, Jonathan and ALI, Daud (ed.), *Querying the Medieval: Texts and the History of Practices in South Asia*, New York, Oxford University Press, 2000.
- LACH, Donald F., *Asia in the Making of Europe*, 3 vols., Chicago, University of Chicago Press, 1965.
- LOPES, Fernando Félix, "Fr. André da Ínsua, Geral dos Observantes Franciscanos", *Arquivo Ibero-Americano*, 45, 1952, pp. 5-80.
- MALALGODA, Kitsiri, *Buddhism in Sinhalese Society 1750-1900*, Berkeley, University of California Press, 1976.
- MEDINAS, Victor Joaquim Fialho, *A Arquitectura Capucha da Província da Piedade*, MA thesis, 2 vols., Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1994.
- MEERSMAN, Achilles, *The Ancient Franciscan Provinces of India*, Bangalore, Christian Literature Society, 1971.
- MEERSMAN, Achilles, "Early Franciscan Missions in India", in W. L. A. Don Peter (ed.), *Franciscans and Sri Lanka*, Colombo, Evangel, 1983.
- MIRANDO, A. H., *Buddhism in Sri Lanka in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, Dehiwala, Tisara Prakasakayo, 1985.
- MONFORTE, Manuel de, *Chronica da Provincia da Piedade...*, Lisboa, M. Manescal da Costa, 1751.
- MUNDADAN, A. Mathias, *History of Christianity in India*, Vol. 1, Bangalore, Theological Publications in India, 1984.
- NEILL, Stephen Charles, *A History of Christianity in India*, Cambridge, Cambridge University Press, 1984.
- NIMMO, Duncan, *Reform and Division in the Medieval Franciscan Order (1226-1538)*, Rome, Capuchin Historical Institute, 1987.

- NOONAN, Laurence A., "The First Jesuit Mission in Malacca", *Studia*, 36, 1973, pp. 391-457.
- O'MALLEY, John W., *The First Jesuits*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1993.
- PADGEN, Anthony, *The Fall of Natural Man: The American Indian and the Origins of Comparative Ethnology*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986.
- PERERA, Gaston, *The Portuguese Missionary in 16th and 17th Century Ceylon: The Spiritual Conquest*, Colombo, Vijitha Yapa, 2009.
- PERNIOLA, Vito (ed.), *The Catholic Church in Sri Lanka, The Portuguese Period, Volume 1, 1505-1565*, Dehiwala, Tisara Prakasakayo, 1989.
- PETER, W. L. A. Don, *Education in Sri Lanka under the Portuguese*, Colombo, Colombo Catholic Press, 1978.
- QUÉRÉ, Martin, "Beginnings of the Portuguese Mission in the Kingdom of Kotte", *Aquinas Journal*, 5, 1988, pp. 71-99.
- QUÉRÉ, Martin, *Christianity in Ceylon Under the Portuguese Padroado 1597-1658*, Colombo, Colombo Catholic Press, 1995.
- QUEYROZ, Fernão de, *The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon*, trans. e introd. S. G. Perera, 3 vols., reprint, New Delhi, Asian Educational Services, 1992 (1st ed., Colombo, A. C. Richards, 1930).
- REGO, A. da Silva (ed.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, 12 vols., Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1947-1958.
- REID, Anthony, *Southeast Asia in the Age of Commerce, 1450-1680*, 2 vols., New Haven and London, Yale University Press, 1988-1993.
- REYNOLDS, Christopher (ed.), *An Anthology of Sinhalese Literature up to 1815*, London, Allen & Unwin, 1970.
- RIBEIRO, João, *The Historic Tragedy of the Island of Ceilão*, ed. and trans. P. E. Pieris Colombo, s. n., 1948.
- RICARD, Robert, *The Spiritual Conquest of Mexico*, Berkeley, University of California Press, 1966.
- RUBIÉS, Joan-Pau, *Travel and Ethnology in the Renaissance. South India through European Eyes*, New York, Cambridge University Press, 2000.
- SALDANHA, António Vasconcelos de, "Sobre o *Officium Missionandi* e a Fundamentação Jurídica da Expansão Portuguesa", in *Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas, Actas de Congresso Internacional de História*, 4 vols., Braga, UCP/CNCDP, 1993, Vol. III, pp. 597-605.
- SCHURHAMMER, Georg, *Francis Xavier: His Life, His Times*, trans. M. J. Costelloe, 4 vols., Rome, Jesuit Historical Institute, 1973-1982.
- SCHURHAMMER, Georg and VORETZSCH, E. A. (ed.), *Ceylon zur Zeit des Königs Bhuvaneka Bahu und Franz Xavers, 1539-1552*, 2 vols., Leipzig, Verlag der Asia Major, 1928.
- SILBER, Ilana Friedrich, *Virtuosity, Charisma and Social Order: A Comparative Sociological Study of Monasticism in Theravada Buddhism and Medieval Catholicism*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

- SILVA, Chandra R. de, "Algumas Reflexões sobre o Impacto Português na Religião entre os Singaleses durante os Séculos XVI e XVII", *Oceanos*, 34, 1998, pp. 104-116.
- SILVA, Chandra R. de, "Sri Lanka in the Early Sixteenth Century: Political Conditions", in K. M. de Silva (ed.), *University of Peradeniya, History of Sri Lanka*, Vol. II, Peradeniya, University of Peradeniya, 1995, pp. 11-36.
- SILVA, L. de, "The Buddhist Attitude to Other Religions", *Sri Lanka Journal of the Humanities*, 11, 1985, pp. 111-129.
- SIRIWEERA, W. I., "The City of Jayawardena Kotte: History, Form and Functions", *Sri Lanka Journal of the Humanities*, Vol. 19, n.º 5, 1993, pp. 11-14.
- STRATHERN, Alan, "Representing Eastern Religion: Queyroz and Gonzaga on the first Catholic-Buddhist disputation in Sri Lanka, 1543", *The Journal of the Royal Asiatic Society of Sri Lanka*, 43, 1998, pp. 46-52.
- STRATHERN, Alan, *Bhuvanekebahu VII and the Portuguese: Temporal and Spiritual Encounters in Sri Lanka, 1521-1551*, PhD. thesis, Oxford University, 2002.
- STRATHERN, Alan, "Os Piedosos and the Mission in India and Sri Lanka in the 1540s", in Roberto Carneiro and Artur Teodoro de Matos (ed.), *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Seu Nascimento*, Lisboa, CHAM/CEPCEP, 2004, pp. 855-864.
- STRATHERN, Alan, "Fernão de Queirós: History and Theology", *Anais de História de Além-Mar*, 6, 2005, pp. 47-88.
- STRATHERN, Alan, *Kingship and Conversion in Sixteenth-Century Sri Lanka: Portuguese Imperialism in a Buddhist Land*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007.
- STRATHERN, Alan, "The Conversion of Rulers in Portuguese-Era Sri Lanka", in Jorge Flores (ed.), *Re-exploring the Links: History and Constructed Histories*, Wiesbaden, Harrassowitz Verlag, 2007, pp. 135-154.
- STRATHERN, Alan, "Transcendentalist Intransigence: Why Rulers Rejected Monotheism in Early Modern Southeast Asia and Beyond", *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 49, n.º 2, 2007, pp. 358-383.
- STRATHERN, Alan, review of Gaston PERERA, *The Portuguese Missionary in 16th and 17th Century Ceylon: The Spiritual Conquest* (Colombo, Vijitha Yapa, 2009), in *The Journal of Asian Studies*, 70, 2011, pp. 287-289.
- SURAWEERA, A. V. (trans. and ed.), *Rajavaliya*, Colombo, Vishvalekha Publication, 2000.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R., "Descobrimentos e Evangelização: da Cruzada a Missão Pacífica", in *Congresso Internacional de História: Missionação e Encontro de Culturas*, Vol. 1, Braga, UCP/CNCDP, 1993, pp. 81-129.
- THORNTON, J., "The Development of an African Catholic Church in the Kingdom of Kongo, 1491-1750", *Journal of African History*, 25, 1984, pp. 147-167.
- TRINDADE, Paulo da, *Conquista Espiritual do Oriente*, ed. Fernando Félix Lopes, 3 parts, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962-1967.
- WICKI, J. (ed.), *Documenta Indica*, 18 vols., Rome, Monumenta Historica Societatis Jesu, 1948-1988.

- XAVIER, Ângela Barreto, “‘Aparejo y disposición para se reformar y criar otro nuevo mundo’. A evangelização dos indianos e a política imperial joanina”, in Roberto Carneiro and Artur Teodoro de Matos (ed.), *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento*, Lisboa, CHAM/CEPCEP, 2004, pp. 783-805.
- XAVIER, Ângela Barreto, *A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- YOUNG, Richard F., “Francis Xavier in the Perspective of the Saivite Brahmins of Tiruchendur Temple”, in Harold G. Coward (ed.), *Hindu-Christian Dialogue: Perspectives and Encounters*, Maryknoll, Orbis Books, 1989, pp. 64-79.

KORA-KORA, JUNKS AND BAROTO:
INSULINDIAN BOATS IN PORTUGUESE WARFARE
AND TRADE ACCORDING TO THE *RELAÇION*
OF MIGUEL ROXO DE BRITO (1581-1582)

by

JACKY DOUMENJOU

Translation: Cathy Gaboreau

Many historians have carried out research on high board vessels, such as carracks, which were used during the Portuguese expansion in Asia and whose characteristics are relatively well-known. However, they have spent a great deal less time researching the local boats which made possible the thorough exploration of every nook and cranny of the Insulindian archipelago and contributed to trade between islands and throughout Asia. The Portuguese and in particular merchant-adventurers¹ often regarded local boats to be the key to their success in their integration of the vast sea-board, whose geography was largely unknown during the second half of the 16th century. Portuguese merchants traded locally using small boats which took them to port cities in the Strait of Malacca and occasionally further east in the archipelago.²

One cannot stress enough the importance of these voyages of exploration for Eastern as well as Portuguese History. The discovery of the “Spice Islands”, large trading ports of the archipelago, and more generally established trade routes is relatively well documented but less is known about the ones off the beaten track. We have very few details about the first voyages of exploration east of the Moluccan archipelago (known today as the Rajat Empat archipelago), and the western coast of New Guinea which was at the time called “Papua Islands”.

¹ Charles R. BOXER, *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant-Adventurer in South Asia (1624-1667)*, 's-Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1967.

² Fernando RADIN, “Metamorphosis of the Luso-Asian Diaspora in the Malay Archipelago, 1640-1795”, in Peter Borschberg (ed.), *Iberians in the Singapore-Melaka Area (16th to 18th Century)*, *South China and Maritime Asia*, Wiesbaden, Harrassowitz, 2004, p. 163.

Handwritten sources available on this part of the world are very few, of diverse nature and not many carry a detailed description of the boats that the first Europeans encountered. Consequently, we have to rely on personal accounts transmitted by Europeans authors, such as Pigafetta or Argensola, to get an idea of the shape of the boats which sailed all over the archipelago, changing according to commercial or cultural movements and of which the Portuguese were the main discoverers. Details of these journeys were essentially related by Portuguese chroniclers and by a few short relations, amongst which are listed the peregrinations of the Portuguese Miguel Roxo de Brito known under the title *Relaçion que miguel roso de brito da de la nueva guinea*. The scroll, currently preserved at the Lilly Library of Indiana University was kept by the famous orientalist Charles R. Boxer,³ until his death in April 2000.

Thanks to Charles R. Boxer and Pierre-Yves Manguin, we can be acquainted with the *Relaçion* of Miguel Roxo de Brito, through an article published in 1979 in *Archipel* magazine under the title "Miguel Roxo de Brito's narrative of his voyage to the Rajat Empat, May 1581-November 1582".⁴ In 1994, a former officer in the Dutch marine, J. H. K. Sollewijn-Gelpke, published in the KITLV magazine an article titled "The Account of Miguel Roxo de Brito of his Voyage in 1581-1582 to the Rajat Empat, the MacCluer Gulf and Ceram".⁵

The scroll of the *Relaçion* comprises twenty folios, numbered from folio 139 (first side of the page) to folio 149 (back of the page). It has been extracted from a Sino-Hispanic codex written in Castilian and compiled in Manila around 1590. It had probably been copied out from an original version in Portuguese later translated and copied again with many transcription mistakes, possibly during the first half of the 16th century and then again in the 19th century. The whole codex comprises various documents, together with colourful drawings from the Philippine Islands.

The conquest of Malacca in 1511 opened the doors to the main navigation routes in the Far East. From this large entrepot, Portuguese ships, always steered by Oriental men, came closer to the main Asian supply centres and, in particular, the "Spice Islands" located in the Moluccas archipelago. In April 1581, during a meeting of the *Cortes* in Tomar, Philip II was recognized king of Portugal. Under this union of the two crowns, one month later, in May 1581, Miguel Roxo de Brito undertook a voyage of exploration.

³ Mentioned for the first time in April 1950 in an article written by Prof. Charles R. BOXER: "A Late Sixteenth Century Manuscript", *Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland*, April 1950.

⁴ Charles R. BOXER and Pierre-Yves MANGUIN, "Miguel Roxo de Brito's narrative of his voyage to the Raja Empat, May 1581-November 1582", *Archipel*, n.º 18, 1979, pp. 175-194.

⁵ J. H. F. SOLLEWIJN-GELPKE, "The Report of Miguel Roxo de Brito of his Voyage in 1581-1582 to the Raja Ampat, the MacCluer Gulf and Seram", *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde*, n.º 150 (1), 1994, pp. 123-145.

He left Batjan Island in Moluccas for Waigeo, Misool and Ceram Islands and the western coasts of New Guinea. The news of the election of the king of Spain to the Portuguese crown only arrived in the Moluccas in March 1582.

Archipelagos in one archipelago: nao, *kora-kora*, junk and *baroto*

The first route charts and accounts of voyages give a detailed description of the maritime natural features so specific to the Insulindian archipelago: a maze of islets, islands and archipelagos forming a larger archipelago. A great deal of time before the arrival of the first Europeans, Insulindian seas, such as Banda, Ceram and Timor seas, all acted as bridges and cross-roads between the numerous populations of the archipelago (Javanese, Indians, Bugis, Timorese, Moluccans, Arabs, Chinese, Papuans, etc.).

Portuguese and Spanish were confronted with a geographical specificity for which they were unprepared: the parcelling of an archipelago made of multiple islands, islets, coral reefs, deep-sea bed, etc. The borders of this maritime zone, still undefined in the 16th century, formed a hard to penetrate barrier. Moreover, high board Portuguese vessels were badly suited to both the exploration and the control of this new environment. In his chronicle on the *Conquista de las islas Malucas*, the Spaniard Leonardo de Argensola gives us a geographical description of the Moluccas: "From the north, they bear the names of Ternate, Tidore, Motiel, Maquien and Bacham. (...) Bacham is divided into many islands split with stretches of sea on which only light boats can navigate".⁶

In New Guinea, islands and coasts are completely inhospitable to navigation; mangrove swamps flow over solid ground, estuaries are shallow and tidal conditions provoke dangerous bores capable of causing boats to capsize; the coasts are dotted with reefs and deep sea-bed; powerful currents flow between the islands; winds are changeable and populations unsociable and often hostile. In his recommendations to King Philip II at the end of his narration, Brito stressed the importance of these difficulties: "In the land of New Guinea, for the part and for the route I travelled through, there are a great number of shallow beds, sandbanks and rocks and many mangrove swamps, currents between the numerous islands. The water also creates lots of whirlpools; this is the reason why high board ships cannot follow this route in New Guinea".⁷

⁶ Nicole BIROS, "La conquête des Iles Maluques' (1609) par Bartolomé Leornado de Argensola", *Cahiers de l'Asie du Sud-Est*, n.º 21, 1987, p. 115.

⁷ Ms. fol. 149r, l. 29-30; fol. 149v, l. 1-5: "Tiene esta tierra de la Nueva Guinea por la parte e camino por donde anduve [fol. 149v] ve muchas bajas y coronas de arena e piedra y muchas restingas y corrientes por entre las yslas porque son muchas. Tambien ay muchas rolleras de agua por que no pueden por este camino yr navios de alto bordo a la Nueva Guinea".

The first Europeans to cover this area of the archipelago for the first time turned their attention to local boats, which were of many sorts, large and small and with specialized nautical characteristics; they were all perfectly adapted to the transport of both soldiers and goods, coastal navigation and steering between islands and estuaries. The voyage of exploration of the archipelago forced the Europeans to adapt to the local navigation practices and thus to adjust to a new naval culture.

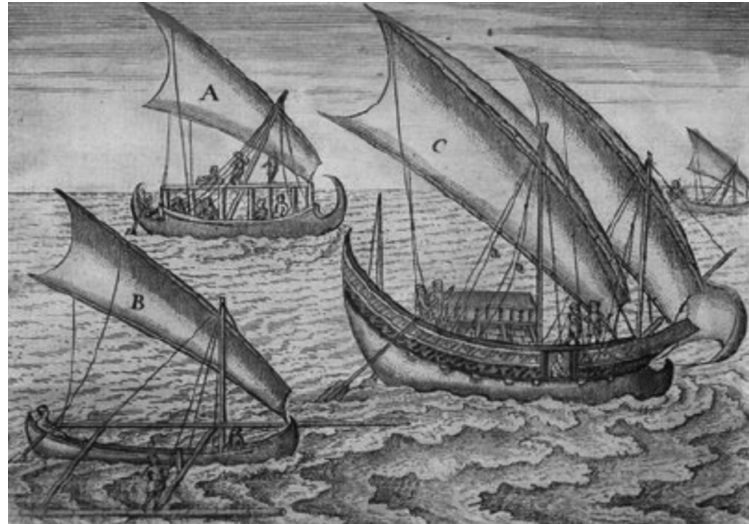


Fig. 1 – *Journal vande reyse der Hollandtsche schepen ghedaen in Oost Indien*, circa 1598. This plate is taken from the anonymous travel journal documenting the first Dutch sea voyage to Asia (1595-1597) led by Cornelis de Houtman. There is a key numbered A-C indicated on the image, but there are no explanatory notes. © 2009, Atlas of Mutual Heritage, www.atlasofmutualheritage.nl

In May 1581, aboard two *kora-kora*, Brito set off in the company of forty men from Obi and Tapat Islands, situated close to Batjan Island. His aim was to explore the islands and the coasts of New Guinea called “Land of the Papuans”. However, a few cable length away, he had to disembark the younger men in favour of *hombres de fuerça*, “men of strength” who were more apt to paddle. The choice of boat was not accidental. Brito chose the largest local boat. The *kora-kora* was commonly used, above all else, for transporting loads in the Moluccas Islands. Brito understood this perfectly. He used the *kora-kora* for his mission to explore around the islands in search of local influential trading places, known spices, promising new products, and, of course, gold and slaves.

When Brito disembarked on Misool Island, the king swore allegiance to him and put a “gold chain” around the prow of his *kora-kora*: “[He] welcomed me, offered me many gifts, and put a gold chain around the prow of the *kora-kora* I navigated which must have been worth 90 ducats”.⁸

⁸ Ms. fol. 139v, l. 13-15: “(...) me recibio haziendome muchos regalos y echandome une cadena de oro al cuello de la caracoa en que yo venia que pesaria 90 ducados”.

The Portuguese took a keen interest in the technical characteristics of these local boats. Due to its large number of rowers, the *kora-kora* was a very fast boat. This technical fact was a source of constant amazement: “And when I was aboard one of these boats, I could not stand up due to the lightness of the craft and at each stroke of oars, the whole body loses its balance”.⁹

This impressive outrigger was obviously not a transoceanic vessel as it could not venture onto high sea; it was limited to remain a precious local “relay” boat adapted to the Insulindian geography and allowing contact between the islands, carrying a large number of rowers who, if necessary, became back-up soldiers.

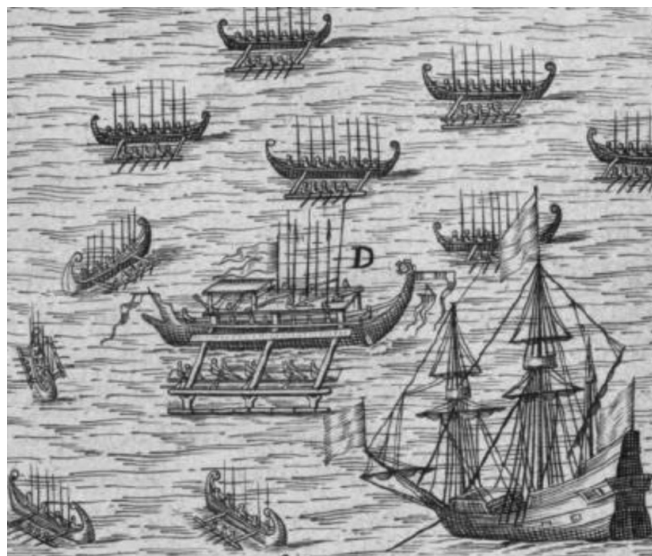


Fig. 2 – Bird’s eye view of a the reception at sea near Ternate, *circa* 1600.¹⁰

© 2009, Atlas of Mutual Heritage, www.atlasofmutualheritage.nl

On Batjan Island, located in the Moluccas, Brito chartered both *kora-kora*, “at his own expense”. There is nothing surprising in this fact. We actually know that the Moluccans harboured large ship yards designed to build substantial war *kora-kora* for the Moluccan kings’ *armada*. This type of *kora-kora* was a long voyage canoe, typically Moluccan, identical to a large *fusta* equipped with outriggers where sat several rows of oarsmen or more exactly paddlers, and similar to the Mediterranean trading galleys. It could carry around seventy paddlers whom Brito named “*chiourma*”. In his *Rela-çion*, *chiourma* refers to “galley-slaves” or “paddlers” and in any case “men of strength”.

⁹ Ms. fol. 140r, l. 17-19: “(...) y andando yo en ellas por ninguna manera podia tener en pie, por ser muy ligeros y a cada vogada hurtan el cuerpo al hombre”.

¹⁰ The second voyage to Indonesia, led by Jacob van Neck and Wijnbrant van Warwijck, was reasonably successful. The fleet set sail in May 1598 and arrived in Banten towards the end of that same year. In Banten the fleet split: four vessels sailed on to the Moluccas. This part of the fleet sailed under the command of Wijbrant van Warwijck and Jacob van Heemskerck.

This type of *kora-kora* had a main hull fitted with a central deck, which covered the whole length of the boat. Passengers and goods were sheltered under a deck located in the middle of the craft whereas the paddlers were on the outer sides. On each side of the main hull, the oarsmen sat on double rowing benches. These boats could weigh around four tons and the largest ones could carry up to two hundred paddlers. However, the steering of such crafts was sometimes dangerous in bad weather conditions. During a chase on the north coast of Ceram, almost a year after he set off, Brito observed that the *kora-kora* had become very heavy and difficult to manoeuvre: “(...) I wish I had time to retire since both ships I brought to the Moluccas were very heavy – they had been at sea for almost one year – and the *chiourma* were exhausted”.¹¹

There is no precise information on the internal organisation of a *kora-kora*. The crew consisted of paddlers, a pilot and a captain. As some pictures of the 17th century¹² show it, modest artillery of light pieces such as *berços* – small culverins – and harquebuses were probably placed on the top deck. The deck of the *kora-kora* could not hold heavier pieces of artillery. As this craft had a distinctive low floating line, it could not bear the weight of heavy artillery such as canons, which had to stand on a gun deck and not an orlop or a makeshift arrangement. Light pieces of artillery, such as culverins and harquebuses, could be taken ashore in the event of a land battle.

It is possible to find a detailed description of this large rowing vessel in the testimony of Francesco Carletti, an Italian traveller. In his *Third Reasoning on Oriental Islands*, written during his voyage around the world (1594-1606),¹³ he observed that the Sumatrans also used rowing vessels called *caracoli*:

(...) we use certain rowing vessels which I shall mention for their curiosity. They are called *caracoli* but we would call them brigs for their hull shape and size. However, the rowing method is very different: three or four oarsmen per bench, each one holding an oar that resembles a wooden paddle. They dip the oar straight into the water as one would with a spade, sitting in a row on reeds which stick out of the boat; their faces turned towards the poop, they row rapidly as one, while singing in their own fashion. The vessels have extravagant shapes of fantastic and strange animals and birds, finely carved and so light that they seem to be flying over the seas. The counterbalance of the people, that is to say the oarsmen, makes it difficult for the craft to list because by sitting on the reeds on the outside they readjust its balance.¹⁴

¹¹ Ms. fol. 148v, l. 1-6: “(...) porque ansi tuviese yo tiempo para me recojer porque los dos navios que yo llebe del Maluco eran muy pesados por auer casi un año que andavan en el agua, y la chusma cansada y trabalada de vogar, (...)”.

¹² Jacob Cornelisz VAN NECK, *Het tvveede boeck, iournael oft dagh-register*, Middelburg, 1601. This book described the second voyage to the East Indies by Jacob van Neck and Wijbrand van Warwijck.

¹³ FRANCESCO CARLETTI, *Voyage autour du monde (1594-1606)*, Paris, Chandeigne, 1999.

¹⁴ *Idem*, pp. 233-234.

On the subject of “extravagant shapes” of fantastic animals and birds, one must refer to the engravings which illustrate Jacob Cornelisz van Neck’s work, published in Middelburg in 1601¹⁵ and on which the prow and the stern represent dragon-snakes. This type of vessel did intrigue Europeans, and later on during the 17th century they used them again to illustrate several¹⁶ books on vessels from the Moluccas and Banda Islands.

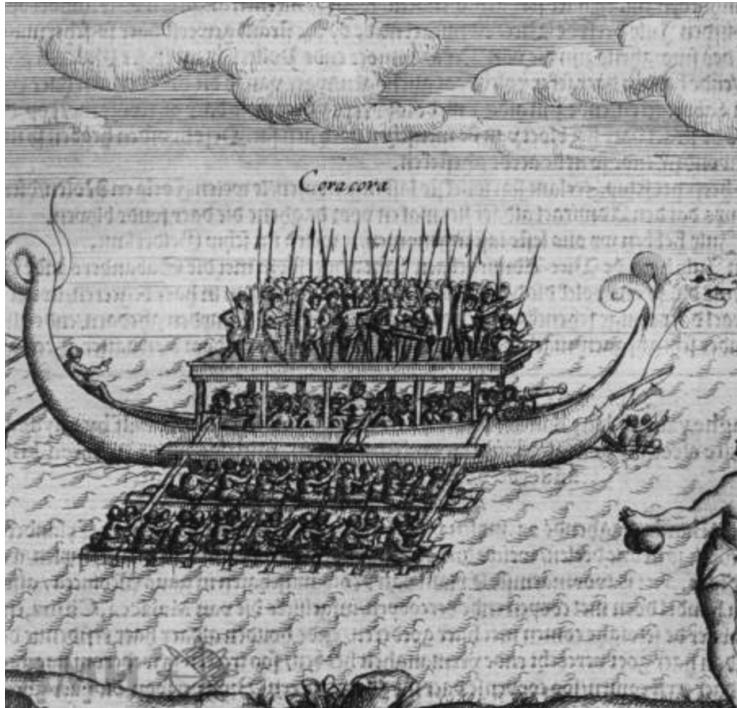


Fig. 3 – Bandanese vessel, also knew as a *coracora* (detail), Jacob Cornelisz Van Neck, *Het tweede boeck, iournal oft dagh-register*, Middelburg, 1601.
© 2009, Atlas of Mutual Heritage, www.atlasofmutualheritage.nl

Details of events recounted by Carletti are close enough to Brito’s to be unsettling. Brito also emphasised the lightness and manoeuvrability of the vessel. He seemed confused at the fact that one could not stand up due to the speed of the boat. He observed that seventy paddlers who moved at an extraordinary speed steered it: “(...) they build very light crafts which cover over 12 leagues¹⁷ in one day and carry four rows of paddlers: one row inside the hull and three on the outside”.¹⁸

¹⁵ J. C. VAN NECK, op. cit.

¹⁶ Isaac COMMELIN, *Begin ende Voortgangh, van de Vereenighde Nederlandsche Geoctroyeerde Oost-Indische Compagnie*, [Amsterdam], [J. Janssonius], 1646. J. C. VAN NECK, op. cit.

¹⁷ About 76 kilometers.

¹⁸ Ms. fol. 140r, l. 14-17: “(...) por lo qual hazen unas embarcaciones muy ligeras que cada jornada andan mas de doze leguas y traen en ellas quatro ordenes de remos, una por dentro en el cuerpo del navio y tres por fuera (...)”.

Still at the same time, from 1606 to 1609, Bartolomé Leonardo de Argensola wrote a text in Castilian for king Philip III of Spain, titled *Conquista de las islas Malucas*.¹⁹ This work mentions, on several occasions, the use of a *carcoa* by the Moluccans: “They reached Borneo and from this coast came towards them a fleet of painted carcoas, the prows of which had the shape of the head of a golden snake”.²⁰

Light, swift and with a shallow draught: such are the three main qualities of a *kora-kora*. Brito was aware of this when he drew alongside a small island to get fresh supplies. He was then at the head of an *armada* of thirteen *kora-kora* which he decided to beach on solid ground: “On this island, we beached the fleet which comprised thirteen *caracoas* (...)”.²¹

In the Insulindian maritime environment, only the large Chinese junk with a single hull could rival with Portuguese tall board vessels for the transport of goods to India, Siam, Champa and Japan. Its tonnage was relatively substantial compared to the European ships of that time. Its shape raised at the back and its weighty masts made it resemble the large European vessel of that time. The Chinese junk had a deck and a flat hold to allow large cargo loads. Generally, it had three masts, and the rudder situated at the back made it easier to sail and made it possible on many points for it to rival at high sea with most European trading ships.²² However, the Moluccas archipelago was the place for large Javanese junks used for trade between Spice Islands and Java. Brito appeared to know this type of junk very well as during a call to an island off the coast of New Guinea, the headquarters of an important trading community, he observed with amazement: “These people of Serdanha sail amongst all the Timor Islands via internal route, aboard ships which are well-made and similar to Javanese junks (...)”.²³

Native Papuan traders, originating from the unidentified Island of *Cerdenha*,²⁴ navigated all over the archipelago islands – Java, Bali, Timor, Bima – in search of gold, wax, amber and sandalwood. They went to the Oriental coast of Celebes to search for iron, which they bartered against the

¹⁹ Bartolomé Leonardo de ARGENSOLA, *Conquista de las islas Malucas*, Madrid, A. Martin, 1609.

²⁰ N. BIROS, op. cit., p. 126.

²¹ Ms. fol. 142r, l. 19-20: “En esta ysla varamos el armada la qual era de treze caracoas (...)”.

²² L. AUDEMARD, *Les Jonques Chinoises*, Rotterdam, Publicaties van het Museum voor Land- en Volkenkunde en het Maritime Museum Prins Hendrik, 1957, p. 15.

²³ Ms. fol. 141v, l. 1-3: “Navegan estos de Serdanha en sus navios los quales hazen muy buenos como juncos Javos por todas la yslas de Timor por la banda de dentro (...)”.

²⁴ In this text, this island is the most mysterious one. It is mentioned on several occasions under different spellings (*Serdena*, *Serdenha*, *Cerdenha*, *Serdanha*, *Cerdeña*); According to Brito’s description, we know that it is situated close to Ceram island and has a population of over 5000 men. These people apparently held a key position in trading between the Moluccan archipelago and the main island of New Guinea named in the manuscript *tiera firma*. Some pointers left by Brito let us supposed that the island of *Cerdenha* designated the island now called Seram Laut.



Fig. 4 – Papuans: a woman with a child and two warriors (detail). Original subtitle: “Esta xente es d’esta baya de San Millan, son yndios algo blancos, sus armas son dardos arroxadicos y macanos, sus bastimentos son yñames, cañas duces, pan de maluco y muchos frutos”, circa 1606. Indios-Papua Nueva Guinea, 18th century. *Dibujos*, MPD, 18, 082. © Archivo General de Simancas.

bark of massoy that was then sent to Java to supply the western coast of New Guinea.

Inhabitants of these areas traded sandalwood, gold, fabric, wax, amber and iron. They travelled up to Java and Bali, Sumbawa and the east coast of Celebes, from where they brought back iron which they exchanged in New Guinea for the bark of massoy,²⁵ a very sought after ingredient in oriental pharmacopoeia. Insulindian produced the most precious spices, sought after in Europe but also in India, Persia and China. In Moluccas, clove trees grew wild as well as nutmeg trees on Banda Islands. The Javanese provided the supply of these spices, which they swapped for rice and cotton and directed them overseas. Medicinal and aromatic plants, such as the bark of massoy, were renowned for their virtues and exported to Java; white sandalwood, which had many uses, was loaded in Timor and shipped to Java Island.

The spice trade, clove, nutmeg and mace provided prosperity for Moluccan communities converted to Islam. From the Moluccas Islands to Sumatra, all over Insulindia, Arab colonies, spread out along the coasts, developed thanks to their trading activities and exploitation of maritime traffic which linked them. Moluccans traded in Insulindian ports where many Chinese communities settled, attracted in the 16th century by the wealth of Javanese principalities.

²⁵ Ms. *masol*: massoy (*Massoia aromatica* Becc.). The fragrant bark strips of massoy, also called in French “masoi” or “masoyi”, were much sought-after in pharmacopea and certain rituals. Massoy was so valuable that it could be exchanged for Chinese or European ceramics and for iron, as mentioned in Brito’s *Relaçion*.

During a stopover in the island of *Serdenha*, the precise location of which, to this day, remains unknown, Brito marvelled over the boldness of the traders and the organisation of their trading network across the archipelago. Brito pointed out that the inhabitants of *Serdenha* Island had organised themselves into trading communities which contributed to the trade of the archipelago and they sailed aboard large ships, identical to “Javanese junks”. They sailed up to Timor, Bali and Java Islands using a maritime route called *banda de dentro*, which means “internal route”, either by following the sea of Banda between Celebes Island and the small islands of Sonde, in opposition to the “external route”, which passes through North Borneo and later on was abandoned in favour of the “internal route”.²⁶

Based at the source of massoy bark production on the *Tierra Firme* of New Guinea, traders of *Serdenha* Islands navigated up to the oriental coast of Celebes Island, where they exchanged it for iron,²⁷ which was then redistributed in New Guinea. It would appear that the nautical skill and trading audacity of the inhabitants of *Serdenha* amazed Brito, who found there an active seafaring trading network.

Sea battles, firearms

On their arrival to the final border of the Insulindian world, the Portuguese tried to assert themselves in spite of their low numbers, protected by their weapons and European war techniques: the *harquebus*. However, the sea battle methods used by the Papuans surprised them and they found the people to be very organised: “They sailed forthwith towards us in a semi-circle, having about thirty-five ships at each end; and all these people were in battle order, not like barbarians, but as skilful and sensible people. This scared me and the reason for this was to witness so many [ships] covering the sea”.²⁸

This sea-board was an unsettling place, midway between the protection provided by the *kora-kora* and the dangerous navigation, mixed with the

²⁶ In the 16th century, it was possible to get to the Moluccas by using the *banda de dentro*, the “internal route”, which follows the Banda Sea between the island of Celebes and Lesser Sunda Islands, instead of using the “external route”, which goes through Brunei and the north of Borneo. The direct route from the Moluccas to Malacca via Brunei was open by the Portuguese in 1526, but the Portuguese merchants favoured the longer route via Banda Islands, Java and Sumatra in both directions. That way, the ships would sail along the coast from port to port allowing traders to get richer whilst indulging in money-making deals. MAGELLAN, *Le voyage de Magellan (1519-1522); la relation d'Antonio Pigafetta & autres témoignages*, Paris, Chandeigne, 2007, p. 824.

²⁷ See note 25.

²⁸ Ms. fol. 144r, l. 14-21: “(...) se embarcaron todos y vinieron luego a la mar descubriendo la punta y tanto que reconocieron nuestros navios y estuvieron parados como hombres que se querian determinar, luego se vinieron hazia nosotros en una media luna trayendo en cada cuerno treynta e çinto navios y todo lo demas conpuesto no como barbaros sino como gente diestra y de razon. Lo que me puso espanto y temor fue por ver tantos que cubrian la mar (...)”.

attraction of undiscovered shores on the coasts of New Guinea and the possible hostility of its natives.

As it was sailing along the south coast in the Gulf of MacCluer, Brito's *armada* was ambushed under a shower of arrows and javelins fired by over three thousands Papuan warriors who were standing in water up to their waist, all painted in red and with feathers on their head, "as was the custom in Guinea",²⁹ Brito explained. The Portuguese were in great danger, as inadvertently they had come too close to the entrance of their attackers' lakeside village. Both the *kora-kora* came under attack and found them exposed to the Papuans' missiles. The Portuguese, in low numbers, and especially because they were caught unaware, responded by firing with harquebuses from their *kora-kora*. In a panic, the attackers ran away towards the mountain as if the devil was after them ("*como si el diablo fuera atras ellos*").³⁰ An unfortunate Papuan was shot in one leg by a bullet fired with a harquebus and Brito had him heaved up on board. His companions who had taken refuge on the mountain, aroused with curiosity, turned around and went on to the beach to demand their unfortunate fellow in exchange of palm wine and poultry. In response to this peaceful gesture and with the help of the king of Waigeo, Brito gave them a "*campane*"³¹ as a token of friendship. His intention was to attract the good favours of the Papuans and to obtain some information thanks to the mediation of the king of Waigeo, who was a familiar figure amongst the unsociable population. There is no doubt that Brito's mission of exploration in the Gulf of MacCluer was made easier by the presence of the king of Waigeo, used as a pilot and a mediator and also with firearms, culverins and harquebuses which were all part of the expedition. Moluccans and Papuans created favourable conditions for the establishment of relations between the Papuan world and the Portuguese. Brito saw the Asiatic and



Fig. 5 – A *kora-kora* with two culverins on the central deck. Bird's eye view of a the reception at sea near Ternate (detail), circa 1600. © 2009, Atlas of Mutual Heritage, www.atlasofmutualheritage.nl

²⁹ Ms. fol. 143v, l. 23: "(...) asi de la manera que lo usan en Guinea".

³⁰ Ms. fol. 143v, l. 27.

³¹ Bronze gongs (ms. "*campanas*") from Java, presumably, used as trade commodities. C. R. BOXER and P.-Y. MANGUIN, op. cit.

European sea knowledge as complementary. He was never condescending in his description of local boats. He felt curiosity towards these indigenous vessels that allowed him to fulfil his mission of exploration.

Following this unfortunate incident on the south coast of the Gulf of MacCluer, the *armada* of *kora-kora* continued to sail along the coast towards a peninsula in the north coast of New Guinea. After spending a whole day rowing, Brito decided to drop anchor to allow his crew, exhausted and starving, to catch fish to feed themselves. The smoke of the fire they had lit signalled their presence, and from the other end of the strip of land, one hundred and sixty vessels appeared. Surprised by the smoke, the Papuans, who were also ashore, got back into their boats and steered around the strip. At that moment, they were astounded to discover the haven where the small Portuguese *armada* anchored. The Papuan squadron presented a front of seventy outriggers, which manoeuvred to retaliate and positioned themselves in a semi-circle, thirty-five boats on each end turned towards the Portuguese fleet ready for confrontation. The layout made it possible to circle the Portuguese ships whilst forming a large defensive arch. On this *armada* of one hundred and sixty boats in total, seven thousand Papuans were aboard to go to sea to carry out a religious ceremony: “This *armada* held seven thousand men who were on an outing to help them recover and chase away their sadness after their queen’s death; it seems that it is part of their customs”.³²

From the top deck of his *kora-kora*, Brito, accompanied by the king of Waigeo, had time to watch his enemies’ manoeuvres and on seeing such a great number of boats, he realised the danger ahead and feared the disproportion of the two forces: “They sailed forthwith towards us in a semi-circle, having about thirty-five ships at each end; and all these people were in battle order, not like barbarians, but as skilful and sensible people”.³³

The small *armada* of *kora-kora* led by Brito was low in number. He decided to attack, using the same tactics previously used on the south coast of the very same gulf. From the top deck, he undertook to fire with two culverins and two harquebuses. Once again, firearms produced the expected effect. In terror, the Papuans plunged into the water: “(...) they all plunged into the water, not one of them remained aboard”.³⁴

In the general confusion, the terrorised attackers abandoned ship on the spot and went to seek refuge in the mountain. On seeing this, the king of Waigeo, who accompanied the Portuguese, acted as a pilot and a mediator,

³² Ms. fol. 144v, l. 11-15: “Serian en esta armada siete mill hombres los quales se salian a holgar y a desechar la tristeza que tenian por la muerre de su Reyna que parece ser aquella su constumbre”.

³³ Ms. fol. 144r, l. 13-16: “(...) luego se vinieron hazia nosotros en una media luna trayendo en cada cuerno treynta e çinto navios y todo lo demas conpuesto no como barbaros sino como gente diestra y de rason”.

³⁴ Ms. fol. 144r, l. 20-21: “(...) se lansaron todos en la mar sin quedar ninguno en sus navios”.

and, leading his own *armada* of *kora-kora*, decided to help them and he rescued several aboard a small *baroto*, a little craft used as a rowing boat to go ashore: “(...) the king of Waigeo got into a small *baroto* and helped them climb aboard”.³⁵

The *baroto*, sometimes spelt *boloto*,³⁶ refers in the Philippine nautical world to a small one-mast canoe.³⁷ This term was often used in Spanish texts of the 16th century. It is therefore not surprising that the manuscript transcriber preferred it, as the term was already in use amongst Pilipino seafarers and directly intelligible for the Castilian reader.

Interpreters and go-between

The peregrination of Miguel Roxo de Brito gives many examples of the preponderant role played by interpreters. Some were perhaps half-cast or *mestizos*; others were Moluccans who had learnt one or several languages in an effort to adapt and adjust to a new culture. Malay was then the language in use in the largest part of the archipelago of Moluccas, with a number of idioms borrowed from Arabic and Moluccan languages. The domination of Islam on coastal sultanates made Arabic, above all else, the language of culture. The many languages encountered on Papuan islands forced the Portuguese to use local mediators recruited amongst their allies, and one of them was the king of Waigeo Island. On leaving Batjan Island, at the start of his expedition, Brito recruited a mediator on *Tamilonga* Island, which the manuscript referred as “*naguatato*”.³⁸ The term *naguatato* used in the narration originated from the Nahuatl. For the inhabitants of New-Spain, it described a Mexican Indian interpreter who spoke both Nahuatl and Castilian.³⁹

We do not know exactly the native language of the *naguatato* used by Brito. We know that Brito dismissed the unfortunate *naguatato* after learning and mastering his language in a few months, which was enough to keep the king of Waigeo. In fact, the source does not specify the language, probably Malay. The sudden dismissal of the *naguatato* can be explained by his sharing of personal information with king of Waigeo and Brito. The position of a *naguatato* often raised suspicion during a voyage of exploration. Miguel Roxo de Brito was perhaps tempted to mistrust a mediator who knew too much and could betray him on his return to his island.

³⁵ Ms. fol. 144r, l. 22-23: “(...) despues el Rey de Bayceo se metio en un baroto pequeno y los hizo embarcar (...)”.

³⁶ MAGELLAN, op. cit., p. 129.

³⁷ *Idem*, p. 393.

³⁸ Ms. fol. 147r, l. 13.

³⁹ J. H. F. SOLLEWIJN-GELPKE, op. cit., p. 141.

By way of conclusion

It transpires that with this peregrination to the borders of the archipelago, in 1581, Miguel Roxo de Brito, who had passed *de facto* at the service of the king of Spain, had pressing and probably personal reasons to identify the islands east of the Moluccas and to venture onto the *Tierra Firme* of New Guinea. We now know that he wished to go there and was able to do so because he knew the route, thanks to the complicity of his close contacts with the kings of Batjan, Misool and Waigeo Islands. The local boats used by Brito, and specifically the *kora-kora*, formed a link between the Asiatic and European worlds. They were piloted on many occasions by adventurers who found them to be an instrument of privileged penetration ideally suited to the geographical environment than simple boats.

Miguel Roxo de Brito's voyage of exploration involved a non-official mission, as he undertook to do it "at his own expense". Did he hope to open diplomatic relations with the local kinglets which could insure the Portuguese a definite priority to settle and trade? However, Miguel Roxo de Brito's mission also involved other plans. Should we believe that Brito's small *armada* of *kora-kora*, accompanied by his faithful ally, the king of Waigeo, was armed only for trading purposes? The presence of the Papuan king of Waigeo squadron only partially justifies this hypothesis.

It is clear that the king of Waigeo acted as a scout for Brito. The *kora-kora* was the favoured tool in the voyage of exploration lead by Portuguese Miguel Roxo de Brito. This nautical fact invites us to believe that Brito lead on his own initiative an *armada* of reconnaissance whose mission was to gather commercial and military information about people and goods encountered and to widen their nautical and geographical knowledge on these countries, which they only knew through partially erroneous sea maps.⁴⁰ On his return from Moluccas, Brito would volunteer to inform king Philip II of his discoveries. The account of his *Relaçon* was wholly dedicated to him. Voyage of exploration or trade? The point is not to choose between two hypotheses but to underline that these objectives, far from being incompatible, were two sides of the same coin.

Just before Brito's departure in May 1581, the Spanish claim to this part of the archipelago was a known fact. The coast of New Guinea had already been briefly seen but not recognized. Not wanting to be presented with a *fait accompli*, it was important for Brito to gain speed over Castilian fleets, which recently based in Manila, always had showed an interest for the Moluccas Islands and would venture one day further east, beyond the "Spice Islands" which they had already visited.

Like most of his contemporaries, Brito showed a great interest in the material wealth this expedition could bring. Amongst these recently visited

⁴⁰ Ms. fol. 145r, l. 26-28.

lands, the islands and the west coast of New Guinea did not immediately catch the attention of the Castilian king as they were too far from existing trading routes, populated with warlike people, and their access by boat was too difficult to establish a profitable trading frequency using high board vessels. The focus was towards “small” Spice Islands, mainly Ternate, Tidore and Banda, which had an easier military and trading control and a well-established Asiatic trading network.

Printed Sources and Bibliography

- ARGENSOLA, Bartolomé Leonardo de, *Conquista de las islas Malucas*, Madrid, A. Martin, 1609.
- AUDEMARD, L., *Les Jonques Chinoises*, Rotterdam, Publicaties van het Museum voor Land- en Volkenkunde en het Maritime Museum Prins Hendrik, 1957.
- BIROS, Nicole, “«La conquête des Iles Maluques» (1609) par Bartolomé Leonardo de Argensola”, *Cahiers de l’Asie du Sud-Est*, n.º 21, 1987.
- BOXER, Charles R., “A Late Sixteenth Century Manuscript”, *Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland*, April 1950.
- BOXER, Charles R., *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant-Adventurer in South Asia (1624-1667)*, 's-Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1967.
- BOXER, Charles R. and MANGUIN, Pierre-Yves, “Miguel Roxo de Brito’s narrative of his voyage to the Raja Empat, May 1581-November 1582”, *Archipel*, n.º 18, 1979.
- CARLETTI, Francesco, *Voyage autour du monde (1594-1606)*, Paris, Chandeigne, 1999.
- COMMELIN, Isaac, *Begin ende Voortgangh, van de Vereenighde Nederlandsche Geoctroyeerde Oost-Indische Compagnie*, [Amsterdam], [J. Janssonius], 1646.
- MAGELLAN, *Le voyage de Magellan (1519-1522); la relation d’Antonio Pigafetta & autres témoignages*, Paris, Chandeigne, 2007.
- RADIN, Fernando, “Metamorphosis of the Luso-Asian Diaspora in the Malay Archipelago, 1640-1795”, in Peter Borschberg (ed.), *Iberians in the Singapore-Melaka Area (16th to 18th Century)*, *South China and Maritime Asia*, Wiesbaden, Harrassowitz, 2004.
- SOLLEWIJN-GELPKE, J. H. F., “The Report of Miguel Roxo de Brito of his Voyage in 1581-1582 to the Raja Ampat, the MacCluer Gulf and Seram”, *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde*, n.º 150 (1), 1994.
- VAN NECK, Jacob Cornelisz, *Het tvveede boeck, iournael oft dagh-register*, Middelburg, 1601.

RELAÇÃO DA JORNADA E ITINERÁRIO DA ÍNDIA: CONTACTOS E DEPENDÊNCIAS*

por

JOSÉ NUNES CARREIRA**

A 30 de Dezembro de 1605, partiam de Goa para Portugal dois homens fadados para viajantes-escritores – um frade franciscano e um leigo e funcionário da Índia –, cada qual na sua nau. Ou seja: frei Gaspar de S. Bernardino na capitânia *Nossa Senhora de Betancor*, e Nicolau de Orta Rebelo na *S. Jacinto*. As duas naus naufragaram em Madagáscar, rumando a *Nossa Senhora de Betancor*, arrombada, a Mombaça. Cada um dos ilustres passageiros deixou o seu relato de viagem¹.

Em 1969, J. Aubin chamou a atenção para muitas passagens paralelas das duas narrativas², sem se debruçar sobre a origem dos contactos³.

* Este texto beneficiou das sugestões da avaliação externa.

** Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹ «Relação da Jornada que fez Nicolau Dorta Rabello», in J. Veríssimo SERRÃO, *Un voyageur portugais en Perse au début du XVII^e siècle. Nicolau de Orta Rebelo*, Lisbonne, Comité National Portugais pour la Célébration du 2500^e Anniversaire de la Fondation de la Monarchie en Iran, 1972; Frei Gaspar de S. BERNARDINO, *Itinerário da Índia por terra ate este reino de Portugal com a Descriçam de Hierusalem*, Primeira Parte, Lisboa, Vicente Alvares, 1611. As edições seguintes adaptaram o título ao conteúdo da primeira parte: *Itinerario da Índia por terra até a ilha de Chypre*, Lisboa, A. S. Coelho, 1842; *Itinerario da Índia por terra*, Lisboa, Francisco Xavier de Souza, 1854; *Itinerario da Índia por terra até à ilha de Chipre*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1953. Cito segundo a primeira edição. A «descrição de Jerusalém», de que trataria a segunda parte, e a rota da Terra Santa a Lisboa (terceira parte) nunca viram a luz da estampa, embora a preparação da segunda parte estivesse adiantada (*Itinerário*, XXII, 249).

² J. AUBIN, «Une autre relation du voyage d'Inde en Chipre de Gaspar de S. Bernardino», *Arquivos do Centro Cultural Português*, Fondation Calouste Gulbenkian, Vol. I, 1969, s.l., s.n., pp. 209-215.

³ Existem dois manuscritos na Biblioteca Nacional, n.ºs 328 (cópia do século XVIII) e 341 (cópia do século XVII). Este não vem ao caso, porque lhe faltam os primeiros nove capítulos. Aquele foi transcrito e publicado, com tradução francesa de Simone Biberfeld, por J. V. SERRÃO, op. cit. Em finais do século XIX, Sousa Viterbo (*O Instituto*, Vol. XLIV, 1897) referia a existência de um terceiro manuscrito em mãos de um particular e fornecia uma nota importante: os manuscritos até hoje localizados são cópias do original, eventualmente perdido, que foi enviado para Goa.

Três anos mais tarde, J. Veríssimo Serrão retomou o assunto, defendendo a primazia do relato do franciscano, do qual Orta Rebelo teria copiado, sem no entanto o acusar de plágio⁴. Três argumentos demonstrariam que frei Gaspar é a fonte de Orta Rebelo, a saber: as descrições da partida de Goa, do encontro dos dois viajantes em Mombaça e da cruz de pau que encabeçava a procissão de acção de graças.

J. Veríssimo Serrão observou correctamente que em frei Gaspar, que viveu o naufrágio descrito por ambos, a matéria dos primeiros capítulos da *Relação* pode ser original, tal como as novas ouvidas em Mombaça da trágica peripécia da nau *S. Jacinto*. O franciscano descreve o que se passou entre Madagáscar e o continente africano e refere a fonte da informação sobre o desastre da outra nau – «hum religioso de Sancto Augustinho, chamado Fr. Raphael Brandam», que viajara na *S. Jacinto* até Moçambique⁵. É verdade que, em Orta Rebelo, nem a descrição do encalhamento da nau capitânia nem a «novidade» do que se passara com a *S. Jacinto* têm sentido. Em Mombaça, teria ouvido «novas» (!) sobre o que estava farto de saber: «(...) as novas que nos forão dadas erão dizernos, que a Nao S. Jacintho se perdera na Ilha de S. Lourenço (...)». Mas não chega para provar que o texto depende de frei Gaspar. Os dois textos, tão próximos em vocabulário e fraseologia, não podem ser obra do acaso. Há obviamente dependência. Resta saber de quem por parte de quem.

Retomo o problema com maior fôlego, examinando, com mais pormenor do que Veríssimo Serrão, os paralelos dos dois primeiros capítulos, sem ignorar informações da viagem de Goa a Ormuz. Reconheço a dificuldade da comparação entre um texto que nos chegou em cópia manuscrita (*Relação*) e outro profundamente reelaborado para a impressão (*Itinerário*). Confrontarei, por isso, trechos isolados, admitindo que frei Gaspar trabalhou, mas não alterou profundamente, o teor do seu manuscrito. Sem fazer propriamente crítica textual (colação de várias cópias de um manuscrito, em busca do teor original), aplicarei aos textos paralelos dois princípios desta disciplina, a saber: a) princípio básico, dando preferência à lição, no caso, ao texto mais difícil e menos óbvio em detrimento do mais óbvio e mais correcto – na formulação latina, *lectio difficilior praeferenda*; b) a lição mais breve é normalmente de preferir à mais longa, se não houver motivos em sentido contrário. A razão é que a tendência de quem copia não é tornar o texto abstruso, incorrecto ou incompreensível, mas precisamente o contrário. Erros e incorrecções gramaticais abonam em favor da lição original, no caso, do texto independente. O copista mais facilmente acrescenta do que suprime algo para melhor compreensão do texto.

⁴ J. V. SERRÃO, op. cit., pp. 40-43. «Il paraît donc évident que les deux premiers chapitres de Rebelo sont tirés du récit de Frère Gaspar, à quelques modifications près. Le parallèle [do início do relato] montre bien l'originalité de Frère Gaspar, que son compagnon de voyage a copié en le résumant» (p. 42). Conhecida desde 1745, a *Relação da Jornada que fez Nicolao Dorta Rabello*, que já tinha mais de cem anos, esperou ainda dois séculos para ver a luz da estampa.

⁵ F. G. S. BERNARDINO, op. cit., IV, p. 20.

É verdade que Orta Rebelo não pode ser original nos dois primeiros capítulos e princípio do Cap. III da sua *Relação*. Só a comparação dos textos permite concluir qual dos dois é mais original.

Na fl. 2v começam as notícias do que se passava na outra nau, o que supõe informação (oral ou escrita) de outra fonte: «a Cappitania teve [as ilhas de Combro] por terra firme e costa de Moçambique, posto que não faltarão nella alguns homens que as conhecerão: contudo não valeu seu dito»⁶... Palavras que frei Gaspar repete com algum recheio⁷.

A partir da fl. 3v a *Relação* esquece por completo a nau *S. Jacinto*, em que viajava o seu autor, e descreve os azares da outra nau com pormenores de quem os viveu, mais uma vez repetidos quase integralmente por frei Gaspar: encalhamento a 12 de Fevereiro às «nove horas da noite» (fl. 3v [62]; *Itinerario*: «tres horas andadas da noite»⁸). Mas nada melhor do que cotejar atentamente os dois textos, a começar em Goa⁹.

Partida de Goa

Relação

Em o anno do Senhor de 1605 aos trinta de Dezembro em o primeiro anno q̃ tomou posse do Estado da India Dom Martim Afonso de Castro, partimos da terra de Goa duas Naos S. Jacintho, em que eu vinha, de que era Cappitão Pero da Sylva, e Bras Telles na Nao Betanca Cappitão mor; sendo a nossa a primeira que com tanta alegria deu a vela, quanto depois a soube recolher com tristeza e pezar, porque assim o merecem os pecados dos homens, que todos os nossos gostos sejam agoados com desgostos. Assim nos, como a Cappitania ao som das charamelas, a que respondiam da outra parte as sonoras doçainas, onde andão os quarteados pendões, cortamos a amarra com saudozas Lagrimas, que amigos, parentes e patrícios, com nos verem partir choravão de saudades: Desta

Itinerario

Imperando no Estado da India a Catholica Magestade del Rey Phlippe nosso senhor, segundo deste nome, e sendo Vice Rey nella Dom Martim Afonso de Castro, partiram de Goa para Portugal, hũa sexta feira trinta do mes de Dezembro, em o anno de seiscentos & cinco duas nãos; A Capitayna nossa Señora de Betanchor Capitão Mòr Bras Telles de Menezes, & a nao *Sam Jacinto*, Capitão *Pero da Sylva* Menezes, dos quais o ViceRey se veyo despedir a bordo dellas, mandando dar a cada hum o Regimento & ordem... largando primeiro *Sam Jacinto* a cevadeira com tanta alegria & alvoroço, quanta depois com tristeza, & e pezar soube colhe-la. D'outra parte a Capitayna fazia o mesmo, inda que com mais vagar. Avendo a bordo muytas embarcações de amigos & parentes que

⁶ «Relação...», fl. 2v-3, in J. V. SERRÃO, op. cit., p. 61. Nas notas seguintes, darei a página correspondente entre parênteses, sem mais referir esta fonte.

⁷ F. G. S. BERNARDINO, op. cit., I, fl. 3: «das quaes fizerão terra firme, & costa de Moçambique: & posto que não faltarão alguns homens, que as conhecerão, como foy o Contramestre Francisco da Silveyra, e Francisco Lobato, ambos na arte do mar muy expertos & peritos, e outros; com tudo não valeu seu dito...».

⁸ *Ibid.*, I, fl. 3v.

⁹ Os itálicos, para evidenciar os paralelos, são meus.

maneira delles nos apartamos *hũa sexta feira pela manhã tão cedo do dia: quanto tarde do tempo...*

I, fl. 2-2v (61)

de nós se vinhão despedir; cuja saudade acrescentava o tocar da frauta & *charamela*... meneando o brando vento, nas Galés e Navios, os gallardos *pendões* e estandartes... & assi, a voltas de sentidas lagrimas & amorosos abraços, que *amigos* & *parentes* nos davão, dando a boa viagem nos partimos *hua menhaã, tão cedo do dia, quam tarde do tempo.*

I, fl. 1-1v

Os paralelos (não contando o irrelevante pormenor da data, em algarismos/por extenso) são óbvios. Mas nada indica que o *Itinerario* seja a fonte da *Relação*. Pelo contrário, não se compreende que Orta Rebelo tenha transformado o nome inteligível «Nossa Senhora de Betancor» no abstruso «Betanca». Sendo o texto do *Itinerario* muito mais longo, de acordo com a segunda regra, não pode ser a fonte do mais curto. O nome do capitão da S. *Jacinto* é acrescentado de «Menezes». É novo que «o ViceRey se veyo despedir a bordo» das duas naus. Nova é a presença no porto de «muytas embarcações», «Galés e Navios», a «frauta», a adjectivação dos «gallardos pendões e estandartes». Se um texto depende do outro, é frei Gaspar que depende de Orta Rebelo. Mas o que sobra da *Relação* não pode ter sido acrescentado na meia dúzia de anos em que frei Gaspar se recolheu num convento a preparar a edição, enriquecendo-a com abundantes citações de trechos bíblicos, autores clássicos e modernos, devidamente assinalados na margem. Tirando uma palavra ou outra, o franciscano está a seguir um manuscrito diferente do de Orta Rebelo.

Naufrágio

a) O corte do mastro e das enxárcias

Relação

O *Capitão* em a Nao encalhando, *mãdou logo cortar o mastro grande e tanto q̃ as enxarcias* forão de *hũa banda* cortadas com grande pezo, que o mastro em si contem, por si mesmo quebrou cahindo, da banda de bombordo, a *cuja pancada* foi tanto o estrondo, e alarido, que muytos cuydavão, que o mundo *Se acabava...*

I, fl. 4 (62)

Itinerario

O *Capitão* que neste passo o não perdeo, *mandou cortar o masto grande*, o que com muyta dilligencia se fez, & *tanto que a enxarcea* foy desfeyta de *hũa banda*, logo elle cahio da outra, a *cuja pancada* tão grande foy a grita, que o mundo nos pareceo *se acabava*, & consumia.

I, fl. 4v

Por uma vez, o *Itinerario* parece mais original, por ser mais breve. Orta Rebelo é mais completo e colorido em informação: «em a Nao encalhando», «com grande pezo, que o mastro em si contem, por si mesmo quebrou», caiu

«da banda de bombordo», «tanto estrondo». A «muyta diligencia», a «grita», o «consumir» podem ser acréscimos de frei Gaspar. Por outro lado, as formulações parecem originais nos dois casos.

b) O lançar da primeira âncora

<i>Relação</i>	<i>Itinerario</i>
<i>e assim perdidos lançamos a primeira ancora com a mais triste salamea, que ja mais em o mar se tinha ouvido...</i>	<i>& assi perdidos, & afflictos lançamos a primeira anchora cõ amais triste salamea que creo ja mais por todo o espaçoso Occeano se ouviria...</i>
I, fl. 4v (62)	I, fl. 4v

A lição de Orta Rebelo é mais breve do que a de frei Gaspar. O mais-que-perfeito «se tinha ouvido», remetendo para factos, foi substituído por um condicional «ouviria», apontando para hipotéticos futuros. Alongar o «mar» em «todo o espaçoso Ocenano» é sinal de dependência, não de originalidade.

c) O lançar de outra âncora

<i>Relação</i>	<i>Itinerario</i>
<i>Lançamos logo outra sobre a qual estive-rão athe pela manhã gastando a noite em bautizar escravos, que ainda não estavam bautizados</i>	<i>Apos esta lançamos outra sobre a qual estive-mos até pela manhã; gastando a noite em baptizar escravos que inda não erão Christãos...</i>
I, fl. 4v-5 (62)	I, fl. 4v

O «estiverão» da *Relação* foi congruentemente corrigido em «estive-mos» por frei Gaspar, que ia na nau. Do mesmo modo se corrigiu o popular «bautizar» pelo mais correcto «baptizar», substituindo «que ainda não erão bautizados» por «que inda não erão Christãos» (escreve o teólogo). Se houver dependência, a prioridade é claramente da *Relação*.

d) Preparação para a partida

<i>Relação</i>	<i>Itinerario</i>
<i>se forão sem leme, nem mastro, sem forças, nem fazendas em fundo de oito braças, onde estivemos desasseis dias preparandonos do necessário, indo buscar o mastro a terra, donde o trouxerão todo desfeito, e em peças...</i>	<i>tè nos hirmos poer em fundo de oyto braças, sem leme, ou masto grande, sem forças, & sem fazêda, mas com tudo muy ledos, & contentes. Aquí estivemos dezasseis dias, preparandonos do necessario, nos quaes o Mestre foy a terra buscar o masto grãde, o qual trouxe desfeito em pedaços. Depois forão desenterrar o leme do atoleiro em que ficou quando saltou fora, desfazendose para isto toda a enxarcea do traquete, pera a força do cabrestante...</i>
I, fl. 5v-6 (64)	II, fl. 7v-8

São tão óbvios os contactos como as adições e a frescura da descrição de frei Gaspar. Em vez de «se forão», escreve «tè nos hirmos», de quem viveu a experiência. «Em peças» deu lugar a «em pedaços». Sabe-se quem foi a terra – «o Mestre» – buscar o mastro que estava num «atoleiro» e foi trazido «desfazendose para isto toda a enxarcea do traquete, pera a força do cabrestante...». Se alguém copiou, foi sem dúvida o franciscano, inserindo os pormenores da vivência própria.

e) Faque Volai

Relação

[Os negros de visita ao batel] se offereceram ao outro dia trazer *hum mouro da terra, que sabia bem falar Portuguez...* postos em terra veyo logo o *Mouro que fallava Portuguez...* Este *Mouro era natural de Moçambique, e segundo dizia, peccados seus o tinham trazido aquellas partes, como a nos os nossos.* (...) Muito nos alegramos por termos achado em partes tão remotas quem soubesse tambem fallar a nossa *Lingoagem Portuguez, qual outro Monsaire no tempo de Dom Vasco da Gama em Calicubo.*

I, fl. 7-8 (66)

Itinerario

com elles [mouros da terra] veo *um Mouro chamado Faque Volay, que sabia falar a nossa lingoa Portugueza, o qual fora criado em Moçambique, & peccados seus o levarão aquella paragem, como a nós tambem os nossos.* (...) Grandíssimo foy o cõtentamêto ã tivemos, por acharmos em partes tão remotas, quẽ soubesse falar tão bem a *lingoa Portuguesa. Qual outro Monçayde, em tepo de Vasco da Gama em Calecut...*

II, fl. 9-9v

Não pode restar a menor dúvida de que, se alguém copiou, foi, não o funcionário da Índia, mas sim o franciscano. O desdobramento de uma frase em duas revela manipulação do outro texto. As lições mais difíceis são de Orta Rebelo – «nossa Lingoagem Portuguez», «Monsaire», «Calicubo» –, corrigidas no *Itinerario* por «nossa lingoa Portugueza», «lingoa Portugueza», «Monçaide», Calecut».

f) Viagem de Madagáscar a Mombaça

Pemba

Relação

(...) *athe que aos seis de Abril chegamos a Pemba, sem sabermos que estavamos em ella, antes imaginavamos ser Zanzabar, o qual tem hum baixo, que chega athe Monfia, sobre o qual cuydando nos que hiamos cahindo, e cuydando nos que hiamos cahindo sobre elle, houve pareceres que dessemos com a Nao á costa, e o capitão mor foi o primrº...* Já a este tempo andava o batel da Nao sondando o mar

Itinerario

(...) *ate que aos 6 de Abril chegamos a Ilha de Pêba, sem sabermos estar nella. Antes des que a vimos, cuydamos ser Zanzibar...*

Estando em Pêba, imaginãdo ser Zanzibar, viamos na carta de marear hum baixo que chegava ate a ilha de Monfia, sobre o qual nos hiamos cahindo, segundo nosso parecer o que visto de todos, derão muytos o seu, foy que varasse a nao em terra, porque muyto melhor era, morrendo

pela banda da terra para lançarmos ferro, tanto que se achasse fundo, o qual nunca o pode achar, senão lá bem junto della...

II, fl. 9v (68, 70)

algũs, salvarẽse os mais, do que hirmos cahir no bayxo, onde todos acabassemos. Andava a este tempo o batel sondando o mar, pera lançarmos ferro em se tomãdo fũdo, o qual não se pode achar por ser muyto.

III, fl. 15v-16

São tão óbvios os paralelos como o carácter primitivo da *Relação*. Descontemos a gralha «Zanzabar» (9v [68]). O que salta à vista é a enorme frase de Orta Rebelo desdobrada em três no *Itinerario*, o corte da repetição «cuydando nos que hiamos cahindo» e as explicações aqui aduzidas para verificar o baixio («viamos na carta de marear»), para levar a nau para terra em condições precárias («porque muyto melhor era, morrendo algũs, salvarẽse os mais, do que hirmos cair no bayxo, onde todos acabassemos») e para não se achar fundo («por ser muito»).

Relação

por outra parte andava a barquinha do Mestre com seis forçados marinheiros buscando algũa entrada por cima do Recife para poder chegar a terra, e se informar dos moradores a qual achou, mas com trabalho, e entrou dentro, onde achou três negros mariscando, os quais devião ser tres Anjos, e nos os tivemos por esses. Estes tanto q̃ os virão, sem mais perguntar, gritarão a grandes vozes dizendo Pemba, Pemba, o que ouvido dos nossos se vierão p.^a Nao remando a grande preça darnos a nova:

II, fl. 10 (70)

Itinerário

Por outra parte andava a barquinha com seys marinheyros, buscando algũa entrada, que todos viamos, pera chegar a terra a tomar lingoa, a qual achou, mas cõ tanto risco que, por cyma de hum arrecife em que as ondas quebravão, andou saltando com bom trabalho dos que nella hiam, tê que por meio destes perigos sahiram em terra, na qual toparam com tres Negros que andavam mariscando, os quaes sem fugirẽ, ou sã lhes perguntar coisa algũa, disserão em sua lingoa ser aquella a ilha de Pempa [sic]. Sabida a verdade dos nossos, se vierão a môr pressa dar a nova.

III, fl. 16

Por um lado, o *Itinerario* parece primitivo: «arrecife», falta da alusão ao «Mestre», «tres Negros» sem parecença com «três Anjos»; por outro, é o relato da *Relação*, com outra frescura, que tem a primazia. As «grandes vozes dizendo Pemba, Pemba» de modo algum dependem do *Itinerario*, tal o vigor da narrativa. O «disserão em sua lingoa ser aquella a ilha de Pempa» é muito mais baço e indirecto. O objectivo da ida a terra, «se informar dos moradores», foi concretizado em «tomar lingoa». Além de começar nova frase, «Sabida a verdade dos nossos» é mais que «o que ouvido dos nossos». Em suma, cada autor tem a sua originalidade e frescura, mas Orta Rebelo não copiou frei Gaspar. Não é preciso confrontar outros paralelos da estadia em Pemba, nem os contributos originais dos dois autores.

Mombaça

Foi preciso chegar a Mombaça para Orta Rebelo narrar como «novas aí ouvidas» o que bem sabia, mas omitira até ali, como se viajasse na nau capitânia. Introduz as «novas» *ex abrupto*. Confrontemos os dois relatos:

Relação

Tanto que fomos dentro, e lançamos ferro que foi hũa terça fr^a des de Abril, logo a gente da cidade. E o *capitão* della por nome *Gaspar Pereira*, o Ouvidor, e Alcayde mor, e *toda a gente* que nella morava; novas que nos forão dadas erão dizernos que a Nao S. Jacintho se perdera na Ilha de S. Lourenço em altura de vinte hum graos a vinte e hum de Fevereiro adonde lhe saltara o leme fora, e *perdera ancora*, e amarras, e alijara sobre isso muyta fazenda ao mar, e *querendo lhe já cortar os mastros* lhe acodio Deus com um *vento na terra* que os tirou della, e pôz fundo, e vendo quã necessidade os obrigava a darem a vela, por não terem leme, ordenaram navegar com as escotas na mão, em quanto se faziam hũas espadellas das entenas, q̃ na Nao havia, para lhe servirem de Leme, como as naos de Alcoxete aquellas pás q̃ trazem pela banda de fora:

III, fl. 11v-12 (72)

Itinerário

Chegados à barra, o *Capitão* da Fortaleza, *Gaspar Pereyra*, com toda a principal gête da Cidade, vierão a bordo & com elles, alguns homens da nao S. Jacinto... Estes contarão como aos *vinde hum de Feveireyro*, forão encalhar na Ilha de Sam Lourenço, sobre hum arvoredado de Coral, onde *perderão leme*, & *ancoras* e parte do fato; & estando pera cortarem os mastos, lhes veio *vento da terra*, com o qual sahiram, que na verdade foi merce do Ceo muy notavel, porque doutra maneira não ha duvida senão que todos acabarião a viagem, & vidas, por ser seu perigo muyto mayor que o nosso, pois elles derão em rocha viva, & nos em lama; elles cinco legoas da terra, & nós pouco mais de meya; eles onde a salvação da vida não tinha hum no remedio, & nós onde por merce de Deos, facilmente o achamos. Estando neste perigo tres horas, vendo que o tempo lhes servia, derão às velas sem leme ou cousa que o podesse ser...

IV, fl. 19-19v

Aqui estaria mais uma prova de que Orta Rebelo copiou de frei Gaspar. Como é que um homem que viajara na S. *Jacinto* podia escrever: «novas que nos forão dadas erão dizernos que a Nao S. Jacintho se perdera na Ilha de S. Lourenço em altura de vinte hum graos a vinte e hum de Fevereiro»? Isto faria sentido para o franciscano, não para o funcionário da Índia¹⁰. Mas será mesmo assim?

Não há dúvida que Orta Rebelo utiliza uma descrição de quem viajou na nau *Nossa Senhora de Betancor*. Mas não o *Itinerario*. Os paralelos, em dois trechos de alguma dimensão, são verdadeiramente escassos: nome do capitão, data, referências à(s) *ancora(s)*, aos *mast(r)os*, ao *vento da terra*. Onde terá então vindo a longa e pitoresca descrição do leme improvisado, comparado às «naos de Alcoxete aquellas pás q̃ trazem pela banda

¹⁰ Assim J. V. SERRÃO, op. cit., p. 42.

de fora»? Não do *Itinerario*. «Em como chegamos a Bombaça», do título do capítulo (III), é certamente original. A primeira frase, a pairar no ar sem oração principal, nada tem a ver com frei Gaspar. As «novas» aparecem no *Itinerário* para o fim da descrição, indicando a fonte – os passageiros da nau *S. Jacinto* «chegarão a Mõbaça, em companhia de hum Religioso de Sancto Augustinho chamado Fr. Raphael Brandam, q̃ foy o que nos deu as novas da nao *S. Jacinto*, em q̃ elle tãbẽ vinha pera o Reyno»¹¹. Sem dar a fonte, Orta Rebelo espraia-se em pormenores sobre o que se seguiu ao encalhamento da *S. Jacinto*: «saltara o leme fora, e perdera ancora, e amarras, e alijara sobre isso muyta fazenda ao mar»; «acodio Deus com um vento na terra»; «por não terem leme, ordenaram navegar com as escotas na mão, em quanto se faziam hũas espadellas das entenas, q̃ na Nao havia, para lhe servirem de Leme, como as naos de Alcoxete». Aqui tem o *Itinerario* a lição mais breve, logo mais original. Mas só isso não basta para afirmar que serviu de fonte a Orta Rebelo. Dada a independência dos dois textos, o mais provável é os dois autores que vimos analisando terem compulsado um terceiro texto, donde extraíram os termos paralelos.

O *Itinerario* reduz as autoridades ao capitão, substituindo «Ouvidor», «Alcayde» e «toda a gente que nella morava» por «toda a principal gente da cidade»; perder «ancora, e amarras» e «alijar... muyta fazenda ao mar» transforma-se em perder «leme e ancoras e parte do fato». O mais estranho é o franciscano ter aparentemente secularizado a ajuda de Deus: «lhe acodio Deus com um vento na terra» passou a «lhes veio um vento da terra». Mas só aparentemente. Pois continua: «foy merce do Ceo muy notavel, porque doutra maneira não ha duvida senão que todos acabarião a viagem, & vidas, por ser seu perigo muyto mayor que o nosso, pois elles derão em rocha viva e nós em lama; elles cinco legoas da terra, & nós pouco mais de meya; elles onde a salvação da vida não tinha huma no remedio, & nos onde por merce de Deos facilmente o achamos» – pormenores desconhecidos de Orta Rebelo.

A descrição continua:

Relação

(...) e confiados na Virgem *puzerão* na cadeira em lugar de Piloto hũa imagem de N. Sr.^a da *Penha de França*, que trazia pintada, para que ella fosse a que os *governasse*. Aconteceo vir a nao navegando sem leme *tres dias* direita *sem atraveçar*, nem dar por *davante*, nos quais três dias, e *noites* se occuparão em fazer o modo de governo, o q̃ feito governarão com elle athe *chegar a Moçambique* com grande *trabalho*, pezarozos por haverem feito

Itinerario

(...) Contarão mais que, vendo-se sem governo, hum dos passageyros que na nau vinha, *pusera* um Retabolo que trazia da *Senhora de Penha de França* na cadeyra do Piloto, pera que ella *governasse* como mãy de Misericordia; assi o fez *tres dia e noytes*, *sem* a nao nelles *atravessar* nunca, nem tomar de luva, ou por *de avante*, o que de certo foy evidentíssima maravilha. Entretanto que a Raynha dos Anjos governava: os officiaes se occuparão em fazer duas pàs

¹¹ F. G. S. BERNARDINO, op. cit., fl. 20.

a modo de governo de haverem dantes Levado tambom piloto, como foi a Virgem Sr.^a nossa. Ao entrar na barra de Moçambique lhes tornou a Nao a tocar, donde tambem se tiverão por perdidos Porem foi nosso S.^{or} servido pelos merecimentos de sua Santa. May Livralos, e trazelos a terra todos com saude;

III, fl.12-12v (72)

com que chegarão a Moçambique, inda que *com dobrado trabalho...*

IV, fl. 19v

Orta Rebelo continua com o sujeito indeterminado – «puzerão», «trazião», «occuparão», «governarão». Nos dois últimos casos, há uma certa contradição, que o autor se apressa a referir. Se puseram a imagem da Nossa Senhora no lugar do piloto «para que fosse ela que os governasse», como é que «se occuparão em fazer o modo de governo, o q̃ feito governarão com elle athe chegar a Moçambique»? Pelos vistos, os marinheiros da *S. Jacinto* não confiaram inteiramente no governo de Nossa Senhora e por isso ficaram «pezarosos de haverem feito o modo do governo por haverem dantes levado tambom piloto como foi a Virgem sr.^a nossa».

Indeterminação e contradição desaparecem em frei Gaspar. Quem pôs o «Retabolo» (não «imagem») de Nossa Senhora «na cadeyra (não «no lugar») do piloto», foi «um dos passageyros que na nau vinha». Os «oficiais» não tiveram dúvidas sobre o governo da Virgem. Apenas resolveram colaborar: «Entretanto que a Raynha dos Anjos governava, os officiaes se ocuparão em fazer duas pàs com que chegarão a Moçambique.» Não se quiseram substituir ao governo da «Raynha dos Anjos». E por isso não tiveram de ficar «pezarozos».

Não pode haver a menor dúvida de que a *Relação* não copiou o *Itinerário*.

Chegamos finalmente à procissão de acção de graças e à sua cruz:

Relação

(...) hia diante da Procissão *hũa Cruz* de pau ferro, *a qual se fez* na nau de duas tábuas, q̃ na *Ilha de S. Lourenço* achamos.

III, fl. 12v (74)

Itinerario

Diante de todos, levava Dom João de Monroyo levantada em alto *hũa grande CRUZ*, *a qual se fez de duas taboas grossas que eu achey na praya da Ilha de S. Lourenço.*

IV, fl. 20v

Os contactos são evidentes. Como a identificação da madeira («pau ferro») falta no *Itinerario*, não é este certamente a fonte da *Relação*. Pôr as tábuas de madeira encontradas em S. Lourenço por cruz processional em Mombaça deve ter impressionado, pela carga simbólica. Orta Rebelo menciona o facto, a natureza e a origem da madeira, dizendo vagamente que tinham achado as tábuas na ilha de S. Lourenço. Frei Gaspar, fazendo suas as palavras essenciais do antecessor, não quer deixar os créditos por mãos alheias e atribui a si próprio o achamento das tábuas.

Aqui chegados, impõe-se uma conclusão preliminar: na maior parte dos casos, a *Relação* é mais fresca e mais sucinta, o *Itinerario* mais elaborado, não podendo ser a fonte da primeira. Se alguma dependência directa houver, é do franciscano. Frei Gaspar corrige deliberadamente o funcionário da Índia: «nossa Lingoagem Portuguez», «Monsaire», «Calicubo» passam a «nossa lingoa Portugueza», «lingoa Portugueza», «Monçaide», «Calecut». Em Pemba, o relato da *Relação* parece mais primitivo. Tem outra frescura. Frei Gaspar é mais elaborado na descrição da barquinha «saltando» entre as ondas «que quebravão» «por cima de hum arrecife». Por outro lado, as «grandes vozes dizendo *Pemba*, *Pemba*» de modo algum dependem do *Itinerario*, tal o vigor da narrativa. O «disserão em sua lingoa ser aquella a ilha de *Pemba*» é muito mais baço e indirecto. Também se corrigiu Bombaça em Mombaça e o popular «bautizar» pelo mais correcto «baptizar», substituindo «que ainda não erão bautizados» por «que inda não erão Christãos». Entre o naufrágio e Mombaça, Orta Rebelo descreve a desdita da nau capitânia, em que não viajava. Por isso, só pode ter utilizado outra fonte.

Mais argumentos excluem que possa ser frei Gaspar. Antes de mais: Nicolau de Orta Rebelo muito dificilmente pode ter copiado de frei Gaspar, pela simples razão de este só lhe poder estar acessível quando terminava o seu manuscrito em Lisboa. Se é «tout à fait certain» que o manuscrito de Orta Rebelo foi redigido durante a viagem e terminado em Portugal entre Junho e Outubro de 1607¹², o autor não pôde contar com o manuscrito de frei Gaspar, só chegado a Lisboa para os fins desse lapso temporal. Orta Rebelo, saído de Alexandreta directamente para Marselha a 27 de Março, levou mais de dois meses a chegar a Lisboa. Frei Gaspar, que passou a Páscoa (15 de Abril) em Jerusalém, na melhor das hipóteses deixou a Terra Santa na última quinzena do mês. Embarcado não se sabe onde (provavelmente em Jafa), viajou para Chipre e daí para Creta. Visitou a ilha e seguiu para Zante e Zefalónia e daí para Corfu. Entrou no Adriático, tocou Veneza e desembarcou em Otranto. Atravessou a península para Nápoles. «Da qual embarcado para Espanha fuy dar em Sardenha, & depois com força de tempestade, nas Ilhas Baleares, ou de Malhorca; & vendo Iviça tomei porto em Denia, fui a Gandia, entrey em Valência de Aragão, da qual caminhei por terra até a corte de Madrid, em que me detive poucos dias... Até que finalmente cheguey a este Reyno de Portugal, onde, com lagrimas de alegria acrescentando as do nosso Tejo desembarquey em Lisboa, minha patria, da qual avia seis anos que partira¹³.» Com um périplo destes, o franciscano não terá chegado a Lisboa antes de meados de Agosto, se não princípio de Setembro, já a redacção de Orta Rebelo devia ir bem adiantada. Durante a longa viagem por terra de Mombruk a Alepo, Orta Rebelo também não pôde copiar frei Gaspar, pois os dois autores ignoram-se mutuamente.

¹² J. V. SERRÃO, op. cit., p. 38.

¹³ F. G. S. BERNARDINO, op. cit., fl. 4 (no fundo da página: «Prólogo ao lector e argumento de toda a Obra»).

Mais. Se frei Gaspar foi compulsado e copiado por Orta Rebelo, não se compreende que este, com tanto interesse pela cronologia e pelas datas, tenha omitido o levantar ferro e largar velas a 11 de Março¹⁴, a chegada a Melinde às seis da tarde¹⁵; a passagem da Ascensão (4 de Maio) em Pate¹⁶, os «três meses e meio» de viagem entre Pemba e Mombaça¹⁷ e sobretudo a chegada a Ormuz a 18 de Junho de 1606¹⁸.

Nem se compreenderiam as discrepâncias dos dois relatos: distância de Tez a Ormuz (56 léguas no *Itinerario*¹⁹, 50 na *Relação*²⁰); «tres braças e dous palmos de agua» (3v) diferente de «tres braças de fundo menos dous palmos»²¹. O erro de tomar a ilha das Comores por «terra firme e costa de Moçambique» não foi denunciado por um vago «alguns homens». Entre eles contou-se «o Contra mestre Francisco da Silveyra e Francisco Lobato, ambos na arte do mar muy expertos e peritos»²². A ida a terra para buscar mastro e trazer alguém que servisse de intérprete é mais vaga na *Relação* do que no *Itinerário*; logo a lição mais difícil e mais original está em Orta Rebelo. Este ignora os agentes, ao contrário de frei Gaspar: «o Mestre foy a terra buscar o masto grãde, o qual trouxe desfeyto em pedaços; depois forão desenterrar o leme do atoleiro... desfazendose para isso toda a enxarcea do traquete pera a força do cabrestante... (II, 7v-8)»; «Logo mandou o Capitão fosse o batel a terra, para tomarmos lingoa della» (II, 8). Orta Rebelo fala duas vezes (logo, não é gralha) em «Ilhas de Combro» (I, fl. 2v [61]; II, fl. 8v [68]): frei Gaspar mais correctamente em «Ilhas de Comaro» (I, fl. 3) e «Ilha de Comaro» (III, fl. 12v). Lição mais difícil e, por conseguinte, mais original é a de Orta Rebelo. Este escreve «Bombaça» (fl. 8 [66]; fl. 9 [68]; fl. 11-11v [70, 72]); frei Gaspar, correctamente «Mombaça» (Caps. IV e V *passim*). Se a partida de Mombaça para Ormuz se dera a 26 de Abril²³, pode confiadamente afirmar-se que se chegou a Ormuz mais de mês e meio depois²⁴. Entende-se a conversão dos «trinta pardaús»²⁵ do frete da terrada para Ormuz nos «dez cruzados»²⁶ conhecidos dos leitores; não o contrário.

¹⁴ *Ibid.*, II, fl. 10.

¹⁵ *Ibid.*, V, fl. 24v: «Tres horas serião da tarde, quando chegamos ao Caes da Cidade de Melinde.»

¹⁶ *Ibid.*, VI, fl. 29v.

¹⁷ *Ibid.*, IV, fl. 19.

¹⁸ *Ibid.*, X, fl. 54: «hum Domingo, dezoyto de Junho».

¹⁹ *Ibid.*, X, fl. 51.

²⁰ «Relação...», fl. 21 (90).

²¹ F. G. S. BERNARDINO, op. cit., I, fl. 4.

²² *Ibid.*, I, fl. 3.

²³ «Relação...», fl. 14v (76).

²⁴ F. G. S. BERNARDINO, op. cit., X, fl. 54: «avendo mais de mês & meyo que sahiramos de Mombaça».

²⁵ «Relação...», fl. 21 (90).

²⁶ F. G. S. BERNARDINO, op. cit., X, fl. 51v.

As lições mais difíceis são claramente as de Orta Rebelo, corrigidas em frei Gaspar.

Outras divergências compreendem-se na suposição de que Orta Rebelo é a fonte e o *Itinerario* a cópia: os «catorze dias de alijameto» da nau encailhada²⁷ podem resultar dos «sete dias com sete noites» de Orta Rebelo²⁸. O *Itinerario* parece responder a uma acusação da *Relação*. Diz esta que o piloto da *S. Jacinto*, vendo o perigo em que a capitânia se ia meter, «a não quis seguir, fazendo-o athe ali sēpre». E mandou-lhe recado «que se aquella Nao não virava na nossa volta, havia encalhar aquella noite, fazendo-lhe nos muytos sinaes...» (fl. 3 [62]). Contrapõe e corrige frei Gaspar: «A não Sam Jacinto (ao contrário daquela em que seguia) conheceo as Ilhas (Comaro) & assi se foy cozendo com ellas... & sabendo a gente della q̃ nos hiamos perder, já mais nos quiserão dar sinal ou aviso com alguma peça de artelharia...» (I, fl. 3v).

À luz dos dois critérios básicos da crítica textual – originalidade da lição mais difícil e da mais breve – considero definitivamente afastada a hipótese de Orta Rebelo ter copiado frei Gaspar de São Bernardino. O funcionário da Índia é plenamente original em relação ao franciscano. Este é que corrige («Betanca» por «Betancor», «nossa Lingoagem Portuguez», «Monsaire» e «Calicubo» por a «nossa lingua Portuguesa», «lingoa Portuguesa», «Monçaide» e «Calecut»²⁹), amplia e até contradiz o texto da *Relação*, como acabamos de ver.

O problema é Orta Rebelo não poder ser original na descrição dos azares e da viagem da nau capitânia entre o encalhamento em Madagáscar e a chegada a Mombaça, porque não viveu o acontecimento. Depois do naufrágio, seguiu na arrombada *S. Jacinto* para Moçambique e daí num «pangaio» alugado até Mombaça.

Raras vezes parecem as duas versões originais, o que apontaria para fonte comum dos dois textos. Tem de se encarar, por isso, uma terceira hipótese: deve ter havido outro relato do naufrágio da nau *Nossa Senhora de Betancor* e da subsequente viagem periclitante para Mombaça, o qual serviu de fonte à *Relação*. Se Orta Rebelo não se inspirou em frei Gaspar, aquele (se não ambos) copiou ou adaptou outra fonte, porventura perdida ou desconhecida. Daí viria a descrição do naufrágio da nau *Nossa Senhora de Betencour*, em que não seguia, e as peripécias da viagem dessa nau até Mombaça. É muito provável que ambos os relatos se tenham servido de um texto anterior, aproveitado da melhor maneira segundo a sensibilidade e a formação cultural de cada autor.

²⁷ *Ibid.*, II, fl. 6v.

²⁸ «Relação...», fl. 5 (64).

²⁹ Ver os textos paralelos *supra*, p. 144.

Que os dois relatos conhecidos não terão sido os únicos, admitia-o J. Veríssimo Serrão em 1972: «(...) on peut se demander si c'est [frei Gaspar] la seule source de à laquelle il [Orta Rebelo] ait puisé»³⁰. Por mim, diria antes: pode-se perguntar se a *Relação* é a única fonte compulsada por frei Gaspar. Também o *Roteiro de Viagem* de Antão de Mesquita pode ter utilizado essa e outras fontes: «On ne peut guère en expliquer les confusions et les contradictions, sans admettre qu'il s'est servi de plusieurs récits de ce fameux voyage de 1605-1607»³¹.

Fontes e Bibliografia

AUBIN, J., «Une autre relation du voyage d'Inde en Chipre de Gaspar de S. Bernardino», *Arquivos do Centro Cultural Português*, Fondation Calouste Gulbenkian, Vol. I, s.l., s.n., 1969, pp. 209-215.

BERNARDINO, Frei Gaspar de S., *Itinerário da India por terra ate este reino de Portugal com a Descriçam de Hierusalem*, Primeira Parte, Lisboa, Vicente Alvares, 1611; *Itinerario da India por terra até a ilha de Chypre*, Lisboa, A. S. Coelho, 1842; *Itinerario da India por terra*, Lisboa, Francisco Xavier de Souza, 1854; *Itinerario de toda Índia por terra até à ilha de Chipre*, Lisboa, Agência do Ultramar, 1953.

«Relação da Jornada que fez Nicolao Dorta Rabello», in J. Veríssimo Serrão, *Un voyageur portugais en Perse au début du XVII^e siècle. Nicolau de Orta Rebello*, Lisbonne, Comité National Portugais pour la Célébration du 2500^e Anniversaire de la Fondation de la Monarchie en Iran, 1972.

³⁰ J. V. SERRÃO, op. cit., p. 43.

³¹ *Ibid.*

«TRAZ À MEMÓRIA
A EXCELÊNCIA DE SUAS OBRAS E VIRTUDES».
D. FREI ALEIXO DE MENESES (1559-1617),
MECENAS E PATRONO*

por

CARLA ALFERES PINTO**

No ano de 1620, saiu da prensa lisboeta de Pedro Craesbeeck um curioso texto escrito por frei Gaspar de Amorim (c. 1576-1646)¹. No sermão dava-se eco das palavras do frade agostinho, e então prior do Convento de Nossa Senhora da Graça de Goa, que haviam sido compostas na forma de elogio, pelas exéquias do arcebispo de Braga D. frei Aleixo de Meneses após a morte deste em Madrid no dia 3 de Maio de 1617. O sermão fora encomenda de D. Diogo Coutinho, capitão e governador de Cochim, e proferido em 1618, um ano após o acontecimento.

* Este texto resulta da comunicação «O mecenato artístico de D. frei Aleixo de Meneses (1559-1617)», apresentada em Maio de 2009 no ciclo de conferências *Mecenas e patronos. A encomenda artística e a Igreja em Portugal*, organizado pelo Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa.

** Investigadora do Centro de História de Além-Mar. Doutoranda em História da Arte e bolsreira da Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/63763/2009).

¹ Frei Gaspar de AMORIM, *Sermam funeral em as exequias do Illustrissimo e Reverendissimo senhor dom Fr. Aleixo de Meneses Arcebispo de Goa, Primas & Governador da Índia: depois Arcebispo & senhor de Braga, Primas de Espanha, Visorey de Portugal, & ultimamente Capellaõ mor de sua Magestade, & Presidente de deu supremo cõselho em Madrid*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1620. Frei Gaspar de Amorim era filho de Francisco Velho e de Perpétua de Amorim. Nasceu em Lisboa e recebeu o hábito agostinho no Convento da Graça, da mesma cidade, a 18 de Dezembro de 1596. Fez estudos superiores na Faculdade de Filosofia e Teologia e partiu para a Índia em 1610. Foi prior do convento dos agostinhos em Goa, vigário-geral da mesma congregação, deputado da Inquisição (10/10/1644), fundador do seminário de S. Guilherme e juiz das Ordens Militares na segunda instância. Morreu em Goa a 7 de Agosto de 1646. Ver Diogo Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana. Historica, Critica e Cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos Authores Portuguezes, e das Obras, que compuseraõ desde o tempo da promulgaçaõ da Ley da Graça até ao tempo prezente*, (fac-símile da edição de Lisboa Occidental, Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1747), Coimbra, Atlântida Editora, 1965, Vol. II, p. 305. Frei Gaspar Amorim era, aquando da escrita do sermão e sua leitura, prior do Convento de Santo Agostinho em Cochim, cidade de onde conheceria D. Diogo Coutinho, conforme se pode ler na folha de rosto do livro.

No início desse elogio, mencionava-se a leal amizade de Coutinho para com o defunto arcebispo e o seu grau de parentesco com o mesmo. Quem era D. Diogo Coutinho? Um sobrinho-neto, uma vez que os filhos de sua irmã mais nova, D. Mécia da Silveira e Meneses (?-03/07/1598), que se casou com D. Luís Coutinho, quarto conde de Redondo (c. 1540-1578), se chamavam D. Francisca da Silveira e D. João Coutinho²? Ou um parente mais afastado? Registe-se que a documentação menciona que D. Diogo Coutinho era capitão de Cochim em 1610 e teria recebido a capitania de Malaca em 1622³.

O tempo que mediou entre a morte do prelado na Europa em 1617⁴ e o acontecimento indiano justifica-se pela demora nas comunicações, normalmente sujeitas às vicissitudes das viagens marítimas e das eventuais tempestades, monções, naufrágios e ataques piratas. Pese embora a natureza das comunicações entre as várias partes do império, a morte de D. frei Aleixo de Meneses foi assunto tratado pelas vias oficiais e seguiu o curso da documentação enviada nas naus.

A julgar pela publicação dos elogios fúnebres na prestigiada casa Craesbeeck, a morte do arcebispo foi assunto de interesse para a sociedade letrada da época e particularmente sentida por aqueles que com ele conviveram ou que conheciam a sua actuação. A sua memória na Índia perdurava. O título do sermão não deixava margem para dúvidas: *Sermam funeral em as exequias do Illustrissimo e Reverendissimo senhor dom Fr. Aleixo de Meneses Arcebispo de Goa, Primas & Governador da Índia: depois Arcebispo & senhor de Braga, Primas de Espanha, Visorey de Portugal, & ultimamente Capellaõ mor de sua Magestade, & Presidente de deu supremo cõselho em Madrid*.

O texto contém vários motivos de interesse, mas detenho-me especificamente em dois deles: a personagem escolhida como modelo erudito para a encomiástica comparação com o prelado – frei Gaspar de Amorim escolheu a figura de Josias⁵ (Ben Sira 49: 1-4; rei de Judá e descendente de David) –, e a opção pelo olfacto como sentido utilizado na comunicação:

² Sobre a descendência de D. Aleixo de Meneses e D. Luísa da Silveira, ver Carla Alferes PINTO, «Notas para o estudo do mecenato de D. Frei Aleixo de Meneses: os recolhimentos da Misericórdia em Goa», *Anais de História de Além-Mar*, Vol. 7, 2006, pp. 279-309 (p. 279, n. 2).

³ Mandando aparelhar em Cochim, com avultados gastos da sua fazenda e pela grande amizade que tinha ao vice-rei Rui Lourenço de Távora, dois galeões de uma armada de cinco navios com destino à China. António BOCARRO, *Década 13 da História da Índia*, dir. Rodrigo José de Lima Felner, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1876, Parte I, pp. 93-94. Após a nomeação para a capitania de Malaca, participou numa reunião do conselho do Estado da Índia no dia 13 de Abril de 1622. Panduronga S. S. PISSURLENCAR (estudo e notas), *Assentos do Conselho do Estado*, Bastorá, Tip. Ragel, 1935, Vol. 1, doc. 36. As referências documentais foram-me dadas pelo Dr. João Silva de Jesus, a quem devo um público agradecimento.

⁴ O elogio fúnebre pela morte de D. frei Aleixo de Meneses, escrito pelo padre frei Manuel da Conceição (1547-1624), fora pronunciado no Convento de Nossa Senhora da Graça em Lisboa, a 6 de Junho de 1617. P.º frei Manuel da CONCEIÇÃO, *Jesus. Sermão funeral nas exequias do... Senhor D. F. Aleyxo de Meneses... / foy pregado no Mosteiro de Nossa Senhora da Graça de Lisboa, a 6. de Junho [de 1617]*, Lisboa, Officina de Pedro Crasbeeck, 1617.

⁵ «Pois sendo o nosso Prelado comparado a Josias em todas as obras insignes que na vida fez», G. AMORIM, op. cit., p. 15. A grafia das citações de fontes impressas foi actualizada.

(...) me pareceram acomodadas as palavras que tomei por tema do cap. 49 do Eclesiastes [sic] onde diz o Espírito Santo, que a lembrança do rei Josias, é feita para uma composição de bom cheiro, isto é para que sua fama, e suavidade do cheiro de suas virtudes nos incite e anime às imitarmos⁶.

Nada seria por acaso. Josias, rei judeu lembrado por ter perseguido formas diversas de idolatria, adequava-se às características deste paladino contra-reformista; o olfacto, um dos cinco sentidos, estava impregnado de significados provenientes de uma longa patrística exortativa das virtudes dos santos e bons homens em oposição aos que cediam ao pecado.

O cheiro tinha uma longa história de deleitamento. Menos pernicioso que os sensuais tacto e gosto, menos enganador que a visão e a audição numa época de vivências místicas intensas, o olfacto encontrava nos clássicos uma alusão erudita, nomeadamente em Plínio, que classificava o prazer do perfume como uma das mais honrosas diversões da vida. Ainda que nos primeiros momentos de crescimento do cristianismo tenha sofrido uma forte hostilidade, o sentido do olfacto foi, paradoxalmente, utilizado mais tarde como instrumento para a assimilação dos novos rituais da emergente Igreja Católica (fosse na Europa, fosse em territórios extra-europeus), designadamente através do uso do incenso em enormes e oscilantes incensórios que exalavam um inebriante perfume pelo espaço da igreja, na celebração da liturgia ou no decurso de uma procissão. Este perfume, este «odor de santidade», foi rapidamente alvo de reflexão e doutrina que levou, inclusive, à teorização da ideia de que o corpo dos santos e de outras pessoas com carácter sagrado emitiam uma fragrância única e distintiva.

E é ao exemplo e ao «cheiro de suas virtudes» que frei Gaspar Amorim se refere no seu texto dedicado ao antigo arcebispo de Goa: «e em todos eles dava aquele cheiro da fragrância de seu exemplo: reacendia aquela massa odorífera de várias espécies de virtudes»⁷.

Por esta altura, a memória de D. frei Aleixo de Meneses era benfazeja, e as consequências das suas acções, nomeadamente no que diz respeito aos cristãos malabares e ao Sínodo de Diamper, ainda não tinham feito abater sobre a sua figura o escuro manto da lenda negra que ainda hoje lhe está, anacronicamente, associada⁸. E, por isso, frei Gaspar Amorim recorreu aos textos sagrados do Antigo Testamento para encontrar a personagem ideal para comparar com D. frei Aleixo. No Ben Sira, que pertence, com outros, ao conjunto dos chamados «Livros Sapienciais», encontrou um texto de carácter existencialista que colocava questões sobre como enfrentar a vida – reflexões sobre a inconstância dos prazeres, a incerteza que rodeava o ser humano e

⁶ G. AMORIM, op. cit., p. 2.

⁷ G. AMORIM, op. cit., p. 6.

⁸ Sobre este assunto, veja-se Sanjay SUBRAHMANYAM, «Dom Frei Aleixo de Meneses (1559-1617) et l'échec des tentatives d'indigénisation du Christianisme en Inde», *Archives des Sciences sociales des Religions*, n.º 103, 1998, pp. 21-42.

a caducidade da sua existência, a futilidade associada aos bens terrenos, as injustiças da vida, já que nesta nada seria seguro, excepto a morte.

Com este texto, proponho-me contribuir para a releitura da personalidade e acção de D. frei Aleixo de Meneses, através de alguns aspectos do seu extensíssimo mecenato e patrocínio das artes, que evocarei tendo em conta as palavras de frei Amorim, segundo o qual «tratar das raras virtudes e extraordinárias excelências, e grandes grandezas do nosso insigne prelado em campo tão breve, e tempo tão limitado não é possível»⁹.

**«Lembra-te homem das coisas passadas das que já foram antes de ti»¹⁰.
D. Pedro de Meneses (25/01/1559-03/05/1617)**

Ao longo da primeira parte do texto do sermão, frei Gaspar recorreu constantemente à expressão *opus pigmentarij* para caracterizar a personagem de Josias. O frade conotava Josias com a ideia de «uma obra, e um agregado de certas confeições»¹¹. A metáfora implicava um «retrato» das características e virtudes pessoais do rei judeu (e, logo, de cada um de nós) que permitia a Amorim ir mais além e pegar no sentido latino da palavra *pigmentum* (cuja origem etimológica no verbo *pingere*, «pintar», atestava a definição de componentes ou substâncias com propriedades corantes), recorrendo a conceitos e significados típicos da pintura – como por exemplo «as tintas» e «as cores» com que os pintores «debuxam e retratam uma figura perfeita»¹² –, para fazer o verdadeiro retrato do frade arcebispo. O recurso estilístico é particularmente interessante quando analisado à luz de uma sociedade que vivia rodeada de imagens de carácter pedagógico e missionário, e atesta a importância de que se revestiam os objectos artísticos para as comunidades de então.

Pesem embora a retórica e o elogio edificante, as palavras do frade agostinho, que conheceu Meneses e conviveu com outras personagens que o conheciam¹³, fornecem-nos algumas informações interessantes sobre episódios da vida de D. frei Aleixo¹⁴. Lembra-nos a sua ascendência privilegiada (que, também ela, coincide com a personagem Josias) – «nele primeiramente resplandeceu a tinta fina do sangue ilustre, e generoso, por qualquer das quatro linhas de sua ascendência» – e a convivência distinta: «nem faltarão nesta pintura sombras que realçassem mais as tintas naturais, isto é as partes da fortuna, criação em o paço por seu pai ser aio de el-rei Dom Sebastião

⁹ G. AMORIM, op. cit., p. 3.

¹⁰ G. AMORIM, op. cit., p. 3.

¹¹ G. AMORIM, op. cit., p. 2v.

¹² G. AMORIM, op. cit., p. 4v.

¹³ Por exemplo, a certo passo do seu sermão escreve: «o senhor Dom Fr. Agostinho de Jesus, a quem eu ouvi relatar o que se dissera...», G. AMORIM, op. cit., p. 7v.

¹⁴ Sobre este assunto, ver também C. A. PINTO, op. cit., *passim*.

(...) que lhe mostrava [o rei] particular afeição, e como desde [a] meninice o puseram em trajo eclesiástico»¹⁵.

Recorrendo a metáforas relacionadas com o cheiro, a pintura, as tintas e os pigmentos ou as sombras, constantemente alternadas com frases latinas escolhidas de textos sagrados e de doutores da Igreja, Amorim vai salientando as virtudes do bispo num registo que deixa transparecer intimidade, em algumas circunstâncias. Aponta-lhe a inteligência, a prudência e a habilidade, todos aspectos fundamentais para o bom desempenho na sociedade cortesã entre o final de Quinhentos e o início de Seiscentos.

O frade não conseguiu, contudo, fugir às abundantes contradições deste tipo de texto laudatório; por exemplo, admitia a dificuldade de manutenção do estatuto dos filhos segundos da nobreza (nomeadamente no caso de Aleixo, que era o benjamim¹⁶), ao mesmo tempo que escrevia que o que mais «agradou a Deus foi o desprezo do mundo»¹⁷ que o jovem Pedro de Meneses revelara no seu convívio com a corte lisboeta. Refere-se ainda ao trajo de Santo Agostinho como uma «mortalha» – o que deixa antever uma vida de algumas provas –, e revela alguns pormenores interessantes sobre o momento da decisão de tomar o hábito.

Segundo Amorim, D. Luísa da Silveira (c.1510-1597), mãe de Pedro, terá ficado muito abalada com a decisão do filho (esperançada, como estava, numa velhice acompanhada, já que era viúva há alguns anos), ao ponto de pedir ao rei que o contrariasse nessa decisão. O rei terá pedido, então, a D. Fernão de Álvares de Noronha (tio de Meneses¹⁸) e a D. Luís Coutinho (cunhado¹⁹) que o dissuassem; porém, «nenhumas [razões] entram ao devoto mancebo, tudo despreza»²⁰.

Lembremos mais uma vez que se trata de um texto elogioso, em que a retórica de um percurso de vocação e de santidade é constante. Gaspar de Amorim salienta em Aleixo (que tomara do pai o novel nome religioso) a prudência precoce, que fazia do mancebo velho, e a polidez, a eloquência e a discrição que conduziram o religioso enquanto jovem aos mais altos cargos nos priorados dos conventos agostinhos portugueses.

Registe-se que Amorim não menciona a formação escolar e universitária do frade bispo. E ainda que não conheçamos documentação que o comprove, segundo D. Rodrigo da Cunha, D. frei Aleixo terá concluído os estudos de Teologia em Coimbra, e era tal a sua fama de orador virtuoso que, ainda

¹⁵ G. AMORIM, op. cit., p. 5.

¹⁶ A propósito de ter sido posto, desde pequeno, em trajo eclesiástico: «poderia ter muitas esperanças que chegando a idade conveniente lhe faria [o rei D. Sebastião] mercê de largas rendas pela Igreja, com que na fazenda temporal excedesse a seus irmãos mais velhos que seguiam o estado secular», G. AMORIM, op. cit., p. 5.

¹⁷ G. AMORIM, op. cit., p. 5v.

¹⁸ Filho de D. Álvaro de Noronha e de D. Maria da Silveira, irmão de D. Luísa da Silveira.

¹⁹ Quarto conde do Redondo e casado com a irmã de D. frei Aleixo, D. Mécia da Silveira e Meneses.

²⁰ G. AMORIM, op. cit., p. 6.

no Colégio e logo que foi ordenado sacerdote, «uma insigne religiosa (das que chamam na sua Ordem Mantelatas, e cuja vida por admirável ele depois escreveu) levada da mesma opinião, que se tinha dele o pediu ao Prelado do Colégio para seu mestre, e confessor»²¹.

Frei Gaspar não deixa, contudo, de referir os episódios em torno da nomeação do prelado para a cadeira arcebispal de Goa, da recusa desse e das ordens dadas pelo rei, uma, duas, três vezes. E a importância capital que o tio, D. frei Agostinho de Castro (ou de Jesus), personagem que acredito ter tido uma influência fundamental na formação de Aleixo e na sua nomeação para Goa²², teve nessa situação particular. Amorim escreve ter ouvido do próprio religioso bracarense a maneira como convencera o renitente Aleixo a aceitar a nomeação, tendo-lhe dito que seria essa uma eleição de Deus e que o reino dos Céus aguardava grandes serviços do sobrinho.

Esta questão é particularmente interessante quando olhada à luz das vicissitudes familiares e sociais vividas pelas casas nobres portuguesas aquando dos reinados dos Habsburgos.

D. frei Aleixo conviveu com dois Filipes – D. Filipe II (r. 1580-1598) e D. Filipe III (r. 1598-1621) –, mas seu pai servira na corte de D. João III, tivera importantes cargos na administração da casa e territórios ultramarinos dos Avis-Beja e fora aio de D. Sebastião (com quem, aliás, D. frei Aleixo e seu irmão Álvaro foram criados). Não sabemos, por isso, quais os motivos e qual o processo da aproximação da família Meneses ao neto de D. Manuel e filho de Carlos V.

Sabemos que D. Aleixo de Meneses morreu em tenra idade do futuro frade (em 1569) e que os membros varonis da família morreram ou ficaram cativos em Alcácer-Quibir. Como lidou a viúva de Meneses com as regências de D. Catarina e do cardeal D. Henrique? Será que, como aconteceu noutros casos, os membros preeminentes da família acabaram, simplesmente, por optar defender o «melhor partido», aquele que estava em melhor posição para conceder benesses e defender os seus interesses?

De que esta era a situação de frei Aleixo aquando da nomeação para o cargo goês, não há grandes dúvidas²³, confiança reforçada ainda pelo facto de não ser certo que D. frei Aleixo tenha completado qualquer curso universitário, razão preferencial para ascensão aos priorados e bispados. Por outro

²¹ D. Rodrigo da CUNHA, *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga* (fac-símile da edição coimbrã de Manuel Cardoso, 1635), Braga, Barbosa & Xavier, 1989, Vol. 2, p. 422. A religiosa a que o documento se referia era Beatriz Vaz de Oliveira. Ver nota 37 deste artigo.

²² Nomeadamente quando se sabe que D. frei Agostinho de Castro não foi a primeira escolha do Conselho de Portugal para a diocese de Braga e que a sua nomeação terá sido uma decisão de D. Filipe II, revelando assim traços de relação pessoal com o rei que se terão estendido ao sobrinho. Sobre este assunto, ver José Pedro PAIVA, *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2006, pp. 377-381.

²³ «Em suma, de tudo isto decorre que, na nova arena política, aquilo que parece ter sido decisivo para que se ascendesse a uma mitra foi revelar comprometimento pessoal no apoio a D. Filipe II (...)», J. P. PAIVA, op. cit., p. 362.

lado, a obstinada posição de Meneses em recusar o cargo que o rei lhe oferecia reflecte uma negociação com vista a obter os melhores rendimentos possíveis, e não uma posição de facto; afinal, esses cargos eram vistos como um prémio²⁴.

«Porque não basta só ser Santo nem só ter bom governo, um e outro espírito é necessário, uma e outra coisa é mister²⁵.»

D. frei Aleixo de Meneses e o poder

Frei Gaspar Amorim recorreu à alegórica visão do carro celestial de Ezequiel para resumir as virtudes a que o ofício («mister», nas suas palavras) de governar devia aspirar. Na opinião do frade agostinho, D. frei Aleixo de Meneses possuía-as.

Segundo o livro do Antigo Testamento, Ezequiel teria sido acometido de visões aquando do Êxodo. Numa delas, viu um carro em cujas rodas estavam representadas quatro criaturas com as faces de um homem, de um leão, de uma águia e de um touro (Ezequiel 1: 5-6, 10). Essas faces simbolizavam os quatro atributos de Jeová: o homem/anjo do amor a Deus; o leão da justiça; a águia símbolo de sabedoria; e o touro do poder e força do Senhor. Todas estas características foram referidas como parte do carácter do antigo arcebispo de Goa. O touro simbolizava, nas palavras de Amorim, a «madureza e sofrimento», às quais conferiu particular importância e que já havia referido como essenciais na personalidade de Meneses desde tenra idade. A par destas, a justiça foi a qualidade escolhida no sermão como a fundamental para assegurar o desempenho do bom governo, civil ou religioso. Amorim via na justiça a «parte principal do governo» por «encaminhar a Deus»²⁶.

Da justiça que o padre assim definia, faziam parte a caridade e o zelo na defesa da «honra de Deus», ou seja, dos valores morais e doutrinários emanados de Roma. Foram estas as características que decidiu esmiuçar.

²⁴ Para este assunto, ver J. P. PAIVA, op. cit., p. 363: «Em termos práticos, o que se alterou foi o conceito de serviço. Por isso, os bispados, bem como a maioria dos lugares nos diversos conselhos e tribunais da coroa, passaram a ser atribuídos principalmente, como um prémio para os que se revelavam leais adeptos da nova dinastia, (...)» Ver também C. A. PINTO, op. cit., pp. 284-285. No caso de D. frei Aleixo de Meneses, acresce que a sua posição teria sido essencialmente defendida pelo tio, como atrás vimos, e, mesmo que materialmente menos rentáveis que as dioceses em território europeu (e sujeitas a precárias condições de sobrevivência, o que não era o caso de Goa), as mitras ultramarinas podiam servir de alavanca para recompensas futuras no reino. Ver J. P. PAIVA, op. cit., pp. 409 e 411. Segundo Carlos Alonso, o arcebispo terá recebido pela nomeação verbas consideráveis: a reserva da provisão de todos os benefícios eclesiásticos da diocese (até então pertença dos vice-reis); os 5000 ducados de renda usuais dos arcebispos e mais 2000 de mercê; dízimos (que deviam importar em mais 1000 ducados); as rendas de Bardes. Carlos ALONSO, *Alejo de Meneses, O.S.A. (1559-1617), Arzobispo de Goa (1595-1612): Estudio biográfico*, Valladolid, Estudio Agustiniano, 1992, p. 27.

²⁵ G. AMORIM, op. cit., p. 11.

²⁶ G. AMORIM, op. cit., p. 11.

No que diz respeito à caridade, escreveu o frade que era D. frei Aleixo sobejamente conhecido; quanto à defesa da «honra», aproveitou Amorim para ajustar contas com os inimigos de Meneses, mencionando no sermão que, não obstante as traições e constantes obstruções ao exercício do poder com que D. frei Aleixo tivera de lidar, conseguira sempre fazer valer a sua posição junto dos reis, pelo que fora recompensado com cargos de nova importância.

Este aspecto da vida de D. frei Aleixo necessita de uma investigação que está por fazer e de uma análise mais atenta. É, contudo, certo que Meneses teve disputas várias com o poder político e civil de Goa – e também com os poderes religiosos, nomeadamente, a ordem franciscana que afrontou várias vezes –, e a menção a esta realidade num texto patrocinado por um membro da sua família vem trazer à liça as questões relacionadas com as estratégias familiares de poder e o constante jogo de influências que era alimentado na corte madrilena.

O assunto não é trazido em memória do defunto, mas em defesa das razões dos vivos que pertenciam à mesma família. Veja-se como Amorim, já no final do sermão, ao justificar ter ido buscar episódios antigos da vida de D. frei Aleixo, pede que a Índia (representada pelas suas nobres famílias) chore a morte do prelado. A parábola que utiliza não é retirada da Bíblia mas, antes, dos clássicos. Recorre a Numa Pompílio, sucessor de Rómulo e segundo rei de Roma, afamado pela paz que trouxe ao seu reino, pela reforma das leis e pela organização das instituições religiosas e civis.

Para Gaspar Amorim, e certamente também para os seus patronos seculares e religiosos, D. frei Aleixo «era os olhos da Índia»²⁷, pelo que pedia as lágrimas da assembleia que o ouvia, com o objectivo de fazer chegar um apelo a alguém (o rei, o vice-rei, o Conselho de Portugal) que estava longe mas que devia ouvir os lamentos: «compadecei-vos deste estado [a Índia], e de cada um de nós, havei compaixão de nossa miséria, *Miserere nobis*, amparaí-nos, ajudai-nos, comunicai-nos nosso favor»²⁸.

Por outro lado, há que ter em conta o valor apologético do texto, uma vez que sabemos que por mais favores que Meneses obtivesse junto dos Filipes, a sua ambição era recompensada quando servia a estratégia e o arbítrio reais²⁹. É notória a confiança que os Filipes depositaram em D. frei Aleixo, que foi vice-rei de Portugal no ano que mediou entre Julho de 1614 e

²⁷ D. frei Aleixo continuara a fazer à distância manobras de influência para perpetuar o seu nome, e o da sua ordem, na Índia. Por exemplo, segundo frei António da Purificação, terá conseguido do papa Paulo V um breve, datado de 2 de Dezembro de 1614, para lembrar e rezar ofícios em nome dos e, note-se, das mártires da ordem que haviam padecido na Índia. Ver frei António da Purificação, *Chronica da Antiquissima Provincia de Portugal da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho & Hipponia, & Principal Doutor da Igreja*, Lisboa, Manoel da Sylva, 1642, Vol. I, p. 44v.

²⁸ G. AMORIM, op. cit., p. 15v.

²⁹ Ver C. A. PINTO, op. cit. Leiam-se também as palavras de frei Gaspar Amorim quando procura justificar a necessidade da memória de frei Aleixo: «e ultimamente tanta aceitação do rei». G. AMORIM, op. cit., p. 13v.

1615, e seguiu para junto do rei, em Madrid, como presidente do Conselho de Portugal até à sua morte em Maio de 1617.

Os seus contemporâneos, os memorialistas e os cronistas alegam constantemente a isenção de D. frei Aleixo de Meneses, no que diz respeito à concessão de privilégios à sua ordem. De facto, não foi assim. Nem poderia ser. D. frei Aleixo protegia a sua vasta parentela, directa e clientelar, bem como os agostinhos. Era esta a forma de agir de nobres e religiosos, era esta a maneira de sobreviver nas boas graças do poder real, civil ou eclesiástico, numa altura em que a presença junto do rei, da cidade ou de Roma se insinuava nos corredores, se manifestava na presença junto das elites, se reforçava na partilha de acções, aumentando a possibilidade de ser ouvido por essas mesmas elites. A acção mecénica e de patrocínio que analisarei adiante atesta o favor de D. frei Aleixo de Meneses à sua ordem. A nomeação de um número crescente de agostinhos para cargos importantes em Portugal e na Índia³⁰ prova a influência de Meneses junto do rei e como o frade não desdenhava o exercício do poder.

«Vossas obras vos louvam³¹.»

D. frei Aleixo de Meneses, mecenas e patrono

Sendo mais reconhecido pelo seu arcebispado e intervenção em Goa, D. frei Aleixo começou a agir como patrono das artes ainda em Portugal, enquanto prior de conventos agostinhos. É certo que a responsabilidade do priorado incluía a execução de obras de beneficência nos edifícios sempre que necessário, mas na actuação de Meneses encontramos, para além da erudição e intenção memorialista, o comportamento de um verdadeiro mecenas.

Com apenas 29 anos, D. frei Aleixo foi eleito para o priorado de Torres Vedras durante o biénio de 1588-90. O pedido original para a fundação de um convento agostinho nessa cidade datava do reinado de D. Afonso III³². Tendo sido iniciado mais tarde, em finais do século XIV, era, ainda assim, um dos mais antigos de Portugal. Situava-se no sítio da Várzea Grande, em frente da Igreja de S. Tiago, e as obras prolongaram-se por décadas. Essa localização, inicialmente feliz, face à proximidade da água, acabou por ser a ruína do primitivo convento, uma vez que as sucessivas enchentes da ribeira do Alpilhão e a exiguidade das instalações e espaços adjacentes tornavam a vida dos frades um longo calvário de humidade, desconforto, epidemias e miséria. No século XVI, o convento acabou por ser abandonado e os frades

³⁰ J. P. PAIVA, op. cit., p. 412.

³¹ G. AMORIM, op. cit., p. 13.

³² Para a história do Convento da Graça de Torres Vedras, ver Paula Correia da SILVA, *O Convento da Graça de Torres Vedras. A comunidade eremítica e o património*, Torres Vedras, Livro do Dia, 2007, pp. 31-40.

instalaram-se no Hospital de Santo André da Gafaria (a 30 de Novembro de 1544), que se situava junto a uma das portas de entrada da cidade. Esta mudança provocou alguma polémica (ainda que os direitos e rendas do antigo hospital só fossem anexados ao convento em 1578), mas a verdade é que os frades não se mantiveram muito tempo nesse novo edifício. Em 1559, a construção antiga começou a ser demolida para aproveitamento dos materiais na edificação de uma nova igreja que já estava pronta em 1580, poucos anos antes do priorado de D. frei Aleixo de Meneses.

Os poucos estudos que foram produzidos sobre a história do edifício conventual dos gracianos de Torres Vedras referem que o prelado terá dado um forte impulso ao demorado programa de obras que atrás referi. É natural que assim seja, quer por razões circunstanciais – afinal D. frei Aleixo fora eleito num período de reconstrução do edifício –, quer devido à nova parentética e encenação do espaço religioso que as normas pós-tridentinas aconselhavam. De um pequeno convento afastado da urbe e pensado para servir uma comunidade monástica destinada à reflexão, a Graça de Torres Vedras transformou-se num complexo que servia a cidade e os viajantes, consagrado à catequização das populações e à manutenção da assistência aos enfermos que a posse do antigo edifício de Santo André exigia.

Só um levantamento da documentação existente e uma análise cuidada da estrutura do edifício que serve hoje de Museu Municipal Leonel Trindade da cidade de Torres Vedras poderão, por um lado, aferir qual a verdadeira intervenção de D. frei Aleixo na beneficiação do mesmo e, por outro lado, que alterações sofreu o complexo ao longo dos tempos. Todavia, quer pela dimensão quer pela localização da igreja – ocupando todo o lado norte do complexo construído e formada por uma extensa nave única com capela-mor e nártex –, quer pela colocação do claustro – que organiza toda a zona conventual e serve de passagem para os vários espaços, num esquema que se pode interpretar da seguinte forma: lado norte, igreja; lado oeste, assistência e cómodos dos religiosos; lado sul, armazéns e, no piso superior, livraria e segundo dormitório; lado este, com um carácter mais público, dando lugar aos acessos, à sala da irmandade e, no segundo andar, às dependências conventuais –, é muito provável que a estrutura se mantenha, *grosso modo*, conforme o original.

A atestar a precoce percepção da importância que o seu percurso pessoal poderia ter para a valorização da ordem agostinha, bem como uma forte vocação manifesta nas virtudes religiosas que prezava e na imaculada conduta moral a que segundo as crónicas se submetia, está a escolha da figura de S. Gonçalo de Lagos como tema para a escrita de uma *vida* de sua autoria.

Gonçalo de Lagos fora prior no primitivo convento, mais de um século antes de Aleixo, e muito admirado pelos seus irmãos. Uma das preocupações dos frades quando da mudança para o novo convento do qual Meneses era prior, fora assegurar a correcta transladação das relíquias do, então, beato de

Lagos (canonizado mais tarde, em 1778), que, face às notícias de santidade, era na altura alvo de constantes romarias e grande devoção.

D. frei Aleixo de Meneses associava-se assim à veneranda figura do futuro santo agostinho, enquanto seu biógrafo, enquanto seu correligionário (na ordem e no mister) e, sobretudo, enquanto fiel seguidor de um modelo de virtudes reconhecido por todos. O contacto com a memória do beato e a possível associação ao seu nome foram bem aproveitados pelo frade, que lhe dedicou uma biografia escrita em seis capítulos, terminada em Goa, e enviada para Lisboa a pedido dos seus irmãos de hábito³³. E, de facto, as duas grandes figuras ligadas ao antigo convento da Graça de Torres Vedras são, ainda hoje, o santo de Lagos e D. frei Aleixo de Meneses, cuja vida foi fixada em episódios historiados executados em painéis de azulejo azul e branco, aplicados nas paredes do claustro restaurado na primeira metade do século XVIII.

Mas esse não seria o único título escrito pela pena do frade. No *Sermão*, frei Gaspar Amorim refere os dotes de prosa, bem como os de orador, de D. frei Aleixo de Meneses. Possuidor de uma educação esmerada, na qual se incluiria a consulta e leitura de inúmeros volumes produzidos pelos clássicos, pelos doutores da Igreja e por autores seus contemporâneos, é fácil entender que esse gosto, aliado a uma noção muito precisa da importância do testemunho, que fez dele um prolixo epistolário, tenha levado o frade a escrever alguns textos, a patrocinar outros, a ser personagem principal noutros e a ver o seu nome inscrito nas dedicatórias de mais ainda.

Assim, segundo Diogo Barbosa Machado, compôs³⁴: *Historia da Provincia de Portugal da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho até o anno de 1400*, que teria ficado manuscrita. Este texto será aquele a que se referem D. Rodrigo da Cunha³⁵, intitulado-o *Defensório de sua Ordem*, e frei António da Purificação³⁶, como *Da Antiguidade da Ordem de Santo Agostinho*, e que andando de mão em mão acabou por ser impresso com o título *Origen de los frayles Ermitaños de la Orden de S. Augustin, y su verdadera institucion antes del gran Concilio Lateranense* (em Salamanca por Antónia Ramires, viúva, no ano de 1618, e pouco mais tarde traduzido para italiano); uma *Vidas de Religiosos modernos que na Religião de Santo Agostinho da Provincia de Portugal floreceraõ em virtudes, e vida religiosa*, também manuscrita; uma *Vida do Veneravel Padre Fr. Thome de Jesus, Religioso da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho da Provincia de Portugal*, impressa em Saragoça por Juan de Lanaya em 1624 e que está no princípio do volume intitulado *Trabalhos de*

³³ A versão definitiva está publicada em D. frei Aleixo de MENESES, *Treslado da portentosa vida de São Gonçalo de Lagos*, coment. Joaquim Alberto Iria Júnior, Lagos, [s.n.], 1964, e em Carlos ALONSO, «Vida del beato Gonzalo de Lagos por Alejo de Meneses, OSA, arzobispo de Goa», *Archivo Agustiniano*, n.º 72, 1988, pp. 275-298.

³⁴ Referências retiradas de D. B. MACHADO, op. cit., Vol. I, pp. 90-92.

³⁵ R. CUNHA, op. cit., Vol. 2, p. 447.

³⁶ A. PURIFICAÇÃO, op. cit., Vol. I, p. 20.

Jesus (traduzido para italiano, em 1644 por Ludovico Grignani, e para latim, por frei Maurício da Madre de Deus); uma *Vida da Veneravel Beatris Vaz de Oliveira Religiosa Agostinha*, manuscrito que, segundo Barbosa Machado, «viu na Livraria do Eminentíssimo Cardeal de Souza o Padre Francisco da Cruz»³⁷; o *Synodo diocesano da Igreja e Bispado de Angamale dos antigos christãos de Sam Thome das serras do Malauar das partes da India Oriental. Celebrado pello... Senhor Dom Frey Aleixo Menezes Arcebispo Metropolitano de Goa... aos 20. dias do mes de Junho da era de 1599... no lugar, & reyno do Diamper*, impresso em Coimbra por Diogo Gomes Loureiro em 1606, junto com a *Jornada do Arcebispo de Goa Dom Frey Aleixo de Menezes Primaz da India Oriental, religioso da ordem de S. Agostinho (...)* de frei António Gouveia. Esta, traduzida para francês três anos depois, foi editada simultaneamente em Antuérpia e Bruxelas com o título *Histoire orientale des grans progres de l' Eglise Cathol. Apost. & Rom. en la reduction des anciens Chrestiens, dit de S. Thomas, de plusieurs autres schismatiques & heretiques a l' union de la vraye Eglise. Conversion encor des Mahometains, Mores et Payens. Par les bons devoirs du R. me & Illustr. me S.r Don Alexis de Meneses, de l' Ordre des Eremites de S. Augustin, Archevesque de Goa, & Primat de tout l'Orient. Composée en langue Portugaise par le R.P.F. Antoine Govea, & puis mise en Espagnol par venerable P.F. François Muñoz, & tournée en François par F. Jean Baptiste de Glen*. Já no século XVIII, foi vertida para latim (J. F. Raulin, *Historia Ecclesiae Malabaricae cum Diam peritana Synodo apud Indos Nestorianos, S. Thomae... coacta ab Alexio de Menezes...*, Roma, 1745) e, no século XVII, para inglês (*The history of the Church of Malabar, from the time of its being first discover'd by the portuguezes in the year... 1501... with the Synod of Diamper, celebrated in the year... 1599...*, traduzido por Michael Geddes e impresso em Londres na casa de Sam, Smith and Benj, em 1694). São dele ainda a *Missa de que usão os antigos Christãos de São Thome do Bispado de Angamale das Serras do Malavar da India Oriental purgada dos erros, e blasfêmias Nestorianas de que estava cheya pello Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Fr. Aleixo de Menezes Arcebispo de Goa Primaz da India, quando foy a reduzir esta Christandade à obediência da Santa Igreja Romana, que acompanha o título anterior; Cathecismo para instrução dos Christãos de Saõ Thome*, mencionado por frei António Gouveia na *Relaçam em que se tratam as guerras e grandes victorias que alcançou o grãde rey da Persia Xá Abbas do grão turco Mahometto* (Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1611); e as *Constituições para as Religiosas do Convento de Santa Mónica*. Além destas obras, há ainda a referir o manuscrito do *Treslado da portentosa vida de São Gonçalo de Lagos*, que vimos atrás e que se manteve inédito durante tanto tempo que escapou a Barbosa Machado.

Nos dois biénios que se seguiram à estada em Torres Vedras, 1590-2 e 1592-4, e até à nomeação para Goa, D. frei Aleixo foi responsável pelas

³⁷ D. B. MACHADO, op. cit., Vol. I, p. 91.

Graças de Santarém e de Lisboa. Também sobre esses priorados dispomos de muito pouca informação. As falhas e omissões documentais e analíticas são comuns na história dos agostinhos em Portugal, uma vez que, para além das vicissitudes do tempo, da extinção das ordens religiosas em 1834 ou da saída da ordem do País, parece ter havido pouco cuidado na forma como a própria instituição preservou os seus registos³⁸. São os seus cronistas que o afirmam. Por exemplo, disso se queixa frei António da Purificação, numa alusão que faz a D. frei Aleixo, homem que cultivava e conhecia a importância da memória:

Depois por indústria do nosso Reverendíssimo Arcebispo Primaz Dom Fr. Aleixo de Menezes, sendo vice-rei deste reino se tornou a dar varejo nestes cartórios: e se lhe apresentaram muitos papéis, de que aproveitou para um tratado, que fez da antiguidade da nossa Ordem. E também este tratado senão imprimiu, pelas muitas, e grandes ocupações de seu autor³⁹.

E a dispersão da atenção no que à preservação da memória da ordem diz respeito faz com que pouco se saiba, também, do Convento de Santarém, destruído há muito. A Igreja da Graça, que sobreviveu à voragem do tempo e é um importante panteão familiar, foi fundada na Idade Média, bem antes do período de vida de Aleixo, e foi sendo preservada tendo em conta a sua matriz gótica.

O patrocínio aos gracianos de Lisboa

Quanto ao Convento da Graça de Lisboa, um dos mais importantes da cidade e que ocupa ainda hoje o topo de uma das suas colinas, foi fundado logo na época da reconquista cristã e sofreu várias campanhas de obras ao longo dos séculos. Uma delas, datada da segunda metade do século XVI, promovida pelo vigário-geral frei Luís de Montóia (campanha da qual resta apenas o claustro), terá sido a mais próxima do priorado de D. frei Aleixo. Uma história completa da evolução arquitectónica e artística dos gracianos de Lisboa está ainda por fazer e, infelizmente para a história do patrocínio artístico do arcebispo de Goa e Braga, o terramoto de 1755 obrigou a uma reedificação quase total da estrutura, em obras dirigidas pelos arquitectos Caetano Tomás de Sousa e Manuel Caetano de Sousa.

Segundo o biógrafo de Meneses, o padre Carlos Alonso, D. frei Aleixo terá deixado planos para iniciar uma série de obras no convento⁴⁰; não menciona, contudo, o local de onde retirou essa informação, pelo que só uma atenção mais extensa e cuidada das fontes poderá corroborá-la. Que D. frei Aleixo tinha uma particular ligação à Graça de Lisboa, não é novi-

³⁸ Ver P. C. SILVA, op. cit., pp. 13-14.

³⁹ A. PURIFICAÇÃO, op. cit., Vol. I, p. 20.

⁴⁰ C. ALONSO, op. cit., p. 18.

dade. Afinal, nem na Índia se esquecera da casa «em que fora criado» e ofereceu-lhe alguns dos mais notáveis «tesouros indianos» que possuía. Destes fazia parte o afamado cofre de cristal veneziano, o maior dos exemplares conhecidos⁴¹, que fora presente da Sereníssima República ao rei de Ormuz e que este oferecera a D. frei Aleixo de Meneses (hoje no Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa, n.º inv. 576 Our).

No *certificado*⁴² que escreveu em Goa no dia 30 de Outubro de 1609 (e que atesta que o cofre foi embarcado nas naus da torna-viagem na monção de 1610, o que corrobora a informação contida na placa⁴³ que se encontrava por detrás do sacrário e da qual frei António da Purificação nos dá conhecimento), o arcebispo-primaz⁴⁴ declara que o rei de Ormuz lho «mandava para Sacrario do mosteiro de nossa Senhora da Graça de Lixboa» e que assim o fazia por saber que Meneses não aceitaria qualquer presente a título pessoal.

⁴¹ Ainda que não muito extensa, a fortuna crítica do cofre veneziano é antiga. Foi referido pela primeira vez em 1635 por R. CUNHA, op. cit., p. 447; seguiu-se-lhe, em 1656, frei António da Purificação (ver nota 43); o P.^e António Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa, e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal...*, Lisboa, Officina Real Deslandesiana, 1712, Vol. III, pp. 357-358, e por fim, em 1720, em frei Agostinho de Santa MARIA, *Santuario Mariano, e Historia das Image[n]s milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente apparecidas, em graça dos Prêgadores, & dos devotos da mesma Senhora...*, Lisboa, Officina de Antonio Pedrozo Galvão, 1720, Tomo VIII, pp. 168-170. Foi pela primeira vez analisado criticamente por Sousa Viterbo na sequência da exposição de arte ornamental de 1882. Ver, Sousa VITERBO, *A exposição d'arte ornamental. Notas ao catálogo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 11-14. Ver, ainda, Leonor d'OREY, «Os tesouros indianos do Convento do Carmo da Vidigueira e da Graça em Lisboa», in Nuno Vassallo e Silva (coord. cient.), *A Herança de Rauluchantín*, Lisboa, Museu de S. Roque, 1996, pp. 157-169 (165-166); Pedro DIAS, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822). O Espaço do Índico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 312; Nuno Vassallo e SILVA, *A Ourivesaria entre Portugal e a Índia do Século XVI ao Século XVIII*, Lisboa, Santander Totta, 2008, pp. 242-243 (que apresenta documentação inédita); Leonor d'OREY e Conceição Borges de SOUSA, «36 – Cofre», in Jay A. Levenson et al. (coord. cient.), *Portugal e o Mundo nos Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação/Museu Nacional de Arte Antiga, 2009, pp. 88-89.

⁴² Avelino Jesus da COSTA, *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesas. Estampas*, 6.^a ed., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997, n.º 252. A transcrição da reprodução fotográfica do documento da Direcção-Geral dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa [DGA-TT], *Colecção Especial*, parte I, cx. 72, doc. s. n.º, foi executada pela Dr.^a Maria João Vilhena de Carvalho, a quem agradeço a generosidade. Na documentação manuscrita, optei por manter a grafia original e desenvolver as palavras assinalando-as a itálico.

⁴³ «Manna Abscondito Fidei Arcano Penitissimo Tremendo, Adorando, Humanae Salutis Pignori Asservando. S. Frater Alexius de Menezes huius Conuentus humilis alumnus, & Prior, Archiepiscopus Bracharensis, Hispaniae, & Indiae Primas, Portugaliae Prorex, supremi Consilij Praeses. D. Anno. MDCXV.» Quer dizer: «Arca consagrada para se guardar nela o Maná escondido, o segredo da nossa Fé, profundíssimo, o penhor de nossa salvação tremendo, e adorando: dedicado por Fr. Aleixo de Menezes, humilde filho & Prior, que foi deste Convento, Arcebispo de Braga Primaz de Espanha, e da Índia, Vice-rei de Portugal, e presidente do supremo Conselho do mesmo reino no ano de 1615.» Frei António da PURIFICAÇÃO, *Chronica da Antiquissima Provincia de Portugal da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho & Hipponia, & Principal Doutor da Igreja*, Lisboa, Officina Domingos Lopes Rosa, 1656, Vol. II, pp. 114-114v.

⁴⁴ O título de «primaz da Índia» foi atribuído a D. frei Aleixo de Meneses no ano de 1606, durante a celebração do 5.º concílio provincial de Goa. Ver Miguel Vicente d'ABREU, *Real Mosteiro de Santa Mónica de Goa. Memoria histórica*, Nova-Goa, Imprensa Nacional, 1882, p. xv.

Frei Aleixo terá vivido de acordo com uma imperturbável moral pública, que se coadunava com os votos de pobreza que jurou quando tomou hábito. Mas esta aparentemente tão peremptória suposição tem, todavia, subtilezas que não escaparam ao crivo do tempo. Há dois aspectos fundamentais a ter em conta para compreender a oferta do cofre de cristal: por um lado, o xadrez político da altura, por outro, o ajuizar dos factos coevos feito pelo próprio prelado, sujeito a uma estrutura mental que não nos cabe aqui julgar anacronicamente, mas que reflecte um zelo excessivamente proselitista e uma inequívoca incapacidade, ou liberalidade, na interpretação de alguns acontecimentos, que justificam, por exemplo, as dificuldades de avaliação das acções do xá da Pérsia a que as vontades dos agostinhos estiveram sujeitas.

Analisemos, então, ambas as questões.

Nos primeiros anos do século XVII, o arcebispo de Goa retomou uma série de contactos com a Pérsia, que a ordem agostinha via «como sua» no que à evangelização do território sob a alçada do Padroado português dizia respeito. Ao mesmo tempo que se empenhava na vasta visita pastoral aos territórios a norte da diocese (em 1597) e preparava as missões diplomáticas agostinhas à Pérsia, Meneses fez uma paragem em Ormuz – ponto estratégico para o domínio português do golfo Pérsico e local de ancoragem das naus que levavam os frades-diplomatas agostinhos antes das deslocações por terra –, onde exerceu o seu múnus apostólico e mandou arrasar uma série de mesquitas. Mandou também que se construísse um convento agostinho:

e assi fiz mandar Prior porque detreminando lhe a jgreia que alhy tenho porque tem muito bom ordenado, e he rendosa com que se poderão sustentar os frades escreuo ao Clerigo que está nella a large e dey huã prouisaõ ao padre frej Hieronimo dos Reis que uay la por vigairo e prior que em qualquer caso que o Vigairo da Jgreia se viesse, ou fallecesse, elle ou qualquer outro que estiuesses por Prior do Conuento fosse vigairo da Jgreia⁴⁵.

Ormuz, situado numa encruzilhada de interesses geográfico-políticos, sofria as consequências das violentas querelas pelo poder dos reis Habsburgos, das cortes europeias (nomeadamente, Roma e Inglaterra), dos Turcos otomanos e do xá da Pérsia, cuja política expansionista ameaçava os reinos fronteiriços.

⁴⁵ Arquivo Distrital de Braga [ADB], *Gaveta das Cartas*, n.º 327. A transcrição completa deste importante documento, da responsabilidade da Dr.ª Maria João Vilhena de Carvalho, foi-me fornecida pelas Dr.ª Celina Bastos e Dr.ª Maria João Vilhena de Carvalho, a quem agradeço a generosidade. O documento vem descrito em Maria da Assunção Jácome de VASCONCELOS, *Inventário da Gaveta das Cartas* (documento policopiado), Braga, Arquivo Distrital de Braga, 1985, p. 70. Este documento, e designadamente a referência à encomenda de «alcatifas de Cambaia» por D. frei Aleixo de Meneses, foi já utilizado por Celina BASTOS, «“Da utilidade do tapete”: objecto e imagem», in Jessica Hallett e Teresa Pacheco Pereira (coord.), *O tapete oriental em Portugal. Tapete e pintura, séculos XV-XVIII*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação/Museu Nacional de Arte Antiga, 2007, pp. 151-160 (154). Ver nota 57 deste artigo.

O prelado bem o sabia e nos poucos anos que decorreram entre o alvor do século e a emissão do *certificado* que atrás mencionámos, muito se havia alterado no xadrez político em torno do Golfo. Já na carta datada de 23 de Dezembro de 1602⁴⁶ que enviara a D. frei Agostinho de Jesus em Braga, Meneses relatava uma série de acontecimentos que davam a saber ao tio que, ao contrário do que até então acontecia, o xá safávida alterava aparentemente a sua relação de poder com os Portugueses, fazendo guerra em Ormuz, tomando Barém e sitiando Camorim. Por outro lado, em altura do envio do cofre de Ormuz para Goa, o arcebispo era também governador da cidade e do Estado da Índia e é natural que o rei a quem o religioso chamava «mouro» quisesse obsequiar o político e não o religioso, para assim conseguir apoio na guerra que tinha à porta.

De facto, há uma subtil diferença entre o que ia escrito no *certificado*,

por ter entendido [o rei de Ormuz] que eu não aceitaria delle cousa algũa pera mim (...) E eu deseiei e pretendi torna llo por não auer aceitado cousa algũa neste estado, mas uendo o teor da Carta e a dadiua ser ao mosteiro e não a mim posto que por meu intuito e consultado o negocio ui que o não podia fazer nem tornar ao mouro o que elle uoluntariamente oferecia ao culto diuino,

e o que constava da «carta que esta em poder do padre procurador geral da prouinça de Portugal nestas partes da India»⁴⁷:

em Ormuz hauia hum caixão de christal *que* me gabauaõ muito para este intento, tinha o Rey passado de Ormuz em grande estima, de modo *que* mandando eu por vezes comprar com todo o dinheiro o não quis vender. Este *que* agora aleuantaraõ por Rey por morte do Jrmaõ em agradecimento dos muitos beneficios *que* lhe fis, e de lhe acudir a injustiças *que* lhe queriaõ fazer, mo mandou a tempo *que* invernou no norte e chegou aqui no principio do veraõ, tempo *que* não hauia para lhe fazer os concertos *que* dezejaua; estiue para lho tornar a mandar porque ha quinze annos *que* estou na India, e athe gora não aceitei couza alguã de Rey, ou particular, offerecendo sse me neste discurso de annos muitas de grande preço e por extremo fermozas, e alguãs *que* passauaõ valia de quatro, seis, e des mil cruzados. mas uendo a carta deste Rey tiue escrúpulo, porque elle sabendo *que* lhe não hauia de aceitar couza alguã, como tinha feito a seu jrmaõ, e a outros muitos *que* elle sabia, precatou se e dis me na carta, cujo treslado mandará a VV. PP. o padre fr. Andre Baptista, *que* sabendo *que* eu não aceitaua couza alguã, e *que* eu me criara no mosteiro de Nossa Senhora da Graça de Lixboa manda aquelle caixaõ para sacrario daquelle mosteiro e ao mesmo mosteiro e posto *que* a rezaõ de o mandar foi por amor de mim e se não fora isso não o mandara, com tudo a dadiua, e offerta he feita a esse mosteiro e posto *que* eu pudera fazer delle o *que* quizera do *que* o Rey leuara muito gosto, com tudo assim como está he mais do mosteiro *que* meu,

⁴⁶ Bernardino José de Senna FREITAS, *Memorias de Braga...*, Braga, Imprensa Catholica, 1890, Vol. III, pp. 54-66.

⁴⁷ Ambas as citações em A. J. COSTA, op. cit., n.º 252. Transcrição da Dr.^a Maria João Vilhena de Carvalho.

e tiue escrúpulo de o *que* o Rey offrecia ao *Santissimo Sacramento* para nelle estar guardado, torna lo a mandar para se meterem nelle cousas profanas, brincos e toucas de mouros: o mouro cuida *que* me mandou a maior peça do mundo pola estima em *que* os Reys o tinhaõ, e o *muíto que* o Xá da Persia fes por elle; e o Mogor agora por via de hum mercador seu me prometia por elle tudo o *que* eu quizesse, e dera me *muíto* com *que* esse convento ficara bem mais aproveitado, e fazendo / hum sacrario riquíssimo, e fermosissimo; mas receei assim o aggrauo do Rey de Ormus como as lingoas da India *que* eu seguro, *que* vaõ lá mil cartas *que* digaõ *que* o Rey me mandou peça de soma de mil cruzados polo confirmar no Reyno, como elle deu ao Capitaõ e a outros, *que* naõ era pequena parte para enfadado de outras mentiras lhe tornar o seu caixaõ⁴⁸.

Ou seja, D. frei Aleixo há muito que cobiçava o cofre (não dizendo para que o queria, então). Quando o tentara comprar, «com todo o dinheiro» (e não obstante estar constantemente a alegar a sua pobreza), o rei defunto não o quisera vender e, agora, o irmão desse, em pagamento pela ajuda que recebera do governador na resolução de problemas com o poderoso vizinho safávida (e que, enquanto político, Meneses bem entendia, ou não estivesse a apresentar com os «agravos» e as «línguas da Índia» uma justificação outra para não devolver o cofre), oferecia-lhe o desejado cofre.

Os presentes diplomáticos implicavam sempre, então como agora, reciprocidade, e a melhor maneira de obter os resultados desejados era assegurar o interesse do presenteado, escolhendo criteriosamente os objectos ofertados.

A argúcia do prelado-governador, que certamente ficara feliz com o presente, levou-o a desdenhar o que antes cobiçara,

⁴⁸ ADB, *Gaveta das Cartas*, n.º 380. Trata-se do trespasse de um original que se perdeu. Este documento, transcrito pela Dr.^a Maria João Vilhena de Carvalho, foi-me fornecido pelas Dr.^{as} Celina Bastos e Dr.^a Maria João Vilhena de Carvalho, a quem agradeço a generosidade. Descrito em M. A. J. VASCONCELOS, op. cit., p. 81. Esta e as próximas citações, salvo indicação contrária, são retiradas do mesmo trespasse. O documento, que ainda hoje se guarda no Arquivo Distrital de Braga, serviu no princípio do século XVIII a frei Agostinho de Santa Maria para a resenha que escreveu no tomo VIII do seu *Santuário Mariano*, quando referiu as peças oferecidas pelo arcebispo goês ao Convento da Graça de Lisboa (ver notas 41 e 51 deste artigo). Como era hábito nessa altura, o religioso não refere onde leu a carta e, sobretudo, usou-a a seu contento. Ou seja, sendo fiel ao que nela vinha escrito, transcreveu o que lhe interessava, acrescentou de sua lavra algumas palavras (que, não obstante, não alteram o conteúdo da missiva), cortou o que não achou importante para o texto que escrevia, alterou a pontuação; em suma, condicionou as leituras futuras às suas opções heurísticas e interpretativas. Ora, ao contrário do que acontece noutros casos (a maioria, talvez), este documento ainda existe para leitura dos mais avisados no arquivo atrás mencionado. Refira-se que é uma carta que contém informação preciosa para uma série de assuntos relacionados com a vida de D. frei Aleixo de Meneses em Goa e com a presença dos agostinhos na Índia e que, a mero título de exemplo, transcrita, ocupa 15 páginas A4. Recorro, por isso, e sem hesitação (acresce que neste excerto em particular há expressões que constam no original de Braga que não estão na leitura do frade agostinho), à transcrição que, seguindo os parâmetros de leitura paleográfica actual, me foi generosamente facultada.

em especial, que *quando* o ui, inde *que* he *muito* fermozo, me pareceo *muito* menos do *que* me diziaõ, e não *muito* riquo, e menos das noue partes da valia em *que* o punhaõ; *porque* alguãs couzas *que* diziaõ ser de prata achei serem de paó, e outras imperfeitos, que lhe eu pudera concertar se ouvera o tempo. Com tudo no *que* he chrystal he fermosissimo, e mui accomodado *para* ter dentro huã custodia baixa, e apparecer por fora o Diviníssimo Sacramento assim como o mandaraõ vai,

ainda que através do cofre conseguisse concretizar um desejo que afirmava na mesma carta: «des *que* soube *que* estaua concertada a capelinha do Santíssimo Sacramento [do convento dos agostinhos de Lisboa] trago grandes ancias de fazer hum sacrário bom».

O cofre lá foi enviado para a Graça, na monção de 1610, a bordo da nau *Nossa Senhora da Penha de França*⁴⁹, e acolhido com admiração. Mais tarde, e para conferir a dignidade equivalente a tal jóia, D. frei António Botado mandou construir uma impressionante estrutura com dois anjos que seguravam nas mãos o cofre de cristal⁵⁰.

Junto com o cofre de cristal, o arcebispo enviava

outro [cofre] pequeno preto de obra do Japam muito lindo aquelle modo, que procurei hauer a mão por me parecer muito bonito *para* se leuar nelle o Santissimo Sacramento sesta *feira* de endoenças na procissão derradeira, e estar assim no *segundo* sepulchro ou como lá parecer. Se não servir disto servirá de guardar algumas relíquias, não he couza de porte, mas tudo o *que* vejo dezejo de furtar *para* essa caza.

E, ainda, «alguãs outras couzinhas me ficaraõ imperfeitas, como huã cruz de paó de S. Thomé, *que* tinha mandado guarnecer com huã relíquia da Lança com *que* foi morto, *que* ouue, e outras curiosidades *que* não sei se poderei acabar». Estes dois objectos, talvez pela sua menor espectacularidade, não mereceram o registo cronístico do cofre, que já vimos, e da cruz, que a seguir abordarei. Mas estes são dados documentais da maior impor-

⁴⁹ Conforme se pode comprovar quer na carta de D. frei Aleixo de 24 de Dezembro de 1609, já citada – «A cruz vai entregue ao Piloto da naõ Penha de Franca *que* escolhi *para* a mandar nella por ser titulo de caza nossa, e de *Nossa Senhora* a quem dediquei a mesma Cruz, e uai dentro no caixaõ dirigida a Joaõ Ximenes, Jrmaõ de Rui Lopez Perete *que* ma auio, e de hum frade nosso, *que* pola diligencia *que* seu Jrmaõ qua teue nisto, por ser couza desse Convento e pola amizade *que* com ele tenho o encomendo a VV. PP. a Cruz vai ia benta por mim com benção solemne. Deus a leue a saluamento *para* servir nesse convento como dezejo» –, quer na «Consulta do Conselho da Fazenda sobre uma cruz de prata dourada e ouro, guarnecida de pedras que veio [sic] da Índia para o Mosteiro de Senhora da Graça, de Lisboa», publicada em *Documentos para a História da Arte em Portugal. Arquivo Histórico Ultramarino (documentos dos séculos XVI a XIX)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1976, Vol. 15, p. 47.

⁵⁰ «Está assentado nas mãos de dois grandes anjos dentro de uma capelinha cujo portal emboca no meio do retábulo da capela-mor, para a qual se sobe por duas escadas de jaspe de 21 degraus cada uma, cuja serventia fica detrás do altar-mor, que para este fim está afastado do retábulo por espaço de dez palmos», A. PURIFICAÇÃO, op. cit., Vol. II, p. 113v. Ver, ainda, N. V. SILVA, op. cit., p. 242.

tância. Revelam o eclectismo do gosto e a profusão babélica de objectos que passavam pela cidade de Goa enquanto plataforma de consumo e distribuição de arte. Pedras preciosas indianas, lacas japonesas, porcelanas e sedas chinesas, tapetes persas, móveis guzerates, prata e ouro em filigrana goesa conviviam nas casas, nos bazares, nos porões das naus cheias até ao convés da torna-viagem.

A cruz de São Tomé atesta ainda o impulso que Trento dera à reactivação do culto das relíquias (Concílio de Trento, *Decreto sobre a invocação, a veneração e as relíquias dos santos e sobre as imagens sagradas*, 3 de Dezembro de 1563) e, em particular, neste pedaço de lança do martírio, a síntese de todo o programa evangélico de D. frei Aleixo e em tempos, da Coroa portuguesa: a procura (ou restituição à verdadeira fé) de cristãos em território indiano outrora, acreditavam, encabeçado pelo santo descrente.

Aos graciosos de Lisboa o arcebispo ofereceu, ainda, uma esplendorosa cruz em prata dourada, que enviou com os anteriores presentes:

uma formosíssima Cruz de prata dourada, toda guarnecida de alto a baixo, de fina pedraria aonde então alguns diamantes, muitas esmeraldas, e outras pedras superiores engastadas em ouro puro. Tem esta Cruz de comprido do alto até o pé inclusivamente, sete palmos; e os braços com proporção a este comprimentos; o pé dela é de figura ovada [oitavada] cercada ao redor de 8 colunas, debaixo de cujos pedestais ficam penduradas 8 campainhas, em cada uma das quais estão embutidas 44 finas pedras. E por aqui poderá o Leitor julgar, quantas mais haverá em cada coluna, e pelo conseguinte quão grande seja a multidão de todas elas, pois igualmente está coberta de pedraria de alto a baixo. E assim quando sai fora (que é somente na procissão de *Corpus Christi*, e na nossa que fazemos da Ressurreição) se o sol a fere, cega a vista dos que levam os olhos nela⁵¹

Em carta de 24 de Dezembro de 1609 narravam-se os interessantes pormenores à volta da encomenda e execução da cruz de D. frei Aleixo de Meneses:

Do *que* mais ouue dos ordenados de Governador, de *que* sahi com as mesmas diuidas com *que* entrei, fis essa cruz, *que* mando para esse convento de *Lixboa* em *que* me criei, parece quá muito fermoza, folgara de lá parecer tal; a gente deste estado como em tudo falla no ar fes grandes estrondos desta cruz pondo a em sesenta, ou setenta mil cruzados, sendo assim *que* a mim me não custou mais *que* pouco mais de seis mil; he bem verdade *que* a qualquer outra pessoa lhe custara mais; porque eu como trazia este intento, ouue de diuersas partes partidas de pedras por mui pouco dinheiro por serem todas baixas, mas ninhuã hé falsa. O custo todo foi o laura las, o ouro, *que* qua chamaõ de condena, em *que* vaõ encastoadas, o feitio, e a prata. Procurei muito *que* pezasse pouco para se leuar bem, não pude alcansar o *que* dezejaua, mas inda cuido

⁵¹ A. PURIFICAÇÃO, op. cit., Vol. II, p. 114v, e A. S. MARIA, op. cit., pp. 167-168. Ver, ainda, R. CUNHA, op. cit., p. 447, e Nuno Vassallo e SILVA, «Tesouros da “Terra de Promissam”. A ourivesaria entre Portugal e a Índia», *Oceanos*, n.º 19/20, Set.-Dez. 1994, pp. 88-100 (92).

que se leuará. Os lapidarios de qua, e pessoas *que* entendem dizem *que* valerá lá des, ou onze, ou doze mil cruzados; temo *que* mais peccados sejaõ cauza de se *Deus* e *Nossa Senhora* a quem a dediquei, não quererem servir della, façase sua *santa* vontade. Se lá chegar peço a VV. PP. me mandem cantar huã missa a *Nossa Senhora* e dizer noue rezadas a mesma *Senhora* por minha alma. Dezejei muito ter mais *que* mandar, mas a muita necessidade, e pobreza das pessoas desta terra, e querer/deixar nella tudo o *que* della tiue, e edificações destes mosteiros me não deraõ mais lugar algumas pedras vaõ de preço, mas poucas. E declaro *que* a minha tenção he *que* nunca se venda, nem troque, nem se tire della pedra alguã *para* qualquer necessidade *que* for, mas *que* fique servindo nesse Convento *para* sempre. E isto mandei VV. PP. por no liuro da *Sachristia*. Quizera a levar comigo, mas como não sei o *quanto* será de mim, melhor he *que* chegue ella se eu não chegar, ou esteja ia lá se for. Dezejei de lhe fazer outro pée *para* estar no altar, e tenho pedras *para* isso, mas *parte* por occupações *que* me não deixaõ entender em couza alguã, *parte* pella pobreza em *que* agora estou *que* he a maior em *que* me nunca vi, o não pude fazer, verei este anno se posso. Nem a cruz se acabara se Ruy Lopes Perete Jrmaõ de hũ frade nosso *que* lá ha, não puzera nisso diligencia leuando os officiais *para* sua caza, tal he a occupação perpetua em *que* uiuo⁵².

Meneses estava permanentemente a lamentar-se pelo dinheiro que não possuía, pelas verbas que lhe não eram pagas, pela pobreza em que vivia. Estes queixumes, ainda que tenham um fundo de razão, uma vez que raramente eram totalmente pagos os rendimentos prometidos, enquadram-se numa retórica de modéstia e abnegação que caracterizava a conduta moral e os valores éticos do frade. Não impedem o patrocínio de obras de arte, o favorecimento de clientelas, a prática de obras pias, a troca de presentes. Uma coisa era a corrupção e o alardear da riqueza, outra era, agindo como «filho com Pais», manter uma conduta virtuosa, modesta e prudente.

Repare-se, por fim, num pormenor da maior importância. D. frei Aleixo juntava uma sólida formação cultural e, provavelmente, académica, a uma curiosidade e consumo de objectos de luxo e de arte e ao domínio dos mercados, práticas e ofícios do seu tempo. Era um mecenas ilustrado que sabia o que queria, como o obter e a quem o destinar.

Os patrocínios goeses

O patrocínio à ordem agostinha esteve intimamente ligado à política de mecenato de D. frei Aleixo de Meneses, fosse em Portugal fosse na Índia, mas manifestou-se sobremaneira em Goa.

Lembremos a este propósito a expressão «estilo D. Aleixo de Meneses»⁵³, que Rafael Moreira intuiu como um «gosto ou uma moda» que caracterizava

⁵² ADB, *Gaveta das Cartas*, n.º 380 (ver nota 48 deste artigo). As citações seguintes são retiradas, salvo indicação em contrário, deste documento.

⁵³ Rafael MOREIRA, «From Manueline to Renaissance in Portuguese India», *Mare Liberum*, n.º 9, 1995, pp. 401-407.

a qualidade decorativa e a erudição classicista do conjunto de obras arquitectónicas patrocinadas por esse prelado.

Não há dúvida de que Meneses foi grande construtor e dotador dos conventos gracianos na Índia. Nas suas palavras:

mas somos poucos, e estamos espalhados em muitas partes porque só dipois *que* eu vim se tomarão oito conventos e a todos remediei o necessário, e assim são por todos quinze, *que* não erão tantos nessa província, *quando* eu nella tomei o habito, e o convento e collegio desta Cidade são das milhores cazas *que* ha nella, e o noviciado o melhor *que* eu vi na ordem, e posto *que* me custou seis mil pardaos, dera outros tantos só pelo ver no estado em *que* está.

O Convento da Graça de Goa remontava a 1572, erguido logo aquando da instalação dos agostinhos na Índia pelo primeiro provincial na cidade, frei António da Paixão, sendo consecutivamente aumentado e refeito. Foi novamente consagrado por D. frei Aleixo de Meneses a 9 de Setembro de 1597. Situado no planalto do Monte Santo, fora lá *que* o frade mandara ainda erguer um colégio e o primeiro e único mosteiro feminino português de toda a Ásia, o célebre Convento de Santa Mónica:

quando vim a esta terra achei hum mosteiro Nosso bem pobre, e pequeno, e quasi todo por fazer, agora está o melhor da terra, e capaz de nouenta, ou cem homens, e hum Collegio *que* se vai acabando, *que* poderá ter 40 e excellentissimo, e tres cazas de recolhimento de molheres, com o *que* acabei tudo o *que* pude da religião, e por ventura *que* com elles a vida taõbem.

Segundo as palavras (e apreciações estéticas) novecentistas do P.^e Gabriel Saldanha, a igreja do majestoso convento agostinho tinha

da porta principal até ao cruzeiro (...) 17 ½ braças de comprido e 7½ de largura. O cruzeiro tinha de largo 3 ½ braças e 13 ½ de comprido. A sua fachada, iluminada pelo sol nascente, era decorada com formosas colunas e diversos ornatos de granito e flanqueada por duas gigantescas torres, onde se viam suspensos enormes sinos, (...). Tinha única nave, primorosamente abobadada, e o coro em estilo gótico⁵⁴.

Já na carta seiscentista, o prelado dava conta de ter mandado fazer:

a galaria (...) do Collegio para o Convento *que* por estremo está fermoza dezejo acrecentar para dar melhor serviço; agora dipois *que* fis o nouiciadoi em outra parte, *que* por rezaõ delle senaõ fes mais comprido, tinha ia consignado dinheiro para isto, e inda se deue hum pedaço, e para fazer a enfermaria, *que*

⁵⁴ P.^e M. J. Gabriel de SALDANHA, *História de Goa (Política e Arqueológica)*. *História Arqueológica*, New Delhi/Madras, Asian Educational Services, 1990, Vol. II, pp. 87-88 [1.^a ed., Nova Goa, Casa Editora Livraria Coelho, 1926].

ha parte das officinas della debaixo do *que* se ha de acrecentar da galaria, me sobreuieraõ tantas necessidades *que* senaõ pode começar a obra mas ainda pretendo faze lo *para* ficarem o mosteiro e Collegio perfeitos,

engrandecendo a obra e tornando o anterior convento um complexo agostinho capaz de responder às necessidades da missionação, da assistência e do ensino⁵⁵.

A missiva escrita ao provincial dos agostinhos em Portugal fornece-nos mais informações adicionais, num cunho pessoal e revelador da encomenda em benefício da ordem e, também, das preocupações de D. frei Aleixo. Por essa altura, o colégio que o arcebispo-primaz mandara erguer já se encontrava em funcionamento e «crece[ra] em letras, e em pregação», afinal a sua principal função enquanto instrumento da campanha de evangelização e missionação sob a égide do Padroado. Os agostinhos, tal como as outras ordens presentes na Ásia, não queriam perder terreno face à bem estruturada e eficaz máquina jesuíta, como aliás, confirmam as palavras do autor: «com *que* os Prelados que vierem as daraõ a outras religiois, e aos padres da Companhia *que* tanto as dezejaõ».

A carta segue como que fazendo um relatório dos quinze anos de actividades de D. frei Aleixo em prol dos seus irmãos na religião, devido ao pedido, finalmente aceite, de renúncia à cadeira de Goa. Nas palavras do frade,

os Mosteiros todos tem o necessario, sustentão com muita largeza os frades *que* tem, e fazem suas obras com *que* todos se vão acabando em perfeição, e todos pedem frades, e puderão ter outros tantos dos *que* tem se os ouera, e mais fazer obras. e athe o Convento de Goa pudera ter mais vinte frades, como ia tem, mas somos poucos, e estamos espalhados em muitas partes porque só dipois *que* eu vim se tomarão oito conventos e a todos remediei o necessário, e assim são por todos quinze, *que* não erão tantos nessa província, quando eu nella tomei o habito, e o convento e collegio desta Cidade são das milhores cazas *que* ha nella, e o noviciado o melhor que eu vi na ordem, e posto que me custou seis mil pardaos, dera outros tantos só pelo ver no estado em *que* está.

O prelado pintava um quadro demasiado colorido e alegre ao provincial. É certo que o seu afã construtivo fora muito, que conseguira verbas para as avultadas obras com engenho e muitas vezes custo pessoal, que as edificações dos agostinhos em Goa eram das mais deslumbrantes e majestosas da cidade e que o arcebispo lançara onde pudera pedra para construção de mais conventos, mas a realidade era algo diferente. Por essa altura, os cofres estavam exauridos pelas guerras contra os Holandeses, o senado e o vice-rei queixavam-se amargamente da falta de apoio do reino, Madrid colocava muitas reticências à instalação de novos conventos na Ásia e, não

⁵⁵ O convento dos gracianos em Goa foi alvo de uma campanha de escavações arqueológicas entre Setembro de 2003 e Junho de 2004, no âmbito do trabalho de campo para a Prova Final de Licenciatura na Universidade de Coimbra do arquitecto Sidh Mendiratta, intitulada *Memórias de um levantamento. O convento dos Agostinhos de Velha Goa*.

obstante as boas intenções de Meneses no que à preferência para os frades de Santo Agostinho dizia respeito, a Ordem dispunha de um número reduzido de membros que possibilitasse a formação de vastos contingentes missionários.

Mais adiante na carta era o próprio que se queixava:

estas empresas, e tudo o *que* quá ha na India tem necessidade de gente, e essa escolhida, porque se tal não for, servirão mais de deshonra da Christandade, e da ordem, *que* de proveito para isto nos / ajudaõ VV. PP. de lá [Portugal] mui mal, porque de lá não nos mandaõ gente», acrescentando ainda as muitas razões da dificuldade da missionação, que espelham o mal-estar da vida em Goa: «e a *que* quá ha inquietãon toda com licencas [*sic*], de modo *que* ainda não bem tomaõ o habito, e de lá lhe vem a licenca para se irem, com *que* em ves de se criarem com spirito da Conversão, e dezapegamento de si para as missois, criaõ se com andarem negociando quem lhe haja licenças” e não, necessariamente noutras partes do império: “Outros não vão ou não acham comodo, mas não ha ja facanha [*sic*] em empresa nem missaõ senão esperar conjunção para executar sua licença, e se mandaõ hum para Malaca, ou para a China, sahe logo com a licença, e dis *que* se quer ir para as naos, e quando a não tem fazem mil traquinadas por não irem porque esperaõ por ella.

A missiva seguia com palavras mais duras e um genuíno desprezo pela mundana soberba e pela mediocridade, e logo retomava os temas que lhe eram caros: a instalação do Recolhimento da Serra – «custou me o sitio, e obra *muito* mas sahio a caza por extremo enteira, e bem assombrada» – e do Recolhimento da Madalena, a edificação do Convento de Santa Mónica⁵⁶ e outros assuntos relacionados com a história da ordem, os religiosos que serviam na Índia, as constituições que deixava escritas, etc.

D. frei Aleixo preocupava-se em prover as casas que mandava construir do que fosse necessário. Assim, e a propósito do complexo do Monte Santo, ou seja, do Convento da Graça, da igreja, do colégio e do Convento de Santa Mónica, tinha:

mandado o *senhor* Arcebispo onse alcatifas a Cambaia pera toda a Capella mor *que* viraõ o na *que* vem.
– tem mandado a Cochim credito pera lhe buscar madeira pera huãs portas da Jgreja e das portarias, e pera a porta *que* vay da portaria pera a crasta, e da crasta pera a adega.
– tem mandado a China pera se lhe fazer hum ornamento *muito* fresco pera mandar a este conuento dey a este conuento de Goa mil e dusetos pardaos em dous papeis de *dinheiro* bem parado⁵⁷.

⁵⁶ Para a história destes três institutos, ver Carla Alferes PINTO, «Género, mecenato e arte: a criação das *casas de mulheres* em Goa», in Cristiana Bastos (ed.), *Portuguese Literary and Cultural Studies: Parts of Asia*, University of Massachusetts Dartmouth, n.º 17/18, 2010, pp. 51-75.

⁵⁷ ADB, *Gaveta das Cartas*, n.º 327. Transcrição da Dr.ª Maria João Vilhena de Carvalho. Documento sem data e sem local de origem.

Como atrás vimos, D. frei Aleixo tinha um conhecimento vasto e sofisticado das características dos objectos que o mercado de arte tinha para oferecer. Este conhecimento e a documentação revelam-nos um gosto erudito e informado, sabedor dos melhores materiais, técnicas e artesãos a serem empregues nos objectos que comprava para os espaços que patrocinava. O arcebispo usava esse conhecimento, não só por gosto pessoal, mas também para ser bem-sucedido nos seus objectivos. Aquando da jornada ao Malabar para a conversão dos cristãos de São Tomé, fez-se acompanhar dos «ornamentos mais ricos que tinha»⁵⁸, com os quais deslumbrava as populações que por curiosidade ou real interesse se arriscavam a entrar nas igrejas onde celebrava os inflamados ofícios. Presenteou também, ricamente, os senhores das terras locais, fazendo para o efeito uma despesa de 18.000 pardaus em Goa, dos quais dissera ser «os que melhor despendera»⁵⁹.

Meneses também não poupou esforços nem despesas nas embaixadas que enviou à Pérsia. Essas missões diplomáticas tinham por objectivo marcar uma posição política, em detrimento de outras potências europeias, em que estava em jogo a possibilidade de uma aliança com o xá Abbas I que conjugasse interesses comuns contra o poderoso império otomano (que assolava as fronteiras da Europa, a leste, e da Pérsia, a oeste e a norte) e assim, pelo lado dos agostinhos, ganhar uma posição junto do safávida para a obtenção de privilégios religiosos.

Tendo sido matéria de estudo de historiadores de religião, de política, de diplomacia, de economia e de sociedade, estas missões são também, pelo seu carácter cerimonial e protocolar, um repositório de menções e descrições de cultura material e visual de enorme riqueza.

A Coroa portuguesa não era a única a enviar embaixadas a Abbas; muitos outros reinos o faziam e com elas seguiam os presentes que provocavam a admiração e o interesse do soberano. A troca de presentes fazia parte do código de relações entre Estados e senhores, tanto no Ocidente quanto no Oriente, e eram escolhidos pessoalmente pelos representantes máximos (quando a sua cultura e interesses assim o propiciavam, como é o caso).

Centremo-nos, assim, nas três embaixadas – 1602, 1604 e 1608 – que tiveram directa participação de membros dos agostinhos e influência do arcebispo-primaz na escolha quer dos interlocutores quer dos presentes que as constituíam.

Entre os presentes encontravam-se uma «imagem de nossa Senhora» e de «seu filho», «devota e formosa»⁶⁰; «coisas da China douradas»⁶¹; um livro «riquissimamente encadernado, em que estava estampada toda a vida

⁵⁸ R. CUNHA, op. cit., Vol. 2, p. 432.

⁵⁹ R. CUNHA, op. cit., Vol. 2, p. 432.

⁶⁰ Frei António GOUVEIA, *Relaçam em que se tratam as guerras e grandes victorias que alcançou o grãde rey da Persia Xá Abbas do grão turco Mahometto*, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1611, p. 29.

⁶¹ A. GOUVEIA, op. cit., p. 46.

de Cristo» (a Bíblia Poliglota [?], obra de Jerónimo Nadal) e «alguns retábulos»⁶²; uma cruz «cheia de relíquias» que o soberano persa pendurou ao pescoço e «como a cabaia que levava vestida fosse de tela carmesim, e a cruz de um cobre preto de Japão, e não muito pequena, podia ser vista de todo o que pusesse os olhos nele»⁶³.

Estas descrições são relevantes por mencionarem objectos artísticos de diferentes proveniências, empregando materiais diversificados, reproduzindo formas e entendimentos outros que não os europeus e/ou cristãos⁶⁴.

O xá Abbas deixou, também, que os frades agostinhos construíssem um convento em Ispão: «É pequeno o convento, mas muito perfeito: a igreja tem por orago a N. Senhora da Assumpção, aonde residiam quatro religiosos, para os quais tinha ordenado S. Majestade a quantia de mil e quinhentos xerafins»⁶⁵; mais tarde enviaria pintores e oficiais ao «mosteirinho» para que lhe «renovassem e pintassem a igreja de ouro e azul».

Em 1608, realizou-se a última embaixada sob o patrocínio de D. frei Aleixo de Meneses. Para essa embaixada, e devido às dificuldades económicas que Goa já atravessava nesse momento, foi difícil ao arcebispo reunir um presente que fosse digno do xá. Acima de tudo, havia que surpreender e não repetir objectos que tivessem ido nas anteriores embaixadas. Surgem, por isso, descrições mais interessantes.

Em que consistia esse presente que tanto trabalho deu ao arcebispo reunir? Era ele

uma baixela de prata lavrada de bastiões, com todo o mais serviço, todo dourado, coisa que na Pérsia não usam por o não saberem fazer, algumas garrafas, e frascos da mesma matéria, mas lavrados todos na China obra de relevo, e de muito feitio. Alguns biombos da China, e Japão que foram os primeiros que tinham entrado na Pérsia, e como tais muito estimados, particularmente do Xá, que é muito afeiçoado à pintura, hum escritório de prata de não menos curiosidade que preço, as gavetas cheias de âmbar, e dalgumas jóias douro guarnecidas de esmeraldas, e rubis pequenos. Um copo de Abada guarnecido de pedraria. Muitos outros brincos assim de Espanha, como da China, de mais curiosidade quer preço, mas que eu tinha buscado porque entendia, que ainda

⁶² A. GOUVEIA, op. cit., p. 47.

⁶³ A. GOUVEIA, op. cit., p. 59v.

⁶⁴ Sobre as embaixadas agostinhas e a composição dos presentes, ver Carla Alferes PINTO, «Presentes ibéricos e “goeses” para Abbas I. A produção e consumo de arte e os presentes oferecidos ao Xá da Pérsia por D. García de Silva y Figueroa e D. frei Aleixo de Meneses», in Rui Manuel Loureiro e Vasco Resende (coord.), *Estudos sobre Don García de Silva y Figueroa e os «Comentarios» da embaixada à Pérsia (1614-1624)*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2011, pp. 245-278.

⁶⁵ Manuel de Avé Maria, «Manual eremítico da congregação da Índia oriental dos eremitas de N. P. S. Agostinho (...) 1817», publicado em António da Silva REGO (col. e anot.), *Documentação para a história das missões do Padroado Português do Oriente – Índia*, 2.^a edição, Lisboa, Fundação Oriente/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996, Vol. XI, p. 204. A verba concedida ao convento, que se pagava da «real fazenda», surge na sequência da embaixada de Luís Pereira de Lacerda em 1604.

que valiam pouco entre nós não haviam de ser pouco estimados do Xá. Assim quando lhe apresentamos estas coisas, quase todas teve em suas mãos notando o artifício de cada uma, e manifestando quanto desejava ter em suas terras oficiais que lhe pudessem fazer semelhantes obras⁶⁶.

Foram estes presentes de embaixadas que tornaram possível fazer chegar a paragens muito distantes, e fora do circuito produtivo do imenso universo artístico luso-asiático, objectos híbridos de inegável valor estético. Neste capítulo, o gosto, a erudição e o patrocínio de D. frei Aleixo de Meneses tiveram um claro papel pioneiro.

De volta a Lisboa (embarcou a 31 de Dezembro de 1610) e já como arcebispo de Braga (1612-7), antes de ser chamado a Madrid em 1613, D. frei Aleixo manteve a aura moral e o comportamento social já antes mostrados, retomando as obras pias e as mecenáticas. Por exemplo, segundo D. Rodrigo da Cunha, terá «uni[d]o ao convento de Nossa Senhora do Pópulo fundado por seu antecessor a Igreja de S. André de Molaes com obrigação de uma lição de Escritura Sagrada todos os dias»⁶⁷.

Também o mecenato de Meneses em Braga, o quadro completo da relação com o tio, D. frei Agostinho de Jesus, e um relato da sua actuação em Madrid estão por fazer. A documentação trará surpresas e diversos motivos de interesse. Por ora, registem-se a complexidade da personagem, a vastidão do seu patrocínio, a propagação do seu mecenato e o impacto que este terá tido na circulação e compra de obras de arte produzidas em contexto imperial português (e ibérico), muito para além das fronteiras mais alargadas que os reinos ibéricos alguma vez tivessem tido. O exemplo da «reciclagem de presentes» efectuada por Abbas I aquando do envio de «peças das que o vice-rei lhe havia mandado»⁶⁸ para o reino vizinho de Alexandre da Geórgia é, neste contexto, um dos mais interessantes (e desconhecidos) episódios⁶⁹.

Bibliografia

- ABREU, Miguel Vicente d', *Real Mosteiro de Santa Mónica de Goa. Memoria histórica*, Nova-Goa, Imprensa Nacional, 1882.
- ALONSO, Carlos, «Vida del beato Gonzalo de Lagos por Alejo de Meneses, OSA, arzobispo de Goa», *Archivo Agustiniano*, n.º 72, 1988, pp. 275-298.
- ALONSO, Carlos, *Alejo de Meneses, O.S.A. (1559-1617), Arzobispo de Goa (1595-1612): Estudio biográfico*, Valladolid, Estudio Agustiniano, 1992.
- AMORIM, Frei Gaspar de, *Sermam funeral em as exequias do Illustrissimo e Reverendíssimo senhor dom Fr. Aleixo de Meneses Arcebispo de Goa, Primas & Governador da Índia*:

⁶⁶ A. GOUVEIA, op. cit., pp. 176-177.

⁶⁷ R. CUNHA, op. cit., p. 447.

⁶⁸ A. GOUVEIA, op. cit., f. 53.

⁶⁹ C. A. PINTO, op. cit., p. 255, n. 26.

depois Arcebispo & senhor de Braga, Primas de Espanha, Visorey de Portugal, & ultimamente Capellaõ mor de sua Magestade, & Presidente de deu supremo cõselho em Madrid, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1620.

BASTOS, Celina, «“Da utilidade do tapete”: objecto e imagem», in Jessica Hallett e Teresa Pacheco Pereira (coord.), *O tapete oriental em Portugal. Tapete e pintura, séculos XV-XVIII*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação/Museu Nacional de Arte Antiga, catálogo de exposição, 2007, pp. 151-160.

BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, dir. Rodrigo José de Lima Felner, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1876, Parte I.

CONCEIÇÃO, P.^e frei Manuel da, *Jesus. Sermão funeral nas exequias do... Senhor D. F. Aleyxo de Meneses.../foy pregado no Mosteiro de Nossa Senhora da Graça de Lisboa, a 6. de Junho [de 1617]*, Lisboa, Officina de Pedro Crasbeeck, 1617.

COSTA, P.^e António Carvalho da, *Corografia Portuguesa, eDescripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal...*, Lisboa, Officina Real Deslandesiana, 1712, Vol. III.

COSTA, Avelino Jesus da, *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesas. Estampas*, 6.^a ed., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997.

CUNHA, D. Rodrigo da, *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga* (fac-símile da edição coimbrã de Manuel Cardoso, 1635), Braga, Barbosa & Xavier, 1989, Vol. 2.

DIAS, Pedro, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822). O Espaço do Índico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.

Documentos para a História da Arte em Portugal. Arquivo Histórico Ultramarino (documentos dos séculos XVI a XIX), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1976, Vol. 15.

FREITAS, Bernardino José de Senna, *Memorias de Braga...*, Braga, Imprensa Catholica, 1890, Vol. III.

GOUVEIA, Frei António, *Relaçam em que se tratam as guerras e grandes victorias que alcançou o grãde rey da Persia Xá Abbas do grão turco Mahometto*, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1611.

MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana. Historica, Critica e Cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos Authores Portuguezes, e das Obras, que compuseraõ desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até ao tempo prezente* (fac-símile da edição de Lisboa Occidental, Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1747), Coimbra, Atlântida Editora, 1965, Vol. II.

MARIA, frei Agostinho de Santa, *Santuário Mariano, e Historia das Image[n]s milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente apparecidas, em graça dos Prêgadores, & dos devotos da mesma Senhora...*, Lisboa, Officina de Antonio Pedrozo Galrão, 1720, Tomo VIII.

MENESES, D. frei Aleixo de, *Treslado da portentosa vida de São Gonçalo de Lagos*, coment. Joaquim Alberto Iria Júnior, Lagos, [s.n.], 1964.

MOREIRA, Rafael, «From Manueline to Renaissance in Portuguese India», *Mare Liberum*, n.º 9, 1995, pp. 401-407.

- OREY, Leonor d', «Os tesouros indianos do Convento do Carmo da Vidigueira e da Graça em Lisboa», in Nuno Vassallo e Silva (coord. cient.), *A Herança de Rauluchantin*, Lisboa, Museu de S. Roque, 1996, pp. 157-169.
- OREY, Leonor d' e SOUSA, Conceição Borges de, «36 – Cofre», in Jay A. Levenson *et al.* (coord. cient.), *Portugal e o Mundo nos Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação/Museu Nacional de Arte Antiga, 2009, pp. 88-89.
- PAIVA, José Pedro, *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2006.
- PINTO, Carla Alferes, «Notas para o estudo do mecenato de D. Frei Aleixo de Meneses: os recolhimentos da Misericórdia em Goa», *Anais de História de Além-Mar*, Vol. 7, 2006, pp. 279-309.
- PINTO, Carla Alferes, «Género, mecenato e arte: a criação das *casas de mulheres* em Goa», in Cristiana Bastos (ed.), *Portuguese Literary and Cultural Studies: Parts of Asia*, University of Massachusetts Dartmouth, n.º 17/18, 2010, pp. 51-75.
- PINTO, Carla Alferes, «Presentes ibéricos e “goeses” para Abbas I. A produção e consumo de arte e os presentes oferecidos ao Xá da Pérsia por D. García de Silva y Figueroa e D. frei Aleixo de Meneses», in Rui Manuel Loureiro e Vasco Resende (coord.), *Estudos sobre Don García de Silva y Figueroa e os «Comentarios» da embaixada à Pérsia (1614-1624)*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2011, pp. 245-278.
- PISSURLENCAR, Panduronga S. S. (estudo e notas), *Assentos do Conselho do Estado*, Bastorá, Tip. Ragel, 1935, Vol. 1.
- PURIFICAÇÃO, Frei António da, *Chronica da Antiquissima Provincia de Portugal da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho & Hipponia, & Principal Doutor da Igreja*, Lisboa, Manoel da Sylva, 1642, Vol. I, e Lisboa, Officina Domingos Lopes Rosa, 1656, Vol. II.
- REGO, António da Silva (col. e anot.), *Documentação para a história das missões do Padroado Português do Oriente – Índia*, 2.ª ed., Lisboa, Fundação Oriente/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996, Vol. XI.
- SALDANHA, P.º M. J. Gabriel de, *História de Goa (Política e Arqueológica). História Arqueológica*, New Delhi/Madras, Asian Educational Services, 1990, Vol. II [1.ª ed., Nova Goa, Casa Editora Livraria Coelho, 1926].
- SILVA, Nuno Vassallo, «Tesouros da “Terra de Promissam”. A ourivesaria entre Portugal e a Índia», *Oceanos*, n.º 19/20, Set.-Dez. 1994, pp. 88-100.
- SILVA, Nuno Vassallo, *A Ourivesaria entre Portugal e a Índia do Século XVI ao Século XVIII*, Lisboa, Santander Totta, 2008.
- SILVA, Paula Correia da, *O Convento da Graça de Torres Vedras. A comunidade eremítica e o património*, Torres Vedras, Livro do Dia, 2007.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay, «Dom Frei Aleixo de Meneses (1559-1617) et l'échec des tentatives d'indigénisation du Christianisme en Inde», *Archives des Sciences sociales des Religions*, n.º 103, 1998, pp. 21-42.
- VASCONCELOS, Maria da Assunção Jácome de, *Inventário da Gaveta das Cartas* (documento policopiado), Braga, Arquivo Distrital de Braga, 1985.
- VITERBO, Sousa, *A exposição d'arte ornamental. Notas ao catálogo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 11-14.

PENSAMENTO RELIGIOSO DOS JUDEUS
PORTUGUESES DE HAMBURGO NO SÉCULO XVII.
MERKABAH, APEGAMENTO A DEUS E O TABERNÁCULO
EM *TRINTA DISCURSOS OU DARAZES* (HAMBURGO, 1629)
DE SAMUEL JACHIA/ÁLVARO DINIS (C. 1570-1645)*

por

FLORBELA VEIGA FRADE**

«A alma tem necessidade de quem lhe de a forma e o ser, e esta forma da alma he o *sechel*, o saber que o homem estuda, o que ouve de sabedoria e lhe fica estampado impresso em seu coração e sua alma, este *dabad* esta siencia he o que forma a alma.»

Samuel JACHIA, *Trinta Discursos*, p. 149

O presente trabalho dá continuidade ao estudo dos autores da Nação Portuguesa de Hamburgo¹ e incide sobre a obra de Samuel Jachia, ou Álvaro Dinis, intitulada *Trinta Discursos ou Darazes*, uma compilação de sermões ordenados de acordo com a calendarização das festas e cerimónias judaicas lidos em sinagoga aos sábados e dias de festa. A análise da obra e de alguns

* Agradecemos à Staats- und Universitätsbibliothek de Hamburgo a cópia digitalizada; ao Prof. Herman Prins Salomon, a gentileza de nos oferecer as cópias das páginas em falta no exemplar de Hamburgo a partir do exemplar de Amesterdão; à Prof. Julia Lieberman, o seu auxílio e a oferta dos seus trabalhos sobre Samuel Jachia; e à família Cassuto, através do maestro Álvaro Cassuto. Sem eles, este trabalho não seria possível.

** Bolseira de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, investigadora do Centro de História de Além-Mar (CHAM), fveigafrade@netcabo.pt.

¹ A comunidade sefardita conhecida por Nação Portuguesa de Hamburgo reuniu desde finais do século XVI pessoas vindas da Península Ibérica, da Feitoria de Antuérpia e outros locais da Europa que fugiam dos tribunais inquisitoriais, das guerras da Flandres e da intolerância. No século XVII, a comunidade assumiu-se como judaica, embora muitos dos seus membros fossem conversos com antepassados judeus que, devido às vicissitudes do tempo, se viram forçados ao baptismo, mantendo-se em Sefarad, onde se encontravam há centenas de anos.

sermões escolhidos teve em conta o percurso do seu autor e a contextualização na produção literária das comunidades de Hamburgo e de Amesterdão, assim como na produção de sermões no mesmo período em Portugal.

Os sermões de parte dos líderes espirituais das comunidades sefarditas dos primeiros tempos na diáspora europeia são em português. Exemplos não faltam: Joshua da Silva, rabino de Londres e autor dos *Discursos Predycaveys* (Amesterdão, 1688), 30 discursos que incluem textos da Bíblia e da *Hagada*; Jacob Abendana; centenas de prédicas de Isaac Uziel; ou de Menasseh ben Israel², que afirmava em 1647 ter pronunciado 450 sermões em português (idioma que se supõe ser o mesmo utilizado pelo menos em parte dos 1400 sermões de Saul Levi Mortera); para além de Isaac Aboab da Fonseca, que escreveu mais de 1000 sermões³, mas dos quais poucos se conhecem para além do seu *Sermão que Pregou o Docto Ingenio do Sr. Haham Morenu A-Rav Ribí Yshac Abuab ab Bet-Din & Rós-Yesiba do Kakal Kados de Talmud Torah* (Amesterdão, 1678); e também *Sermoens Pregados por Daniel Belilhos na esnoga de TT e dedicados a nobre congregação* (Amesterdão, 1693), entre muitos outros.

Desconhecem-se textos escritos dos primeiros rabinos de Amesterdão, como Uri Levi, Jacob Pardo e Isaac Uziel, embora seja bastante plausível que tenham predicado durante grande parte da sua vida e tenham escrito no todo ou em parte os seus sermões. De acordo com Harm den Boer, entre 1639 e 1800 deveriam existir pelo menos 8000 sermões, mas apenas se conhecem cerca de 80 impressos⁴. Ou seja, tendo em conta que em cada sinagoga se predicava pelo menos uma vez na semana e que o seu rabino deveria ter um discurso preparado, é de estranhar que só tenha sobrevivido uma ínfima parcela de toda a produção estimada. Assim sendo, pode constatar-se que a esmagadora maioria dos textos desapareceram e que os impressos representam um número irrisório no todo da produção escrita de sermões. Esta constatação é compreensível quando se tem em conta que somente a partir da segunda metade do século XVII se começaram a imprimir com uma certa regularidade as prédicas lidas na sinagoga.

Em Amesterdão, depois da união das sinagogas em 1639, incentivaram-se os rabinos mais reconhecidos a darem sermões em cada *Sabat*, em cujas reuniões os discursos eram lidos tradicionalmente depois da Escritura e do *Midrash* ou dos Profetas. Mas as prestigiadas prédicas não têm uma posição definida no culto judaico, podendo divergir em conteúdo, forma, frequência, contexto e lugar na liturgia, sendo mais uma questão de costume definido pelo gosto popular. Dum modo geral, e de acordo com Harm den Boer,

² Leopold ZUNZ, *Die Gottesdienstlichen Vorträge der Juden. Historisch entwickelt*, Berlin, A. Asher, 1832, p. 434; John Wesley ETHERIDGE, *Jerusalem and Tiberias Sora and Cordova*, London, Longman, 1856, p. 431.

³ Harm den BOER, *La Literatura Sefardi de Amsterdam*, Alcalá de Henares, Inst. Int. de Estudios Sefardies y Andalusies, 1995, p. 215.

⁴ *Idem*, pp. 215-216.

o género que melhor caracteriza ou representa a identidade sefardita – já que funde a tradição ibérica, a cultura ocidental e a tradição judaica – é o exegético-didáctico, pois desempenha uma função essencial na instrução doutrinal⁵.

Por conseguinte, a obra de Samuel Jachia não é diferente deste tipo de produção livresca no contexto religioso europeu. Os primeiros sermões publicados em Hamburgo são em português – língua que se manteve até ao século XIX na Nação Portuguesa de Hamburgo⁶ – e reflectem o tipo de discurso exegético-didáctico, que é o género por excelência adequado a grande parte dos membros da Nação, já que demonstra as bases do judaísmo e do misticismo. O seu autor, fazendo remissões a factos passados pelos membros da comunidade, doutrina os seus correligionários nas datas, no hebraico e em questões mais ou menos centrais da fé judaica, utilizando um estilo de sabatina⁷. Jachia, nas oratórias de sábado, sustenta uma tese ou controversia e divulga o seu estudo que é ao mesmo tempo a recapitulação de matérias dadas e debatidas, provavelmente nas *yeshivot*.

Realidade conversa e metamorfose judaica

O livro de Álvaro Dinis, ou Samuel Jachia, tem como título completo *Trinta Discursos ou Darazes Apropriados para Dias Solenes e de Contração e Jeguns fundados na Santa Lei e em Autoridades e dittos de Hahamim Antigos e Modernos Compostos e Ordenados por Samuel Jachia com a Comunicação, Parecer e Assistencia de alguns Senhores Hahamim em Particular do mui Excellente Senhor Haham Abraam Lumbroso de boa Memoria e dados Impressão para Benificio do povo del Dio de todos os Bems Zelosos de Nossa Nação para Louvor del Dio de Israel a quem seja a Gloria*⁸ e foi publicado em

⁵ *Idem*, pp. 213-214, 217.

⁶ Pedro da Silva GERMANO, *A Língua Portuguesa Usada pelos Judeus Sefarditas no Exílio*, tese de licenciatura em Filologia Românica, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1968, pp. 14, 23-24. Em Hamburgo, são em português os Estatutos da Escola Israelita (1828), os livros de nascimentos até cerca de 1840 e os livros da Nação, ou *Protokollbücher* (1652-1682). O português era usado na administração interna da sinagoga, nas escolas e em família, e muito falado nas ocasiões solenes. Ver também Michael STUEMUND-HALÉVY, *Portugal in Hamburg*, Hamburg, Ellert & Richter, 2007, pp. 153-163; *Idem*, *Biographischen Lexicon der Hamburger Sefarden*, Hamburg, Christians, 2000.

⁷ António de Moraes SILVA, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Vol. IX, s.l., Confluência, 1956, p. 761.

⁸ A única cópia que possui a folha de rosto com o título *Trinta Discursos ou Darazes Apropriados para os Dias Solenes* faz parte do espólio da Biblioteca Pública de Nova Iorque. A folha de rosto foi reproduzida em Julia LIEBERMAN, «Sermons and the Construct of a Jewish identity: The Hamburg Sephardic Community in the 1620's», *Jewish Studies Quarterly*, Vol. 10, 2003, n.º 1, Mohr Siebeck, p. 71; *Idem*, «Mystical Metaphors in Sermons by Samuel Yahia (Hamburg, 1629)», *Aus den Quellen. Beiträge zur deutsch-jüdischen Geschichte*, Hamburg, Dölling und Galitz, 2005, p. 122.

Hamburgo em 5389 (1629), reunindo no seu título a nomenclatura portuguesa e hebraica⁹ para designar sermões.

Esta questão revela, por si, que há uma estreita ligação entre português e hebraico: pelo menos na produção de sermões para consumo interno da comunidade de Hamburgo, estes estariam bem presentes nas reuniões semanais aos sábados. Outra conclusão pertinente é que o uso da palavra *darazes* na intitulação, ao contrário do que acontecia nos sermões publicados em Amesterdão, pode indiciar que Jachia não foi formado na Talmude Torá daquela cidade¹⁰ e estaria mais permeável a assimilar duas realidades e campos semânticos diferentes.

O português constituía a língua comum da esmagadora maioria da comunidade sefardita de Hamburgo, sendo por isso utilizado para seu melhor entendimento¹¹ na escrita da presente obra. Os *Trinta Discursos* contêm, no entanto, algumas frases em castelhano e frases inteiras em hebraico, transliteradas para o alfabeto latino, mantendo-se algumas letras hebraicas. Seguiu-se, portanto, o modelo judaico de pregar, descrito pelo rabino asquenazita Leone de Modena, mais precisamente no uso do hebraico nas citações do texto da Escritura e de ditos de rabinos e o uso da língua vulgar¹² dos países de origem ou de acolhimento na redacção dos sermões.

Pela leitura do original, pode constatar-se a pouca edição na impressão, que se revela nos erros de transliteração, na falta de pontuação e na forma peculiar de escrever¹³. Este facto leva-nos a conjecturar estarem já os destinatários habituados a ouvir o hebraico, mas mantinham ainda certa dificuldade em identificá-lo e lê-lo quando escrito em caracteres hebraicos. Talvez por isso o autor optasse por transliterar as citações hebraicas em alfabeto latino.

A peculiaridade na escrita do português resultará em parte de Álvaro Dinis ter nascido de pais portugueses na comunidade cristã-nova de Antuérpia, mas por outro lado revela um conhecimento erudito da língua, patente na utilização de determinados termos e na citação de autores considerados expoentes máximos da língua portuguesa, como é o caso de Luís de Camões¹⁴. A repetição de ideias e frases ao longo dum único discurso é

⁹ A palavra *daraz* (*darazes*, no plural) é uma corruptela da palavra hebraica דַּרָּז, que designa sermão e tem género masculino, ao contrário da palavra hebraica. Será *daraz* uma palavra em ladino?

¹⁰ H. den BOER, op. cit., p. 218, n. 24. Harm den Boer aponta que Samuel Jachia e Moisés Zurreño, com *Darás hecho en la Solemnidade de la data de la Ley* (Amesterdão, 1698) constituem excepções à regra. Ambos utilizam a palavra hebraica nos títulos, o que indicia a aceitação implícita de hipotéticas características do sermão judaico.

¹¹ Sobre a utilização do português em Amesterdão e Hamburgo, ver P. S. GERMANO, op. cit.; Ruben Daniel Dias da FONSECA, *Contributo dos Sefarditas para a História da Didáctica do Português em Amesterdão – Séculos XVII, XVIII e XIX*, tese de mestrado em Língua e Cultura Portuguesa, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007.

¹² Leone de MODENA, *Historia de gli Riti Hebraici*, Paris, s.n., 1637, pp. 35-37.

¹³ J. LIEBERMAN, «Sermons», cit., p. 53.

¹⁴ Samuel JACHIA (Álvaro DINIS), *Trinta Discursos ou Darazes Apropriados para os Dias Solenes*, Hamburg, 5389 [1629], p. 25 (Discurso 3).

uma constante, tal como a utilização no fim dos períodos das mesmas frases em hebraico¹⁵ ou português¹⁶, dando a sensação de constante recapitulação dos assuntos e reforçando a ideia de os textos serem um género de sabatina.

Outra particularidade é a escrita ininterrupta, sem períodos nem parágrafos, dum mesmo sermão¹⁷, ou de sermões com uma única quebra de texto. Para além disso, surgem também, ao longo dos sermões, algumas frases em que o verbo «ser» ou «estar» se encontra omitido¹⁸, talvez por influência das frases nominativas do hebraico. Tudo isto pode, no entanto, revelar apenas uma falta de edição, a que não será alheia a parcimónia de impressão e de suporte, o evitar do uso de mais papel, talvez para tornar mais barata a edição.

Embora Álvaro Dinis seja considerado por diversos estudiosos um dos primeiros rabinos ou líderes espirituais de Hamburgo, constatação extensível a Glückstadt, na Dinamarca¹⁹, pouco ou nada se sabe sobre a sua formação. Pode conjecturar-se que ela se tenha desenrolado por diversos locais da Europa, como Antuérpia, Colónia, Veneza e Hamburgo. Pelo conteúdo dos *Trinta Discursos ou Darazes*, é inegável que o seu autor se tenha dedicado a estudos judaicos, já que são numerosas as citações rabínicas e de comentadores da Torá. Para além disso, transparece da sua escrita o seu passado converso, que pouco tem a ver com o judaísmo rabínico e que se inscreve numa tradição e cultura muito ligadas à Península Ibérica.

O que caracteriza o converso é precisamente uma ambiguidade religiosa que escapa a qualquer tentativa de classificação que passe pela sua integração num quadro ortodoxo de práticas religiosas. O converso é simultaneamente cristão porque na maioria das vezes foi baptizado e vigiado nas suas obrigações cristãs e, por outro lado, é judeu porque a família e a herança cultural e religiosa são judaicas. Mas, ao longo da vida, este equilíbrio precário entre ser cristão e/ou judeu não é definitivo. A identidade pessoal e religiosa é definida por cada um, embora vários estudiosos das mais variadas áreas de

¹⁵ *Idem*, pp. 1-12 (Discurso 1), 164-174 (Discurso 17).

¹⁶ *Idem*, pp. 263-274 (Discurso 26).

¹⁷ *Idem*, pp. 13-22 (Discurso 2), 34-40 (Discurso 4), 108-119 (Discurso 11), 187-199 (Discurso 19), 240-252 (Discurso 24).

¹⁸ *Idem*, p. 149. «Bem dizem os sábios: espada [está] sobre os ossos, a saber que morrerão.» Este é um exemplo entre vários ao longo da obra.

¹⁹ Sobre Álvaro Dinis e a sua família, ver Brian PULLAN, *The Jews of Europe and the Inquisition of Venice, 1550-1670*, Oxford, Blackwell, 1983; Pier ZORATTINI, *Processi del S. Uffizio di Venezia contro Ebrei e Guidaizzanti (1585-1589)*, Vol. VII, Firenze, Leo Olschiki, 1989; Michael STUEDEMUND-HALÉVY, *Biographisches Lexicon*, cit.; Joseph ben BRITH, *Die Odyssee der Henrique-Familie*, Frankfurt, Peter Lang, 2001; Federica RUSPIO, *La Nazione Portoghese*, Torino, Silvio Zamorani, 2007, pp. 277-279; Florbela Veiga FRADE, «Importância social e religiosa das famílias Milão-Dinis em Portugal e em Hamburgo», in Alexandra Curvelo e Madalena Simões (ed.), *Portugal und das Heilige Römische Reich (16.-18. Jahrhundert) / Portugal e o Sacro Império (Séculos XVI-XVIII)*, Münster, Aschendorff, 2011, pp. 181-206.

formação possam tentar classificá-la, tendo em conta a sua própria formação e os indícios e comportamentos do seu objecto de estudo²⁰.

Os conversos reunidos em Hamburgo são o reflexo deste constante questionamento da religiosidade, por parte das sociedades em que se inserem e por cada um dos seus membros, em diálogo interno. Ao reunirem-se na Nação Portuguesa, os conversos assumem uma vontade clara de manterem uma ligação a Portugal, mas definem simultaneamente que a sua religião é o judaísmo, religião não aceite no território que os viu nascer e onde as suas famílias viviam há séculos.

Por conseguinte, os objectivos manifestados nos sermões de Álvaro Dinis reflectem as preocupações de fundo dos cristãos-novos portugueses. Ou seja, saber exactamente o que deviam fazer e evitar, para cumprir a Lei de Moisés e, acima de tudo, para ser fiéis à cronologia antiga nos jejuns, nas celebrações e nos dias memoráveis. Esta vontade de cumprir correcta e atempadamente os rituais – manifestações externas da espiritualidade – indicia o desejo de reatar laços de há muito lassos com a fé dos antepassados, e também a vontade de integração na comunidade da fé.

Em Hamburgo, Álvaro Dinis assume um papel de liderança, mas quais eram de facto as suas funções e como se designavam as suas actividades é toda uma outra questão. De acordo com as suas próprias palavras, ele era *yahid*, ou seja um predicador pago pela comunidade, mas não um rabino²¹. Levantamos então a questão: a quem cabia a tarefa de declarar e escrever sermões?

Em Amesterdão, quem dizia sermões na sinagoga todas as semanas eram os rabinos. No entanto, outros podiam pedir autorização ao *Mahamad* – conselho que tudo regulava – para o fazer e, caso tivessem menos de 25 anos, podiam solicitar permissão ao seu mestre para dar as pregações diárias matinais ou vespertinas. Quem estava envolvido nas funções sinagogaes de escrever e pregar eram os *darshanim* (pregadores), cuja função

²⁰ Este espectro de classificações pode ser comprovado pelos títulos de algumas obras, como por exemplo: Meyer KAYSERLING, *História dos Judeus em Portugal*, São Paulo, Pioneira, 1971; Lúcio de AZEVEDO, *História dos Cristãos-Novos Portugueses*, 3.ª ed., Lisboa, Clássica, 1989; Yosef KAPLAN, *Judios Nuevos en Amsterdam*, Barcelona, Gedisa, 1996; Miriam BODIAN, *Hebrews of the Portuguese Nation: Conversos and Community in Early Modern Amsterdam*, Bloomington, Indiana University Press, 1997; Antonio DOMINGUEZ ORTIZ, *Los Judeoconversos en España y América*, Madrid, Ediciones Istmo, 1971; Cecil ROTH, *História dos Marranos. Os Judeus Secretos da Península Ibérica*, Porto, Civilização, 2001. Ou seja, os judeus portugueses podem ser classificados num espectro que vai desde judeus a marranos, passando por conversos. Cristão-novo e judeu-novo inserem-se num mesmo plano, cujo quadro de referência é o cristianismo ou o judaísmo e em que se assinala a novidade da adesão à religião em causa. Contudo, parece um pouco forçado atribuir-se-lhes como nova a religião judaica, quando nunca deixaram de ter práticas e comportamentos que pertencem ao judaísmo e não fazem parte do cristianismo e, acima de tudo, se consideravam a si mesmos judeus. A classificação de marrano parece a mais preconceituosa, pois a palavra em português significa porco pronto para abate, embora se lhe possam atribuir origens mais eruditas.

²¹ J. LIEBERMAN, «Mystical Metaphors», cit., p. 121.

era, portanto, a de *darsar* (pregar); o *haham* tinha a seu cargo as circuncisões, casamentos e funerais, embora os *hahamim* pagos tivessem também a função de escrever e pregar os sermões; mas podemos ainda referir o *hazzan* (cantor), que chefiava os serviços religiosos assistido pelos *shammashim* (servidores)²². Neste sentido, e tendo em conta que Hamburgo seguia em parte o modelo de organização da comunidade de Amesterdão, Álvaro Dinis deveria ser um dos *darshamim* ou um *haham*, para poder proferir os institucionalizados sermões de sábado.

Transparece, pela leitura dos *Trinta Discursos*, que há uma assimilação de características dos sermões cristãos e dos *darazes*, pois, por um lado, seguem-se os preceitos clássicos de retórica e citam-se versos bíblicos e, por outro, introduzem-se versos de *Parashot*, tal como era costume entre os sefarditas medievais, e comentários rabínicos assinalados como *mahamar*. A tradição medieval generalizada entre os judeus do século XVI de abrir os sermões com uma citação bíblica, seguida duma outra rabínica²³, foi mantida por Álvaro Dinis na sua obra. Aliam-se, portanto, as tradições cristã e judaica no que às citações bíblicas e estilo retórico diz respeito.

Os sermões de Jachia são muito semelhantes aos de Saul Levi Mortera (c. 1596-1660)²⁴. Estes eram declamados em português, embora tenham sido preservados na sua maioria em hebraico manuscrito. Os sermões de ambos partilham a forma, pois iniciam-se com citações da Torá e lições dos sábios; também reflectem algumas vivências da comunidade judaica e todo o discurso é construído à volta duma ideia inicial que é explicada e à qual se retorna no final. Mortera usa os comentários bíblicos de outros autores, inclusivamente obras esotéricas e sobre cabala²⁵, algo de que Jachia também se socorre, como se terá oportunidade de ver na análise dos sermões propriamente ditos.

Os *Trinta Discursos* são ainda semelhantes a alguns sermões de António Vieira no que se refere à partilha do gosto da aparente naturalidade na redacção, escolhendo o seu autor técnicas retóricas mais ou menos elaboradas. Os textos de Jachia e de Vieira²⁶, embora valorizem pouco o deleite

²² Daniel SWETSCHINSKI, *The Portuguese Jewish Merchants of the Seventeenth-Century Amsterdam*, Vol. 2, Ann Arbor, Michigan, Univ. Microfilms International, 1987, pp. 382-384, 389.

²³ H. den BOER, op. cit., pp. 220-221; Marc SAPERSTEIN, «Your Voice Like a Ram's Horn»: *Themes and Texts in Traditional Jewish Preaching*, s.l., Hebrew Union College Press, 1996, p. 181.

²⁴ Saul Levi Mortera acompanhou Filipe (Elias) Montalto durante o tempo em que este foi médico da rainha de França e dispunham do estatuto privilegiado de únicos judeus admitidos naquele reino. Mortera também se encarregou do enterro do corpo de seu mestre no cemitério de Ouderkerk, em Amesterdão. Nesta cidade foi um dos rabinos mais conceituados, e nela acabou por casar com uma senhora da Nação Portuguesa. Apesar de ter sido mestre de Bento Espinosa, foi também um dos membros do *Mahamad* que lhe decretou o *Herem*, ou excomunhão.

²⁵ M. SAPERSTEIN, *Exile in Amsterdam: Saul Levi Morteira's Sermons to a Congregation of «New-Jews»*, s.l., Hebrew Union College Press, 2005, pp. 50-51, 55, 81 e *passim*.

²⁶ S. JACHIA, op. cit., pp. 192-193. Não existe qualquer indicação de que Jachia e Vieira se

do ouvinte, já que visam essencialmente a sua ascese e melhoria espiritual, acabam por assumir tal deleite como uma preocupação, quanto mais não seja para captar a empatia do público ouvinte. De acordo com Vieira, o pregador ou orador tinha como missão dominar auditórios com a força da palavra; tinha a incumbência de vencer, convencer e converter os ouvintes, que, por sua vez, deveriam ser dóceis e humildes, podendo ou não ser convertidos conforme o efeito espiritual da força da palavra de Deus e o terreno em que ela caísse²⁷. A mesma intenção parece sobressair da leitura dos *Trinta Discursos*, em que se apela ao livre alvedrio, tendo o pregador o papel de questionar, de mostrar as provas, as lacunas de raciocínio e a falta de fé dos destinatários.

A utilização da Sagrada Escritura é outra característica partilhada por Jachia e pelos autores cristãos da mesma época, nomeadamente por António Vieira²⁸ e outras figuras, utilizando métodos ligados essencialmente à retórica e também à pregação apostilada, que pretendia simplificar e tornar mais acessíveis as palavras divinas²⁹ aos ouvintes/leitores, de modo a conquistar-lhes a atenção e conduzi-los no caminho da perfeição, em direcção à divindade.

Os sermões de Dinis/Jachia divergem porém em relação aos textos pareneticos cristãos seus contemporâneos publicados em Portugal. Estes últimos obedecem a códigos rigorosos e têm temas definidos, como a demonstração de Cristo enquanto Messias ou o elogio da Inquisição, sendo elaborados a partir duma técnica retórica marcada pela individualidade do orador. Os «sermões da fé» constituíam uma fase do processo de persuasão de denúncia dos suspeitos de heresia, sendo um discurso de clemência regulado pelo Regimento do Santo Ofício. Já os «sermões dos autos-da-fé» apresentam-se como discursos de justiça, de demonstração do poder da Inquisição, tendo como objectivo a conversão e assimilação. Visavam quase exclusivamente os judeus e tentavam negar a alteridade, acentuando a dicotomia nós/vós mediante diversos tipos de argumentos em que o binómio Bem/Mal era efectivamente correspondido pela relação Inquisição/judeus. Estes textos negam, contudo, as próprias capacidades de persuasão e conversão, pois apontam para o aniquilamento do judeu e evitam a sua expulsão, para obstar a «expansão do erro» por outros espaços. Os discursos dos autos-da-fé esta-

conhecessem ou tivessem lido obras um do outro. Os primeiros sermões de Vieira são da década de 1630, no Brasil. Vieira viajou posteriormente para Amesterdão, onde contactou a comunidade judaica daquela cidade com estreita ligação a Hamburgo.

²⁷ Maria Lucília Gonçalves PIRES, *Xadrez de Palavras. Estudos de Literatura Barroca*, Lisboa, Cosmos, 1996, pp. 96, 98.

²⁸ José Nunes CARREIRA, *Vieira: A escrita no púlpito*, Lisboa, Universidade Católica, 2006, pp. 9-39, 123-146.

²⁹ Margarida Vieira MENDES, *A Oratória Barroca de Vieira*, Lisboa, Caminho, 1989, p. 182. Esta autora desmistifica a ideia da existência dum método português de pregar, apontando a diversidade de métodos de pregação em Portugal e na Europa.

belecem com o seu público uma pedagogia do medo, são textos de propaganda da Inquisição³⁰.

As pregações são uma forma de conversão dos judeus e de catequização dos cristãos-novos só formalmente convertidos; servem também para «vacinar» os cristãos mal instruídos no texto bíblico e ignorantes em matéria de exegese contra a dúvida que os judeus pudessem lançar sobre a divindade de Jesus e a sua missão messiânica. Por conseguinte, a ideia e a necessidade de demonstrar que Jesus era Cristo e o Messias revelam a insegurança do cristianismo, nomeadamente das Igrejas, face ao judaísmo. A dúvida que os judeus pudessem instalar nos cristãos quanto à divindade de Jesus ou, no mínimo, de este ser o Messias, punha em causa a base de poder em que assentavam as Igrejas e, em última análise, todas as sociedades do Ocidente moderno. A Igreja via, portanto, o judaísmo como desafiador, por este recusar Jesus Messias e simultaneamente Deus.

Neste sentido, o trabalho de Jachia será o oposto dos discursos inquisitoriais, pois faz a apologia do Povo de Israel e glorifica a sua acção, afirmando que Israel, tal como o azeite, ilumina o mundo: «(...) assi como o azeite que sae da azeitona alumia ao mundo, assi a doutrina e santa lei que profissão Israel foi e será sempre a luz do mundo (...)»³¹.

No que se refere à tipologia, os *Trinta Discursos* podem classificar-se como retóricos, copiando um pouco os sermões católicos, expondo consequentemente as suas várias modalidades, a saber: problemática, moral, congratulatória e panegírica³². Não seria de estranhar que o autor tivesse chegado mesmo a estudar ou a ler alguns livros ou manuscritos sobre os conceitos predicáveis, provas predicáveis (algumas ordenadas por ordem alfabética), sentenças e erudições sagradas³³ que os religiosos cristãos usavam na elaboração dos seus próprios sermões.

Por conseguinte, os *Trinta Discursos* são problemáticos e morais porque partem duma questão central, que o autor explica recorrendo a fontes rabínicas e aos seus comentadores medievais e modernos, a fontes midráshicas e talmúdicas, à Cabala³⁴, a resoluções do *Mahamad* e à Torá. A essa questão são dadas algumas respostas e propostas de resolução de dificuldades, para que se corrijam vícios e incrementem virtudes, havendo portanto uma preo-

³⁰ M. L. G. PIRES, op. cit., pp. 121-129. Sobre os sermões dos autos-da-fé, ver Edward GLASER, «Invitation to Intolerance – a Study of Portuguese Sermons preached at autos-da-fé», *Hebrew Union College Annual*, Vol. XXVII, 1956; *Idem*, «Portuguese Sermons at autos-da-fé. Introduction and Bibliography», *Studies in Bibliography and Booklore*, Vol. II, Cincinnati, Ohio, Dec. 1955, pp. 53-96; Alfonso Cassuto, *Bibliografia dos sermões de autos-da-fé*, Coimbra, Atlântida, 1955. Sobreviveram vários manuscritos e impressos de sermões pregados em autos-da-fé.

³¹ S. JACHIA, op. cit., p. 246.

³² H. den BOER, op. cit., pp. 218-219.

³³ Sobre esta temática, ver Aníbal Pinto de CASTRO, *Retórica e Teorização Literária em Portugal. Do Humanismo ao Neoclassicismo*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008, especialmente o capítulo «O “Método Português” de Pregar», pp. 134-138.

³⁴ J. LIEBERMAN, «Sermons», cit., p. 52.

cupação com a teologia ascética. Os sermões são também congratulatórios e panegíricos³⁵, na medida em que recorrentemente se dão graças a Deus e se expressa a gratidão do Povo de Israel – incluindo os conversos que puderam abandonar a Península Ibérica – por professar o judaísmo em terras livres. Esta característica é especialmente visível nos sermões 24 a 27 de *Shavuot*. Outra das suas características é o facto de se exaltarem virtudes morais, a excelência da fé mosaica e do Povo de Israel.

Jachia alia na escrita dos seus discursos uma tradição que reúne a lei escrita e a lei oral transmitida pelos sábios ao longo de gerações e posta parcialmente por escrito na *Mishnah*. Estas temáticas são também analisadas no primeiro *daraz* particular. Nestes discursos escolhidos, várias são as citações de autores, de autoridades bíblicas e de comentadores. Para além das usuais citações bíblicas de Isaías, David, Salomão, Jeremias, Oseias, Ezequiel, Josué e Malaquias, fazem-se remissões aos sábios e ao *mahamar*.

Citam-se autores que se enquadram na tradição dos sábios com obras místicas e também de comentário aos vários livros da Escritura, nomeadamente a Joshua ben Levi³⁶ (primeira metade do século III), Rashi (1040-1105)³⁷, Joseph Albo³⁸ (c. 1380-1444), Isaac Abravanel³⁹ (1437-1508), Moshe Alsheich⁴⁰ (1522-1570) e Moses Almosnino⁴¹ (1510-c. 1580). Para além disso,

³⁵ Sobre esta classificação, ver H. den BOER, op. cit., p. 219.

³⁶ Joshua ben Levi viveu na primeira metade do século III, chefiava a escola de Lida a sul da Palestina, foi discípulo de Bar Kappara e do rabino Judah ben Pedaiah e é considerado amoraíta. Ensinava a *Hagadah* e foi um exegeta. As suas decisões em relação à *Halakah* são muito importantes e válidas mesmo para quem o critica(va). As indicações biográficas sobre este e os autores seguintes são baseadas em Cecil ROTH e Geoffrey WIGODER (ed.), *Encyclopaedia Judaica*, 16 vols., Jerusalem/New York, Keter Publishing House/MacMillan, 1972.

³⁷ Rashi foi um comentador da Bíblia e do Talmude, nascido em Troyes, França, no século XI, e considerado um dos expoentes máximos nos textos rabínicos. Os seus discípulos e descendentes deram início às *tosafot*, escritos e comentários ao Talmude difundidos inicialmente em França e na Alemanha. Os seguidores desta corrente podem chamar-se tossafistas. Ver Gershom SCHOLEM, *La Kabbale et sa symbolique*, Paris, Petite Bibliothèque Payot, 1975, p. 217, n. 24.

³⁸ Também chamado Joseph Alvo, foi um filósofo e rabino que viveu em Espanha. Foi pregador, teólogo e escritor numa obra sobre os princípios fundamentais do judaísmo; defendeu a tese contrária a alguns cabalistas que postulavam que existia, não um desenvolvimento humano, mas um abaixamento do humano ao nível animal, como se se tratasse duma punição. Ver G. SCHOLEM, *A Cabala e a Mística Judaica*, Lisboa, Dom Quixote, 1990, p. 204.

³⁹ Isaac Abravanel foi discípulo do rabino de Lisboa Joseph Hayyim, era filho de D. Judah e foi tesoureiro de D. Afonso V de Portugal. Possui uma visão oposta a Maimonides e sua escola, uma vez que defende a revelação de Deus na História, demonstrando os pontos fracos da teoria de Maimonides sobre o carro celestial de Ezequiel.

⁴⁰ Também conhecido por Moisés Alshech, foi rabino, cabalista e pregador de Safed do século XVI. Os seus escritos são muito caros aos hassídicos mais antigos. Foi discípulo de R. Joseph Caro e autor de vários comentários à Escritura. Ver G. SCHOLEM, *A Cabala*, cit., p. 115.

⁴¹ Trata-se provavelmente de Moses Almosnino, rabino nascido em Salónica, onde liderou a comunidade dos judeus espanhóis. Era conhecido pelo seu saber de matérias rabínicas, física e astronomia, tendo escrito a pedido de José Nassi um capítulo sobre sonhos, numa das suas obras. Também se debruçou sobre a origem do Bem e do Mal, a influência das estrelas, a educação das crianças e o livre alvedrio.

o *Zohar*⁴² é citado ao longo de toda a obra, o que, em si, revela o conhecimento e estudo da base do misticismo. Da academia de Jafa, Jachia refere Jonathan ben Zakai⁴³ (30-90), bem como os seus discípulos e também mencionados Meir⁴⁴ (c. 139-163) e seu mestre Akiba⁴⁵ (c. 50-c. 137). Este grupo palestino inclui os grandes mestres da mística, simultaneamente guardiães e depositários da sabedoria dos mistérios⁴⁶. Por conseguinte, podemos não só depreender que a formação mística integrou os estudos de Jachia e constituiu grande parte das suas citações, mas também concluir que houve uma preocupação em mencionar os trabalhos e obras que formavam a base do judaísmo rabínico.

Os exemplares dos *Trinta Discursos ou Darazes*

Estão identificados quatro exemplares da obra de Jachia, nomeadamente na Biblioteca Bodleiana em Oxford, no Reino Unido; na Biblioteca Pública de Nova Iorque, nos Estados Unidos; na Bibliotheca Rosenthaliana, em Amesterdão, nos Países Baixos; e na Staats- und Universitätsbibliothek de

⁴² Traduzido, significa «esplendor». Esta obra é considerada a base mística do pensamento judaico, foi escrita em aramaico e hebraico e surgiu no século XIII na Península Ibérica, onde foi divulgada por Moisés de Leon, que a indicou como escrita pelo rabino Simeon ben Yohai no século II. As temáticas são a natureza de Deus, a cosmogonia e cosmologia do Universo, a natureza das almas, o relacionamento entre o ego e a essência de luz divina do ser, tal como a relação entre a energia universal e o Homem.

⁴³ Presidente da academia de Jafa na Palestina e professor de vários distintos sábios, nomeadamente de Eliezer Hyrcanus e Joshua ben Hananiah, ambos mestres do rabino Akiba. Entre os seus discípulos, contam-se os tanaítas, várias gerações de professores da *Mishnah* (lei oral posta por escrito), considerada a primeira obra do judaísmo rabínico. Está sepultado em Tiberíade, onde se lhe juntou Maimonides, séculos mais tarde.

⁴⁴ Existem vários rabinos Meir: Meir Alguadez, físico da corte de Castela e rabino-mor no século XV, talvez irmão de David Alguadez, cunhado do D. Judá, tesoureiro de Portugal; Meir ben Simon de Narbonne, um sábio do século XIII que se insurgiu contra um escrito cabalístico, o livro *Bahir*, que surgiu no Sul de França no século XII; Meir ibn Gabbai, um eminente cabalista do século XVI que, em Safed, se dedicou ao estudo dos velhos cabalistas e se debruçou sobre a polaridade do Bem e do Mal; contudo, é mais provável que se trate do rabino Meir Baal Hanes, o iluminador ou o fazedor de milagres, um sábio contemporâneo da *Mishnah*, considerado um dos mais importantes tanaítas (professores da *Mishnah*, lei oral) da quarta geração. A sua esposa é das poucas mulheres citadas na *Gemara* e ele próprio é um dos mais citados autores na *Mishnah*. Meir é uma autoridade em muitas *Hagadot* e *Halachot*, participou na revolta de Bar Kokhba e está enterrado em Tiberíade. Ver G. SCHOLEM, *A Cabala*, cit., p. 68; *Idem*, *La Kabbale*, cit., pp. 108, 208.

⁴⁵ O rabino Akiba, ou Akiva ben Joseph, é chamado por vezes o pai do judaísmo rabínico. Limitava a era messiânica a 40 anos e a sua ideia de Messias era semelhante à de Bar Kokhba. Defendeu o judaísmo talmúdico no século II, escreveu sobre a forma mística da divindade (*Shi'ur Komah*) inserida no contexto da *Merkabah* e da visão de Ezequiel, e ainda escreveu um tratado semimístico sobre o alfabeto. Ambos os trabalhos foram impressos no livro *Raziel*, em Amesterdão, em 1701. Ver G. SCHOLEM, *A Cabala*, cit., p. 115; *Idem*, *La Kabbale*, cit., p. 74.

⁴⁶ G. SCHOLEM, *Les grands courants de la mystique juive*, Paris, Payot, 1977, pp. 54-55.

Hamburgo, na Alemanha. Destes, o exemplar mais completo é o de Oxford, ao qual apenas falta a folha de rosto, página que só existe na obra depositada em Nova Iorque⁴⁷. Por só essa cópia conhecida da obra de Dinis/Jachia ter folha de rosto, os estudiosos tiveram alguma dificuldade em estabelecer a data e o local de impressão⁴⁸.

Neste estudo utilizaram-se dois exemplares que se complementam entre si: o que integra o espólio de reservados da Staats- und Universitätsbibliothek de Hamburgo⁴⁹ e o da Bibliotheca Rosenthaliana da Universidade de Amesterdão, nas páginas que faltam ao primeiro. Contudo, socorremos também do trabalho de Julia Lieberman, que utilizou principalmente o exemplar de Nova Iorque complementado pelo de Oxford.

A edição existente na biblioteca de Hamburgo⁵⁰ apresenta uma anotação manuscrita, com o título da obra, baseada em Kayserling⁵¹, que atribui a autoria a Samuel Jachia. O exemplar em questão pertenceu à biblioteca de Jehuda Leon Cassuto e mantém o *ex libris* deste⁵², um emblema constituído por um leão rampante virado para a direita e encimado por uma coroa com sete pontas, acima da representação duma fita com as palavras «Biblioteca J. Leon Cassuto». Na mesma folha, existe uma nota dactilografada em alemão, baseada no catálogo da biblioteca da família Cassuto, em que consta o percurso do autor dos sermões entre Hamburgo e Glückstadt, cidade onde acabou por falecer.

A obra é composta por uma colectânea de 30 discursos lidos em ocasiões especiais na sinagoga e que incidem sobre as principais festas, celebrações e cerimónias do ano, por ordem cronológica. Como seria esperado, começa pelo sermão de Roshasana; os três sermões que se seguem são sobre a *Teshuva* no Iom Quipur; dois sobre o *Sucot*; três sobre a *Simchat Torá*; quatro sobre o Hanucá; cinco sobre o Purim; outros cinco sobre a Pêssach; quatro sobre o *Shavuot*; seguem-se um sermão sobre uma porção da Torá, nomeadamente a *Vaetchanan* (Deut. 3:23-7:11); o sermão de *Sabat Nahamu*; e por fim o trigésimo, que é o primeiro dos *darazes* particulares, tem 22 pági-

⁴⁷ J. LIEBERMAN, «Sermons», cit., pp. 52-53; *Idem*, «Mystical Metaphors», cit., p. 121.

⁴⁸ Jo Christophori WOLFII, *Bibliotheca Hebraea*, Vol. 1, Hamburg, Christiani Liebezeit, 1715, p. 1203; Joseph RODRIGUEZ DE CASTRO, *Biblioteca Española*, T. I, Madrid, Imprenta Real de la Gazeta, 1781, p. 573, Joaquim José Ferreira GORDO, *Memórias de Literatura Portuguesa*, Tomo III, Lisboa, Academia de Ciências, 1792, p. 352; Herman Prins SALOMON, *Portrait of a New Christian Fernão Álvares Melo: 1569-1632*, Paris, Centro Cultural Português, 1982, p. 50, n. 12; M. STUEMUND-HALÉVY, *Biographisches Lexicon*, cit., p. 502.

⁴⁹ S. JACHIA, op. cit., Staats- und Universitätsbibliothek de Hamburgo, cota SUB Scrim A/440 (microfilme). A este exemplar, faltam, para além da folha de rosto, as páginas 175 a 182, ou seja, a intitulação e a parte inicial do 18.º sermão, e as páginas 311 a 318, que constituem a parte final do primeiro *daraz* particular.

⁵⁰ Este exemplar apresenta uma anotação manuscrita que atribui a autoria dos sermões a Jeuda Carmitz.

⁵¹ M. KAYSERLING, *Bibliotheca Espanhola-Portuguesa-Judaica*, Strasbourg, Charles Trubner, 1890, p. 53.

⁵² S. JACHIA, op. cit., folha não numerada.

nas e constitui o maior em extensão, dedicando-se a uma *parasha* do Deuterónimo, neste caso à de Sofetim (Deut. 16:18-21:9).

Neste sentido, podemos afirmar que os *Trinta Discursos* reflectem a importância dada pelo autor a cada um dos principais dias solenes e festivos ou de reflexão, a cada cerimónia e aos jejuns. Por conseguinte, conclui-se que o Purim e a Páscoa mereceram uma atenção semelhante, logo seguidos do Hanucá e do *Shavuot*, do Iom Quipur e da *Simchat Torá*.

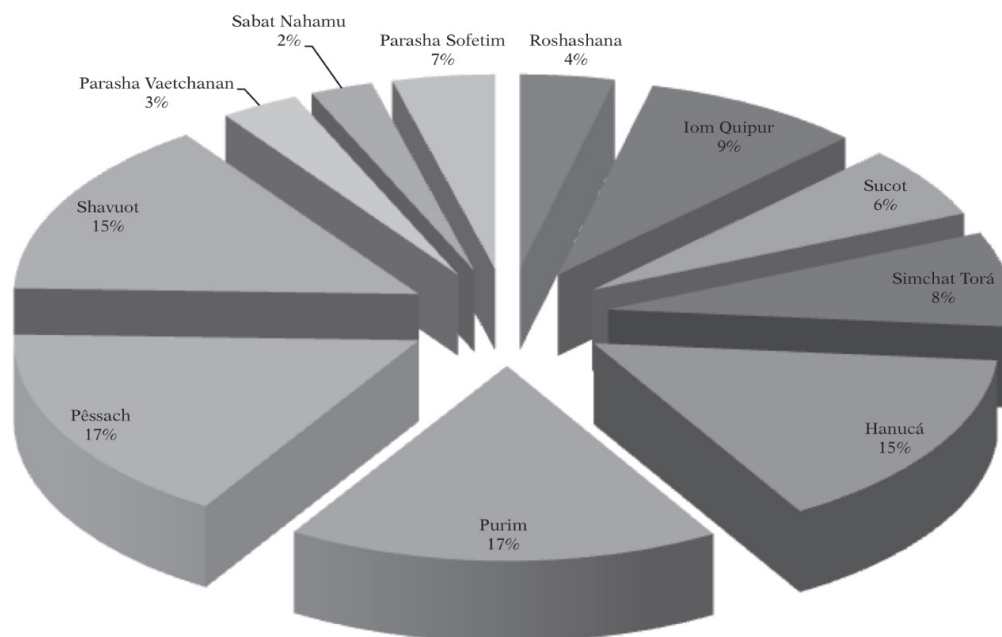


Fig. 1 – Percentagem de sermões por festa ou dias solenes

Transparece simultaneamente uma necessidade pedagógica do autor de instruir as pessoas reunidas em sinagoga, em Hamburgo, no calendário hebraico e na tradição, através das prédicas semanais, pois verifica-se uma coincidente ordenação cronológica dos diversos discursos. Para além disso, há uma forte ligação à tradição cultural da Península Ibérica e particularmente de Portugal, manifestada pela citação de autores portugueses como Luís de Camões e Abravanel, bem como por exemplos dados nos sermões, nomeadamente no sétimo, em que Jachia refere uma frase provavelmente dita por D. João de Portugal⁵³. Mas Jachia não descarta o contributo dos demais reinos ibéricos, dos países mediterrânicos, do Centro e Norte europeus e, acima de tudo, das correntes que floresceram na Palestina.

No que se refere ao espaço dedicado a cada um dos sermões, pode concluir-se que o mais longo é o 10.º discurso, com 15 páginas, logo seguido do 13.º, com 14 páginas, ambos sobre o Hanucá; seguem-se, com 13 páginas, o 15.º, sobre o Purim, o 19.º, sobre o *Sabat Agadol*, que se celebra antes da Páscoa, o 24.º, sobre o *Sabat Sebuoth*, sobre o Sinai quando a Torá foi reve-

⁵³ *Idem*, p. 61.

lada a Moisés, e por último o 30.º, sobre a *Parasha Sofetim*. Destes sermões, optou-se por analisar com mais atenção os *darazes* seguintes: 1, 8, 10, 15, e 24. A opção por esses discursos deve-se principalmente às suas temáticas, mais do que à cronologia das festas e cerimónias judaicas anuais.

Discursos 1 e 24: a *Merkabah*; as *hayoth* e os anjos; os quatro mundos, impérios e pendões de Israel

Uma temática repetidamente objecto de análise e de menções textuais é a *Merkabah*, ou carro divino, muito baseada na visão de Ezequiel⁵⁴ e que foi alvo de estudo pelos mais variados sábios judeus, nomeadamente R. Jonathan ben Zakai e R. Akiva, ambos citados ao longo dos *Trinta Discursos*, mas não nos sermões de Jachia dedicados a este assunto.

Considerado muito especulativo e perigoso, porque reflecte sobre a imagem de Deus, o estudo da *Merkabah* é reservado aos sábios mais destacados, como por exemplo Maimonides. Apesar disso, Jachia aventurou-se afoitamente nas suas prédicas e divulgou os seus argumentos e análises junto dos seus correlegionários nas reuniões de sábado. O tema da *Merkabah*, a visão de Ezequiel e a divisão do Povo de Israel em quatro pendões, é tratado especificamente em dois discursos, no 1.º, sobre Roshashana, e no 24.º discurso, em *Sabat* antes de *Sebuot*. O autor, para além de partilhar os seus argumentos, cita R. Abravanel, R. Alscheich, o Salmo 129 de David, o Cântico de Salomão, Samuel, o *Zohar*, os sábios em *Midbar Raba* (tradição oral da *Mishnah*) e R. Joshua ben Levi.

No primeiro capítulo sobre Roshashana ou Ano Novo, Jachia demonstra que a divisão do Povo de Israel em quatro pendões não pretende a sua dispersão. A separação em pendões é comparada à obrigação que Israel – conjunto de homens espiritualmente mais desenvolvidos – tem de imitar todas as coisas na sua parte boa, as quais correspondem a quatro esferas, nomeadamente o mundo insensível, o mundo vegetativo, o mundo animal e o mundo esférico.

O Homem, à semelhança dos anjos, deve ser divino em perfeição⁵⁵: um microcosmos que reflecte o macrocosmos⁵⁶. Deve ser como a pedra de Jacob em paciência, passando as ofensas, as injúrias e o repúdio com insensibilidade⁵⁷; deve ser como a rosa e como todas as flores e frutos que se dão sem esperar nada em troca – a *sedaca* (esmola, dádiva, oferta) lança um perfume

⁵⁴ Ez 1, 4-28.

⁵⁵ S. JACHIA, op. cit., pp. 1, 11-12.

⁵⁶ A ideia de microcosmos e macrocosmos, que vem desde a Antiguidade e é desenvolvida no Renascimento, encontra-se também em vários escritos cabalistas e em textos de judeus portugueses como Rodrigo de Castro. Ver Rodrigo de CASTRO, *Medicus Politicus sive de Officiis Medico-Politicis Tractatus*, Livro 4, Cap. V, Hamburg, Frobenius, 1614, pp. 235-238.

⁵⁷ S. JACHIA, op. cit., pp. 2-4.

que chega a Deus, tal como a rosa aberta –⁵⁸; deve ser como a águia e as aves de rapina, que fazem o que podem e devem, virando a cabeça como o corço à tentação e ao pecado⁵⁹; deve ser como o Sol, a Lua e as esferas, que têm fortaleza para não mudar, são perfeitos em corpo e alma. E, para isso, o Homem deve bem obrar, estudar a Torá e orar⁶⁰. A missão do Homem é essencialmente imitar os anjos, embora estes não possuam livre-arbítrio, ao contrário dos humanos, e por isso devem estes servir, ouvir e executar sem esperar nada em troca⁶¹. Em suma, o Homem é a sombra de todas as coisas, e portanto um microcosmo, e é simultaneamente a sombra de Deus, porque possui as suas características, e logo é também um macrocosmos.

Aliás, o *daraz* é construído em volta das palavras divinas da criação *naase adam besalmenu*, pois todos os parágrafos do sermão as repetem, geralmente no fim⁶². Para justificá-las e esclarecê-las, Jachia recorre a Abravanel, nomeadamente para explicar ser *sel* (sombra) a base da palavra *besalmenu*. Ou seja, parece haver uma intenção de familiarizar o auditório com o hebraico e em particular com a definição precisa de palavras que Jachia tem por nucleares na doutrina que defende.

Já no 24.º discurso, pregado no *Sabat* antes do *Sebuot*, que inclui a *parasha* sobre o Sinai, Jachia opta por reflectir sobre o favor divino no mistério que é a divisão de Israel em quatro pendões: o de Judá, com a figura de leão; o de Ruben, com um homem; Efraim, com um boi; e Dan, com uma águia. Esta divisão era o reflexo das hierarquias celestes e uma aspiração de Israel a imitar os anjos. Neste sentido, Deus concedeu essa possibilidade a Israel, desde que imitasse Moisés na sua humildade⁶³.

A aparente desunião que a divisão em pendões podia proporcionar é explicada e desmistificada por Jachia: já que as quatro tribos estão unidas nos seus corações e vontades, sendo o seu centro unificador o tabernáculo e a arca, todo o Israel está unido na guarda da Arca Santa. A *Merkabah* surge, nesta questão, como mais um elemento explicativo em que as *hayoth*, ou figuras vivas da visão de Ezequiel, estão muito ligadas aos anjos e aos quatro elementos fundamentais, ou seja: Michael, a água; Gabriel, o fogo; Uriel, o ar; e Rafael, a terra.

Jachia vai mais longe e associa a figura do homem com a terra, do leão com o fogo, da águia com o ar, e do boi com a água. Neste sentido, as quatro figuras representam o comando ou domínio de Israel sobre os quatro

⁵⁸ *Idem*, pp. 4-5.

⁵⁹ *Idem*, pp. 6-7.

⁶⁰ *Idem*, pp. 8-10.

⁶¹ *Idem*, p. 11.

⁶² Esta característica repete-se no sermão 17, sobre *Parasha Tesave* e *Zachor*, em que as palavras escolhidas são *zicaron libne/lisne/le bene Israel*, e no discurso 26, sobre a Páscoa de *Shevuot*, em que se redizem as palavras «e tuas maravilhas e teus pensamentos a nós». Nos três casos as frases surgem no final dos parágrafos em todo ou em parte do discurso, como uma marca estilística.

⁶³ S. JACHIA, op. cit., pp. 240-242.

elementos. Mas, acrescenta Jachia, baseado em Abravanel e em David, as quatro figuras representam os anjos que Deus envia: o homem pode associar-se à capacidade de influir espírito de ciência nos homens e profetas; o leão, ao ofício de fazer juízos e vinganças sobre os inimigos; o boi, à capacidade de beneficiar e benzer os servos de Deus; e por fim a águia, ao amparo e custódia dos servos de Deus⁶⁴.

A ligação das *hayoth*, ou seres viventes, aos anjos, feita por Abravanel e merecedora da concordância de Jachia, reforça a ideia de que Israel reúne em si as capacidades atribuídas por Deus a um povo sábio professante da doutrina e da Lei Santa, tornando-o uma «oliva reverdecida»⁶⁵. Mas esta característica deve-se principalmente, se não exclusivamente, ao facto de professar a doutrina e Lei Santa, imitando os anjos.

A mesma autoridade do leão terá Israel, pois os homens justos vingarão os inimigos de Adonai, resistindo à repugnância e cumprindo a vontade divina; Israel será boi, porque estende o pescoço ao jugo e, à semelhança de José, beneficia o mundo dando o mantimento, e por isso os sacerdotes colocam o pão no santuário, tornando-o um tesouro; terá a velocidade e ligeireza da águia, porque tal como ela Israel é defesa e custódia de todo o mundo, pois aquele animal representa a ciência, a união, o beneficiar e guardar o mundo; e, simultaneamente, Israel está debaixo de seu pendão, o que faz com que ninguém ouse tocar nele⁶⁶. Estes são as explicações e os argumentos de Jachia, baseando-se nos sábios detentores da erudição e tradição oral.

Contudo, Jachia delineia as principais declarações de Abravanel sobre a *Merkabah* de Ezequiel, que consistem no significado das quatro figuras. Estas são, para o rabino lisboeta, os quatro impérios e potentados, designadamente: o leão que é referido na Sagrada Escritura como símbolo de Nabucodonosor, rei de Babel; o homem, relativo ao rei da Pérsia que se mostrou clemente em relação a Israel; o boi, que é a Grécia, pois Alexandre Magno com as suas forças corneou todos os reis da Terra; e a águia representa – obviamente – o Império Romano. Mas, segundo Jachia, existe um *mahamar* que enaltece estas quatro figuras como as quatro espécies de altivos – ou seja, nas criaturas, o homem; nas aves, a águia; nos quadrúpedes, o boi; nas alimárias, o leão –, e por isso Deus os colocou na quadriga. E pergunta então o autor se era necessária a sua presença, já que bastava colocar um homem, que é superior a todos os outros e reconhecido pelos outros. Responde Jachia, com base em Abravanel, que estes impérios e potentados foram criados e tiveram grandeza, mas que a grandeza de Deus é superior a todos eles⁶⁷.

A mensagem era clara. Israel, ao usar os quatro pendões, poderia dominar se praticasse o Bem; caso contrário, seria sujeito, cativo e dividido pelas

⁶⁴ *Idem*, pp. 242-245.

⁶⁵ *Idem*, p. 246.

⁶⁶ *Idem*, pp. 247-249.

⁶⁷ *Idem*, pp. 249-250.

quatro partes do mundo debaixo das ditas monarquias. Mas há também um sinal de consolação e esperança, pois os de Israel, mesmo espargidos, ficavam unidos na Arca Santíssima do testamento, dando a entender que «o trabalho na Lei» era suficiente para juntar e unir as quatro partes, tornando-se Israel de primeira grandeza⁶⁸.

Para reforçar esta ideia, Jachia recorre a Joshua ben Levi, um amoraíta⁶⁹ do século III que dirigiu a escola de Lida e cujos ensinamentos incluem o estudo diário da Torá como um dos objetivos mais importantes da vida. Joshua ben Levi afirma que todos os dias sai uma voz do monte Horeb, que é o monte Sinai⁷⁰, e que essa voz manda ao Homem «meldar»⁷¹, ou estudar a Lei Santa; por isso, o Horeb pode significar a destruição a quem não pratique essa ordenação. A Lei foi dada aos homens contra a vontade dos anjos, pois se aqueles a seguirem honram-na e, não o fazendo, injuriam-na, prejudicando Deus e as gentes. Por outro lado, as Tábuas da Lei podem conceder a alforria do cativo dos homens nas monarquias, além de que o homem que trabalha a Lei fica exaltado e herda a graça divina⁷².

⁶⁸ *Idem*, pp. 250-251. Esta ideia dum reinado ou império justo encontra-se também na definição de Quinto Império do padre António Vieira, em que o rei português e, principalmente, a Igreja assumem um papel semelhante ao de Israel na concepção de Samuel Jachia. A ideia messiânica de reinado de Deus na Terra está também relacionada com o sonho de Nabucodonosor interpretado por Daniel, em que uma estátua com cabeça de ouro, peito e braços de prata, troco de bronze, pernas de ferro e pés de barro seria destruída pela pedra (interpretada como sendo o Messias) que rolaria e derrubaria a estátua, instaurando o Quinto Império ou monarquia, o que levou Menasseh ben Israel a escrever *Piedra Gloriosa*. Para essa sua ideia, contribuíram a pretensa descoberta da «tribo perdida» no continente americano e a sua convicção da eminente chegada do Messias. Embora o messianismo seja uma ideia essencialmente religiosa, estendeu-se ao domínio político: o messias filho de José seria o rei que antecederia o messias filho de David, que aliaria a esfera política à religiosa. Vieira, tal como Gomes Anes Bandarra ou como Manuel Bocarro, apontou que o rei de Portugal e/ou da Espanha seria esse rei esperado. O mesmo fizeram Isaac la Peyrere (1596-1676), em relação a Luís XIV, rei de França, e outros autores seus contemporâneos. Esta ideia prolongou-se nos tempos e tomou entre os escritores portugueses uma dimensão diferenciada: Fernando Pessoa chegou a afirmar que o Quarto Império era a Europa e a língua inglesa, e que o Quinto Império seria Portugal e a língua portuguesa; Natália Correia, por seu lado, afirmava que essa época messiânica seria a das mulheres.

⁶⁹ Do hebraico *amora*, designa aquele que se dedica ao ensino do Talmude. Os amoraítas seguem-se aos tanaítas, sábios transmissores da tradição oral e da *Mishnah* (escrita c. 220 por Judah Nasi, é considerada a primeira obra escrita do judaísmo rabínico).

⁷⁰ Esta equivalência não é consensual e, neste caso, parece haver uma ambivalência: Sinai pode ser a montanha da Lua e Horeb a montanha do Sol. Associando ambas, fica-se com a montanha do Sol e da Lua, uma metáfora para a dicotomia luz/sombra.

⁷¹ «Meldar» é talvez uma palavra ladina.

⁷² S. JACHIA, op. cit., pp. 251-252.

Discursos 8 e 10: A luz e a sombra divinas; o apegamento a Deus, o cinto ou faixa; o messias e o profeta

A dicotomia luz/sombra é explicada através da luz do Sol, por um lado, que entra nas *sucot* (tendas ou cabanas), significando isso, para o *mahamar*, todos os bens mundanos; a sombra, por outro lado, representa a providência e protecção divina, por isso estar na sucá faz o homem apartar-se das coisas terrestres e apegar-se a Deus, debaixo da sua sombra. Durante a celebração do *Sucot*, antecipada pelo Quipur, todos reflectem sobre os seus pecados e se pela penitência ou *tesuva* merecem o amparo e a misericórdia divina debaixo da sua púrpura (símbolo de majestade), perante um Satã que incentiva e pesa os pecados de cada um. Deste modo, o tempo ideal para Israel se apegar a Deus é entre o *Sucot* e o dia de Páscoa *Aseret*; nessa altura, Adonai dá estabilidade a tudo. Para o profeta Jeremias, Israel torna-se perfeito quando voltar a Deus e se detiver perante Ele – então os de Israel serão reconciliados e abraçados por *el Dio*⁷³. Por seu turno, a sombra (*sel*) não é a ausência de luz, mas sim a fonte de onde Deus levanta os seus profetas, tal como Moisés⁷⁴.

Por conseguinte, existem vários significados e formas de luz. A luz solar mostra os bens mundanos, mas recebe ao mesmo tempo a luz divina e reflecte-a. É deste modo que Moisés se torna sol, pois, tal como o astro, reflectiu directamente de Deus a Lei e a profecia⁷⁵. Jachia remete para o rabino Meir, para explicar que Deus vestiu Adão com túnicas de couro, de púrpura e de brocado, mas acrescenta que, onde se lê *bor* (couro), deve-se ler *or* (luz). Deste modo, Adão, ou a Humanidade, veste hábitos mortais, mas também traja roupagens de luz e glória divinas. Isto é particularmente importante em altura de Hanucá, quando se acendem as candeias e a menorá com azeite limpo e se celebra o milagre do azeite encontrado numa almotolia debaixo de terra com selo de Coen Gadol⁷⁶. O azeite que deu para oito dias e o ramo de oliveira da pomba que voltou à Arca de Noé estão ligados pela mesma simbologia da oliveira e do azeite, que significa a ligação a Deus.

Mas, acima de tudo, a luz é a própria *thora* lei, ou *vethora or*, ou seja Lei-luz, pois mostra a verdadeira fé, não existindo ciência nem Lei no mundo que se possam comparar, porque foi amor divino a dá-la e entregá-la⁷⁷. Na terra, os homens podem assemelhar-se a esse amor divino e luz praticando *misvot*, ou seja boas obras e caridade, em particular da *Hevra*, acudindo a todas as necessidades de misericórdia e de *Bikur Holim*, visitando os enfermos, pois a doença é a pior das pobreza. Citando Isaías: levanta-te e esclarece, que veio a tua luz⁷⁸.

⁷³ *Idem*, p. 72.

⁷⁴ *Idem*, p. 74.

⁷⁵ *Idem*, pp. 74-75.

⁷⁶ *Idem*, p. 86.

⁷⁷ *Idem*, p. 73.

⁷⁸ *Idem*, pp. 91-92. Refere-se a Is 60, 1.

A noite representa para Jachia as épocas de cativo. Estas são três, tal como as «partes» que a constituem: Egipto, ou asno que zurra; Babel, ou cães que ladram; Grécia, em que o bebé mama e a mãe fala com seu marido. Em todos os cativos, Deus ruge como leão, pois pesam-Lhe os trabalhos dos seus filhos, embora os sábios digam que Deus escolheu purgar deste modo os pecados deles⁷⁹. Portanto, estes períodos de noite ou escuridão são também de decadência moral.

O apego a Deus parte do dever de Israel de colocar toda a sua confiança no Divino, garantindo essa atitude a perfeição. Por isso, em tempo de *Sucot*, e à semelhança do êxodo do Egipto, confia-se apenas na providência divina. Esta perfeição é também garantida pelo mês sete (*Tisri*) e pela existência em todas as casas de reservas dos principais meios de subsistência, como o azeite, o pão e o vinho e todas as abundâncias necessárias⁸⁰.

Adiante, Jachia detém-se sobre os significados de Israel. Refere então que no dia de *Simchat Torá* se acabam de «meldar» os cinco livros da Lei que Deus deu a Israel, mas, tal como quando um rei do mundo possui uma jóia, só podem participar ou ter conhecimento dessa jóia os mais nobres. A jóia entesourada ou *hemdá yenuz*, que é a Santa Lei, é partilhada pelos que se chamam Israel e os que se chamam Jacob⁸¹. Ou seja, Israel possui dois sentidos neste excerto: o Povo de Israel ou, talvez mesmo, a Humanidade, e aqueles que se chamam Israel, que são os mais elevados espiritualmente de entre os homens, conforme se verá mais à frente. Contudo, também os menos elevados, ou Jacob, podem ter acesso à Lei. Nas palavras de Jachia, Deus deseja que os bons de Israel «meldem» a Lei e que os inferiores, Jacob, participem em *Simchat Torá*, em consideração à nobreza de Moisés alcançada por *Zechut*, merecimento; e o mesmo podem todos alcançar, caso se abracem com a Torá, ou Lei⁸². Por conseguinte, o estudo da Lei e do merecimento alcançado por Moisés pode conduzir Israel, e quiçá a Humanidade, ao conhecimento divino e à monarquia celestial, o que remete também para as questões messiânicas.

Para desenvolver o argumento de que todos podem partilhar a Lei, Jachia debruça-se sobre as coroas criadas por Deus: a de sacerdócio, que deu a Araão; a de reino, entregue a David; e a de Lei, que é livre, *col a rosse li tol*, ou seja, quem quiser venha e participe. Jachia explica como é possível encontrar a coroa da Lei entre os homens, acrescentando que Deus encomendou a Lei-luz e a entregou a Moisés para ser entendida sem subtilezas nem agudezas. A Lei foi um acto de amor divino, ou seja de *lanu*, dada e entregue para ser transmitida de pais para filhos e estes a herdarem sempre em *kebilat*, companhia. A perfeição da Lei é revelada, não no estudo isolado em casa, mas sim em público, em *kaal*, mesmo tratando-se do esforço dos de Jacob,

⁷⁹ *Idem*, pp. 93-94.

⁸⁰ *Idem*, p. 69.

⁸¹ *Idem*, pp. 72-73.

⁸² *Idem*, p. 74.

ou seja os que não são Israel⁸³. Deste modo, Jachia procura demonstrar que há particularidades que diferenciam das outras religiões o judaísmo, que, no seu entender, era a verdadeira fé. Uma dessas características é a manutenção da mesma Lei que Deus encomendou a Moisés, através do seu amor divino. Moisés publicou-a e esta foi recebida voluntariamente por quem a transmitiria aos seus filhos. Mas isso não impedia que todos pudessem e devessem ler e estudar a Lei, independentemente de pertencerem a Israel ou serem apenas dos de Jacob.

Para definir Moisés como um profeta diferente de todos os outros, cita-se Abravanel e refere-se a profecia, ou *nebua*, de se levantar o profeta da sombra. Enquanto os outros profetas se tinham de preparar para a profecia, revelada através de anjos, e depois dela ficavam confusos e atónitos, levando algum tempo até se aperceberem da realidade, Moisés, pelo contrário, falava cara a cara com Deus, estava sempre preparado e conseguia sempre tornar ao real sem ficar paralisado ou adormecido. Para além disso, Moisés não necessitava de exemplos para compreender com visão clara a profecia e, por isso, os sábios dizem que o rosto de Moisés era como o Sol que recebia a luz de Deus⁸⁴. Por conseguinte, Moisés seria simultaneamente um sol e lua, porque reflectiu a luz divina e saiu da sombra da protecção, tornando-se um verdadeiro profeta.

Deste modo, as possibilidades do Homem são imensas, pois ele pode alcançar a glória e bem-aventurança no outro mundo e pode também ser Moisés, sol e anjo, desde que siga a Torá. A Lei de Adonai é perfeita, fazendo com que a alma entenda a glória e suba para ser conservada no Tesouro das Vidas, onde se encontram as almas dos justos. De acordo com Josef Albo, a alma quando sai do corpo sobe ao seu lugar de origem, apegando-se à divindade. Por conseguinte, a alma do justo, estando incorporada na terra, deseja sempre as coisas espirituais e divinas e a sua mira é sempre o Céu, por isso, quando apartada do corpo, sobe para ele: pois sempre esteve nele e estará no Tesouro, como disse Abigail a David. Já a alma do mau deseja sempre a terra e os seus vícios e por isso se afundará entre a palma, não podendo subir, mesmo querendo, pois é impedida num jogo de péla entre um anjo de *misrab* e outro de *maarab*, causando grande tormento à sua alma. O lugar da alma do justo voltará ao seu natural, o *Gan Heden* ou Jardim do Éden, recebendo com alegria a *Simchat Torá*⁸⁵.

A Lei dá alegria e traz benefício a quem a possui, tal como fez a Moisés. Quem se abraça à Lei merece ter a alma apegada a *el Dio*, tornando-se santo e bendito, e fazendo a sua sepultura na alegria da Lei. Quando a Lei está somente entre os homens, mas não se encontra esculpida nos seus corações, há-de vir o tempo em que *el Dio* descobrirá os segredos dela. Por isso se diz

⁸³ *Idem*, p. 73.

⁸⁴ *Idem*, pp. 74-75.

⁸⁵ *Idem*, pp. 75-76.

«dei minha Lei entre eles e sobre seu coração escreverei»⁸⁶. Por conseguinte, a condição de estar apegado a Deus enquanto a alma se encontrar enformada no corpo, na esfera ou mundo terrestre, é desejar sempre as coisas espirituais e divinas mesmo antes de chegar o Tempo em que Deus revelará os segredos da Lei, provavelmente numa era messiânica. Em contrapartida, a alma apegada a Deus quando se encontra no mundo das emanções divinas estará no Atadeiro das Vidas e no seu estado natural em *Gan Heden*, ou seja no Paraíso.

Esta questão do apego a Deus, muito baseada na profecia de Jeremias⁸⁷, é também desenvolvida no 10.º discurso, sobre o Hanucá, em que Deus toma Israel como seu cinto que faz a ligação entre o mundo terrestre e os mundos superiores. A identificação de Israel como o cinto de Deus, porque a ele está apegado, é uma ideia desenvolvida principalmente no sermão 7, em que se refere ainda que Israel divide a parte superior da inferior, dando suporte e força ao corpo⁸⁸.

Posteriormente, Jachia caracteriza Israel como o azeite, pois, tal como ele, sobe sobre todos os licores ou líquidos, sendo por isso superior e alto. E é como o cinto ou faixa que se apegam aos lombos do Homem, pois Israel apegam-se com fé a Deus, tal como uma parte do mundo angélico se apegou para influir nele e no resto do mundo. Matatron, o mais alto dos anjos, influi no mundo esférico; no mundo terrestre, Deus escolheu Israel, que imita a parte principal do mundo esférico e a do mundo angélico. Deus socorreu-se de Moisés quando disse «e vós, os apegados», como que dizendo que nas partes angélica e esférica existiam outros apegados. Jeremias deu o exemplo do cinto ou faixa, que são os filhos de Israel e se entende que Israel é o azeite que sobe e o tesouro de Deus por ser a causa de toda a terra. Jachia vai mais longe, ao definir uma correspondência entre o mundo esférico e o terrestre em que Israel tem um papel de primeira importância. Nos céus há 12 signos, Israel tem 12 tribos; no céu há sete planetas errantes, Israel tem sete colunas (Abraão, Isaac, Jacob, Moisés, Araão, David e Salomão); no céu há uma infinidade de estrelas, em Israel a *muchedumbre*, ou o povo, é como as estrelas; no céu há o Sol e a Lua, em Israel há a Torá e a Lei de Boca, que recebe a luz do Sol; por isso Deus chama Israel ao seu filho primogénito, superior a todas as criaturas⁸⁹.

A ligação a Deus é de tal forma íntima, que Israel possui no seu nome o próprio nome de Deus, pois é o seu povo escolhido. Deste modo, Israel é escrito com *alef* e *lamed*, e não com *ayn* e *lamed*, como Ismael. Contudo, Israel queixa-se do asco aos olhos das gentes e da sensação de inferioridade que isso provoca; ou seja: sendo filhos de Jacob, agem como filhos de Esaú, por comida de lentilhas «melancólicas e ventosas», como são as riquezas

⁸⁶ *Idem*, pp. 76-77. Jr 31,33.

⁸⁷ Jr 13,11.

⁸⁸ S. JACHIA, op. cit., pp. 60-68. Ver J. LIEBERMAN, «Mystical Metaphors», cit., p. 125.

⁸⁹ S. JACHIA, op. cit., p. 87.

do mundo, que enchem de soberba e alteração os homens que delas mal se servirem. Jachia defende, apoiando-se em Rashi, que Israel deve ser filho de Jacob, que recebeu *bechora*, coisa grata, e ser confirmado por seus filhos, que só depois do cativeiro do Egito poderiam herdar a Terra Prometida e o mundo eterno quando recebessem a Lei⁹⁰.

O Messias também herda e é patrão desta terra, mas será superior a todos os reis, pois, tal como Israel, herdará os dois mundos, e serão ambos o azeite que sobe sobre todos os licores. À semelhança de Israel, o Messias ilumina o mundo com a verdadeira fé de Deus e, como dizem os sábios, Abraão tinha uma jóia resplandecente pendurada do pescoço, o que alegoricamente significa que Abraão iluminava o mundo publicando o nome *d'el Dio*⁹¹.

De acordo com um *mahamar*, dizem os sábios que à direita de Deus fica o Messias e Abraão *abinu*, nosso pai, à esquerda. Este perguntou porquê, e Deus respondeu: «teu filho fica à minha direita e eu fico à tua direita». Este argumento subtil quietou Abraão, pois a direita representa vigor, valor e força; deste modo, o Messias faria milagres e grandezas com o valor e vigor da mão direita de Deus, que lhe daria forças para isso. Por outro lado, ficar à direita de Abraão faz de Deus rei dos reis, mas Abraão só viu que estava à esquerda. Deus necessita da publicação do seu valor e por isso precisa da direita de Abraão, para que este publique que o mundo foi iluminado como azeite. A Lei ilumina a escuridão dos ignorantes, e por isso Israel acende uma luz na santa casa de Deus, sendo luz do mundo. Daniel e os sábios afirmam o resplendor do céu e de Israel, que mesmo na escuridão do Egito possui claridade. Se Israel se queixa de escuridão, é por sua própria causa, pois está submersa nas vaidades e pecados; para sair dela, é necessário entrar na luz e candeia das *misvot*⁹².

Deste modo, Jachia aponta um caminho para Israel, para todos os espiritualmente mais desenvolvidos e provavelmente para toda a Humanidade: a solução é o apegamento a Deus, é ser caridoso e misericordioso, enfim é ser azeite que ilumina o mundo. O facto de o azeite ter sido encontrado numa almotolia de barro sob a terra significa que as dez tribos de Israel andaram espargidas na escuridão e, quando chegasse o dia de ser tanguido o *Shofar* grande, todos os perdidos e todos os subjugados surgiriam como o azeite. Mas, enquanto estiverem em terra, essa estabilidade será curta e frágil e pode quebrar-se como o vaso de barro⁹³. Neste excerto, manifesta-se a ideia duma era messiânica que reuniria os justos, o azeite iluminador do mundo. O azeite, sendo pouco, se fará muito.

⁹⁰ *Idem*, pp. 88-89.

⁹¹ *Idem*, p. 90.

⁹² *Idem*, pp. 90-91.

⁹³ *Idem*, pp. 92-93.

Discurso 15, sobre Sahteruma e o Purim: o tabernáculo e o templo; os querubins e a iconoplastia; judaísmo *versus* cristianismo

Este discurso trata de diversos temas importantes que separam o judaísmo do cristianismo. Começa com a afirmação dos estudantes de que é difícil de entender que a Divina Majestade, que enche todo o mundo, diga para lhe fazerem uma casa para morar. Os sábios remediaram em parte a dúvida dizendo que o que está escrito não é «morarei neles», mas «entre eles», ou seja, a casa seria os corações dos filhos de Israel. Mas na *parasha* refere-se que *el Dio* falaria entre os dois querubins, na casa onde morava, e logo surge a dúvida de como em tão curto espaço pode caber «quem não tem lugar», porque é onnipresente e está em todo o lado. Para explicar isso, outros curiosos deram o exemplo dum espelho, pelo que, através do tabernáculo, poderia ver-se *el Dio*, se bem que de forma incompreensível. Deste modo, o preceito de se fazer o santuário devia ser simultaneamente universal e particular⁹⁴.

No *kodesh kodashim*, no Santo dos Santos, deviam colocar-se dois querubins de ouro sobre a arca do testamento. Esta ordem de colocar imagens na parte mais secreta do templo estaria em contradição com o ordenado no monte Sinai e, segundo Jachia, isso deu azo a que as casas de oração possuíssem imagens à vista de todos, o que para o autor era errado. Jachia assumia uma atitude iconoclasta, semelhante à do protestantismo, que seguia à letra o texto sagrado. Outro assunto em que o autor discorda é que as figuras angélicas colocadas sobre a arca representassem Moisés e Jesus, a quem se refere como o «outro»⁹⁵ ou o «outro legislador». Trata-se, portanto, de duas grandes questões: a iconoclastia e a posição de Jesus, embora o nome deste nunca seja dito.

De acordo com o discurso, pode entender-se que não há contradição, para o autor, na ordem de mandar fazer os querubins no *kodesh kodashim*, lugar onde ninguém entrava a não ser no Quipur. Quando o grande sacerdote os mandava pôr na *azara*, pátio ou outro lugar público, todos os *coanim* e *leviim* podiam entrar para que vissem ser lícito ter imagens em casa de oração. Mas isso não queria dizer que representassem Moisés e outro legislador (Jesus), sendo condição que os querubins estivessem um em frente ao outro, como irmãos que se olham, mostrando união e conformidade. Ambos inclinam os rostos para a arca e para a Lei que ali estava dentro, e não a outra nova que se haja dado depois. Ainda sobre os querubins: Moisés é somente homem, não é deus e homem, por isso não é igual ao outro (Jesus), nem encarna. David disse que Adonai encomendava «clara alunbran ojos», ou seja, «ilumina para poderem ver os erros dos contrários e o que é claro neste mundo, ilumina os olhos no outro e andará a tua justiça adiante

⁹⁴ *Idem*, p. 142.

⁹⁵ *Idem*, pp. 142-143.

de ti»⁹⁶. Transparece neste excerto um certo binómio entre Moisés e Jesus, entre Lei e Lei Nova, entre homem e homem-deus, acabando Jachia por concluir pela valorização da Lei e da pessoa de Moisés, pois eles iluminam e mostram o erro. Jachia não tece qualquer juízo de valor do Novo Testamento ou Jesus, pois nunca são mencionados, tal como se verá à frente em relação a Uriel da Costa.

Quando a *misua*, ou encomenda de claridade, se junta com alguma opinião do mundo, por vaidade e por hipocrisia, é uma *misua* feita com escórias e não nos pode iluminar. Quando a *misua* de Adonai é clara, limpa, diáfana, é feita por Adonai e iluminará os olhos; a *misua* acarreta *misua* e isso diz David e é perfeita, ilumina quem a observa e ilumina os seus olhos, mesmo os dos cegos e ignorantes. Jachia aproveita para apelar a uma *misua* sobre os querubins, para as suas declarações terem significado verdadeiro e real⁹⁷.

Moisés em 45 de *Helek* diz que a profecia antecede *thora min ah shamaim*, Lei celeste. Só quem acredita na profecia pode acreditar na Lei que *el Dio* deu a Seu povo pela mão do Seu profeta, fiel de Sua casa. A profecia foi recebida por mão do anjo de Adonai que apareceu a Moisés, príncipe dos profetas, em chama de fogo. Verifica-se que crer, ser e ver anjos é forçoso a quem crê. Crer nos *malachim*, anjos, antecede a profecia e a Torá, Lei. Tal como os olhos têm necessidade da luz do Sol para ver, o nosso intelecto tem necessidade de outro intelecto separado da matéria, que é o anjo, para receber a luz da profecia, de modo que quem crê na Lei há-de crer na profecia e nos anjos, embora a sua criação não esteja nomeada na Lei. A profecia era que *el Dio* falaria agrado, junto à arca contendo as pedras ou tábuas do testamento. Segundo os sábios, os querubins em ouro finíssimo encimavam a arca e eram figura de anjo e simultaneamente macho e fêmea, o que significa influente e recebente⁹⁸. Deste modo, a crença em anjos seria como uma condição para a crença na profecia e na Lei, e estes serviriam como intermediários ou como facilitadores da compreensão pelos homens dos inúmeros mistérios. Jachia passa de seguida à descrição do tabernáculo ou do templo.

O tabernáculo dividia-se em três partes: a primeira era a *azara*, corte ou pátio, significando o mundo terrestre; a segunda era a *echal*, ou mundo esférico; a terceira era o *kodesh kodashim*, ou mundo angélico onde Adonai mandou pôr os querubins em encomenda de «clara alunbran ojos»⁹⁹. Esta ideia dos três mundos, já mencionada no discurso sobre Roshashana¹⁰⁰, também é desenvolvida nos discursos 25 e 27, em que o mundo angelical é dividido em dez anjos administradores, tal como são dez as divisões do mundo celeste, devendo o homem no mundo terrestre imitar os anjos e as

⁹⁶ *Idem*, p. 144.

⁹⁷ *Idem*, pp. 144-145.

⁹⁸ *Idem*, pp. 145-145a.

⁹⁹ *Idem*, pp. 145-145a.

¹⁰⁰ *Idem*, pp. 1-12.

esferas¹⁰¹, o que remete para as *sephirot* e árvore sefirótica, constituída por dez *sephirot*. O conjunto de toda a construção do tabernáculo ou templo dá-nos a ideia da sombra divina, que alia os corações dos crentes, a protecção paternal e divina cuidadora dos seus filhos, talvez coincidente com o mundo das emanções, ou *Ein Sof* que liga e extravasa toda a árvore sefirótica.

A representação humana dos anjos, mais precisamente de crianças assexuadas, é mais ou menos aceite nesta época, embora Jacob Leão Hebreu Templo¹⁰², rabino em Hamburgo em 1628, escreva mais tarde um tratado chamado *Tratado de los Cherubim*¹⁰³, em que considera que os querubins serão todos como a visão de Jeremias com quatro faces: homem, boi, águia e leão. Este mesmo autor escreveu *Retrato del Templo de Selomo*¹⁰⁴, em que descreve o templo. Ambas as temáticas revelam ser de grande interesse para a elite religiosa de Hamburgo, Amesterdão e Midleburgo.

Jachia, por seu turno, seguindo os conceitos e doutrina de Abravanel, lança a ideia de os querubins em figura de meninos pequenos poderem significar Israel, pois, como diz o profeta Moisés, Israel é semente de *avot*, ou seja dos santos pais. *El Dio* apiedou-se dos filhos de Israel e, tal como Simeão dum leão morto tirou mel, dos leões dos santos pais tirou mel e doçura, dando-lhes merecimento que os cobrisse e amparasse¹⁰⁵.

Como os querubins estavam postos sobre a Arca da Lei, isso significa a obrigação de Israel estar sempre na Lei para sua salvação, imitando os querubins postos sobre *aron a bedut*, arca do testamento. À sua semelhança, só se salva quem estiver nesta Arca da Santa Lei, como aconteceu no Dilúvio, quando se salvaram apenas os que entraram na Arca de Noé. A este propósito, Jachia acrescenta que os sábios dizem que no tempo vindouro aparecerá *el Dio* com um *Sepher Thora* em seu seio, dizendo: «quem trabalhou neste que venha tomar seu prémio». O autor anota este *mahamar*, chamando a atenção para *el Dio* aparecer com um *Sepher Thora* no seu seio e indagando o que isso significaria¹⁰⁶.

O autor aproveita a pergunta para questionar as ideias de pessoas a que chama adversários e parece identificar com os cristãos. Para estes, Deus mudou a Lei para uma Nova Lei, deixando de amar e estimar a primeira lei; a Nova Lei, por seu turno, ao se debruçar sobre os bens terrestres, e pouco sobre os bens espirituais, tornou-se mais terrestre. Por conseguinte, a Nova

¹⁰¹ J. LIEBERMAN, «Mystical Metaphors», cit., p. 124.

¹⁰² A. K. OFFENBERG, «Jacob Jehuda Leon (1602-1675) and His Model of the Temple», in J. van den BERG e Ernestine G. E. van der WALL (ed.), *Jewish-Christian Relations in the Seventeenth Century. Studies and Documents*, Dordrecht, Kluwer, 1988, pp. 95-115.

¹⁰³ Yaacob Yeuda Leon HEBREU, *Tratado de los Cherubim*, Amsterdam, Nicolas Ravesteyn, 5414 [1654].

¹⁰⁴ Y. Y. L. HEBREU, *Tratado del Templo de Selomo*, Middelburg, viúva Symon Moulert, 5402 [1642].

¹⁰⁵ S. JACHIA, op. cit., pp. 145a-146.

¹⁰⁶ *Idem*, p. 146.

Lei sobrepor-se-ia à Lei; contudo, e conforme a profecia descrita por Jachia, Deus traria a Torá no seu seio, o que demonstra o contrário, pois torna a Lei semelhante a Deus na sua grandeza, divindade e espiritualidade. Por outro lado, existe para Jachia uma terceira razão, que se prende com a intenção de mostrar a diferença entre a Santa Lei e todas as outras, dadas e inventadas por homens. Somente a Torá de Moisés é dada por mão *del Dio* e é coisa sua, por Ele inventada e não por homens. E quando Deus diz que apenas quem trabalhou e observou a Lei pode ir ao Seu encontro e receber o seu preço, isso é transformar-se em querubim sobre a arca do testamento, Israel sobre a Arca da Lei¹⁰⁷.

Jachia reforça esta ideia recordando que Israel foi salvo no tempo de Amam: recebendo a Megila e confirmando a observação da Lei, nessa altura os de Israel recusaram as leis do rei Hamam e tiveram sentença áspera de Assuero. Israel antes quis morrer na sua Lei do que viver na Lei alheia e, por tal merecimento, as gentes de Israel foram salvas, porque quiseram ser *kerubim al aron a bedut*. Tal como a Lei, também a festa do Purim não seria olvidada e isso é afirmado tanto na Megila como na Torá, reforçando Jachia que ambas coincidem nessa observância e obrigação¹⁰⁸.

Depois de citar um *mahamar* em hebraico sobre Amam, Ester e Mordecai e levantar questões de tradução em *targum* e caldaico, justificou o autor que a festa do Purim tem princípio na Lei e não deriva somente da ordem de sábios. Amam foi posto no *bes*, na forca, e Ester e Mordequeu, pelo merecimento da Lei que receberam e firmaram, entraram na Arca de Noé e foram *kerubim al aron a bedut*, ou seja *aman min a thor*, *Mordohai e Hester min a thora*. Tal como os querubins olham a Arca e a Lei, Israel deve fazer o mesmo e trabalhar nela, mas os de Israel não devem «meldar», ou estudar sós, pois há unanimidade entre os sábios que as faces dos querubins vejam um companheiro. Neste particular, Jachia refere o profeta Jeremias, quando diz «espada sobre los solos y seran enlouquecidos». Ou seja, para os *hahamim*, os discípulos sábios que trabalhassem sós na Lei teriam por pena a morte e a espada, tal como os sábios que «meldassem» a Lei sozinhos ficariam desunidos e seriam levados à loucura. Deste modo, obrigam-se os homens de Israel, figurados pelos querubins, a que enquanto estiverem em *bal a aron* se unam, não pelas solas, mas pelas faces do seu companheiro¹⁰⁹.

Jachia não deu importância à sua contradição quando afirmou que os homens de Israel devem estudar a Torá juntos, pois tinha em mente as academias de discípulos e os seus mestres e por isso falou expressamente em «homens de Israel». Embora o autor recorrentemente utilize a palavra «Israel» como sinónimo de «Povo de Israel» e como um conjunto de grupos plurais, quando se refere apenas ao género masculino, entra em contradição

¹⁰⁷ *Idem*, pp. 146-147.

¹⁰⁸ *Idem*, pp. 147-147a.

¹⁰⁹ *Idem*, p. 148.

com a afirmação de Ester ser um querubim. Jachia, ao longo da sua obra, afirma que os anjos são simultaneamente homens e mulheres, havendo portanto essa ideia de que os querubins podem ser e são mulheres, como Ester. Assim, as mulheres teriam de se dedicar também ao estudo da Torá, pois só o seu estudo permitiria uma evolução da alma, até esta alcançar as características de anjo.

Jachia debruça-se então sobre as dúvidas que surgem deste *mahamar*, designadamente sobre a pena de morte e espada para quem estuda a Torá sozinho. Estudar sozinho também conduz à loucura – mas não se entende se antes ou depois da morte, o que revelaria a crença na imortalidade das almas. Jachia recorre então ao público que o estaria a ouvir e cita Moisés sobre as palavras de Salomão «*gam belo da bad, nefes lo tob*». Começa por dizer que, tal como o corpo ganha forma com a alma, sem alma não há forma nem ser. Esclarece que a alma tem necessidade de *sechel*, ou saber, isto é, aquilo que o homem estuda, ouve de sabedoria e lhe fica gravado em seu coração e sua alma. Este *dabad*, ou ciência, é o que forma a alma depois de ela se separar do corpo, dando-lhe o ser, e, sem este saber, a alma é como matéria sem forma ou como corpo sem alma. Assim se entendem as palavras de Salomão «*Gam belo dabad*»: sem saber, a alma não tem bondade, não é perfeita, nem tem forma. Por isso dizem os sábios que é bem-aventurado quem tem uma alma que vai ao outro mundo e leva consigo o que aprendeu e o seu saber, porque esta alma mantém-se com forma, ou «*nefes toba*». Mas esta capacidade perder-se-á para aqueles que optarem por «meldarem» sozinhos e desunidos, pois sobre os seus ossos pende a espada e desse modo morrem sem poder levar consigo a alma, perdendo-se o seu conhecimento. Para concluir esta ideia, Jachia acrescenta que o *mahamar* indica ser isto mau, porque o corpo fica sem forma nem alma, e esta também fica sem forma ou «*no buena*», porque está vazia de conhecimento¹¹⁰.

Quando recusam conversar e «meldar» unidos, os sábios de cada cidade conduzem à desunião, pois os seus foros e os seus juízos não são bons. Podem não ser unânimes, pois não é essa a sua obrigação, mas têm de ser unidos e sem querelas. Devem ter como objectivo a unidade para a sua conservação como povo, evitando a desunião no «meldar», na medida em que isso provoca a sua dispersão e permite muitas interpretações, assim como a elaboração de diversas leis que causam a desunião de Israel. Por conseguinte, considera-se que um dos grandes problemas de Israel foi Aman ter provocado a desunião no «meldar». Alguns sábios dizem que Aman deitou sortes; ora a sorte do mês de Adar é o signo Peixes, pelo que os varões, tal como os peixes, comeram os seus companheiros e por isso se espalharam. Coube a Ester reunir e unir os judeus e a Mordecai dedicar três dias a muita lei, muita oração e muito jejum, e só depois disso *el Dio* determinou que os de Israel fossem como peixes para engolirem seus inimigos¹¹¹.

¹¹⁰ *Idem*, pp. 149-150.

¹¹¹ *Idem*, p. 150.

Segundo o *pasuk*, Joshua disse a Israel: «Chegai-vos aqui.» E diz Rashi que estas palavras milagrosamente estreitaram e reuniram todo o Israel num pequeno lugar entre as duas travessas com que levavam a Arca. Com isto se entende a expressão «chegai-vos», que é *lasson* de *noges*, de apertar e restringir, ou, como diz Rashi, *simsen*, também *sene bade a Aron*, entre as varas da Arca. Este sermão é marcadamente oral, pois Jachia chama a atenção da audiência para a necessidade de Joshua de concentrar e restringir Israel naquele lugar. Para Jachia, servia isso para mostrar como devia existir unanimidade no «meldar», pois os querubins, figura de Israel, estavam sobre a Arca e sobre a Lei. Baseia-se ainda em *Maames Coab, daraz* 23 de Almosnino, para justificar que uma cana pouco resiste mas muitas canas resistem bem, tal como uma voz que cante não dá tanta suavidade como muitas estando juntas em suave concerto; deste modo, unidos serão um diamante de muita estima¹¹². Apela, assim, à união da comunidade e de esforços para o estudo conjunto.

Os querubins tinham as asas expandidas para cima, mostrando que *el Dio* concede a Israel, mediante a Lei, o voar para cima em direcção à glória e apegar-se a *el Dio*, à imitação de *serafim*, *homedim mi mabalo*. As asas podem significar *geulot*, que *el Dio* dá aos de Israel, ainda que se encontrem angustiados em perigos grandes, como o perigo de Aman, e dá asas aos de Israel para que voem e se salvem dos trabalhos em que se acham, como aconteceu no tempo de Mordocai e Ester. Dizem os sábios que os querubins eram *zachar* e *nekeva*, macho e fêmea todos de ouro, quem sabe Mordocai e Ester todos de ouro, porque *el Dio* dourou Ester, fazendo-a rainha, e Mordocai, tornando-o vice-rei. Desse modo, *el Dio* devia dourar também a gente de Israel, representada nos querubins. Como diz o profeta, em lugar do cobre haverá ouro, riquezas temporais e espirituais¹¹³.

Este discurso revela uma preocupação de reafirmar a importância do estudo em grupo e isso não significa necessariamente que as discordâncias e divergências sejam inexistentes, embora se reforce a ideia de unanimidade no «meldar», podendo em grupo controlar-se mais facilmente o pensamento e as interpretações. O estudo individual traduzir-se-ia em morte da alma, porque ela não ganhava forma através do conhecimento, ciência e sabedoria. Esta passagem, tal como outras¹¹⁴, remete-nos para os acontecimentos que rodearam a escrita e a publicação da obra de Uriel da Costa e sua consequente excomunhão em Veneza, em Hamburgo e, no decorrer de 1623, em

¹¹² *Idem*, pp. 150-151.

¹¹³ *Idem*, pp. 151-152.

¹¹⁴ A segunda parte do 30.º discurso, sobre a *Parasha Sofetim*, em S. JACHIA, op. cit., pp. 315 e ss, revela também uma preocupação com pessoas que não reconheciam a autoridade dos sábios e da tradição oral. Julia Lieberman identificou um dos homens a quem estas referências diziam respeito, Uriel da Costa, e foi mais longe, afirmando que a omissão do segundo *daraz* particular também se deve a acontecimentos a ele ligados. Ver J. LIEBERMAN, «Sermons», cit., p. 65.

Amesterdão¹¹⁵. Contudo, o nome de Uriel da Costa nunca é referido, podendo esta crítica do estudo isolado da Lei aplicar-se também às igrejas reformadas e à realidade vivida em Hamburgo pela comunidade de judeus portugueses.

Conclusão

Os discursos de Álvaro Dinis, ou Samuel Jachia, reflectem uma realidade vivida pelos cristãos-novos portugueses espalhados pelas mais diversas comunidades europeias, cuja ligação mais forte era o sentimento de pertença e uma intensa identificação com o Povo de Israel, mantendo a sua parte da Aliança, ao seguir e defender a Lei de Moisés nos locais mais diversos, no caso em Hamburgo.

Da obra de Jachia transparece uma formação que se pode apelidar de rabínica, pois as suas citações revelam a intimidade que aquele rabino ou pregador de Hamburgo e Glückstadt tinha com os principais autores e autoridades judaicas, nomeadamente os comentadores. Mas Jachia também conhecia as principais obras e fontes, inclusivamente os textos cabalísticos. Aliás, o seu estudo das obras místicas manifesta-se e está patente ao longo de toda a sua obra, revelando a influência dos autores místicos medievais e modernos, com especial destaque para os da Península Ibérica, França, Salónica e Palestina.

As prédicas de Jachia permitem-nos estabelecer algumas marcas estilísticas, nomeadamente a repetição de frases e ideias ao longo dum mesmo discurso, numa retórica e raciocínios elípticos pelos quais esclarece várias questões a partir de expressões e pensamentos. Outra característica sua é socorrer-se de vários exemplos e histórias do Pentateuco e dos principais profetas, como Jeremias, Isaías, Daniel, entre outros, manifestando uma preocupação com os movimentos messiânicos.

As experiências pessoais de Jachia e dos que o rodeiam fazem parte do seu discurso, principalmente no que diz respeito a acontecimentos marcantes. Neste contexto se pode inserir a referência a factos ligados a Portugal ou à grande mortandade que atingiu Glückstadt e Hamburgo.

Os sermões de Jachia são exemplares porque constituem a primeira obra escrita em português publicada em Hamburgo com conteúdo judaico, em que se reflectem alguns aspectos da realidade cristã-nova, particularmente uma espiritualidade de busca da verdadeira identidade da comuni-

¹¹⁵ Yosef KAPLAN, «The place of the Herem in the Sefardic Community of Hamburg during the Seventeenth Century», *Die Sefarden in Hamburg*, Vol. 1, Hamburg, Buske, 1994, p. 65. Sobre Uriel da Costa, ver Pinharanda GOMES, *A Filosofia Hebraico-Portuguesa*, Lisboa, Guimarães Editores, 1999, pp. 323-348; *idem*, «Naturismo e espiritualismo ou saduceísmo e fariseísmo: Uriel da Costa e Samuel da Silva», in Pedro Calefate (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, Vol. II, Lisboa, Caminho, 2001, pp. 273-284; Mendes dos REMÉDIOS, *Os Judeus Portugueses em Amsterdam*, Coimbra, França Amado, 1911, pp. 157-168.

dade e dos indivíduos, marcada por um sincretismo com os vários movimentos espirituais que se desenvolviam entre os principais intelectuais da Nação Portuguesa, mas que extravasa essa comunidade tanto a montante, donde vinham as influências, como a jusante, todos aqueles que nessas águas terão bebido.

Fontes impressas

BAYERISCHE STAATSBIBLIOTHEK

MODENA, Leone de, *Historia de gli Riti Hebraici. Dove si ha breve, e total relatione di tutta la vita, costumi, riti et osservanze, de gl'Hebrei di questi tempi*, Paris, s.n., 1637.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

CASTRO, Rodrigo de, *Medicus Politicus sive de Officiis Medico-Politicis Tractatus*, Hamburg, Frobenius, 1614, Livro 4, Cap. V, pp. 235-238.

HEBREU, Yaacob Yeuda Leon, *Tratado del Templo de Selomo*, Middelburg, viúva Symon Moulert, 5402 [1642].

HEBREU, Yaacob Yeuda Leon, *Tratado de los Cherubim*, Amsterdam, Nicolas Ravesteyn, 5414 [1654].

STAATS- UND UNIVERSITÄTSBIBLIOTHEK HAMBURG

JACHIA, Samuel (Álvaro DINIS), *Trinta Discursos ou Darazes Apropriados para os Dias Solenes*, Hamburg, 5389 [1629].

Bibliografia

AZEVEDO, Lúcio de, *História dos Cristãos-Novos Portugueses*, 3.^a ed., Lisboa, Clássica, 1989.

BODIAN, Miriam, *Hebrews of the Portuguese Nation: Conversos and Community in Early Modern Amsterdam*, Bloomington, Indiana University Press, 1997.

BOER, Harm den, *La Literatura Sefardi de Amsterdam*, Alcalá de Henares, Inst. Int. de Estudios Sefardies y Andalusies, 1995.

BRITH, Joseph ben, *Die Odyssee der Henrique-Familie*, Frankfurt, Peter Lang, 2001.

CARREIRA, José Nunes, *Vieira: A escrita no púlpito*, Lisboa, Universidade Católica, 2006.

CASSUTO, Alfonso, *Bibliografia dos sermões de autos-da-fé*, Coimbra, Atlântida, 1955.

CASTRO, Aníbal Pinto de, *Retórica e Teorização Literária em Portugal. Do Humanismo ao Neoclassicismo*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008.

DOMINGUEZ ORTIZ, Antonio, *Los Judeoconversos en España y América*, Madrid, Ediciones Istmo, 1971.

ETHERIDGE, John Wesley, *Jerusalem and Tiberias Sora and Cordova*, London, Longmans, 1856.

- FONSECA, Ruben Daniel Dias da, *Contributo dos Sefarditas para a História da Didáctica do Português em Amesterdão – Séculos XVII, XVIII e XIX*, tese de mestrado em Língua e Cultura Portuguesa, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007.
- FRADE, Florbela Veiga, «Importância social e religiosa das famílias Milão-Dinis em Portugal e em Hamburgo», in Alexandra Curvelo e Madalena Simões (ed.), *Portugal und das Heilige Römische Reich (16.-18. Jahrhundert)/Portugal e o Sacro Império (Séculos XVI-XVIII)*, Münster, Aschendorff, 2011, pp. 181-206.
- GERMANO, Pedro da Silva, *A Língua Portuguesa Usada pelos Judeus Sefarditas no Exílio*, tese de licenciatura em Filologia Românica, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1968.
- GLASER, Edward, «Portuguese Sermons at autos-da-fé. Introduction and Bibliography», *Studies in Bibliography and Booklore*, Vol. II, Cincinnati, Ohio, Dec. 1955, pp. 53-96.
- GLASER, Edward, «Invitation to Intolerance – a Study of Portuguese Sermons preached at autos-da-fé», *Hebrew Union College Annual*, Vol. XXVII, 1956.
- GOMES, Pinharanda, *A Filosofia Hebraico-Portuguesa*, Lisboa, Guimarães Editores, 1999.
- GOMES, Pinharanda, «Naturismo e espiritualismo ou saduceísmo e fariseísmo: Uriel da Costa e Samuel da Silva», in Pedro Calafate (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, Vol. II, Lisboa, Caminho, 2001, pp. 273-284.
- GORDO, Joaquim José Ferreira, *Memórias de Literatura Portuguesa*, Tomo III, Lisboa, Academia de Ciências, 1792.
- KAPLAN, Yosef, «The place of the Herem in the Sefardic Community of Hamburg during the Seventeenth Century», *Die Sefarden in Hamburg*, Vol. 1, Hamburg, Buske, 1994, pp. 63-88.
- KAPLAN, Yosef, *Judios Nuevos en Amsterdam*, Barcelona, Gedisa, 1996.
- KAYSERLING, Meyer, *Bibliotheca Espanhola-Portuguesa-Judaica*, Strasbourg, Charles Trubner, 1890.
- KAYSERLING, Meyer, *História dos Judeus em Portugal*, São Paulo, Pioneira, 1971.
- LIEBERMAN, Julia, «Sermons and the Construct of a Jewish identity: The Hamburg Sephardic Community in the 1620's», *Jewish Studies Quarterly*, Vol. 10, 2003, n.º 1, Mohr Siebeck, pp. 49-72.
- LIEBERMAN, Julia, «Mystical Metaphors in Sermons by Samuel Yahia (Hamburg, 1629)», *Aus den Quellen. Beiträge zur deutsch-jüdischen Geschichte*, Hamburg, Dölling und Galitz, 2005, pp. 121-129.
- MENDES, Margarida Vieira, *A Oratória Barroca de Vieira*, Lisboa, Caminho, 1989.
- OFFENBERG, K., «Jacob Jehuda Leon (1602-1675) and His Model of the Temple», in J. van den Berg e Ernestine G. E. van der Wall (ed.), *Jewish-Christian Relations in the Seventeenth Century. Studies and Documents*, Dordrecht, Kluwer, 1988, pp. 95-115.
- PIRES, Maria Lucília Gonçalves, *Xadrez de Palavras. Estudos de Literatura Barroca*, Lisboa, Cosmos, 1996.
- PULLAN, Brian, *The Jews of Europe and the Inquisition of Venice, 1550-1670*, Oxford, Blackwell, 1983.

- REMÉDIOS, Mendes dos, *Os Judeus Portugueses em Amsterdam*, Coimbra, França Amado, 1911.
- RODRIGUEZ DE CASTRO, Joseph, *Biblioteca Española*, T. I, Madrid, Imprenta Real de la Gazeta, 1781.
- ROTH, Cecil, *História dos Marranos. Os Judeus Secretos da Península Ibérica*, Porto, Civilização, 2001.
- ROTH, Cecil e WIGODER, Geoffrey (ed.), *Encyclopaedia Judaica*, 16 vols., Jerusalem/New York, Keter Publishing House/MacMillan, 1972.
- RUSPIO, Federica, *La Nazione Portoghese*, Torino, Silvio Zamorani, 2007.
- SALOMON, Herman Prins, *Portrait of a New Christian Fernão Álvares Melo: 1569-1632*, Paris, Centro Cultural Português, 1982.
- SAPERSTEIN, Marc, «Your Voice Like a Ram's Horn»: *Themes and Texts in Traditional Jewish Preaching*, s.l., Hebrew Union College Press, 1996.
- SAPERSTEIN, Marc, *Exile in Amsterdam: Saul Levi Morteira's Sermons to a Congregation of «New-Jews»*, s.l., Hebrew Union College Press, 2005.
- SCHOLEM, Gershom, *La Kabbale et sa symbolique*, Paris, Petite Bibliothèque Payot, 1975.
- SCHOLEM, Gershom, *Les grands courants de la mystique juive*, Paris, Payot, 1977.
- SCHOLEM, Gershom, *A Cabala e a Mística Judaica*, Lisboa, Dom Quixote, 1990.
- SILVA, António de Morais, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Vol. IX, s.l., Confluência, 1956.
- STUEMUND-HALÉVY, Michael, *Biographischen Lexicon der Hamburger Sefarden*, Hamburg, Christians, 2000.
- STUEMUND-HALÉVY, Michael, *Portugal in Hamburg*, Hamburg, Ellert & Richter, 2007.
- SWETSCHINSKI, Daniel, *The Portuguese Jewish Merchants of the Seventeenth-Century Amsterdam*, Vol. 2, Ann Arbor, Michigan, Univ. Microfilms International, 1987.
- WOLFII, Jo Christophori, *Bibliotheca Hebraea*, Vol. 1, Hamburg, Christiani Liebezeit, 1715.
- ZORATTINI, Pier, *Processi del S. Uffizio di Venezia contro Ebrei e Guidaizzanti (1585-1589)*, Vol. VII, Firenze, Leo Olschiki, 1989.
- ZUNZ, Leopold, *Die Gottesdienstlichen Vorträge der Juden, Historisch Entwickelt*, Berlin, A. Asher, 1832.

O IMPÉRIO PROFÉTICO DE ANTÔNIO VIEIRA: NOTAS PARA DEBATE *

por

JACQUELINE HERMANN **

«O maior serviço que pode fazer um vassalo ao rei é revelar-lhe os futuros.»

Livro Anteprimeiro da História do Futuro

A vida de Vieira foi longa e intensa, marcada pelas grandes alterações do século em que viveu quase por inteiro. De jovem padre missionário junto dos índios na América, passou pela corte de D. João IV, conheceu o auge e a perseguição mais terrível da Inquisição, até voltar para o Brasil, terra que o acolheu ainda menino. Estava então velho, solitário e doente, mas ainda firme na defesa de algumas poucas idéias. A forma como a sua trajetória pessoal combinou-se às vicissitudes do tempo e as batalhas concretas e imaginárias que travou ao longo de um caminho em boa parte imprevisível, fizeram de seus sermões e escritos um mapa para o Seiscentos, ainda que de todo indecifrável.

Encontrar ainda algo a dizer sobre Vieira é desafio que só se sustenta pela vastidão de sua obra e diversidade das lutas que enfrentou desde que se tornou orador e missionário da Companhia de Jesus. Minha relação com a obra e as idéias de Vieira deu-se através de D. Sebastião e do fenômeno messiânico que este rei nomeou depois de desaparecer nas areias de Alcácer Quibir em agosto de 1578. Embora tenha sempre se declarado anti-sebastianista e criticado os defensores da volta do jovem monarca para resgatar o caminho de glória de Portugal, alguns de seus sermões e escritos foram atravessados por um núcleo de idéias e crenças presentes também no mito

* Este texto é uma versão alterada da comunicação apresentada no IV Centenário do Nascimento do Padre Antônio Vieira, realizado em Lisboa entre 18 e 21 de novembro de 2008. O encontro foi organizado pela Universidade Católica Portuguesa (Lisboa), a Universidade de Lisboa e a Província Portuguesa da Companhia de Jesus.

** Professora Associada do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esta pesquisa contou com o apoio do Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPq).

sebastianista: o messianismo régio e a certeza da consumação terrena de um tempo de paz, prosperidade e harmonia religiosa.

Tema por si imenso e difícilimo e, tal como diversos outros aspectos da obra de Vieira, já muito estudado, pretendo aqui revisitá-lo a partir de recorte bem preciso: discutir aspectos do longo processo por que passaram as principais elaborações proféticas de Vieira, tentando acompanhar suas inflexões e a forma como o núcleo de suas idéias se acomodou às dificuldades enfrentadas pelo jesuíta. A intenção é apresentar alguns pontos para debate, não necessariamente novos ou originais, mas articulados a partir da relação que o jesuíta estabeleceu inicialmente com a espera de um rei encoberto e com as trovas de Gonçalo Annes Bandarra, o sapateiro-profeta do sebastianismo, e o tortuoso caminho que o fez abandonar essas referências iniciais, sem renegar a força da profecia para decifrar o futuro.

Para Vieira, e para alguns outros que o antecederam na valorização do papel profético de Bandarra, teria sido o sapateiro um dos primeiros a anunciar a volta de um rei encoberto para consolidar o glorioso destino português¹. A glória ou graça esperada era maior que toda a riqueza material ou territorial que o reino pudesse conquistar: conciliar o mundo pela unidade católica, dar fim às diferenças de credo e iniciar um novo tempo de harmonia, prosperidade e paz.

Um dos primeiros a valorizarem por escrito os dons proféticos de Bandarra foi o fidalgo D. João de Castro, neto do vice-rei da Índia de mesmo nome, cuja trajetória controvertida o fez deixar de seguir D. Antônio, prior do Crato – opositor de Felipe II na sucessão ao trono português – e tornar-se partidário da volta de D. Sebastião, em tempo, é verdade, em que essa possibilidade ainda era plausível².

As muitas dificuldades encontradas junto a D. Antônio e sua paupérrima «corte» resultaram em desentendimentos inconciliáveis com os antonistas, e desde 1587 D. João de Castro começou a se interessar por algumas

¹ Sabe-se hoje que Portugal conheceu, entre fins do século xv e início do xvi, um efervescente cenário de espera messiânica, provavelmente fomentado pela criação do Tribunal da Inquisição e o início efetivo da perseguição aos suspeitos de judaísmo. Ver, a respeito, Maria José Ferro TAVARES, «O messianismo judaico em Portugal (1.^a metade do século xvi)», *Luso-Brazilian Review*, Vol. 28, n.º 1, summer 1991, pp. 141-151.

² D. João de Castro, filho natural de D. Álvaro de Castro e neto de D. João de Castro, o grande vencedor do cerco de Diu, na Índia, esteve ao lado de D. Antônio, prior do Crato, na resistência a Felipe II, quando da assunção do trono português pelo rei espanhol. Castro participou das primeiras aventuras de D. Antônio, ainda no reino, quando o prior foi alevantado rei de Portugal por seus partidários, a 19 de junho de 1580, e apoiou a resistência dos antonistas, mais uma vez fracassada nas Ilhas Terceiras, em 1583. Depois de se desiludir com o «rei» Antônio, passou a defender por escrito a volta de D. Sebastião. Para um breve resumo sobre a participação de D. João de Castro junto a D. Antônio, ver Martim ALBUQUERQUE, «O valor político do sebastianismo», in *Estudos de Cultura Portuguesa*, Vol. 2, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000, pp. 291-326. Para um estudo sobre D. João de Castro sebastianista, ver João Carlos Gonçalves SERAFIM, *D. João de Castro, «O sebastianista». Meandros de vida, e razões de obra*, tese de doutoramento em Cultura Portuguesa Moderna, 2 vols., Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

profecias e revelações, e delas «foi-lhe reluzindo o caso de D. Sebastião». João Lúcio de Azevedo, no clássico *A Evolução do Sebastianismo*, identifica a continuidade e o desenvolvimento dessas primeiras impressões em texto de 1597, quando D. João de Castro mencionou a circulação em Castela e Portugal de umas profecias de Santo Isidoro de Sevilha, que «prometem quase todas um grande príncipe e senhor, ao qual não nomeiam senão pelo encoberto»³. Estas e outras considerações sobre a volta de um rei oculto, e as interpretações acerca de quem seria, constam de um escrito intitulado *Da Quinta e Última Monarquia Futura com Muitas Outras Admiráveis dos Nossos Tempos*. Neste, D. João de Castro pôs em primeiro lugar as profecias canônicas da Sagrada Escritura, seguidas da tese das três idades de Joaquim de Fiore, e de muitos outros, até chegar a Portugal e aos plebeus, raros, de espírito profético. Entre estes, «o principal de todos que mais profetizou deixando suas profecias em escrito» era um «homem de baixa sorte, sapateiro de Trancoso, vila de Portugal (...) haverá cinquenta ou sessenta anos pouco mais ou menos deixando grandes mistérios profetizados a que todos comumente chamam as trovas do Bandarra». Segundo Castro, embora não soubesse ler nem escrever, «compôs estas trovas tão bem feitas em seu gênero», que nenhum outro poeta português a ele se poderia igualar: «sendo mui fáceis e correntes de mui excelente linguagem (...), ornada de mil figuras de eloquência», e sendo seu autor de uma das partes mais «impolidas» e rudes do reino, «só o Espírito que por ele as fez e não outrem as poderá quando quiser fazer». Sobre o texto atribuído a Bandarra, afirmou que suas trovas «foram mui trasladadas e espalhadas de mão por todo Portugal», embora a maioria entenda «muito pouco delas»⁴.

Castro indica, com estas últimas palavras, a principal dificuldade para o uso e as citações das trovas atribuídas ao sapateiro de Trancoso: a circulação de textos e papéis com idéias proféticas atribuídas a Bandarra desde a primeira metade do século XVI. Esta dificuldade deve ser considerada naquela que até hoje parece ser a primeira impressão de parte dos versos de Gonçalo Annes, editada por D. João de Castro em Paris em 1603. Com o título de *Paráfrase e Concordância de Algumas Profecias de Bandarra*, este seria o núcleo das edições posteriores que nos chegaram, acrescido de partes ou *corpos* ao longo dos séculos XVII e XIX⁵.

³ Apud João Lúcio de AZEVEDO, *A Evolução do Sebastianismo*, 3.^a ed., Lisboa, Editorial Presença, 1984, p. 19. Para uma análise da perspectiva de Castro sobre a Quinta Monarquia, ver Luís Filipe Silvério de LIMA, *O Império dos Sonhos. Narrativas proféticas, sebastianismo e messianismo brigantino*, São Paulo, Alameda, 2010, Cap. 5, pp. 191-237. A recém-publicada *A Aurora da Quinta Monarquia (1604-1605)*, editada por João Carlos Gonçalves Serafim e supervisionada por José Adriano de Freitas Carvalho, Porto, CITCEM, 2011, confirma a radicalização sebastianista de D. João de Castro, depois da sentença contra o calabrês Marco Túlio, que pretendeu passar-se pelo rei desaparecido no Marrocos, no episódio do «falso de Veneza».

⁴ Apud J. L. de AZEVEDO, *A Evolução do Sebastianismo*, cit., pp. 34-35.

⁵ Depois do texto de D. João de Castro, e após a Restauração, D. Vasco Luís da Gama, quinto conde da Vidigueira e então embaixador de Portugal em Paris, publicou em Nantes, no

Para o que aqui nos interessa, fica o resgistro de que a primeira edição considerada completa das trovas de Bandarra, ou a mais completa até então – «e que, de certa maneira, tornou-se definitiva», e a partir das quais novos «corpos» de trovas foram agregados⁶ –, foi de responsabilidade do quinto conde de Vidigueira, D. Vasco Luís da Gama, então embaixador de Portugal em Paris, e descendente do grande navegador português Vasco da Gama. Primeiro marquês de Nisa a partir de outubro de 1646, foi D. Vasco o maior correspondente de Antônio Vieira desde o início das missões diplomáticas do jesuíta em Paris e Haia. Não há como analisar por ora os caminhos que levaram D. Vasco Luís da Gama a interessar-se pelas trovas do sapateiro de Trancoso, mas a sua relação com o messianismo régio primeiro «encarnado» por D. Sebastião – para os sebastianistas –, depois por D. João IV – para os defensores da causa brigantina, caso de Vieira, com foco na figura do *Restaurador* –, pode estar associada à morte do avô, D. Vasco da Gama, e à prisão do pai, com apenas 13 anos de idade, ambas em Alcácer Quibir⁷. As lembranças de um tempo glorioso fizeram parte da linhagem dos Gamas e no final do século XVI esse passado adentrou o terreno da profecia. Seja como for, a publicação de D. Vasco evidencia a circulação dos versos de Bandarra mesmo fora do reino, para o que podem ter contado os escritos de D. João de Castro e a dissidência antonista que se espalhou pela Europa entre fins do século XVI e início do XVII⁸.

ano de 1644, aquela que é considerada a primeira base para a fixação escrita das trovas de Bandarra. Reiteradamente proibidas pela Inquisição, estas continuaram a desfrutar de grande popularidade, de que deram provas os versos considerados como o «segundo» e o «terceiro» corpos de trovas do sapateiro. Encobertos como o rei que profetizavam, todos estes «corpos» teriam integrado a edição saída em Barcelona em 1809, da qual resultou a de 1866. Esta última foi reeditada em 1989 (considerada 4.^a edição), e nela me baseei para meus estudos.

⁶ Para uma análise dos caminhos seguidos pela fixação do texto escrito atribuído a Bandarra, ver Luís Filipe Silvério LIMA, «O percurso das Trovas de Bandarra: circulação letrada de um profeta iletrado», in Leila Mezan Algranti e Ana Paula Megiani (org.), *O Império por Escrito. Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico, séculos XVI-XIX*, São Paulo, Alameda, 2009, pp. 441-452. O autor aprofunda essa discussão em *O Império dos Sonhos*, cit., pp. 145-189.

⁷ D. Vasco da Gama (1530-1578), terceiro conde de Vidigueira, morreu em Alcácer Quibir em 1578. Seu filho, D. Francisco da Gama (1565-1632), quarto conde de Vidigueira e pai do marquês de Nisa, com apenas 13 anos de idade, esteve também na batalha, mas foi resgatado e depois nomeado vice-rei da Índia. O primeiro conde de Vidigueira foi o grande navegador Vasco da Gama (1469-1524), cujo título foi recebido de D. Manuel I em 1519. O marquês de Nisa era, portanto, tetraneto do grande vice-rei da Índia, no tempo do auge da grandeza portuguesa. Vale relembrar a forma como o joanismo, messianismo régio encarnado por D. João IV depois da Restauração, é aqui considerado: como uma versão transfigurada do sebastianismo surgido depois de Alcácer Quibir, ou seja, a partir da perspectiva de um tronco comum e não como uma forma distinta e autônoma de espera de um novo encoberto.

⁸ D. Antônio, prior do Crato (1531-1595), era filho bastardo de D. Luís de Avis e primo de D. Sebastião. Foi candidato à sucessão monárquica depois do desastre de Alcácer Quibir e concorrente de Felipe II. D. Antônio ousou desafiar militarmente o rei católico, fugiu de Portugal e buscou ajuda das monarquias francesa e inglesa. Terminou seus dias pobre e só em Paris. Seus seguidores, antonistas, espalharam-se pelas cortes européias, assim como seus

Qualquer que tenha sido a via de acesso de D. João de Castro às trovas consideradas proféticas, é impossível sabermos que texto circulava no reino ou fora dele desde que Bandarra foi proibido de falar, escrever e interpretar a Sagrada Escritura pela Inquisição de Lisboa, em 1541⁹.

Pouco se sabe do sapateiro de Trancoso. Parece ter vivido entre uma comunidade de cristãos-novos nos primeiros anos de funcionamento do Tribunal do Santo Ofício em Portugal, quando foi preso com vários outros artesãos acusados de judaísmo. Nascido por volta de 1500 na vila de Trancoso, região da Beira Alta, importante centro de comércio e concentração de cristãos-novos, foi processado pela Inquisição em 1541, não por suspeita de judaísmo, mas por fazer livre interpretação da Sagrada Escritura.

Bandarra integrou um grupo restrito de leitores da época e, embora se dissesse cristão-velho, conviveu de forma estreita e sem maiores restrições com a comunidade de recém-convertidos antes da criação da Inquisição. Ao contrário do que disse D. João de Castro, sabia ler, portanto, mas a letra não era boa, razão de o texto apresentado ao Santo Ofício ser da lavra de um certo Heitor Lopes, tosador convertido e admirador do sapateiro.

Leitor curioso e contumaz, lera por cerca de oito ou nove anos uma versão em língua vulgar da Bíblia, e do contato com este texto e a comunidade de cristãos-novos, não só de Trancoso, mas também de Lisboa, onde estivera poucos anos antes, produziu os versos que o consagrariam como *profeta português*. Em fins da década de 1530, a sua fama de conhecedor da Bíblia e mesmo do Talmude já corria o reino. «Espécie de rabi», Bandarra era valorizado pela capacidade de decifrar os mistérios da vontade divina, mas em que pese todo o destaque que recebeu, jamais esteve sozinho no projeto de entender e divulgar os desígnios dos céus. Condenado pela Inquisição, teve de abjurar dos seus erros e foi exposto em auto-de-fé, obrigado a não mais escrever, ler, nem divulgar qualquer palavra referente aos textos sagrados.

filhos, D. Manuel e D. Cristóvão. Muitos deles, no entanto, o abandonaram no percurso, como foi o caso de D. João de Castro. Personagem controversa, sua história e breve «reinado» – foi alevantado, por seus partidários, rei de Portugal a 19 de junho de 1580, e depois vencido pelas tropas do duque de Alba, mas não preso – foram objeto de estudo, dentre outros, dos clássicos: Mário BRANDÃO, *Coimbra e Dom António, rei de Portugal: A educação de Dom António*, 3 vols., Coimbra, s.n., 1939; José de CASTRO, *O prior do Crato*, Lisboa, União Gráfica, 1942; J. M. Queiroz VELLOSO, *O interregno dos governadores e o breve reinado de D. António*, Vol. 3, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1953; Joaquim Veríssimo SERRÃO, *O reinado de D. António, Prior do Crato*, Vol. I (1580-1582), Coimbra, s.n., 1956.

⁹ Para um resumo do processo de Bandarra, ver J. L. de AZEVEDO, *A Evolução do Sebastianismo*, cit., pp. 105-111. Para uma análise detida do processo e da controversa personagem, J. C. G. SERAFIM, *Gonçalo Anes, o Bandarra, sapateiro de Trancoso*, dissertação de mestrado em Cultura Portuguesa Moderna, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996. Para o messianismo judaico em Portugal no século XVI, M. J. F. TAVARES, «O messianismo judaico», cit., e, dentre outros, Elías LIPINER, *O sapateiro de Trancoso e o alfaiate de Setúbal*, Rio de Janeiro, Imago, 1993. Sobre a relação entre Bandarra e os cristãos-novos, ver E. LIPINER, *Gonçalo Anes Bandarra e os cristãos-novos*, Trancoso, Câmara Municipal de Trancoso e Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, 1996.

Assim, o que depois de fins de 1541 passou a circular como trovas do Bandarra, clandestinamente, pode ou não ter relação direta com os escritos que levaram o sapateiro à Inquisição. D. João de Castro procurou usar o «original» que lhe pareceu mais certo e «bem escrito», e a sua relação com o texto foi tão confusa e rocambolesca como a sua própria vida. Depois de conhecer o texto de Bandarra, perdeu-o na Batalha de Alcântara, quando lutou ao lado de D. Antônio contra as tropas do duque de Alba¹⁰, mas as trovas chamaram-lhe tanta atenção, que, apesar de não entender exatamente seu significado, guardou alguns versos de memória. Já em Paris teve acesso a cerca de oito ou dez traslados delas «tão errados e diferentes entre si», que o inibiram de publicá-las antes de 1602, quando editou a combinação do que guardara na memória com o que lera em tantas e variadas versões.

Quanto ao marquês de Nisa, é impossível não relacionar o que veio a publicar com a edição de D. João de Castro, embora a sua versão seja maior, provavelmente acrescida de algumas das trovas rejeitadas por Castro. O fato é que as trovas de Bandarra, ou os inúmeros textos que receberam esta identificação, circularam no reino, na Europa e atravessaram os oceanos, exportando esperanças e inquietações. Pelo Atlântico com certeza viajaram, pois desde fins do século XVI encontramos o nome de Bandarra e de seus versos na América portuguesa.

Refiro-me, especificamente, à documentação produzida pela primeira visitação da Inquisição às partes do Brasil, entre 1591 e 1595, quando uma denúncia citou textualmente o sapateiro de Trancoso. Já no tempo da dominação habsburga em Portugal, não só a América, mas também outros territórios coloniais portugueses receberam inspeções inquisitoriais, como as ilhas de Açores e da Madeira, no Atlântico, e Angola, na África. Iniciava-se então um tempo sombrio de perseguições para a comunidade cristã-nova instalada em espaços coloniais antes fora do alcance do braço do Santo Ofício. Se no caso da América portuguesa a ocupação colonial coincidiu com o início das atividades do Tribunal da Inquisição em Portugal, a chegada da primeira visitação parecia encerrar uma época de relativa tranquilidade para a comunidade convertida. Mais que isso, indícios documentais parecem revelar não só a convivência pacífica entre cristãos-novos e cristãos-velhos na América, como o funcionamento de verdadeiras sinagogas e a preservação de práticas e rituais da crença judaica em solo brasílico. É possível pensar, portanto, que, tal como em Portugal, as trovas atribuídas a Bandarra tenham encontrado acolhimento onde a comunidade de cristãos-novos foi expressiva, tendo em conta a funda raiz judaica de suas idéias messiânicas.

¹⁰ A Batalha de Alcântara aconteceu quando da entrada das tropas espanholas em Portugal, em agosto de 1580, comandadas pelo então chefe militar de Felipe II, o duque de Alba. Alguns portugueses liderados por D. Antônio, prior do Crato, tentaram resistir ao rei castelhano, mas foram derrotados, segundo Joel Serrão, em menos de meia hora. Cf. *Pequeno Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Figueirinhas, 1987, pp. 34-35.

No caso da denúncia em que Bandarra é citado, não se pode, no entanto, relacioná-lo apenas com o Brasil, pois o acusado viera para a América em fins da década de 1580. Gregório Nunes, ou Gregório Nidrophí, chegou ao Brasil vindo da ilha da Madeira na mesma embarcação do seu denunciante, João Batista. Penitenciado como judaizante pela Inquisição de Lisboa, João Batista apresentou-se ao visitador, e talvez para se mostrar recuperado, teve pressa em denunciar suspeitos de judaísmo, curandeirismo e demais práticas perseguidas pelo Tribunal. Contra Gregório Nunes, filho de flamengo com cristã-nova, disse que, além de fazer pouco caso das ladainhas e orações, algumas vezes se referia «às trovas do sapateiro de Trancoso que chama Bandarra», conforme suas próprias palavras¹¹.

São diversos os aspectos passíveis de análise nesta denúncia, mas para o que aqui interessa destacarei apenas a citação, de memória, da estrofe que o denunciante diz ser de Bandarra, o que nos leva a concluir que João Batista não só associava o nome do sapateiro à heresia, como conhecia bem os seus versos. Vale mencionar ter sido a estrofe registada pelo notário inquisitorial em castelhano, a indicar a circulação, mais que portuguesa, ibérica das mensagens de teor messiânico. O pequeno texto recitado e reproduzido na documentação inquisitorial não integra nenhuma das versões conhecidas das trovas de Bandarra, indicando a circulação e reelaboração incontável de escritos atribuídos a Gonçalo Annes. Outra questão a destacar é a relação que o denunciante estabelece entre Bandarra e judaísmo, pois disse que Gregório Nunes ainda esperava a volta do Messias e quis atraí-lo para a religião proibida, pois lhe «parece que ele sabe de judeus e trata com eles a lei judaica».

Vemos, assim, Bandarra transformado em judaizante e seus escritos disseminados como heréticos por crime de que nem mesmo a Inquisição o acusou, a revelar a associação entre suas trovas e a espera messiânica dos judeus. Não sabemos do destino nem de João Batista, nem de Gregório Nunes, contra quem não houve processo inquisitorial, mas este pequeno registo indica que desde fins do século XVI o nome de Bandarra e seus versos circulavam na América portuguesa e nas ilhas atlânticas, associados à espera do encoberto e ao judaísmo. É possível conjecturar que antes mesmo desse registo outras versões das trovas circulassem pela América, vindas com os inúmeros cristãos-novos emigrados do reino.

Portanto, quando Antônio Vieira chegou à Bahia em 1614, com apenas seis anos de idade, versões dos escritos de Bandarra há muito corriam no Brasil. Português de nascimento, Vieira chegou com a família, depois de o pai, Cristóvão Vieira Ravasco, ser nomeado para um cargo administrativo. Logo entrou no colégio dos jesuítas e aos 15 anos teria chegado a fugir de casa para ingressar na ordem, onde foi recebido pelo então reitor, o padre

¹¹ Para uma análise mais detida desta denúncia, ver «O sebastianismo atravessa o Atlântico», in Jacqueline HERMANN, *1580-1600, O sonho da salvação*, Vol. 3, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

Fernão Cardim. Muito cedo predisposto ao fervor religioso, teria passado de aluno mediano ao mais dedicado e destacado noviço pouco tempo depois de evento que considerou especial: quando em oração suplicava para tornar-se um aluno mais dedicado, «sentiu como estalar qualquer coisa no cérebro, com uma dor vivíssima, e pensou que morria», para em seguida o que parecia obscuro tornar-se claro e fácil ao seu entendimento¹².

O que dessa história, provavelmente lendária, pode interessar é a forma como *a posteriori* se elaborou uma espécie de momento «original» da relação de Vieira com o sobrenatural e os mistérios superiores. A própria formação jesuítica se incumbiria de estimular o sentimento de submissão e obediência inquestionável à vontade de Deus, expressa no mundo terreno por sinais místicos e por vezes indecifráveis. O fato é que, tenha ou não vivenciado essa experiência, Vieira ainda moço destacou-se no grupo de noviços, sendo por isso escolhido para redigir a «Carta Ânua da Companhia» com apenas 18 anos. Nela indicava já a atenção que dedicaria à política: reportou com espanto e horror a chegada dos holandeses à costa da Bahia em 1624. Mais que informar sobre o trabalho de conversão e catequese no Novo Mundo, Vieira descreveu em detalhe todos os momentos da luta encarniçada pela defesa dos domínios portugueses e católicos. Embora indique a importância da atuação conjunta das armadas ibéricas – «a de Espanha, a de Portugal, a Real de Castela, a do Estreito e a capitânia, de Nápoles, com outros galeões e navios» – em tempo de governo habsburgo, Vieira referiu-se sempre a Portugal, e jamais a Castela, para identificar o poder do reino.

Desde este primeiro texto, a ação direta da vontade divina no desenlace das situações difíceis e mesmo dramáticas, como foi a invasão de 1624, fez-se soberana nos sermões e escritos do jesuíta. A relação entre erro e castigo, sempre merecido, e acerto e graça, sinal da infinita misericórdia divina, combinaram-se para explicar o passado, entender o presente e prever o futuro. Este, se adequado aos desígnios de Deus, seria glorioso; se embasado no erro, condenado irremediavelmente. O otimismo quanto à ação dos soldados de Cristo estimulou visão mais positiva que negativa do futuro, mesmo que este tenha sido continuamente adaptado pelas dificuldades concretas que Vieira viveu ao longo de sua longa trajetória de missionário.

Entre a «Carta Ânua» e os seus primeiros sermões, segundo a cronologia estabelecida por Margarida Vieira Mendes¹³, passaram-se sete anos. E oito para o texto que parece indicar a adesão do jesuíta ao sebastianismo, nesse momento ainda não com Bandarra, pois não há menção nem às trovas, nem ao sapateiro de Trancoso. Refiro-me ao «Sermão de São Sebastião», pregado

¹² Apud J. L. de AZEVEDO, *História de António Vieira*, 3.^a ed., Vol. I, Lisboa, Clássica Editora, 1992, p. 16. Azevedo baseou-se em André de BARROS, *Vida do padre António Vieira*, Lisboa, J. M. C. Seabra & T. Q. Antunes, 1856.

¹³ Cf. Margarida Vieira MENDES, *A Oratória Barroca de Vieira*, Lisboa, Editorial Caminho, 1989, pp. 547-561.

na Bahia em 1634, e já por mim analisado em outro trabalho¹⁴. O jogo de metáforas que notabilizou o famoso jesuíta já aparece em grande forma ao falar do santo, e de forma talvez indireta, encoberta, do rei desaparecido no Norte da África. Isto porque é impossível não relacionar o que Vieira diz de Sebastião, o santo, com o rei português do mesmo nome, ao resumir em duas palavras seu discurso: «Sebastião Encoberto».

O injustiçado deste sermão sacrificou-se pela defesa da fé cristã, esteve aparentemente aliado aos inimigos e muitos o tomaram por morto numa batalha contra infiéis. Mas a sua morte não foi mais do que aparência de morte, pois encoberto na fé e encoberto nas obras, «Toda sua vida era dissimulação da vista (...) toda era uma metáfora que não era (...)». A relação entre ser e parecer surge aqui apenas enunciada para indicar os mistérios da verdadeira fé e dos desígnios divinos. O encoberto não é ainda messiânico, nem capaz de assegurar um futuro de glória para o catolicismo, a ser consumado na forma de uma Monarquia Universal. Segundo João Lúcio de Azevedo, «o sentimento português não tinha despertado em Vieira. Nascera súdito de rei estranho, e não lhe repugnava achar-se tal»¹⁵.

É controversa a adesão ou mesmo a proximidade de Vieira ao sebastianismo, quando pensado a partir da justaposição fixa entre o encoberto e o rei D. Sebastião. Creio, no entanto, que o sebastianismo foi um fenômeno messiânico mais amplo e plástico, adaptável ao tempo, do que deu prova a sua impressionante longevidade. Como se disse acima, a relação de Vieira com o sebastianismo nunca foi literal ou direta, mas parece difícil dissociar o messianismo régio por ele estruturado e defendido da forma assumida pela crença sebástica na passagem do século XVI para o XVII em Portugal e espalhado pelos espaços coloniais. Neste sermão de 1634¹⁶, aparece de forma *encoberta* a adesão de Vieira às idéias de fundo sebastianista, já presentes na América, conforme o próprio jesuíta nos faz saber. Para João Lúcio de Azevedo, por exemplo, que não discute a data do sermão, este seria «uma sátira do sebastianismo» e «documento curioso de quanto a seita estaria em efervescência na ocasião»¹⁷. Entre o sermão de São Sebastião pregado em 1634 e aquele proferido no Dia de Reis em 1641, quando Vieira ainda não

¹⁴ Cf. J. HERMANN, *No Reino do Desejado, A construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 219-233.

¹⁵ J. L. de AZEVEDO, *História de Antônio Vieira*, cit., Vol. I, p. 36.

¹⁶ Sou grata a Adma Muhana pela observação sobre a data deste sermão, estabelecida pelo jesuíta André de Barros (1675-1754), autor de *Vida do apostólico Padre Antônio Vieira*, publicada em 1746. Muhama referiu-se à dificuldade de afirmar as datas de diversos dos sermões de Vieira, o que exige cuidado na organização cronológica das idéias e temas tratados pelo jesuíta. Para a data deste sermão, baseio-me na biografia elaborada por João Lúcio de Azevedo e na cronologia dos sermões elaborada por M. V. MENDES, em *A Oratória Barroca de Vieira*, cit. Para uma discussão sobre o tema, ver João Francisco MARQUES, «A cronologia da pregação de Vieira», in Margarida Vieira Mendes, Maria Lucília Gonçalves Pires e José da Costa Miranda (org.), *Vieira Escritor*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, pp. 117-134.

¹⁷ J. L. de AZEVEDO, *História de Antônio Vieira*, cit., Vol. I, p. 35.

sabia da Restauração portuguesa, houve talvez uma mudança de rumo no discurso do jesuíta. Ainda na Bahia, voltou-se contra os que esperavam D. Sebastião e negavam a sucessão habsburga. Para Vieira, Felipe IV havia herdado a coroa e o sangue de D. Sebastião, «e quem diz herança supõe verdadeiramente morte»¹⁸. Neste momento, a morte deixara de ser aparência, a resistência velada tornara-se adesão à causa filipina, a indicar um dos muitos deslocamentos pragmáticos de Vieira, primeiro como pregador, depois como homem político.

Meses antes, Vieira recebera pessoalmente e com entusiasmo o marquês de Montalvão, nomeado vice-rei do Brasil por Felipe IV¹⁹. Foi esta uma nova oportunidade para enfatizar o erro dos sebastianistas e invocar, talvez pela primeira vez, o sapateiro Bandarra, mas apenas para apontar o equívoco da quimera sebástica: o ano dos prognósticos das trovas, 1640, terminara sem que o encoberto se manifestasse: «Viva pois o santo e piedoso rei (que já é passado os 40) vive e reine eternamente com Deus»²⁰.

A considerar essa sucessão de datas e discursos, tudo parece indicar que Vieira conheceu um certo conjunto de trovas atribuído a Bandarra ainda no Brasil. Impossível e mesmo desnecessário é saber a que texto teve acesso, bastando ressaltar o sentido messiânico de seus versos, com os quais não concordava. O que se passou entre a chegada da notícia sobre a Restauração, segundo Azevedo, dois dias depois do sermão de 1641 já mencionado, e o «Sermão dos Bons Anos», pregado em 1642, é difícil precisar. O fato é que, talvez impressionado pelo fim do domínio castelhano exatamente no ano previsto pelos sebastianistas na América – e segundo a interpretação das trovas de Bandarra –, Vieira acolheu o sapateiro em seus novos sermões e deu início à *conversão* do sapateiro em verdadeiro profeta da grandeza portuguesa.

No tempo decorrido entre o auge de Vieira no paço, primeiro como pregador régio, depois como «diplomata» nomeado por D. João IV para missões na França e na Holanda²¹, e a *Carta ao Bispo do Japão*, datada de 1659, e destinada à rainha já viúva do *Restaurador*, consolidou-se a confiança do jesuíta na capacidade profética de Bandarra. Convencido e apoiado na tese

¹⁸ *Apud* J. HERMANN, *No Reino do Desejado*, p. 233.

¹⁹ A 5 de julho de 1640, segundo João Lúcio de Azevedo na clássica biografia do jesuíta, já citada.

²⁰ *Apud* J. L. de AZEVEDO, *História de António Vieira*, cit., p. 46. O autor reproduz a trova à qual Vieira se refere: «Já o tempo desejado / É chegado / Segundo o final assenta / Já se cerram os quarenta / Que se inventa / Por um doutor já passado / O rei novo é alevantado / Já dá brado / Já assoma a sua bandeira / Contra a grafia parideira / Lá gomeira / Que tais prados tem gostado.»

²¹ Em rigor, Vieira nunca ocupou efetivamente um cargo de diplomata de D. João IV, mas segundo Ronaldo Vainfas, se para alguns autores foi apenas coadjuvante de ministros como Francisco de Sousa Coutinho ou D. Vasco Luís da Gama, agiu como verdadeira «eminência parda» do rei. Cf. Ronaldo VAINFAS, *Antônio Vieira*, São Paulo, Companhia das Letras, 2011, pp. 112-20.

do encoberto, a esta altura encarnado no rei que o acolhera em Lisboa, morto em 1656, Vieira parecia sistematizar um conjunto de idéias enunciadas em diversos sermões, maturadas por anos de trabalho missionário e político²².

Diferentemente dos sebastianistas, no entanto, o rei messias seria D. João IV ressuscitado, pois se Bandarra previra tantas e tão grandiosas missões já realizadas pelo *Restaurador*, era certo que a sua obra ainda não se houvesse completado. Para terminá-la, o rei morto voltaria para unificar e comandar o Quinto Império do Mundo. O papel enviado ao bispo do Japão, André Fernandes, destinado à rainha viúva, D. Luísa de Gusmão, pretendia consolar a rainha e animá-la com a notícia da volta de D. João IV. Escrito no Amazonas em período de ostracismo político, *Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo*²³, com data de abril de 1659, parece ter tido caráter bem menos privado do que Vieira afirmou aos inquisidores. João Lúcio de Azevedo alude à cópia do texto antes da chegada ao destino pretendido, com ou sem autorização do autor não temos como saber, pois de acordo com «suposto o amor de Vieira pela publicidade»²⁴, pode-se aventar a intencional divulgação do escrito, o que se confirmou pelos debates acerca das idéias defendidas pelo jesuíta na *Carta*. Entre os sebastianistas, a tese de que D. João IV era o rei profetizado por Bandarra foi contestada, e para os inimigos de Vieira suas idéias indicavam adesão ao judaísmo.

Verdadeiro tratado apologético, mais que carta pessoal, *Esperanças de Portugal* foi a base do duro e humilhante processo a que Vieira foi submetido diante da Inquisição de Coimbra, a partir de 1663²⁵. Texto já muito estudado e analisado, será aqui considerado a partir da defesa que fez de Bandarra como verdadeiro profeta da grandeza portuguesa e católica, e da tese sobre a preeminência de Portugal no futuro e Quinto Império do Mundo, império cristão e terreno. Muitos são os aspectos passíveis de análise nos problemas enfrentados por Vieira com o Santo Ofício, e sua luta contra a discriminação dos cristãos-novos bastaria para explicar a ação inquisitorial. No entanto, bem sabemos que é impossível dissociar o intrincado contexto político da época da perseguição imposta a Vieira.

²² Segundo João Francisco Marques, no Prólogo feito por Vieira ao primeiro tomo de sermões reunidos em 1679, o jesuíta indicava a heterogeneidade de temas e tempos presentes nas pregações, resultado de reunião variada de textos completos, publicados, manuscritos, proferidos ou não, que guardara ao longo do tempo de missionação e atividade política. Vieira reconhece serem fruto do que pedia a «ocasião, e as circunstâncias da solenidade», cf. op. cit., p. 118.

²³ A versão utilizada, «*Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo, Primeira e segunda vida de El-Rei D. João IV*, escritas por Gonçalo Eanes Bandarra e comentadas por Vieira, em carta ao bispo do Japão, D. André Fernandes», é a publicada por António Sérgio e Hernâni Cidade em *Obras Escolhidas*, Vol. VI, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1952.

²⁴ J. L. de AZEVEDO, *História de António Vieira*, cit., Vol. II, pp. 8-9.

²⁵ Sobre o processo movido contra o jesuíta, ver *Os autos do processo de Vieira na Inquisição*, ed., trans., glos. e not. Adma Muhama, São Paulo, Universidade Estadual Paulista; Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1995.

As proposições da *Carta* censuradas pelos qualificadores romanos concentraram-se em alguns temas, com destaque para: 1) a que afirma a futura existência do Quinto Império do Mundo; 2) a de que este se seguiria ao Império Romano, considerado ainda existente na Casa de Áustria; 3) a que atribui espírito profético ao Bandarra; 4) a que interpreta as trovas de Bandarra como profecias, considerando que parte delas já se havia cumprido; 5) a que afirma a ressurreição de D. João IV; 6) a que toma como critério para a crença nas profecias a verificação dos sucessos vaticinados e não a doutrina; 7) a que confere ao imperador do Quinto Império a graça da conversão universal dos judeus, gentios e hereges; 8) a que promete a incorporação na Igreja das 12 tribos desaparecidas. Em tempos de rompimento de relações entre Portugal e o papado, que apoiava os espanhóis na guerra contra a Restauração lusitana, as idéias de Vieira previam o fim de Roma, a ruína de Castela e a submissão a Portugal de todos inimigos e hereges²⁶.

Sobre o caráter messiânico de sua pregação e a defesa de Bandarra como verdadeiro profeta, Vieira teve muito a explicar aos inquisidores. Vimos encaminhando a idéia de como era longa a relação de Vieira com Bandarra, iniciada antes mesmo de o jesuíta voltar a Portugal, e como o renegara antes de se tornar defensor intransigente do espírito premonitório do humilde sapateiro. A forma como Vieira combinou profecia e futuro, ou profecia e história, esboçada de modo mais sistemático no texto *Esperanças de Portugal*, depois ajustada ao tempo e à elaboração da *História do Futuro* e da *Clavis Prophetarum*, parece indicar um veio comum aos três escritos. Para Vieira, o profetismo de Bandarra foi comprovado pela história: previu a Restauração e nomeou o rei que a consumou. O sonho realizado confirmava a competência profética do sapateiro e a experiência afirmava a realização do todo pela parte já alcançada: D. João virá terminar sua missão e o Quinto Império cumprir-se-á na terra, pois «Deus que deu a Adão inteiramente, por junto e de uma vez, o império do Mundo, como o há-de dar por partes ao Filho que o restaurou?»²⁷.

Vieira saiu-se mal no processo, que lhe custou quatro longos anos de vida. Entre o seu início, a 16 de fevereiro de 1663, e a sentença, em dezembro

²⁶ Para uma análise das implicações do contexto político no processo de Vieira, ver António Vasconcelos de SALDANHA, «Vieira e o dogma da eternidade do Império Romano», in *Terceiro Centenário da Morte do Padre António Vieira. Congresso Internacional, Actas*, Vol. II, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1999, pp. 899-907.

²⁷ Cf. António VIEIRA, «Representação dos motivos que tive para me parecerem prováveis as proposições de que se trata», *Obras Escolhidas*, cit., pp. 97-179. Para uma análise da dimensão temporal na obra de Vieira, ver, dentre outros, João Adolfo HANSEN, «Vieira: tempo, alegoria e história», *Brotéria*, 4/5, Vol. 145, out.-nov. 1997, e «Vieira: tempo, história e providencialismo figural», in Francisco Ivan da Silva (org.), *Colóquio Barroco*, Natal, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008, Vol. 1, pp. 207-225; Pedro CALAFATE, «Expressões da temporalidade em António Vieira» in Margarida Vieira Mendes, Maria Lucília Gonçalves Pires, José da Costa Miranda (org.), *Vieira Escritor*, cit., pp. 189-202.

de 1667²⁸, deu continuidade às proposições da *Carta*, com alterações importantes para o que aqui discutimos. Segundo Adma Muhana, estudiosa do processo de Vieira, depois do início da acusação, para a qual o escrito sobre as *Esperanças de Portugal* foi determinante, Vieira produziu muito. Entre 1663 e 1664 redigiu a *História do Futuro* e a *Apologia das Coisas Profetizadas*; entre fins de 1664 e 1665, o *Livro Anteprimeiro da História do Futuro*; entre outubro de 1665 e junho de 1666, *Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício*, e em 1667, a *Defesa do Livro Intitulado Quinto Império*²⁹. Após a condenação pelo Tribunal português, viajou a Roma, onde obteve a suspensão da pena imposta pelo Tribunal português e deu início, ou continuidade³⁰, entre 1669 e 1675, à elaboração de outra obra que deixaria inacabada, a *Clavis Prophetarum*³¹.

Muito já se falou sobre o que seria a trilogia profética de Vieira, reunindo a *Carta* de 1659, a *História do Futuro* e a *Clavis Prophetarum*, conjunto de escritos que sugere um possível «sistema profético vieirino». Uma das maiores especialistas da oratória de Vieira, Margarida Vieira Mendes, contesta esta afirmação e defende o caráter mais conjuntural e independente de cada texto. Acredita a autora que, embora se possa encontrar «recorrência nas idéias e no modo de as tratar», cada qual «possui uma orientação argumentativa singular». Para Vieira Mendes, Vieira jamais completou um tratado profético consistente – «caso da *História do Futuro* e da *Clavis Prophetarum*, livros tão-só iniciados» –, e produziu mais peças de oratória, «por serem de intervenção, de combate político imediato, de propaganda ideológica e de defesa pessoal», do que projeto acabado e sistemático, como muitas vezes se afirma.

Para fundamentar a sua argumentação, a autora indica uma questão importante para refletirmos sobre o tempo e a gramática política seiscentista: as produções proféticas de Vieira teriam sido, mesmo quando não declarada-

²⁸ Depois da sentença, Vieira esperou até 30 de junho de 1668 pela Audiência de Perdão, quando então foi perdoado de todas as culpas imputadas pela Inquisição de Coimbra, «ficando somente em pé, e em seu vigor a obrigação que por termo por ele assinada fez de mais não tratar das proposições contéúdas em sua sentença...». *Os autos do processo*, cit., p. 372.

²⁹ A *Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício*, publicada a partir da organização e fixação de texto de Hernâni Cidade, Bahia, Livraria Progresso, 1957, teve nova edição crítica de Ana Paula Banza, *Representação perante o Tribunal do Santo Ofício*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008.

³⁰ Adma Muhana afirma que desde 1663, por denúncia de Fr. Jorge de Carvalho, qualificador do Santo Ofício, o Tribunal soubera ter Vieira «composto em sua idéia» um livro intitulado *Clavis Prophetarum*, no qual pretendia escrever que «o mundo iria ter um estado de paz, no qual todas as nações gentias, bem como os judeus, inclusive os das tribos perdidas, se converteriam à fé de Cristo, um estado mais perfeito, em que a Igreja estaria estendida por todo o mundo, perduraria por mil anos até a vinda do Anticristo e do Juízo Final». A. MUHANA, op. cit., pp. 55-56.

³¹ Margarida Vieira Mendes afirma ter sido a *Clavis* escrita em Roma, entre 1669 e 1675. Cf. «Chave dos profetas: a edição em curso», in Margarida Vieira Mendes, Maria Lucília Gonçalves Pires e José da Costa Miranda (org.), *Vieira Escritor*, cit., p. 32.

mente de defesa em causa própria, «ofertas ou serviços de vassalo»³². Nesta perspectiva, suas idéias messiânicas decorreriam de uma estratégia retórica e de laudatória régia bem afeitas ao tempo, e não apenas a seu caráter visionário e extravagante³³. Pode-se perguntar, no entanto, se o esvaziamento do caráter sagrado e mesmo místico do discurso de Vieira não nos afastaria, igualmente, do tempo em que suas idéias e teses foram elaboradas, sobretudo quando lembramos que as formulações sobre o Quinto Império, só para citar um exemplo, não foram exclusividade do nosso jesuíta³⁴.

Em texto sobre «“Governo” e “Política” no Portugal dos Seiscentos», Pedro Cardim estuda os sentidos destes termos no século de Vieira e analisa o horizonte de temas e questões com os quais o jesuíta se defrontou. Com sua «irreprimível apetência por opinar e por dissertar acerca dos acontecimentos», Vieira teria sido mais um testemunho do que um intérprete original da sua época, e concorda com Vieira Mendes ao afirmar que o jesuíta esteve «longe de revelar um “ideário político” consistente e sistemático»³⁵.

Para que fiquemos na temática messiânica e profética dos escritos de Vieira, não há dúvida de que tanto a questão da Monarquia Universal como o seu eventual caráter providencialista permearam o cenário seiscentista, dentro e fora do reino, na Europa e na América. Vimos como é possível encontrar indícios da circulação de idéias sebastianistas e bandarristas na América portuguesa, a exemplo dos textos de fidalgos contrariados com a dominação habsburga em Portugal, como D. João de Castro, ou mesmo servidores da Restauração, como o primeiro marquês de Nisa, então diplomata português em Paris. Para sair do mundo católico, vale lembrar Menasseh-ben-Israel, judeu português de Amsterdam, autor de *Esperança de Israel*, publicado entre 1649 e 1650, sendo impossível desconsiderar a influência deste texto na *Carta ao Bispo do Japão, Esperanças de Portugal*, estas no plural, dedicada à rainha, em 1659. Autores como Silvano Peloso chegam a indicar a influência de Vieira sobre o judeu acerca das idéias sobre o Quinto Império, a confirmar o panorama alargado do tema e as variadas perspectivas religiosas e políticas que conheceu³⁶.

³² Cf. M. V. MENDES, «Comportamento profético e comportamento retórico em Vieira», *Revista Semear* 2, Rio de Janeiro, PUC-RJ, s.d., p. 5 [Consultado a 20/12/2011]. Disponível em http://www.letras.puc-rio.br/Catedra/revista/semiar_2.html.

³³ Sobre a retórica vieirina ver Alcir PÉCORA, *Teatro do Sacramento. A unidade teológico-política dos sermões de Antônio Vieira*, São Paulo, Universidade de São Paulo; Campinas, Universidade de Campinas, 1994.

³⁴ Silvano Peloso discute a abrangência da temática messiânica e do Quinto Império nos séculos XVI e XVII e a inserção de Vieira nesse contexto em «*Ut libri prophetici intelligantur, omnium temporum historia complectenda est: o Quinto Império de Antônio Vieira e o debate europeu nos séculos XVI e XVII*», in Margarida Vieira Mendes, Maria Lucília Gonçalves Pires e José da Costa Miranda (org.), *Vieira Escritor*, cit., pp. 177-187.

³⁵ Pedro CARDIM, «“Governo” e “Política” no Portugal de Seiscentos. O olhar do jesuíta Antônio Vieira», *Penélope*, n.º 28, 2003, pp. 59-92.

³⁶ Adma Muhana chega a sugerir ter sido este texto fundamental para a posterior elaboração de *Esperanças de Portugal*. Segundo a autora, «desde aquele encontro com Menassés--ben-

A questão da Quinta Monarquia, ou do Quinto Império na versão de Vieira, também não foi exclusividade portuguesa, ibérica ou católica. Na Inglaterra, a seita dos *Fifth Monarchy Men* foi um dos desdobramentos da crise político-religiosa do protestantismo puritano, sem transferir para o representante régio a expectativa messiânica. Ao contrário, e porque lá se assistia exatamente à falta de esperança e confiança no monarca, o messias seria o próprio Cristo retornado à terra³⁷. Vieira teria reinterpretado, como outros fizeram, o universalismo dos séculos XVI e XVII, presente no mundo tanto católico, como protestante, influenciado pelo profetismo disseminado na Europa e, no mundo ibérico, combinado a fontes judaicas e bíblicas. A versão messiânica e milenarista do jesuíta teria resultado da fusão particular desses elementos, matizados pela intensidade da vida religiosa, política e missionária de Vieira³⁸. Creio, no entanto, que nem essa perspectiva alargada da conjuntura, nem as diferenças estritamente portuguesas entre o que seria um projeto sebastianista e outro brigantino para Vieira, tal como defendido por Luís Filipe Silvério Lima – Vieira e seu Quinto Império e D. João IV ressuscitado teriam traduzido um outro projeto, identificado à nova dinastia, não sendo variação heterodoxa da crença sebástica³⁹ –, alteram a linha argumentativa aqui proposta. Nenhum desses elementos, todos certamente constitutivos da dinâmica dos textos de cunho profético de Vieira, invalida, nem a especificidade da narrativa e da retórica vieirina, nem a possibilidade de encontrar um fio condutor dos principais textos de pregação messiânica elaborados pelo jesuíta.

Faço aqui um parêntese para indicar o grande debate entre os que vêem unidade nos escritos de base profética de Vieira, e os partidários do caráter fragmentário e conjuntural desses mesmos textos. No último grupo, estariam a já citada Margarida Vieira Mendes e Adma Muhama, estudiosas

Israel em Amsterdão [onde esteve entre 1646 e 1648] Vieira perseguiu a idéia messiânico-judaica do Quinto Império». Cf. «O processo de Vieira na Inquisição», in *Terceiro Centenário da Morte do Padre António Vieira. Congresso Internacional, Actas*, Vol. I, cit., pp. 393-407. S. PELOSO, op. cit., p. 180.

³⁷ Para uma análise comparada das formulações inglesa e portuguesa do Quinto Império ou da Quinta Monarquia, ver José Eduardo REIS, «O milenarismo utópico de Vieira e a transliteração da idéia de quinto império nos tratados milenaristas seiscentistas ingleses dos *Fifth Monarchy Men*», in *Terceiro Centenário da Morte do Padre António Vieira. Congresso Internacional, Actas*, Vol. II, cit., pp. 969-984. Luís Filipe Silvério Lima desenvolve estudo comparado sobre os casos português e inglês.

³⁸ Para uma análise da perspectiva universalista de Vieira, ver «António Vieira e o universalismo dos séculos XVI e XVII», in Pedro CARDIM e Gaetano SABATINI (org.), *António Vieira, Roma e o universalismo das monarquias portuguesa e espanhola*, Lisboa, Centro de História do Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Açores, 2011, pp. 13-27.

³⁹ L. F. S. LIMA, *O Império dos Sonhos*, cit., pp. 236-237. O autor também discute as idéias de Adma Muhana, sobre o papel exercido pelo processo respondido por Vieira na conformação de seus escritos proféticos, bem como a tese de Thomas Cohen, acerca da influência da vivência na América para o redimensionamento da idéia de império português, subordinando o Vieira político ao missionário para explicar o sentido do Quinto Império do jesuíta. Cf. *Idem*, pp. 223-224.

da retórica e do projeto inquisitorial sofrido pelo jesuíta, respectivamente, Pedro Cardim, no texto já citado, e João Lúcio de Azevedo, o maior biógrafo de Vieira. Do outro lado, estão Ana Paula Banza e José van den Besselaar, para os quais a visão profética e religiosa do mundo teria guiado as reflexões de Vieira: «Ao contrário do que se lê muitas vezes, acredito eu que não foi o pragmatismo político o originador do profetismo vieiriano, mas foi sua visão profética da história a que lhe inspirou sua actividade política, como mais tarde lhe havia de inspirar também sua actividade missionária», disse Besselaar, citado por Banza⁴⁰. As contingências o teriam afastado da grande obra imaginada e esboçada desde cedo – a *História do Futuro* teria começado a ser escrita em 1649 –, e não o obrigado ou pressionado a refletir ou responder sobre temas que, em outras circunstâncias, não debateria. Defendo uma combinação dessas duas interpretações, pois se não é possível desconsiderar o papel desempenhado pelas variadas conjunturas vivenciadas intensamente por Vieira, e sobre as quais sempre fez questão de se pronunciar, tampouco pode-se esquecer seu interesse por temas proféticos e messiânicos, ou quando menos providencialistas, desde muito cedo, quando ainda estava no Brasil, a exemplo da contestação aos sebastianistas e das críticas aos bandarristas ou da «Carta Ânua» na qual descreveu a invasão holandesa da Bahia.

Assim, ao observarmos as idéias de profecia e império na *Carta* de 1659, na *História do Futuro* e na *Clavis Prophetarum*, para não citar os demais textos já mencionados, é possível encontrar mudanças e permanências interessantes no messianismo de Vieira e na relação deste com os revezes pessoais sofridos depois dos anos de 1660. É interessante a observação de Adma Muhana sobre o papel e a força das acusações inquisitoriais na formação dos textos elaborados pelo jesuíta para se defender, com empenho em se pronunciar «sobre matérias que doutro modo talvez não o pudesse fazer»⁴¹, como o tema do messianismo judaico, sempre relido à luz da sua prática missionária jesuítica⁴². Vale não esquecer, no entanto, que *Esperanças de Portugal* foi o texto que deu origem ao processo, e que nele boa parte do que viria a ser desenvolvido depois já estava enunciado. No que se refere ao papel de Bandarra, por exemplo, para voltarmos ao sapateiro, hoje sabemos que sua importância foi decisiva na *Carta* de 1659, e portanto muito valorizada no processo, perdendo espaço gradativo nos escritos seguintes, até desaparecer por completo na *Clavis Prophetarum*. Nem mesmo na defesa do espírito profético de Gonçalo Annes, Vieira foi original, pois assim o entendiam muitos teólogos, bispos e arcebispos e inquisidores-gerais, a exemplo

⁴⁰ Apud A. P. BANZA, op. cit., p. XXI.

⁴¹ Cf. «O processo de Vieira na Inquisição», cit., p. 405.

⁴² Para uma análise da relação de Vieira com o messianismo judaico, ver Maria José Ferro TAVARES, «O messianismo na obra de António Vieira», in *Terceiro Centenário da Morte do Padre António Vieira. Congresso Internacional, Actas*, Vol. I, cit., pp. 136-164.

de Fr. Pantaleão Rodrigues Pacheco⁴³, mas sua associação com o judaísmo obrigou o jesuíta a usar sua competência retórica diante dos inquisidores. Na *História do Futuro*, o sapateiro de Trancoso perde a centralidade da *Carta* de 1659, muito embora não se possa afirmar se foi por cautela, convicção ou pressão dos acontecimentos, como entendeu Raymond Cantel, e apesar das intevenções indicadas por Besselaar na *editio princeps* de 1718: aparentemente, «intervenções de censura, incompetência do editor, má qualidade do manuscrito utilizado». Para este autor, a versão encontrada no códice 382 na Livraria da Torre do Tombo, também imperfeita, «tem a vantagem de conservar fielmente os passos bandarristas, riscadas pelo primeiro editor»⁴⁴, observação certamente importante, e que confirma o terreno movediço sobre o qual precisamos nos equilibrar quando analisamos textos sabidamente inacabados, publicados postumamente e, no caso da *História do Futuro*, em boa parte redigido nos cárceres inquisitoriais. A gradativa «depuração» do foco português nos escritos de Vieira é confirmada pelo próprio Besselaar quanto à *Clavis Prophetarum*, obra de estilo «um tanto incolor dos tratados teológicos da época»; a «sua doutrina do Reino consumado de Cristo na terra» manteve-se «prudentemente distante do Bandarrismo e do Luso-centrismo do período anterior»⁴⁵.

Obra inacabada como as demais, a *História do Futuro* indica forte relação com os acontecimentos do tempo histórico concreto, e difícilimo, que Vieira vivia, e cujo «vestíbulo», o *Livro Anteprimeiro*, texto essencialmente lusocêntrico, nas palavras de Besselaar⁴⁶, teve como destinatário o próprio rei, D. Afonso VI, a quem o jesuíta pretendia dedicar a obra. As guerras de Restauração arrastavam-se há duas décadas, e Vieira, então desterrado em Coimbra, esperava voltar ao centro do poder, oferecendo ao rei os seus conselhos e argumentos sobre o glorioso destino português. Baseava-se mais uma vez nos profetas, e acreditava no seu poder de entendê-los e traduzi-los, sugerindo ser talvez um «profeta dos profetas», ainda seguro acerca da liderança portuguesa no futuro Quinto Império.

Na *Clavis Prophetarum*, texto pensado desde os anos de 1650, mas escrito em Roma, depois do fim do processo inquisitorial⁴⁷, o desgosto de Vieira com o fim de seu poder no paço português o levou de volta ao início de tudo: *De Regno Christi in terris consummato*. Depois da humilhante condenação ao silêncio sobre questões às quais dedicara boa parte da vida de religioso, jesuíta e missionário da conversão universal, a identificação lusitana

⁴³ Cf. António LOPES, SJ, «Os 74 anos de evolução da “utopia” de Vieira», in *Terceiro Centenário da Morte do Padre António Vieira. Congresso Internacional, Actas*, Vol. II, cit., p. 873.

⁴⁴ «Introdução», in A. VIEIRA, *Livro Anteprimeiro da História do Futuro*, ed. crítica José van den Besselaar, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983, p. 16.

⁴⁵ *Idem*, p. 11.

⁴⁶ *Idem*, p. 10.

⁴⁷ Segundo Margarida Vieira Mendes, entre 1669 e 1675, para onde seguiu com o objetivo de suspender as punições impostas pelo Tribunal Inquisitorial português.

do Quinto Império perdeu espaço, apesar de Vieira ainda mencionar timidamente as promessas de Cristo em Ourique a Afonso Henriques. A edição crítica e a fixação do texto da grandiosa obra que o jesuíta imaginou ser o cume de «seus palácios altíssimos», feitas por Arnaldo do Espírito Santo, a partir de projeto iniciado por Margarida Vieira Mendes, confirma a perspectiva mais sóbria e teológica, já indicada, e a completa ausência, seja de Bandarra, seja de D. João IV, seja do Quinto Império⁴⁸. Como sintetizou António Lopes: «Na *Clavis*, das trovas e do profetismo de Bandarra nem uma palavra; do Encoberto nem uma palavra; de D. João IV e de sua ressurreição nem uma palavra; do Império Universal português nem uma palavra⁴⁹...».

O afastamento de Vieira da tese da grandeza portuguesa não significou, contudo, o abandono do sonho do Império Universal, ainda importante para um convicto soldado de Cristo, apesar de todos os revezes. Mesmo considerando os ajustes que suas idéias sofreram ao longo dos anos, Vieira parece jamais ter-se desviado da missão que abraçou ainda menino na América. Mais que missionário, Vieira ousou interpretar os profetas e os apóstolos, sentiu-se capaz de decifrar a história do futuro e assim pensava prestar o mais alto e valioso serviço como súdito de uma Monarquia Universal. Ao misturar a experiência missionária junto dos índios, a vivência política nas cortes européias e a erudição como religioso, Vieira construiu castelos retóricos tão grandiosos como a monarquia e o rei aos quais procurou servir com absoluta fidelidade e notável capacidade de adaptação e pragmatismo.

Vieira se atrapalhou na teia de relações que estabeleceu entre «profecia» e «império»: ao embasar seus argumentos cada vez mais nas Escrituras e ousar interpretá-las, viu nas profecias a história do futuro, seja pelo que entendia previsto e consumado, seja pelo que estas ainda prenunciavam. Esta certeza foi o fio condutor dos seus escritos, baseados, sobretudo, na convicção do grandioso projeto católico. Foi derrotado em todas as suas batalhas, políticas, diplomáticas ou quiméricas, e apegou-se às profecias, não para repetir o passado, mas para reinventar um presente de continuada esperança na unidade religiosa do mundo, esperança e convicção que parece nunca ter abandonado, convicto do futuro cristão e unificado do mundo. A relação que Vieira estabeleceu entre a Monarquia Universal Católica, o Quinto Império do Mundo e o papel central de um rei português na primeira formulação – enunciada na *Carta* de 1659, antes portanto do processo inquisitorial – foi complexa: jamais um rei português postulou o título de imperador⁵⁰; a percepção de império de Vieira não tinha foco nas possessões

⁴⁸ Cf. A. VIEIRA, *Clavis Prophetarum*, Livro III, ed. crítica, fix. texto, trad., not. e gloss. Arnaldo do Espírito Santo, segundo projeto de Margarida Vieira Mendes, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2000.

⁴⁹ A. LOPES, op. cit., p. 879.

⁵⁰ Luís Filipe F. R. Thomaz, no já clássico texto «A idéia imperial manuelina» discute o que considera o «projeto imperial» pensado pelo *Venturoso* e os indícios das pretensões de D. Manuel ao título de imperador, todas indiretas. O autor levanta várias hipóteses para a não-utilização do termo, defende o caráter imperial do governo do *Venturoso* e analisa o viés

coloniais, mas na consumação de uma unidade religiosa e política quando o mundo que conhecia caminhava para a consolidação das particularidades protonacionais. A monarquia portuguesa, para ocupar a cabeça desse edifício, deveria ainda superar o domínio político da monarquia espanhola e a supremacia religiosa do papado – o quarto império, ainda vigente –⁵¹, quando o rei luso sequer era reconhecido em Roma. Nenhum desses entraves impediu que Vieira arquitetasse ou se fizesse tradutor do grandioso destino católico. Se é certo que não há como tomar suas proposições como um projeto prévia e sistematicamente concebido, é possível identificar pontos de contato entre as primeiras reflexões acerca de Bandarra e do sebastianismo ainda na Bahia e os desdobramentos derivados da intensa vivência jesuítica, missionária e política de quase um século de vida. Seus escritos foram se acomodando ao tempo, ora promissor, ora incerto, ora de desventuras, mas nunca de desesperança na unidade católica do mundo. Mesmo depois de tantos revezes, sempre missionário, sempre soldado de Cristo.

Fontes Impressas e Bibliografia

A Aurora da Quinta Monarquia (1604-1605), ed. João Carlos Gonçalves Serafim e supervis. José Adriano de Freitas Carvalho, Porto, CITCEM, 2011.

ALBUQUERQUE, Martim, «O valor politológico do sebastianismo», in *Estudos de Cultura Portuguesa*, Vol. 2, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000, pp. 291-326.

AZEVEDO, João Lúcio, *A Evolução do Sebastianismo*, 3.^a ed., Lisboa, Editorial Presença, 1984.

AZEVEDO, João Lúcio, *História de António Vieira*, 2 vols., 3.^a ed., Lisboa, Clássica Editora, 1992.

BARROS, André de, *Vida do padre António Vieira*, Lisboa, J. M. C. Seabra & T. Q. Antunes, 1856.

BESSELAAR, José van den. *Antônio Vieira. Profecia e Polêmica*, Rio de Janeiro, UERJ, 2002.

BRANDÃO, Mário, *Coimbra e Dom António, rei de Portugal: A educação de Dom António*, 3 vols., Coimbra, s.n., 1939.

CALAFATE, Pedro, «Expressões da temporalidade em António Vieira», in Margarida Vieira Mendes, Maria Lucília Gonçalves Pires e José da Costa Miranda (org.), *Vieira Escritor*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997.

CANTEL, Raymond, *Prophétisme et messianisme dans l'Oeuvre d'Antoino Vieira*, Paris, Ediciones Hispano-Americanas, 1960.

messiânico e cruzadístico de seu reinado, a indicar, possivelmente, as fundas raízes do projeto esposado séculos depois por António Vieira. Conclui Thomaz sobre D. Manuel: «Pensamos, portanto, que mais do que se tornar imperador do Ocidente ou do Oriente ele esperava ser o imperador universal, não apenas do Império Romano, mas do Quinto Império, o império apocalíptico que inauguraria o reino de Deus sobre a terra.» Cf. «A idéia imperial manuelina», in Andréa Doré, Luís Filipe Silvério Lima, e Luiz Geraldo Silva (org.), *Facetas do Império da História*, São Paulo, Aderaldo & Rothschild Editores; Brasília, DF, Capes, 2008, p. 100.

⁵¹ Cf. Pedro Cardim e Gaetano Sabatini discutem a importância desse cenário na relação que Vieira estabeleceu com o universalismo dos séculos XVI e XVII, op. cit., p. 25.

- CARDIM, Pedro, «“Governo” e “Política” no Portugal de Seiscentos. O olhar do jesuíta António Vieira», *Penélope*, n.º 28, 2003, pp. 59-92.
- CARDIM, Pedro e SABATINI, Gaetano (org.), *António Vieira, Roma e o universalismo das monarquias portuguesa e espanhola*, Lisboa, Centro de História do Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Açores, 2011.
- CASTRO, José de, *O prior do Crato*, Lisboa, União Gráfica, 1942.
- HANSEN, João Adolfo, «Vieira: tempo, alegoria e história», *Brotéria*, n.º 4/5, out.-nov. 1997.
- HANSEN, João Adolfo, «Vieira: tempo, história e providencialismo figural», in Francisco Ivan da Silva (org.), *Colóquio Barroco*, Vol. 1, Natal, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.
- HERMANN, Jacqueline, *No Reino do Desejado. A construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- HERMANN, Jacqueline, *1580-1600. O sonho da salvação*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque, *Antônio Vieira. Capítulos de Literatura Colonial*, org. e introd. Antônio Candido, São Paulo, Brasiliense, 1991.
- LIMA, Luís Filipe Silvério, *Padre Vieira: Sonhos Proféticos, Profecias Oníricas. O Tempo do Quinto Império nos Sermões de Xavier Dormindo*, São Paulo, Humanitas, 2004.
- LIMA, Luís Filipe Silvério, «O percurso das Trovas do Bandarra: circulação letrada de um profeta iletrado», in Leila Mezan Algranti e Ana Paula Torres Megiani (org.), *O Império por Escrito. Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico*, São Paulo, Alameda, 2009, pp. 441-452.
- LIMA, Luís Filipe Silvério, *O Império dos Sonhos. Narrativas proféticas, sebastianismo e messianismo brigantino*, São Paulo, Alameda, 2010.
- LIPINER, Elias, *O sapateiro de Trancoso e o alfaiate de Setúbal*, Rio de Janeiro, Imago, 1993.
- LIPINER, Elias, *Gonçalo Anes Bandarra e os cristãos-novos*, Trancoso, Câmara Municipal de Trancoso e Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, 1996.
- LOPES, António, SJ, «Os 74 anos de evolução da “utopia” de Vieira», in *Terceiro Centenário da Morte do Padre António Vieira. Congresso Internacional, Actas*, Vol. II, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1999, pp. 857-879.
- MARQUES, João Francisco, «A cronologia da pregação de Vieira», in Margarida Vieira Mendes, Maria Lucília Gonçalves Pires e José da Costa Miranda (org.), *Vieira Escritor*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, pp. 117-134.
- MENDES, Margarida Vieira, *A Oratória Barroca de Vieira*, Lisboa, Editorial Caminho, 1989.
- MENDES, Margarida Vieira, «Comportamento profético e comportamento retórico em Vieira», *Revista Semear* 2, Rio de Janeiro, PUC-RJ, s.d., p. 5 [Consultado a 20/12/2011]. Disponível em http://www.letras.puc-rio.br/Catedra/revista/semiar_2.html.

- MENDES, Margarida Vieira; PIRES, Maria Lucília Gonçalves e MIRANDA, José da Costa (org.), *Vieira Escritor*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997.
- MUHANA, Adma, «O processo de Vieira na Inquisição», in *Terceiro Centenário da Morte do Padre António Vieira. Congresso Internacional, Actas*, Vol. I, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1999, pp. 393-407.
- NEVES, António da Silva, «Padre António Vieira, bandarrista», in *Terceiro Centenário da Morte do Padre António Vieira. Congresso Internacional, Actas*, Vol. II, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1999, pp. 881-897.
- Os autos do processo de Vieira na Inquisição*, ed., trans., gloss. e not. Adma F. Muhana, São Paulo, Unesp; Salvador, Fundação do Estado da Bahia, 1995.
- PAIVA, José Pedro (coord.), *Padre António Vieira, 1608-1697. Bibliografia*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1999.
- PÉCORA, Alcir, *Teatro do Sacramento. A unidade teológico-política dos sermões de Antônio Vieira*, São Paulo, Universidade de São Paulo; Campinas, Universidade de Campinas, 1994.
- REIS, José Eduardo, «O milenarismo utópico de Vieira e a transliteração da idéia de quinto império nos tratados milenaristas seiscentistas ingleses dos *Fifth Monarchy Men*», in *Terceiro Centenário da Morte do Padre António Vieira. Congresso Internacional, Actas*, Vol. II, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1999, pp. 969-984.
- REIS, José Eduardo, *Do Espírito da Utopia: lugares utópicos e eutópicos, tempos proféticos nas culturas portuguesa e inglesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.
- SALDANHA, António Vasconcelos de, «A dimensão política dos escritos messiânicos do Padre António Vieira», in Margarida Vieira Mendes, Maria Lucília Gonçalves Pires, e José da Costa Miranda (org.), *Vieira Escritor*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, pp. 257-273.
- SALDANHA, António Vasconcelos de, «Vieira e o dogma da eternidade do Império Romano», in *Terceiro Centenário da Morte do Padre António Vieira. Congresso Internacional, Actas*, Vol. II, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1999, pp. 899-907.
- SERAFIM, João Carlos Gonçalves, *Gonçalo Anes, o Bandarra, sapateiro de Trancoso*, dissertação de mestrado em Cultura Portuguesa Moderna, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996.
- SERAFIM, João Carlos Gonçalves, *D. João de Castro, «O sebastianista». Meandros de vida, e razões de obra*, tese de doutoramento em Cultura Portuguesa Moderna, 2 vols., Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O reinado de D. António, Prior do Crato*, Vol. I (1580-1582), Coimbra, s.n., 1956.
- SERRÃO, Joel, *Pequeno Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Figueirinhas, 1987.
- TAVARES, Maria José Ferro, «O messianismo judaico em Portugal (1.^a metade do século XVI)», *Luso-Brazilian Review*, Vol. 28, n.º 1, summer 1991, pp. 141-151.

- TAVARES, Maria José Ferro, «O messianismo na obra de António Vieira», in *Terceiro Centenário da Morte do Padre António Vieira. Congresso Internacional, Actas*, Vol. I, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1999, pp. 135-164.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R., «A idéia imperial manuelina», in Andréa Doré, Luís Filipe Silvério Lima, e Luiz Geraldo Silva (org.), *Facetas do Império da História*, São Paulo, Aderaldo & Rothschild Editores; Brasília, DF, Capes, 2008.
- VAINFAS, Ronaldo, *Antônio Vieira*, São Paulo, Companhia das Letras, 2011.
- VELLOSO, J. M. Queiroz, *O interregno dos governadores e o breve reinado de D. António*, Vol. 3, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1953.
- VIEIRA, António, «Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo, Primeira e Segunda Vida de El-Rei D. João IV, escritas por Gonçalo Eanes Bandarra e comentadas por Vieira, em carta ao bispo do Japão, D. André Fernandes», in *Obras Escolhidas*, Vol. VI, pref. e not. António Sérgio e Hernâni Cidade, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1952.
- VIEIRA, António, «Representação dos motivos que tive para me parecerem prováveis as proposições de que se trata», in *Obras Escolhidas*, Vol. VI, pref. e not. António Sérgio e Hernâni Cidade, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1952.
- VIEIRA, Antônio, *Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício*, pref. Hernâni Cidade, Bahia, Livraria Progresso, 1957.
- VIEIRA, António, *Obras Completas do Padre António Vieira*, pref. e rev. Rev. Padre Gonçalo Alves, Tomos I, II e III, Porto, Lello & Irmão Editores, 1959.
- VIEIRA, António, *Livro Anteprimeiro da História do Futuro*, ed. crítica José van den Besseelaar, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983.
- VIEIRA, António, *Apologia das coisas profetizadas*, org. e fix. texto Adma Fadul Muhana, Lisboa, Cotovia, 1994.
- VIEIRA, António, *Escritos Históricos e Políticos*, estab. textos, org. e pref. Alcir Pécora, São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- VIEIRA, António, *Clavis Prophetarum*, Livro III, ed. crítica, fix. texto, trad., not. e gloss. Arnaldo do Espírito Santo segundo projeto de Margarida Vieira Mendes, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2000.
- VIEIRA, António, *Representação perante o Tribunal do Santo Ofício*, 2 vols., ed. Ana Paula Banza, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008.
- VIEIRA, Antônio, *Cartas*, org. e not. João Lúcio de Azevedo, pref. Alcir Pécora, Vol. I, São Paulo, Editora Globo, 2008.

«TÃO SÚDITOS SÃO DA COROA PORTUGUESA UNIDOS COMO SEPARADOS»: SUBLEVAÇÃO SEISCENTISTA DOS MONGES BENEDITINOS NO BRASIL

por

JORGE VICTOR DE ARAÚJO SOUZA *

Se tivesse de resumir por meio de uma imagem tudo o que acabo de dizer sobre a noção de campo e sobre a noção de *illusio*, que é tanto condição quanto produto do funcionamento do campo, evocaria uma escultura que se encontra na catedral de Auch, em Gers, sob os assentos do capítulo, e que representa dois monges lutando pelo bastão de prior. Em um mundo como o universo religioso, e sobretudo o monástico, que é o lugar por excelência do *Ausserweltlich*, do supra-mundano, do desinteresse no sentido ingênuo do termo, encontramos pessoas que lutam por um bastão que só tem valor para quem está no jogo, preso ao jogo.

Pierre BOURDIEU, *Razões práticas: sobre a teoria da ação*, Campinas, São Paulo, Papirus, 1996, p. 141.

No contexto seiscentista houve uma tensão crescente na Congregação Beneditina Portuguesa. Apesar de alguns membros das elites locais mais antigas no Brasil terem suportado a parte mais onerosa da instalação da ordem nas principais capitanias a partir do final do século XVI, inclusive com doação de engenhos e escravidão, a participação de seus parentes no governo das casas beneditinas era mínima, pois as eleições de abades eram realizadas em Tibães. Por motivos diversos, que iam da ação de redes clientelares, com interferência de leigos nas eleições, ao envio para o Brasil de *personae non gratae* nos mosteiros portugueses, as autoridades religiosas da província, sobretudo os abades provinciais, eram oriundos de Portugal. No jogo de mobilidade na carreira eclesiástica, tal conjuntura era francamente desfavo-

* Universidade Severino Sombra. Pós-doutorando em História na Universidade Federal Fluminense. Bolsista PDJ-CNPq.

rável aos «filhos do Brasil», como eram então denominados monges que «tomavam hábito» no Novo Mundo.

Uma parte da família monástica no Brasil articulou um movimento autonomista, contando com a ajuda de abades, autoridades seculares e religiosos de outras ordens. A principal intenção era o controle da distribuição de poder. Estava em jogo a autoridade sobre posições hierárquicas dentro da ordem, nomeadamente a eleição dos abades e de seus auxiliares.

Até o momento, com exceção de Evaldo Cabral de Mello, o caso dos «monges rebeldes» teve pouca atenção e foi interpretado como um fato isolado, próprio do campo religioso e apenas fruto da cobiça de frades disjuntos¹. Cruzando informações de documentação depositada em instituições relativamente menos usadas para pesquisas sobre o Brasil, como o Arquivo Distrital de Braga e a Biblioteca da Ajuda, dentre outras, demonstrei o quanto o movimento autonomista dos monges fazia parte de tensões entre poderes que extrapolavam localismos, e o quanto o mesmo estava inserido em lógicas de mercês e pagamentos de serviços, próprias de uma sociedade com estratégias de mobilidade e hierarquias de Antigo Regime.

O século XVII foi recorrentemente destacado pela historiografia como um período de crises econômicas e sociais². Em tal contexto, Portugal não ficou isolado. O período para os portugueses «inicia-se» em 1578, com a morte do rei D. Sebastião em Alcácer Quibir e «termina» em 1668, com a assinatura do tratado de paz com a Espanha, o que desencadeou profun-

¹ Evaldo Cabral de Mello não mostrou grande interesse pelos monges e suas trajetórias, assim como os desdobramentos de tais rivalidades, pois não era esse seu objetivo principal. Cf. Evaldo Cabral de MELLO, *A Fronha dos Mazombos. Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*, São Paulo, Editora 34, 2003.

² Para um panorama geral sobre as crises no período, ver Geoffrey PARKER e Lesley M. SMITH (ed.), *The General Crisis of the Seventh Century*, London and New York, Routledge, 1997. Para Hugh Trevor-Roper, «a crise geral do século XVII» foi antes de tudo uma crise das relações entre o Estado e a sociedade. Trevor-Roper atribui como possíveis causas de parcela significativa desta crise as disputas religiosas originadas pelas Reformas protestante e católica. Cf. Hugh TREVOR-ROPER, *A crise do século XVII: religião, reforma e mudança social*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2007. No caso da Inglaterra, Christopher Hill mapeou a preponderante presença da Bíblia inglesa nas revoluções do século XVII, através de constantes reapropriações. Hill pesquisou o papel de passagens bíblicas em homilias do período elisabetano e concluiu que existia uma grande presença de citações referentes a Davi, nas quais se aponta que um «rebelde é pior que o pior dos príncipes». Christopher HILL, *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 88. O estudo de Hill demonstrou a importância das questões religiosas nas convulsões que assolaram o século XVII e como eram rearticuladas as hierarquias sociais a partir de um discurso bíblico. No caso de uma monarquia católica, como a espanhola, José Antonio Maravall, não obstante sua interpretação teleológica da sociedade do século XVII, considerou que este período estava dominado por uma crise aguda. Para Maravall, a «cultura do Barroco» foi uma resposta a esta situação. José Antonio MARAVALL, *La cultura del Barroco: análisis de una estructura histórica*, Barcelona, Editora Ariel, 1986, p. 55.

das fidelidades e rivalidades³. Nos desdobramentos do que se denominou Restauração portuguesa, portanto a partir de 1640, pulularam rebeliões, motins, distúrbios nos domínios do vasto império: expulsão de jesuítas em São Paulo, em 1640, motim contra o governador do Rio de Janeiro, em 1644, guerra contra os holandeses, a partir de 1645, e deposição do governador em Pernambuco, em 1666⁴, somente para recordar exemplos das «perturbações» mais conhecidas e estudadas pela historiografia brasileira.

Para o historiador José Pedro Paiva, a cisão do campo religioso em Portugal estava intrinsecamente vinculada aos contextos de 1580 e 1640⁵. Nessas configurações mais amplas se insere a «rebelião dos monges», movimento relevante, pois no período «as rivalidades claustrais operavam como um potente elemento de instabilidade colonial», de acordo com Evaldo Cabral de Mello⁶. Apesar de configuração tão ampla, recuperarei as micro-conflitualidades ao focar a atuação dos religiosos envolvidos e as relações estabelecidas. Para tal, lançarei mão de narrativas detalhadas capazes de redesenhar as trajetórias dos agentes.

«O primeiro filho do Brasil»

Em 1662, frei Diogo da Paixão Rangel alcançou o cargo de abade provincial, nomeando, logo em seguida, frei Ignácio da Purificação como visitador. O monge que detinha tal cargo agia como os olhos e ouvidos do superior, fiscalizando os demais mosteiros, o que lhe concedia liberdade para transitar pelas capitanias. Frei Ignácio foi enviado para o Rio de Janeiro, onde deveria encontrar-se com um parente, abade daquele cenóbio, frei Leão de São Bento, para juntos planejarem um modo de conseguir a autonomia da província beneditina do Brasil em relação à cabeça da Congregação, em Portugal. Por interposição do conde de Óbidos, do qual era amigo⁷, frei Leão

³ Rafael Valladares, ao contrário de uma parte da historiografia lusa, crê que a guerra aos holandeses contribuiu para aproximar os súditos no Brasil da coroa dos Habsburgos. Além disto, ainda no contexto restauracionista, o autor ressalta que os jesuítas foram de imediato a favor da proclamação de D. João IV, porque os padres almejavam recuperar suas posições junto ao novo monarca. A reconfiguração política em Portugal provocou diversas crises de autoridade em todo o império. No Rio de Janeiro, por exemplo, Salvador Correa de Sá, até então uma liderança poderosa, ficou sob a suspeita de «filipista», provocando sublevações na capitania. Cf. Rafael VALLADARES RAMÍREZ, «El Brasil y las Indias españolas durante la sublevación de Portugal (1640-1668)», *Cuadernos de Historia Moderna*, n.º 14, Madrid, Editorial Complutense, 1993, pp. 151-172.

⁴ Luciano FIGUEIREDO, *Rebeliões no Brasil colônia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005, p. 21.

⁵ José Pedro PAIVA, «A Igreja e o poder», in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 136.

⁶ E. C. MELLO, *A Fronda dos Mazombos*, cit., p. 227.

⁷ Os traços desta amizade podem ser notados nas formas de tratamento exibidas na correspondência de 7 de abril de 1664, quando o conde, morando na Bahia, pediu ao abade

conseguiu entrar em contato com Pedro de Melo, governador da capitania do Rio de Janeiro, para que este garantisse a viagem de frei Ignácio para Portugal⁸.

O abade do Rio de Janeiro não informou as autoridades governativas sobre a real intenção de frei Ignácio, usando a justificativa de que o mesmo iria à metrópole a fim de ser transferido para a Ordem de Camaldoli. A estratégia traçada pelos monges contava com a obtenção de um breve papal. Ao chegar a Portugal, frei Ignácio teve uma contenda com o abade geral da Congregação e, dissimulando subordinação, passou ao Porto, sua cidade natal, onde embarcou escondido numa nau francesa com destino a Roma.

O abade provincial que deflagrou a montagem inicial da estratégia, Diogo da Paixão Rangel, era natural do Rio de Janeiro e quando leigo chamava-se Diogo de Mariz. Este monge tinha pais «nobres dos mais principais da terra». Era filho de Paula Rangel e de Diogo de Mariz, provedor da Fazenda Real. O pai de frei Diogo também era oficial da Câmara do Rio de Janeiro. Este cargo só era ocupado, segundo João Fragoso, por indivíduos do mais alto estrato social de uma determinada elite local. Ainda de acordo com o historiador, a família extensa de Antônio Mariz seria um exemplo do resultado de estratégias empreendidas pelas primeiras famílias senhoriais do Rio de Janeiro, que recorriam a casamentos entre seus membros no intuito do fortalecimento das alianças⁹.

Por parte de pai, frei Diogo descendia de Antônio de Mariz, oriundo de Barcelos, e de Isabel Velha, nascida em Ponte de Lima¹⁰. Antônio de Mariz era, assim como seu filho Diogo, provedor da Fazenda Real, e tinha o importante título de cavaleiro fidalgo. Dentre suas façanhas, garantia ter participado da tomada da fortaleza de Villegaignon, combate liderado por Mem de Sá a 15 de março de 1560, e comandado o destacamento de infantaria que tomou Cabo Frio, dando combate aos Tamoios, em 1575. Antônio de Mariz estava entre aqueles «nobres da terra» que, no intuito de angariarem mercês, alegavam que «à custa de suas fazendas e de seu sangue» conquistaram territórios¹¹. O avô de frei Diogo obteve títulos, postos e terras, mas o preço foi

no Rio de Janeiro uma colcha de penas feitas por um religioso do mosteiro de São Paulo. Carta para o padre Diogo Rangel, sobre uma colcha de penas, *Documentos Históricos*, Vol. VI, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1928-1955, pp. 35-36.

⁸ *Documentos Históricos*, cit., Vol. V, p. 474.

⁹ Cf. João Luís Ribeiro FRAGOSO, «Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra no Rio de Janeiro (1600-1750)», in João Luís Ribeiro Fragoso, Carla Maria Carvalho de Almeida, e Antônio Carlos Jucá de Sampaio (org.), *Conquistadores e Negociantes: Histórias de Elites no Antigo Regime nos Trópicos. América Lusa, Séculos XVI a XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, pp. 33-120.

¹⁰ Carlos G. RHEINGANTZ, *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVIII)*, Tomo II, Rio de Janeiro, Livraria Brasileira Editora, 1965, pp. 519-520.

¹¹ Em meados do século XVI, no Rio de Janeiro, alguns portugueses e seus descendentes podiam alegar este tipo de serviço prestado ao pegarem em armas contra os franceses que contrabandeavam pau-brasil e que intentavam fundar uma colônia, a denominada França Antártica.

alto, pois deu literalmente todo o seu sangue em setembro de 1584 ao morrer flechado por índios numa emboscada às margens de uma lagoa no Rio de Janeiro¹².

Do lado materno, frei Diogo era descendente de Julião Rangel de Macedo, fidalgo da casa do rei Felipe II, e de Brites Sardinha, irmã de D. Pêro Fernandes Sardinha, primeiro bispo do Brasil. Julião Rangel, por serviços prestados à Coroa, entre eles o combate aos franceses ao lado de Mem de Sá, recebeu terras no Rio de Janeiro, além de obter grande prestígio, sendo instituído por Salvador Correia de Sá no cargo de ouvidor da capitania¹³. Os avós de frei Diogo eram «conquistadores» no Rio de Janeiro quinhentista.

Frei Diogo tomou hábito no mosteiro do Rio de Janeiro em 1623. Talvez por ser filho de um senhor de engenho e, portanto, ter contato com os negócios da terra, administrou o importante engenho beneditino de Iguassu. Sua carreira eclesiástica foi pautada por destacadas ocupações. Antes de morrer no mosteiro do Rio de Janeiro, a 18 de fevereiro de 1680, foi abade de Olinda em 1650, ainda no período da «insurreição pernambucana». Estava, assim, no centro das batalhas contra os holandeses, situação que o colocou ao lado de «frei Poeira», destacada personagem do movimento separatista beneditino. Em 1662, frei Diogo era presidente do mosteiro baiano, quando foi eleito para o cargo de provincial, «sendo o primeiro filho do Brasil que ocupou essa dignidade»¹⁴.

A 22 de julho de 1664, o abade frei Francisco da Visitação, natural de Carapeços no bispado do Porto, juntamente com outros monges do mosteiro de Salvador escreveu ao papa Alexandre VII sobre as intenções dos separatistas. Informava a missiva que frei Diogo Rangel fora escolhido «com certa posição elevada de estatuto, de ministério e de sua obrigação» e que era um «ingrato traidor». Na petição, frei Francisco e seus companheiros descortinaram as estratégias de frei Diogo, inclusive o envio de frei Ignácio da Purificação à Cúria romana sem consentimento de outros superiores. No final do apelo, o monge alegou que «nessas regiões das províncias» a observância à regra e à religião ficava em risco, se tal separação de fato ocorresse¹⁵.

A mesma estratégia de dirigir uma petição ao papa foi utilizada, um mês depois, pelos monges do mosteiro de Olinda, liderados por frei Jacinto da Cunha, monge natural de Portugal. As duas petições demonstram o quanto as autoridades dos mosteiros estavam articuladas no intuito de barrar as

¹² Elysio de Oliveira BELCHIOR, *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Livraria Brasileira Editora, 1965, pp. 312-315.

¹³ *Idem*, pp. 385-387.

¹⁴ «Dietário dos monges de São Bento», in *Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro – Abbadia Nullius de N. S. do Monteserrate – O seu histórico desde a fundação até ao anno de 1927*, Rio de Janeiro, s.n., 1927, p. 137.

¹⁵ ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA, *Congregação de São Bento* [ADB-CSB], Cód. 37, fl. 48 (livre tradução do latim para o português).

ações dos «separatistas». Além disso, as queixas assinalam como a formação das parcialidades escapava a associações simplistas, pois as assinaturas das petições contam com monges nascidos tanto em Portugal como no Brasil.

Em 1673, frei Leão de São Bento, por conta de sua atuação, foi preso com outros doze religiosos e enviado para Portugal. Chegando a Lisboa, o monge lançou mão de suas ligações familiares e através de um irmão que tinha na Ordem Trinitária, e «de grande respeito na Corte», conseguiu ser transferido para um mosteiro da ordem cisterciense com todo o grupo considerado rebelado. No Dietário do Mosteiro da Bahia, consta que o beneditino partiu para Roma e de lá retornou para Salvador, onde «foi recebido com aplauso devido ao seu zelo e ao seu trabalho»¹⁶. No grupo preso estavam frei Ignácio da Purificação e o mais temível separatista, que em 1675 seria provincial, frei João da Ressurreição – «o Poeira». Este monge, anos antes, tinha atuado como capelão-mor em Pernambuco.

No desempenho dos religiosos sobressai a montagem de uma rede de fidelidades, inclusive através de cartas que ocultavam as intenções, omitiam informações, enfim, jogavam com a dissimulação¹⁷. Os «principais da terra», como os pais de frei Diogo, tentavam emular um comportamento reinol ao alocar um membro da família no quadro clerical. Entretanto, tais expectativas iam de encontro aos interesses das autoridades beneditinas em Portugal. Alguns monges não concordaram com a limitação imposta a sua ascensão na carreira eclesiástica.

«Merece melhor que muitos»

Em *Rubro Veio*, Evaldo Cabral de Mello afirmou: «quem melhor encarou no imaginário nativista o clérigo belicoso, de armas em punho a bater-se contra os invasores hereges, foi o beneditino pernambucano, frei João da Ressurreição»¹⁸. A carta de profissão do monge depositada no Arquivo do Mosteiro do Rio de Janeiro atesta que o religioso não era pernambucano, pois nasceu em Salvador, «filho de pais nobres»¹⁹. Um dado o liga a um dos cabeças do movimento separatista – frei Diogo da Paixão Rangel: ambos tomaram hábito, no mesmo ano, no Mosteiro do Rio de Janeiro. Os dois

¹⁶ *Dietário do Mosteiro de São Bento da Bahia: edição diplomática*, Salvador, EDUFBA, 2009, pp. 118-119.

¹⁷ Um exemplo de como frei Diogo da Paixão Rangel se correspondia bem com as autoridades governativas e contava com certos favores pode ser visto na carta enviada da Bahia por Francisco Barreto, a 18 de janeiro de 1659. Francisco Barreto informava que inclusas iriam uma provisão para um «encomendado» de frei Diogo e também uma lista de postos que vagavam na Bahia. *Documentos Históricos*, cit., Vol. V, pp. 103-104.

¹⁸ E. C. MELLO, *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, p. 234.

¹⁹ ARQUIVO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO, *Cartas de profissão*, Álbum I, carta n.º 19, 1624.

entraram na ordem e professaram no mesmo dia. Foram, portanto, companheiros de noviciado. O quanto o primeiro contato dos monges neste espaço pesou nas tramas do movimento separatista não é possível estabelecer, mas é preciso ressaltar a importância dos vínculos constituídos em locais de sociabilidade como os noviciados e também o fato de os dois se reencontrarem em Pernambuco anos mais tarde, em plena época das lutas pela restauração da capitania. No ano em que tomaram hábito, o Mosteiro do Rio de Janeiro recebia notícias da ocupação do de Salvador pelos holandeses. Dados sobre tal religioso são pouco conhecidos; o que é interessante destacar é sua «carreira paralela» aos claustros.

A 7 de outubro de 1645, o nome de frei João da Ressurreição aparece na lista de eclesiásticos que participaram da aclamação do governador nas preparações para a derradeira guerra aos holandeses. Nesse momento, sua posição é apresentada como «Capelão-mor das estâncias e infantaria da empresa da liberdade»²⁰. Sobre frei João, o conhecido cronista da «Insurreição Pernambucana», o beneditino frei Rafael de Jesus teceu linhas bastante elogiosas em seu *Castrioto Lusitano*. Através de informações desta coletânea de panegíricos, fica-se a par que frei João foi escolhido pelo provincial para acompanhar o abade de Olinda, frei Anselmo da Trindade, que ocupava o engenho Mussurepe. Frei Rafael afirma que os dois religiosos não tiveram muitas complicações, até ao início da chamada insurreição, quando os monges foram expulsos de suas terras. Quem os abrigou com «agrado e respeito» foi ninguém menos que um dos líderes da Restauração Pernambucana, João Fernandes Vieira. A ele, frei João juraria lealdade em combate, intenção que em geral transborda na retórica dos relatos sobre a guerra. A acreditar no relato de frei Rafael de Jesus, o beneditino comportou-se exemplarmente em campo de batalha, fazendo cumprir seu juramento e dando exemplos de conduta, como na ocasião em que foi ferido na perna e no pé por duas munições²¹. Nesta situação, era o primeiro que «acodia a confessar como sacerdote, a ferir como soldado e animar como capitão»²². Seu grito de guerra originou o peculiar apelido «frei Poeira». Durante os embates animava a tropa gritando: «tende a Deus no coração e a tudo mais vá numa nuvem de poeira»²³.

Mas foi frei Manuel Calado quem deu os melhores detalhes da atuação do beneditino, porque, segundo o autor do *Valeroso Lucideno*, padre frei João

²⁰ Manuel CALADO, *O Valeroso Lucideno*, Vol. II, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1987, p. 92.

²¹ Rafael de JESUS, OSB, *Castrioto Lusitano ou História da Guerra entre o Brasil e a Hollanda*, Paris, s.n., 1894, p. 306.

²² Domingos Loreto COUTO, OSB, *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*, Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981, p. 296.

²³ Gonçalves de Mello observou que o primeiro a utilizar a alcunha «O Poeira» para denominar frei João foi o cronista beneditino frei Bernardo da Encarnação, no início do século XVIII. José Antônio Gonçalves de MELLO, «O Mosteiro de São Bento e seus cronistas», in *Benedictinos em Olinda, 400 anos*, São Paulo, SAMBRA, 1986, p. 34.

«merece melhor que muitos»²⁴. A narrativa de Calado é tida como uma das mais importantes da Insurreição Pernambucana, porque foi escrita no calor dos embates. A obra foi publicada em 1648, mas sua divulgação só foi permitida em 1667²⁵. Segundo Calado, foi o abade frei Anselmo quem subornou um holandês com quatro caixas de açúcar, conseguindo assim sair do arrecife e se abrigar no mato junto com outros beneditinos, dentre eles frei João.

Não obstante os típicos excessos contidos no gênero de escrita dedicado aos feitos de guerra, é necessário observar a relevância, em uma sociedade com relações regidas por uma economia da mercê, de se ter os atos narrados como o que segue:

E não é bem que passe por alto o padre frei João da Ressurreição Religioso da Ordem de São Bento, o qual nos mais perigosos, e arriscados lugares acudia a confessar os feridos com tão pouco temor da morte como se fora de bronze. Não é isto desdourar o zelo, e caridade dos dois padres da Companhia Francisco de Avelar e João de Mendonça, os quais neste dia fizeram sua obrigação com muito fervor: porém entre todos os Sacerdotes o que mais se esmerou, arriscou, e trabalhou foi o dito padre João. E isto é tão claro como a luz do dia²⁶.

No trecho citado há uma exaltação não só dos atos individuais de um clérigo belicoso, mas da própria Ordem de São Bento, em comparação com a Companhia de Jesus, através do cotejamento da atuação de seus membros.

De acordo com a narrativa do *Castrioto Lusitano*, frei João teve importante papel no desfecho da guerra aos holandeses, indo pessoalmente a Lisboa dar a notícia da vitória ao soberano, em 1654. Um acidente com a nau que levava André Vidal de Negreiros fez com que frei João da Ressurreição, que seguia em outra embarcação, adiantasse em um dia a tão esperada notícia.

Frei João da Ressurreição não escapou à lógica que regia as trocas e relações no Antigo Regime, baseada em serviços e recompensas. O monge havia prestado um dos serviços mais aquilatados em períodos de conflitos – o militar²⁷ – e queria colher as benesses de seus esforços, pois tinha reputação o bastante. Um comportamento como o do beneditino se coaduna com lógicas vinculares baseadas em promessas de premiações, pois, como destacou Ronald Raminelli: «as trajetórias individuais permitem vislumbrar a dinâmica entre serviços e recompensas entre centro e periferias no mundo ibérico»²⁸.

²⁴ M. CALADO, op. cit., p. 9.

²⁵ RONALD RAMINELLI, «Frei Manuel Calado», in Ronaldo Vainfas (dir.), *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1800)*, Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2000, pp. 248-249.

²⁶ M. CALADO, op. cit., p. 135.

²⁷ Nuno Gonçalo MONTEIRO, «O “ethos” nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social», *Almanack Brasiliense*, Vol. 2, Nov. 2005, p. 10 [Consultado a 31/09/2012]. Disponível em http://www.almanack.usp.br/PDFS/2/02_forum_1.pdf

²⁸ RONALD RAMINELLI, *Viagens ultramarinas. Monarcas, vassalos e governo a distância*, São Paulo, Alameda, 2008, p. 31.

Que mercê aguardava um religioso de São Bento? Domingos Loreto Couto, que no seu *Desagravos do Brasil* dedicou algumas linhas a seu irmão de hábito, afirma desconhecer se os serviços de frei João foram remunerados com alguma mercê²⁹. Frei João da Ressurreição estava preocupado com sua família além dos muros do mosteiro. Seu pedido, acompanhando uma lógica comum de auxílio à parentela, foi para suas duas sobrinhas: a 23 de abril de 1655, pouco tempo depois de seus «feitos», o religioso solicitou mercês para «bem casar» as duas. Para angariar tais prêmios, frei João recordou seus feitos. Afirmava ter servido a João Fernandes Vieira entre novembro de 1645 e fevereiro de 1654, tendo sido ferido na perna em um embate na ilha de Itamaracá e levado uma «pelourada» no peito no Forte das Cinco Pontas. Além disso, dizia que estivera envolvido em um ataque a patacho inimigo em 1646, quando foram mortos muitos holandeses, nas duas guerras dos Guararapes entre 1648 e 1649, e em companhia do mestre de campo André Vidal de Negreiros, na Paraíba³⁰.

Após a guerra holandesa, os principais cargos disputados estavam na África portuguesa, mais precisamente as ocupações civis e religiosas em Angola³¹. Atuando em território africano, com cerca de quarenta anos, estava frei João da Ressurreição, devidamente agraciado com o posto de capelão-mor das tropas de João Fernandes Vieira, que governou Angola entre 1658 e 1661³². A experiência que o religioso adquiriu nas batalhas de Pernambuco foi aproveitada em outro território do império. O nome do beneditino é citado na junta de guerra que se reuniu a 9 de setembro de 1658, na cidade de São Paulo da Assunção, e no ano seguinte, no dia 12 de março, na mesma cidade, ficou assinalado que o monge dera razões e informações «muito verdadeiras» para se declarar guerra ao rei do Congo³³. A face do império contava com o deslocamento de homens como frei João.

Havia a possibilidade de o religioso se tornar um sarabaíta, um monge que vivia sem nenhuma regra, ou mesmo um errante, um girovago, algo que iria contra os preceitos de São Bento? A quem frei João da Ressurreição devia mais obediência: a algum abade da Congregação ou ao capitão-mor? A estabilidade prometida à Congregação da Ordem Beneditina ficava comprometida mediante um pacto que garantia ao monarca súditos leais em terras distantes e que abrangia o território ultramarino? São algumas questões suscitadas pela condição *sui generis* de frei João e de outros cape-

²⁹ D. L. COUTO, op. cit., p. 296.

³⁰ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO [AHU], *Conselho Ultramarino*, Cód. 83 (Mercês Gerais, 1654-1661), fl. 88.

³¹ Luiz Felipe de ALENCASTRO, *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 303.

³² J. A. G. de MELLO, *João Fernandes Vieira, mestre de campo do terço de infantaria de Pernambuco*, Vol. 2, Recife, Universidade do Recife, 1956, p. 170.

³³ *Monumenta Missionaria Africana*, Vol. XII, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1981, pp. 172-175; pp. 233-230.

lões do clero regular. É bem possível que estas apreensões perturbassem as autoridades beneditinas da Congregação em Portugal, pois destacavam a ambiguidade dos religiosos: vassalos do rei e «de suas Religiões» ao mesmo tempo. É importante salientar que no século XVII, principalmente no período da Restauração portuguesa, configurou-se um preeminente espaço de contato social nos campos de batalha, onde valores como «lealdade», «coragem» e «companheirismo» poderiam posteriormente ser revertidos em benesses³⁴.

Em 1672, dez anos após o início da trama articulada por três monges, a Congregação tinha novo motivo para temer a separação de sua província do Brasil. Desta vez o principal articulador era o ex-capelão frei João da Ressurreição. Na tentativa de conter o movimento, o provincial frei Baltazar Pinto, nascido em Portugal e «filho de pais nobres», doutor em Teologia, qualificador do Santo Ofício e examinador de três ordens militares, pediu ao governador-geral Afonso Furtado de Mendonça que «não convinha que partisse religioso algum dela [Bahia] para as capitanias de Pernambuco, Rio de Janeiro e Espírito Santo»³⁵. O auxílio do braço secular estava presente na ordem expedida por Afonso Furtado para que os mestres de embarcações não permitissem o tráfego de monges de São Bento sem a devida autorização de frei Baltazar³⁶. Foi articulado um cordão de isolamento para dificultar a comunicação dos «amotinados». Contudo, o auxílio do governador não foi suficiente.

O governador-geral recebeu do próprio rei ordens sobre como proceder no caso. A 30 de dezembro de 1672, o monarca afirmou que possuía informações passadas pelo abade-geral da Congregação de que o «provincial do Brasil» havia prendido o provincial eleito no reino, assim impedindo a posse de abades em Pernambuco e Rio de Janeiro. A ordem passada ao governador era para restituir imediatamente o provincial eleito pela Congregação e os demais abades³⁷.

Novamente a Coroa interferia nos assuntos dos religiosos, neste caso com pedido e assentimento dos mesmos. A intervenção dos seculares estava prevista no principal corpo jurídico que regia a sociedade naquele momento: as *Ordenações do Reino*. Em seu Livro II, as *Ordenações* versam «Da ajuda do braço secular». Não há nenhuma linha que justifique uma intervenção direta dos seculares quando o assunto era entre os próprios clérigos e suas crises de

³⁴ Exemplar dos vínculos em campos de batalha é o caso de João de Lencastre, que, entre outros embates, esteve na Batalha do Ameixal, onde travou contato com homens que acabaram ocupando cargos na administração do império português e que formaram importantes nós em sua rede social, com importantes ganhos de prestígio até mesmo quando se tornou governador do Brasil, no final do século. Maria de Fátima GOUVÊA, «Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola (c. 1680-1730)», in Maria Fernanda Bicalho, e Vera Lúcia Amaral Ferlini (org.), *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI a XIX*, São Paulo, Alameda, 2005, p. 193.

³⁵ *Documentos Históricos*, cit., Vol. IV, p. 216.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ *Idem*, Vol. LXVII, pp. 131-132.

autoridade, pelo menos não de forma específica. No entanto, de uma forma geral, o Título VIII inicia-se com uma justificativa que, em determinada instância, poderia ser acionada por um religioso que se sentisse preterido no processo de sucessão de uma abadia³⁸. Passadas as bulhas conventuais, os agentes da Coroa eram cobrados pelos clérigos restabelecidos que deixassem o espaço claustral e obedecessem aos privilégios da vida eclesiástica.

Frei João da Ressurreição foi o «provincial do Brasil» que prendeu o «provincial eleito no reino». O monge «rebelado» impedia a posse de abades no Rio de Janeiro e em Pernambuco, expondo uma das principais intenções do movimento separatista: o controle dos cargos, principalmente o de abade. É preciso atentar para o fato de que o domínio destes postos levava ao controle de fazendas, engenhos, cabeças de gado, imensa escravaria e outros bens de natureza diversa. Este controle de cargos é onde repousa o poder temporal da Igreja e se vincula a uma lógica também econômica³⁹. O monopólio do conjunto de cargos faz com que a Igreja se comporte como uma redistribuidora de bens intangíveis e materiais. É esse foco de poder que assegura a perpetuação da própria instituição⁴⁰. Não era uma disputa qualquer.

De acordo com esta lógica, eram traçadas estratégias para a ocupação dos cargos clericais. Um recurso foi acionado com frequência e é perceptível em uma reclamação da Junta de Tibães, a 20 de julho de 1798, tempo muito distante dos acontecimentos evocados neste artigo; porém, apresenta aspecto mais explícito do que está presente em várias outras queixas. Os reclamantes afirmavam que diversos religiosos na província contavam com poderes locais para angariarem posições nos mosteiros, e que desta forma os religiosos camuflavam «a falha de merecimentos e de virtudes»⁴¹. Nesse trecho aparece um ponto presente também na queixa da Câmara da Bahia, em 1736, quando, para alocar seus filhos na Ordem de São Bento, os principais da terra acionaram suas ligações clientelares para conseguirem as devidas licenças⁴². O acionamento da rede de parentesco e de amizade era um recurso usual dentro de lógicas típicas de uma sociedade de Antigo Regime, atingindo instituições que privilegiavam o mérito em seu discurso, como a Igreja. Meritocracia, que, ao menos em tese, deveria apoiar-se em um conjunto de diferentes qualidades, como se percebe no documento citado: decoro «ao público», «as leis», «a própria honra» e «créditos». Esperava-se

³⁸ *Código Phillipino ou ordenações do reino de Portugal*, Livro II, Rio de Janeiro, Tipografia do Instituto Filomático, 1870, Título VIII, p. 1335.

³⁹ P. BOURDIEU, op. cit., p. 195.

⁴⁰ *Idem*, p. 196.

⁴¹ ARQUIVO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DA BAHIA, Cód 242, Junta do Mosteiro de Tibães, 20 de julho de 1798, ff. 27-47.

⁴² AHU, *Conselho Ultramarino*, Bahia, Cx. 58, Doc. 32, «Aviso do secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Antônio Guedes Pereira ao Conselheiro do Conselho Ultramarino, José Carvalho de Abreu, a ordenar que consulte o que parecer da representação dos oficiais da Câmara da Bahia, a pedirem que os religiosos, especialmente os de São Bento, não aceitem noviços filhos deste reino», Lisboa, 24 de novembro de 1736.

que os pretendentes aos cargos possuíssem estas «virtudes». Nem sempre era o caso.

Em outra carta de Afonso Furtado de Castro, desta vez dirigida ao governador do Rio de Janeiro, a 11 de julho de 1673, os efeitos provocados por frei João e sua parcialidade são explícitos⁴³. Saindo de Pernambuco e chegando a Salvador, acompanhado de monges de sua confiança (o documento não especifica quantos), frei João se recolheu ao Colégio da Companhia de Jesus, afirmando ter um breve de Sua Santidade.

Era prática comum os conventos e mosteiros acolherem refugiados, mas é assinalável que os dois inacianos que receberam os beneditinos tenham sido os padres João da Costa e Jacinto de Carvalhais. Os dois jesuítas estiveram envolvidos, em 1663, na expulsão do visitador italiano Jacinto de Magistris, em episódio conhecido como «jacintada». Os ânimos dos inacianos que estavam no Brasil ficavam tensos quando se tratava da visita de um representante da ordem, visto quase sempre como um intruso que nada sabia das agruras vividas nos trópicos. O visitador tocou em assunto delicado – a maneira como era realizada a administração das fazendas e demais fontes de rendas da ordem. Além disso, Magistris responsabilizou os padres nascidos no Brasil pela intrusão de pessoas leigas nos negócios da Companhia⁴⁴.

João da Costa e Jacinto de Carvalhais, entre outros, expulsaram o visitador, para «escândalo das religiões». Portanto, os dois eram, no mínimo, homens acostumados a contendas envolvendo «parcialidades» e ao que parece estavam a favor dos intentos de frei João da Ressurreição⁴⁵. Na Bahia, o beneditino podia contar com o apoio de jesuítas, enquanto aguardava notícias de Roma.

Os companheiros de frei João, frei Ignácio e frei Leão de São Bento regressaram da Santa Sé trazendo um breve papal e reforçando a separação. O próprio governador teve de ir, em pessoa, ao mosteiro, tentar aplacar os ânimos e garantir a posse do abade provincial, frei Pedro do Espírito Santo, natural de Lisboa. A 11 de outubro de 1673, o rei ordenou o envio para a metrópole de frei João da Ressurreição, frei Inácio da Purificação e do ex-abade do Mosteiro do Rio de Janeiro, frei Leão de São Bento, para que respondessem às acusações fora da província do Brasil⁴⁶. Sobre frei Diogo da Paixão Rangel, também articulador, não havia referências. A 28 de agosto

⁴³ *Documentos Históricos*, cit., Vol. VI, p. 254.

⁴⁴ DAURIL ALDEN, *The Making of an Enterprise. The Society of Jesus in Portugal, its Empire, and Beyond, 1540-1750*, California, Stanford University Press, 1996, pp. 250-252.

⁴⁵ Cf. Serafim LEITE, SJ, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Tomo VII, Porto, Tipografia Porto Médico, 1938, pp. 46-47; Carlos Ziller CAMENIETZKI, «O Paraíso proibido. A censura à Chronica de Simão de Vasconcelos em 1663», in Luis Millones Figueroa, e Domingo Ledezma (ed.), *El saber de los jesuítas, historias naturales y el Nuevo Mundo*, Frankfurt/Madrid, Vervuert/Iberoamericana, 2005, pp. 109-133; *Documentos Históricos*, cit., Vol. VI, pp. 275-278.

⁴⁶ *Documentos Históricos*, cit., Vol. LXVII, p. 78.

de 1674, o rei proibia os religiosos do Brasil de passarem ao reino sem a devida autorização dos prelados e do governo⁴⁷.

A trajetória de frei João da Ressurreição auxilia na reflexão sobre as disputas pelo poder além das cercas monásticas. Sua experiência na Restauração pernambucana, quando angariou prêmios por seus serviços, deve ser levada em consideração para melhor entendimento de seu afã no movimento «separatista» beneditino. Frei João teve uma vivência que exigia tomadas de decisão extremamente importantes e a capacidade de tecer estratégias. Afinal, em momentos de crise, o religioso ocupou duas posições de uma sociedade trinitária, atuando ao mesmo tempo como *oratore* e *belatore*. Em sua trajetória conviveu estreitamente com os «principais da terra», como João Fernandes Vieira e, como se sabe pelo relato de frei Rafael de Jesus, esteve na corte, dando uma importante notícia ao rei. Frei João acreditava que deveria ser devidamente recompensado por seu «passado de glórias». Acreditava que merecia privilégios, assim como todos os que «julgavam haver merecido a gratidão imorredoura da Coroa por um êxito que alegavam alcançado à custa do seu sangue, vidas e fazendas»⁴⁸. Voltar ao Brasil e, após ser capelão-mor em Angola, ocupar um posto simples em sua ordem religiosa, não estava em sua expectativa. No entanto, as situações de guerra em que o religioso se envolveu anteriormente já não existiam mais. Não há nenhuma referência a frei João entre o período em que esteve ao lado de João Fernandes Vieira, em Angola, e o início de suas contestações junto à Congregação, o que sugere um possível período de ostracismo. Ele necessitou cavar oportunidades para ocupar a posição de que se julgava merecedor e encontrou o ensejo em um movimento articulado anos antes por seu companheiro de noviciado, frei Diogo. Os demais envolvidos na questão, como dito, eram oriundos de determinadas elites locais, como o próprio frei Diogo da Paixão Rangel. No caso deste religioso, e outros envolvidos na querela, deve-se levar em consideração que eram descendentes dos ditos «principais da terra», herdando determinado *habitus*, forjado por disputas locais que visavam uma posição de destaque na sociedade.

«Para quietação dos súditos»

Em diversas ocasiões, a repreensão do monarca aos «rebeldes» não funcionou. Precisamente a 6 de fevereiro de 1675, o Conselho Ultramarino ficou diante de uma consulta em que o rei ordenou particular atenção. Tratava-se de contenda entre monges beneditinos. De um lado, o dom abade-geral da «Religião de São Bento no Reino de Portugal e Província do Brasil» alegava que em determinado Capítulo Geral tinham sido eleitos prelados

⁴⁷ Documento disponível em http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verobra.php?id_obra=63, p. 367 (consultado a 17/08/2012).

⁴⁸ E. C. MELLO, *Rubro Veio*, cit., p. 129.

de acordo com as leis de sua religião, mas «receava que alguns religiosos revoltosos levados de paixão sem atenderem a obediência queiram impugnar a tal posse de que pode resultar inquietação e perverter-se a obediência monástica». Aventando a possibilidade de uma intervenção do poder secular, o abade pedia ao rei que ordenasse aos governadores da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro que ajudassem a conservar a «paz e quietação» dos claustros. Do outro lado da disputa, sendo provincial do Brasil, estava frei João da Ressurreição, alegando que era prelado legítimo por conta da determinação do papa e que fora expulso «com violência de armas», forçado, portanto, a ir à corte com treze monges em 1673⁴⁹. Segundo frei João, as autoridades beneditinas em Portugal elegiam monges incompetentes, quando havia na província sujeitos capazes de governar as casas monásticas.

O Conselho votava pela neutralidade na altercação entre os religiosos, pois não queria ficar comprometido com nenhuma das parcialidades e julgava que seculares não deviam intervir em negócios de clérigos. Não era a mesma a opinião de Salvador Correa de Sá, para quem a «cabeça desta Religião assim em Portugal como no Brasil» era o abade-geral que se encontrava em Portugal, e sugeria ao rei escrever aos governadores para «quietação de seus súditos». Salvador Correa ainda propunha a formação de uma junta de religiosos letrados de outras «religiões», pois considerava os beneditinos muito arrogantes, o que dificultava qualquer negociação com esses religiosos⁵⁰. A posição do conselheiro Salvador Correa de Sá e Benevides explica-se em parte pela antipatia que tinha por amotinados, já que ele fora vítima de uma situação semelhante no Rio de Janeiro, em 1660, e pela pendenga judicial que mantinha com os beneditinos pelos bens de sua prima Vitória de Sá, que só terminaria em 1678. Além disto, ao condenar atitudes de religiosos rebelados, Salvador Correa tentava reforçar sua imagem de bom vassalo, uma reputação de que muito necessitava.

Em Portugal, frei Jerônimo de Santiago, abade-geral da Congregação entre 1672 e 1685, esforçou-se por impedir que a província de São Bento do Brasil não se separasse da Congregação⁵¹. Quem escreveu os elogios *post mortem* de frei Jerônimo no século XVIII qualificou os monges favoráveis a separação de «Americanos», sugerindo uma possível parcialidade baseada na origem dos envolvidos.

O «remédio» indicado pelas autoridades religiosas para sanar suas que-relas expõe questões que iam além dos dispositivos disciplinadores internos.

⁴⁹ AHU, *Conselho Ultramarino*, Bahia, Cx. 22, Doc. 2630, f. 393v-394, «Consulta do Conselho Ultramarino sobre os requerimentos de dom abade-geral da religião de São Bento e provincial do Brasil, relativos à eleição dos prelados ser às vezes mal aceite pelos religiosos», Lisboa, 6 de fevereiro de 1675.

⁵⁰ *Idem*.

⁵¹ Frei Thomaz de AQUINO, *Elogios dos Reverendíssimos Padres DD. Abbades Geraes da Congregação Benedictina do Reino de Portugal e Principado do Brasil*, Porto, Oficina de Francisco Mendes Lima, 1767, p. 243.

Nesse sentido, cabe atentar para o trecho final do relatório do visitador frei Martinho da Conceição, escrito a 3 de novembro de 1679.

Digo que se V. Rma. e essa Congregação quiser conservar a Província: não use com os filhos dela de brandura, nem lhes faça favor algum, porque as faltas de castigos nos desaforos passados motivou as alterações presentes; e dos favores que os gerais lhes formaram, e formam razões para lhes desobedecerem, e assim ou V. Rma., e a Congregação se empenhe por esta vez em tornar a Província no Estado em que os nossos antigos governaram ou largue mão dela; porque sendo de lá os prelados, mais dez, menos dez anos, se há de arruinar no temporal, e espiritual, e melhor lhe perdesse estando separada que estando sujeita, porque então será sua a culpa e estando sujeita será afronta nossa⁵².

«Remédio» amargo era o que propunha o visitador beneditino. Sua opinião emergia de uma cultura política extremamente preocupada com o controle da rebelião⁵³. Seguindo os padrões em vigor no império português, as instituições religiosas dever-se-iam manter sob obediência da cabeça da ordem.

Houve uma modificação na maneira como a província era administrada «pelos antigos» monges. Nos discursos, surgiram expressões como «filhos dela» e «prelados de lá». Na opinião dos que exigiam o retorno ao antigo modo de governar, a província do Brasil era administrada por sujeitos incapazes de conduzir os bens espirituais e temporais, o que levaria à ruína a própria reputação da Congregação Beneditina.

O esforço empreendido pelas autoridades monásticas do reino era no intuito de se «conservar a Província». Uma comunidade religiosa que surgiu em meio a um movimento de reforma necessitava, segundo o visitador, ser reformada ou abandonada, argumento que justificava o esforço empreendido pelo centro português para negar a separação de sua província além-mar.

O comportamento autonomista dos monges, presente desde a década de 50 do século XVII, aflorou, principalmente, na década de 80. Neste período todos os mosteiros estavam sob o controle de uma autoridade escolhida no Brasil. A 17 de maio de 1681, o Conselho Ultramarino novamente demonstrou preocupação com o assunto. Segundo o parecer, o assunto era mais de ordem espiritual do que outra coisa, não tendo o rei com o que se preocupar, já que, até o momento, não havia violência. Por isso, o caso deveria ser analisado pelo núncio. Opinião contrária tinha o procurador da Coroa, para quem a separação das províncias trazia inconvenientes ao Estado e a Deus⁵⁴. Interessante é o fato de o movimento dos monges ser entendido como uma

⁵² ADB-CSB, Cód. 37, fl. 61v.

⁵³ Sobre a questão da rebelião na cultura política do Antigo Regime, de uma maneira generalizada, ver Rosario VILLARI, «O rebelde», in Rosario Villari (dir.), *O Homem Barroco*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, pp. 97-114.

⁵⁴ AHU, *Conselho Ultramarino*, Cód. 48, fl. 34, «Sobre a separação que pretendem os monges de São Bento do Brasil entre aquela província e a de Portugal», Lisboa, 17 de maio de 1681.

separação, e a assertiva de que os envolvidos eram vassalos do rei, devendo, portanto, obedecer às suas leis. O caso não era entendido pelo procurador como algo apenas da esfera espiritual, mas como uma questão que deveria preocupar a Coroa, justamente pela necessidade de uma rigorosa definição de jurisdições.

O argumento do Conselho, em consonância com o do desembargador do Paço, era que a divisão das províncias entre os religiosos do patriarca São Bento dizia respeito apenas à esfera eclesiástica, e que a Coroa não se deveria preocupar com tal estado de coisas porque: «[os religiosos] tão súbditos são da Coroa Real unidos como separados»⁵⁵. Ainda de acordo com a linha defendida pelo Conselho, caberia então a Roma, através de seu representante, decidir a conveniência da dita separação.

As disputas dos beneditinos foram debatidas na instância que cuidava das questões entre a Santa Sé e os diversos poderes clericais do reino e seu império, a Nunciatura Apostólica de Lisboa⁵⁶. Neste local, entre março e abril de 1681, foi lido o memorial feito por frei João de Santana de Sousa, então procurador-geral da província do Brasil e vinculado por parentesco aos «principais da terra» do Rio de Janeiro, inclusive Salvador Correia de Sá. Frei João reivindicava a separação da província do Brasil e, entre outros argumentos, alegava que para ela só eram enviados pelos abades-gerais monges que haviam sido penitenciados pelas autoridades monásticas⁵⁷.

O oponente de frei João Santana era o doutor Emanuel de Azevedo Pais, procurador da Congregação em Portugal, que buscou, logo de início, desqualificar a autoridade do procurador da província do Brasil, afirmando que «não passava de um rebelado da Religião»; além disto, informava que no Brasil havia poucos monges, reunidos em cinco casas, e que não havia apoio da governança para o movimento de separação, pois o próprio governador da Bahia, Afonso Furtado de Mendonça, havia desarmado frei João da Ressurreição e seus seguidores.

Para confirmar as queixas e declarações dos procuradores, o núncio papal ouviu dez testemunhas de cada parcialidade. As declarações das testemunhas devem ser analisadas como mostras de apreensão dos próprios procuradores das parcialidades.

Na documentação arrolada pelo núncio papal, não há um desfecho para os embates entre as duas grandes parcialidades. É, no entanto, significativa a presença de um grande número de religiosos que se expressaram contra a «separação da Província», indicando o quanto tal assunto estava na pauta das preocupações vigentes dos religiosos no reino.

⁵⁵ *Idem.*

⁵⁶ No pontificado de Gregório XIII (1572-1585) foram especificadas as competências das nunciaturas. Os titulares possuíam investidura de dignidade episcopal e agiam como os olhos e ouvidos de Roma.

⁵⁷ BIBLIOTECA DA AJUDA, Cód. 47-8-10, f. 330-998, *Decreta S. Congregationis Episcoporum, et Regularium. Negocis, et Consultationibus Preposita Ad Regulares Lusitanea Pertinentia*, Tomo VI, p. 336.

Em 1689 ainda havia vestígios das contendas entre os eleitos no capítulo de Salvador e os que estavam em Portugal. O encarregado da Coroa em matéria de petições, analisando a queixa de um frade vindo do Brasil sem licença de seu prelado, a 9 de fevereiro, salientou: «mais me dão que fazer no discurso do tempo negócios de frades do que os de todas as outras pessoas»⁵⁸. De acordo com o parecer, o monge saiu do Brasil, dizendo acompanhar três moças, «por piedade e honestidade», mas seus intentos eram de parcialidades. O documento termina observando que o rei tivera prévio conhecimento das artimanhas deste religioso e de seus comparsas. A resposta do rei foi dada no mês seguinte, precisamente a 12 de março. D. Pedro II informou ao governador Matias da Cunha que suas repetidas ordens para a execução do breve papal «sobre a união da Congregação de São Bento dessa Província do Brasil e deste Reino» não se fizeram cumprir, e que os monges frei Roberto e frei Bento estavam desobedecendo ao abade-geral, instalado em Tibães⁵⁹. Frei Roberto, citado na carta do rei, era frei Ruperto de Jesus, que naquele momento era abade em Salvador. O citado frei Bento da Vitória era ex-abade do Mosteiro do Rio de Janeiro, que governara entre 1682 e 1685. Neste, como em documentos anteriores, as bulhas motivadas por alguns monges que queriam eleger os seus abades não eram vistas como algo pequeno e de menor importância. A constante interferência da Coroa demonstra-o claramente.

Pelo menos desde começos do século XVII, a ocorrência de problemas nas eleições de cargos religiosos não constituía uma novidade em Portugal, como deixam entrever as determinações régias de 16 de agosto de 1608. Felipe III (1598-1621) dizia estar informado de que seculares se intrometiam nas eleições dos religiosos. O monarca considerava tal comportamento um grande inconveniente, que contribuía para as inquietações claustrais. Por isso, estipulava uma rígida punição aos que fizessem uso da prática de suborno de votos, «de qualquer condição e qualidade que seja», inclusive com possível degredo para África⁶⁰. A determinação deixa perceber que a prática de favorecimentos ia do encontro aos «Estatutos das Religiões». Muitos anos depois, a 24 de outubro de 1697, a Câmara do Porto queixava-se de que a perfeição do estado religioso estava ameaçada por prelados estrangeiros e que o rei deveria permitir em tais cargos somente prelados naturais do reino, argumentando que o conhecimento dos súditos era fundamental na distribuição de privilégios⁶¹. A ocupação de cargos religiosos ocasionava sérias disputas.

⁵⁸ BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, *Manuscritos*, Cód. 457 (1590-1633), f. 59, «Sobre a petição de um frade que vindo do Brasil com licença de seu prelado, procedeu o nuncio contra ele», Lisboa, 9 de fevereiro de 1689.

⁵⁹ *Documentos Históricos*, cit., Vol. LXVIII, pp. 200-201.

⁶⁰ José Justino de Andrade SILVA, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, Lisboa, J. J. A. Silva, 1854, p. 245.

⁶¹ João Pedro RIBEIRO, *Dissertações Cronológicas e Críticas sobre a História e Jurisprudência Eclesiástica e Civil de Portugal*, Tomo I, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1810, p. 370.

Nessa altura, contando inclusive com a ajuda de parentes, os «que tomaram hábito em Portugal» podiam fazer valer suas relações e até mesmo laços de parentesco com os abades de Tibães, cerrando fileiras e impedindo aos «que tomaram hábito no Brasil» alcançarem o cargo de abade provincial, apesar de muitos serem «filhos de gente nobre, distinta e rica». Oportunidades de maior destaque na ordem estavam fechadas aos «filhos do Brasil». A ascensão na carreira eclesiástica não poderia ocorrer por essa via.

Passado o contexto de guerra, especialmente favorável à mobilidade social, os monges tiraram partido de uma crise dentro da sua própria ordem religiosa. As querelas desse novo momento acabam funcionando como um bom indicador do nível de inserção dos beneditinos no Novo Mundo. Justamente por sua rede social, seus vínculos e seus negócios se terem consolidado ao longo do período em questão, é que tal atividade foi possível.

Uma análise da cultura política da sociedade colonial não pode ser centrada exclusivamente nas lógicas discursivas, desconsiderando a atuação mais concreta de religiosos que agiram além de suas cercas monásticas. A cultura política, ou melhor, as culturas políticas do período, também foram engendradas por beneditinos em constantes negociações com outros súditos.

«Filhos do Brasil»

Entre 1672 e 1679, frei João da Ressurreição conseguiu, não sem alguns atropelos, ocupar o cargo mais alto da província beneditina do Brasil. Ele se auto-intitulou «abade provincial apostólico», fazendo referência ao breve papal, que naquela altura já tinha sido revogado por Clemente X. A partir deste posto, frei João foi estabelecendo abades em outros mosteiros, à revelia de ordens que chegavam da Congregação em Portugal. Entre 1672 e 1692, foram eleitos trinta e nove abades e presidentes nas juntas consideradas rebeldes por Tibães. Todos os mosteiros do Brasil foram governados, ao menos uma vez, por abades eleitos desta maneira no Mosteiro de Salvador.

As trajetórias dos abades provinciais, depois de frei João até o ano de 1688, quando o último não eleito por Tibães ocupou este cargo, revelam alguns pontos das redes que foram tecidas pelos monges. Dos cinco religiosos que ocuparam o cargo de abade provincial eleitos na junta beneditina no mosteiro baiano, três eram nascidos no Brasil. Ocuparam uma posição até então vedada a um «natural da terra». Como vimos, os outros dois eram monges que tinham participado do movimento separatista e que também haviam tomado hábito no Brasil, sendo portanto «filhos do Brasil», como então se designavam.

Parte significativa dos monges que ocuparam cargos de abade neste período foi qualificada como «filhos de pessoas nobres e mais distintas da terra». Entre eles, por exemplo, estava frei Cristóvão de Cristo, o abade do Rio de Janeiro entre 1685 e 1687. Outra característica das autoridades

monásticas das «juntas rebeldes» era que em algum momento de suas carreiras travaram contato com os primeiros separatistas. Os abades mais velhos, que tinham participado ativamente do movimento autonomista, morreram nesse período final de governança dos eleitos pela Junta de Salvador, sendo o último frei Leão de São Bento. Os monges que tomaram contato com estes «rebeldes» também foram morrendo na década seguinte, enfraquecendo as redes que tinham sido forjadas em situação de guerra e em vários noviçados e colégios. A configuração autonomista foi diminuindo até se dissipar na década seguinte, mesmo sem uma contundente admoestação por parte da Congregação portuguesa.

As dinâmicas das situações de conflito dependiam das diferentes configurações das capitanias. Se os mosteiros de Salvador e de Olinda parecem mais «convulsos», isto se deve ao fato de o primeiro ser «a cabeça da Congregação na Província», enquanto o segundo estava situado em uma importante área da empresa canavieira e palco de uma intensa guerra no século XVII. O Mosteiro do Rio de Janeiro foi cenário do encontro inicial de dois importantes monges «autonomistas», frei João da Ressurreição e frei Diogo da Paixão Rangel, e também serviu como campo de disputas e refúgio de vários monges. As casas beneditinas de São Paulo foram as mais periféricas em relação aos distúrbios.

Os mosteiros das capitanias estavam vinculados através das atuações de seus membros e das preocupações e ações das autoridades e elites locais. O trânsito constante de religiosos demonstra que as instituições monásticas no Brasil devem ser consideradas mais abertas do que aparentavam, estando, portanto, muito distantes de um completo isolamento social e político que geralmente se associa à ideia de *claustrum*.

Quase todos os trinta e nove monges eleitos à revelia do centro da Congregação tinham em comum o fato de haverem tomado hábito em mosteiros de diversas regiões do Brasil. Uma importante marca identitária se forjava nos noviçados. A tomada de hábito era considerada pelos religiosos como um novo nascimento, a entrada em uma nova vida.

Interpretações anteriores atribuíram ao movimento dos beneditinos um caráter nativista onde prevaleceria uma «identidade brasílica» nos atos dos envolvidos⁶². Impressão que subjaz na afirmação de Pedro Calmon, um dos poucos historiadores a darem atenção ao movimento: «Se a insurreição pernambucana, em 1645, foi a declaração da autonomia brasileira, de uma aristocracia pouco disposta a mudar de fé e soberano, a rebelião dos frades em 1671 pode estimar-se como uma reação nativista contra a disciplina

⁶² Cf. Pedro CALMON, *História do Brasil. A formação, 1600-1700*, São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre, Editora Companhia Nacional, 1941, pp. 470-471; Mário MELO, «Rebelião de frades no século XVII», *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Vol. XLII, Pernambuco, 1952, pp. 36-40. Sobre os vários usos do termo «nativismo» pela historiografia que se dedicou à América portuguesa, ver Rogério Forastieri SILVA, *Colônia e nativismo: a história como «biografia da nação»*, São Paulo, Hucitec, 1997, pp. 63-87.

d'Além-mar: tem pela primeira vez o sentido de um protesto intelectual»⁶³. Calmon ignora as disputas pelos cargos como um elemento motivador. Não encontramos na documentação consultada qualquer indício de rebeldia contra a «disciplina» ou um «protesto intelectual», como salientou o autor. A participação de articuladores como frei Diogo da Paixão Rangel, frei Ignácio da Purificação e frei Leão de São Bento demonstra que as estratégias tecidas para a autonomia da província do Brasil iam além da participação de «filhos de Pernambuco», mesmo que a guerra pela restauração tenha sido fundamental na propulsão dos intentos de secção.

Ao ajustar o foco, observando as atuações dos envolvidos, suas trajetórias, seus vínculos e as estratégias que traçaram, pode constatar que a interpretação de um suposto nativismo só se sustenta ao considerar as «tomadas de hábito». Os envolvidos eram oriundos de diversos locais, mas alguns dados parecem vinculá-los. Todos tomaram hábito em mosteiros do Brasil, mesmo os naturais de Portugal. Um grupo expressivo de envolvidos tomou hábito no mesmo período nos mosteiros de Salvador e do Rio de Janeiro. Como perfil social, parte significativa dos envolvidos é classificada na documentação como de «geração nobre, filhos de pais distintos e ricos», acompanhando a tendência geral do corpo eclesiástico dessa instituição. As contendas que envolviam religiosos demonstram o quanto a ordem estava atravessada por interesses vários, por questões comunitárias e particulares que extrapolavam preocupações meramente claustrais ou disputas teológicas.

As situações que separaram a primeira geração de monges beneditinos instalados no Brasil, no final do século XVI, da geração que criou uma celeuma ao escolher abades «filhos do Brasil», no XVII, foram suficientes para o desenvolvimento de um determinado *habitus* institucional na periferia. Na constituição deste *habitus* foram fundamentais comportamentos reiterados, percepções introjetadas e valores reinventados, sobretudo durante a fundação de casas religiosas em ambientes e espaços diferentes dos de Portugal; a inserção nas lógicas de prestação de serviços à Coroa, com atuação fora do espaço claustral, inclusive com armas em punho; os vínculos com os poderes locais; as querelas com outros vassalos – até mesmo de outras ordens religiosas; o senhorio de fazendas e engenhos; as relações com a escravaria africana e de gentio da terra; os negócios agrários com outros vassalos e instituições; a carreira eclesiástica desenvolvida ao longo da morada em mosteiros de diversas capitanias, com as devidas reinvenções hierárquicas; enfim, a tomada de hábito na «província do Brasil», como diferenciação dos religiosos que tomaram hábito no reino.

A inserção nos quadros da ordem possibilitava alguma mobilidade, dando ocasião a que os sujeitos galgassem a carreira eclesiástica, podendo mesmo chegar ao cimo da hierarquia monástica – o posto de abade. Entretanto, os constrangimentos das vivências e as incoerências dos sistemas

⁶³ P. CALMON, op. cit., pp. 470-471.

normativos, incluindo a regra milenar, colaboravam para as incertezas das trajetórias.

Uma perspectiva interpretativa do movimento autonomista empreendido pelos «filhos do Brasil» é dada pelas próprias lógicas que regiam as hierarquizações no Antigo Regime. É necessário considerar as reciprocidades que moviam e criavam vínculos entre os membros de diversos grupos sociais, inclusive religiosos. Seguindo esta lógica, deve-se levar em conta a existência de bens intangíveis que eram trocados nas relações que criavam determinadas expectativas e demandas sociais. Entre estas expectativas pode-se destacar a da ocupação de uma posição de mando, denotando a possibilidade de uma ascensão dentro de determinado grupo – a luta pelo bastão citada por Bourdieu. As expectativas eram criadas a partir da junção de experiências coletivas e pessoais com «heranças imateriais»⁶⁴.

Outra condição de possibilidade do movimento separatista beneditino foi oferecida pela disposição do aparelho eclesiástico no Brasil. Analisando as fronteiras eclesiásticas no Atlântico Sul, Maria de Fátima Gouvêa constatou que somente a partir de 1675 se iniciaram as alterações para redefiní-las, num esforço de aperfeiçoamento da governabilidade dos negócios espirituais, com a criação de bispados, a elevação da Bahia a arcebispado e a criação do Tribunal da Relação Eclesiástica no mesmo território, em 1678⁶⁵. Destarte, nota-se a incipiente presença de bispos no Brasil, ampliada pela recusa do papa em instituí-los. No momento das «bulhas» provocadas pelos beneditinos, a organização eclesiástica ficava praticamente a cargo do clero regular, dando-lhe certa autonomia frente às decisões e impossibilitando a existência de sérias tensões entre religiosos seculares e regulares. Mesmo após o estabelecimento dos bispados, a situação não mudou radicalmente, já que as ordens possuíam certos privilégios que as mantinham longe do foro dos bispos.

Crises de governança numa centenária ordem religiosa põem em causa a firmeza dos laços que, de ambos os lados do Atlântico, unem os seus ramos. E, nesse contexto, surgem também opiniões muitas vezes desencontradas: «Tão súditos são da Coroa portuguesa unidos como separados»; «Nenhum conveniente nem ao serviço de Deus, nem ao Estado político a separação das Províncias daquele Estado.»

Espero ter ajudado a mostrar que a vida monástica não era tão enclausurada como estipulavam as diretrizes institucionais. As microconflitualidades colocam em xeque o estatuto de «súdito», ao interferirem com dois pilares da relação entre centro e periferia: a obediência e a autoridade. Extrapolando os espaços monásticos, as disputas pelo poder entre os religiosos desvendam mais do que meras tensões claustrais: assinalam nuances nas lógicas governativas entre relevantes espaços do império português.

⁶⁴ Sobre a noção de «herança imaterial», ver Giovanni Levi, *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

⁶⁵ M. F. GOUVÊA, op. cit., p. 183.

Fontes Manuscritas

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

Congregação de São Bento, Cód. 37.

ARQUIVO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DA BAHIA

Cód. 242.

ARQUIVO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO

Cartas de profissão, Álbum I, carta n.º 19.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

Conselho Ultramarino, Bahia, Cx. 58, Doc. 32; Cx. 22, Doc. 2630.

Conselho Ultramarino, Cód. 48 e 83.

BIBLIOTECA DA AJUDA

Cód. 47-8-10.

BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Manuscritos, Cód. 457.

Fontes Impressas e Bibliografia

ALDEN, Dauril, *The Making of an Enterprise. The Society of Jesus in Portugal, its Empire, and Beyond, 1540-1750*, California, Stanford University Press, 1996.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de, *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

AQUINO, Frei Thomaz de, *Elogios dos Reverendíssimos Padres DD. Abbades Geraes da Congregação Benedictina do Reino de Portugal e Principado do Brasil*, Porto, Oficina de Francisco Mendes Lima, 1767.

BELCHIOR, Elysio de Oliveira, *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Livraria Brasileira Editora, 1965.

BOURDIEU, Pierre, *Razões práticas: sobre a teoria da ação*, Campinas, São Paulo, Papirus, 1996.

CALADO, Manuel, *O Valeroso Lucideno*, Vol. II, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

CALMON, Pedro, *História do Brasil. A formação, 1600-1700*, São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre, Editora Companhia Nacional, 1941.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller, «O Paraíso proibido. A censura à Chronica de Simão de Vasconcelos em 1663», in Luis Millones Figueroa e Domingo Ledezma (ed.), *El saber de los jesuítas, historias naturales y el Nuevo Mundo*, Frankfurt/Madrid, Vervuert/Iberoamericana, 2005, pp. 109-133.

Código Phillipino ou ordenações do reino de Portugal, Livro II, Rio de Janeiro, Tipografia do Instituto Filomático, 1870.

- COUTO, Domingos Loreto do, OSB, *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*, Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.
- Dietário do Mosteiro de São Bento da Bahia: edição diplomática*, Salvador, EDUFBA, 2009.
- Documentos Históricos*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1928-1955.
- FIGUEIREDO, Luciano, *Rebeliões no Brasil colônia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro, «Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra no Rio de Janeiro (1600-1750)», in João Luís Ribeiro Fragoso, Carla Maria Carvalho de Almeida e Antônio Carlos Jucá de Sampaio (org.), *Conquistadores e Negociantes: Histórias de Elites no Antigo Regime nos Trópicos. América Lusa, Séculos XVI a XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, pp. 33-120.
- GOUVÊA, Maria de Fátima, «Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola (c. 1680-1730)», in Maria Fernanda Bicalho, e Vera Lúcia Amaral Ferlini (org.), *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI a XIX*, São Paulo, Alameda, 2005, pp. 179-197.
- HILL, Christopher, *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- JESUS, Rafael de, OSB, *Castrioto Lusitano ou História da Guerra entre o Brasil e a Hollanda*, Paris, s.n., 1894.
- LEITE, Serafim, SJ, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Tomo VII, Porto, Tipografia Porto Médico, 1938.
- LEVI, Giovanni, *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- MARAVALL, José Antonio, *La cultura del Barroco: análisis de una estructura histórica*, Barcelona, Ariel, 1986.
- MELLO, Evaldo Cabral de, *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.
- MELLO, Evaldo Cabral de, *A Fronda dos Mazombos. Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*, São Paulo, Editora 34, 2003.
- MELLO, José Antônio Gonçalves de, *João Fernandes Vieira, mestre de campo do terço de infantaria de Pernambuco*, 2 vols., Recife, Universidade do Recife, 1956.
- MELLO, José Antônio Gonçalves de, «O Mosteiro de São Bento e seus cronistas», in *Benedictinos em Olinda, 400 anos*, São Paulo, SAMBRA, 1986, pp. 27-39.
- MELO, Mário, «Rebelião de frades no século XVII», *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Vol. XLII, Pernambuco, 1952, pp. 36-40.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «O “ethos” nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social», *Almanack Brasiliense*, Vol. 2, Nov. 2005, pp. 4-20 [Consultado a 31/09/2012]. Disponível em http://www.almanack.usp.br/PDFS/2/02_forum_1.pdf

- Monumenta Missionaria Africana*, Vol. XII, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1981.
- Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro – Abbadia Nullius de N. S. do Monteserrate – O seu histórico desde a fundação até ao anno de 1927*, Rio de Janeiro, s.n., 1927.
- PAIVA, José Pedro, «A Igreja e o poder», in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 135-185.
- PARKER, Geoffrey e SMITH, Lesley M. (ed.), *The General Crisis of the Seventh Century*, London and New York, Routledge, 1997.
- RAMINELLI, Ronald, «Frei Manuel Calado», in Ronaldo Vainfas (dir.), *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1800)*, Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2000, pp. 248-249.
- RAMINELLI, Ronald, *Viagens ultramarinas. Monarcas, vassalos e governo a distância*, São Paulo, Alameda, 2008.
- RHEINGANTZ, Carlos G., *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVIII)*, Tomo II, Rio de Janeiro, Livraria Brasileira Editora, 1965.
- RIBEIRO, João Pedro, *Dissertações Cronológicas e Críticas sobre a História e Jurisprudência Eclesiástica e Civil de Portugal*, Tomo I, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1810.
- SILVA, José Justino de Andrade, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, Lisboa, J. J. A. Silva, 1854.
- SILVA, Rogério Forastieri, *Colônia e nativismo: a história como «biografia da nação»*, São Paulo, Hucitec, 1997.
- TREVOR-ROPER, Hugh, *A crise do século XVII: religião, reforma e mudança social*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2007.
- VALLADARES RAMÍREZ, Rafael, «El Brasil y las Indias españolas durante a sublevación de Portugal (1640-1668)», *Cuadernos de Historia Moderna*, n.º 14, Madrid, Universidade Complutense, 1993, pp. 151-172.
- VILLARI, Rosario, «O rebelde», in Rosario Villari (dir.), *O Homem Barroco*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, pp. 97-114.

PROCEDIMENTOS E ISENÇÕES NA COBRANÇA DO DONATIVO DO DOTE E PAZ NA CAPITANIA DA BAHIA (1661-1725)

por
LETÍCIA FERREIRA *

O donativo do dote e paz

Este artigo tem por objetivo abordar a dinâmica fiscal e política da América portuguesa seiscentista, em especial na capitania da Bahia, inserida no contexto histórico das questões político-diplomáticas do império português e da Europa moderna, a partir da cobrança do donativo do dote da «Sereníssima Rainha da Grã-Bretanha e pela paz com a Holanda». Apresentaremos e problematizaremos os procedimentos realizados para o estabelecimento da contribuição, atentando para uma das características mais salientes desta: o caráter geral e proporcional do donativo num mundo marcado por privilégios.

O subsídio em questão resultou de um importante acordo diplomático da monarquia portuguesa na segunda metade do século XVII. A aliança anglo-portuguesa decorrente das negociações realizadas pelo embaixador português Francisco de Mello Torres foi um marco na forma como a comunidade internacional viu os acontecimentos de 1640 que deram início às Guerras da Restauração lusa. Após duas décadas, a Europa começava a aceitar o novo estatuto político de Portugal, que ainda nesse período mantinha frentes de batalha na Europa – contra a Espanha – e na América onde enfrentava as Províncias Unidas.

A despeito do esforço de seus diplomatas, em 1660 a dinastia de Bragança ainda não obtivera o reconhecimento de Roma, e via os tratados de trégua assinados com os neerlandeses serem desrespeitados. A situação deixava como alternativa construir alianças contra os inimigos de Castela,

* Doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense, Brasil, sob orientação de Rodrigo Bentes Monteiro, e bolsista do CNPq.

nomeadamente Inglaterra e França, que disputavam a hegemonia política no cenário europeu.

Tensões e incertezas figuravam na corte bragantina sobre qual seria o melhor aliado naquele momento. Em 1659, a paz dos Pirenéus pôs em dúvida a segurança de uma aliança franco-portuguesa. Ao assinar o acordo com a Espanha, Luís XIV não desistiu de submetê-la ao seu poder. Contudo, o quadro de opções diplomáticas tornava-se reduzido, restando apenas a Portugal desviar seus esforços em direção à Inglaterra. Após tortuosas e obscuras negociações, o embaixador português Francisco de Mello Torres acabou firmando um tratado de aliança e um acordo de casamento, ambos em 1661.

Para além do que o acerto defensivo tenha implicado, ao garantir concessões comerciais aos ingleses e ajuda militar a Portugal, interessa-nos neste momento um aspecto específico do matrimônio de Carlos II de Inglaterra com D. Catarina de Bragança: o dote atribuído à princesa, no valor de dois milhões de cruzados, a ser pago em dinheiro ou gêneros¹.

A Coroa realizou uma série de empréstimos forçados, aumentos de tributos e doações de religiosos, com o objetivo de liquidar o primeiro pagamento da dotação, que deveria embarcar junto com a princesa portuguesa. Consta que mesmo a própria rainha D. Luísa de Gusmão ordenou a venda das suas jóias e pratarias.

A situação econômica do reino em guerra tornou o pagamento do dote um grande desafio para a dinastia bragantina. E, no momento do embarque da nova rainha para a Inglaterra, o primeiro milhão do dote ainda não havia sido arrecadado. Essa quantia só seria paga mais de um ano após o casamento, tendo o valor restante sofrido constante alargamento de prazo.

Para viabilizar os recursos necessários ao cumprimento dos termos da união matrimonial, foram impostas contribuições diferenciadas às cidades e vilas do reino, bem como a algumas capitânias da América portuguesa: Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia e suas capitânias anexas. No reino recorreu-se a vários expedientes, entre eles o empréstimo das pratas dos conventos, venda das rendas das câmaras e dos cabidos de diversas dioceses e a imposição das sisas dobradas². À América portuguesa coube contribuir para o que faltava no pagamento do dote de Inglaterra, que seria, segundo

¹ Cabe aqui considerar uma distinção importante feita por Joana Troni numa das mais recentes biografias de Catarina de Bragança. A autora lembra que, apesar da confusão, o casamento e o tratado de paz entre Portugal e Inglaterra foram acordos distintos. Se a efetivação da paz ocorreu em virtude do casamento, este só foi possível com base naquilo que se prometia como dote, ou seja, os dois milhões de cruzados. Este valor, segundo Troni, o maior que qualquer princesa portuguesa já havia recebido, resultava da convergência de expectativas frustradas frente à França, de ser a Inglaterra a última alternativa após a paz de Pirenéus, e também do significativo auxílio militar concedido pelos ingleses. Joana Almeida TRONI, *Catarina de Bragança (1638-1705)*, Lisboa, Colibri, 2008, p. 151.

² «Consulta da Câmara ao rei em 30 de julho de 1661». Eduardo de O. FREIRE, *Elementos para a história do município de Lisboa*, tomo 6, Lisboa, Typographia Universal, 1893, p. 276.

a carta régia de 4 de fevereiro de 1662, «uma soma muito considerável que importa a 600 mil cruzados para se ajustar o segundo pagamento do dote»³.

Concomitantemente à concessão para o dote, às «conquistas» foram destinados o pagamento de 80 % da indenização devida aos Estados Gerais, definida pelo acordo de paz. Este valor representava 250 mil cruzados anuais no espaço de 16 anos, cabendo ao Estado do Brasil 120 mil cruzados⁴. A fim de justificar a cobrança, alegou-se que aquelas eram as «conquistas mais interessadas nesta paz»⁵. Assim, as partes do Estado do Brasil que aceitaram colaborar com o dote foram agravadas duas vezes, tendo ambas as taxas sido associadas a partir do título mais recorrente de «donativo do dote de Inglaterra e paz de Holanda». Tal agregação sugere que, na relação entre «liberdade» – estabelecida pela contribuição para o dote – e «obediência» – imposta pela necessidade de defesa do império –, a primeira prevaleceu, ao menos em sua instituição, uma vez que o termo «donativo» referia-se à natureza voluntária dessas ajudas extraordinárias.

O pedido de donativos era um meio de obtenção de recursos difundido durante a época moderna, principalmente em Castela a partir da década de 1620 – em especial, para fazer frente às necessidades advindas com as guerras. Em princípio, essa taxação deveria proporcionar à Fazenda Real ingressos imediatos, a serem administrados à margem das Cortes. Segundo José Ignacio Fortea Pérez, do ponto de vista doutrinal, o donativo era um signo de agradecimento, um dom honorífico que os clientes deviam a seus patrões, uma graça, um benefício, uma ação benévola que se justificava no mútuo intercâmbio de atos de reconhecimento entre o vassalo e seu senhor⁶.

Na Espanha do século XVII, essas ajudas eram ofertadas por particulares laicos, por corporações, como as câmaras, por alguns clérigos e por instituições religiosas. Ramón Lanza García estudou o caso do donativo de 1629 no distrito de Fernando Ramírez Fariñas. Segundo o autor, a ocasião prestava-se ao reforço dos vínculos que uniam os interesses dos governos locais aos da monarquia por meio da fiscalidade, cujos princípios e marcas mais tradicionais vinham a ser confirmados pelo donativo em sua dinâmica de negociação sobre a quantia e o modo de pagar as ofertas⁷.

³ «Carta de Sua Majestade do donativo que se há de tirar neste Estado para a Senhora Infanta», *Documentos históricos*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional [DHBNRJ], Vol. 66, p. 193 (04/02/1662).

⁴ «Provisão que se enviou às capitánias deste Estado para se tirar nelas o dote da Senhora Infanta, e o que faltar para ajustamento da paz», *DHBNRJ*, Vol. 4, pp. 97-100 (28/04/1662).

⁵ «Carta de Sua Majestade do donativo que manda tirar deste Estado para as pazes de Holanda», *DHBNRJ*, Vol. 66, p. 190 (04/02/1662).

⁶ José Ignacio FORTEA PEREZ, «Los donativos en la política fiscal de los Áustrias: ¿servicio o beneficio?», in Luís A. RIBOT GARCIA e LUIGI DE ROSA (org.), *Pensamento y la política económica en la época moderna*, Madri, Actas, 2000, p. 38.

⁷ Ramón LANZA GARCIA, «El donativo de 1629 en el distrito de Fernando Ramírez Farinas», *Anais do IX Congresso Internacional de la Asociación Española de Historia Económica*, 2008, pp. 1-37. [Consultado a 25/01/2010]. Disponível em: <http://www.um.es/ixcongresoaehe/pdfB2/El%20donativo.pdf>

Em Portugal, após a Restauração, a busca de socorros extraordinários tornou-se mais constante devido à situação belicosa⁸. Contudo, o fim da guerra não determinou a extinção dessa prática, uma vez que ela servia a outros fins, entre eles o pagamento de dotes das princesas portuguesas que casavam fora do reino, como ocorreu em 1727⁹.

As formas de recolhimento do montante prometido por um tributo variavam no tempo e no espaço, mas, principalmente, respondiam às condições econômicas de cada localidade, aos recursos disponíveis da população, à especialização produtiva e às possibilidades de exportação. No caso do donativo do dote e paz de Holanda, é expressivo que a formulação do regimento tenha competido à câmara de Salvador. Tratando-se de um «donativo» em princípio voluntário, coube aos oficiais elegerem uma junta, dando-lhe jurisdição para avaliar a capacidade do «Estado» e estabelecer o valor e o meio para executar a contribuição. Neste processo, os oficiais do senado da Bahia deveriam indicar as partes de cada capitania no referido pagamento¹⁰.

A definição da importância ofertada pelas capitanias da América portuguesa para o donativo do dote e paz ocorreu inicialmente em três momentos, relatados pela «Resolução que se tomou perante o Senhor Francisco Barreto, governador deste Estado»¹¹. Na primeira ocasião, a 24 de abril de 1662, foram apresentadas aos vereadores, nobreza e povo, as duas cartas régias de 4 de fevereiro, que solicitavam a ajuda dos vassallos ultramarinos para acertar o pagamento do dote, afirmando também serem necessárias as contribuições para a paz.

Ainda neste primeiro momento, o registro marcou a atitude do governador de lembrar a todos «a importância de se dar cumprimento a ambas e a obrigação que tão principalmente tocava aos vassallos deste Estado com-

⁸ Nas décadas de 1620 e 1630, a Coroa já havia recorrido a donativos para fins militares no ultramar, como nos casos da restauração da Bahia em 1625 e do socorro de Pernambuco em 1631. «Registro do voto desta câmara com o qual concordou o povo sobre se aceitar o sustento da infantaria», *Documentos Históricos do Arquivo Municipal de Salvador [DHAMS]*, Atas da Câmara, Vol. 3, pp. 212-216. Evaldo Cabral de MELLO, *Olinda restaurada. Guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654*, São Paulo, Ed. 34, 2007, pp. 159-166.

⁹ Apesar de a historiografia de maneira geral referir-se aos pedidos de donativos para a América portuguesa, apenas recentemente temos um trabalho específico sobre a temática. Cf. Carolina Chaves FERRO, *Terremoto em Lisboa, tremor na Bahia. Um protesto contra o donativo para a reconstrução de Lisboa*, dissertação de mestrado em História Social, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2009.

¹⁰ «Regimento que os oficiais da câmara fizeram para por ele se cobrar o donativo dos 80 mil cruzados que este povo há de pagar a Sua Majestade para o dote da Senhora Rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda», *DHAMS*, Atas da Câmara, Vol. 4, pp. 190-202 (07/05/1664); «Carta de Sua Majestade acerca do dote que se há de tirar neste Estado para a Senhora Infanta», *DHBNRJ*, Vol. 66, pp. 191-193 (04/02/1662).

¹¹ «Resolução que se tomou perante o Senhor Francisco Barreto governador deste Estado sobre a contribuição do dote da Senhora Rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda», *DHAMS*, Atas da Câmara, Vol. 4, pp. 136-140 (24/04/1662).

pletarem com o que faltava ao dote e era necessário para a paz»¹². Para tanto, ordenou que fossem escolhidos seis sujeitos que, unidos aos oficiais da câmara, analisassem a contribuição e decidissem a maneira com que se devia fazê-la. Este procedimento deveria ser concluído no prazo de dois dias.

Antes de relatarmos o segundo encontro para a resolução da oferta, cabe notar que, entre as contribuições, conjunturalmente associadas num único esforço, havia uma diferença essencial. Na carta sobre o auxílio para o casamento da infanta, o rei pedia para os vassallos «se esforçarem a concorrer a este serviço com a maior soma que fosse possível»¹³, informando que faltavam 600 mil cruzados para o segundo pagamento do dote a Inglaterra. Assim, aos vassallos ultramarinos tocava definir o valor da sua doação para aquele importante compromisso da monarquia portuguesa. Por outro lado, quando o tema era a paz com a Holanda, que, como vimos, sobrecarregou as «capitanias interessadas na paz»¹⁴, a quantia anual foi fixada pela Coroa em 120 mil cruzados, a serem pagos por 16 anos. O caráter distinto dessas duas contribuições ficou ainda mais evidente na provisão escrita por Francisco Barreto às demais capitanias:

que havia para ser *hoje maior que nunca a liberdade que deviam mostrar para o desempenho do dote, e a obediência* para os pagamentos dos 120 mil cruzados, pois eram tão públicas as *utilidades da paz*, e os *interesses do casamento*, e tão evidente a atenuação em que o Reino se achava com a opressão de vinte e dois anos de guerra¹⁵.

Contudo, a contribuição para o dote, fruto da «liberdade» ou da vontade dos súditos, não deixava de ser uma obrigação, uma vez que se tratava de socorrer o rei e o reino por uma causa justa e não apenas de um signo de agradecimento dos súditos ao monarca. Buscando cumprir com os compromissos firmados com a Grã-Bretanha e com os Países Baixos, a Coroa, sem tempo – ou vontade – de consultar as Cortes, legitimou a nova tributação, indicando suas utilidades e sua justiça.

A 27 de abril de 1662, na presença do governador e oficiais da câmara, a junta respondeu que aceitava contribuir para o dote com 320 mil cruzados repartidos por 16 anos, o que representava 20 mil cruzados anuais. Informava também que acolhia os 120 mil cruzados para a «indenização da Holanda». A contribuição anual do «Estado do Brasil» foi, portanto, definida em 140 mil cruzados, valor aceite pelo governador Francisco Barreto.

Dando prosseguimento aos trabalhos, seguiu-se a repartição do total da oferta pelas capitanias do Estado do Brasil. Esta atribuição denota o

¹² Id., p. 138.

¹³ «Carta de Sua Majestade acerca do dote que se há de tirar neste Estado para a Senhora Infanta», *DHBNRJ*, Vol. 66, pp. 191-193 (04/02/1662).

¹⁴ «Carta de Sua Majestade do donativo que manda tirar deste Estado para as pazes de Holanda», cit., pp. 190-191 (04/02/1662).

¹⁵ «Provisão que se enviou às capitanias deste Estado...», cit., p. 98 (destaques nossos).

importante papel que os vereadores de Salvador assumiram frente às outras regiões. Aos baianos competiu decidir a oferta para o dote, a sua divisão por capitania e, acima de tudo, àqueles homens foi atribuída uma jurisdição fiscal alargada, incluindo áreas além do seu domínio costumeiro. Premissa régia por excelência, a possibilidade concedida à câmara de impor novos impostos foi, para Luciano Figueiredo, um importante precedente na política tributária do período¹⁶.

Entretanto, nem tudo foi consenso naquela assembleia. Tendo a junta e os oficiais da câmara decidido que caberia à Bahia contribuir com 50 mil cruzados, a Pernambuco com 47 mil e ao Rio de Janeiro com 36 mil cruzados, Francisco Barreto manifestou-se contrário à divisão. O governador alegou que a «repartição era improporcionada à capacidade das capitanias», definindo diferentes valores e compreendendo outras capitanias no serviço do rei.

Pela resolução do governador, a capitania da Bahia era agravada em mais 25 mil cruzados anuais, enquanto Itamaracá, São Paulo e Paraíba, não incluídas na divisão da junta, ficavam responsáveis pela contribuição de dois, três e 24 mil cruzados, respectivamente. Por outro lado, os moradores do Rio de Janeiro viram suas parcelas reduzidas em 28%, devendo contribuir com 26 mil cruzados. Já os vassalos pernambucanos foram agraciados com um desconto de quase 50%, ficando responsáveis por contribuírem com 25 mil cruzados.

Também ficou deliberado, naquele dia 27 de abril, que o início da cobrança seria em agosto do mesmo ano de 1662. Restava ainda decidir o meio para a arrecadação das ditas contribuições. Essa tarefa foi igualmente atribuída aos oficiais da câmara e à junta formada pelo capitão e secretário de Estado Bernardo Vieira Ravasco e por Domingos de Aragão Pereira, Lourenço Barbosa Franca (cavaleiro da Ordem de Cristo e fidalgo da Casa de Sua Majestade), Lourenço de Abreu Lima e Paulo Antunes Freire, que concluíram as suas recomendações em dois dias.

Novamente na presença do governador, a coligação responsável apresentou alguns papéis. Nestes, Bernardo Vieira Ravasco propôs que se seguisse o modelo da dízima de Portugal¹⁷, sem se excluírem os oficiais da Fazenda Real, o clero, os religiosos e os ministros da Relação. Aprovada pelos outros componentes da junta e pelo tesoureiro-geral, a proposta foi assentada, com a exceção dos três últimos pontos, que diziam respeito à contribuição dos

¹⁶ Luciano FIGUEIREDO, *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa. Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*, tese de doutoramento em História Social, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1996, p. 47.

¹⁷ A dízima era um tributo inicialmente voluntário e destinado à defesa da localidade. Cobrada pela alfândega, incidia sobre os produtos que entravam e saíam do reino. Joaquim Romero de MAGALHÃES, «A fazenda», in José MATTOSO (dir.), *História de Portugal*, Vol. 3, Lisboa, Estampa, 1997, p. 92.

oficiais acima, sob a alegação de que não eram naturais da terra, pelo que «não era justo que deles se tirasse coisa alguma»¹⁸.

Depois de acertada esta decisão, Bernardo Vieira Ravasco escreveu que «por não haver moeda na terra com que fazer a dita contribuição obrigavam a fazê-la em frutos da terra, a saber: açúcar branco a dois tostões, e mascavos a seis (...) e o tabaco terá a estimação por que geralmente corre na praça»¹⁹. Neste trecho, Vieira Ravasco destaca o problema da escassez de moeda, matéria que por vezes o preocupou e que o fez a defender a criação de uma moeda colonial e um novo método de arrecadação do donativo, tornando-o mais suave à população²⁰.

Os pedidos de alívio e prorrogação do subsídio foram recorrentes, provocando muitas vezes alterações significativas nas formas de arrecadação. Assentada a resolução no tocante à «doação» feita pelos vassalos do além-mar, seguiram-se vários regimentos para organizar o seu recolhimento.

Regras e negociações

A primeira resolução para a arrecadação do donativo foi enviada por Francisco Barreto às capitanias do Estado do Brasil ainda em abril de 1662, informando sobre o donativo, suas razões e utilidades, bem como as divisões por capitania e a forma de arrecadação. Segundo a provisão, era definido que na Bahia e demais capitanias, a partir de agosto, seria cobrado um cruzado por cabeça de escravo, grande ou pequena, que viesse de Angola, e de todas as fazendas que entrassem nas alfândegas se cobrariam 2%, com exceção dos vinhos e azeites. Ainda que «encomendando a todos os mercadores (...) se esforçassem com a maior quantidade», também os rendimentos dos moradores de cada capitania seriam considerados. Para tanto, seriam realizados inventários de todos os bens «sem excetuar pessoa alguma, das que inclui o seu distrito, de qualquer qualidade, foro, preeminência, ou condição».

O subsídio em questão era diferente da maioria das contribuições da época moderna, uma vez que onerava os comerciantes e os homens pobres, mas também os indivíduos de maior qualidade. Não só por agravá-los, mas, principalmente, porque a quantia a ser paga guardava uma certa equivalência em relação aos bens dos contribuintes. O donativo de Inglaterra e paz de Holanda era, portanto, geral e proporcional²¹.

¹⁸ «Resolução que se tomou perante o Senhor Francisco Barreto...», cit., pp. 139. (24/04/1662).

¹⁹ «Resolução que se tomou perante o Senhor Francisco Barreto...», cit., pp. 139.

²⁰ Luís Augusto Vicente GALANTE, *Uma história da circulação monetária no Brasil do século XVII*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2009; Maria Bárbara LEVY, *História financeira do Brasil colonial*, Rio de Janeiro, IBMEC, 1979; e Pedro CALMON, «O padre Vieira e a moeda provincial», *Annales do primeiro congresso de numismática brasileira*, São Paulo, Sales e Oliveira, 1937.

²¹ «Provisão que se enviou às capitanias deste Estado...», cit., pp. 97-100 (28/04/1662).

O vice-rei conde de Óbidos iniciou o arrolamento dos contribuintes em outubro de 1663. Recém-empossado no cargo de governador-geral, Óbidos nomeou o provedor-mor da Fazenda Real António Lopes Ulhoa, o vereador mais velho Baltazar dos Reis Barrenho, o escrivão Rui de Carvalho Pinheiro e João Peixoto Viegas para produzirem o inventário dos bens, sem exceção «de qualquer qualidade, foro, preeminência, ou condição», evitando-se queixas na lista, mas também definindo graves penas aos que ocultassem seus bens. Determinou que António Ulhoa e Rui Pinheiro elegeassem para esta comissão um escrivão, que ficaria responsável por produzir os registros a serem entregues ao capitão de cada freguesia. Este deveria utilizá-los para cobrar o donativo aos habitantes de sua jurisdição e confiar o produto ao tesoureiro-geral.

Outra ordem do vice-rei atribuiu ao tesoureiro-geral do donativo a responsabilidade de dar conta das falhas na cobrança do donativo ao Senado da Câmara, encaminhando tudo num livro em separado. As listas deveriam ser atualizadas todos os anos e as doações poderiam ser recebidas em dinheiro, açúcar, pau-brasil ou tabaco. Remessas, entregas e despesas deram origem a apontamentos no estilo dos livros da Fazenda Real, sendo postos à disposição do monarca. Declarava-se que os eclesiásticos ficavam isentos do donativo, e esperava-se a «sua contribuição livre»²².

A mais recorrente queixa dos povos era relativa aos procedimentos irregulares dos fintadores ou oficiais de milícia. Muitas vezes foi dito que os oficiais deixavam de fintar alguns moradores por motivos particulares, ou que então fintavam indevidamente «alguns privilegiados». Desrespeitava-se, assim, a natureza dos donativos, que deveriam ser gerais e proporcionais²³.

Apesar de essa sociedade se representar como naturalmente desigual, já se buscara aprovar na Península Ibérica um imposto que incidisse sobre todos, em termos proporcionais²⁴. Mas os privilégios baseados nos costumes permaneceram. E, mesmo no caso dos donativos, os religiosos, principalmente, estiveram isentos ou tiveram contribuições indeterminadas²⁵.

Buscando problematizar o caráter geral e proporcional do donativo numa sociedade de privilégios, encontramos diferentes casos de pedidos de isenção. Dentre esses, destacamos o do desembargador natural do Estado

²² «Regimento para se usar no lançamento do dote da Senhora Rainha da Grã-Bretanha, e paz de Holanda», *DHBNRJ*, Vol. 4, pp. 125-130 (24/10/1663).

²³ «Termo de vereação e resolução que se tomou sobre se continuar com a finta», *DHAMS*, Atas da Câmara, Vol. 7, pp. 201-204.

²⁴ Rafael VALLADARES, *Banqueros y vasallos. Felipe IV y el medio general (1630-1670)*, Cuenca, Ediciones de La Universidad de Castilla-La Mancha, 2002, pp. 32-40.

²⁵ Incitados a contribuir, por vezes, o clero e os religiosos o fizeram. Em 1668, o rei agradeceu a contribuição de 200 mil réis feita pelo clero para o donativo do dote e paz de Holanda. Ver «Carta de Sua Majestade acerca de contribuírem as religiões para o dote e paz», *DHBNRJ*, Vol. 66, pp. 334-335, (31/10/1665); «Carta de Sua Majestade para os religiosos de São Bento ajudarem (das rendas que tem a sua Religião) para contribuição do dote e paz», *DHBNRJ*, Vol. 66, p. 337 (30/01/1665).

do Brasil, Cristóvão de Burgos. Filho de Jerônimo de Burgos e Contreiras, cristão-velho, licenciado e bacharel pela Universidade de Coimbra, natural de Évora, e de D. Maria Pacheco, neta de Francisco Barbuda, proprietário de uma fazenda na Bahia em fins do século XVI, Cristóvão de Burgos teve mais sorte que o pai nas remunerações de seus serviços, sendo investido do hábito da Ordem de Cristo em 1670. Casou-se com a filha de Bernardo Pimentel de Almeida, poderoso senhor de engenho, e foi nomeado para o tribunal da Relação da Bahia. Aí permaneceu por 26 anos (1654-1680), construindo um notável patrimônio. Possuiu propriedades na região do Recôncavo e no rio São Francisco, destacando-se três engenhos, dois na paróquia de Paripe²⁶.

A influência de Cristóvão de Burgos ultrapassava a cidade de Salvador e levá-lo-ia à Casa da Suplicação. Segundo Stuart Schwartz, as constantes denúncias a respeito da relutância de Burgos em pagar impostos e donativos não impediram que ele se tornasse um influente consultor em Lisboa para os assuntos do Brasil. Tudo isso se viu, no entanto, ignorado, quando, por carta de 10 de agosto de 1662²⁷, contrariando a opinião do governador-geral Francisco Barreto, a Coroa determinou que a câmara cobrasse de Cristóvão de Burgos os costumeiros impostos por caixa de açúcar e o «donativo da Sereníssima Rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda». Fez-se então um acordo para o pagamento das dívidas sobre o donativo.

Dez anos mais tarde, em 1672, os vereadores de Salvador queixaram-se de Cristóvão de Burgos, declarando que a referida ordem régia não era cumprida nem por Burgos, nem por outros ministros, que o imitavam. Na consulta à carta da câmara, os oficiais régios do Conselho Ultramarino pronunciaram-se sobre o dever de os ministros da Relação e da Fazenda Real pagarem de fato o donativo. Para o procurador da Fazenda, não convinha à Coroa «que nestas contribuições haja privilégios, nem isenções, por se ofender com elas a igualdade que nestas matérias se deve guardar para quietação e satisfação das repúblicas»²⁸. O parecer do procurador reafirmava a obrigação de os ministros pagarem o donativo, e, em especial, de Cristóvão de Burgos, de acordo com os princípios legais, evitando, assim, dar a «ver que os pobres pagam e que os ricos e poderosos se livram»²⁹.

Os conselheiros ultramarinos concordaram com a opinião do procurador, e o presidente do Conselho acrescentou a ideia de se ordenar aos governadores que apenas pagassem os ordenados dos ministros da Justiça, da Fazenda ou da Guerra quando estes lhes apresentassem certidões camarárias do pagamento dos donativos.

²⁶ Stuart SCHWARTZ, *Burocracia e sociedade no Brasil colonial. A suprema corte da Bahia e seus juízes: 1609-1751*, São Paulo, Perspectiva, 1979, pp. 245 e 283-285.

²⁷ Francisco Barreto advogava em favor dos ministros da Relação e da Fazenda Real «por que Estes não sendo naturais do Estado, E sendo reinóis os seus ordenados para a carestia da terra não era justo que deles se lhe tirasse coisa alguma». Cf. «Registro da resolução que se tomou perante o Senhor Francisco Barreto...», cit.

²⁸ «Consultas do Conselho Ultramarino», *DHBNRJ*, Vol. 87, p. 225 (10/01/1674).

²⁹ *Ibid.*

Stuart Schwartz recordou que o título e o prestígio do cargo de desembargador acompanhavam o indivíduo que os detinha, mesmo depois do término das correspondentes funções³⁰. Ora, Cristóvão de Burgos, conservando ainda a sua condição de desembargador, continuava a recusar a liquidação das fintas que a câmara cobrava para o donativo «da paz de Holanda e dote de Inglaterra».

Em março de 1673, Afonso Furtado de Mendonça recebeu uma carta do príncipe regente, ordenando a eleição de dois desembargadores para cobrar o que Cristóvão de Burgos e outros ministros deviam, com o esclarecimento de que «esta isenção é muito contra o meu serviço, e em dano dos pobres, e da república»³¹. Seis anos mais tarde, apareceu uma nova consulta sobre o mesmo caso. Dessa vez, era o próprio Cristóvão de Burgos que recorria ao príncipe D. Pedro, baseando-se numa sentença do juízo da Coroa, segundo a qual o requerente incorporara por direito os privilégios concedidos aos desembargadores, de acordo com as *Ordenações*, desde que em 1654 entrara na Relação da Bahia. Decorreria daí que, por

não serem obrigados a contribuir para fintas, e pedidos ainda que sejam para V. A., necessidades da guerra, e coisa pias, e não se mostrando por documento algum que para contribuição das pazes de Holanda e dote da Senhora Rainha da Grã-Bretanha se quebrasse o seu privilégio com aquela expressão que por direito era necessária, não devia o dito Cristóvão de Burgos ser executado pela repartição que pelos oficiais da câmara lhe foi feita para os ditos efeitos³².

A argumentação de Burgos foi reforçada pela jurisprudência criada num outro processo, envolvendo Salvador Correia de Sá e Benevides. O ex-governador da capitania do Rio de Janeiro desfrutava do privilégio de desembargador por ter sido membro do Conselho de Guerra e do Conselho Ultramarino, e, portanto, estava isento de pagar fintas. «Não podia», portanto, «ser mais forte nem mais poderoso o privilégio (...) [deste], do que o privilégio verdadeiro que era o de desembargador»³³.

Para os procuradores da Coroa e da Fazenda, como inexistia uma derrogação geral ou particular dos privilégios de Burgos, não permanecia qualquer dúvida sobre a correção da sentença apresentada. Essa deliberação podia, assim, garantir-lhe a isenção do pagamento do donativo do dote

³⁰ S. SCHWARTZ, *Ibid.* José Subtil, em recente publicação, confirma, em linhas gerais, a importância que o título de desembargador carregava consigo. José SUBTIL, *Dicionário dos desembargadores (1640-1834)*, Lisboa, Edual, 2010, p. 57.

³¹ «Livro de registro de cartas régias e avisos dirigidos ao governador do Brasil e outras entidades sobre diversos assuntos», ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO [AHU], *Conselho Ultramarino*, Cód. 245, f. 7v (15/09/1673).

³² Ver parecer emitido pelo Conselho Ultramarino a 16 de Maio de 1679 anexo à «Consulta do Conselho Ultramarino sobre o desembargador Cristóvão de Burgos, ser ou não compreendido na finta para o dote de Inglaterra», AHU, *Conselho Ultramarino*, Bahia, Luiza da Fonseca, Cx. 25, Doc. 3066 (06/03/1682).

³³ *Ibid.*

e paz. Muito diverso era, no entanto, o sustento da infantaria, pois as *Ordenações* não admitiam semelhantes regalias no caso das fintas cobradas para a «defensão do lugar onde vivem»³⁴.

Pareceu ao Conselho que, não havendo nenhuma disposição que derrogasse a prerrogativa garantida pelas *Ordenações*, dever-se-ia passar provisão favorável a Cristóvão de Burgos. Isso significava não apenas a isenção da prestação daquele serviço, mas também a restituição de todos os bens em depósito devido ao litígio.

A luta de Cristóvão de Burgos para garantir seus privilégios estava, porém, longe do fim. A câmara de Salvador insistiu em cobrar ao desembargador a sua parcela, certamente vultosa, dado o patrimônio que possuía. Os oficiais camarários alegaram a obrigação decorrente do fato de o desembargador ser natural do Brasil, afirmando que os seus congêneres do reino tanto pagavam a décima, como a «nova contribuição», que revertia a favor da câmara de Lisboa. Burgos replicou, no entanto, que em Portugal as referidas contribuições eram pagas pelos privilegiados, pois haviam obtido «o consentimento dos três estados destes reinos eclesiásticos, nobreza e povo, com que este tributo ficou geral e legítimo»³⁵. Refutou igualmente a ideia de que os desembargadores do reino estivessem obrigados a pagar o donativo do dote e paz.

Acirrando a sua posição contra a instituição camarária, Cristóvão de Burgos afirmou que a porcentagem incidente sobre o gado para o donativo do dote e paz era «fraudulenta» e exagerada, gerando «tão grandes sobras», que dificilmente se destinavam para os objetivos originais, mas, sim, «para outros fins, que os oficiais da câmara quiserem». Além disso, segundo o letrado, os vereadores não possuíam a provisão régia que as *Ordenações* exigiam para poder lançar finta. Cristóvão de Burgos não se encontrava, portanto, obrigado para com a câmara, da mesma forma como se dizia sentir em relação à Coroa, disponibilizando «aos pés de Vossa Alteza quanto possui»³⁶.

Reafirmar a lealdade ao monarca para fazer valer certos direitos ou alcançar outros, em face de uma cobrança, era uma prática comum naquela época, mesmo soando contraditória. Talvez por isso, Cristóvão de Burgos finalizou a sua réplica assegurando que não se negava a pagar o dote de Inglaterra, apesar de isento, «por fazer maior serviço a V.A.». Considerou, porém, ser injusto o pagamento de todas as fintas cobradas pelo Senado. Dessa forma, pretendeu garantir que o seu gado ficasse imune, e que ele próprio não fosse forçado a pagar qualquer outro tributo proporcional imposto pela câmara. Sobressaiu, nesse passo, mais uma vez, o princípio que determinava a natureza das sociedades de Antigo Regime: o privilégio. Princípio que definia não apenas o estatuto do indivíduo, mas, também, sua identidade social.

³⁴ Id., p. 129.

³⁵ Para esta e seguintes citações, ver documento anexo à «Consulta do Conselho Ultramarino sobre o desembargador Cristóvão de Burgos...», cit.

³⁶ Id.

Aparentemente, não pagando as taxas incidentes sobre o seu rebanho, o suplicante obrigava-se a pagar as repartições definidas pela instituição camarária sobre o açúcar produzido nos seus engenhos. Mais tarde, contudo, a câmara solicitou novamente ao monarca a execução das dívidas dos «poderosos e, principalmente, [d]o desembargador Cristóvão de Burgos»³⁷. O fundamento desse pedido foi uma informação dos moradores da freguesia de Paripe, onde Burgos possuía cinco fazendas de cana e os dois únicos engenhos da região. A freguesia devia pagar um total 230 mil réis, cabendo ao desembargador uma parcela superior a 100 mil. Consequentemente, a isenção do «privilegiado» representava atingir duas vezes os outros moradores, que plantavam pouca cana e produziam farinha.

Os argumentos dos vereadores soteropolitanos para cobrar as dívidas dos «poderosos» – e, especificamente, de Cristóvão de Burgos – tinham em conta os parques cabedais dos moradores da freguesia do Paripe. Os vereadores lembravam, ainda, a finalidade do donativo:

parece Senhor não devia ser excluído da contribuição da paz o referido desembargador, pois logra os interesses de suas fazendas que as tem à beira mar e haviam de ser as primeiras que haviam de padecer ruína senão houvera o comprar-se o sossego da paz³⁸.

Como demonstramos, o próprio rei justificava a contribuição para a paz de Holanda com a conveniência de manter acordo com os neerlandeses. A aliança com a Inglaterra, através do casamento de D. Catarina de Bragança, era igualmente importante para assegurar a posição portuguesa, pelo comprometimento britânico em mediar as relações com os Estados Gerais, bem como pela ajuda militar definida no tratado anglo-português. Cabe, assim, sublinhar que os oficiais da câmara de Salvador reutilizaram, de fato, um argumento cunhado pela Coroa, tendo por base as circunstâncias do espaço político local.

Os constantes apelos dos moradores de Salvador no sentido de que o pagamento das fintas para o donativo do dote de Inglaterra e paz de Holanda fosse executado sem dispensa alguma chegaram a pôr em causa a lealdade de alguns súditos. Em carta de 9 de março de 1693, os «homens bons» também questionaram os privilégios dos padres da Companhia de Jesus, dos bombardeiros e dos artilheiros. Para Egas Moniz Barreto, Manoel de Matos de Viveiros, Francisco de Sá Barreto, Francisco da Fonseca de Siqueira e Jacinto de Guisam Rode, que naquele ano serviam no senado, os jesuítas «esquecendo-se de serem vassalos, não querem contribuir com coisa alguma para os referidos fins»³⁹. Os mesmos oficiais afirmaram que alguns homens

³⁷ «Registro de uma carta escrita a Sua Majestade sobre os moradores de Paripe e desembargador Cristóvão de Burgos», *DHAMS*, Cartas do Senado, Vol. 3, pp. 30-31 (20/07/1686).

³⁸ *Ibid.*

³⁹ *Ibid.*

relativamente abastados apenas se alistavam como artilheiros ou bombardeiros para conseguirem escapar às fintas e ao donativo, com manifesto prejuízo da Fazenda Real.

Analisando o discurso camarário e as estratégias utilizadas pelos vassalos para se isentarem da contribuição, surge a pergunta: por que motivo os privilegiados não queriam fazer tais doações? Teriam razão os vereadores, a esse respeito? Esqueceriam, os poderosos, os laços de vassalagem e as obrigações com o rei? Ou o problema residiria no fato de a câmara cobrar realmente fintas fraudulentas, como dizia Cristóvão de Burgos? Como podemos compreender a noção de «lealdade» perante tal relutância em pagar o donativo?

É importante destacar que os senhores buscavam isentar-se da contribuição justamente com base no tipo de laço estabelecido com o rei. Obter o direito de dispensa de um contributo que cabia a todos podia ter um significado social superior à retribuição de muitos outros serviços prestados ao monarca. Além disso, não deixava de ser um alívio relevante para as finanças pessoais do isento, uma vez que a contribuição para o donativo do dote e paz podia ser maior que o valor do dízimo.

Acresce, ainda, que o próprio sistema fiscal permanecia, nesse período, em muitas de suas instâncias, sob o controle dos homens de poder local, geralmente os mais afazendados e interessados em fazer valer as suas regalias. Não podemos perder de vista também que privilégios e recursos materiais caminhavam juntos nas sociedades de Antigo Regime, principalmente nos trópicos, onde as oportunidades de ascensão social e enriquecimento eram mais acessíveis⁴⁰.

A documentação produzida pelos governadores-gerais revela que, na elaboração das primeiras listas do inventário geral para o donativo, houve um certo laxismo das instâncias responsáveis. Em julho de 1663, o conde de Óbidos escreveu aos oficiais da câmara de Salvador, reclamando da demora com que procediam «para averiguação dos escravos, cabedais e mais ofícios que nela há, de que se devem cobrar os 80 mil cruzados que tocam a esta capitania para a contribuição do dote da Senhora Rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda». O vice-rei reparou, igualmente, que muitos senhores procuravam reduzir a idade dos cativos, porque os cálculos do arrolamento só incidiam sobre os maiores de 12 anos⁴¹.

Perante a notícia de tais desserviços, alguns juízes foram despachados para verificar as contas e devassar os descaminhos do donativo, contribuições e outros impostos a cargo da câmara⁴². Em 1673, Sebastião Cardoso

⁴⁰ João FRAGOSO, Maria Fernanda BICALHO e Maria de Fátima GOUVÊA (org.), *O Antigo Regime nos trópicos*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001; Rodrigo Bentes MONTEIRO *et al.* (org.), *Raízes do privilégio. Mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

⁴¹ «Carta para os oficiais da câmara», *DHBNRJ*, Vol. 86, pp. 157-158 (27/07/1663).

⁴² Além de suas atribuições judiciais, os magistrados da Relação comumente executavam tarefas de natureza fiscal, investigativa ou administrativa. Segundo Stuart Schwartz, a

de Sampaio, recém-chegado de Angola, foi indicado para fazer diligências e rever as estimativas dos tributos e taxas aplicados ao sustento da infantaria e ao dote de Inglaterra e paz de Holanda. Entretanto, o desembargador não recebeu as quantias em falta. A arrecadação permaneceu a cargo de um oficial de ordenança ou do tesoureiro do donativo, que por sua vez as passava ao tesoureiro-geral da capitania. Este era obrigado a remetê-las ao tesoureiro-mor do reino, aumentando, assim, as receitas do Conselho Ultramarino⁴³.

Sebastião Cardoso de Sampaio solicitou à Coroa que enviasse uma ordem aos oficiais da câmara de Salvador para restituírem os rendimentos do donativo do dote de Inglaterra e do pagamento da infantaria utilizados nas propinas e nos gastos das festas, em obras públicas e outras despesas do conselho. Quanto aos valores usados para festejos e ordenados, deveriam ser devolvidos todos os que tivessem sido desviados depois da ordem régia de janeiro de 1665, que expressamente proibira essa prática. A devolução dos recursos teria de ser integral, no caso das obras públicas.

Sebastião Cardoso de Sampaio efetuou outras diligências. Uma delas, secreta. A Coroa queria saber se a contribuição do donativo era entregue em gênero ou em dinheiro, e qual a entidade que designava o tesoureiro do donativo: se a câmara ou o governador. Interessava também apurar se a arrecadação ainda se encontrava a cargo do senado ou se era realizada por contrato, e, sobretudo, se o recebido era integralmente enviado para o reino. Segundo uma carta de 1678, o príncipe D. Pedro dizia-se informado de que os moradores pagavam prontamente o que deviam, mas que os vereadores não remetiam para o reino a integridade desses recursos. Além disso, o regente alertava para o fato de que o envio da renda obtida deveria corresponder ao que constava nos livros das receitas⁴⁴.

Terminada a devassa sobre os descaminhos do donativo para o dote da rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda, o juiz havia «mandado proceder contra alguns oficiais da câmara pelas omissões que tiveram na cobrança das ditas imposições e deixarem servir alguns tesoueiros sem fianças»⁴⁵. Sebastião Cardoso afirmou que as quantias desviadas pelos vereadores eram tão grandes que excediam a alçada da Relação da Bahia, devendo o caso ser levado a um tribunal superior; ou seja, julgado na corte.

ação investigativa era a mais importante, o que chegava a representar novidade, porque, em Portugal, atribuíam-se aos desembargadores investigações especiais. No Brasil, «a novidade (...) era o uso regular de desembargadores residentes como investigadores judiciais em áreas remotas». S. SCHWARTZ, op. cit., p. 141.

⁴³ «Consulta do Conselho Ultramarino sobre o desembargador Cristóvão de Burgos...», cit., fls. 14; 17v-18.

⁴⁴ «Registro do Regimento de que faz menção a carta acima», *DHBNJR*, Vol. 79, p. 233 (28/03/1678).

⁴⁵ «Consulta do Conselho Ultramarino», *DHBNJR*, Vol. 88, pp. 99-101 (22/07/1676).

Apesar de querer retornar ao reino, Sebastião Cardoso de Sampaio ocupou-se de um outro caso, referente à distribuição e à divisão de sesmarias das terras do Iguape. Sabemos também que ele foi acusado pela câmara de não lhe ter devolvido os seus livros de contas, receitas e despesas. Estava, portanto, o conflito entre a câmara e o desembargador⁴⁶.

Em 1681, Sebastião Cardoso de Sampaio chamou a atenção para a dificuldade de se proceder ao pagamento dos soldos da infantaria. Estando a cargo da câmara a correspondente arrecadação, os seus oficiais desviavam facilmente esses recursos, de acordo com «interesses próprios e paixões particulares»⁴⁷, muito embora sob o pretexto de promoverem o «bem público»⁴⁸. No pouco tempo em que esteve na Bahia, Cardoso Sampaio afirmou saber que os oficiais camarários haviam desviado 30 mil cruzados em propinas para salários, sem a necessária licença da Coroa. O volume de dinheiro arrecadado era, além disso, excessivo, porque ajudava a sustentar certo número de soldados «fantasmas». No presídio da Bahia, estavam matriculados 1.300 soldados, mas segundo o desembargador, não estavam presentes mais de 200.

Já de volta a Lisboa, o juiz deu conta da dificuldade de aplicar a Justiça na capitania, pelo crescimento e expansão da população para o interior. Identificou igualmente diversos problemas decorrentes da ocupação das terras nos novos territórios que, segundo ele, contrastavam com o Recôncavo, havendo grandes desigualdades, com notórios prejuízos para a Fazenda Real.

O ponto central do relatório no tocante à Justiça era a relação entre o castigo e o perdão. Por um lado, Cardoso de Sampaio observou que havia mais perdão que castigo, com «grande escândalo e prejuízo da Justiça»; por outro, considerou que, pelas condições específicas da capitania, quantidade de moradores e carestia da terra, «a Ordenação não se pode aplicar lá»⁴⁹. Defendeu, portanto, a necessidade de os oficiais de Justiça e Fazenda terem regimentos específicos, mais conformes com a realidade local.

Cumprе sublinhar o estranhamento do letrado com as atitudes dos oficiais da câmara, que tornavam gerais os interesses particulares pelo

⁴⁶ A bibliografia acerca dos limites e tensões entre os vários poderes é extensa. Destacamos aqui alguns trabalhos de referência: Caio PRADO JÚNIOR, *Formação do Brasil contemporâneo*, São Paulo, Brasiliense, 1996; C. PRADO JÚNIOR, *Evolução política do Brasil e outros estudos*, São Paulo, Brasiliense, 1957; Charles R. BOXER, *Portuguese society in the tropics, the municipal councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda: 1510-1800*, Madison-Milwaukee, University of Wisconsin Press, 1965; Maria Fernanda B. BICALHO, *A cidade e o império. O Rio de Janeiro no século XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 391; E. C. de MELLO, *A fronda dos mazombos. Nobres contra mascates. Pernambuco 1666-1715*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

⁴⁷ «Consulta do Conselho Ultramarino», cit.

⁴⁸ *Ibid.*

⁴⁹ «Consulta do Conselho Ultramarino», cit.

postulado do «bem comum»⁵⁰. Tendo em conta a análise de Stuart Schwartz sobre a atuação dos magistrados na Bahia, devemos no entanto, questionar esse incômodo.

Schwartz demonstra como os oficiais da burocracia colonial acabavam se «abrasileirando», ou seja, tornavam-se parte das relações cotidianas da colônia, não apenas como membros das instituições que representavam, mas como indivíduos com um papel ativo na vida social, cultural e econômica da capitania. E utilizavam os seus cargos para defenderem seus interesses ou de seus grupos⁵¹.

Não nos iremos ater às redes clientelares ou de parentesco a que Sebastião Cardoso possa ter pertencido. Preferimos prestar atenção à sua proposta para os problemas ligados à Fazenda, que apresentavam um cunho mais claramente político.

A solução de Cardoso de Sampaio passava por atribuir a administração das rendas para o sustento da infantaria à jurisdição da Fazenda Real. Isoladamente, porém, essa medida não resolveria o problema. Como os impostos eram arrendados, e nunca se sabia com grande certeza quanto renderiam num ano, poderia fazer-se necessário lançar novas fintas para suprir o que faltasse. Por esse motivo, Cardoso de Sampaio sugeriu que se formasse uma junta de «pessoas nobres e plebeias em igual número» para administrar as contribuições com o procurador da Fazenda. A mesma junta poderia também administrar o donativo do dote e paz de Holanda, resolvendo assim um segundo problema.

A ideia de colocar a administração do donativo sob controle de uma junta não era novidade. Como aponta autor do documento em uma provisão anterior, a Coroa já havia ordenado que se procedesse desta forma. Mas os oficiais da câmara recusavam-no, provavelmente, por não quererem perder esses recursos, «para os destinarem às suas vontades» e manterem-se como árbitros nos lançamentos, «para aliviarem e carregarem cada um dos moradores, segundo seus ódios, ou afeição». Além disso, enquanto o donativo estivesse sob seus cuidados, os vereadores mantinham-se isentos do seu pagamento no ano em que serviam na câmara. Como não havia uma grande rotatividade, os «homens bons» acabavam por não contribuir em diversos momentos.

Tratando-se de um donativo, e tendo, portanto, caráter «universal»⁵², a existência de imunidades era em si mesmo preocupante. Sebastião Cardoso de Sampaio recordou «que Vossa Alteza havia declarado que não fosse

⁵⁰ João Adolfo Hansen defende que, através da construção discursiva do «bem comum» – conjunto de interesses da *res publica* –, os oficiais camarários argumentavam em seu próprio favor. JOÃO ADOLFO HANSEN, *A sátira e o engenho. Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*, São Paulo/Campinas, Ateliê Editorial/Editora Unicamp, 2004, pp. 106-107.

⁵¹ S. SCHWARTZ, op. cit., pp. 251-252.

⁵² «Carta de Sua Majestade sobre os eclesiásticos haverem de contribuir», *DHBNRJ*, Vol. 66, p. 242. (13/12/1662).

ninguém privilegiado, nem mesmo os desembargadores, cujos privilégios são tão amplos e se achavam incorporados na Ordenação»⁵³. Se os oficiais camarários não consentiam a execução da ordem régia, estava em xeque o poder de mando da Coroa diante dos poderes locais.

A intenção do desembargador era impedir os «descaminhos» realizados pelos vereadores. Na realidade, porém, praticavam esses e outros extravios os escravos, os contratadores de rendas... e até mesmo os governadores. Todos desviavam os direitos do rei do seu curso devido: a Fazenda Real.

Como já notou, por exemplo, Paulo Cavalcante, a postura das autoridades coloniais para garantir o rendimento fiscal oscilava constantemente entre o rigor extremado e a tentativa de «composição»⁵⁴. Cardoso de Sampaio procurou, portanto, instituir um arranjo político alternativo, que tanto atendesse aos interesses da infantaria, como da arrecadação do donativo do dote de Inglaterra e paz de Holanda, pela transferência da gestão fiscal de um grupo a outro. Simultaneamente, o desembargador reforçou a necessidade de policiar a ação dos governadores e procuradores da Fazenda. Estes últimos tendiam a usar as rendas da Fazenda Real para despesas sem cabimento regimental: gastos pessoais, inclusive. Os governadores, procuradores, almoxarife e outros agentes cometiam semelhantes desmandos na certeza de não precisarem prestar contas. Mas, se estas eram solicitadas, tanto tempo havia passado, que, segundo o relato, os suspeitos apresentavam papéis corroídos por traças e pediam para comprovar os seus gastos por testemunhas. Acabavam, assim, conseguindo justificar mais despesas que as realizadas. Para tentar evitá-lo, o desembargador recomendava que os dispêndios fossem conferidos de dois em dois anos e que as penas previstas para os que não agissem dessa maneira fossem de facto executadas. Finalmente, comentando o problema das moedas e dos descuidos com a artilharia, Cardoso de Sampaio concluía que era preciso acudir ao «Estado do Brasil» com igualdade e Justiça.

Como vimos, mediante a documentação e atentando igualmente para a dinâmica social, as ordens régias, os regimentos, decretos e provisões eram algumas vezes determinados pela experiência prática. Situações específicas, ao inviabilizarem determinadas orientações régias, exigiam a sua reformulação, movendo a engrenagem da política fiscal na Bahia entre os séculos XVII e XVIII.

Através da análise das ações fiscais, percebemos que forças distintas estavam em jogo. No caso do donativo do dote e paz, se a Coroa estabelecia uma contribuição baseada nos princípios da igualdade e da proporcionalidade, não deixava de assegurar alguns privilégios, isentando os membros da Igreja e os homens de grossa fortuna, do pagamento do subsídio. Mas o

⁵³ «Papel que fez o desembargador Sebastião Cardoso de Sampaio...», AHU, *Conselho Ultramarino*, Bahia, Luiza da Fonseca, Cx. 24, Doc. 2972.

⁵⁴ Paulo CAVALCANTE, *Negócios de trapaça. Caminhos e descaminhos da América Portuguesa (1700-1750)*, São Paulo, Editora Hucitec/FAPESP, 2006.

centro do poder também delegava aos poderes locais responsabilidades pelo regulamento e arrecadação do donativo. Por vezes, interferia nesse processo, enviando ministros letrados para verificar as contas e devassar os descaminhos.

Esses aspectos aparentemente contraditórios não eram específicos do donativo ou da América portuguesa, mas faziam parte do mundo do Antigo Regime. Durante os séculos XVII e XVIII, forças centralizadoras e descentralizadoras, ora estavam em debate, ora se complementavam, abrindo espaço para a negociação. Dessa forma, não se inviabilizava a recolha dos recursos. Dialeticamente, a interação de todas as forças permitia a continuidade do contributo.

As dinâmicas relacionadas ao donativo do dote e paz eram norteadas por uma cultura tributária específica, que buscava garantir a arrecadação real sem sobressaltos. A obrigação régia de agir com Justiça, respeitando os privilégios e o patrimônio de seus leais vassalos, confrontava-se com os crescentes dispêndios da monarquia. Somadas às despesas ordinárias, havia as de natureza extraordinária: sobretudo os custos com a diplomacia e a política dinástica.

No contexto da Restauração, adensaram-se os gastos extraordinários e os donativos foram apresentados como solução para aumentar os proveitos da Fazenda Real. Concebidos como uma forma excepcional de receita, os donativos deviam ser inseridos numa lógica que motivasse os súditos a contribuir. Nesse sentido, deviam gerar contentamento para quem recebia, mas igualmente para quem dava; ou seja, os «doadores» poderiam imaginar uma recompensa que incluísse «algo mais» que os benefícios da causa original, ligados ao «bem comum».

Concluimos que os donativos se inseriam numa lógica remuneratória, representados como um serviço passível de recompensa e contrapartida. Isso não impedia que sua natureza originária fosse corrompida, passando a representar um infortúnio para os vassalos, assolados por muitos tributos. Abria-se assim, a negociação, mesmo que fosse apenas para viabilizar o pagamento dos montantes devidos.

Fontes Manuscritas

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO [AHU]

Conselho Ultramarino, Bahia, Luiza da Fonseca, Cx. 24, Doc. 2972; Cx. 25, Doc. 3066.

Conselho Ultramarino, Cód. 245, f. 7v.

Fontes Impressas e Bibliografia

BICALHO, Maria Fernanda B., *A cidade e o império. O Rio de Janeiro no século XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

- BOXER, Charles R., *Portuguese society in the tropics, the municipal councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda: 1510-1800*, Madison-Milwaukee, University of Wisconsin Press, 1965.
- CALMON, Pedro, «O padre Vieira e a moeda provincial», *Annales do primeiro congresso de numismática brasileira*, São Paulo, Sales e Oliveira, 1937.
- CAVALCANTE, Paulo, *Negócios de trapaça. Caminhos e descaminhos da América Portuguesa (1700-1750)*, São Paulo, Editora Hucitec/FAPESP, 2006.
- Documentos Históricos*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1928, 1944, 1948, 1949 e 1950, Vols. 4, 66, 79, 86, 87 e 88.
- Documentos Históricos do Arquivo Municipal de Salvador*, Atas da Câmara, Salvador, Arquivo Municipal de Salvador, 1949, 1984 Vols. 3, 4 e 7.
- Documentos Históricos do Arquivo Municipal de Salvador*, Cartas do Senado, Salvador, Arquivo Municipal de Salvador, 1959, Vols. 3 e 4.
- FERRO, Carolina Chaves, *Terremoto em Lisboa, tremor na Bahia. Um protesto contra o donativo para a reconstrução de Lisboa*, dissertação de mestrado em História Social, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2009.
- FIGUEIREDO, Luciano, *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa. Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*, tese de doutorado em História Social, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1996.
- FORTEA PEREZ, José Ignacio, «Los donativos en la política fiscal de los Áustrias: ¿servicio o beneficio?», in Luís A. RIBOT GARCIA e Luigi de ROSA (org.), *Pensamento y la política económica en la época moderna*, Madri, Actas, 2000.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.), *O Antigo Regime nos trópicos*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- FREIRE, Eduardo de O., *Elementos para a história do município de Lisboa*, tomo 6, Lisboa, Typographia Universal, 1893.
- GALANTE, Luís Augusto Vicente, *Uma história da circulação monetária no Brasil do século XVII*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2009.
- HANSEN, João Adolfo, *A sátira e o engenho. Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*, São Paulo/Campinas, Ateliê Editorial/Editora Unicamp, 2004.
- LANZA GARCIA, Ramón, «El donativo de 1629 en el distrito de Fernando Ramírez Farinas», *Anais do IX Congresso Internacional de la Asociación Española de Historia Económica*, 2008, pp. 1-37. [Consultado a 25/01/2010]. Disponível em: <http://www.um.es/ixcongresoaehe/pdfB2/El%20donativo.pdf>
- LEVY, Maria Bárbara, *História financeira do Brasil colonial*, Rio de Janeiro, IBMEC, 1979.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de, «A fazenda», in José MATTOSO (dir.), *História de Portugal*, Vol. 3, Lisboa, Estampa, 1997
- MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Vol. 3, Lisboa, Estampa, 1997.
- MELLO, Evaldo Cabral de, *A fronda dos mazombos. Nobres contra mascates. Pernambuco 1666-1715*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

- MELLO, Evaldo Cabral de, *Olinda restaurada. Guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654*, São Paulo, Ed. 34, 2007.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes *et al.* (org.), *Raízes do privilégio. Mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.
- PRADO JÚNIOR, Caio, *Evolução política do Brasil e outros estudos*, São Paulo, Brasiliense, 1957.
- PRADO JÚNIOR, Caio, *Formação do Brasil contemporâneo*, São Paulo, Brasiliense, 1996.
- SCHWARTZ, Stuart, *Burocracia e sociedade no Brasil colonial. A suprema corte da Bahia e seus juízes: 1609-1751*, São Paulo, Perspectiva, 1979.
- SUBTIL, José, *Dicionário dos desembargadores (1640-1834)*, Lisboa, Edual, 2010.
- TRONI, Joana Almeida, *Catarina de Bragança (1638-1705)*, Lisboa, Colibri, 2008.
- VALLADARES, Rafael, *Banqueros y vasallos. Felipe IV y el medio general (1630-1670)*, Cuenca, Ediciones de La Universidad de Castilla-La Mancha, 2002.

A GUERRA NO ATLÂNTICO NO INÍCIO DO PERÍODO JOANINO: A DEFESA DO BRASIL ENTRE O CONSELHO ULTRAMARINO E O VEDOR DA REPARTIÇÃO DOS ARMAZÉNS*

por

MIGUEL DANTAS DA CRUZ**

Introdução

«De dois modos se pode considerar o Conselho Ultramarino: o[u] como um corpo separado e isento do domínio da Coroa e que o tem despótico nas Conquistas (porque não admite sociedade), o[u] como um tribunal da Coroa como são os outros deste Reino; e por qualquer deles se mostra que à justiça é obrigado a pagar a importância dos navios e gastos que com ele fez o Conselho da Fazenda¹.»

Esta censura feita ao Conselho Ultramarino por D. Fernando de Mascarenhas, o influente segundo marquês de Fronteira, vedor da Fazenda da Repartição dos Armazéns durante as primeiras décadas do século XVIII, dá o mote para a apresentação do objecto deste artigo: a intromissão de um pólo de poder concorrente ao Conselho Ultramarino na defesa do Brasil, na transição de Seiscentos para Setecentos.

A estabilidade governativa dos territórios ultramarinos na segunda metade do século XVII assentou, em grande medida, na consolidação do papel

* Trabalho desenvolvido no âmbito do projecto de doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/47828/2008). O autor gostaria de agradecer ao Professor José Vicente Serrão, a Graça Almeida Borges e aos *referees* da revista *Anais de História de Além-Mar*, pelos comentários críticos, que muito valorizaram o presente estudo. Gostaria também de manifestar o seu reconhecimento a Inês Versos e ao Doutor Tiago dos Reis Miranda, quer pelo trabalho de revisão do texto, quer pelas sugestões que fizeram.

** Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE, Centro de Estudos de História Contemporânea, migueldacruz75@gmail.com.

¹ Parecer do segundo marquês de Fronteira, muito provavelmente emitido durante a Guerra da Sucessão de Espanha. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO [ANTT], *Arquivos particulares, Casa Fronteira e Alorna*, n.º 120 (pasta Conselho da Fazenda e Casa da Moeda).

político do Conselho Ultramarino, como instância central de controlo e de escrutínio. Maria Beatriz Nizza da Silva referiu recentemente que, no início do século XVIII, o Conselho Ultramarino se tinha convertido no tribunal mais eficiente e mais organizado do reino². A gestão das matérias relacionadas com a administração das conquistas assentava então em procedimentos firmemente consolidados. Segundo a mesma autora, o contraste existente na forma de resolução de outros assuntos, nomeadamente as questões europeias, «decididas ao sabor das consultas informais do monarca», não podia ser mais marcante³.

Criado em 1642, o Conselho Ultramarino teve uma infância difícil, durante a qual acumulou uma série de fracassos. A ideia é amplamente confirmada pelas investigações de Lars Myrup⁴ e de Edval de Souza Barros⁵. Ambos os autores destacaram as dificuldades registadas com o Desembargo do Paço, com a Mesa da Consciência e Ordens, com o Conselho de Guerra, com a Companhia Geral do Comércio do Brasil e com o Conselho da Fazenda. Mostraram também o malogro da actuação deste novo tribunal, que frustrou as expectativas subjacentes à sua fundação, tão evidentes no seu regimento. Dentro do quadro de astenia inicial do Conselho Ultramarino, encontrava-se ainda a sua incapacidade de controlar as nomeações para os principais postos do império: governador-geral do Brasil e vice-rei da Índia⁶.

Todavia, nem só de reveses se constituíram os primeiros anos de vida do tribunal criado por D. João IV. Na verdade, e como este estudo também visa demonstrar, verificou-se um processo de gradual consolidação política, tendo o novo conselho assumido um lugar fundamental na máquina administrativa do império, concretizando em grande medida as atribuições que o seu regimento lhe conferira. A este respeito, destaca-se o seu papel enquanto canal oficial de comunicação política e administrativa do centro com a peri-

² Maria Beatriz Nizza da SILVA, *D. João V*, Temas e Debates, Rio de Mouro, 2009, p. 200.

³ *Idem*, p. 200. É provável que Nizza da Silva tenha, neste seu texto, subvalorizado um pouco as questões europeias. A definição da política externa foi sempre matéria especial e que tendia a ser necessariamente tratada de um modo diferenciado. Os monarcas brigantinos não desconheciam as implicações de um alinhamento internacional imprudente e por isso mesmo optavam por auscultar os pareceres dos seus conselheiros ou homens de confiança, normalmente ao ritmo das oscilações da conjuntura internacional europeia. A convocação de juntas e os pedidos de parecer, mais ou menos informais, em que se procedia ao aconselhamento do rei, constituíam inequívocas manifestações de «grande política», orientada em larga medida para assegurar a sobrevivência do império e do próprio reino. Por este motivo, Nuno Gonçalo Monteiro referiu que a política externa representava a dimensão mais programática da decisão política no Antigo Regime. Nuno Gonçalo MONTEIRO, «Identificação da política setecentista. Notas sobre Portugal no início do período joanino», *Análise Social*, Vol. XXXV, n.º 157, 2001, p. 986.

⁴ Erik Lars MYRUP, *To rule from afar*, PhD thesis, Yale, Yale University, 2006.

⁵ Edval de Souza BARROS, *Negócio de Tanta Importância – O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661)*, Lisboa, CHAM, 2008.

⁶ N. G. MONTEIRO, «Governadores e capitães-mores do império Atlântico português no século XVIII», in Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini (org.), *Modos de Governar*, São Paulo, Alameda, 2005.

feria, o que a jusante proporcionava uma influência muito considerável aos conselheiros ultramarinos. Tal relevo institucional é por exemplo visível no quadro do sistema remuneratório de mercês, estudado por Fernanda Olival⁷.

O início da década de 70 de Seiscentos marca o reforço objectivo do protagonismo político-militar do Conselho Ultramarino na defesa da América portuguesa. Como sugere o discurso do segundo marquês de Fronteira acima citado, a protecção das conquistas tornara-se matéria privativamente controlada pelo Conselho Ultramarino, que conseguira afastar os concorrentes metropolitanos. Descontando o papel desempenhado pelo Conselho de Estado, dir-se-ia que a administração central adoptou para o governo do império um estilo da organização burocrática (para usar as palavras de António Manuel Hespanha⁸) que favorecia a convergência de competências.

As necessidades da defesa do Brasil levaram o príncipe regente D. Pedro a reforçar a jurisdição político-militar do Conselho Ultramarino, nomeadamente no que dizia respeito a funções de cariz financeiro e logístico. A adopção de tal estratégia, em conjugação com a conservação da Junta do Comércio, remeteu o Conselho da Fazenda para um segundo plano, excluindo-o quase completamente dos assuntos das conquistas.

Curiosamente, será de novo a defesa do Brasil que, no início do século XVIII, proporcionará o retorno do Conselho da Fazenda, por via da Repartição da Índia e Armazéns, às instituições que de alguma forma participavam na resolução dos assuntos coloniais. Como se procurará demonstrar, esse regresso constituiu uma inevitabilidade, decorrente da combinação de dois factores: o perfil funcional daquela repartição⁹ e as necessidades específicas da defesa do Brasil impostas pela entrada de Portugal na Guerra da Sucessão de Espanha. A grande confrontação europeia gerada em torno do sucessor de Carlos II, e a que D. Pedro II não pôde ou não quis fugir, produzirá remodelações importantes quer no dispositivo defensivo do império

⁷ Fernanda OLIVAL, «Mercês, serviços, e circuitos de comunicação no império português», in Maria Emília Madeira dos Santos e Manuel Lobato (coord.), *Domínio da Distância*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006, pp. 59-71.

⁸ António Manuel HESPANHA, *História das Instituições – Época Medieval e Moderna*, Coimbra, Almedina, 1982, p. 333.

⁹ De uma forma geral, a Repartição da Índia e Armazéns tem sido muito esquecida pela historiografia. Nem as conjunturas históricas mais condicionadas pelo chamamento nacionalista, sempre muito sensível ao tema do arranque da expansão, deram origem a estudos dedicados a uma instituição implicitamente ligada à epopeia marítima dos portugueses. Importa recordar que era nos Armazéns que se construíam e aparelhavam os navios para as expedições asiáticas. Na verdade, durante muitos anos confundiram-se as competências e as jurisdições dos Armazéns e da Casa da Índia. O equívoco só foi resolvido em 1975, por Francisco Paulo Mendes da Luz, «Dois Organismos da Administração Ultramarina no século XVI: a Casa da Índia e os Armazéns de Guiné, Mina e Índia», in Avelino Teixeira da Mota (ed.), *A Viagem de Fernão de Magalhães e a Questão das Molucas. Actas do II Colóquio Luso-Espanhol de História Ultramarina*, Lisboa, JICU, 1975. Mais recentemente, Leonor Freire da Costa deu um contributo valioso para o conhecimento deste espaço. Leonor Freire COSTA, *Naus e galeões na Ribeira de Lisboa: a construção naval no século XVI para a Rota do Cabo*, Cascais, Património Histórico, 1997.

atlântico português, quer nos espaços de manobra dos órgãos de coordenação. A chegada regular dos navios da Coroa à América foi, porventura, o fenómeno mais visível de uma transformação profunda que mexeu com a configuração de poderes dentro da administração central.

Este artigo aborda essa mudança política. Em primeiro lugar, faz-se um breve balanço acerca do protagonismo do Conselho Ultramarino na defesa da América portuguesa. Em segundo lugar, e por forma a compreender as raízes das disputas jurisdicionais que emergiram, decompõem-se de maneira detalhada a orgânica e o funcionamento da Repartição dos Armazéns. Para o mesmo efeito, traça-se o perfil funcional do seu vedor no âmbito dos poderes políticos metropolitanos, acompanhando-o de uma nota biográfica do segundo marquês de Fronteira, que exerceu o cargo entre 1710 e 1728. Em terceiro lugar, e depois de se seguir a inevitável «convocação» da Repartição dos Armazéns para a defesa da América portuguesa, procuram-se compreender alguns dos impactos que estiveram associados a esta mudança progressiva nas funções atribuídas à Repartição. Neste contexto, interessa especialmente compreender os contornos de uma coexistência difícil com o Conselho Ultramarino, marcada pelo conflito relativo ao controlo dos recursos consignados à defesa do Brasil.

Por último, sustenta-se a possibilidade, ainda que apenas em jeito de reflexão, de existir uma linha de continuidade entre a actividade desenvolvida pelo vedor da Repartição da Índia e Armazéns e o papel futuramente desempenhado pelo secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos.

1. A defesa do Brasil e a centralidade administrativa do Conselho Ultramarino

O período de vincada tensão política que se viveu em Portugal em meados de Seiscentos, cujos pontos altos foram a Restauração (1640) e a deposição de D. Afonso VI (1667), dificilmente poderia possibilitar um ambiente favorável à criação e ao desenvolvimento do Conselho Ultramarino, enquanto espaço de poder. Para além dos conflitos que se desenrolavam na corte entre todos aqueles que buscavam preeminência política e um acesso garantido ao monarca¹⁰, existia uma tendência inata para rejeitar inovações que ameaçassem jurisdições prevaletentes, fossem elas fiscais, políticas ou institucionais¹¹.

No quadro de tal cultura política, predominante no rescaldo da Aclamação, não espantam as manifestações de hostilidade generalizada com

¹⁰ Ver, entre outros, Pedro CARDIM, «O Processo Político (1621-1807)», in António Manuel Hespanha (coord.), *História de Portugal*, Vol. IV, Lisboa, Estampa, 1998, pp. 401-410.

¹¹ António Manuel HESPAÑA, «O governo dos Áustrias e a modernização da Constituição portuguesa», *Penélope*, n.º 2, 1989, pp. 50-73.

que foi recebida a criação do Conselho Ultramarino (1642). Importa notar que, ainda que outras criações de D. João IV tivessem sido alvo de oposição, como foi o caso do Conselho de Guerra¹², nenhuma outra parece ter suscitado a inimizade tão clara dos restantes espaços de poder reinícolas. Pedro Cardim, em artigo publicado há alguns anos na revista *Tempo*, já tinha chamado a atenção para as dificuldades de acomodação do sistema político a este novo tribunal¹³. Mais recentemente, o já referido estudo de Edval de Souza Barros¹⁴ confirmou a ideia apresentada por Pedro Cardim.

Era então muito difícil aos conselheiros ultramarinos assegurarem respaldo para as suas posições políticas junto dos primeiros monarcas brigantinos. O frustrante conflito que os ditos conselheiros alimentaram com a Companhia Geral do Comércio do Brasil pelo controlo da guerra com os holandeses ilustra bem um processo de afirmação institucional relativamente penoso. À luz do seu regimento, essa afirmação implicava o afastamento formal dos demais tribunais da administração das conquistas, o que criava inevitáveis anticorpos na restante estrutura do aparelho de Estado. Aliás, os próprios monarcas continuariam a não abdicar de bases de aconselhamento alargadas para suportar as suas políticas coloniais, sobretudo em tempo de guerra. Esta prática é confirmada pela forma como se ponderou na corte a paz da Holanda, um processo que envolveu a emissão de pareceres por parte da generalidade dos principais tribunais do reino¹⁵.

A construção da centralidade do Conselho Ultramarino no âmbito da administração das conquistas foi portanto um processo lento mas bastante evidente, nomeadamente na gestão de certas matérias relacionadas com a dimensão política da guerra.

1.1. O Conselho Ultramarino e o provimento de oficiais da tropa regular na América: algumas notas sobre disposições regimentais

Um modo de captar a crescente influência do Conselho Ultramarino no sistema político brigantino passa por rastrear, ainda que de forma provisória, a sua capacidade de controlar o provimento de postos militares¹⁶ na América portuguesa.

¹² Fernando Dores COSTA, «O Conselho de Guerra como lugar de poder: delimitação da sua autoridade», *Análise Social*, Vol. XLIV, n.º 191, 2009, pp. 379-414.

¹³ Pedro CARDIM, «A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal na segunda metade de Seiscentos», *Tempo*, n.º 13, 2002, p. 33.

¹⁴ E. S. BARROS, op. cit.

¹⁵ ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA [ACL], *Série Azul*, n.º 443, fls. 169, parecer do sétimo conde de Odemira, Francisco de Faro Noronha; 179, consulta do Conselho da Fazenda; 187, consulta da Mesa da Consciência e Ordens; 197, consulta do Desembargo do Paço, 217-223.

¹⁶ A definição de postos militares aqui adoptada exclui os postos de cariz mais político (como era o caso de governadores ou capitães-mores de capitania), ainda que a fronteira entre uns e outros seja por vezes muito difusa.

No âmbito específico das rivalidades cortesãs, a pesquisa de Fernando Dorés Costa mostrou que o Conselho Ultramarino suplantou o Conselho de Guerra no que diz respeito à capacidade de prover postos militares nas conquistas¹⁷. Note-se que as disposições inscritas no regimento do Conselho de Guerra legitimavam a ambição, que este último tribunal depressa manifestou, de participar no processo de selecção dos oficiais das tropas pagas das conquistas.

Por outro lado, e ainda no que toca ao provimento de postos militares, existem sinais que sugerem uma gradual limitação do poder do governador-geral do Brasil, igualmente em favor do Conselho Ultramarino. Ao contrário do que sucedeu com o provimento das ordenanças, que conservou a sua dimensão essencialmente local (chegando a Lisboa apenas o pedido de confirmação), o procedimento observado a respeito da escolha de oficiais das tropas pagas seguiu uma lógica administrativa que não dispensava a intervenção do Conselho Ultramarino e do próprio rei.

Tal asserção carece de posterior investigação (sobretudo de uma indispensável quantificação), mas a sequência de disposições regimentais despachadas para a Bahia desde 1640 não deixa dúvidas.

De acordo com informações prestadas pelo conde de Óbidos, segundo vice-rei do Brasil, o marquês de Montalvão teria seguido para o Brasil com jurisdição para prover, por patente sua, todos os postos militares daquele Estado¹⁸, algo que teria também sido concedido a Francisco Barreto de Meneses, enquanto mestre-de-campo-general do Brasil. Todavia, em 1653¹⁹, D. João IV mandou observar na América portuguesa o Regimento das Fronteiras, que estipulava que nenhum oficial de capitão para cima podia assentar praça ou receber soldo sem patente assinada pelo próprio rei²⁰. Para desagrado dos governadores-gerais, isto significava que a nomeação de todos os oficiais superiores que recebessem soldo teria de passar por Lisboa, ou seja, pela mesa do Conselho Ultramarino.

A resistência oferecida ao cumprimento de tais disposições não surpreende e chegou a envolver trocas de insultos (entre o conde de Óbidos e os conselheiros ultramarinos)²¹, mas a Coroa permaneceu irredutível na sua pretensão de cercear a margem de manobra dos seus administradores coloniais. Por carta régia, de 13 de Março de 1664, D. Afonso VI proibiu o conde de Óbidos de prover postos de guerra²².

¹⁷ F. D. COSTA, «O Conselho de Guerra», cit., pp. 394-397.

¹⁸ Carta do vice-rei do Brasil, conde de Óbidos, de 30 de Dezembro de 1665. *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Vol. 9, 1929, pp. 217-218.

¹⁹ Esta informação foi recolhida na consulta do Conselho Ultramarino de 24 de Novembro de 1683. *Documentos Históricos*, cit., Vol. 88, pp. 286-289.

²⁰ Regimento das Fronteiras (1645), Capítulo XII. José Justino de Andrade SILVA, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, [1640-1647], Lisboa, J. J. Silva, 1856, p. 276.

²¹ Consulta do Conselho Ultramarino de 9 de Junho de 1664. ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO [AHU], *Conselho Ultramarino*, Códice 16, fls. 119v-120v.

²² Carta régia de 13 de Março de 1664. *Documentos Históricos*, cit., Vol. 66, pp. 295-296.

Poucos anos depois, em Março de 1671, novamente através de uma carta régia, o príncipe regente, D. Pedro, reorganizou as jurisdições no seguimento dos diplomas anteriores. Ao governador-geral do Brasil Afonso Furtado de Mendonça, futuro visconde de Barbacena, era exigido que propusesse:

três sujeitos de merecimento, serviços e partes em cada um dos postos de guerra que vagarem, de Mestre de Campo para baixo, e o mesmo fareis aos capitães e cabos que vagarem dos fortes, seguindo na dita proposição o que os Regimentos das Fronteiras deste Reino e Governadores das Armas das Províncias deles, e as ditas proposições remeteréis ao meu Conselho Ultramarino, para por ele se me consultarem e eu resolver o que for servido²³.

Na prática, a confirmação do procedimento concursal constituía um mecanismo grandemente controlado pelos conselheiros ultramarinos. Importa recordar que as listas enviadas pelo governador não tinham um carácter vinculativo (ao contrário do que acontecia no reino às listas enviadas para o Conselho de Guerra)²⁴, devendo os conselheiros proceder à afixação de editais nas portas do Conselho Ultramarino, medida que alargava o universo dos candidatos. A ponderação dos merecimentos, realizada posteriormente, incluía quer os nomes propostos pelos governadores, quer todos aqueles que apresentavam os papéis em Lisboa, ao secretário do Conselho.

O favorecimento implícito do Conselho Ultramarino veiculado por tal disposição não deve causar espanto. Na verdade, a carta régia em causa baseou-se numa resolução saída de uma junta onde esteve presente o influente primeiro duque de Cadaval, então presidente do Conselho Ultramarino²⁵.

O Regimento do governador-geral do Brasil, de 1677, concedido a Roque da Costa Barreto, não fez mais do que consolidar o sentido das disposições enviadas nos anos precedentes. O governador-geral era livre de prover localmente, e por patente sua, os postos de guerra (ainda que não fique claro no articulado do documento se se tratava apenas de milícias), mas apenas em condições de guerra viva²⁶. Em circunstâncias normais, os provimentos de oficiais das tropas regulares não deveriam escapar ao procedimento concursal, necessariamente aberto para o preenchimento de postos vagos.

Pretendia-se que a intervenção do governador-geral fosse limitada mesmo no quadro da ocupação temporária dos postos vagos (enquanto o rei não escolhesse os oficiais consultados pelo Conselho Ultramarino). A falta do coronel devia ser suprida pelo sargento-mor do Terço, a falta do sargento-

²³ Carta régia de 4 de Março de 1671. *Documentos Históricos*, cit., Vol. 7, p. 120.

²⁴ Consulta do Conselho Ultramarino, de 7 de Outubro de 1675. *Documentos Históricos*, cit., Vol. 88, pp. 50-53.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ Regimento de Roque da Costa Barreto (1677), Capítulos 38, 40 e 41. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo V, 1885, pp. 331-332.

-mor devia ser colmatada pelo capitão mais antigo, e a falta de capitão devia ser temporariamente preenchida pelo alferes da companhia. É neste quadro que ganha muito sentido o comentário crítico, acima citado, do segundo marquês de Fronteira, que considerava o Conselho Ultramarino um tribunal isento do domínio da Coroa, por não admitir sociedade nos negócios das conquistas.

1.2. O Conselho Ultramarino como canal de comunicação privilegiado

As décadas de 1660 e sobretudo de 1670 parecem corresponder a um período de um certo vigor político do Conselho Ultramarino, que se pode confirmar nos sucessos alcançados sobre tribunais rivais, mesmo quando estes tinham uma preeminência institucional superior. Assim aconteceu com o Conselho de Guerra e assim terá acontecido, pelo menos em parte, com o Desembargo do Paço.

Não obstante ter sido derrotado nas nomeações para os lugares de letras das partes ultramarinas²⁷, o Conselho terá conseguido gradualmente diminuir o volume de ingerências do Paço na administração da justiça nas conquistas. A este respeito, a redução de consultas especificamente orientadas para censurar o papel desempenhado por aquele tribunal sugere o êxito da iniciativa desencadeada pelo Conselho Ultramarino²⁸. Não sem dificuldades, os conselheiros ultramarinos delimitaram as fronteiras da influência do Desembargo do Paço, argumentando (sabidamente) os prejuízos sofridos pelo rei, pelo tribunal e pelas partes com a falta de observância do circuito burocrático do império²⁹, do qual o Paço não fazia parte.

Não obstante o relativo insucesso, desde a década de 1640 que se procurava oficializar o Conselho Ultramarino como canal de comunicação privilegiado para as conquistas. Logo em 1647, D. João IV ordenou ao governador-geral do Brasil que canalizasse para o novo tribunal todos os assuntos de guerra, fazenda e justiça³⁰, instruções renovadas pela carta régia de 25 de Maio de 1662 e pela provisão de 18 de Setembro de 1668³¹. Em 1677, esse papel de intermediário entre Lisboa e as partes ultramarinas foi reiterado

²⁷ Depois de uma longa hesitação, D. João IV concedeu ao Desembargo do Paço o direito de consultar os lugares de letras do império (12 de Novembro de 1653). AHU, *Conselho Ultramarino*, Códice 15, fl. 75.

²⁸ AHU, *Conselho Ultramarino*, Códices 13 a 18.

²⁹ Consulta do Conselho Ultramarino, de 23 de Julho de 1665. AHU, *Conselho Ultramarino*, Códice 16, fls. 127v-128.

³⁰ Resolução de 7 de Março de 1647. Virgínia RAU e Maria Gomes da SILVA, *Os Manuscritos do Arquivo da Casa do Cadaval Respeitantes ao Brasil*, Coimbra, Universidade de Coimbra, Vol. I, 1956-1958, Doc. 108, p. 58.

³¹ Regimento que trouxe Roque da Costa Barreto, mestre de campo general, em data de 23 de Janeiro de 1677, com várias observações feitas pelo actual Vice-Rei, e Capitão General de Mar e de Terra do Estado do Brasil, D. Fernando José Portugal..., Capítulo 55. BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, 09, 02, 026.

no Capítulo 55 do Regimento concedido ao novo governador-geral do Brasil, Roque da Costa Barreto. Para além de exigir, uma vez mais, a canalização para o Conselho Ultramarino de todos os assuntos, o Regimento determinava que o governador-geral e os mais ministros do Brasil só cumprissem as ordens passadas por via do mesmo Conselho³². Naturalmente, o articulado previa excepções. A Secretaria de Estado conservou-se como pólo de um circuito alternativo de correspondência e a Mesa da Consciência e Ordens continuou a tutelar as matérias relacionadas com «o eclesiástico, defuntos e ausentes».

Não muitos anos depois, a capitania do Rio de Janeiro seria dotada de disposições regimentais similares. O novo governador da capitania foi claramente alertado para a necessidade de cumprimento dessas exigências:

Sereis advertido que todos os negócios de justiça, guerra e fazenda me haveis de dar conta pelo meu Conselho Ultramarino, aonde honde [*sic*] vir as ordens dirigidas, a quem privativamente tocam todas as matérias e o mesmo advertireis aos Ministros de vossa jurisdição, e assim vós como eles não cumprireis as ordens que forem passadas por outros Tribunais³³.

A consolidação institucional do Conselho Ultramarino ter-se-á repercutido na sua efectiva capacidade de escrutinar e controlar a acção dos governos ultramarinos, pelo que começaram então a ser evidentes os sinais de uma crescente antinomia entre aquele tribunal e os administradores coloniais, os quais revelavam natural indisponibilidade para abdicar da margem de manobra que então conservavam e que, de acordo com Francisco Cosentino, remontava ao período filipino³⁴. No âmbito do desenvolvimento conexo e conflituante das esferas de influência da administração central e da administração periférica da Coroa, assistir-se-ia a um pequeno reajuste na política colonial definida em Lisboa, olhado com muita desconfiança pelo governador-geral, na Bahia. A correspondência do primeiro conde de Óbidos, D. Vasco de Mascarenhas, segundo vice-rei do Brasil (1663-1667), ilustra bem o sentido das suas preocupações com o que considerava ser a ambição do Conselho Ultramarino e a forma como esta minava a sua autoridade. Por exemplo, a 7 de Abril de 1664, em carta dirigida a Pedro Melo, governador do Rio de Janeiro (1662-1666), D. Vasco de Mascarenhas referiu: «ainda Vossa Senhoria se admirará mais do Conselho Ultramarino se lhe forem presentes outras razões, por que em todas as matérias, como por obrigação, quer diminuir a autoridade do governo do Brasil»³⁵.

³² Regimento de Roque da Costa Barreto (1677), Capítulo 55. *Revista do Instituto*, cit., p. 339.

³³ Regimento do governador do Rio de Janeiro, de 7 de Janeiro de 1679, Capítulo 25. *Revista do Instituto*, cit., p. 108.

³⁴ Francisco Carlos COSENTINO, *Governadores-gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII)*, São Paulo, Annablume, 2009, pp. 236-243.

³⁵ Carta do conde de Óbidos para o Rio de Janeiro, de 7 de Abril de 1664. *Documentos Históricos*, cit., Vol. 6, p. 31.

1.3. 1671: O Conselho Ultramarino e a redefinição de funções na logística militar do império

Na gestão dos aspectos financeiros e logísticos inerentes à defesa do império, o favorecimento do Conselho Ultramarino foi bastante evidente. Em Novembro de 1671, e com o objectivo de garantir, com armas, artilharia, munições, pólvora e fardas, o socorro atempado das conquistas, a Coroa entregou aos ministros ultramarinos a administração da generalidade dos rendimentos provenientes dos domínios³⁶. Daí em diante, e com a excepção dos diminutos cabedais da Índia e das contribuições para os pagamentos do dote da rainha de Inglaterra e da paz da Holanda, as receitas geradas nas conquistas e destinadas a Lisboa seriam canalizadas para o Conselho Ultramarino, que deveria aplicá-las na defesa dessas mesmas conquistas³⁷. A medida não fez, significativamente, menção aos rendimentos administrados pelas câmaras e aplicados ao sustento da infantaria, porque esses não eram naturalmente encaminhados para o reino.

Pelo menos numa primeira fase, visava-se sobretudo o produto dos contratos da pesca da baleia, da dízima (na parte que não estava consignada ao pagamento da folha civil e da folha eclesiástica) e do sal. Algum tempo depois, foi anexada parte do rendimento das alfândegas do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Por último, em 1694, e na sequência das representações do primeiro conde de Alvor, D. Francisco de Távora (presidente do Conselho Ultramarino entre 1693 e 1705³⁸), foram acrescentados três contos de réis, a retirar anualmente do rendimento da Alfândega de Lisboa³⁹. Ainda que um tanto esquecida, esta alteração correspondeu a uma mudança muito significativa na estrutura política e administrativa do império português. Por um lado, estabeleceu implicitamente uma articulação directa e oficial entre a rentabilidade dos territórios ultramarinos e o dispositivo militar que lhes era concedido (no contexto de uma monarquia pluricontinental). Por outro, fez convergir, num mesmo tribunal (Conselho Ultramarino), as competências de carácter mais político-militar com a administração financeira e logística dos territórios ultramarinos. Ao fim de quase trinta anos de actividade, o Conselho criado por D. João IV libertava-se dos constrangimentos impostos pelo seu regimento, que o deixavam à mercê dos ministros do Conselho da Fazenda.

³⁶ V. RAU e M. G. SILVA, op. cit., Vol. I, Doc. 595, p. 437.

³⁷ Consulta do Conselho Ultramarino ao regente D. Pedro, de 8 de Janeiro de 1676. AHU, *Conselho Ultramarino*, Conselho Ultramarino [089], Cx. 1, Doc. 62.

³⁸ Afonso ZUQUETE, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, 3.^a ed., Vol. 2, Lisboa, Zairol, 2000, pp. 272-273.

³⁹ Em 1721 o marquês de Fronteira ainda se referia a este processo com evidente desagrado e como testemunho do poder do Conselho Ultramarino. Cópia de uma carta para o marquês de Fronteira, de 23 de Outubro de 1721. ANTT, *Arquivos particulares, Casa Fronteira e Alorna*, n.º 245 («Vários pareceres do marquês de Fronteira»).

Importa recordar que a criação do Conselho Ultramarino, em 1642, não impôs o imediato afastamento do Conselho da Fazenda do grupo de tribunais que participavam, de algum modo, na administração das conquistas. Porque por este último Conselho continuaram a correr os rendimentos ultramarinos que davam entrada no reino, a ele, através da Repartição da Índia e Armazéns, caberia proceder ao apresto de socorros para as conquistas, como até aí se tinha feito. Explicava o Regimento de 14 de Julho de 1642 que, a partir das resoluções tomadas sobre as consultas do Conselho Ultramarino, se mandaria «avisar ao Conselho da Fazenda, a quem toca fazer gastos, e despesas, para por sua via se dar execução ao que se assentar»⁴⁰. Na prática, o Conselho Ultramarino deveria assegurar a conservação das conquistas através de recursos controlados por outro tribunal, o que foi alterado em 1671.

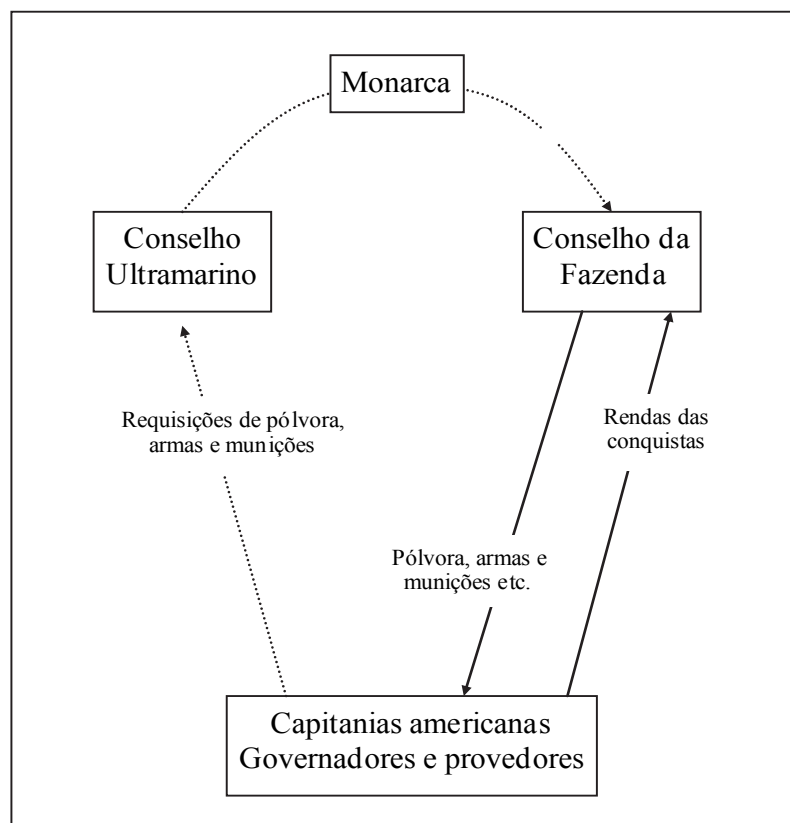


Fig. 1 – Fornecimento de materiais bélicos para as conquistas.
Circuito administrativo e financeiro, 1642-1671

Ao desanexar aquelas receitas, D. Pedro extinguiu a função que sustentava a participação do Conselho da Fazenda nos negócios ultramarinos. Simultaneamente, esse afastamento do Conselho da Fazenda garantiu aos conselheiros ultramarinos uma autonomia jurisdicional em assuntos de guerra, no império, sem paralelo no reino. Recorde-se que em Portugal as competências políticas, financeiras e militares se encontravam distribuídas

⁴⁰ Regimento do Conselho Ultramarino, Capítulo V. J. J. SILVA, op. cit., p. 152.

por vários tribunais e repartições, nomeadamente o Conselho de Guerra, o Conselho da Fazenda, a Junta dos Três Estados ou a Contadoria Geral da Guerra.

É difícil dissociar as vitórias obtidas pelo Conselho Ultramarino da preeminência política de alguns dos seus presidentes, muito em especial do primeiro duque de Cadaval. A nomeação de D. Nuno Álvares Pereira de Melo (um dos principais conspiradores do golpe de 1667, que depôs D. Afonso VI⁴¹) para a presidência do Conselho, em 1670, parece até sugerir um propósito: o reforço do poder daquele tribunal no sistema político dos Braganças. De resto, é esse o sentido das palavras do embaixador português em Roma, Gaspar de Abreu de Freitas, que em carta ao duque referiu: «bem era necessário a autoridade de um Príncipe tão Grande como Vossa Excelência para poder restituir aquele tribunal [Conselho Ultramarino] ao esplendor que teve»⁴².

2. A Repartição da Índia e Armazéns e o seu vedor

Três anos depois da redistribuição de funções acima descrita (1671), a Coroa decidiu regulamentar a actividade de uma das principais repartições do Conselho da Fazenda: a Repartição da Índia e Armazéns⁴³. Este órgão correspondia fisicamente a um espaço de grandes dimensões, que, entre outras actividades, tutelava a Ribeira (das Naus), onde se construíam, aparelhavam e reparavam os navios do rei⁴⁴ e onde se leccionava a Aula do Cosmógrafo-Mor. Tratava-se, por isso mesmo, de um espaço muito ligado à exploração régia da Rota do Cabo.

O esforço de normalização da actividade dos Armazéns deixava clara a subordinação dos seus muitos oficiais ao Conselho da Fazenda, desde o provedor dos Armazéns ao porteiro da Ribeira. O regimento referia expressamente que o provedor e os demais oficiais estavam obrigados a guardar todos os «despachos do dito Conselho, sendo assinados ao menos por três Ministros dele»⁴⁵.

Os procedimentos deveriam ser ratificados na mesa de despacho do Conselho da Fazenda, muito em especial quando se tratava de efectuar paga-

⁴¹ Maria Paula Marçal LOURENÇO, *D. Pedro II – O Pacífico (1648-1706)*, Lisboa, Temas e Debates, 2010, p. 126.

⁴² Ana Maria de Oliveira ANTUNES, *D. Nuno Álvares Pereira de Melo, 1.º Duque de Cadaval (1638-1727)*, Vol. 1, dissertação de mestrado, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1997, p. 71.

⁴³ Sobre a restante estrutura e organização do Conselho da Fazenda, ver António FRAZÃO e Maria do Céu FILIPE, *O Conselho da Fazenda – Inventário e Estudo Institucional*, Lisboa, ANTT, 1995, pp. 50-63.

⁴⁴ Nos Armazéns também se aparelhavam e reparavam navios de particulares (e mesmo de mestres estrangeiros). L. F. COSTA, *Naus e galeões*, cit., p. 292.

⁴⁵ Regimento das coisas mais comuns e gerais aos oficiais dos Armazéns, Capítulo IV. José Roberto Monteiro de Campos Coelho SOUSA, *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes*, Tomo III, Lisboa, Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1785, pp. 1 e ss.

mentos. Por exemplo, no caso de pagamento a fornecedores dos Armazéns, o processo iniciava-se quando os almoxarifes assumiam como «receita» os materiais e mantimentos que recebiam das partes (os fornecedores). A seguir, esses oficiais tinham de entregar «conhecimentos em forma» (comprovativos), para posterior reembolso. Feito o registo pelo contador, o processo era despachado pelo provedor dos Armazéns. Subia, por fim, à mesa do Conselho da Fazenda, que, mediante da regularidade da operação, autorizava o pagamento da despesa assumida. Este pagamento era feito pelo tesoureiro dos Armazéns, para onde seguiam em «direitura» as consignações destinadas ao funcionamento da Repartição⁴⁶. O pagamento das gentes de mar e de guerra das armadas seguia tramitação semelhante.

2.1. Recursos financeiros dos Armazéns

Segundo informações prestadas pelo segundo marquês de Fronteira a D. João V, em 1711, e que aqui se seguem de perto⁴⁷, as fontes de financiamento da Repartição dos Armazéns eram muito diminutas, sobretudo em tempos de guerra. Além disso, uma boa parte delas destinava-se ao cumprimento de outros compromissos entretanto assumidos pela Coroa.

Os rendimentos dos almoxarifados, e em particular o do azeite, que deveriam constituir uma receita segura, foram, na prática, desanexados dos Armazéns por via do assentamento de tenças e juros. Destino semelhante teve o rendimento das Lezírias, completamente absorvido pelas muitas mercês que ali se tinham assentado. O almoxarifado dos vinhos foi em grande medida destinado à satisfação das despesas da Casa da Rainha. O rendimento do sal de Setúbal também tinha sido desanexado das receitas dos Armazéns aquando da paz com as Províncias Unidas. Os rendimentos provenientes das alfândegas (portos secos e tabaco) eram muito irregulares, especialmente em tempo de guerra, já que a sua cobrança se tornava mais difícil.

Um rendimento tradicional e essencial provinha da Casa dos Sincos, espaço onde se negociavam as fazendas introduzidas em Lisboa «por terra ou pelo rio [Tejo] abaixo, e não [...] pela barra ou foz dele»⁴⁸. Porém, tal receita tinha sido retirada por alturas da Pragmática de 1668. D. Fernando de Mascarenhas queixou-se então de que, apesar de reintroduzidos os panos grosseiros, não foi restituído aos Armazéns o produto da taxa que de novo se passou a cobrar na Casa dos Sincos.

⁴⁶ Regimento para o tesoureiro dos Armazéns, Capítulo IV. J. R. M. C. C. SOUSA, op. cit., Tomo III, pp. 22-31.

⁴⁷ Informações de 15 de Maio de 1711 e de 28 de Julho de 1712. Ambas em ANTT, *Arquivos particulares, Casa Fronteira e Alorna*, n.º 245 («Vários pareceres do marquês de Fronteira»).

⁴⁸ Regimento da Casa dos Sincos, Capítulo II. J. R. M. C. C. SOUSA, op. cit., Tomo II, pp. 256 e ss.

O rendimento proveniente do Consulado⁴⁹ seria provavelmente a fonte de financiamento mais estável, e era composto pelos direitos de marinhagem (cobrados aos navios que trouxessem açúcar, tabaco e couros do Brasil), pela contribuição das confrarias de mareantes de Lisboa, Ribatejo e restante costa; pelo rendimento do tabaco aplicado à artilharia (35 contos de réis), e por uma parte substancial da consignação das Torres.

No quadro específico da Guerra da Sucessão de Espanha (1702-1713), e na imediata sequência da chegada de D. Fernando de Mascarenhas à vedoria dos Armazéns, D. João V adicionou outras consignações àquela Repartição: os rendimentos da Lezíria da corte (região agrícola muito fértil situada no vale do Tejo), do cunho da moeda e uma parte da ajuda financeira holandesa. Todavia, naquele momento, e mais uma vez segundo o próprio marquês de Fronteira, o proveito foi quase nulo. Por um lado, o rendimento da Lezíria da corte, para além de diminuto, estava dependente da rapidez com que se poderia «reduzir a dinheiro» a produção agrícola⁵⁰. Por outro lado, os 200 mil florins que o conde de Tarouca deveria encaminhar para Lisboa (para os Armazéns), e que faziam parte do plano de ajuda financeira negociada em 1703 por Schonenberg, embaixador holandês em Lisboa, estavam naturalmente dependentes da boa vontade dos Estados Gerais⁵¹. Contudo, e certamente para desagrado de D. Fernando de Mascarenhas, os neerlandeses estiveram longe de cumprir o acordado⁵². Por último, os 100 mil cruzados respeitantes ao cunho da moeda foram quase integralmente entregues ao tesoureiro da Junta dos Três Estados, que tinha de fazer frente às despesas militares na fronteira do reino.

Quanto a outras fontes de financiamento dos Armazéns, importa ainda acrescentar que o rendimento do comboio das frotas do Brasil só foi absorvido em 1720, na sequência da extinção da Junta do Comércio⁵³. Nas suas informações, o marquês de Fronteira não faz uma referência específica ao produto de vendas de navios ou fretes, o que parece confirmar a irrelevância destas nas receitas globais dos Armazéns. De resto, isso ajusta-se ao padrão do século XVI detectado por Leonor Freire Costa⁵⁴.

⁴⁹ O imposto do Consulado foi instituído em 1593, especificamente para custear a armada costeira do reino. O Consulado gozou, durante alguns anos, de grande autonomia, enquanto tribunal, todavia, em 1602, foi integrado na estrutura maior da Repartição dos Armazéns. Gastão de Melo MATOS, *Notícias do Terço da Armada Real (1618-1707)*, Lisboa, Imprensa da Armada, 1932, pp. 10-11.

⁵⁰ Informação de 28 de Julho de 1712. ANTT, *Arquivos particulares, Casa Fronteira e Alorna*, n.º 245 («Vários pareceres do marquês de Fronteira»).

⁵¹ Alan David FRANCIS, *The First Peninsular War, 1702-1713*, London/Tonbridge, Ernest Benn, 1975, pp. 59-81.

⁵² *Idem*, p. 77.

⁵³ Alvará de 1 de Fevereiro de 1720. *Documentos Históricos*, cit., Vol. 80, pp. 261-269.

⁵⁴ L. F. COSTA, *Naus e galeões*, cit., p. 297.

2.2. Vedor dos Armazéns: recrutamento social e perfil funcional

No âmbito do sistema polissinodal brigantino, o cargo de vedor da Fazenda (no caso da Repartição da Índia e Armazéns) corresponderia a uma posição de primeira importância. O estatuto aristocrático das figuras que exerceram esse cargo desde 1675 até 1733 confirma a relevância simbólica e política do lugar. Entre 1675⁵⁵ e 1687 foi vedor da Fazenda dos Armazéns o terceiro conde de Ericeira, personagem historicamente associada à célebre conjuntura de fomento industrial de final de Seiscentos⁵⁶. Quando D. Luís de Meneses ficou incapacitado, em 1688 (morreu em 1690), o cargo passou para o primeiro marquês de Alegrete⁵⁷, que, desta forma, acumulou dois cargos, pois já era vedor da Fazenda da Repartição dos Contos desde 1672⁵⁸. Em 1701 seguiu-se o segundo conde de Sarzedas, que, no entanto, só ocupou o lugar por alguns meses⁵⁹. Nesse mesmo ano de 1701 foi nomeado um ex-vice-rei da Índia, o segundo conde de Vila Verde (depois primeiro marquês de Angeja)⁶⁰, que ocupou o lugar até 1710, quando o cargo passou a ser desempenhado pelo marquês de Fronteira (tratou-se de uma permuta, já que Vila Verde foi substituir Fronteira no governo das armas do Alentejo⁶¹). D. Fernando de Mascarenhas, por sua vez, ficou à frente da Repartição dos Armazéns até 1728, altura em que o cargo passou para o primeiro marquês de Abrantes⁶² (falecido em 1733).

Uma das incumbências principais do vedor dos Armazéns consistia na administração das armadas do rei. Não se tratava apenas, no entanto, da superintendência da construção, reparação e aparelhagem de navios em vários estaleiros do reino. A correspondência do conde de Ericeira com Francisco Lamberto, que dirigiu os estaleiros de Lordelo do Ouro em meados da década de 1670, mostra que as competências do vedor dos Armazéns iam um pouco mais longe. Na verdade, esta função compreendia a coordenação

⁵⁵ A. ZUQUETE, op. cit., Vol. 2, pp. 560-561.

⁵⁶ Ver, entre outros, Jorge Borges de MACEDO, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII*, Lisboa, Querco, 1982; José Vicente SERRÃO, «A indústria», in António Manuel Hespanha (coord.), *História de Portugal*, Vol. IV, cit., pp. 83-89; e José Raimundo Correia de ALMEIDA, «Uma experiência frustrada de proto-industrialização: a implantação de uma manufatura de lonas na Fábrica de Galeões da Ribeira do Ouro-Porto (1677-79) vista através de cartas de Francisco Lamberto ao 3.º Conde da Ericeira», separata da *Revista Nova História*, n.º 314, 1985.

⁵⁷ Conde de POVOLIDE, *Portugal, Lisboa e a Corte nos Reinados de D. Pedro II e D. João V – Memórias Históricas de Tristão da Cunha de Ataíde 1.º Conde de Povolide*, Lisboa, Chaves Ferreira Publicações, 1990, p. 144.

⁵⁸ A. ZUQUETE, op. cit., Vol. 2, p. 222.

⁵⁹ C. POVOLIDE, *Portugal, Lisboa e a Corte nos Reinados*, cit., p. 144.

⁶⁰ *Idem*, p. 145.

⁶¹ António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 3.ª ed., Tomo VIII, Lisboa, QuidNovi, Público, Academia Portuguesa de História, 2007, p. 52.

⁶² ANTT, *Chancelaria de D. João V*, Livro 71, fl. 119v.

geral da actividade da Armada Real⁶³. O vedor teria de assegurar a prontidão dos navios de guarda costa (do reino) e dos navios que partiam para a Índia, tarefa muito complexa, não só por causa de um financiamento inadequado, mas também porque o recrutamento de tripulações se revelava especialmente difícil⁶⁴. De resto, tais dificuldades reproduziam um padrão que se verificava também no recrutamento para o Exército⁶⁵.

Como qualquer outra área da administração, o governo da Armada Real não estava imune às dinâmicas políticas de um sistema institucional particularmente propenso aos conflitos jurisdicionais e aos choques de precedências⁶⁶. Entre o fim de Seiscentos e o início de Setecentos, os detentores dos cargos de vedor dos Armazéns e de capitão-general da Armada disputaram entre si o mesmo espaço de intervenção. As ambições em jogo eram em parte suportadas pela indefinição regimental, apenas resolvida em definitivo em 1757⁶⁷. Ambos teriam autonomia para passar ordens à Armada Real, mas, aparentemente, o cariz mais civil do cargo de vedor dos Armazéns deixá-lo-ia em desvantagem numa conjuntura de guerra. Isso mesmo aconteceu nos finais de 1701, quando o já aqui referido marquês de Alegrete, vedor dos Armazéns, e o segundo conde de São Vicente, capitão-general da Armada entre 1698 e 1726⁶⁸, se envolveram num conflito pelo governo dos navios que deveriam proteger a entrada do Tejo. O marquês de Alegrete, ainda que admitisse não estar à altura daquela função, por não ser militar, referiu «que não haveria de ser ele o que perdesse aquela prerrogativa e privilégio dos Vedores da Fazenda da Repartição dos Armazéns»⁶⁹. A persistência do impasse, não obstante o apoio de D. Pedro II à pretensão do conde de São Vicente, levou Fernando Teles da Silva a abdicar do cargo de vedor dos Armazéns. O conde de Sarzedas, que lhe tomou o lugar, renunciou quase de imediato pelo mesmo motivo. Só Vila Verde aceitou o cargo sem o comando daquela armada, que se subordinou ao conde de São Vicente⁷⁰.

⁶³ J. R. C. ALMEIDA, op. cit.

⁶⁴ Francisco Lamberto chega a falar em «conquista de marinheiros». Carta de Francisco Lamberto para o conde de Ericeira, de 8 de Junho de 1680. ACL, *Série Azul*, n.º 309, fl. 226.

⁶⁵ Ver, entre outros títulos do mesmo autor, F. D. COSTA, *Insubmissão – Aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII*, Lisboa, ICS, 2010.

⁶⁶ N. G. MONTEIRO, «Identificação», cit.

⁶⁷ Decreto de 23 de Julho de 1757. BIBLIOTECA CENTRAL DA MARINHA – ARQUIVO HISTÓRICO [BCM-AH], 6-VII-3-6, Livro 532, fls. 3v-4; ANTT, *Conselho da Fazenda*, Livro 345, fl. 73; e António Delgado da SILVA, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a Última Compilação das Ordenações, Suplemento à Legislação de 1750 a 1762*, Lisboa, Typografia Maignense, 1842, pp. 462-463.

⁶⁸ Miguel Carlos de Távora tornou-se segundo conde de São Vicente quando se casou com D. Maria Caetana da Cunha, herdeira do primeiro conde. A. C. SOUSA, op. cit., Tomo V, pp. 131-132.

⁶⁹ C. POVOLIDE, op. cit., p. 144.

⁷⁰ *Idem*, p. 145.

A disputa pelo governo dos navios do rei podia tornar-se mais intensa se o vedor dos Armazéns fosse também um militar de carreira⁷¹, como era o caso do segundo marquês de Fronteira. Em 1719, por exemplo, verificou-se um confronto entre D. Fernando de Mascarenhas e Miguel Carlos de Távora, porque discordavam abertamente quer do teor das ordens que deveriam seguir para a frota que se dirigia ao Atlântico Sul, quer da protecção a conceder à frota que regressava da Bahia. Aparentemente, este não foi um caso isolado, muito pelo contrário. De resto, a recorrência de tais episódios confirma-se no parecer emitido pelo duque de Cadaval. D. Nuno Álvares Pereira de Melo escreveu ao secretário de Estado, Diogo Mendonça Corte Real: «Estes dois Fidalgos sempre andam em piques e repiques que só servem de embaraço aos Reis e confusão aos Ministros⁷².»

A coexistência institucional entre o vedor dos Armazéns e o capitão-general da Armada também era particularmente afectada pela questão das nomeações e provimentos. Como documentação posterior parece sugerir⁷³, caberia ao capitão-general da Armada propor ao rei, via Conselho de Guerra, todos os provimentos de oficiais que serviam na Armada Real (que serviam no Terço da Armada). Cabia também ao capitão-general da Armada propor ao rei, por via da Secretaria de Estado, os oficiais que julgava mais capacitados para o comando dos navios de guerra da Coroa. Contudo, sabemos que o exercício exclusivo de tal poder estava longe de ser um dado adquirido. Por exemplo, alguma da correspondência do vedor dos Armazéns na década de 1670 revela que, por intermédio do conde de Ericeira, também se sancionavam nomeações de oficiais para os navios de guerra⁷⁴.

Já durante o século XVIII, e no seguimento da extinção da Junta do Comércio, em 1720⁷⁵, o marquês de Fronteira quis reservar para si o privilégio de propor os comandantes dos navios de guerra, outrora despachados (e nomeados) pela Junta do Comércio. Suportava a sua ambição lembrando o papel que cabia agora à sua Repartição. Ao sucederem à Junta na obri-

⁷¹ A distinção que aqui se estabelece justifica-se, sobretudo se se tomar em consideração a trajectória dos indivíduos, que pode ser mais ou menos marcial. Isto não obsta a pertinência do argumento defendido por Fernando Dores Costa, que questiona a centralidade da aristo-cracia na condução efectiva da guerra. F. D. COSTA, «A Nobreza é uma elite militar? O caso Cantanhede-Marialva em 1658-1665», in Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha (org.), *Optima Pars – Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, Lisboa, ICS, 2005, pp. 169-190.

⁷² Parecer do duque do Cadaval enviado a Diogo Mendonça Corte Real, de 9 de Novembro de 1719. V. RAU e M. G. SILVA, op. cit., Vol. II, Doc. 332, pp. 243-244.

⁷³ Especialmente o decreto de 23 de Julho de 1757 (BCM-AH, 6-VII-3-6, Livro 532, fls. 3v-4); e carta do capitão-general da Armada, D. João «da Bemposta» (filho do infante D. Francisco e primo de D. José I), de 3 de Agosto de 1778, incluída na consulta do Conselho de Guerra de 31 de Agosto de 1778. ANTT, *Conselho de Guerra [CG]*, Consultas do Conselho de Guerra, Maço 170, Cx. 815.

⁷⁴ Carta de Francisco Lamberto para o conde de Ericeira, de 24 de Junho de 1677. J. R. C. ALMEIDA, op. cit., pp. 32-33.

⁷⁵ Alvará de 1 de Fevereiro de 1720. *Documentos Históricos*, cit., Vol. 80, pp. 261-269.

gação de proteger as frotas no Atlântico, os Armazéns deveriam herdar a mesma jurisdição, muito especialmente no que dizia respeito à proposição de comandantes. O conde de São Vicente, por seu turno, defendia que o fim da Junta do Comércio implicava apenas o alargamento da sua autoridade. A sua jurisdição de capitão-general da Armada, que à partida lhe garantia o privilégio de propor os comandantes dos navios da Coroa, deveria estender-se às viagens antes efectuadas sob a tutela da Junta, na medida em que desaparecera a distinção entre navios do rei e navios da Junta. Agora eram todos navios da Coroa, não se justificando portanto a persistência de dois mecanismos de nomeação. Neste sentido, não espanta o desagrado do capitão-general, quando viu já formalizada a indigitação dos comandantes dos navios que nesse ano de 1720 se preparavam para escoltar as frotas. De pronto, avisou o secretário de Estado, Diogo Mendonça Corte Real, de que ia fazer a «deixação do posto de General»⁷⁶.

Importa notar que esta oposição se terá esbatido ao longo do reinado de D. João V, o que talvez explique a necessidade da já referida rectificação de competências imposta por D. José I, em 1757⁷⁷. Numa consulta do Conselho de Guerra, datada de 3 de Agosto de 1778, período muito posterior ao que aqui se analisa, encontra-se uma carta de D. João «da Bemposta», filho do infante D. Francisco, e sobrinho de D. João V⁷⁸, que permite, de alguma forma, perceber a evolução paralela dos cargos trabalhados. Nesse documento, D. João, que foi capitão-general da Armada durante 23 anos (1757-1780), esclarece que o seu tio deixava vago aquele cargo com muita frequência, fazendo transitar as suas funções para o vedor da Repartição dos Armazéns⁷⁹. E, de facto, tudo parece indicar que, depois da morte de Miguel Carlos de Távora, conde de São Vicente, só se terá voltado a entregar o cargo de capitão-general da Armada ao primeiro conde de Alva, D. João de Sousa Ataíde, em 1735⁸⁰, que o exerceu por um curtíssimo período de tempo⁸¹.

⁷⁶ C. POVOLIDE, op. cit., pp. 327-328.

⁷⁷ Decreto de 23 de Julho de 1757. BCM-AH, 6-VII-3-6, Livro 532, fls. 3v-4.

⁷⁸ Para além de capitão-general da Armada durante 23 anos, D. João foi também mordomo-mor, conselheiro de Estado e Guerra. Entre várias mercês, D. José I garantiu-lhe precedência sobre todos os titulares nas funções de corte. Casou-se com a quarta marquesa de Abrantes no mesmo ano em que D. Maria Margarida de Lorena foi elevada a duquesa (1757), o que permitiu a D. João usufruir das honras de duque. A. ZUQUETE, op. cit., Vol. 1, p. 563, e Vol. 2, p. 206. Morreu a 23 de Outubro de 1780. BCM-AH, Cx. 1116, Quartel-General de Marinha (1757-1812).

⁷⁹ Carta do capitão-general da Armada, D. João «da Bemposta», de 3 de Agosto de 1778, incluída na consulta do Conselho de Guerra de 31 de Agosto de 1778. ANTT, CG, Consultas do Conselho de Guerra, Maço 170, Cx. 815.

⁸⁰ Decreto de 5 de Abril de 1735. Cláudio CHABY, *Synopse dos decretos remetidos ao extinto Conselho de Guerra desde o estabelecimento d'este tribunal em 11 de Dezembro de 1640, até à sua extinção decretada em o 1.º de Julho de 1834...*, Vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874.

⁸¹ BCM-AH, Cx. 1283-2, «Extracto do expediente da Secretaria de Estado da Marinha sobre o governo da Armada Real». Os avisos e ordens do conde de Alva reportam-se apenas ao ano de 1739.

2.3. A vedoria dos Armazéns e a Secretaria de Estado da Marinha: linhas de continuidade?

A carta acima referida de D. João «da Bemposta», quando interpretada à luz de outras fontes, fornece dados muito sugestivos acerca da evolução mais geral do sistema político português na segunda metade do reinado de D. João V. A ideia de mutação silenciosa pré-pombalina, defendida por vários investigadores⁸², parece encontrar alguma sustentação na passagem de testemunho aparentemente ocorrida no governo dos navios da Coroa.

Segundo D. João «da Bemposta», as funções de capitão-general da Armada eram também desempenhadas pelo secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, em particular por Francisco Xavier de Mendonça Furtado (irmão do marquês de Pombal), significativamente investido de poderes de inspector e vedor da Repartição dos Armazéns. Estabeleceu-se, portanto, uma linha de continuidade formal entre o lugar de vedor da Fazenda, cuja origem remontava ao século XVI, e um cargo político mais moderno, criado em 1736.

Poderia tratar-se de uma inovação especificamente pombalina, porém, existem sinais que contrariam essa ideia. Na verdade, mesmo antes de Mendonça Furtado exercer o cargo de inspector e de vedor dos Armazéns (e, por vezes, as funções de capitão-general), são os nomes dos seus antecessores na Secretaria que se encontram com frequência na documentação referente ao governo da Armada no Atlântico. Primeiro, António Guedes Pereira, entre 1739 e 1746⁸³; depois, Marco António Azevedo Coutinho, entre 1746 e 1750 (em resultado do adoecimento do primeiro secretário de Estado da Marinha); mais tarde, Diogo Mendonça Corte Real (filho do secretário de Estado de D. João V), entre 1750 e 1756; e, por fim, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, entre 1756 e 1760⁸⁴.

Isto quer dizer que os secretários de Estado da Marinha exerciam funções tradicionalmente desempenhadas pelos vedores da Repartição dos Armazéns, pelo menos desde meados da década de 1730. Dera-se uma espécie de passagem de testemunho informal, que de alguma forma se confirma no ritmo de nomeações para o cargo de vedor da Repartição dos Armazéns. De facto, no segundo quartel do século XVIII, e depois de ter sido renovado ao marquês de Fronteira, em 1725⁸⁵, e concedido ao primeiro marquês de

⁸² Ver, por exemplo, Luís Ferrand de ALMEIDA, «O absolutismo de D. João V», in *Páginas Dispersas – estudos de história moderna de Portugal*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1995, pp. 183-201; e Nuno Gonçalo, N. G. MONTEIRO, *D. José – Na sombra de Pombal*, Lisboa, Temas e Debates, 2008, pp. 39-47.

⁸³ Perante a impossibilidade de António Guedes Pereira, que só tomara posse em 1739, estas responsabilidades couberam a Diogo Mendonça Corte Real.

⁸⁴ BCM-AH, Cx. 1283-2, «Extracto do Expediente da Secretaria de Estado da Marinha sobre o governo da Armada Real».

⁸⁵ ANTT, *Chancelaria de D. João V*, Livro 67, fl. 297v.

Abrantes, em 1727⁸⁶ (falecido em 1733), o cargo só volta a aparecer na documentação em 1749, quando foi atribuído ao segundo marquês de Abrantes⁸⁷ (falecido em 1756⁸⁸).

2.4. O segundo marquês de Fronteira, vedor dos Armazéns (1710-1728): trajetória e serviços na monarquia

Durante muitos anos, os conflitos jurisdicionais alimentados pelo vedor dos Armazéns e pelo capitão-general da Armada tiveram somente uma expressão reinícola. De facto, a disputa pelo governo político e militar das armadas do rei encontrava-se então directamente relacionada com os limites inscritos na área de actuação dos navios da Coroa, e esses eram bem reduzidos. Ao contrário do protagonismo atlântico da Junta do Comércio, os navios da Coroa navegavam sempre nas proximidades do reino e estavam fundamentalmente orientados para a supressão do corso e da pirataria⁸⁹. Em poucos anos, tudo isto mudaria.

Como se verá, a defesa do Brasil e do seu comércio, ao exigir o reforço do dispositivo naval português, desencadeou o inevitável alargamento geográfico da jurisdição do vedor dos Armazéns (e do seu rival, o capitão-general da Armada). Por via da participação na defesa do Brasil, a sua esfera de influência ganhou uma súbita dimensão atlântica que rapidamente encontrou resistências. Todavia, antes de prosseguir na definição dos contornos políticos da reconfiguração da defesa do Brasil, cabe aqui dedicar alguma atenção a uma figura que desempenhou um papel fundamental em todo este processo: o já várias vezes referido segundo marquês de Fronteira.

D. Fernando de Mascarenhas nasceu em 1655, no seio de uma das casas aristocráticas mais intimamente ligadas à Guerra da Restauração. Não se tratava de uma obscura casa de província que se viu subitamente catapultada para os corredores do poder da nova corte brigantina. Na verdade, o condado da Torre constituía uma das 46 casas titulares portuguesas existentes à data do rompimento com Madrid, e uma das 27 que se manteve fiel ao golpe de 1 de Dezembro de 1640⁹⁰.

O primeiro conde da Torre depressa tirou vantagens de um movimento político que lhe terá parecido irresistível. Em Dezembro de 1640, D. Fernando de Mascarenhas (homónimo do seu neto) encontrava-se preso, por ordem de Madrid, no Forte de São Julião da Barra, em Oeiras. Era então responsabilizado pela derrota imposta à armada luso-castelhana pelo almirante holandês Jacob Huygens, numa batalha que se desenrolou ao largo de Pernambuco

⁸⁶ *Idem*, Livro 71, fl. 119v.

⁸⁷ *Idem*, Livro 118, fl. 211.

⁸⁸ A. ZUQUETE, op. cit., Vol. 2, p. 205.

⁸⁹ G. M. MATOS, op. cit., p. 80.

⁹⁰ Dados recolhidos em N. G. MONTEIRO, «Aristocracia de corte da dinastia de Bragança», in António Manuel Hespanha (coord.), *História de Portugal*, Vol. IV, cit., pp. 323-326.

entre 12 e 17 de Janeiro de 1640⁹¹. O êxito da negociação que empreendeu com o comandante do forte/prisão, no sentido de este se render a D. João IV, valeu-lhe a gratidão do novo monarca, que o nomeou presidente do Senado da Câmara de Lisboa e conselheiro de Estado. Em 1642, D. Fernando foi ainda investido de poderes especiais na condução política da Guerra da Restauração, concedidos com o intuito de debelar os conflitos de jurisdição que se tinham instalado entre os generais no Alentejo⁹², o que confirmava o estatuto especial do conde da Torre na corte de D. João IV.

A morte do conde da Torre em 1651, quando o seu filho, D. João de Mascarenhas, tinha apenas 17 anos, não terá certamente contribuído para o reforço da posição do novo titular da casa na corte de D. João IV. Contudo, a participação de D. João de Mascarenhas, enquanto mestre-de-campo-general, nas importantes batalhas do Ameixial (1663) e de Montes Claros (1665), acabou por se reflectir na preeminência política progressivamente alcançada por este ramo dos Mascarenhas. Na verdade, no início da década de 1670, e para desagrado de casas rivais, o conde da Torre tornara-se um dos principais conselheiros do príncipe regente, que recompensou generosamente quer os seus serviços militares, quer o apoio ao golpe palaciano de 1668⁹³. Para além da concessão do título de marquês de Fronteira, em 1670, D. Pedro nomeou-o gentil-homem da sua Câmara e vedor da Fazenda da Repartição da Índia e Armazéns (lugar posteriormente ocupado pelo seu filho)⁹⁴.

A influência cortesã de D. João de Mascarenhas não poderia deixar de repercutir-se favoravelmente na posição do jovem sucessor no marquesado de Fronteira. Como muitos nobres, D. Fernando de Mascarenhas seguiu a carreira militar e, como seria de esperar, serviu nos regimentos da corte. Foi capitão de cavalos e mestre-de-campo de infantaria⁹⁵. Apesar do desaparecimento do seu pai e primeiro marquês de Fronteira, em 1673, o trajecto de D. Fernando não terá sofrido percalços de maior, já que em 1682 foi nomeado governador de uma das naus (*S. António de Olande*) da armada que D. Pedro despachou para Sabóia, com o objectivo de trazer o consorte de Isabel Luísa de Bragança⁹⁶. De resto, o envolvimento de D. Fernando de Mascarenhas em processos de violação de correspondência oficial dos embaixadores de Inglaterra e de Espanha, em 1679⁹⁷, sugere o valimento da sua condição junto de D. Pedro. À partida, o desempenho de tais funções seria compatível apenas com uma relação de absoluta confiança.

⁹¹ Sobre a batalha, ver Max Justo GUEDES, «As Guerras Holandesas no Mar», *História Naval Brasileira*, Vol. 2, Tomo I-a, 1990.

⁹² A. ZUQUETE, op. cit., Vol. 3, p. 441.

⁹³ M. P. M. LOURENÇO, op. cit., p. 125.

⁹⁴ A. ZUQUETE, op. cit., Vol. 2, pp. 623-624.

⁹⁵ A. C. SOUSA, op. cit., Tomo IX, p. 258.

⁹⁶ C. POVOLIDE, op. cit., pp. 120-121.

⁹⁷ A. M. O. ANTUNES, op. cit., Vol. 2, Doc. 53, p. 104.

Não é líquido que D. Fernando de Mascarenhas tivesse conservado tal estatuto junto de D. Pedro II, ao longo das décadas de 1680 e de 1690. De resto, o enfraquecimento da sua condição de cortesão articula-se bem com a sua ausência dos principais círculos políticos que no início de Setecentos discutiam o futuro posicionamento internacional de Lisboa⁹⁸.

A Guerra da Sucessão, desencadeada na fronteira portuguesa em 1704, seria, como sempre, uma oportunidade de lustrar a folha de serviços. D. Fernando de Mascarenhas foi então nomeado general de artilharia e governador das armas da Beira, tendo posteriormente acompanhado o segundo marquês de Minas, D. António Luís de Sousa, na marcha sobre Madrid, em 1706. Nessa campanha, a travessia do Tejo, que permitiu a subsequente conquista de Alcântara, na Estremadura espanhola, deveu-se ao engenho de D. Fernando, que mandou construir uma ponte provisória de embarcações⁹⁹. Segundo Alan David Francis, no universo militar luso, marcado pela inépcia, D. Fernando de Mascarenhas era considerado um dos mais hábeis generais portugueses¹⁰⁰.

A derrota imposta pelo marquês de Bay a D. Fernando e a Lord Galway, na Batalha do Caia, em Maio de 1709, acentuou o ambiente de oposição quase generalizada à guerra¹⁰¹, mas esse desenlace militar não terá sido suficiente para destruir a reputação do então governador das armas do Alentejo. Importa notar que a sua saída do governo daquela província não configurou propriamente uma destituição. Em 1710, segundo António Caetano de Sousa, o rei teria finalmente cedido aos recorrentes pedidos do marquês, que desejava ser desobrigado daquele posto¹⁰². De resto, solicitações semelhantes remontavam ao Verão de 1708, quando o marquês de Fronteira requereu liberdade para agir sem dependência formal do Conselho de Guerra¹⁰³. A sua nomeação para o Conselho de Estado (o principal conselho do reino, aonde subiam as matérias de maior gravidade), a 15 de Setembro de 1711¹⁰⁴, não só demonstra que o desastre do Caia não beliscou de forma grave o prestígio de D. Fernando, como confirma o reforço da sua influência política.

Alguns anos depois, e em reconhecimento das suas aptidões literárias, foi indigitado censor perpétuo da nova Academia Real de História, criada em Dezembro de 1720 por D. João V. De acordo com António Caetano de Sousa,

⁹⁸ Sobre a constituição e alinhamento das principais facções aristocráticas no período que antecedeu a entrada de Portugal na Guerra da Sucessão de Espanha, ver Isabel CLUNY, *O conde de Tarouca e a diplomacia na época moderna*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, pp. 95-109.

⁹⁹ A. D. FRANCIS, *The First Peninsular War*, cit., p. 224.

¹⁰⁰ *Idem*, p. 249.

¹⁰¹ P. CARDIM, «Portugal en la guerra por la sucesión de la Monarquía española», in Francisco García González (coord.), *La Guerra de Sucesión en España y la Batalla de Almansa*, Madrid, Silex, 2009, pp. 251-252.

¹⁰² A. C. SOUSA, op. cit., Tomo VII, p. 52.

¹⁰³ Carta para Diogo Mendonça Corte Real, de 18 de Setembro de 1708 (Estremoz). ANTT, *Arquivos particulares, Casa Fronteira e Alorna*, n.º 249 («Copiador de cartas dirigidas ao secretário de Estado»).

¹⁰⁴ A. C. SOUSA, op. cit., Tomo IX, p. 259.

D. Fernando de Mascarenhas, para além de ser um excelente latinista, escrevia com grande eloquência e elegância¹⁰⁵.

Foi, contudo, enquanto vedor da Repartição dos Armazéns (cargo que ocupou a partir de 2 de Dezembro de 1710) que o marquês de Fronteira captou a atenção historiográfica, mais recente ou mais antiga, que tendeu a valorizar a sua actuação. Testemunhos coevos, como foi o caso do genovês Viganego (espião de Luís XIV em Lisboa), dão conta da sua integridade, desinteresse e capacidade de trabalho¹⁰⁶. Luís Ferrand de Almeida salientou a forma determinada como D. Fernando procurou convencer D. João V das vantagens inerentes à constituição de uma marinha de guerra numerosa. O mesmo autor chamou ainda a atenção para a relação de proximidade que D. Fernando mantinha com D. Francisco, sétimo duque de Beja e irmão do rei, com quem partilhava um gosto especial pelos assuntos da marinha¹⁰⁷.

Não obstante esse acesso privilegiado ao rei e o apoio fornecido por D. Francisco, parece que o diligente D. Fernando de Mascarenhas falhou na concretização do seu objectivo fundamental: dotar a monarquia de uma marinha respeitável que assegurasse a defesa do reino e das suas conquistas¹⁰⁸. Como o quadro abaixo sugere, apesar do aumento no número de embarcações de maior porte (naus ou navios de linha), a Armada Real não terá sido alvo de um processo de revitalização muito acentuado, o que não deixa de ser um pouco estranho. Sublinhe-se que a conjuntura político-militar do início do século XVIII impôs o alargamento da esfera de actuação dos navios da Coroa, subitamente catapultados para a defesa de um espaço muito mais vasto. Ora, de acordo o levantamento efectuado por António Marques Esparteiro, o inevitável incremento do volume de missões não se traduziu num espectacular aumento do número de navios de guerra.

Quadro 1 – Navios de guerra (de maior porte) colocados ao serviço da Coroa ou da Junta do Comércio entre 1689-1730 (por ano de construção ou de compra)

		1689-1709	1710-1730
Navios da Coroa	Naus e navetas	20	28**
	Fragatas	36*	21*
Navios da Junta do Comércio***	Naus e navetas	3	1
	Fragatas	2	0

Fonte: António Marques ESPARTEIRO, *Catálogo dos navios brigantinos (1640-1910)*, Lisboa, Centro de Estudos da Marinha, 1976, pp. 14-33.

Notas: * Inclui vários navios apresados no Estado da Índia, onde esta embarcação era muito comum; ** Inclui quatro navios adquiridos à Holanda; *** Não é de excluir a possibilidade de alguns navios terem mudado de tutela, o que explica, sem dúvida, o reduzido número de navios construídos pela Junta.

¹⁰⁵ *Idem*, p. 259.

¹⁰⁶ L. F. ALMEIDA, «Marinha e progressos técnicos nos princípios do século XVIII: um construtor naval francês em Portugal (1710-1715)», in *Páginas Dispersas*, cit., p. 155.

¹⁰⁷ *Idem*, pp. 155-157.

¹⁰⁸ Parecer do marquês de Fronteira, de 6 de Agosto de 1715. ANTT, *Arquivos particulares, Casa Fronteira e Alorna*, n.º 261 (capilha «Comércio Estrangeiro no Brasil»).

A postura seguida pelo marquês de Fronteira à frente dos Armazéns, frequentemente marcada por uma hostilidade vincada aos obstáculos jurisdicionais que se lhe deparavam, não reflectia uma atitude global de oposição à tradição política do reino. Muito pelo contrário: sucedem-se as argumentações do marquês no sentido de se respeitarem os estilos constitucionais, muito em especial no que dizia respeito às relações entre os tribunais¹⁰⁹. De resto, a sua personalidade era significativamente permeada pela cultura política cortesã, e em particular pelas suas lógicas de classificação. Ficou célebre o episódio que protagonizou com o marquês de Alegrete no Conselho de Estado, em 1720, quando contestaram a precedência concedida ao patriarca¹¹⁰.

Relativamente às estratégias de reprodução seguidas pela casa dos marqueses de Fronteira durante o período em que D. Fernando de Mascarenhas foi seu titular, cabe destacar a sua compatibilidade com o modelo aristocrático prevalecente em Portugal¹¹¹. Destaca-se a particularidade de as alianças matrimoniais ocorrerem todas no quadro de desejada endogamia. O primeiro marquês de Fronteira casou com uma filha não sucessora dos condes de Penaguião; D. Fernando de Mascarenhas casou com a filha não sucessora dos condes de Atouguia; e D. João de Mascarenhas (terceiro marquês de Fronteira) casou com uma filha dos condes de Vila Nova de Portimão.

Esta tentativa de reconstituir em traços gerais a figura do segundo marquês de Fronteira, ficaria por certo mais completa com a decomposição detalhada da sua rede de contactos menos oficiais. Naturalmente, tal ambição não cabe nos propósitos específicos deste artigo. Todavia, importa chamar a atenção (sobretudo tendo em consideração o momento de transição política que no texto se quer captar) para a forma como D. Fernando tirou partido do papel que desempenhava na defesa do Brasil. Pode dizer-se que, num certo sentido, construiu a sua própria rede governativa (para utilizar a expressão de Maria de Fátima Gouvêa)¹¹², de que era uma peça fundamental. A relação que estabeleceu com o provedor-mor da Fazenda da Bahia, Luís Lopes Pegado, constitui um bom exemplo da articulação de interesses particulares com o serviço real.

Para além dos contactos oficiais, os dois homens deram então início a uma correspondência de cariz mais pessoal, que visava a obtenção de benefícios mútuos. Por exemplo, logo no princípio de 1712, um ano depois de ter começado a exercer o cargo de vedor dos Armazéns, D. Fernando de Masca-

¹⁰⁹ Parecer do marquês de Fronteira, provavelmente do período da Guerra da Sucessão de Espanha. ANTT, *Arquivos particulares, Casa Fronteira e Alorna*, n.º 120 («Conselho da Fazenda e Casa da Moeda»).

¹¹⁰ C. POVOLIDE, op. cit., pp. 294-295.

¹¹¹ Sobre o assunto ver N. G. MONTEIRO, *O Crepúsculo dos Grandes – A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, 2.ª ed., Lisboa, INCM, 2003, Parte II.

¹¹² Maria de Fátima Silva GOUVÊA, «Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola (c.1680-1730)», in Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini (org.), *Modos de Governar*, cit., pp. 179-197.

renhas pediu ao provedor-mor da Fazenda da Bahia para servir de comissário da marquesa, sua mulher, que desejava comprar 18 caixas de açúcar¹¹³. A iniciativa terá sido um sucesso, já que Luís Lopes Pegado se tornou correspondente comercial regular dos marqueses de Fronteira naquela capitania. O vínculo clientelar consolidou-se, e em Julho de 1715 foi a vez de Lopes Pegado solicitar um favor ao influente cortesão. D. Fernando de Mascarenhas deveria interferir de modo a convencer D. João V da legitimidade de uma súplica que o monarca recentemente indeferira (no seguimento de uma consulta do Conselho Ultramarino), na qual Luís Lopes Pegado requeria autorização para deixar o filho no seu lugar, sempre que estivesse impedido de o exercer¹¹⁴. Menos de um ano depois, e ainda que não seja possível confirmar a influência do marquês de Fronteira no processo, Luís Lopes Pegado viu o seu requerimento deferido pelo rei¹¹⁵.

3. A Guerra da Sucessão de Espanha e a chegada dos navios da Coroa ao Brasil

Entre a década de 1650 e o início de Setecentos, não saíam para a América portuguesa navios da Coroa propriamente ditos, isto é, não se recorria a navios armados, aparelhados e guarnecidos pela Repartição dos Armazéns nem para defender o comércio atlântico, nem para proteger as costas do Brasil. De facto, excluindo as naus da Carreira da Índia, as naus ou fragatas da Coroa circunscreviam a sua acção à protecção da costa do reino contra o corso berbere; só ocasionalmente, e no sentido de conter as depredações dos mesmos corsários, acompanhavam as frotas no percurso final do seu trajecto pelo Atlântico, garantindo a sua segurança entre os Açores e o reino¹¹⁶.

Tais práticas, regularmente observadas desde o regresso ao reino da Armada que transportou para o Brasil o conde de Vila Pouca de Aguiar¹¹⁷, decorreram de uma opção de política colonial da nova dinastia brigantina, que em 1649 entregou à iniciativa privada a defesa do comércio atlântico¹¹⁸. Daí em diante, e mesmo depois da transformação da Companhia Geral do Comércio do Brasil em Junta do Comércio, Lisboa absteve-se de mandar navios com pavilhão real para a América.

¹¹³ Carta de Luís Lopes Pegado, de 18 de Abril de 1712. ANTT, *Arquivos particulares, Casa Fronteira e Alorna*, n.º 261 («Papéis e pareceres referentes ao Brasil»).

¹¹⁴ Carta de Luís Lopes Pegado, de 11 de Julho de 1715. ANTT, *Arquivos particulares, Casa Fronteira e Alorna*, n.º 261 («Papéis e pareceres referentes ao Brasil»).

¹¹⁵ Despacho de 5 de Junho de 1716, à margem da consulta do Conselho Ultramarino de 28 de Maio de 1716. AHU, *Conselho Ultramarino, Bahia* [005], Cx. 10, Doc. 867.

¹¹⁶ G. M. MATOS, op. cit., p. 80.

¹¹⁷ Sobre a expedição de Vila Pouca de Aguiar, ver G. M. MATOS, op. cit., pp. 46-50.

¹¹⁸ Sobre a constituição da Companhia do Comércio, ver L. F. COSTA, *O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*, Vol. 1, Lisboa, CNCDF, 2002, pp. 477-493.

A Repartição dos Armazéns encontrava-se então oficialmente desligada dos assuntos ultramarinos. De resto, importa notar que esse afastamento foi acentuado pelas medidas que canalizaram a generalidade dos rendimentos gerados nas conquistas atlânticas (1671) para o Conselho Ultramarino, no sentido de este assegurar os meios indispensáveis à defesa terrestre dos territórios.

No mar, nas últimas décadas de Seiscentos, enquanto o perigo não fosse além do curso norte-africano, não haveria razão para promover alterações no dispositivo defensivo. Os recursos navais da Junta do Comércio, financiados através da exploração do contrato do pau-brasil e da concessão de alguns rendimentos provenientes da Alfândega de Lisboa e dos almoxarifados¹¹⁹, constituíam uma resposta proporcional aos perigos existentes.

Esta solução para a defesa das conquistas, e em particular para a defesa do Brasil e do seu comércio, estava contudo dependente de uma condição: a persistência de um quadro internacional favorável. Ou, por outras palavras, estava sujeita ao maior ou menor afastamento de Lisboa dos conflitos europeus. Como notou Jorge Borges de Macedo, a convergência das principais potências em regiões como o Franco-condado, a Flandres, o Palatinado, a Boémia ou a Catalunha contribuiu para assegurar esse desejado distanciamento¹²⁰. Havia, porém, sinais de mudança. Estados periféricos, como Portugal, e as áreas que se encontravam sob sua influência directa (por exemplo, as conquistas americanas) tinham agora cada vez mais dificuldade em se libertarem de pressões externas¹²¹.

Os contornos da gestão diplomática do conflito no Maranhão, encetada por D. Pedro II e por Luís XIV nos últimos anos de Seiscentos, exemplificam os desafios que se passariam a colocar aos Braganças. Este conflito, em particular, no contexto da conflagração geral europeia que se adivinhava inevitável (Carlos II de Espanha ia morrer sem filhos), evidencia claramente a hierarquia de prioridades de Lisboa. A resposta de D. Pedro II à postura de Luís XIV, que, segundo Andrew Szarka, fez implicitamente depender a flexibilidade francesa naquela disputa colonial do apoio português às pretensões borbónicas sobre o trono madrileno¹²², confirma o papel desempenhado pelo Brasil na definição da política externa portuguesa. As negociações mantidas com o embaixador francês, Pierre Rouillé, entre 1700 e 1701, tiveram

¹¹⁹ Perante as dificuldades financeiras da Junta do Comércio, D. Pedro concedeu-lhe os rendimentos de vários almoxarifados. Decreto de 17 de Março de 1694. ANTT, *Arquivos particulares, Casa Fronteira e Alorna*, n.º 245 («Vários pareceres do marquês de Fronteira»). Em 1711 estes rendimentos foram retirados à Junta do Comércio, o que terá certamente contribuído para a sua fragilidade financeira.

¹²⁰ J. B. MACEDO, *História Diplomática Portuguesa – Constantes e Linhas de Força*, 2.ª ed., Lisboa, Tribuna da História, 2006, pp. 244-246.

¹²¹ *Ibidem*.

¹²² Andrew SZARKA, *Portugal, France, and the coming of the War of the Spanish Succession, 1697-1703*, PhD thesis, Michigan University, 1976, p. 132.

como ponto de partida a preservação da esfera de influência portuguesa no Maranhão.

O peso do Brasil e do seu comércio na agenda diplomática lisboeta confirmou-se pouco tempo depois, quando D. Pedro II, impressionado com o ataque da armada anglo-holandesa a Vigo, inverteu a posição internacional de Portugal¹²³. Contar com o apoio borbónico para a defesa dos interesses portugueses no Brasil (foco das preocupações brigantinas), quando estes deixavam a própria Península Ibérica à mercê dos poderes marítimos, parecia uma opção errada. A inevitável passagem para o campo dos aliados (Inglaterra, Holanda e Habsburgos austríacos) concretizou-se mediante um conjunto de garantias oferecidas pelos plenipotenciários presentes em Lisboa desde 1702. Para além de ajuda financeira e de concessões territoriais em Espanha, foi ainda prometida uma rectificação favorável nas fronteiras americanas (no rio da Prata e no Amazonas) e uma esquadra de 12 navios de guerra para proteger os interesses portugueses. Schonenberg, pela Holanda, e Methuen, pela Inglaterra, comprometeram ainda os seus países a respeitar, de forma perpétua, a integridade territorial da monarquia brigantina¹²⁴.

Apesar do acordo, os receios de eventuais expedições marítimas contra as principais cidades americanas não terão desaparecido completamente, conservando-se a protecção naval do Brasil como matéria dominante nas reuniões do Conselho de Estado e das juntas da Secretaria de Estado. A bem-sucedida incursão de Duguay-Trouin sobre o Rio de Janeiro, em 1711, justificou as preocupações dos conselheiros de D. Pedro II e confirmou as dificuldades de coordenação com os aliados. Convém recordar que as intenções do corsário de Saint-Malo não eram de todo desconhecidas, tendo-se mesmo passado ordens ao almirante Leake para que o interceptasse¹²⁵.

Na corte lisboeta, onde a oposição à guerra se acentuava, os conselheiros reunidos no Conselho de Estado e nas juntas da Secretaria de Estado depressa procuraram soluções para prevenir desastres semelhantes. Havia que reforçar o dispositivo defensivo, nomeadamente o número de navios de guerra, o que, por sua vez, implicava o recurso a novas formas de financiamento¹²⁶.

A estrutura institucional da monarquia mostrava-se, porém, desadequada aos novos desafios militares. De facto, o órgão mais directamente relacionado com a defesa do território americano não dispunha de recursos financeiros nem de equipamentos adequados àquela tarefa, a começar pelos navios de guerra. O financiamento da protecção marítima do Brasil ou do

¹²³ A. D. FRANCIS, «Portugal and the Grand Alliance», *Bulletin of the Institute of Historical Research*, Vol. 38, 1965, p. 78.

¹²⁴ A. D. FRANCIS, *The First Peninsular War*, cit., p. 75.

¹²⁵ *Idem*, p. 345.

¹²⁶ Assento do Conselho de Estado, 4 de Outubro de 1711, e assento da junta da Secretaria de Estado, 19 de Outubro de 1711. V. RAU e M. G. SILVA, op. cit., Vol. II, Doc. 124, pp. 80-81, e Vol. II, Doc. 126, pp. 82-83.

seu comércio, ao contrário dos recursos para a defesa terrestre, nunca estivera debaixo da jurisdição do Conselho Ultramarino.

Por seu turno, a Junta do Comércio, que sempre sentira dificuldades em cumprir o seu regimento, no que dizia respeito ao número de navios exigido para a protecção das frotas¹²⁷, mostrava agora sinais de um enfraquecimento político e financeiro que acabaria por se reflectir, necessariamente, na sua capacidade militar. O pior é que tal enfraquecimento parecia ser abertamente sancionado por D. João V, que em 1711 desanexou da Junta o produto do rendimento de vários almoxarifados, concedido aos deputados da Junta pelo seu pai em 1694¹²⁸.

A entrada da Repartição dos Armazéns na administração e em particular na defesa do império tornava-se assim inevitável. Desejando-o ou não, o Conselho da Fazenda passaria a participar activamente na protecção da América portuguesa. Sabemos que a frota que em 1705 zarpou de Lisboa para a América foi escoltada por 12 navios de guerra, seis da Junta, dois ingleses e quatro da Coroa¹²⁹.

3.1. O custeamento dos navios da Coroa: um conflito entre conselhos

A chegada dos navios da Coroa ao Brasil, sob as ordens do vedor dos Armazéns, trouxe forçosamente complicações para a administração militar do território, nomeadamente no que dizia respeito à gestão dos aspectos financeiros e logísticos. O choque de jurisdições subsequente tornou-se de tal forma intenso, que chegou a pôr em causa a existência do próprio Conselho Ultramarino, ilustrando, por certo, a relevância de tal matéria no âmbito da governação das conquistas.

A dinâmica de conflito terá tido início em 1712, quando a falta de uma consignação específica para cobrir os gastos feitos pelas esquadras do conde de São Vicente e do sargento-mor de batalha Gaspar da Costa de Ataíde forçou os provedores da Fazenda da Bahia e do Rio de Janeiro a recorrerem aos rendimentos do Conselho Ultramarino. Estes oficiais socorreram-se precisamente do dinheiro que a referida resolução de 1671 destinara ao Conselho Ultramarino, no sentido de este proceder ao socorro das praças americanas, fornecendo munições, pólvora, armas e fardas para a América. Tratava-se logicamente de um desvio de verbas contrário às disposições regimentais, que os provedores da fazenda procuraram remediar sacando letras sobre o tesoureiro dos Consulados (dependente do Conselho da Fazenda), por quem o Conselho Ultramarino deveria ser indemnizado¹³⁰.

¹²⁷ M. J. GUEDES, «A segurança da navegação nos séculos XVI-XVIII: navios artilhados, frotas e comboios», *História Naval Brasileira*, Vol. 2, Tomo II, 1979, pp. 102-103.

¹²⁸ Decreto de 30 de Dezembro de 1711. ANTT, *Arquivos particulares, Casa Fronteira e Alorna*, n.º 245 («Vários pareceres do marquês de Fronteira»).

¹²⁹ M. J. GUEDES, «A segurança da navegação», cit., p. 104.

¹³⁰ Embora existissem vários tomadores, era ao tesoureiro do Conselho Ultramarino

Tal comportamento foi naturalmente censurado pelo Conselho Ultramarino. A canalização dos seus recursos para o custeamento de uma actividade desenvolvida por um tribunal rival constituía um risco que, a médio prazo, ameaçaria a exclusividade do Conselho na administração militar do território. Se aquele procedimento dos provedores da fazenda se tornasse recorrente, nunca mais os conselheiros ultramarinos poderiam controlar privativamente os recursos de que dispunham para satisfazer a obrigação de defender o Brasil. Na prática, rompia-se a lógica fechada do circuito financeiro controlado pelos conselheiros ultramarinos, indefinidamente comprometido pela inclusão de agentes submetidos ao Conselho da Fazenda, como era o caso do tesoureiro dos Consulados.

O marquês de Fronteira mostrou-se também particularmente insatisfeito com esta situação: o alvo da sua censura não foi, no entanto, o procedimento dos provedores da fazenda. Na verdade, fora o próprio marquês quem transmitira as orientações de se recorrer ao «dinheiro mais pronto que houver», sacando letras sobre o tesoureiro dos Consulados, que posteriormente deveria indemnizar o Conselho Ultramarino¹³¹. Contudo, a despesa realizada com estas esquadras foi muito superior ao que terá sido ponderado por D. Fernando de Mascarenhas. Em vez de alguns meses, os navios da Coroa ficaram no Brasil quase ano e meio, com os seus oficiais, soldados e marinheiros permanentemente em terra (onde os soldos e o aboletamento se tornaram muito dispendiosos). De resto, Luís Lopes Pegado, provedor-mor da Bahia recomendou vivamente restrições à permanência de tripulações dos navios da Coroa em terra. Perante a inexistência de quartéis para aboletar a tropa, ao contrário do que sucedia com os regimentos da Junta do Comércio, o provedor aconselhava que «Sua majestade ordene que nenhuma gente da guarnição das Naus, nem seus oficiais, morem em terra e que a bordo se lhes faça o pagamento dos seus socorros»¹³². Simultaneamente, e perante a pressão que lhe era feita pelo Conselho Ultramarino, pelo vedor dos Armazéns e pelos oficiais dos navios (com quem teve inúmeros conflitos), Luís Lopes Pegado pediu a D. João V que lhe clarificasse a jurisdição e lhe indicasse a quem deveria responder nesta matéria¹³³.

que cabia o grosso dos pagamentos resultantes do saque. Na relação das letras sacadas sobre o tesoureiro dos Consulados, encontram-se referências às propinas para as munições (2.150.000 réis); aos 8% do contrato dos dízimos (14.272.000 réis); a uma «cobrança do ajudante engenheiro do fogo» (100.800 réis); às propinas para os membros do Conselho Ultramarino (431.000 réis); e aos direitos dos escravos vindos da Costa da Mina que pertenciam aos filhos da folha da Ilha de São Tomé (19.856.000 réis). V. RAU e M. G. SILVA, op. cit., Vol. II, p. 86.

¹³¹ Ordem do marquês de Fronteira, de 23 de Março de 1711. V. RAU e M. G. SILVA, op. cit., Vol. II, pp. 73-74.

¹³² Carta de Luís Lopes Pegado para o segundo marquês de Fronteira, de 15 de Abril de 1712. ANTT, *Arquivos particulares, Casa Fronteira e Alorna*, n.º 261 («Papéis e pareceres referentes ao Brasil»).

¹³³ Carta de Luís Lopes Pegado para o rei, de 24 de Outubro de 1712. V. RAU e M. G. SILVA, op. cit., Vol. II, pp. 97-99.

O influente marquês de Fronteira, diante do que apelidou «furiosa, exorbitante despesa» feita na América pelo sargento-mor de batalha, Gaspar da Costa de Ataíde, propôs mesmo a incorporação no Conselho da Fazenda do Conselho Ultramarino e da Junta do Comércio, com crónicas dificuldades para assegurar a protecção às frotas¹³⁴. A ser concretizada, a incorporação implicava a supressão política dos dois primeiros. Para D. Fernando de Mascarenhas, só com a centralização da administração colonial no Conselho da Fazenda, sobretudo na Repartição dos Armazéns, seria possível fazer convergir os múltiplos interesses envolvidos na administração ultramarina.

Naquele momento, o plano de absorção institucional foi rejeitado, mas a sua contemplação nos principais círculos de poder da monarquia, nomeadamente pelo duque de Cadaval, que o identificou como um produto da desmedida ambição de Fronteira¹³⁵, ilustra de algum modo a viabilidade com que foi encarado.

A extinção da Junta do Comércio em 1720 não tornou mais pacífica a coexistência política entre os conselheiros ultramarinos e o vedor dos Armazéns. Em causa esteve quase sempre o pagamento das despesas inerentes à segurança do império, constituindo a defesa do Brasil um enorme desafio para os estilos do sistema polissinodal português, como aliás o fez notar D. Fernando de Mascarenhas, quando referiu que o Conselho Ultramarino

também está obrigado de justiça a pagar esta despesa [custeamento dos navios] porque neste reino se observa inviolavelmente estilo, que passa por Lei, de que a dívida que se contraiu por um tribunal se não pague pelos bens que outro tribunal administra, e como a obrigação de socorrer o Brasil seja como dívida própria do Conselho Ultramarino, não será justo que o Conselho da Fazenda ou os Armazéns se obriguem a fazê-lo, nem a contribuírem graciosamente com os seus navios, e mais gastos que neles fizeram¹³⁶.

Na Repartição dos Armazéns censurava-se abertamente a determinação do Conselho Ultramarino em eximir-se ao pagamento da protecção marítima do Brasil. Numa carta aparentemente escrita por Fernando de Larre, provedor dos Armazéns, dirigida a D. Fernando de Mascarenhas, articulam-se com particular acuidade a defesa do Brasil, a necessidade dos navios da Coroa e a própria sobrevivência do Conselho Ultramarino¹³⁷. Segundo aquele oficial, não deveria fazer «ofensa ao Conselho Ultramarino em

¹³⁴ Proposta do marquês de Fronteira, de 24 de Outubro de 1712. V. RAU e M. G. SILVA, op. cit., Vol. II, Doc. 161, pp. 108-110.

¹³⁵ Parecer do duque de Cadaval sobre a proposta de incorporação do Conselho Ultramarino e da Junta do Comércio na Repartição da Índia e Armazéns, 28 de Novembro de 1712. V. RAU e M. G. SILVA, op. cit., Vol. II, Doc. 164, pp. 110-111.

¹³⁶ Parecer do marquês de Fronteira, provavelmente do período da Guerra da Sucessão de Espanha. ANTT, *Arquivos particulares, Casa Fronteira e Alorna*, n.º 120 (pasta «Conselho da Fazenda e Casa da Moeda»).

¹³⁷ Carta para o marquês de Fronteira, de 23 de Outubro de 1721. ANTT, *Arquivos particulares, Casa Fronteira e Alorna*, n.º 245 («Vários pareceres do marquês de Fronteira»).

pretender[-se] que ele concorresse para as despesas destas Naus, porque sem elas se não podem conservar as conquistas, e perdendo-se estas (o que Deus não permita) caducará com elas o mesmo Conselho Ultramarino». Paralelamente, esse documento pondera os riscos inerentes ao enquadramento funcional herdado pelo Conselho da Fazenda no rescaldo da extinção da Junta do Comércio. O provedor referiu então:

Concordo com V. Ex.^a no receio que tem (por lhe não chamar vaticínio) de que se virão a perder os Armazéns como se perdeu a Junta [...] e ainda aperto mais o argumento por me persuadir que será mais precipitada a sua ruína, se os obrigarem a preparar todos os anos cinco navios para o Brasil só pelo rendimento do comboio no estado em que hoje o vemos, faltando-lhe o pau-brasil que a Junta lograva fazendo menos despesa.

A protecção marítima do império parecia cobrar um preço muito elevado, afectando seriamente a sustentabilidade de qualquer órgão incumbido de a providenciar. Assim acontecera à Junta e assim parecia estar a acontecer à Repartição dos Armazéns.

Perante o que apelidava de «repetidas e injustas declamações do Conselho Ultramarino contra a navegação de que depende a segurança e defesa das conquistas», o marquês de Fronteira procurou colocar os conselheiros ultramarinos numa posição incómoda, questionando-os sobre a conveniência do envio dos navios da Coroa para o Brasil. Na prática, quis saber se os conselheiros consideravam dispensável aquela protecção de que tanto se queixavam. De resto, também questionou se os mesmos conselheiros estavam dispostos a «responder pelo dano que poderá receber o comércio de ficar desamparado e sem guarda costa»¹³⁸.

Era evidente que os argumentos D. Fernando de Mascarenhas associavam os eventuais reveses do império aos descuidos do Conselho Ultramarino. Aquele tribunal, que deveria zelar pela defesa do império, estava a pôr tudo em risco. Convém notar que o marquês de Fronteira parecia não ter dúvidas em atribuir um papel especial à defesa naval de um império sustentado no comércio marítimo. Num dos seus muitos pareceres pode ler-se:

o comércio de mar é incomparavelmente mais importante que o [da] terra, que ilhas, Brasil, Angola e Índia só por navios nos comunicam [...] e porque [se] nos faltarem navios de guerra aquelas conquistas padecerão as calamidades que sabemos ao comércio os insultos que agora experimenta, e parece de rigorosa justiça está obrigado [o rei] a aumentar a sua Armada para defender as suas Conquistas, para favorecer o comércio dos seus vassalos, uma das principais ou a única felicidade que logram as monarquias¹³⁹.

¹³⁸ Parecer (minuta) do marquês de Fronteira, s.d. ANTT, *Arquivos particulares, Casa Fronteira e Alorna*, n.º 245 («Vários pareceres do marquês de Fronteira»).

¹³⁹ *Ibidem*.

O Conselho Ultramarino, por seu turno, não podia ficar indiferente às novidades introduzidas no controlo político e financeiro da defesa da América. Se a chegada dos navios da Coroa ao Brasil levava ao limite a capacidade de resposta dos Armazéns, a fórmula encontrada para superar a despesas que estes faziam deixou frequentemente o Conselho Ultramarino sem meios de proceder ao socorro que lhe era solicitado pelos governadores. Pelo menos até ao início da década de 1730, os provedores da fazenda das capitanias da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro receberam ordens para utilizarem o «dinheiro mais pronto» (em princípio destinado ao Conselho Ultramarino) na assistência aos navios da Coroa, passando letras sobre tesoureiros subordinados ao Conselho da Fazenda, normalmente (mas não de forma exclusiva¹⁴⁰) ao tesoureiro dos Armazéns. Todavia, para desagrado dos conselheiros ultramarinos, nem sempre era possível cobrar a esses oficiais o dinheiro reclamado. Sabemos, por uma consulta de 1732, que o Conselho Ultramarino tinha um crédito enorme sobre a Repartição dos Armazéns, que urgia saldar para se proceder ao despacho de munições e de outros materiais de guerra para as conquistas¹⁴¹.

3.2. Os navios da Coroa no Brasil e a formação de um circuito político paralelo

Com a chegada dos navios da Coroa ao Brasil, aportava também um conjunto de oficiais debaixo de um enquadramento hierárquico relativamente extrínseco à arquitectura de poderes mais tradicional no governo das conquistas, encimada pelos governadores e pelo Conselho Ultramarino. É muito importante recordar a mecânica específica das nomeações dos oficiais que seguiam nesses navios de guerra com destino à América.

A progressão na carreira fazia-se por um processo centrado no Conselho de Guerra, que, como vimos, submetia à apreciação do rei os indivíduos previamente propostos pelo capitão-general da Armada. De resto, parecem não existir diferenças muito significativas entre o provimento destes oficiais e o provimento da generalidade dos oficiais que serviam em regimentos reinícolas. Distinguia-os sobretudo o oficial general que fazia as proposições ao Conselho de Guerra: o capitão-general da Armada, no primeiro caso, e o governador de armas, no segundo¹⁴². A nomeação para o comando dos navios, por sua vez, procedia das propostas feitas pelo capitão-general da Armada (ou pelo vedor da Repartição dos Armazéns) ao rei e canalizadas pela Secretaria de Estado.

¹⁴⁰ Para além das letras que se passaram sobre o tesoureiro dos Consulados, sabemos que por vezes se passavam letras sobre o tesoureiro da Coroa e do Comboio. Carta do marquês de Fronteira para o provedor da Fazenda de Pernambuco, in Marquês de FRONTEIRA, *Cartas do 2.º marquês de Fronteira sobre os negócios do Brasil: 1720-1728*, org. César Pegado e Francisco Morais, Coimbra, Coimbra Editora, 1944, pp. 34-35.

¹⁴¹ Consulta de 8 de Agosto de 1732. AHU, *Conselho Ultramarino*, Códice 23, fl. 115v.

¹⁴² F. D. COSTA, *Insubmissão*, cit., p. 34.

É de sublinhar que o enquadramento funcional destes oficiais não era definido pelo Conselho Ultramarino nem pelos governadores das capitanias. Os seus regimentos eram elaborados pelo capitão-general da Armada, e as ordens que recebiam provinham do vedor dos Armazéns, do secretário de Estado e do mesmo capitão-general da Armada. Por último, acresce que o comando dos navios da Coroa não podia deixar de comprometer estes oficiais com o vedor da Repartição dos Armazéns.

Neste sentido, não será imprudente referir que o recurso aos navios da Coroa e a consequente participação da Repartição dos Armazéns na defesa do Brasil deram vida a um novo circuito político, que introduziu no palco ultramarino um grupo de oficiais submetidos a outra hierarquia. A máquina político-administrativa preexistente passou a coabitar com estes oficiais, cuja lealdade institucional não poderia deixar de se orientar primeiramente para quem os tinha nomeado. Na verdade, a generalidade dos governadores exercia uma autoridade muito difusa sobre os comandantes dos navios da Coroa.

Os conflitos que opuseram os capitães-de-mar-e-guerra Luís Abreu Prego e Manuel Henriques de Noronha, nos finais da década de 1720, ao governador do Rio de Janeiro, Luís Vahia Monteiro, ilustram as dificuldades inerentes aos novos equilíbrios políticos. Henriques de Noronha chegou mesmo a ser detido pelo governador, sob pretexto de impedir a visita da Alfândega à sua fragata; Vahia Monteiro já estaria, contudo, muito irritado com o comandante, que lhe recusara a apresentação do regimento que trouxera de Lisboa¹⁴³. O simples facto de tal episódio ter sido simultaneamente escrutinado e censurado pelos conselheiros ultramarinos¹⁴⁴ e pelo marquês de Fronteira¹⁴⁵ mostra como o governo político-militar da América portuguesa, rompendo com a prática mais tradicional, acabou por apoiar-se em dois canais distintos de comunicação política.

A formação de um circuito de comunicação paralelo, directamente relacionado com a participação dos Armazéns na defesa do Brasil, criou uma nova «janela de ventilação» para Lisboa que reforçou o enfraquecimento do protagonismo político do Conselho Ultramarino. A possibilidade de comunicar oficialmente com o Conselho da Fazenda libertou os agentes da administração periférica da Coroa da subordinação aos conselheiros ultramarinos, a quem estavam de alguma forma sujeitos. A correspondência de D. Pedro Noronha, vice-rei do Brasil entre 1714 e 1718 e primeiro marquês de Angeja, para o marquês de Fronteira ilustra os contornos da situação criada. D. Pedro aproveitou então para declamar contra a altivez dos conselheiros que censuraram abertamente o seu procedimento no apresto das naus da Coroa.

¹⁴³ Carta de Luís Vahia Monteiro, de 17 de Agosto de 1729. *Publicações Históricas do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, n.º 15, 1915, pp. 419-422.

¹⁴⁴ Consulta do Conselho Ultramarino, s.d. *Documentos Históricos*, cit., n.º 94, pp. 43-44.

¹⁴⁵ Carta (minuta) do Marquês de Fronteira para Luís Vahia Monteiro, s.d. ANTT, *Arquivos particulares, Casa Fronteira e Alorna*, n.º 261 («Papéis e pareceres referentes ao Brasil»).

Não sem alguma ironia, referiu: «que galante coisa que sabendo que todas as consignações que El-Rei tem no Brasil pertençam ao Conselho Ultramarino, e que sendo estas de El-Rei, mande o seu tribunal [Conselho Ultramarino] que se não assista às naus do mesmo Senhor». Adiantou também que não tencionava seguir as ordens dos conselheiros; mas, como temia a influência política dos conselheiros, pediu a D. Fernando que não deixasse de o «acudir» junto de D. João V¹⁴⁶.

Isto não significa que os agentes da administração periférica da Coroa não tivessem encontrado dificuldades de adaptação ao quadro político decorrente da chegada dos navios da Coroa ao Brasil, que ficou essencialmente marcado por um conflito de tribunais metropolitanos. Na verdade, esse conflito, que no limite veiculava divergências quanto à distribuição de recursos financeiros para a defesa dos territórios ultramarinos, levou governadores e provedores da fazenda das capitanias americanas a solicitarem a intervenção do monarca. Assim aconteceu no exemplo acima apresentado, quando o provedor-mor do Brasil, Luís Lopes Pegado, pediu para lhe clarificarem a jurisdição e a hierarquia nas matérias de custeamentos dos navios. Ou quando, pelo mesmo motivo, o governador do Rio de Janeiro, Luís Vahia Monteiro, solicitou quer um regimento para a administração da fazenda (semelhante ao que era utilizado na Junta dos Três Estados), quer uma regulamentação para a actividade dos comissários das fragatas¹⁴⁷. O governador achava indispensável controlar estes oficiais, que actuavam entre as provedorias no Brasil e a Repartição dos Armazéns em Lisboa, recebendo dinheiro nas primeiras mas prestando contas na segunda¹⁴⁸.

Conclusão

Antes de mais, destaque-se a importância da protecção marítima do Brasil na política colonial de Lisboa. Foi com certeza uma matéria tão sensível quanto a defesa terrestre, visto que o inimigo mais perigoso chegaria sempre por mar, como aconteceu no Rio de Janeiro, em 1711. Por outro lado, era no mar que as riquezas americanas se encontravam mais expostas às depredações estrangeiras.

A Guerra da Sucessão de Espanha e o indispensável reforço do dispositivo naval no Atlântico confrontaram o sistema político português com

¹⁴⁶ Carta do marquês de Angeja para o marquês de Fronteira, de 24 de Junho de 1714. ANTT, *Arquivos particulares, Casa Fronteira e Alorna*, n.º 261 («Papéis e pareceres referentes ao Brasil»).

¹⁴⁷ Carta de Luís Vahia Monteiro, de 3 de Julho de 1726. *Publicações Históricas*, cit., n.º 15, pp. 88-89 e 135-136.

¹⁴⁸ Este sistema de comissários das fragatas, propostos ao rei pelo vedor da Repartição dos Armazéns, só deixou de constituir um problema em 1753-54, altura em que foi substituído pelos tribunais temporários da Junta das Fragatas. Regimento das Fragatas, de 25 de Julho de 1754. ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, Códice 60, Vol. 29, fls. 44v-50.

um desafio sem precedentes (pelo menos desde a guerra com as Províncias Unidas). Todavia, a possibilidade de esse sistema responder às ameaças navais franco-espanholas no enquadramento institucional prevalecente, entregando ao Conselho Ultramarino alguma forma de coordenação da defesa do espaço oceânico, revelava-se naturalmente impraticável.

No âmbito do perfil de competências do Conselho Ultramarino, não existia qualquer função directamente relacionada com a protecção do Atlântico. O Conselho não dispunha sequer dos equipamentos adequados à tarefa, os próprios navios de guerra. A sua jurisdição militar, consolidada nas últimas décadas de Seiscentos, era extensa mas remetia para outros aspectos, como a logística ou o provimento de postos militares nas conquistas.

Era à Junta do Comércio e à Repartição da Índia e Armazéns que cabia o governo dos navios de guerra e, como tal, foi a estas instituições que se recorreu para defender o espaço americano das investidas francesas. Contudo, no caso da Repartição dos Armazéns, a novidade introduzida provocou reacção imediata. Enquanto a Junta do Comércio pareceu entrar num processo de enfraquecimento sem retorno, a repartição, dirigida pelo marquês de Fronteira, tinha outro peso político e viu a sua esfera de actuação geográfica alargada ao Brasil, para onde se passaram a dirigir os navios da Coroa.

A forma seguida para custear estes navios em território americano deu origem a inevitáveis conflitos entre a Repartição dos Armazéns e o Conselho Ultramarino, o qual não podia tolerar o desvio dos recursos que lhe tinham sido consignados em 1671 (para aplicar à defesa do território propriamente dito), em favor da actividade desenvolvida pela Repartição dos Armazéns na protecção das costas e do comércio atlânticos.

Embora tivesse escapado à extinção que por um breve momento o ameaçou, o Conselho Ultramarino viu a sua preeminência na defesa do Brasil afectada. Em primeiro lugar, porque foi forçado a coexistir com um centro de poder concorrente, que era liderado por um cortesão poderoso e em torno do qual se constituiu um novo circuito político, onde foram inevitavelmente integrados alguns dos mais importantes agentes da administração periférica da Coroa. Em segundo lugar, porque teve de tolerar no território da sua jurisdição um conjunto de oficiais que não lhe estavam directamente subordinados (os comandantes e outros oficiais dos navios de guerra). Em terceiro lugar, porque, na prática, perdeu a autonomia financeira, ficando dependente da capacidade de a Repartição dos Armazéns pagar os gastos feitos pelos navios da Coroa no Brasil.

Por fim, regressa-se à ideia, anteriormente apresentada, que sustenta uma linha de continuidade entre os cargos do vedor dos Armazéns e do futuro secretário de Estado da Marinha. Com efeito, o desaparecimento do primeiro, enquanto posto (entre 1733 e 1749 não foi atribuído), e a criação do segundo, no contexto da reforma das Secretarias de Estado (1736), indiciam, por si só, uma forte ligação entre os dois cargos. A isso se deve juntar o

facto de muitas das funções desempenhadas pelo marquês de Fronteira terem sido posteriormente executadas pelos secretários de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, que assumiram competências na área do governo da Armada Real. De resto, como se salientou, durante o período pombalino, o secretário de Estado da Marinha era inerentemente inspector e vedor dos Armazéns.

Aceitando-se esse argumento, é possível sustentar que o perfil de competências do secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos já se encontrava parcialmente definido desde a Guerra da Sucessão de Espanha. Num certo sentido, a dilatação geográfica da jurisdição do vedor dos Armazéns, ocorrida aquando da chegada dos navios da Coroa ao Brasil, constitui a raiz da vocação ultramarina do cargo ministerial que em parte lhe sucedeu. Essa vocação pressupôs assim uma ligação importante ao governo da marinha do rei, aspecto pouco sublinhado pela historiografia, mas que não deixa de encontrar alguma confirmação na própria denominação da Secretaria.

Fontes Manuscritas

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA [ACL]

Série Azul, n.º 309 e 443

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO [AHU]

Conselho Ultramarino, Códices 13 a 18 e 23

Conselho Ultramarino, Bahia [005], Cx. 10

Conselho Ultramarino, Conselho Ultramarino [089], Cx. 1

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO [ANTT]

Arquivos particulares, Casa Fronteira e Alorna, n.º 120 (pasta Conselho da Fazenda e Casa da Moeda); n.º 245 («Vários pareceres do marquês de Fronteira»); n.º 249 («Copiador de cartas dirigidas ao secretário de Estado»); n.º 261 (capilha «Comércio Estrangeiro no Brasil»); n.º 261 («Papéis e pareceres referentes ao Brasil»)

Chancelaria de D. João V, Livros 67, 71, 118

Conselho da Fazenda, Livro 345

Conselho de Guerra [CG], Consultas do Conselho de Guerra, Maço 170, Cx. 815

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Código 60, Vol. 29

BIBLIOTECA CENTRAL DA MARINHA – ARQUIVO HISTÓRICO [BCM-AH]

6-VII-3-6, Livro 532

Cx. 1116 – Quartel-general de Marinha (1757-1812)

Cx. 1283-2, «Extracto do expediente da Secretaria de Estado da Marinha sobre o governo da Armada Real»

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

Reservados, Códice 1539

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

09, 02, 026

Fontes Impressas e Bibliografia

ALMEIDA, José Raimundo Correia de, «Uma experiência frustrada de proto-industrialização: a implantação de uma manufatura de lonas na Fábrica de Galeões da Ribeira do Ouro-Porto (1677-79) vista através de cartas de Francisco Lamberto ao 3.º Conde da Ericeira», separata da *Revista Nova História*, n.º 314, 1985.

ALMEIDA, Luís Ferrand de, «Marinha e progressos técnicos nos princípios do século XVIII: um construtor naval francês em Portugal (1710-1715)», in *Páginas Dispersas – estudos de história moderna de Portugal*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1995, pp. 153-161.

ALMEIDA, Luís Ferrand de, «O absolutismo de D. João V», in *Páginas Dispersas – estudos de história moderna de Portugal*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1995, pp. 183-201.

ANTUNES, Ana Maria de Oliveira, *D. Nuno Álvares Pereira de Melo, 1.º Duque de Cadaval (1638-1727)*, 2 vols., dissertação de mestrado, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1997.

BARROS, Edval de Souza, *Negócio de Tanta Importância – O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661)*, Lisboa, CHAM, 2008.

CARDIM, Pedro, «O Processo Político (1621-1807)», in António Manuel Hespanha (coord.), *História de Portugal*, Vol. IV, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 401-410.

CARDIM, Pedro, «A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal na segunda metade de Seiscentos», *Tempo*, n.º 13, 2002, pp. 13-57.

CARDIM, Pedro, «Portugal en la guerra por la sucesión de la Monarquía española», in Francisco García González (coord.), *La Guerra de Sucesión en España y la Batalla de Almansa*, Madrid, Silex, 2009, pp. 205-256.

CHABY, Cláudio, *Synopse dos decretos remetidos ao extinto Conselho de Guerra desde o estabelecimento d'este tribunal em 11 de Dezembro de 1640, até à sua extinção decretada em o 1.º de Julho de 1834...*, Vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874.

CLUNY, Isabel, *O conde de Tarouca e a diplomacia na época moderna*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

COSENTINO, Francisco Carlos, *Governadores-gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII)*, São Paulo, Annablume, 2009.

COSTA, Fernando Soares, «A Nobreza é uma elite militar? O caso Cantanhede-Marialva em 1658-1665», in Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha (org.), *Optima Pars – Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, Lisboa, ICS, 2005, pp. 169-190.

COSTA, Fernando Soares, «O Conselho de Guerra como lugar de poder: delimitação da sua autoridade», *Análise Social*, Vol. XLIV, n.º 191, 2009, pp. 379-414.

- COSTA, Fernando Dores, *Insubmissão – Aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII*, Lisboa, ICS, 2010.
- COSTA, Leonor Freire, *Naus e galeões na Ribeira de Lisboa: a construção naval no século XVI para a Rota do Cabo*, Cascais, Patrinomia Historica, 1997.
- COSTA, Leonor Freire, *O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*, 2 vols., Lisboa, CNCDP, 2002.
- Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Vols. 6, 1928; 7, 1929; 9, 1929; 66, 1944; 80, 1948; 88, 1950; 94, 1951.
- ESPARTEIRO, António Marques, *Catálogo dos navios brigantinos (1640-1910)*, Lisboa, Centro de Estudos da Marinha, 1976.
- FRANCIS, Alan David, «Portugal and the Grand Alliance», *Bulletin of the Institute of Historical Research*, Vol. 38, 1965.
- FRANCIS, Alan David, *The First Peninsular War, 1702-1713*, London/Tonbridge, Ernest Benn, 1975.
- FRAZÃO, António e FILIPE, Maria do Céu, *O Conselho da Fazenda – Inventário e Estudo Institucional*, Lisboa, ANTT, 1995.
- FRONTEIRA, marquês de, *Cartas do 2.º marquês de Fronteira sobre os negócios do Brasil: 1720-1728*, org. César Pegado e Francisco Morais, Coimbra, Coimbra Editora, 1944.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, «Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola (c.1680-1730)», in Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini (org.), *Modos de Governar*, São Paulo, Alameda, 2005, pp. 179-197.
- GUEDES, Max Justo, «A segurança da navegação nos séculos XVI-XVIII: navios artilhados, frotas e comboios», *História Naval Brasileira*, Vol. 2, Tomo II, 1979.
- GUEDES, Max Justo, «As Guerras Holandesas no Mar», *História Naval Brasileira*, Vol. 2, Tomo I-a, 1990.
- HESPANHA, António Manuel, *História das Instituições – Época Medieval e Moderna*, Coimbra, Almedina, 1982.
- HESPANHA, António Manuel, «O governo dos Áustrias e a modernização da Constituição portuguesa», *Penélope*, n.º 2, 1989, pp. 50-73.
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *D. Pedro II – O Pacífico (1648-1706)*, Lisboa, Temas e Debates, 2010.
- LUZ, Francisco Paulo Mendes da, «Dois organismos da administração ultramarina no século XVI: a Casa da Índia e os Armazéns de Guiné, Mina e Índia», in Avelino Teixeira da Mota (ed.), *A Viagem de Fernão de Magalhães e a Questão das Molucas. Actas do II Colóquio Luso-Espanhol de História Ultramarina*, Lisboa, JICU, 1975.
- MACEDO, Jorge Borges de, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa, Quercó, 1982.
- MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa – Constantes e Linhas de Força*, 2.ª ed., Lisboa, Tribuna da História, 2006.

- MATOS, Gastão de Melo, *Notícias do Terço da Armada Real (1618-1707)*, Lisboa, Imprensa da Armada, 1932.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «Aristocracia de corte da dinastia de Bragança», in António Manuel Hespanha (coord.), *História de Portugal*, Vol. IV, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 323-333.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «Identificação da política setecentista. Notas sobre Portugal no início do período joanino», *Análise Social*, Vol. XXXV, n.º 157, 2001, pp. 961-987.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *O Crepúsculo dos Grandes – A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, 2.ª ed., Lisboa, INCM, 2003.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «Governadores e capitães-mores do império Atlântico português no século XVIII», in Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini (org.), *Modos de Governar*, São Paulo, Alameda, 2005, pp. 93-115.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José – Na sombra de Pombal*, Lisboa, Temas e Debates, 2008.
- MYRUP, Erik Lars, *To rule from afar*, PhD thesis, Yale, Yale University, 2006.
- OLIVAL, Fernanda, «Mercês, serviços, e circuitos de comunicação no império português», in Maria Emília Madeira dos Santos Manuel Lobato (coord.), *Domínio da Distância*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006, pp. 59-71.
- POVOLIDE, conde de, *Portugal, Lisboa e a Corte nos Reinados de D. Pedro II e D. João V – Memórias Históricas de Tristão da Cunha de Ataíde*, 1.º Conde de Povolide, Lisboa, Chaves Ferreira, 1990.
- Publicações Históricas do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, n.º 15, 1915.
- RAU, Virgínia e SILVA, Maria Gomes da, *Os Manuscritos do Arquivo da Casa do Cadaval Respeitantes ao Brasil*, 2 vols., Coimbra, Universidade de Coimbra, 1956-1958.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo V, 1885, Vol. LXIX, 1908.
- SERRÃO, José Vicente, «A indústria», in António Manuel Hespanha (coord.), *História de Portugal*, Vol. IV, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 83-89.
- SILVA, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a Última Compilação das Ordenações*, Lisboa, Typografia Maignense, 1828-1844.
- SILVA, José Justino de Andrade, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa [1640-1647]*, Lisboa, J. J. Silva, 1856.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *D. João V*, Temas e Debates, Rio de Mouro, 2009.
- SOUSA, António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 3.ª ed., 15 tomos, Lisboa, QuidNovi, Público, Academia Portuguesa de História, 2007.
- SOUSA, José Roberto Monteiro de Campos Coelho, *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes*, 6 tomos, Lisboa, Francisco Borges de Sousa, 1783-1791.
- SZARKA, Andrew, *Portugal, France, and the coming of the War of the Spanish Succession, 1697-1703*, PhD thesis, Michigan University, 1976.
- ZUQUETE, Afonso, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, 3.ª ed., 3 vols., Lisboa, Zairol, 2001.

LIVROS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA CORTE DO RIO DE JANEIRO

por

MARIA BEATRIZ NIZZA DA SILVA *

A análise das bibliotecas particulares no fim do período colonial revela seu carácter pragmático: os livros não se destinavam a uma leitura prazerosa, a ocupação de lazer, mas sim a tornar um indivíduo capaz de exercer adequadamente sua profissão, fosse ela na magistratura, na medicina e cirurgia, ou nas carreiras militares e da Marinha. Se as bibliotecas particulares possuíam tal característica, muito mais ela sobressai nas bibliotecas institucionais, como a da Academia dos Guardas-Marinhas de que aqui se trata e que chegou ao Rio de Janeiro quando a corte portuguesa acompanhou o príncipe regente D. João e a família real na sua saída de um Portugal invadido pelos franceses em 1807.

Em 1782 foi criada uma Companhia dos Guardas-Marinhas, com 48 vagas para jovens fidalgos entre os 14 e os 18 anos; para filhos de oficiais da Marinha; para filhos de oficiais do Exército; e ainda para discípulos da Academia Real da Marinha. Não foi dado logo um Regulamento para esta Companhia, na qual foi criada em 1788 a classe dos aspirantes guardas-marinhas com 24 vagas. Nesse mesmo ano o número dos guardas-marinhas foi aumentado para 60¹.

Só em 1796, pela carta de lei de 1 de Abril, foram estabelecidos os estatutos da Academia Real dos Guardas-Marinhas, baseados nas «observações que desde a sua fundação até agora o tempo tem feito evidentes», e que regulamentavam os estudos a que os jovens estavam obrigados. O curso tinha a duração de três anos, com ênfase na Matemática, que ocupava todo esse tempo. A parte mais prática começava no primeiro ano, com o estudo do Aparelho, ou seja os nomes, posições, figuras e usos dos mastros, masta-réis, vergas e cabos fixos, e aprendia-se «toda a obra volante de marinheiro,

* Universidade de São Paulo.

¹ António Luís Porto e ALBUQUERQUE, «A Academia Real dos Guardas-Marinha», in *História Naval Brasileira*, Vol. 2, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979, pp. 356-357.

exercitando-se em praticar as mesmas obras». Os alunos visitariam a Casa das Velas, «onde vejam e sejam admitidos a praticar quanto pertence a este artigo».

No segundo ano, além dos princípios de Álgebra e suas aplicações à Aritmética e Geometria, e da Mecânica, «com a sua aplicação imediata ao aparelho e manobra», aprenderiam o Desenho de Marinha, «copiando e reduzindo plantas de diferentes costas, baías, enseadas e portos e representando vistas de ilhas, cabos e promontórios». Estudariam ainda a «construção metódica da embarcação». O Desenho mantinha-se no terceiro ano, ao mesmo tempo que os alunos tinham aulas com o lente de Artilharia, que iria com eles «a um lugar próprio onde algumas vezes pratiquem o exercício do fogo». Aprenderiam a montar e desmontar as peças de Artilharia, a encartuchar a pólvora e a fazer diferentes fogos-de-artifício usados a bordo, e finalmente a atacar uma praça marítima. Terminariam os estudos com «a solução dos importantes e diversos problemas da Artilharia Prática, onde se empreguem os princípios matemáticos ali ensinados», os quais, neste último ano, eram a Trigonometria Esférica, a Navegação Teórica e Prática, e uns rudimentos de Tática Naval².

Em 1799 os estatutos foram alterados no sentido de equiparar o curso matemático da Academia Real dos Guardas-Marinhas aquele que era ministrado na Academia Real da Marinha e também se transferiu o ano de embarque a que eram obrigados os estudantes do fim do primeiro ano para quando tivessem terminado o curso matemático³.

A biblioteca foi criada a 1 de Abril de 1802, com os manuscritos e mapas que existiam em Lisboa e que atravessaram o Atlântico. Por um aviso de 5 de Maio de 1808, a Academia foi instalada no hospício do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro com todos os instrumentos, livros, modelos, máquinas, cartas e planos a ela pertencentes⁴. O catálogo da Biblioteca da Academia dos Guardas-Marinhas foi terminado em Abril de 1812, mas a 24 de Julho desse ano foi acrescentada a observação de que estavam pendurados nas paredes alguns mapas gerais geográficos, e também quadros com os retratos de rainhas e príncipes. Depois de concluído o catálogo, restituíram-se à biblioteca, vindos do quartel-general da Marinha, dois atlas e os mapas da América meridional publicados por Arrowsmith⁵. Os títulos das obras eram sempre traduzidos e simplificados, sendo indicados a data da edição e o nome do editor, no sentido setecentista do termo, ou seja, a pessoa que revia e anotava uma obra já publicada ou por si compilada.

² *Ibidem*, pp. 359-360.

³ *Ibidem*, pp. 361-362.

⁴ José Silvestre RIBEIRO, *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia*, tomo 2, Lisboa, 1872.

⁵ Este catálogo manuscrito encontra-se na FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL [FBN], Mss. 7, 4, 92, e tem 31 páginas.

Logo de início, é feita menção no catálogo aos manuscritos ali conservados, uns antigos, extraídos da Torre do Tombo, relativos em grande parte a temas náuticos portugueses; e outros modernos, que tinham vindo da Sociedade Real Marítima, «onde foram entregues por seus autores». Esta Sociedade foi criada em Lisboa por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 1798, com o objetivo de impulsionar «o desenho, a gravura e a impressão de cartas hidrográficas, geográficas e militares» e também de inspirar memórias sobre temas relevantes para o conhecimento do Brasil⁶.

Analizando agora cada uma das classes em que as obras foram agrupadas, constatamos que a relativa às ciências naturais incluía livros destinados a fornecer uma leitura complementar a alunos que não tinham, em seu currículo acadêmico de três anos, matérias como História Natural, Botânica, ou Química, embora a Física estivesse mais próxima de sua rede curricular. Salientam-se as obras de divulgação do padre Louis Cotte: *Lições elementares de História Natural* (1784), *Lições elementares para uso dos adultos* e *Manual de História Natural* (1787). A Botânica incluía edições setecentistas de Lineu (*Prática de Botânica*, *Sistema das Plantas Europeias*, *Filosofia Botânica*, *Delineação Botânica* e *Gêneros das Plantas*) e o *Compêndio de Botânica* do naturalista português mais célebre na época, Félix Avelar Brotero.

Quanto à Química, nota-se a preferência por divulgadores como Chaptal (*Elementos de Química*) e Fourcroy (*Sistema de Elementos Químicos*), ao invés de Lavoisier, que já publicara em 1789 um *Traité élémentaire de Chimie*. Fourcroy teve tal importância no ensino do período joanino, que em 1816 a Imprensa Régia do Rio de Janeiro publicou a segunda edição da sua *Filosofia Química*, traduzida por Manuel Joaquim Henriques de Paiva. Haüy, autor de um *Tratado de Mineralogia*, estava, tal como Fourcroy, muito presente nas bibliotecas do Brasil no início do século XIX.

Certamente por suas maiores afinidades com a formação dos guardas-marinhas, a secção de Física dispunha de 27 títulos, enquanto as outras três continham apenas 17. Chamam a atenção algumas obras mais antigas, que constituíam verdadeiras raridades históricas, como o *Tratado* de Jacques Rohault, um cartesiano acerca do qual Voltaire escreveu em *Le siècle de Louis XIV*: «Resumiu e expôs com clareza e método a filosofia de Descartes, mas hoje esta filosofia, em quase tudo errônea, tem como único mérito ter sido oposta aos antigos erros.»

Como o francês era a língua estrangeira mais conhecida, as obras dos ingleses encontravam-se em geral em edições francesas: Roger Cotes, *Leçons de physique expérimentale, sur l'équilibre des liqueurs et sur la nature et les propriétés de l'air* (1742); Gravesande, *Éléments de Physique, ou introduction à la philosophie de Newton* (1747); e John Theophilus Desaguliers, *Cours de Physique expérimentale* (1751). Mas sabemos, pelas datas de edição, que as

⁶ Ver Andrée Mansuy DINIZ-SILVA, *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, comte de Linhares, 1755-1812*, Tomo II, «L'homme d'État, 1796-1812», Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2006.

obras de George Adams se encontravam em inglês, provavelmente porque ainda não havia delas tradução francesa: *Essays on the microscope, containing: a practical description of the most improved microscopes; a general history of insects, their transformations, peculiar habits and economy; and account of the various species and singular properties of the hydrae and vorticellae* (1787); *An Essay on electricity, explaining the theory and practice of that science and the mode of applying it to medical purposes. With an essay on magnetism* (1787); e *An Essay on vision, briefly explaining the fabric of the eye and the nature of vision* (1789).

Entre os autores franceses, o mais conhecido é sem dúvida o abade Nollet, divulgador da Física nos salões parisienses, que, em suas cartas sobre a eletricidade, examina as descobertas feitas desde 1752, defendendo «o princípio das efluências e afluências simultâneas contra a doutrina do Sr. Franklin». Esta biblioteca possuía *L'art des expériences, ou avis aux amateurs de la physique, sur le choix, la construction et l'usage des instruments, sur la préparation et l'emploi des drogues qui servent aux expériences* (1770); *Recherches sur les causes particulières des phénomènes électriques et sur les effets nuisibles ou avantageux qu'on peut en attendre* (1764); e *Lettres sur l'électricité* (1764). Também Dortous de Mairan, autor do *Tratado físico e histórico da aurora boreal* (1754), conheceu uma certa notoriedade na época, graças a sua correspondência com Malebranche, na qual se mostra seduzido pelas demonstrações de Espinosa.

Outros nomes do catálogo são hoje praticamente desconhecidos, exceto para aqueles especialistas de história das ciências que não se preocupam apenas com os grandes vultos científicos, mas também com indivíduos que, num dado momento histórico, eram considerados sábios por seus contemporâneos: O abade Para du Phanjas publicou, em 1772, *Théorie des êtres sensibles, ou Cours complet de physique spéculative, expérimentale, systématique et géométrique, mise à la portée de tout le monde*, dividida em quatro partes: teoria da matéria e do movimento; teoria da terra, da água, do ar; teoria dos meteoros, da luz, do fogo, da eletricidade; teoria do céu ou astronomia geométrica e astronomia física. Duhamel du Monceau foi o autor, em 1758, de *La Physique des arbres, où il est traité de l'anatomie des plantes et de l'économie végétale*. Saussure compôs em 1783 os *Essais sur l'hygrométrie*, nos quais descrevia um novo higrômetro, elaborava uma teoria da higrometria e outra para a evaporação, aplicando finalmente estas teorias a alguns fenômenos de meteorologia. Das três obras do padre Louis Cotte constantes desta subdivisão, saliento, por seu carácter didático, as *Leçons élémentaires de physique, d'astronomie et de météorologie, par demandes et réponses, à l'usage des enfants*, de 1788.

Como seria de esperar numa biblioteca destinada à formação dos guardas-marinhas, as obras de Matemática (pura e aplicada) são mais numerosas e constituem, com as de ciências e artes navais, o núcleo duro desta coleção.

TABELA 1. Distribuição das obras de Matemática (pura e aplicada)

Áreas	Títulos
Aritmética e Álgebra	25
Cálculo Superior	13
Geometria e Trigonometria	21
Astronomia	35
Mecânica	31
Ótica, Perspectiva e Cronometria	20
Poligrafia das Matemáticas Puras	22
Poligrafia das Matemáticas Mistas	27
Total	144

Se excetuarmos Euler, a bibliografia matemática é predominantemente francesa: Lagrange, Condorcet, Bezout (um dos autores mais utilizados nas academias profissionais portuguesas do início do século XIX), Condillac (apenas a sua *Língua dos Cálculos*), Carnot, Bossut, Clairaut, Lacroix, Lemoine, d'Alembert, Hôpital, Lacaille, são os autores presentes. Mesmo na Astronomia os franceses sobressaem, com La Condamine, *Medição de parte de um meridiano austral*; d'Alembert, *Sistema do Mundo*; Laplace, *Mecânica celeste e Exposição do sistema do mundo*; Lalande, *Astronomia*, para só citar alguns exemplos. Nesta secção, o autor do catálogo introduz uma nota sobre a possibilidade de leituras complementares: «Há também Almanques náuticos de 67 a 73, de 75, 76, 84, 87, e 95 a 804, tudo inclusive, e também conhecimentos de tempos relativos aos anos 86, 88 a 94, e 10.º da República, além dos quais também existem as Efemérides olissiponenses e brasilienses, mais entre os manuscritos alguns que indicam as observações efetuadas no Reino, principalmente no Real Observatório da Marinha em Lisboa, até 1807, e várias memórias astronómicas de Damoiseau, de Monfort, com outros cujos números vão escritos na página dos polígrafos.»

Já na subdivisão Ótica, domina a obra de Newton. Aqui aparecem também um tratado sobre os cronómetros, uma arte de levantar plantas, um livro sobre o uso do compasso de proporção, uma obra sobre as propriedades da marcha da lua, regras de desenho, tratados de perspectiva aérea e linear, etc.

Inseriam-se nos polígrafos obras mais gerais e instrumentos de trabalho e pesquisa como dicionários e enciclopédias. Exemplificando este tipo de informação científica, podemos citar o *Dictionnaire mathématique, ou idée générale des mathématiques*, de Jacques Ozanam, publicado em 1691; o *Dictionnaire universel de mathématique et de physique* (1753), de Alexandre Savérien; e uma enciclopédia matemática, de vários autores, publicada em 1787. Desta lista constam também histórias desta ciência, como a de Montucla, de 1799, *Histoire des mathématiques, dans laquelle on rend compte de leurs progrès depuis leur origine jusqu'à nos jours*.

Algumas obras de polígrafos constam simultaneamente de várias subdivisões e portanto são repetidas ao longo do catálogo, sendo essa repetição sempre assinalada. É interessante reproduzir aqui o conselho dado aos estudantes: «convirá também consultar os cursos de Matemática, tendo aliás na lembrança o curso de estudos para uso da Escola Militar, as memórias das Academias, o resumo das Transações Filosóficas, a Grande Enciclopédia das Artes e Ofícios, as sessões das Escolas Normais, e o Jornal Politécnico»⁷.

As ciências e artes navais incluem a arquitetura naval, a cordoaria, a instalação, ou seja, «a arrumação e o detalhe das coisas e pessoas», e manobras, geografia e hidrografia, pilotagem, tática telegráfica e o governo militar náutico. Esta é na verdade a classe mais importante da biblioteca dos guardas-marinhas: são ao todo 201 obras, embora algumas se encontrem já listadas em outras subdivisões, sobretudo os polígrafos. É também onde deparamos com mais textos anônimos. Vejamos a lista seguinte, com os títulos em português e a data da edição.

Construção dos navios de guerra (1688)
Ordenança naval de Luís XIV (1689)
Mastreção dos navios (1727)
Resumo de pilotagem (1728)
Ordenanças da marinha de Espanha (1748)
Considerações sobre a marinha militar francesa (1756)
História das navegações às terras austrais (1756)
Memória geográfica e crítica sobre os países boreais (1765)
Astronomia dos marítimos (1766)
Ensaio sobre a marinha (1782)
Atlas dos meninos (1784)
Regimento da marinha francesa (1786)
Ordenações navais espanholas (1793)
Navegador oriental (1794)
Dicionário da indústria humana (1801)
Notícia das obras d'Anville (1802)
Piloto completo do canal britânico (1803)
Elementos e prática da Arquitetura naval (1805)
Novo guia do homem do mar (1806)

Também aqui o autor do catálogo acrescenta notas com aconselhamento de leituras a serem feitas pelos estudantes. Depois de listar os livros de Arquitetura Naval, escreve: «Além das obras sobremencionadas, convirá

⁷ A documentação revela que a formação daqueles que pertenciam à Marinha Real passava por várias etapas na Academia e podia ser complementada com a frequência de instituições afins. Um afilhado da condessa das Galveias requereu, em 1820, ser nomeado «voluntário de aviso» para a corte do Rio de Janeiro, alegando «estar plenamente aprovado em todo o curso matemático como igualmente nos estudos do Observatório Real da Marinha». ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO [AHU], *Conselho Ultramarino*, Rio de Janeiro, caixa 286, doc. 20192.

consultar o *Exame marítimo* de D. Jorge Juan, assim no original, como na tradução de Leveque; a *Arte da Marinha* por M. Romme; a *Enciclopédia marítima*, mais a das Artes e Ofícios; os Vocabulários navais; o curso matemático de Bezout; a *História das matemáticas* por Montucla; a da Marinha, e as Memórias das Academias.» Para completar as leituras sobre Geografia e Hidrografia, lembra «o catálogo dos mapas, advertindo que estão depositados no Arquivo Militar, e o dos manuscritos existentes neste depósito», ressaltando entre outros documentos a carta de Pêro Vaz de Caminha ao rei sobre o descobrimento do Brasil, a qual veio a ser publicada pela primeira vez em 1817, na *Corografia Brasílica* do padre Aires de Casal.

A seguir à enumeração das obras de pilotagem, lembra mais uma vez os manuscritos, que surgem numerados para mais fácil localização. Adverte, contudo, ter suprimido a análise dos manuscritos, «a fim de não tornar demasiado longo o estudo desta biblioteca». Finalmente, aconselha a *História Geral das Viagens*, «e entre estas as marítimas, especializando as de Chabert, Cassini, Verdun, La Pérouse, La Billardiére, Vancouver, Marchand e Cook».

Em resumo, sendo este o núcleo fundamental de uma biblioteca especializada para a formação de guardas-marinhas, convém salientar os temas específicos abordados: construção de navios, tratados de mastreação, livros sobre as madeiras mais adequadas à arquitetura naval, uma *Arte do cordoeiro*, uma obra sobre as *Máquinas e manobras usadas a bordo*, e até um tratado sobre a perda do leme.

A literatura de viagens desempenha um papel crucial, bem como os mapas que delas resultaram como os de La Pérouse, publicados entre 1785 e 1788, e os de Vancouver, de 1791. Mais técnica, a secção de pilotagem inclui um método de observar a variação da agulha, tábuas loxadrómicas, ou seja, tábuas de calcular o rumo náutico, uma arte de medir o caminho do navio, tratados de astronomia náutica, tábuas para corrigir as distâncias, tábuas de declinação do sol, tábuas sobre o sextante e o quintante, folhetos sobre o oitante, tábuas de latitudes e longitudes. Não podiam também faltar à formação naval o conhecimento da organização política das marinhas europeias, sobretudo a espanhola e a francesa.

A classe das ciências e artes militares de terra constituía a base dos estudos da Academia Militar e neste catálogo as obras surgem como um complemento, embora suas quantidades sejam significativas.

TABELA 2. Distribuição das obras de ciências e artes militares de terra

Subáreas	Títulos
Artilharia e Cavalaria	24
Engenharia e Infantaria	19
Tática e Governo Militar	25
Total	68

Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, que foi professor da Academia dos Guardas-Marinhas no Rio de Janeiro, continuou a usar estas obras quando passou para a Academia Militar, cuja biblioteca não se encontrava tão bem provida de livros⁸.

A última classe de obras constantes do catálogo que estamos examinando, a Polimatia, revela o cuidado com uma formação mais ampla, e não apenas técnica, dos estudantes. A História também ali tinha seu lugar, desde Políbio até à historiografia mais recente, incluindo biografias, como a tradução francesa do livro de Andrew Kippis, *Vie du capitaine Cook*, publicada em 1789. Muito naturalmente, era dada preferência à história naval, desta vez em inglês. Localizamos, de Isaac Schomberg, *Naval chronology, or An historical summary of naval and maritime events, from the time of the Romans to the treaty of peace*, 1802; e de Robert Beatson, *Naval and military memoirs of Great Britain, from 1727 to 1783* (1802).

Por Literatura entendia-se então estudos de gramática, dicionários de línguas, sobretudo bilingues, elogios de homens célebres como Buffon ou d'Alembert, orações fúnebres. Quanto à secção Miscelânea, salientarei apenas aquelas obras relacionadas com a vida marítima, sem contudo pertencerem a um ramo científico específico. Por exemplo a versão francesa do livro de Stephen Hales, *Instructions pour les mariniers, contenant la manière de rendre l'eau de mer potable, de conserver l'eau douce, le biscuit, le blé, et de saler les animaux* (1740); de Henri-Louis Duhamel du Monceau, *Moyens de conserver la santé aux équipages des vaisseaux, avec la manière de purifier l'air des salles des hôpitaux, et une courte description de l'Hôpital Saint-Louis, à Paris* (1759); de William Turnbull, *The naval surgeon, comprising the entire duties of professional men at sea. To which are subjoined a system of naval surgery, and a compendious pharmacopea* (1806).

A relação de viagens constitui um bloco importante deste catálogo, fossem elas por mar ou por terra, antigas ou modernas. Dado o seu carácter mais científico, e menos concentrado portanto na descrição do exótico, referirei apenas as narrativas da segunda metade do século XVIII e início do século XIX:

Voyage historique de l'Amérique méridionale fait par ordre du roi d'Espagne par Don George Juan... et par Don Antoine de Ulloa... qui contient une histoire des Yncas du Pérou, et les observations astronomiques et physiques, faites pour déterminer la figure et la grandeur de le terre (1752)

Véritable relation de tout ce qui s'est fait et passé au voyage que monsieur de Bretigny fit à l'Amérique occidentale. Avec une description des moeurs, et des pro-

⁸ FBN, Mss. I – 28, 32, 13. Carta de Manuel Ferreira de Araújo Guimarães dirigida a João de Almeida, fazendo uma exposição dos seus trabalhos como lente da Academia Real dos Guardas-Marinhas e mais tarde transferido para a Academia Militar, servindo desde 1808, e dando a relação das matérias que eram ensinadas e dos compêndios que traduziu. Rio de Janeiro, 2 de abril de 1812.

vinces de tous les sauvages de cette grande partie du Cap Nord, un dictionnaire de la langue et un avis très nécessaire à tous ceux qui veulent habiter ou faire habiter ce pays-là, ou qui désirent d'y établir des colonies. Le tout fait sur les lieux par Pierre Boyer, écuyer, sieur du Petit Puy (1754)

John Henry Grose, *Voyage aux Indes orientales par...*, traduit de l'anglais par M. Hernandez (1758)

Joseph-Bernard de Chabert, *Voyage fait par ordre du roi en 1750 et 1751 dans l'Amérique septentrionale, pour rectifier les cartes des côtes de l'Acadie, de l'Île Royale et de l'Île de Terre Neuve, et pour en fixer les principaux points par des observations astronomiques (1759)*

Gerhard Friedrich Müller, *Viagens e descobertas feitas pelos russos (1765)*

John Byron, *Voyage autour du monde fait en 1764 et 1765, sur le vaisseau de guerre anglais Le Dauphin, commandé par le chef d'escadre Byron... traduit de l'anglais par M. R*** (1767)*

Johann Georg Gmelin, *Voyage en Sibérie, contenant la description des mœurs et usages des peuples de ce pays... par... Traduction libre de l'original allemand par M. de Kéralio (1767)*

Louis Antoine Bougainville, *Viagem às Malvinas (1770)*

Jacques Cassini, *Viagem em 1768 relativa aos instrumentos e cartas de navegação (1770)*

Sir Joseph Banks, *Supplément au voyage de M. de Bougainville, ou Journal d'un voyage autour du monde... en 1768, 1769, 1770, 1771 (1772)*

Pierre Claret Fleurieu, *Viagem feita em 1768 e 1769 (1773)*

Georges Vancouver, *Voyage de découvertes à l'océan Pacifique du nord, et autour du monde (1800)*

Billardièrre, *Relation du voyage à la recherche de La Pérouse, fait par ordre de l'Assemblée Constituante, pendant les années 1791, 1792, et pendant la 1^{ère} et la 2^e année de la République Française (1800)*

Sir Alexander Mackenzie, *Voyages from Montreal on the river St. Lawrence, through the continent of North America to the Frozen and Pacific Oceans, in the years 1789 and 1793, with a preliminary account of the rise, progress and present state of the fur trade of that country (1802)*

Em relação a esta última obra, é difícil saber se a biblioteca dos guardas-marinhas tinha a edição inglesa ou sua tradução francesa feita no mesmo ano. A tradução dos títulos em português dificulta a identificação das obras, pois temos como única pista a data da edição. Do mesmo modo, quando são vários os autores, fica por vezes impossível identificar a obra, por exemplo a *Viagem ao Mar do Sul*, pois não conhecemos o local de edição. No caso de uma viagem de Banks e Solander, editada em 1774, sabemos apenas que o editor foi Hawksworth. No caso da terceira viagem de James Cook, esta biblioteca possuía o «original inglês» publicado em 1785.

Até a segunda metade do século XVIII, as principais bibliotecas profissionais coletivas no Brasil pertenciam aos conventos e só com a criação da

Academia Militar e da Academia dos Guardas-Marinhas no Rio de Janeiro é que encontramos ao alcance dos alunos os livros especializados de que necessitavam para seus estudos. O curso completo dos guardas-marinhas durava, como vimos, três anos. Vejamos agora quais eram os compêndios utilizados. No primeiro ano estudavam aritmética, álgebra até às equações de segundo grau, a geometria e a trigonometria pelo livro de Bezout; no segundo a álgebra, a aplicação desta à geometria, o cálculo diferencial e integral e a mecânica, também por Bezout; no terceiro, a ótica e a astronomia pela obra de Lacaille. Os alunos recebiam ainda aulas de artilharia segundo o compêndio de John Müller, que em inglês se intitulava *A Treatise of Artillery... to which is prefixed an introduction, with a theory of powder applied to firearms*.

Eram sete os professores, entre os quais um de Desenho e outro de Aparelho. Contavam-se ainda um instrutor para os exercícios militares e um mestre de esgrima. Segundo Balbi, a média de alunos era 40, sendo admitidos alguns (cerca de 15) que se destinavam apenas à pilotagem e que por essa razão cursavam somente as matérias do primeiro e terceiro anos, não sendo obrigados aos exercícios militares⁹.

Dado o número reduzido daqueles que conseguiam obter uma educação náutica formal, observamos que os jovens que ingressavam na Marinha Real começavam seu aprendizado com a prática obtida em viagens. Um aspirante a guarda-marinha, Francisco Vitorino Xavier de Brito, fez parte da guarnição do brigue de guerra *Glória* que chegou a Lisboa em finais de outubro de 1820, procedente do Maranhão, de onde era natural. Solicitou então lugar em outra embarcação para o Rio de Janeiro, onde se encontrava seu pai, «para ali entrar nos estudos da Academia Real dos Guardas-Marinha»¹⁰.

Que conclusões podemos tirar da análise do conteúdo desta biblioteca? Pelas datas das edições, concluímos que é a cultura científica setecentista que predomina, embora em certos setores mais técnicos se note a preocupação de adquirir obras mais recentes, do início de século XIX. Através das informações fornecidas pelo autor do catálogo, constatamos que havia apenas seis autores do século XVII, 70 cuja morte ocorrera no XVIII e 84 que ainda estavam vivos quando da feitura desta listagem. Trata-se portanto de uma biblioteca atualizada e capaz de fornecer aos alunos os conhecimentos mais recentes em cada uma das áreas científicas e técnicas.

A segunda conclusão é a predominância da língua francesa, mesmo nas obras de autores ingleses, que eram abundantes. Aliás, a rapidez com que se traduzia em França o que era publicado em Inglaterra revela a concorrência científica e técnica entre as duas nações. Quanto à presença de autores portugueses, não se pode dizer que fosse abundante e seus nomes aparecem

⁹ Adrien BALBI, *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres États d'Europe, et suivi d'un coup d'oeil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les portugais des deux hemisphères*, Tomo 2, Paris, 1822, p. 59, nota 1.

¹⁰ AHU, *Conselho Ultramarino*, Rio de Janeiro, caixa 286, doc. 20163.

sobretudo na História e em algumas obras destinadas também aos alunos da Academia Militar, por exemplo, José Fernandes Pinto Alpoim, *Exame de bombeiros* (1748) e *Exame de artilheiros* (1744).

Constam do catálogo algumas obras portuguesas específicas para a marinha: Manuel do Espírito Santo Limpo, *Princípios de tática naval* (1797); José Militão da Mata, *O destro observador, ou método fácil de saber a latitude do mar, sem dependência da observação meridiana... e com uma prefacção analítica sobre os progressos da pilotagem em Portugal* (1788) e *Compêndio do cálculo da latitude no mar pela observação meridiana dos astros* (1789); e Francisco de Paula Travassos, *Explicação da tabuada náutica para o cálculo das longitudes... e indagação das fórmulas que serviram para a sua construção* (1801).

O célebre oratoriano padre Teodoro de Almeida não estava ausente desta biblioteca: nela existiam a *Recreação filosófica, ou diálogo sobre a Filosofia Natural, para instrução de pessoas curiosas que não frequentaram as aulas* (1784) e as *Cartas físico-matemáticas de Teodósio a Eugênio. Para servir de complemento à Recreação filosófica* (1784). Nela existe também um texto raro de Silvestre Pinheiro Ferreira, publicado em 1808 em Amsterdão, quando o autor se encontrava à espera de poder regressar à corte, que já se encontrava no Rio de Janeiro. Ele descobrira na biblioteca do ministro português na Holanda um opúsculo do matemático português José Anastácio da Cunha sobre os princípios da Mecânica e resolveu escrever umas notas sobre a obra, livro esse que aparece na biblioteca dos guardas-marinhas.

E, finalmente, podemos chegar a uma terceira conclusão. Este catálogo pertence a uma época em que as várias áreas científicas e técnicas procuravam elaborar sua linguagem própria e compilar em dicionários e enciclopédias o saber adquirido. Basta citar os seguintes títulos para se ter uma ideia de como as ciências e artes se esforçavam por elaborar uma súmula de fácil consulta, notando-se mesmo alguns dicionários portáteis.

Alexandre Savérien, *Dictionnaire universel de Mathématique et de Physique* (1753)

Alexandre Savérien, *Dictionnaire historique, théorique et pratique de Marine* (1758)

Louis Moreri, *Le grand dictionnaire historique, ou Mélanges curieux de l'histoire sacrée et profane* (1759)

Bernard Forest de Belidor, *Dictionnaire portatif de l'ingénieur et de l'artilleur, composé originairement par feu M. Belidor... Nouvelle édition totalement changée, refondue... par Charles Antoine Jombert* (1768)

Abade Pierre Jaubert, *Dictionnaire raisonné universel des arts et métiers, contenant l'histoire, la description, la police des fabriques et manufactures de France et des pays étrangers (par P. Macquer)... Nouvelle édition... revue et mise en ordre par M. l'abbé Jaubert* (1773)

Claude Joseph de Ferrière, *Dictionnaire de Droit et de Pratique* (1779)

Mathurin Jacques Brisson, *Dictionnaire raisonné de Physique* (1781)

Lawrence Echard, *Dictionnaire géographique portatif, ou Description de tous les royaumes, provinces, villes, patriarchats, évêchés, duchés, comtés, marquisats... des quatre parties du monde... traduit de l'anglais... avec des additions et des corrections... par M. Vosgien* (1782)

Aimé Henri Paulian, *Dictionnaire de Physique* (1789)

Daniel Lescallier, *Vocabulaire des termes de marine anglais et français en deux parties* (1798)

Finalizando a análise, gostaria de tecer alguns comentários acerca dos manuscritos conservados em cinco maços nesta biblioteca. O Maço I contém sobretudo documentos retirados da Torre do Tombo datados em sua maior parte do século XVI, por exemplo, «Privilégios concedidos a um mestre de fazer navios» (1500), «Conta das cousas de Malaca, dadas pelos nossos cativos» (1510), «Carta a el-rei sobre negociação acerca das Molucas» (1524), «Conta das embarcações capazes de ir à Índia em 1538» (1537) e várias cartas escritas de Goa, Ormuz, Cochim, Cananor ao rei.

O Maço II contém documentos considerados modernos, uns com data, outros sem ela. Deparamos com um «Plano para a criação da Artilharia da Marinha», um «Index para um Regulamento naval português», «Proposta para o estabelecimento de uma Companhia de Guardas-Marinha», «Mapa das naus e fragatas existentes no Rio Grande em 1776»; «Plano de Ramires sobre a proteção que a nossa Marinha militar pode dar à mercantil», «Mapa das forças navais argelinas no fim de 1785».

Os demais maços (III, IV e V) têm sua origem na Sociedade Real Marítima, pois é indicado o nome dos autores desses documentos¹¹. Os que mais apresentaram textos foram Cordeiro, Dantas, Vilasboas, Limpo e Travassos. O primeiro encaminhou um «Discurso sobre os progressos da arte de navegar»; Francisco de Paula Travassos, secretário daquela instituição, escreveu «Sobre o inventário das cartas e planos pertencentes à mesma Sociedade»; Manuel do Espírito Santo Limpo apresentou umas «Reflexões sobre as ilhas denominadas de Anadia» e uma «Representação sobre um impresso de Francisco Antônio Cabral».

Vejamos agora os temas abordados por José Maria Dantas Pereira de Andrade. Mais do que memórias originais, observamos a presença de comentários sobre os documentos apresentados à Sociedade: «Informação sobre a memória precedente», isto é, a «Memória relativa a algumas ilusões de ótica», de Miremont; «Informação sobre os avisos para levantar pequenos planos hidrográficos»; «Sobre uma memória concernente às cartas da América meridional»; «Informação sobre um cálculo da longitude sem obser-

¹¹ Ver A. Teixeira da MOTA, «Acerca da recente devolução a Portugal pelo Brasil, de manuscritos da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica, 1793-1807», in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências*, tomo XVI, 1972, pp. 237-310.

vação da distância»; «Informação sobre os vários papéis de Luís Antônio de Araújo»; «Memória sobre um periódico enciclopédico-marítimo»; «Parecer sobre a memória sobre a economia dos combustíveis».

Mas encontram-se ali também documentos do presidente e fundador da Sociedade, D. Rodrigo de Sousa Coutinho: «Discurso na sessão da abertura das sessões da Sociedade em 1801», e outros dois discursos referentes aos anos de 1802 e 1803. Andrée Mansuy Diniz-Silva, em seu magnífico estudo sobre D. Rodrigo, analisa estes discursos proferidos na Sociedade Real Marítima¹². O de 5 de Fevereiro de 1801, pronunciado quando D. Rodrigo de Sousa Coutinho já era ministro das Finanças e presidente do Real Erário, foi mais curto e mais político do que os anteriores, referindo sobretudo as medidas do príncipe regente D. João: aprovisionamento do Reino, luta contra os corsários argelinos, proteção da marinha mercante (vimos acima memórias sobre estes temas), organização do comércio com a Ásia, criação de um lazareto que permitisse a quarentena dos navios provenientes do Levante, trabalhos dos naturalistas José Bonifácio de Andrada e Silva e Nacion em suas viagens mineralógicas, restabelecimento do crédito público.

O discurso de 19 de Janeiro de 1802 teve igualmente um teor político, com elogios ao príncipe regente, protetor das ciências e das artes, e uma defesa da monarquia perante uma França revolucionária que jogara, em um lance de dados, «a sorte e a civilização de toda a Europa». Mas os temas eram variados e iam desde a agricultura, à paz depois da guerra contra a Espanha e a França, às questões da Marinha e dos domínios ultramarinos e à instalação de manufaturas. Foi certamente o mais longo discurso por ele feito.

Em seu último discurso como presidente da Sociedade Real Marítima, D. Rodrigo de Sousa Coutinho ressaltou os trabalhos de seus membros, sobretudo em relação à elaboração de uma carta geral de Portugal, à construção de um observatório destinado à formação e prática dos topógrafos e também a fazer progredir os conhecimentos astronômicos, a estudos sobre a fixação de pesos e medidas, e ainda aos trabalhos hidráulicos necessários à agricultura e ao comércio.

Fontes Manuscritas

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro, caixa 286, docs. 20163 e 20192.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, Brasil

Mss. 7, 4, 92 e I – 28, 32, 13.

¹² Op. cit., pp. 105-114.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, António Luís Porto e, «A Academia Real dos Guardas-Marinha», in *História Naval Brasileira*, Vol. 2, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979, pp. 356-357.
- BALBI, Adrien, *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres États d'Europe, et suivi d'un coup d'oeil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les portugais des deux hemisphères*, Tomo 2, Paris, 1822.
- DINIZ-SILVA, Andrée Mansuy Diniz-Silva, *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, comte de Linhares, 1755-1812*, Tomo II, «L'homme d'État, 1796-1812», Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2006.
- MOTA, A. Teixeira da, «Acerca da recente devolução a Portugal pelo Brasil, de manuscritos da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica, 1793-1807», in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências*, Tomo XVI, 1972, pp. 237-310.
- RIBEIRO, José Silvestre, *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia*, Tomo 2, Lisboa, 1872.

**Max Justo Guedes
(1927-2011)**

In Memoriam

ALMIRANTE DOUTOR MAX JUSTO GUEDES: O HISTORIADOR E O HOMEM (1927-2011) (UMA NOTA DE HOMENAGEM)

por

ARTUR TEODORO DE MATOS *

Conheci Max Justo Guedes em 1983 pela mão de dois amigos, José Pereira da Costa e Inácio Guerreiro. A *carreira da Índia*, tema que os dois estudávamos na altura e o afectuoso convívio que o então director da Torre do Tombo nos proporcionou fizeram a aproximação. A estreita amizade que unia Luís de Albuquerque a Max Guedes mais veio a aproximar-nos, já que com aquele mantínhamos de há muito uma amizade e estreita colaboração que começara no arranque da Universidade dos Açores e que perduraria até à sua morte.

Max Justo Guedes foi um dos grandes historiadores da cartografia e da história naval brasileira. Discípulo de Jaime Cortesão (1884-1960), de quem foi aluno no curso de *História da Cartografia* ministrado aos diplomatas e funcionários do Itamaraty nos anos de 1944-45, foi também o elo de ligação entre gerações de historiadores da cartografia e da história da náutica, tal como o haviam sido Teixeira da Mota e Luís de Albuquerque, seus amigos e colaboradores muito próximos. Como refere a Prof.^a Iris Kantor da USP¹, Max Guedes considerava possível a elaboração de uma história total da cartografia, persistindo na relevância do conhecimento da mitologia clássica no correcto entendimento das informações geográficas da cartografia renascentista. E no testemunho da mesma Professora, foi graças ao seu labor que a cartografia luso-brasileira renasceu nas universidades brasileiras. Autor de mais de uma centena de estudos, é autor da *História Naval Brasileira*, obra em que reuniu especialistas do tema e onde abundantemente também colaborou com estudos pioneiros. Apesar de se encontrar já na situação de Reserva como capitão-de-mar-e-guerra, o governo brasileiro, em reconhe-

* Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.

¹ Iris KANTOR, «Nosso Contra-Almirante Max Justo Guedes (1927-2011)», *Revista de História*, S. Paulo, 165 (2011).

cimento dos relevantes serviços prestados, nomeadamente no domínio do património histórico e cultural da marinha, promovê-lo-ia, por distinção, a contra-almirante, caso raro nas Forças Armadas.

Após o falecimento de Luís de Albuquerque em Janeiro de 1992 dirigiu, durante alguns anos, o seminário de *História da Náutica e da Cartografia* na Universidade Nova de Lisboa, ou deslocando-se a Lisboa, ou acolhendo no Rio de Janeiro os poucos alunos que então o frequentavam. E para além do seu saber, que transmitia com grande erudição e entusiasmo, incitava os alunos a realizarem teses sobre temas inovadores ou inéditos que encontrara ao longo da sua carreira de investigador. Pelos relevantes serviços prestados à história luso-brasileira e concretamente à Universidade Nova de Lisboa, esta concedeu-lhe o título de doutor *honoris causa* em 1999.

Mas para além de ilustre historiador da náutica e cartografia luso-brasileira, não poderemos calar três aspectos marcantes da sua personalidade: a enorme generosidade, extrema lealdade e o devotado amor a Portugal em tantas vezes evidenciado. Muitos são os historiadores portugueses que tiveram o privilégio de com ele conviver e certamente usufruíram não só do seu saber, mas também da fidalga hospitalidade que sempre proporcionava, abrindo a sua casa e a das instituições que dirigia ou a que estava ligado, removendo obstáculos de modo a proporcionar uma estadia agradável e frutuosa no Rio de Janeiro. Mas o bem comum foi também sempre uma das suas preocupações. Provou-o à saciedade doando até à Universidade Federal de São João del-Rei o histórico casarão denominado Fortim dos Emboabas, adquirido por Max Guedes na década de 1950 para servir de residência de férias na cidade onde nasceu. Na histórica residência – parte remanescente de uma fortificação da guerra dos emboabas (1707-1709) – serão desenvolvidos projectos de artesanato, teatro, música e artes em S. João del-Rei².

Para além desta magnanimidade que Max Guedes sempre cultivou, é justo assinalar a sua lealdade para com todos os que com ele trabalhavam, com os seus amigos ou apenas conhecidos. Quaisquer que fossem as dificuldades ou as contrariedades por que passassem, estava pronto a tentar superar os embaraços ou obstáculos que lhes tivessem colocado.

E, por fim, é justo apontar o seu devotado amor a Portugal. Sempre que tinha oportunidade esforçava-se por enaltecer a acção civilizadora de Portugal no Brasil e logo se apressou, com a autoridade que todos lhe reconheciam, a contradizer as vozes dos que punham em dúvida ou menosprezavam o desempenho de Portugal na formação da grande nação brasileira como aconteceu nas comemorações do V centenário da chegada dos portugueses ao Brasil. Aliás, já em 1968, quando Max Guedes editou o «belo livro» – como Luís de Albuquerque o denominou – *O descobrimento do Brasil* e que ainda hoje é obra incontornável sobre o tema, terminaria o texto não só engrandecendo o país que o viu nascer, mas também a obra de Portugal.

² www.patriamineira.com.br, José António de Ávila Sacramento, *Requiem para Max*.

Segundo o autor, essa viagem de descobrimento «transformar-se-ia no grande feito da gente lusa, origem que foi de uma das maiores e mais ricas nações, testemunha permanente do incomparável papel civilizador do pequeno-grande Portugal!»³. Max Justo Guedes ficará para sempre na memória dos que com eles conviveram como o historiador sábio e erudito, mas também como o homem bondoso e de uma enorme generosidade. A saudade é profunda em todos os que com ele conviveram e sobretudo nos que tiveram o privilégio de usufruir da sua amizade. Paz à sua alma!

³ Max Justo Guedes, *O descobrimento do Brasil*, prefácio de Luís de Albuquerque, 2ª edição, Lisboa, Veja, 1989, p. 112.

RECORDANDO O MARINHEIRO,
HISTORIADOR, HOMEM DE CULTURA E AMIGO:
MAX JUSTO GUEDES,
CONTRA-ALMIRANTE DA MARINHA BRASILEIRA

por

JORGE COUTO *

O meu conhecimento dos trabalhos fundamentais da autoria de Max Justo Guedes referentes às navegações à vela no Atlântico Sul ocorreu em 1986. Nesse ano, tive o privilégio de estreitar relações com Luís de Albuquerque, historiador da ciência náutica de reputação internacional, no âmbito do seminário de História da Cultura Renascentista Portuguesa do mestrado em História Moderna da Faculdade de Letras de Lisboa. Já exercia, então, as funções de assistente na referida instituição universitária, leccionando, designadamente, a cadeira de História do Brasil.

No desenrolar dos trabalhos tornámo-nos gradualmente mais próximos, ganhando o hábito de manter, após o término das sessões regulamentares, diálogos centrados fundamentalmente em torno da História do Brasil.

Por essa altura, Luís de Albuquerque designou-me seu colaborador informal de História do Brasil para a elaboração do projecto da *Biblioteca da Expansão Portuguesa* em que se encontrava a trabalhar a pedido das Publicações Alfa. Nas conversas acerca do volume referente aos primeiros textos sobre o Brasil, abordámos, como não podia deixar de ser, a «Carta do Achaamento». Discutimos as edições de Jaime Cortesão (Rio de Janeiro, 1943) e de Manuel Viegas Guerreiro e Eduardo Borges Nunes (Lisboa, 1974), bem como numerosa bibliografia complementar. A certa altura, o Mestre afirmou que as interpretações acerca do assunto teriam de ser avaliadas à luz das investigações desenvolvidas pelo comandante Max Justo Guedes, da Marinha de Guerra Brasileira, um dos grandes especialistas mundiais da Náutica e da Cartografia.

Na sequência desta indicação, dirigi-me à Biblioteca Central de Marinha, integrada no complexo do Mosteiro dos Jerónimos, onde encontrei a mais vasta coleção de livros e artigos da autoria do reputado historiador brasi-

* Universidade de Lisboa.

leiro. Analisei, com grande curiosidade e proveito, o seu primeiro trabalho disponível, *O Descobrimento do Brasil*, concluído em agosto de 1961, mas somente publicado em 1966, no Rio de Janeiro, pela Direção de Hidrografia e Navegação (DHN) da Marinha do Brasil. Tratava-se de um livro de estreia, mas que já revelava um aprofundado conhecimento de todas as fontes publicadas sobre o assunto, em diversas línguas. A sua análise penetrante, em alguns aspetos heterodoxa relativamente às posições de consagrados historiadores portugueses e brasileiros, trazia a frescura de quem cotejava, a par e passo, as informações propiciadas pelos documentos e descrições dos cronistas, bem como as interpretações dos eruditos, com um profundo conhecimento das correntes e dos ventos do hemisfério austral que, na sua absoluta supremacia até ao aparecimento dos navios a vapor, condicionavam de forma totalmente imperativa a navegação dos veleiros.

Menciono apenas mais uma obra que me impressionou pelo rigor e riqueza de informação. Refiro-me à edição do *Roteiro de Todos os Sinais da Costa do Brasil*, precioso códice pertencente à Biblioteca da Ajuda, cuja autoria é atribuída ao cartógrafo Luís Teixeira [c.1585-1590], publicação comemorativa do V Centenário do Nascimento de Pedro Álvares Cabral (Rio de Janeiro, 1968). A introdução, intitulada «A Literatura Náutica Portuguesa» – que revela um profundo conhecimento da matéria desde a Antiguidade aos séculos XVI e XVII –, a transcrição, o comentário e o índice vocabular são enriquecidos com reproduções de cartas náuticas brasileiras e norte-americanas da segunda metade do século passado correspondentes aos trechos da costa abrangidos pelo códice (desde Olinda e do cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, até ao estreito de Fernão de Magalhães, na atual República Argentina).

O tomo I do primeiro volume da *História Naval Brasileira*, publicado no Rio de Janeiro em 1975 e coordenado pelo então vice-diretor do Serviço de Documentação Geral da Marinha (SDGM), capitão de mar e guerra Max Justo Guedes, constituiu uma revelação pela estrutura do plano, pela diversidade das temáticas e pela qualidade dos autores, sobretudo luso-brasileiros. O capítulo «O condicionalismo físico do Atlântico e a navegação à vela» (pp. 117-137), bem como os numerosos mapas que o ilustram, atestam a importância vital do conhecimento dos ventos e correntes que dominam a navegação nas diferentes épocas do ano, tornando obsoletas as análises das viagens marítimas efetuadas apenas com base em relatos, sem levar em conta aqueles fatores decisivos dos quais as mesmas dependem.

Em 1988, verificou-se uma profunda reestruturação da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), que passou a ser presidida por Vasco Graça Moura, e da qual resultou, designadamente, a criação de uma Comissão Científica de que Luís de Albuquerque foi nomeado presidente. Os membros portugueses que escolheu para seus colaboradores foram António Luís Ferronha, Luís Adão da Fonseca, Luís Ferrand de Almeida, Luís Filipe Thomaz, Maria Augusta Lima Cruz e eu

próprio. De entre os estrangeiros, avultavam W. G. L. Randles, Demetrio Ramos Pérez e Max Justo Guedes, já então diretor do Serviço de Documentação Geral da Marinha (1986) e Presidente da Comissão Internacional para a História da Náutica e da Hidrografia (1987). As reuniões conjuntas entre os conselheiros nacionais e estrangeiros permitiram-me, no caso vertente, conhecer pessoalmente Max Justo Guedes, com quem estabeleci, desde logo, profícuos contactos.

A afabilidade, a capacidade de comunicação e o entusiasmo do historiador brasileiro, bem como a paixão comum pelas viagens marítimas no Atlântico austral propiciaram a realização de longos e animados debates sobre todos os aspectos relacionados com o reconhecimento do litoral brasileiro nos últimos anos do século XV e no século XVI. Num ambiente informal, o comandante Max, como era carinhosamente tratado por todos os que com ele privavam, aceitava, com a maior naturalidade, as questões que historiadores mais jovens, por ele incentivados, suscitavam relativamente aos fundamentos das suas interpretações mais arrojadas.

Recordo a sua satisfação aquando do lançamento da 2.^a edição do seu livro *O Descobrimento do Brasil*, prefaciado por Luís de Albuquerque e publicado pela Vega na sua coleção *Documenta Histórica*, sessão que decorreu em Lisboa a 12 de outubro de 1989. Fui, então, intimado, sempre que me deslocasse ao Rio de Janeiro, a visitá-lo no seu quartel-general, o Serviço de Documentação Geral da Marinha, instalado na ilha das Cobras, na baía da Guanabara.

A oportunidade surgiria decorrido um mês. Tinha planeado uma ida ao Rio e ao Recife de modo a pesquisar em arquivos e bibliotecas documentação destinada ao meu trabalho académico. Visitei, então, a prestigiada instituição a que Max Justo Guedes já dedicara tantos anos do seu entusiástico labor. Fiquei maravilhado com o esplendor da paisagem, a beleza do edifício, o seu impecável estado de conservação, o bom gosto e a sobriedade da decoração, a gentileza dos seus colaboradores e, sobretudo, a riqueza do seu acervo em manuscritos, livros, mapas, instrumentos de navegação e objetos históricos. Tudo a funcionar sem quaisquer sobressaltos sob a batuta paternal do seu diretor. Enfim, um ambiente ideal para estudo e reflexão. Reveladora a decisão de Max de mandar plantar no jardim junto à entrada principal do edifício uma árvore de pau-brasil e pés de cana-de-açúcar e de cafeeiro, três espécies botânicas que tiveram uma importância marcante na evolução económica do Brasil.

Tornei-me visitante e leitor regular do SGDM. O amigo Max, sempre gentil, nunca deixava de me convidar para o almoço na Messe da Base Naval do Rio de Janeiro, tendo eu, assim, travado conhecimento com muitos oficiais de diversas patentes, de almirante a capitão-tenente. As deslocções frequentes ao SGDM conferiram-me o estatuto informal de amigo da Instituição. Fornecia indicações sobre novidades bibliográficas portuguesas, enviava informações sobre espécies a leiloar em Lisboa e transportava

as últimas obras publicadas por colegas e amigos. A amizade de Max Justo Guedes levou-o a conceder-me, no início da década de noventa, o diploma e a medalha de Colaborador Emérito dos Serviços do Património Histórico e Cultural da Marinha Brasileira.

Na sequência das longas conversas que fomos mantendo sobretudo em Lisboa e no Rio de Janeiro, mas também em outras cidades, Max Justo Guedes teve a generosidade de me facultar fotocópia de um trabalho inédito em que relatava a experiência que realizara em 1979 num helicóptero da Marinha Brasileira, voando à altura provável do cesto da gávea de uma nau cabralina, munido da *Carta do Achamento*, de modo a determinar o ângulo de avistamento dos diversos acidentes geográficos, em particular do Monte Pascoal. A sua conclusão foi a de que a descrição de Pero Vaz de Caminha somente poderia ter sido efetuada do quadrante sueste, o que provava, nas suas palavras, que a busca de terra fora «proposital, intencional». Autorizou-me, generosamente, a utilizar o seu trabalho, antes mesmo de ele próprio o ter publicado, na redação do meu livro *A Construção do Brasil*.

Em 1994, participámos no Congresso *El Tratado de Tordesillas y su Época*, comemorativo do V Centenário da sua assinatura, que decorreu em Setúbal, Salamanca e Tordesilhas de 2 a 6 de junho. Apresentámos as comunicações «O Descobrimento do Brasil e o Tratado de Tordesilhas» (M.J.G.) e «O Tratado de Limites de 1750 na perspectiva portuguesa» (J.C.), ambas publicadas no tomo III das respetivas atas (1995). Este encontro tornou-se uma excelente oportunidade para, durante vários dias, discutirmos com detalhe o papel dos tratados como um dos fatores importantes na delimitação das fronteiras do Brasil.

A criação, em 1996, da Comissão Mista Luso-Brasileira para a Comemoração do V Centenário do Descobrimento do Brasil permitiu, por feliz coincidência, que ambos tivéssemos sido nomeados pelos nossos governos para a integrar, circunstância que permitiu, dada a nossa proximidade, facilitar contatos e limar algumas arestas.

Em finais desse mesmo ano, a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, então presidida por António Manuel Hespanha, decidiu editar um livro de autoria luso-brasileira, profusamente ilustrado, sobre o descobrimento do Brasil, destinado ao grande público, com edição em larga escala. Max Justo Guedes era uma autoridade consagrada na matéria e eu havia publicado, em 1995, *A Construção do Brasil*, obra que continha um longo capítulo referente à temática do Achamento. A escolha recaiu sobre nós, que aliávamos as vantagens adicionais de trabalharmos bem em conjunto e de sermos amigos.

Atendendo à impossibilidade de Max vir a Lisboa, nesse período, devido aos seus inúmeros compromissos oficiais, a CNCDP propôs que eu próprio aproveitasse a semana de férias do Carnaval para me deslocar ao Rio de Janeiro, onde escreveríamos a referida obra. Aceitámos a proposta e fiquei alojado no Hotel de Trânsito do Comando do 1.º Distrito Naval (Rio de Janeiro), de 8 a 17 de fevereiro de 1997.

Combinámos a rotina a cumprir, independentemente de feriados e fins-de-semana. O comandante ir-me-ia buscar todos os dias ao hotel, situado na Lagoa Rodrigues de Freitas, e transportar-me-ia para a sua residência, onde dispunha de uma valiosa biblioteca-museu, especializada sobretudo em temas náuticos. Trabalharíamos até às treze horas, ocasião em que tomaríamos uma refeição ligeira. Regressaríamos à escrita até às dezasseis horas, altura em que Dona Laís, de uma gentileza inexcedível, nos prepararia um lanche, terminando a sessão conjunta por volta das dezanove horas, lá tendo Max de me transportar novamente do Leblon para o Hotel de Marinha. Após o jantar, procederíamos à revisão individual do trabalho produzido e apresentaríamos as nossas dúvidas e objeções no início da sessão da manhã seguinte. Foi um método de trabalho que funcionou na perfeição e que nos permitiu concluir o texto no prazo previsto. Não deverei estar muito longe da realidade, se afirmar que Max e eu fomos das raras pessoas com saúde no Rio de Janeiro que, em plena semana de Carnaval, não vimos uma única escola de samba, nem sequer na televisão, tão embrenhados estávamos no cumprimento da nossa missão.

O trabalho foi dividido em duas partes, mas sempre com a intervenção, os comentários e as sugestões de ambos. Para facilitar a tarefa, redigia-o no meu computador portátil e efetuávamos interrupções sempre que havia que recorrer à bibliografia para tirar uma dúvida, conferir uma data ou verificar uma determinada interpretação. Foram relativamente poucos os livros a que tivemos de recorrer na Biblioteca do SGDM. A primeira parte, do «Mar Oceano: O Grande Desconhecido até à Descoberta da Terra de Vera Cruz» foi, fundamentalmente, da responsabilidade de Max Justo Guedes, enquanto a segunda, de «Os Senhores da Terra» até «Uma Primitiva Representação do Índio na Arte Portuguesa» foi essencialmente da minha lavra. No entanto, a redação da totalidade do texto foi da responsabilidade de ambos. Procedemos, ainda, a uma seleção das ilustrações e à indicação de locais que deveriam ser fotografados de modo a ilustrar adequadamente o livro, tendo a tarefa sido cometida à agência fotográfica Tyba.

Tratou-se de uma experiência inolvidável: escrever um livro a quatro mãos num processo de perfeito entendimento, apesar do tempo que despendemos a procurar interpretações e formulações que pudessem ser subscritas pelos dois sem quaisquer reservas. Os pontos em que não chegámos a acordo foram eliminados, ficando cada um com a liberdade de os expressar individualmente. Revimo-nos, assim, em absoluto, no texto final.

Regressei a Lisboa com a tarefa cumprida, tendo a CNCDP confiado ao ateliê de Nuno Vale Cardoso a concepção gráfica. Às suas colaboradoras Maria Teixeira Simões e Maria Cecília Cameira foram cometidas as tarefas de recolher as ilustrações, bem como de coordenar a edição.

O *Descobrimento do Brasil* foi editado em 1998. Foi, também, aproveitado para dar origem a uma exposição de 23 cartazes de grandes dimensões (98 × 66 cm), complementada com uma versão em inglês. Por iniciativa

da Universidade de Estudos Estrangeiros de Osaca, o livro foi traduzido pelo professor Akihiko Azuma, sendo objeto de uma edição em japonês no ano 2000.

Promovido a contra-almirante, por merecimento, a 25 de março de 1998, Max Justo Guedes teve a generosidade de sugerir ao Ministro da Marinha que desencadeasse os procedimentos necessários à atribuição ao signatário deste texto da Ordem de Mérito Naval, no grau de Oficial, facto que se concretizou através de decreto de 8 de maio de 1998 do Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso.

A obra e a personalidade ímpares do almirante Max Justo Guedes, a profunda amizade que dedicava a Portugal e os estreitos laços de colaboração científica e académica que mantinha com instituições científicas e universitárias nacionais justificaram plenamente a proposta, profusamente documentada, que, na qualidade de Presidente do Instituto Camões, endeecei ao Ministro dos Negócios Estrangeiros Jaime Gama, no sentido de propor ao Presidente da República Jorge Sampaio que o agraciasse com a Ordem Militar de Cristo. O Chefe de Estado português condecorou pessoalmente, no grau de Grande Oficial, o contra-almirante Max Justo Guedes no ano da celebração do V Centenário do Descobrimento do Brasil.

Após o ano 2000, os percursos profissionais impediram-nos de manter o estreito contacto que mantivéramos ao longo da década de noventa. Continuámos a encontrarmo-nos sempre que visitávamos as cidades em que residíamos, a profunda admiração que por ele nutria permaneceu bem viva, a amizade manteve-se perene, mas o peso absorvente das funções que exercíamos retiraram-nos disponibilidade para prosseguirmos na mesma senda da investigação e da discussão franca e amiga em torno dos temas que nos eram tão caros.

Em março de 2008, por ocasião do Bicentenário da chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, ainda convivemos em duas ocasiões. Na primeira, ele deu-me a honra de se deslocar ao Museu Histórico Nacional para assistir a uma palestra que proferi sobre o evento que se celebrava; noutra ocasião, participámos na sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro comemorativa da efeméride. A última vez que com ele conversei foi em setembro de 2010, quando se encontrava já muito debilitado, facto que me impressionou profundamente. Apesar da doença que o consumia e à custa de um grande esforço, honrou-me com a sua presença na sessão de lançamento do livro que coordenei – intitulado *Rio de Janeiro: Capital do Império Português (1808-1821)* –, realizada no Real Gabinete Português de Leitura. Foi, naturalmente, com profunda mágoa que tomei conhecimento do seu falecimento.

O presente texto – solicitado como um testemunho pessoal do meu relacionamento com Max Justo Guedes – constitui uma singela homenagem a uma personalidade excecional, a um marinheiro exemplar, a um historiador de craveira internacional, a um homem de cultura de cariz renascentista e a um amigo fraterno.

RUMANDO A HISTÓRIA

por

JOAQUIM ROMERO MAGALHÃES *

Os estudos de cartografia têm sofrido em Portugal de atrasos inexplicáveis. Poucos e intermitentes cultores que, para piorar as coisas, nem sequer entre si estabeleceram relações que facilitassem a continuidade dos estudos. Há falhas, há saltos entre alguns períodos. Sequer a aproximação entre contemporâneos sempre se efectuou. Houve cultores isolados, que produziram os seus estudos sem a indispensável ligação com outros. Depois de Duarte Leite (1864-1950), de Jaime Cortesão (1884-1960), de Armando Cortesão (1891-1977) e de Avelino Teixeira da Mota (1920-1982), ficam os estudos de cartografia antiga sobretudo com Max Justo Guedes (1927-2011), marinheiro brasileiro que era também um fino historiador. Há que colocá-lo na linha de A. Fontoura da Costa e outros oficiais da armada que à história da náutica e da navegação muito se dedicaram e que muitos ensinamentos deixaram. Porque se trata de saberes que exigem um domínio do ofício que não está ao alcance de qualquer amador, sempre se encontraram entre os matemáticos e os marinheiros os seus mais hábeis cultores.

Max Justo Guedes, mineiro natural de São João d'El-Rei (1927), filho de oficial do Exército – general Guedes, companheiro do marechal Rondon –, foi em simultâneo um marinheiro, um organizador de serviços (como o notável Museu Naval do Rio de Janeiro, com o anexo Espaço Cultural da Marinha e ilha Fiscal) e um notável historiador. Historiador que não se pode dizer que tenha começado cedo uma actividade muito extensa. Só a partir de 1963 as suas publicações começam a surgir regularmente, abrangendo todos os séculos da história do Brasil, num total de mais de 120 publicações. Porque em todo o longo percurso de cinco centúrias se encontrava à vontade como experimentado explorador.

Ainda muito jovem, aluno da Escola Naval, em 1946, sentiu-se atraído pelo estudo da cartografia antiga. Para o que entendeu dever preparar-se. E abordou Jaime Cortesão, então a leccionar História da Cartografia e Formação Territorial do Brasil no Instituto Rio Branco do Itamaraty, pedindo-lhe que o deixasse assistir às suas aulas. O curso de Cortesão era destinado à

* Professor jubulado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

formação de diplomatas, e não estava aberto ao público ou aos curiosos. O jovem Max teve de se submeter a um interrogatório por parte do Mestre, que acabou por considerá-lo apto a seguir as suas lições. Dessa iniciação manteria viva memória e grata recordação. Terá sido o mais próximo discípulo de Cortesão, que multiplicaria os seus ensinamentos por quantos dele se aproximaram. Mas carreira de historiador que não se concretizou de imediato. Max Justo Guedes foi um nauta embarcado, que percorreu os mares do Brasil e do Mundo, e que cumpriu a sua carreira militar: de guarda-marinha em 1951 a contra-almirante em 1998, por honrosa distinção. Oficial operacional a bordo, de envolta com lugares de chefia de grande responsabilidade e melindre, entre os quais a partir de 1986 como director do Serviço de Documentação Geral da Marinha e depois do Património Histórico e Cultural da Marinha (até 2003).

De uma maneira exuberante proclamava o seu amor a Portugal, e a verdade é que sempre que podia cá o tínhamos a colaborar em quantas actividades requeriam o seu saber e o seu pronto e desinteressado empenhamento. Num período em que em Portugal os estudos de história da cartografia tinham poucos cultores habilitados para a transmissão desses saberes – como Inácio Guerreiro ou Maria Emília Madeira Santos, pois Luís de Albuquerque (1917-1992) tendo-se aproximado, continuava sobretudo um especialista e cultor de história da náutica –, era a Max Justo Guedes que mais se recorria. E não pouco apoio e auxílio prestava a quantos se lhe apresentavam intentando estudar as matérias que dominava. Pelo Rio de Janeiro passaram, valendo-se da sua generosidade e dedicação, José Alfredo Pinheiro Marques, Mário Clemente Ferreira, André Ferrand de Almeida e Ângela Domingues, entre outros. Aproveitaram dos seus ensinamentos, criaram as suas próprias obras e delinearam investigações pertinentes – é o que se pode pedir a uma acção promotora de inovações.

Nos anos noventa do século xx juntaram-se-lhes especialistas em história da cartografia que entretanto se tinham ido formando na Faculdade de Letras de Lisboa em redor da Professora Suzanne Daveau: João Carlos Garcia, Maria Fernanda Alegria e Joaquina Feijão. Junção de interesses que passou pela realização da XVII Conferência Internacional da História da Cartografia promovida pela *Imago Mundi* em 1997, que Luís de Albuquerque tinha conseguido marcar para Lisboa e que se efectuou com o patrocínio da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses. Exposições, publicações, conferências e cursos especializados foram feitos – e a tudo o Almirante deu a sua assistência, a todos emprestou a sua sabedoria. Encarregando-se mesmo de fazer transportar para Lisboa peças cartográficas antigas, a fim de figurarem nas seis exposições então realizadas em simultâneo – e para cujos catálogos escreveu textos esclarecedores.

Foram a sua competência, disponibilidade e generosidade reconhecidas por Portugal: não lhe faltaram veneras (Santiago, Cristo); não esteve em falta a universidade, que pela Universidade Nova de Lisboa o fez doutor *honoris causa*; foi tido como um especialista ímpar em matérias como a história da

cartografia e da náutica. Nem lhe faltaram os amigos, que sempre o acarinham e que sempre que puderam o visitaram, até meses antes do seu falecimento. E a quem sempre acolhia calorosamente na sua residência do Leblon no Rio de Janeiro, ou no seu escritório dos serviços oficiais que comandava ou dirigia. O acolhimento que dava às iniciativas da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses com que colaborava activamente resultou em êxitos perduráveis, em especial as exposições montadas no Espaço Cultural da Marinha. Ou vindo a Lisboa, para encontros, colóquios, congressos e conferências. Com ele sempre havia que contar – como um dia que nos regalou com as suas observações sobre o mapa de Cantino que pela primeira vez vinha a Lisboa. Quinhentos anos, quase, depois de ter sido ilegalmente levado para Itália.

Entre as suas muitas preocupações como historiador, avulta a questão central do descobrimento do Brasil. Max Justo Guedes não aceitou sem mais o que outros tinham avançado. Havia que repensar trabalhos anteriores, fossem eles de Gago Coutinho, Duarte Leite, Jaime Cortesão ou Luís de Albuquerque (amigo fraternal). Entendeu dever investigar, não apenas nos textos escritos que nos restam – carta de Pêro Vaz de Caminha, carta de Mestre João e outros testemunhos –, mas em tudo aquilo que se revela e aquilo que se esconde. Para o que se impunha conhecer detalhadamente o espaço em que a chegada se teria dado. Max Justo Guedes entendeu usar todos os meios ao seu alcance para chegar a conclusões que pretendia sólidas. Para isso navegou em navios junto à costa de Porto Seguro (baía Cabralia) e mesmo usou o voo em helicóptero para averiguar da visibilidade do monte Pascoal que serviu de ponto de referência para a aproximação de terra da armada de Cabral a 21/22 de Abril de 1500. Pode discordar-se das suas conclusões. Mas há que sobretudo reconhecer a seriedade da pesquisa elaborada e a clareza das conclusões a que chegou.

Frequentes vezes Max Justo Guedes estudou e aperfeiçoou a sua interpretação do descobrimento do Brasil. Fê-lo pela primeira vez em 1960, mas sobretudo a partir de 1975 e do capítulo, expressamente redigido para a *História Naval Brasileira*, que intitulou «O descobrimento do Brasil». E depois de novas pesquisas, com meios mais complexos, a partir de 1979. Terras a ocidente do oceano Atlântico de cuja existência havia forte suspeita em Portugal? O Almirante defendia que sim: para o que se apoia na palavra de D. João II a Colombo afirmando suas as terras a oeste do Atlântico, a batalha diplomática que leva ao afastamento mais para oeste do meridiano traçado em Tordesilhas, a referência a uma expedição também para oeste comandada por Duarte Pacheco Pereira e outros indícios que pretende ler na documentação. Quer no uso dos documentos e fragmentos documentais subsistentes, quer no uso dos relatos cronísticos, Max Justo Guedes é sempre o historiador consciencioso e cuidadoso que se pode esperar. Não desprezando nenhum indício que possa carrear para esclarecer a questão posta. Nem sempre convincente? Pela certa.

O marinheiro presta especial atenção ao que se lê no fragmento das chamadas instruções de Vasco da Gama para Pedro Álvares Cabral. Onde alguma coisa, não muita, se revela do conhecimento do regime de ventos do Atlântico, que considera «fruto da excepcional capacidade náutica dos marujos lusos». Rota de tal modo precisa que pelo conjunto dos elementos conhecidos parece já experimentada. De tal modo que consegue cartografá-la sem hesitações. O mesmo fizera anteriormente, no entanto com menos clareza expositiva, o almirante Gago Coutinho, logo em 1943. No entanto, a grande novidade do estudo de Max Justo Guedes está na explicação da aproximação a terra em Porto Seguro – baía Cabrália. Ponto de partida, o aspecto revelado pelo monte Pascoal a bordo das naus, consoante a aproximação se faça de sueste, como conclui, ou de nordeste ou de leste – como pareceria mais provável. Baseado nas informações de Pêro Vaz de Caminha para a vista obtida a 21 e 22 de Abril de 1500. Daí a frota se encaminha rumando para norte ao longo da costa para a depois denominada baía Cabrália. Onde foi o fundeadoiro da armada durante a sua estadia na Terra de Santa Cruz. Assim o determinara Jaime Cortesão, assim o aceita e defende Max Justo Guedes – também aqui discípulo do Mestre.

A experiência do marinheiro e especialista em náutica e cartografia vai aumentando, como também o seu crescente prestígio lhe vai abrindo novas possibilidades de investigação. É assim que aproveitando a missão de reconhecimento e fotografia de todo o litoral brasileiro entre o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Norte, em 1979, pôde observar de helicóptero o trecho da costa a que chegou Cabral. E nele observar com todo o cuidado como se contemplava a descrição de Pêro Vaz de Caminha – «Primeiramente um grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos.» Para ver as coisas desse modo, teria a armada de vir demandando a terra pelo quadrante de sueste. O que significa uma procura intencional de terra, que não apenas uma guinada mais para oeste. Voando de helicóptero, «na altura aproximada do cesto da gávea», o experiente marinheiro só observa a descrição correspondente à de Pêro Vaz vindo «exactamente de sueste!». E o almirante-historiador conclui: «é que a arribada foi proposital, intencional, para reconhecer a terra suspeitada já em Portugal e convenientemente situá-la para apoio na rota da Índia e não um encontro casual quando a armada passava ao largo da costa».

Tinha razão Max Justo Guedes, será a sua demonstração tão cabal e irresponsável como seria para desejar? Talvez não, e amigos muito próximos, como Luís de Albuquerque, sem deixar de reconhecer a qualidade da demonstração, nem por isso a aceitavam. Seja como for, a prova principal, a de que a história da descoberta deveria ser refeita ficava a dever-se-lhe.

Como este, inúmeros assuntos que o historiador desenvolveu, sempre com o máximo escrúpulo e a mais estrita observação das metodologias adequadas. Que o seu saber também de experiências feito – porque não lhe bastava ter uma riquíssima biblioteca – se alimentava. E alimentava quantos se lhe acercavam, quando boa vontade, gosto pelo trabalho e seriedade constatava. Nunca lhe seremos tão gratos quanto devemos.

MAX JUSTO GUEDES, HISTORIADOR DA NÁUTICA E DAS NAVEGAÇÕES

por

FRANCISCO CONTENTE DOMINGUES*

Na abalizada opinião de W. G. L. Randles, foi Luís de Albuquerque que transformou a história da náutica (e, com ela, da cartografia náutica) em *core subject* da historiografia da Expansão, e em boa verdade uma obra extensíssima, de valia excepcional, e uma inesgotável capacidade de realização justificam bem tal juízo¹. Seria porém incorrecto não reconhecer as contribuições de Armando Cortesão e de Avelino Teixeira da Mota. E de Max Justo Guedes, a quem a mais elementar justiça manda dizer que se deve a transformação das Reuniões Internacionais de História da Náutica em ocasiões continuadas e permanentes de prosseguimento dos estudos nesta área. Conforme o próprio disse um dia, em conversa entre amigos no fim de um dia de trabalhos numa dessas reuniões, tal como na história de Dumas, os três mosqueteiros, afinal, eram quatro.

Neste depoimento não se inventariarão os dados biobibliográficos de Max Guedes, a que o leitor tem facilmente acesso por outras vias, nem tão-pouco se referirão os seus trabalhos (com algumas notáveis excepções, como já se verá). O que se procura é perceber em que medida as suas obras contribuíram para o campo de estudos que foi sua especialidade.

É preciso para isso ter a noção clara de que a história da náutica foi de facto e durante muito tempo um tema secundário na preocupação dos historiadores. Um pouco estranhamente: tratando da arte e técnica de condução dos navios, ou seja, da capacidade de conduzir deliberadamente uma embarcação de um ponto para outro, esperar-se-ia que todos quantos se ocupam da história das navegações em geral, ou que a ela precisam de recorrer, tivessem em linha de conta os condicionalismos físicos da navegação como pano de fundo obrigatório. A observância das possibilidades estritas da navegação à vela – que é dessa de que aqui se fala – evita falsos juízos sobre a exequibili-

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹ V. W. G. L. Randles, «Luís de Albuquerque and the History of Nautical Science in Portugal», in Inácio Guerreiro *et al.* (ed.), *Luís de Albuquerque Historiador e Matemático. Homenagem de Amizade a Um Homem de Ciência*, Lisboa, Chaves Ferreira, 1998, pp. 135-142.

dade dos relatos das fontes, ou, dito de outro modo, é um instrumento essencial na crítica ao documento. Digamos que o historiador desprevenido pode encontrar-se sem instrumentos de análise adequados para compreender o sentido exacto dos textos. Há uma situação comum para o historiador da Expansão portuguesa que o ilustra bem – na leitura dos cronistas da Índia de Quinhentos, é frequente encontrar notas sobre distâncias e tempos de percursos, levando amiudadamente a raciocínios do género «se um navio faz por exemplo três milhas por hora, levará 200 horas a percorrer 600 milhas, ou dito de outra forma pouco mais de uma semana». A falta de conhecimentos de navegação de vários dos cronistas, aliada à inobservância do condicionalismo físico da navegação do historiador, é causa de apreciações muito distorcidas sobre as possibilidades das viagens, que o mesmo é dizer do efectivo avistamento de terras da forma que os textos relatam, dos tempos reais da rotas comerciais e dos ritmos de chegada e partida dos mercados locais, da efectividade das missões militares, e tanto mais. Sobretudo quando se olha para os mares orientais a partir da Europa, e mais ainda no que diz respeito à navegação para lá do estreito de Malaca², as distâncias não são lineares, a navegação faz-se por mares e zonas costeiras difíceis, onde a progressão é muito lenta, os navios navegam à vista e muitas vezes só de dia, deitando por terra aritméticas simples; e isso, por outro lado, permite compreender a realidade subjacente a trechos documentais que de outra forma pareceriam inverosímeis.

Esta perspectiva esteve ausente da visão historiográfica dominante até aos meados do século xx, apesar de emergir em trabalhos mais atentos à dimensão técnica das navegações, como foi o caso em Portugal dos de Luciano Pereira da Silva e Duarte Leite, sobretudo. Seria de facto pelos meados da centúria que se publicaria a obra que mais decisivamente contribuiu para centrar historiograficamente estes aspectos, o *The Haven-Finding Art* de Eva Taylor³. Logo depois, a historiografia britânica produzia outro livro magistral, agora de David Waters: *The art of navigation in England in Elizabethan and early Stuart times*⁴.

A obra-prima de Waters é ainda hoje leitura obrigatória, e, a talhe de foice, refira-se que coube ao autor elucidar um equívoco estabelecido havia muito, ao reafirmar que de facto a náutica britânica tudo devia à influência espanhola, leia-se à obra do cosmógrafo Pedro de Medina (o que os historiadores contemporâneos retêm ainda), mas que esta, por seu turno, funcionava neste aspecto como transmissora do conhecimento náutico português que

² A recente tese de Jorge Semedo de Matos estuda com profundidade as dificuldades com que os navegadores europeus se defrontaram para lá do golfo de Bengala e até ao mar da China (Jorge Semedo de Matos, *Roteiros Portugueses do Extremo Oriente. Sua origem e evolução na primeira metade do século xvi*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009).

³ E. G. R. TAYLOR, *The Haven-Finding Art. A History of Navigation from Odysseus to Captain Cook*, London, Hollis & Carter, 1956. A reedição de 1971 (a autora falecera entretanto, em 1966) contém um capítulo sobre a navegação chinesa da autoria de Joseph Needham.

⁴ London, Hollis & Carter, 1958.

Ihe era cronologicamente anterior (o que os historiadores contemporâneos desconsideram por norma). Uma prática historiográfica consolidada havia décadas, como bem se pode ver nas páginas da que era então a revista científica de referência, o *Mariner's Mirror*, integrava por fim e de forma decisiva a componente técnica da arte de navegar.

Não era esse o sentido historiográfico dominante, todavia, que melhor se plasmava nos Colóquios Internacionais de História Marítima que Michel Mollat du Jourdin foi organizando desde essa década de 1950, quase exclusivamente voltados para os problemas que já então dominavam o campo emergente da História Marítima, com o estudo das redes comerciais e dos sistemas portuários em primeiro lugar, o que ainda hoje sucede. Essa imperativa necessidade de atender ao económico, por tão desconsiderado até então, teve uma excepção, com o colóquio de História Marítima realizado em Lisboa em 1960 (tendo como pano de fundo as comemorações dos 500 anos da morte do Infante), no qual, diga-se de passagem, se oficializou a Comissão Internacional de História Marítima, e onde se tratou dos aspectos técnicos da navegação – pela primeira e única vez. A insuficiência desta excepção para os situar devidamente no panorama historiográfico foi, todavia e exactamente, o móbil que animou Armando Cortesão e Luís de Albuquerque (por iniciativa deste), com a colaboração de Avelino Teixeira da Mota, a organizar em Coimbra uma Reunião Internacional de História da Náutica, em 1968: nem um colóquio nem um congresso, uma reunião de especialistas de História da Náutica e da Cartografia Náutica, como pretendiam os organizadores, para focar a importância destes campos disciplinares no âmbito mais vasto da história das navegações. No volume de actas compilaram-se contribuições excepcionais⁵, mas o carácter desse encontro não previa qualquer forma de continuidade.

O papel de Max Justo Guedes para dar à disciplina a visibilidade merecida foi decisivo: por sua iniciativa, a reunião repetir-se-ia em 1976, em Salvador, acrescentar-se-ia «e da Hidrografia» à titulação, e a cronologia focar-se-ia nos séculos XVIII e XIX. Três aspectos fundamentais e decisivos para o futuro.

Max Guedes organizaria ainda as reuniões de 1984 e 1992, e assim ajudou a garantir que esses encontros passassem a ter organização periódica (realizam-se nos anos pares desde aquela data de 1992, com a excepção apenas da de 1996⁶), mas sobretudo foi a insistência no estudo da navegação nos grandes rios que fez a diferença. Faz sentido que o escopo essencial destas matérias seja o da navegação oceânica, por motivos óbvios, e assim tem sido, mas não carece também de explicação a importância vital que a navegação fluvial tem sob todos os aspectos, desde o conhecimento das articulações dos espaços económicos, o alargamento dos mercados, a importância decisiva da pesca, a penetração territorial, até às questões de natureza

⁵ *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXIV, Coimbra, 1971.

⁶ A bibliografia e a cronologia das reuniões podem ver-se em <http://www.arsnautica.info/>.

sociocultural e técnico-científica que por igual enformam a História Marítima (que não é apenas História do Mar, vale a pena enfatizar). Ora, sabe-se por igual que os grandes complexos hidrográficos são menos bem conhecidos que os marítimos, porque desconsiderados em termos relativos, com uma única e notável excepção, a dos Grandes Lagos da América do Norte, que formam no seu conjunto a maior bacia de água doce do planeta, cuja navegação é tão bem conhecida como a oceânica, desde as rotas comerciais à arqueologia subaquática.

O Amazonas era para Max Guedes um grande complexo marítimo, tal como o dos outros grandes rios, e para isso procurou com sucesso chamar a atenção dos historiadores da navegação; conseguiu-o, mas não viveu o suficiente para realizar o grande projecto que consumiu a sua atenção durante muitos anos, e que constituiria a sua *opus magnum*: o estudo e reunião do *corpus* cartográfico da zona amazónica em obra que visualizava em tudo igual à *Portugaliae Monumenta Cartographica*.

O outro aspecto em que a influência de Max Justo Guedes se exerceu decisivamente foi o da cronologia, fazendo lembrar que a história da arte de navegar ultrapassa o âmbito da era das grandes explorações geográficas dos séculos XV-XVII, e alguns dos seus trabalhos, versando temas como o estudo das instituições hidrográficas e náuticas (chamemos-lhes assim), ou as obras produzidas no período, tiveram importância decisiva. É claro que esta observação tem como ponto de partida a constatação de que a arte de navegar deste período é matéria tratada sobretudo no âmbito do universo cultural historiográfico ibérico, de uma forma geral cónscio do facto de terem sido navegadores portugueses e espanhóis a lançar as bases da navegação astronómica, enquanto a historiografia anglo-saxónica centrou as suas atenções no período daquilo a que chamou a *the Age of Sail* (tratando da navegação à vela, c. 1650 a c. 1850), por isso dando mais atenção a aspectos ligados ao estudo das instituições e dos instrumentos científicos, e a matérias como o historial do cálculo do tempo, que têm sido aliás as principais linhas de força para o estudo da arte de navegar dos séculos XIX-XX. A obra de Max Guedes procurou aproximar estes dois universos, mas cumpre reconhecer que sobretudo abriu os horizontes e aproximou o primeiro do segundo, não tanto o contrário.

Como historiador da náutica, Max Justo Guedes foi também um autor importante para a cartografia náutica, como atestam vários dos seus trabalhos. Como afirmei acima, no domínio da cartografia propôs-se realizar uma tarefa imensa, talvez demasiado imensa, mais ao alcance de equipas de investigação que do esforço isolado, ainda que animado pelas suas excepcionais tenacidade e capacidade de trabalho. Se nunca cumpriu o objectivo de sistematizar o conhecimento da cartografia do Amazonas, isso deve-se também ao facto de durante muitos anos ter perseguido um outro propósito, esse plenamente cumprido, que ocupou o seu tempo de estudo: refiro-me ao projecto da *História Naval Brasileira*, da qual se publicaram cinco volumes sob sua responsabilidade editorial, um dos quais de sua autoria e que cons-

tituiu porventura o seu trabalho de investigação mais profundo, em cuja concretização pôs toda a sua energia e capacidades – refiro-me aos tomos I-A e I-B do II Volume, sobre as guerras holandesas no mar, publicados em 1990 e 1993 pelo seu Serviço de Documentação Geral da Marinha. E «seu» serviço, porque, enquanto director do SDGM, Max Guedes propulsou-o à categoria de um verdadeiro centro de investigação, cujo fruto principal foi precisamente esta obra.

A *História Naval Brasileira* tinha tido o I Volume editado em 1975, também em dois tomos, no primeiro dos quais Max Guedes tratou de outro dos seus temas de eleição: o reconhecimento da costa do Brasil. Foi o assunto que lhe mereceu mais tempo e atenção, balizando toda a sua obra: a ele dedicou o seu segundo livro e os dois últimos⁷.

O volume que publicou ainda como jovem oficial de Marinha no princípio da carreira acabou por se tornar o mais conhecido⁸, e em certa medida baliza o próprio entendimento que Max Justo Guedes tinha da história das navegações: *O Descobrimento do Brasil* é, assumidamente, uma tentativa de contrariar a versão castelhana que atribuía a navegadores da Andaluzia o primeiro avistamento e contacto com a costa do que é hoje o Brasil, defendendo que, antes da viagem de Cabral, estas eram paragens desconhecidas para os navegadores europeus. O que importa reconhecer na circunstância é a abordagem multidisciplinar de Max Justo Guedes, conjugando a crítica interna à documentação tradicional com a extensa análise das circunstâncias que envolveram as viagens propriamente ditas, incluindo as condições físicas de navegação no oceano, os testemunhos cartográficos e a arqueologia naval numa visão integrada do problema, e levando o seu esforço de compreensão da forma exacta como os navegadores se aproximaram da costa ao ponto de a aproximar voando de helicóptero a uma altura sensivelmente semelhante ao do cesto de gávea de um veleiro da época, assim definindo com plausibilidade a rota de Cabral. A cobertura exhaustiva dos ângulos de análise, o rigor do historiador na avaliação dos documentos escritos e cartográficos, e o conhecimento das técnicas de navegação permitiram-lhe ir mais além dos seus contemporâneos no estudo destas primeiras viagens ao Brasil; rigor, multidisciplinariedade e análise exhaustiva dos recursos em presença foram aliás a marca identitária dos seus estudos e o legado que deixou aos que quiserem segui-lo.

⁷ *O Descobrimento do Brasil*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, em colaboração com Jorge Couto; e *A Viagem de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*, Lisboa, Academia de Marinha, 2003, sob sua coordenação, e com co-autoria de Fernando Lourenço Fernandes e António Marques de Almeida.

⁸ Editado no Rio de Janeiro em 1966 pela Directoria de Hidrografia e Navegação da Marinha, *O Descobrimento do Brasil* foi muito mais citado que efectivamente lido, dado se tratar de uma obra de acesso muito difícil. Circulou sobretudo na versão portuguesa, editada com o mesmo título e poucas alterações (Lisboa, Vega, 1989).

O MESTRE MAX JUSTO GUEDES

por

MÁRIO CLEMENTE FERREIRA *

Conheci Max Justo Guedes, então capitão-de-mar-e-guerra da marinha brasileira, em janeiro de 1993, quando frequentava o mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (séculos xv-xviii), na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, dirigido pelo Professor Artur Teodoro de Matos. No âmbito do seminário sobre História da Náutica e da Cartografia, que até ao ano anterior havia sido lecionado pelo Professor Luís de Albuquerque, Max Justo Guedes proferiu algumas lições sobre a história da cartografia antiga portuguesa. Desde esse primeiro contacto, para além do seu vasto conhecimento científico, ficou também evidente a sua facilidade em transmitir a sua profunda erudição. Mas também a grande amabilidade que o caracterizava.

Nessa ocasião, quando passava precisamente um ano sobre o desaparecimento do seu amigo Luís de Albuquerque, manifestou a intenção de atrair jovens investigadores para a área da história da cartografia. Para alunos que então se iniciavam naquela temática, tratou-se de uma experiência privilegiada. Reunidos em volta dos grandes volumes da primeira edição dos *Portugaliae Monumenta Cartographica*, que teve o cuidado de levar consigo para a faculdade, foi-nos proporcionada uma visão global da cartografia antiga portuguesa, sobretudo daquela relativa ao território brasileiro. Na época, dar continuidade àquela obra, no que se referia à cartografia setecentista do Brasil, constituía um dos seus projetos.

Essa experiência conduziu-me também a um contacto com a sua vasta produção historiográfica, indo para além do clássico *O Descobrimento do Brasil*, obra incontornável sobre a viagem de Pedro Álvares Cabral, editado em Portugal em 1989¹. Max Justo Guedes ofereceu aos alunos daquele seminário exemplares de um dos tomos do segundo volume da *História Naval Brasileira*, obra coletiva da qual foi um dos principais impulsionadores e que coordenou desde 1975, ano da edição do primeiro volume. Tratava-se do primeiro tomo por si escrito sobre «As guerras holandesas no mar». O segundo

* Centro de História de Além-Mar.

¹ Max Justo GUEDES, *O Descobrimento do Brasil*, Lisboa, Vega, 1989.

teve a gentileza de remeter já do Rio de Janeiro². A leitura desses textos acabou por condicionar a minha opção pelo tema da influência da cartografia portuguesa na cartografia produzida no tempo do Brasil holandês para o trabalho apresentado no âmbito daquele seminário. Foi essa a minha primeira incursão, bastante modesta, no âmbito da história da cartografia.

O contacto inicial com Max Justo Guedes e a sua intenção de dar continuidade aos *Portugaliae Monumenta Cartographica* acabaram igualmente por influir na minha escolha pela história da cartografia setecentista do Brasil como tema da dissertação a apresentar no âmbito daquele mestrado. Assim, iniciei a pesquisa relativa aos trabalhos desenvolvidos pelas *partidas do sul*, as equipas que demarcaram na América meridional os limites territoriais entre as duas coroas ibéricas acordados em janeiro de 1750 com a assinatura do Tratado de Madrid. O estudo dessa produção cartográfica constituiria a minha contribuição para esse vasto projeto, que, infelizmente, não se concretizou na sua globalidade.

Desde essa época que os meus inventários de peças cartográficas dispersas por variados arquivos têm por base uma ficha de levantamento elaborada por Max Justo Guedes, no âmbito do projeto que pretendia desenvolver e que designou de «Cartografia do Brasil – Século XVIII». Destinada a cada um dos exemplares inventariados, era composta por três grandes partes (Dados Gerais, Dados Geográficos e Histórico), as quais se subdividiam em numerosos itens. Da primeira constava a indicação do acervo, a classificação, o título, o autor, o ano, a apresentação, o copista, as dimensões, a escala, o suporte, os insertos e ainda um espaço para notas. A segunda era constituída pelas indicações da região abrangida, das coordenadas (latitudes e longitudes), do meridiano de origem, da toponímia resultante e da toponímia posterior e/ou atualizada. Da última parte deveriam constar os documentos determinantes e os dados sobre o levantamento. Elaborada numa época em que as potencialidades da Internet ainda estavam no início do seu desenvolvimento, compreensivelmente não surgia nela qualquer referência ao acesso eletrónico. De qualquer modo, apesar de ligeiras adaptações resultantes da evolução dos tempos, a referida ficha tem-se revelado um instrumento fundamental de trabalho desde então. Não se limitando meramente às questões técnicas e matemáticas inerentes à elaboração dos mapas, que a formação de Max Justo Guedes na Escola Naval poderia justificar, aquela ficha valoriza largamente a compreensão da conjuntura e ambiência em que os mapas foram traçados. Ao compreendermos que estes refletem sempre a época em que surgiram, entendemos Max Justo Guedes quando afirmou, numa entrevista dada no ano 2007 à *Revista de História da Biblioteca Nacional*: «minha paixão é pela história, não é pelos mapas, os mapas são uma consequência»³. Aliás, para Max Justo Guedes, como ele frequente-

² *História Naval Brasileira*, 2.º vol., t. IA e IB, Rio de Janeiro, Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1990-1993.

³ «Max Justo Guedes – O mundo sem segredos», *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n.º 22, jul. 2007.

mente fazia notar, a total compreensão de uma determinada época histórica era indissociável do exame da cartografia contemporânea.

Esta complementaridade entre a história e a geografia levava-o a reconhecer os espaços geográficos que ia estudando. Foi o que sucedeu, por exemplo, relativamente à viagem de Pedro Álvares Cabral e a região costeira de Porto Seguro ou à viagem de Pedro Teixeira e a bacia amazónica. Por exemplo, o facto de ter sobrevoado de helicóptero o litoral de Porto Seguro e percorrido, por diversas vezes, a costa entre a baía Cabrália e o monte Pascoal, permitiu-lhe determinar com exatidão os locais por onde andou a armada de Cabral em abril de 1500. Um dos seus frequentes conselhos era precisamente o de se visitar e explorar os lugares objetos de estudo, pois só isso poderia tornar inteligíveis certos acontecimentos. Infelizmente, apesar de desejável, nem sempre é possível cumprir esta orientação.

Em 1997, realizou-se em Lisboa o XVII Congresso Internacional de História da Cartografia, de cuja comissão científica Max Justo Guedes fazia parte. Apresentei nessa ocasião uma primeira abordagem ao célebre Mapa das Cortes, para a qual havia preparado uma sobreposição desse mapa de 1749, que representa grande parte da América do Sul, num mapa atual. Alertou-me Max Justo Guedes então para os perigos desse tipo de sobreposição, explicando-me as condições e os processos pelos quais ela poderia ser realizada. Mais uma vez o mestre, utilizando os seus conhecimentos técnicos, complementou a minha formação de historiador. Era esta a vantagem de aprender com Max Justo Guedes. Com a sua generosidade, conseguia tornar simples problemas que, por limitações diversas, de outra forma seriam extremamente complexos para quem não possui qualquer formação matemática.

Para o sucesso deste importante congresso, mostrou também um grande empenhamento. Foram, então, organizadas diversas exposições sobre a cartografia antiga de diferentes espaços do império português, tendo sido os respetivos catálogos editados pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Para um deles, referente à exposição «Tesouros da Cartografia Portuguesa», que teve lugar no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Max Justo Guedes escreveu sobre «A cartografia portuguesa antiga», centrando-se sobretudo na produção cartográfica dos séculos XV e XVI, resultado das viagens marítimas portuguesas⁴. Para outro, relativo à exposição «Cartografia e Diplomacia no Brasil do Século XVIII» ocorrida na Cordoaria Nacional, apresentou um texto que constitui uma valiosa síntese do longo processo de exploração geográfica, de ocupação e de representação cartográfica do território brasileiro até meados de Setecentos⁵.

⁴ Max Justo GUEDES, «A cartografia portuguesa antiga», in *Tesouros da Cartografia Portuguesa*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 13-34.

⁵ Max Justo GUEDES, «A cartografia da delimitação das fronteiras do Brasil no século XVIII», in *Cartografia e Diplomacia no Brasil do Século XVIII*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 10-38.

No âmbito da pesquisa para a elaboração da minha dissertação de mestrado, em 1996, desloquei-me pela primeira vez ao Rio de Janeiro, juntamente com André Ferrand de Almeida, outro aluno do seminário de História da Náutica e da Cartografia ocorrido em 1993 que viria a escolher a área da História da Cartografia como campo privilegiado de trabalho. Aliás, foi também graças à atuação de Max Justo Guedes que a nossa permanência naquela cidade durante algumas semanas foi materialmente possível. A invocação do seu nome permitiu a agilização no acesso a alguns dos ricos acervos existentes em diversas instituições daquela cidade. Tudo procurou fazer para que as nossas pesquisas fossem proveitosas.

Um dos locais onde trabalhei foi o Serviço de Documentação Geral da Marinha, situado na ilha das Cobras e dirigido então pelo próprio Max Justo Guedes. Pude constatar as suas raras capacidades de organizador e de dinamizador daquela instituição, visíveis pela sua biblioteca e sua exemplar mapoteca. Mas também no ambiente proporcionado pelos seus funcionários a todos os visitantes. Também ali tive ocasião de observar atentamente diversos mapas por si elaborados, de grandes dimensões e bastante pormenorizados, que reconstituíam todo o percurso da viagem realizada em 1749 e 1750, pela «escolta» do sargento-mor Luís Fagundes Machado, desde o Pará até Mato Grosso, subindo todo o rio Madeira. A sua elaboração teve como finalidade o estudo dessa viagem e, sobretudo, o mapa dela resultante, da responsabilidade de José Gonçalves da Fonseca. A partir desse trabalho havia apresentado uma comunicação em Manaus, em 1992, na VII Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia, em conjunto com Marly Jobim Gomes, posteriormente publicada nos *Anais Hidrográficos*⁶. As impressões então trocadas com Max Justo Guedes e as suas pacientes explicações sobre o processo de elaboração dos mapas que reconstituíam a referida viagem, a partir dos registos escritos e cartográficos, levaram-me a procurar fazer um trabalho semelhante sobre os percursos efetuados pelos demarcadores do Tratado de Madrid na região central e meridional do Brasil, desde a região platina até Mato Grosso.

A última vez que estive pessoalmente com o Contra-Almirante Max Justo Guedes e a sua esposa Laís foi em novembro de 2009, no seu apartamento do Leblon. Precisamente dois anos antes da sua morte. Uma tarde de sábado muito agradável, como foram todos os momentos com ele partilhados. Entre muitas das suas cativantes histórias, falou-me com entusiasmo no projeto que então se encontrava a desenvolver, relativo ao processo de integração do espaço amazónico no território brasileiro. Naquela ocasião testemunhei também a sua alegria ao informar-me da doação que acabava de fazer da sua coleção de arte popular, que fora recolhendo durante as suas

⁶ Marly Jobim GOMES e Max Justo GUEDES, «Primórdios da exploração do rio Madeira: a “escolta” do Sargento-mor Luís Fagundes Machado e a carta hidrográfica de José Gonçalves da Fonseca», *Anais Hidrográficos*, t. XLIX (Suplemento), [s.l.], Diretoria de Hidrografia e Navegação, [s.d.], pp. 163-194.

andanças pelo Brasil, e da casa de férias que possuía em São João del-Rei, terra onde nascera, à Universidade Federal dessa cidade do estado de Minas Gerais. Não se tratava de um qualquer edifício, mas sim de uma edificação histórica. Conhecida como Fortim dos Emboabas, é considerada a segunda mais antiga edificação de São João del-Rei. A casa é a parte remanescente de uma fortificação na qual, em finais da primeira década do século XVIII, se instalaram os portugueses quando esperavam os paulistas que se dirigiam às regiões auríferas durante a Guerra dos Emboabas. Nesse edifício, para além de um Centro de Referência do Artesanato, a Universidade Federal de São João del-Rei vai igualmente dinamizar projetos de cariz social. A par da preservação do património histórico, este era o grande objetivo de Max Justo Guedes ao fazer a doação.

A preservação e, sobretudo, a valorização e divulgação do património histórico e cultural caracterizaram todo o seu percurso. O Museu Naval e o Espaço Cultural da Marinha, ambos no Rio de Janeiro, são dois exemplos maiores dessa preocupação. Sempre com um objetivo pedagógico, procurou, e conseguiu, conquistar mais público para os temas da história. A organização da Biblioteca da Marinha e o restauro da magnífica ilha Fiscal, na baía de Guanabara, local onde organizou a X Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia em agosto de 2000, são outros exemplos do seu trabalho no âmbito da valorização do património.

Max Justo Guedes teve também um papel fundamental na divulgação no Brasil da produção historiográfica de diferentes autores portugueses, sobretudo ligados à história da náutica e da cartografia. Essa foi sempre uma sua preocupação. Assumindo-se como discípulo de Jaime Cortesão, difundiu também as obras de Armando Cortesão, de Teixeira da Mota e de Luís de Albuquerque. Mais recentemente, contribuiu também para a divulgação de trabalhos meus e de Alfredo Pinheiro Marques, Inácio Guerreiro, João Carlos Garcia e André Ferrand de Almeida.

Fruto do seu saber, mas também da sua personalidade, manifesta na disponibilidade permanente para auxiliar quem o procurasse e na vontade de divulgar os conhecimentos que foi adquirindo, conseguiu atrair para a história da cartografia diversos investigadores dos dois lados do Atlântico. Como salientou Iris Kantor, «graças a sua atuação e aos seus trabalhos a historiografia da cartografia luso-brasileira renasceu nas universidades brasileiras nos últimos dez anos»⁷. Exemplo disso é o trabalho que a partir do projeto temático «Dimensões do Império Português», dinamizado pela FAPESP e pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, o Laboratório de Estudos de Cartografia Histórica se encontra a desenvolver, designado «Banco de Dados de Cartografia Histórica: Almirante Max Justo Guedes». O trabalho consiste na organização e tratamento

⁷ Iris KANTOR, «Nosso Contra-Almirante Max Justo Guedes (1927-2011)» [Consultado a 16/04/2012]. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/na-rhbn/nosso-contra-almirante-max-justo-guedes-1927-2011>.

das cerca de duas mil fichas com informações variadas relativas à história da cartografia que Max Justo Guedes foi elaborando ao longo da sua vida e que cedeu para o efeito.

Max Justo Guedes faleceu quando estava prestes a ter início na cidade do Porto o IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, mais uma das iniciativas às quais o seu dinamismo ainda não deixou de estar associado, na medida em que diversos dos investigadores que têm participado nesses encontros com ele contactaram ou trabalharam. Mas estes simpósios são também um dos exemplos do crescimento dos estudos de cartografia histórica que Max Justo Guedes tanto procurou estimular.

Em maio de 2011, teve lugar em Paraty o I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. A conferência prevista para a abertura desse encontro estaria a cargo de Max Justo Guedes e trataria o tema «Jaime Cortesão e o início dos estudos sistemáticos de história da cartografia no Brasil». Infelizmente, não pôde estar presente naquela cidade do litoral fluminense. Tratar-se-ia de um verdadeiro regresso às origens, pois a conferência abordaria a sua experiência como aluno, apenas com 17 anos de idade, de um dos primeiros cursos sobre história da cartografia política brasileira ministrado por Jaime Cortesão na década de 1940, enquanto assessor da mapoteca do Itamaraty do Rio de Janeiro. Destinados fundamentalmente a funcionários do Ministério das Relações Exteriores brasileiro, esses cursos foram contudo abertos a pessoas estranhas à instituição⁸. A frequência do curso revelar-se-ia estruturante no entendimento de Max Justo Guedes da história brasileira, encaminhando-o definitivamente para o estudo da história da cartografia antiga. Muitos dos trabalhos que escreveu ilustram claramente a influência das interpretações de Jaime Cortesão no seu pensamento. A aceitação de um plano henriquino para se atingir a Índia e a concordância com o polémico mito da ilha Brasil são exemplos dessa influência, como é o reconhecimento da intencionalidade dos erros cartográficos presentes no célebre Mapa das Cortes de 1749, com objetivos diplomáticos, tese que também tenho procurado demonstrar.

Com o desaparecimento do Contra-Almirante Max Justo Guedes, muitos perderam um amigo e outros também um mestre. Ficam as saudades, mas perdurará o seu exemplo de dedicação ao trabalho e ao estudo, o grande rigor científico que caracteriza toda a sua produção historiográfica e o empenho que colocava nas iniciativas em que se envolvia.

⁸ A partir dos textos que foi elaborando para a lecionação desses cursos, Jaime Cortesão acabou por preparar, pelo menos parcialmente, uma das suas obras fundamentais: *História do Brasil nos Velhos Mapas*. O primeiro volume foi publicado em 1965 e o segundo apenas em 1971, pelo Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores, ambos supervisionados por Isa Adonias, também aluna de Cortesão num dos cursos. Recentemente, a obra conheceu a sua primeira edição portuguesa, com apresentação do Professor Joaquim Romero Magalhães (*História do Brasil nos Velhos Mapas*, 2 t., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009).

BIBLIOGRAFIA DE MAX JUSTO GUEDES

por

ANDRÉ FERRAND DE ALMEIDA *

Com o desaparecimento do Almirante Max Justo Guedes, perdemos o maior especialista brasileiro não apenas do período dos Descobrimentos, mas também da história da náutica e da história da cartografia. Era, reconhecidamente, uma autoridade internacional na área da história da cartografia, principalmente do Brasil, mas não se limitava ao estudo da cartografia portuguesa, ou mesmo ibérica, sendo também um grande conhecedor da cartografia europeia da América do Sul, nomeadamente das cartografias inglesa, francesa e holandesa. É assim natural que tenha sido convidado a fazer parte dos editores correspondentes da Revista Internacional de História da Cartografia *Imago Mundi* desde 1981.

Foi aluno de Jaime Cortesão, com apenas 17 anos de idade, no primeiro curso de história da cartografia por ele leccionado no Itamaraty, em 1944. Também ali foi colega de Isa Adonias, futura responsável da Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, e Lygia Cunha, mais tarde chefe da Secção de Iconografia e da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, tendo os três sido eleitos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), entre os finais da década de 1960 e o início da seguinte. Posteriormente, Max Justo Guedes tornou-se colaborador e amigo do Almirante Teixeira da Mota e do Professor Luís de Albuquerque. Juntos, formavam, no dizer de Luís de Albuquerque, o grupo dos «três mosqueteiros» vocacionados para substituir uma geração de especialistas de história da náutica e da cartografia que estava a desaparecer.

Grande dinamizador das Reuniões Internacionais de História da Náutica e da Hidrografia, tomou a si a responsabilidade da organização de várias sessões no Brasil: Salvador (1976), Rio de Janeiro (1984), Manaus (1992), Rio de Janeiro (2000). Em 1987, foi eleito presidente do Comité Internacional de História da Náutica e da Hidrografia. Colaborou também na organização das Reuniões Internacionais de História de África e dos Seminários Internacionais de História Indo-Portuguesa que se realizaram

* Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

no Brasil em 1996 (Rio de Janeiro) e 2000 (Salvador), respectivamente. Em Portugal, tornou-se um dos primeiros sócios do Centro de Estudos de Marinha, embrião da Academia de Marinha, que ajudou a fundar em 1970. Foi ainda membro do Conselho Científico da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e, no Brasil, representou a Marinha nas Comissões para as Comemorações da Viagem de Pedro Álvares Cabral e do V Centenário do Descobrimento do Brasil. Em 1999, a Universidade Nova de Lisboa, onde Max Justo Guedes foi responsável pelo seminário de História da Náutica e da Cartografia no mestrado de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, concedeu-lhe o doutoramento *honoris causa*, num justo reconhecimento da sua produção científica e da sua incansável actividade na difusão da história dos descobrimentos portugueses.

Max Justo Guedes foi nomeado vice-director do Serviço de Documentação Geral da Marinha (SDGM) do Brasil em 1968, ficando como director interino em 1976 e tornando-se director em 1986, cargo que ocupou até 1997. Nesse mesmo ano, passou a ser director da nova Diretoria do Património Histórico e Cultural da Marinha (DPHCM), onde se manteve até se aposentar em 2003. Enquanto principal responsável do SDGM, planeou e coordenou a sua instalação na ilha das Cobras (Rio de Janeiro) em 1983-1984, incluindo o Arquivo e a Biblioteca da Marinha e o Departamento de Publicações, responsável pela edição da revista *Navigator* e da *Revista Marítima Brasileira*, entre outras publicações. O Museu Naval, também parte do SDGM, foi recriado sob a sua orientação, e inaugurado em 1972, na Rua Dom Manuel (Rio de Janeiro), onde se manteve desde essa data. Vale a pena sublinhar que o SDGM era, e ainda hoje é, dotado de uma excelente organização e constitui um local de trabalho fora de série, onde os investigadores se vêm sempre muito bem acolhidos.

A Biblioteca da Marinha, com mais de 100 mil volumes, depois transferida para a Rua Mayrinck Veiga (Rio de Janeiro), sob a supervisão de Max Justo Guedes, possui uma excelente mapoteca e uma importante secção de obras raras. A mapoteca muito deve à acção do Almirante, que a dotou de um importantíssimo acervo, quer por compra, quer por permuta. Foi o caso da troca de uma colecção de cartografia naval histórica, que se encontrava no Arquivo Histórico do Exército, por uma pistola do duque de Caxias que pertencia a Max Justo Guedes. Na verdade, estes mapas faziam originalmente parte do acervo cartográfico do Serviço Geográfico do Exército, sito no Morro da Conceição (Rio de Janeiro), e tinham sido transferidos na segunda metade da década de 1980 para o Arquivo Histórico do Exército, juntamente com a maior parte da cartografia histórica terrestre existente naquele serviço. Outro exemplo é a aquisição de uma colecção de cartas hidrográficas manuscritas da região amazónica, de finais do século XVIII, que Max encontrou numa loja, talvez na Europa, onde estavam destinadas a ser usadas como papel de embrulho. A mapoteca possui também o inventário

carto-bibliográfico de Abeillard Barreto e as reproduções dos mapas correspondentes, que este utilizou para preparar a sua monumental *Bibliografia Sul-Riograndense* (1973-1976). Abeillard Barreto colaborou de perto com Max Justo Guedes na *História Naval Brasileira* (1975-1997). Recentemente, a Biblioteca da Marinha ficou ainda mais rica, com a doação, por Max Justo Guedes, da sua própria e valiosa biblioteca de referência.

Para além de ter patrocinado o contínuo alargamento da colecção do Museu Naval, depois rebaptizado Museu Naval e Oceanográfico, o Almirante promoveu a expansão dos núcleos museológicos da Marinha, como o Espaço Cultural da Marinha nas antigas Docas da Alfândega (Rio de Janeiro), em 1996, do submarino-museu *Riachuelo* (1997), do rebocador *Laurindo Pitta* (1997), que passou a fazer os passeios marítimos na baía de Guanabara, e da ilha Fiscal, entregue ao SDGM em 1998, onde é possível visitar o Castelhinho e têm lugar exposições permanentes. Fora do Rio de Janeiro, criou o Museu Hidrográfico do Forte da Barra de S. António (Salvador), em 1976, e o Museu da Caravela (Campinas), em 1983.

Embora tenha realizado uma actividade notável à frente do SDGM e, posteriormente, da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha, renomeada em 2008 Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, as grandes paixões de Max Justo Guedes sempre foram o estudo da história e a pesquisa histórica propriamente dita. Não sendo historiador de formação, foi-o por vocação e por gosto. A sua produção historiográfica ultrapassa os 150 títulos, entre livros, capítulos de livros, artigos e outros textos, incluindo introduções e comentários a fontes históricas por ele editadas, apresentações e prefácios de obras de outros autores, e mesmo alguns textos inéditos ou de circulação restrita.

Na bibliografia aqui coligida, procurei ser o mais exaustivo possível e incluir todas as publicações do Almirante Max Justo Guedes que consegui identificar. No entanto, é muito provável que algumas publicações menos conhecidas e outros textos escritos, ainda inéditos, não constem desta listagem. A responsabilidade por essa omissão é inteiramente minha. O ponto de partida foi a listagem bibliográfica que constava do *curriculum vitae* do Almirante Max, gentilmente cedida por Íris Kantor. Esta listagem é idêntica à que se encontra disponível no «Dicionário biográfico dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro», no *site* do IHGB. A informação foi depois complementada com a pesquisa realizada na Biblioteca Nacional de Portugal, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e também, apenas via Internet, nas bibliotecas brasileiras da Universidade de São Paulo, na Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), na Biblioteca da Marinha (Rio de Janeiro) e na Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Claro que também me socorri da minha própria biblioteca e de valiosas informações que me foram cedidas por colegas e amigos. Quero por isso agradecer a Íris Kantor, João Carlos Garcia, Tiago Miranda, Carlos

Moura, Mário Ferreira e Francisco Roque de Oliveira, pelas referências indicadas, ou pela leitura atenta da bibliografia.

Optei por elencar aqui todas as publicações de um mesmo texto, às vezes publicado em simultâneo ou com algum desfasamento, no Brasil e em Portugal, outras vezes publicado numa revista e depois em separata, que pode ser a separata da revista em causa, ou então um dos números da série de separatas verdes do Centro de Estudos de Cartografia Antiga.

Depois de algumas hesitações, dividi a bibliografia em diferentes núcleos: História do Brasil Colonial, dos Descobrimentos, da Náutica, da Hidrografia e da Cartografia; História do Brasil Contemporâneo; Edição de Fontes Históricas; Prefácios e Apresentações; Textos de Homenagem e Agradecimento; Textos Inéditos ou de Circulação Restrita. Outras opções teriam sido possíveis, mas preferi, no caso do primeiro núcleo, manter estas áreas temáticas juntas, por ser extremamente difícil, em muitos casos, decidir se um artigo pertence à história da cartografia ou da náutica, ou separar esta última da história dos descobrimentos.

Queria, contudo, dentro das subdivisões da bibliografia, destacar alguns trabalhos, que me parecem especialmente representativos da produção científica do Almirante Max Justo Guedes. Em primeiro lugar, os seus estudos sobre o descobrimento do Brasil, assunto que foi trabalhando continuamente, desde o seu texto «O Descobrimento do Brasil» de 1966, até ao volume que publicou em Lisboa, nas edições da Academia de Marinha, em 2003, sobre a viagem de Pedro Álvares Cabral. Entre esses dois textos, a publicação em Lisboa em 1989, pela Vega, de *O Descobrimento do Brasil*, com prefácio de Luís de Albuquerque, merece relevo, não só por se tratar de uma edição revista do texto de 1966, mas pelo cuidado com que se fez.

No domínio da história da cartografia portuguesa do Brasil, são de destacar os seus trabalhos sobre a cartografia da família Teixeira, normalmente publicados com as respectivas fontes. É o caso do *Roteiro de todos os sinais na costa do Brasil*, atribuído por Max Justo Guedes a Luís Teixeira; do *Livro que dá razão do Estado do Brasil* e da *Descrição de todo o marítimo da Terra de S. Cruz chamado vulgarmente o Brazil*, ambos de João Teixeira Albernaz. Os textos de síntese «A cartografia portuguesa antiga» (1997) e «Três séculos de cartografia portuguesa do Brasil: do planisfério de Cantino (1502) à carta da Nova Lusitania ou America Portuguesa e Estado do Brazil do astrónomo Silva Pontes (1798)» (2000), este último apresentado no quadro dos cursos de História da Cartografia do Instituto Cartográfico da Catalunha, continuam a ser de leitura obrigatória. O estudo da *Carta Hidrográfica* (1750) de José Gonçalves da Fonseca, cujo único exemplar conhecido se encontra na Mapoteca da Marinha, deu origem ao artigo «Primórdios da exploração do Rio Madeira» (1992 e 1996). Por publicar, está o seu importante texto *Portuguese Marine Cartography* (1984), inicialmente pensado para a *History of Cartography* da University of Chicago, não se sabendo se existe ainda o original em língua portuguesa.

Menos conhecidos são os estudos sobre a cartografia holandesa, de que Max Justo Guedes se serviu abundantemente na *História Naval Brasileira*, nomeadamente nos tomos 1A e 1B do volume 2, que escreveu sozinho. Publicou «A cartografia holandesa do Brasil» no volume dirigido por Paulo Herkenhoff *O Brasil e os Holandeses, 1630-1654* (1999) e, mais recentemente, «Instrumentos da conquista: o papel da cartografia no desenvolvimento do poder naval batavo» (2000) e «A cartografia holandesa do Brasil: roteiros, mapas e cartas náuticas», este último inserido na belíssima edição brasileira da *Descrição das Costas do Brasil de João de Laet de 1637* (2007). A cartografia francesa também foi objecto de um importante trabalho, intitulado «Hidrógrafos franceses ao longo da costa brasileira, 1695-1710» (1981).

Outros textos relevantes são o seu estudo sobre a cartografia do Brasil na Biblioteca Nacional, publicado na *Brasiliana da Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro (2001), e o recentíssimo «A cartografia impressa do Brasil: os 100 mapas mais influentes (1506-1922)» (2012), a cuja publicação Max já não pôde assistir.

No domínio da história do Brasil contemporâneo, os interesses de Max Justo Guedes centraram-se na história da Marinha do Brasil, nomeadamente no seu importante papel na independência do Brasil e na Guerra do Paraguai. Também o papel do barão do Rio Branco, cuja obra conhecia com grande detalhe, na definição das fronteiras do Brasil e na modernização da defesa, foi objecto das suas pesquisas.

Max Justo Guedes encontrava-se a preparar, com Arno Wehling, no IHGB, o seminário internacional «Barão do Rio Branco – 100 anos de memória», que se veio a realizar no Rio de Janeiro em Maio de 2012, no Palácio Itamaraty e na sede do IHGB. Tinha também pensada a criação de um catálogo autónomo da sua enorme colecção de separatas, enriquecida ao longo de mais de 60 anos de actividade científica, e discutiu esse projecto com o seu amigo Carlos Francisco Moura, mas penso que não terá tido tempo de iniciar a sua preparação.

Contudo, o que ultimamente lhe tomava mais tempo era a preparação do roteiro para um documentário sobre o descobrimento e ocupação da Amazônia no período entre 1500 e 1912, ou seja desde o descobrimento da foz até à expedição de Roosevelt e Rondon. Nas suas próprias palavras: «De permeio virá tudo o que interessar sobre o descobrimento do território (gigantesco) da Amazônia e os sacrifícios incomparáveis, para incorporá-la ao Brasil.» Estava previsto que o documentário tivesse, além do suporte audiovisual (vídeo ou filme), um livro de textos, que incluiria uma selecção de fontes, para além do texto de Max Justo Guedes. Desde há vários anos que ele procurava reunir toda a bibliografia publicada sobre a região amazónica que pudesse ser relevante para esse documentário. Espero que venha a ser possível, com base no trabalho que realizou, reconstituir esse roteiro. É também essencial publicar, logo que possível, o seu texto «Jaime Cortesão e o início dos estudos sistemáticos de história da cartografia no Brasil»,

em que Max Justo Guedes fala da sua experiência no Curso de Cartografia Histórica do Itamaraty, e que foi preparado para a conferência de abertura do 1.º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica (Paraty, 2011), onde o Almirante se viu impossibilitado de se deslocar.

Outra das iniciativas que, recentemente, mais prazer lhe deram foi a sua colaboração com o Laboratório de Estudos de Cartografia Histórica da Cátedra Jaime Cortesão da Universidade de São Paulo. Nesse âmbito, os registos carto-bibliográficos de Max Justo Guedes foram cedidos à Cátedra Jaime Cortesão para serem digitalizados e incorporados na Biblioteca Digital de Cartografia Histórica. Coordenado por Íris Kantor, esse projecto permitiu assim adicionar à base de dados da Biblioteca Digital de Cartografia Histórica as cerca de duas mil fichas manuscritas com informações detalhadas sobre a produção cartográfica do século XV ao século XIX, preparadas por Max Justo Guedes ao longo da sua vida de investigador.

História do Brasil Colonial, dos Descobrimentos, da Náutica, da Hidrografia e da Cartografia

Derrota dos grandes navegadores, [Rio de Janeiro], Diretoria de Hidrografia e Navegação, 1963, 22 pp.

O Descobrimento do Brasil, Rio de Janeiro, Diretoria de Hidrografia e Navegação, 1966, 145 pp.

«O Brasil em dois atlas geográficos de 1570: o “Theatrum Orbis Terrarum” e o “Fernão Vaz Dourado”», *Anais Hidrográficos*, Rio de Janeiro, Vol. 24, 1966 [1967], pp. 93-150.

«O Brasil em dois atlas geográficos de 1570: o “Theatrum Orbis Terrarum” e o “Fernão Vaz Dourado”» [contribuição à Conferência sobre a História da Cartografia], Londres, 1967, separata dos *Anais Hidrográficos*, Rio de Janeiro, Diretoria de Hidrografia e Navegação, 1967, 58 pp.

O Descobrimento do Brasil, [Rio de Janeiro], s. n., 1968, 43 pp.

«As primeiras expedições portuguesas e o reconhecimento da costa brasileira», *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t. 11, 1968, pp. 247-267.

Curso sobre a história do Brasil nas três primeiras décadas do século XVI, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Imprensa Nacional, 1968.

«Terá sido um disco voador?», *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, Vol. 89, n.º 1/3, 1969, pp. 81-82.

As primeiras expedições portuguesas e o reconhecimento da costa brasileira, separata da *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Instituto Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1970.

- «As primeiras expedições portuguesas e o reconhecimento da costa brasileira», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Vol. 287, 1970, pp. 133-182, 183-200.
- «O reconhecimento do litoral brasileiro na 1.^a década do séc. XVI», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Vol. 287, 1970, pp. 463-467.
- Anônimo: *Antônio Sanches c. 1633* [atribuição da autoria de uma carta náutica original da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro], Rio de Janeiro, Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1970, 11 pp.
- Um roteiro apócrifo do Estreito de Magalhães – tentativa de identificação de autoria*, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, série Separatas n.º 43, Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar, 1970, 16 pp.
- Um roteiro apócrifo do Estreito de Magalhães – tentativa de identificação de autoria*, separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXIV, Coimbra, Biblioteca da Universidade, 1971, 16 pp.
- «O qvatri partitv de Alonso de Chaves», suplemento da *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1971, 58 pp.
- «O reconhecimento do recife Manuel Luís pelo Barão de Roussin em Janeiro de 1820», *Anais Hidrográficos*, Rio de Janeiro, Vol. 28, 1971, pp. 61-73.
- «Um roteiro apócrifo do Estreito de Magalhães – tentativa de identificação de autoria», *Revista da Universidade de Coimbra* [actas da I Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia/Comemorações do V Centenário de Pedro Álvares Cabral], Vol. XXIV, 1971, pp. 517-530.
- «Conhecimentos geográficos do Brasil em Portugal e em Espanha em 1540», *Revista de Ciências do Homem*, Universidade de Lourenço Marques, Vol. 4, Série A, 1971, pp. 37-85.
- Conhecimentos geográficos do Brasil em Portugal e em Espanha em 1540*, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, série Separatas n.º 67, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972, 53 pp.
- «Primórdios da hidrografia científica no Brasil», *Anais Hidrográficos*, Rio de Janeiro, Vol. 31, 1974, pp. 69-106.
- «Cartas de Marear», in *Calendário para 1974* [reproduz mapas do Brasil de 1799-1803 com notas e comentários de Max Justo Guedes], Rio de Janeiro, Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, 1974.
- «Acerca de dois textos quinhentistas sobre a viagem de Fernão de Magalhães», in Avelino Teixeira da Mota, *A viagem de Fernão de Magalhães e a questão das Molucas*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1975, pp. 469-470.

- «A Armada de Fernão de Magalhães e o Brasil», in Avelino Teixeira da Mota, *A viagem de Fernão de Magalhães e a questão das Molucas*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1975, pp. 363-377.
- «O condicionalismo físico do Atlântico e a navegação à vela», in Max Justo Guedes (coord.), *História Naval Brasileira*, Vol. 1, t. 1, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, pp. 117-137.
- «O Descobrimento do Brasil», in Max Justo Guedes (coord.), *História Naval Brasileira*, Vol. 1, t. 1, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, pp. 141-175.
- «As primeiras expedições de reconhecimento da costa brasileira», in Max Justo Guedes (coord.), *História Naval Brasileira*, Vol. 1, t. 1, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, pp. 179-245.
- «Ações navais contra os estrangeiros na Amazônia: 1616-1633», in Max Justo Guedes (coord.), *História Naval Brasileira*, Vol. 1, t. 2, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, pp. 587-616.
- «A França equinocial», in Max Justo Guedes (coord.), *História Naval Brasileira*, Vol. 1, t. 2, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, pp. 523-585.
- «Incursões de corsários e piratas na costa do Brasil», in Max Justo Guedes (coord.), *História Naval Brasileira*, Vol. 1, t. 2, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, pp. 473-521.
- História Naval Brasileira*, coord. Max Justo Guedes, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 5 vols., 10 tomos, 1975-1997.
- «Acerca da “Derrota moderna do Pará”», suplementos dos *Anais Hidrográficos*, Rio de Janeiro, t. 33, 1976, pp. 229-283.
- «Aspectos náuticos da viagem de Pedro Teixeira», *Revista de Cultura do Pará*, Belém, Vol. 6, n.º 22/23, 1976, pp. 39-87.
- «A geografia do Brasil e a Carreira da Índia», *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, n.º 15, 1978/1979, pp. 25-54.
- «Segurança na navegação nos séculos XVI-XVIII: navios artilhados, frotas e comboios», in Max Justo Guedes (coord.), *História Naval Brasileira*, Vol. 2, t. 2, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979, pp. 55-131.
- «A Marinha e a Revolução Pernambucana de 1817», em colaboração com Antônio Pimentel Wintz, in Max Justo Guedes (coord.), *História Naval Brasileira*, Vol. 2, t. 2, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979, pp. 423-449.
- «A study of some nautical instruments (including two astrolabes) recovered from the “Sacramento” shipwreck (1668) at Bahia», in *Five Hundred*

- Years of Nautical Science 1400-1900* [actas da III Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia], Greenwich, National Maritime Museum, 1981, pp. 93-107.
- «Hidrógrafos franceses ao longo da costa brasileira, 1695-1710», *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*, n.º 17, 1981, pp. 87-119.
- «Acerca de alguns instrumentos náuticos (inclusive dois astrolábios) recuperados no naufrágio do Sacramento (1668), na Bahia», *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXVIII, 1980, pp. 281-300.
- Acerca de alguns instrumentos náuticos (inclusive dois astrolábios) recuperados no naufrágio do Sacramento (1668), na Bahia*, separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, 1981, 20 pp.
- Acerca de alguns instrumentos náuticos (inclusive dois astrolábios) recuperados no naufrágio do Sacramento (1668), na Bahia*, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, série Separatas n.º 137, Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar, 1981, 20 pp.
- «As fortificações da Bahia em 1639», *Diário Oficial*, Salvador, Vol. 67, n.º 12.295/12.296, 1982, pp. 8-10.
- «As primitivas comunicações navais», *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*, n.º 18, 1982, pp. 55-78.
- «As primeiras comunicações navais», *Baluarte – Revista das Forças Armadas Portuguesas*, Lisboa, n.º 3, 1982, pp. 9-24.
- «El condicionalismo físico del Atlantico y la expansión de los pueblos ibéricos», *Revista de Indias*, Vol. 43, n.º 172, 1983, pp. 379-421.
- El condicionalismo físico del Atlantico y la expansión de los pueblos ibéricos*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Fernandez de Oviedo de Historia de America, 1983.
- Considerações sobre um astrolábio náutico assinado e datado, encontrado recentemente na Bahia*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1983.
- «A conquista de Angola pelos Holandeses: estudo histórico-geográfico», *Prelo. Revista da Imprensa Nacional-Casa da Moeda*, número especial, Dez. 1984, pp. 93-115.
- «A Carreira da Índia: evolução do seu roteiro», *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*, n.º 20, 1985, pp. 3-36.
- A Carreira da Índia: evolução do seu roteiro*, Lisboa, Museu de Marinha, 1985, 34 pp.
- «Aspectos náuticos da expedição de Pedro Teixeira (1636-1639)», in Francisco Contente Domingues e Luís Filipe Barreto (coord.), *A Abertura*

- do Mundo. Estudos de História dos Descobrimentos Europeus*, Vol. 2, Lisboa, Presença, 1987, pp. 73-83.
- O Descobrimento do Brasil*, pref. Luís Albuquerque, Lisboa, Vega, 1989, 163 pp.
- «O condicionalismo físico do Atlântico e a expansão dos povos ibéricos», *Stvdia*, n.º 47, 1989, pp. 245-280.
- «O descobrimento do Brasil e suas consequências: o descobrimento e as primeiras viagens de reconhecimento», in Luís de Albuquerque (dir.), *Portugal no Mundo*, Vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 180-197.
- «Os limites territoriais do Brasil a noroeste e a norte», in Luís de Albuquerque (dir.), *Portugal no Mundo*, Vol. 5, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 202-228.
- «A luta pela expulsão dos holandeses em Angola», in Luís de Albuquerque (dir.), *Portugal no Mundo*, Vol. 5, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 139-157.
- «Dificuldades e problemas da navegação de Bartolomeu Dias ao largo da costa africana», in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a Sua Época*, actas, Vol. II (Navegações na Segunda Metade do Século XV), Porto, Universidade do Porto/ Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, pp. 59-76.
- «The Carreira da Índia», in *European voyaging towards Australia*, Canberra, Australian Academy of the Humanities, 1990, pp. 11-18.
- «As guerras holandesas no mar: do ataque à Bahia em 1624 à expedição de Hendrick Brouwer ao Chile (1643/44)» in Max Justo Guedes (coord.), *História Naval Brasileira*, Vol. 2, t. 1 A, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1990.
- «Portugal-Brasil: o encontro entre dois mundos», in Max Justo Guedes, Adriano Lopes e Gerald Lombardi (ed.), *Portugal-Brasil: a era dos descobrimentos atlânticos*, Lisboa, Milão, Nova Iorque/ Bertrand, Franco Maria Ricci, Brazilian Cultural Foundation, 1990, pp. 161-233.
- «Portugal-Brazil. The Encounter Between Two Worlds», in Max Justo Guedes e Gerald Lombardi (ed.), *Portugal-Brazil. The Age of Atlantic Discoveries*, Lisbon, Milan, New York, Bertrand, Franco Maria Ricci, Brazilian Cultural Foundation, 1990, pp. 161-232.
- «As ilhas atlânticas e a sua contribuição à restauração do Nordeste brasileiro», in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira* (Funchal, 18-23 Setembro 1989), Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração/ Centro de Estudos de História do Atlântico/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990, pp. 565-588.

- «Reflexos cartográficos da expansão portuguesa no Brasil até ao Tratado de Madrid», *Memórias: Complemento das Memórias de 1983 a 1991, Volume XII a Vol. XX*, Lisboa, Academia de Marinha, [Vol. XXI], 1983-1991, D.L. 1997, pp. XIV, 5-XIV, 43. [Inclui as palavras de apresentação do Almirante Max Justo Guedes proferidas pelo Presidente da Academia de Marinha, Rogério S. d'Oliveira, em 28 de Novembro de 1981, e por Francisco Contento Domingues, em 28 de Novembro de 1991].
- «Reflexos cartográficos da expansão portuguesa no Brasil até ao Tratado de Madrid», separata das *Memórias: Complemento das Memórias de 1983 a 1991, Volume XII a Vol. XX*, Lisboa, Academia de Marinha, [Vol. XXI], 1991, D.L. 1997, 33 pp.
- «A cartografia fazendo história», *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, Vol. 15, n.º 86, 1992, pp. 92-96.
- «Primórdios da exploração do Rio Madeira: a “escolta” do sargento-mor Luís Fagundes Machado e a carta hidrográfica de José Gonçalves da Fonseca», suplemento dos *Anais Hidrográficos* [actas da VII Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia], Rio de Janeiro, t. XLIX, 1992, pp. 163-194.
- «As guerras holandesas no mar: a restauração de Angola e a guerra anglo-holandesa», in Max Justo Guedes (coord.), *História Naval Brasileira*, Vol. 2., t. 1 B, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1993.
- «A relevância da acção missionária na expansão geográfica do Brasil», in *Congresso Internacional de História: Missionação e Encontro de Culturas*, actas, Vol. 2, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1993, pp. 675-709.
- «As bandeiras ignoram o Tratado de Tordesilhas e ampliam o espaço geográfico brasileiro», *Nação e Defesa*, Lisboa, Vol. 19, n.º 70, 1994, pp. 61-86.
- «Coutinho, Luís da Fonseca»; «Guiana»; «Magalhães, Estreito de»; «Orta, Tomás de»; «Pacífico, Oceano»; «Sousa, Gabriel Soares de»; «Toleta de Marteloio»; «Vespúcio, Américo», in Luís de Albuquerque (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. 1, 1994, pp. 313-315, 475-477; Vol. 2, pp. 640-644, 838-839, 853-857, 1001-1003, 1037-1039, 1073-1077.
- «O plano da Índia seria do Infante ou de D. João II?», *Ciências Históricas*, Vol. 9, 1994, pp. 79-88.
- «A Cartografia náutica da expansão portuguesa», in Martim de Albuquerque (dir.), *Rotas da Terra e do Mar* [publicado em fascículos, como suplemento ao *Diário de Notícias*, aos domingos, entre 19/06/1994 e 15/01/1995], Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Diário de Notícias, 1995, pp. 16-20.

- «Dos primórdios cartográficos nas Américas», in Martim de Albuquerque (dir.), *Rotas da Terra e do Mar* [publicado em fascículos, como suplemento ao *Diário de Notícias*, aos domingos, entre 19/06/1994 e 15/01/1995], Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/*Diário de Notícias*, 1995, pp. 186-209.
- «O descobrimento do Brasil e o Tratado de Tordesilhas», in *Congresso Internacional de História «El Tratado de Tordesillas y su época»*, actas, Vol. 3, Madrid, Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesilhas, 1995, pp. 1401-1415.
- «O mapa de Piri Reis (1513): um quebra-cabeças histórico?», *Revista Marítima Brasileira*, Vol. 114, n.º 7/9, 1995, pp. 115-136.
- «Aspectos náuticos da Carta de Caminha: Cabral e a náutica na Carta de Caminha», *Revista FESPI* [edição especial dos Anais do Seminário Leituras da Carta de Pero Vaz de Caminha], 1996, pp. 38-46.
- «Os primórdios da exploração do Rio Madeira: a “escolta” do Sargento-mor Luís Fagundes Machado e a carta hidrográfica de José Gonçalves da Fonseca», *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, Vol. 116, n.º 1/3, 1996, pp. 91-98; n.º 4/6, 1996, pp. 89-99.
- «A cartografia da delimitação das fronteiras do Brasil no século XVIII», in Joaquim Romero Magalhães (coord.), *Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII*, catálogo da exposição, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 10-38.
- «A cartografia portuguesa antiga», in *Tesouros da cartografia portuguesa*, catálogo da exposição, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, INAPA, 1997, pp. 13-34 (trad. inglesa com o título *The Treasures of Portuguese Cartography in Portugal*, pp. 128-139).
- «Registros cartogeográficos da ocupação da Amazônia (1600/1700)», in *Memorias del I Simposio Panamericano de Historia*, Quito, 31 de octubre al 5 de noviembre de 1988, Mexico, Instituto Panamericano de Geografia e Historia, Vol. II, 1997, pp. 126.
- O Descobrimento do Brasil*, Rio de Janeiro, Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha, 1998.
- Descobrimento do Brasil*, em colaboração com Jorge Couto, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, 55 pp.
- O Descobrimento do Brasil* [material gráfico], textos de Jorge Couto, Max Justo Guedes, Joaquim Romero Magalhães; design Atelier Nuno Vale Cardoso, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, 23 cartazes.

- «A importância da colaboração interdisciplinar e internacional para a busca de soluções para problemas históricos pendentes», in Francisco Contente Domingues e Inácio Guerreiro (ed.), *Limites do Mar e da Terra* [actas da VIII Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia], Cascais, Patrimonia, Ars Nautica, 1998, pp. 15-18.
- «Teria Carlos V mandado demarcar os limites entre seus domínios e os de D. João III no Norte do Brasil?», in Francisco Contente Domingues e Inácio Guerreiro (ed.), *Limites do Mar e da Terra* [actas da VIII Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia], Cascais, Patrimonia, Ars Nautica, 1998, pp. 195-208.
- «O planisfério de Jorge Reinel (1519) e as idéias geográficas de Fernão de Magalhães», *Mare Liberum*, Vol. 15, 1998, pp. 7-16.
- «A suposta estagnação da náutica portuguesa nos séculos XVII e XVIII», in Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe F. Reis Thomaz (dir.), *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Angra do Heroísmo, CEPCEP/Centro de História de Além-Mar/Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998, pp. 23-36.
- «Portugal e o mar», *Oceanos*, Lisboa, n.º 38 (Navios e navegações. Portugal e o mar), 1999, pp. 8-15.
- «O descobrimento do Brasil», *Oceanos*, Lisboa, n.º 39 (O achamento do Brasil), 1999, pp. 8-16.
- «A cartografia holandesa do Brasil», in Paulo Herkenhoff (org.), *O Brasil e os Holandeses, 1630-1654*, Rio de Janeiro, Sextante Artes, 1999, pp. 64-85.
- «Três séculos de cartografia portuguesa do Brasil: do planisfério de Cantino (1502) à carta da Nova Lusitania ou America Portuguesa e Estado do Brazil do astrónomo Silva Pontes (1798)», in *La cartografia ibero-americana* [Cicle de Conferències sobre Història de la Cartografia, 9, Barcelona, 1998], Barcelona, Institut Cartogràfic de Catalunya, 2000, pp. 87-141.
- «A persistência das lendas vespucianas nos primórdios do reconhecimento da costa brasileira», in *Actas: Congresso Luso-Brasileiro Portugal Brasil. Memórias e Imaginários* [Fundação Calouste Gulbenkian, 9 a 12 de Novembro de 1999], Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Vol. 1, 2000, pp. 106-132.
- «Aspectos náuticos da Carta de Caminha», in *JUBILEU 500*, Belém, Círius, 2000, 106 pp.
- Descobrimento do Brasil*, em colaboração com Jorge Couto, trad. Akihiko Azuma, Osaka, Universidade de Estudos Estrangeiros, 2000.

- O descobrimento do Brasil, 1500-1548: the discovery of Brazil*, colecção Descobrir n.º 12, Lisboa, CTT – Correios de Portugal, 2000, 153 pp.
- «O descobrimento do Brasil: acaso ou intencionalidade?», *Clube do Coleccionador*, Lisboa, n.º 1, 2000, pp. 18-23.
- «O descobrimento do Brasil não foi obra do acaso», in Luis Donisete Benzi Grupioni (org.), *A carta de Pero Vaz de Caminha: documentos e ensaios sobre o achamento do Brasil*, s.l., The Document Company Xerox, 2000, pp. 121-49.
- «A Cartografia: a constituição do País como Território», in Paulo Roberto Pereira (org.), *500 anos de Brasil na Biblioteca Nacional. Catálogo da Exposição realizada na Biblioteca Nacional em comemoração aos 500 anos do Brasil e aos 190 anos da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Fundação Biblioteca Nacional, 2000, pp. 96-101.
- «500 anos de Brasil na Biblioteca Nacional: a cartografia», in Paulo Roberto Pereira (org.), *Brasiliana da Biblioteca Nacional: Guia das fontes sobre o Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira/ Fundação Biblioteca Nacional, 2001, pp. 399-417.
- «O achamento do Brasil», *Segurança e Desenvolvimento*, ed. especial, n.º 229, 2001, pp. 20-24.
- «O reconhecimento da costa brasileira, 1501-1519: um impressionante feito náutico e cartográfico», in Maria Beatriz Nizza da Silva (org.), *De Cabral a Pedro I*, Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2001, pp. 23-36.
- «A preservação da memória nacional», in *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*, São Paulo, Instituto Cultural Banco Santos, 2002, pp. 16-23.
- «La terre du Brésil: contrabando e conquista», in Eduardo Bueno (org.), *Pau-brasil*, São Paulo, Axis Mundi, 2002, pp. 241-268.
- «A viagem de Pedro Álvares Cabral», in Max Justo Guedes (coord.), *A viagem de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*, Lisboa, Academia de Marinha, 2003, pp. 3-225.
- «Os mapas da mina», *Nossa História*, Rio de Janeiro, ano 1, n.º 4, 2004, pp. 34-44.
- «Um rio em vez da terra da canela; a façanha de Orellana, que descobriu o curso de água mais caudaloso do mundo», *História viva*, São Paulo, Vol. 1, n.º 7, 2004, pp. 84-89.
- «Alexandre Rodrigues Ferreira», in José Paulo Monteiro Soares e Cristina Ferrão (org.), *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira – Colecção*

- Etnográfica. A Expedição Philosophica pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá*, Lisboa, Kapa, Vol. I, 2005, pp. 13-28.
- «Introdução: os caminhos do ouro africanos; os caminhos do ouro brasileiros», in Antônio Gilberto Costa (org.), *Os caminhos do ouro e a Estrada Real*, Belo Horizonte, UFMG; Lisboa, Kapa, 2005, pp. 12-27.
- «Instrumentos da conquista: o papel da cartografia no desenvolvimento do poder naval batavo», in Vera Lúcia Bottrel Tostes, Sarah Fassah Benchetrit e Aline Montenegro Magalhães (org.), *A presença holandesa no Brasil: memória e imaginário*, Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 2005, pp. 43-88.
- «Outra opinião. Os portugueses tinham noção de que havia terra do outro lado do Atlântico», *Nossa História*, ano 2, n.º 18, 2005, p. 35.
- «Colombo descobre a navegação no Atlântico Norte Ocidental: as dificuldades do Caribe», in Jesús Varela Marcos e María Montserrat León Guerrero (coord.), *Congreso Internacional «V Centenario de la muerte del Almirante»* (Valladolid, 2006), actas, Valladolid, [Universidad de Valladolid, Instituto de Estudios de Iberoamerica y Portugal], Vol. 1 («Cristóbal Colón y el descubrimiento del Nuevo Mundo»), 2006, pp. 233-250.
- «A cartografia holandesa do Brasil: roteiros, mapas e cartas náuticas», in Cristina Ferrão e José Paulo Monteiro Soares, *Roteiro de um Brasil desconhecido. Descrição das Costas do Brasil de João de Laet, 1637*, trans., trad. e notas de Benjamin Nicolaas Teensma, [Petrópolis], Kapa, 2007, pp. 13-35.
- «A carta náutica de Piri Reis (Piri Reis Haritasi), 1513», *Anais do Museu Paulista*, Vol. 17, n.º 1, 2009, pp. 95-111. [Consultado a 28/08/2012]. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v17n1/v17n1a07.pdf>
- «Os senhores dos mares e das estrelas», *História viva*, Vol. 8, n.º 88, 2011, pp. 54-59.
- «O arquipélago na cartografia do Novo Mundo», in Alice Grossman, Marta Granville e Zaira Matheus, *Fernando de Noronha 3°50'S 32°24'W*, São Paulo, BEI, 2010, pp. 27-43.
- «A cartografia do Atol das Rocas», in Alice Grossman, Marta Granville e Zaira Matheus, *Atol das Rocas 3°51'S 33°48'W*, São Paulo, BEI, 2012, pp. 22-29.
- A cartografia impressa do Brasil: os 100 mapas mais influentes (1506-1922)*, Rio de Janeiro, Capivara, 2012.

História do Brasil Contemporâneo

- «A Batalha Naval do Riachuelo, inspiração para a hora presente», *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, Vol. 90, n.º 4/6, 1970, pp. 5-7.
- «O reinado de D. Pedro II e a Marinha do Brasil», in *D. Pedro II e sua época*, Petrópolis, Instituto Histórico de Petrópolis, 1970, 15 pp.
- «A dinamização do Serviço de Documentação Geral da Marinha, uma necessidade inadiável», *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, Vol. 90, n.º 1/3, 1970, pp. 5-8.
- «Independência ou morte», *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, Vol. 90, n.º 7/9, 1970, pp. 5-10.
- «Cochrane e a construção naval no Brasil», *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, n.º 3, 1971, pp. 3-8.
- «A Marinha e a libertação da Bahia», *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, n.º 4, 1971, pp. 22-34.
- «Bicentenário do nascimento do chefe-de-esquadra José Maria Dantas Pereira», *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*, n.º 6, 1972, pp. 41-60.
- «Um engano de Mouchez que persiste na toponímia da costa norte do Brasil», *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, Vol. 92, n.º 1/3, 1972, pp. 9-19.
- «Em 1822 nascia a poderosa Armada Nacional e Imperial», *Caderno da Independência, 150 anos*, Rio de Janeiro, 1972, 14 pp.
- «A Marinha e a independência», in Manoel Moreira da Paixão Doreis, *Diário da Armada da Independência*, 2.^a ed., Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1972, pp. 12-20.
- «Guerra de Independência: As forças do mar», in *História da Independência do Brasil*, Rio de Janeiro, Josué Montello, Vol. 2, 1972, pp. 167-211. «Sir Thomas Hardy e a Independência: análise de sua correspondência com o almirantado inglês», in *Subsídios para a história marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, Vol. 25, 1972, pp. 101-107.
- «Sesquicentenário da entrada de Tamandaré para o serviço naval», *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, n.º 7, 1973, pp. 39-42.
- Bicentenário do Chefe-de-Esquadra José Maria Dantas Pereira*, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, série Separatas n.º 89, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1974.

- «Bicentenário do Chefe-de-Esquadra José Maria Dantas Pereira», *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Ciências, t. XVII, 1974, pp. 87-107.
- «Bicentenário do Almirante Luiz da Cunha Moreira», *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, n.º 13, 1976-1977, pp. 3-6.
- «A defesa e a segurança naval do Império na Constituinte», *Anuário do Museu Imperial*, Brasília, n.º 34/35, 1977, pp. 34-45.
- «José Pancetti na Marinha», in José Roberto Teixeira Leite (coord.), *José Pancetti, o pintor marinho: estudo crítico-biográfico seguido do catálogo racional de sua obra*, Rio de Janeiro, Fundação Conquista, 1979, pp. 83-88.
- «A vida [de Lucas Alexandre Boiteux]», in Conselho Estadual de Cultura, *Aspectos da vida e da obra de Lucas Alexandre Boiteux*, Florianópolis, Conselho Estadual de Cultura, 1981, 55 pp.
- «Chefe-de-Esquadra José Maria Dantas Pereira: o 1.º Comandante no Brasil», *Letras em Marcha*, Rio de Janeiro, Vol. 12, n.º 135, 1982, 30 pp.
- Relíquias navais do Brasil*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1983.
- «A Marinha na época de Ferrez», in Ronaldo Graça Couto (coord.), *A marinha por Marc Ferrez, 1880-1910*, Rio de Janeiro, Index/Verolme, 1986, pp. 41-51.
- «Ordenança geral para o serviço da armada: um breve histórico», *Revista Marítima Brasileira*, Vol. 108, n.º 7/9, 1988, pp. 57-85.
- «O Museu Naval e Oceanográfico», *Oceanos*, n.º 22 (Heranças de Neptuno), 1995, pp. 8-13.
- «A guerra: uma análise», in Maria Eduarda Castro Magalhães Marques (org.), *A guerra do Paraguai: 130 anos depois*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995, pp. 53-65.
- «Rio Branco e as nossas fronteiras», *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, Vol. 115, n.º 4/6, 1995, pp. 15-31.
- Relíquias navais do Brasil*, 2.ª ed., Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1997.
- «Apresentação», in *A Ilha da Trindade: a força do Direito. 100 Anos de Soberania Brasileira*, folheto da exposição, Niterói, Diretoria de Hidrografia e Navegação/Espaço Cultural da Marinha, [1997], 26 pp.
- «O Barão do Rio Branco e a modernização da defesa», in Carlos Henrique Cardim (org.), *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*, Rio de Janeiro, EMC, 2002, pp. 307-329.

«O Barão do Rio Branco e a modernização da defesa», *Revista Marítima Brasileira*, Vol. 123, n.º 07/09, 2003, pp. 99-116.

«José Pancetti na Marinha», *Revista Marítima Brasileira*, Vol. 123, n.º 01/03, 2003, pp. 9-26.

Edição de Fontes Históricas

Livro que dá razão do Estado do Brasil [Diogo de Campos Moreno, texto; João Teixeira Albernaz I, atlas]; notícia histórico-bibliográfica e legendas dos mapas de Max Justo Guedes, ed. comemorativa do V Centenário do nascimento de Pedro Álvares Cabral, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1968.

Roteiro de todos os sinais na costa do Brasil, introdução, legendas, comentários e notas de Max Justo Guedes, ed. comemorativa do V Centenário do nascimento de Pedro Álvares Cabral, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1968.

Brasil costa-norte: cartografia portuguesa vetustíssima [contém a publicação do mapa manuscrito em duas folhas intitulado «Descrição dos Rios Pará, Curupá e Amazonas», c. 1623, e do atlas em três folhas atribuído a João Teixeira Albernaz I, conhecido como «Pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Pará», c. 1629, pertencentes ao acervo de Cartografia da Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), acompanhadas de texto de Max Justo Guedes intitulado «A Conquista da Costa Norte», pp. 41-71], ed. comemorativa do centenário da Flotilha do Amazonas, 1868-1968, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1968, 71 pp.

DORES, Manoel Moreira da Paixão, *Diário da Armada da Independência*, introdução e notas de Max Justo Guedes, 2.^a ed., coleção Biblioteca do Sesquicentenário, n.º 5, Brasília, Ministério de Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1972.

PEARCE, Robert, *Aquarelas feitas durante a viagem ao Brasil da H.M.S. Favorite em 1819 e 1820* [reprodução de 15 ilustrações do manuscrito original de Robert Pearce, «Skteches of headland, coasts and harbours, with different reading marks for rocks shoals etc. at the Cape Good Hope, Brazils, Azores, Coast of England, Newfoundland, Labrador, Gibraltar and Lisbon taken in H.M.S.Favorite in 1819 and 1820», introdução e análise descritiva de Max Justo Guedes], Rio de Janeiro, Livraria Kosmos/Banco da Bahia Investimentos, 1991.

ALBERNAZ, João Teixeira, *Descrição de todo o maritimo da Terra de S. Cruz chamado vulgarmente o Brazil* [publicação fac-similar, acompanhada de um segundo volume que contém a transcrição dos textos do atlas com

a grafia original, a versão em inglês com a grafia actualizada e o ensaio do Almirante Max Justo Guedes intitulado «A cartografia portuguesa de João Teixeira e a “Descrição de todo o marítimo da Terra de S. Cruz”», pp. 41-96 (trad. Inglesa, pp. 97-154)], coleção Brasileira, 2 vols., São Paulo, Fundação Estudar, 2003.

MADRE DE DEUS, Frei Manoel da, *Lembrança de um tripulante a bordo da nau de guerra N. S. de Belém aos amigos curiosos* [1777], introdução, notas e comentários de Max Justo Guedes, coleção Gabinete de Curiosidades, Rio de Janeiro, Dantes, 2008.

Prefácios e Apresentações

«Palavras de Abertura», *Revista da Universidade de Coimbra* [actas da IV Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia], Coimbra, Vol. XXXII, 1985, pp. 5-7.

«Palavras de Encerramento», *Revista da Universidade de Coimbra* [actas da VI Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia], Coimbra, Vol. XXXIV, 1987, pp. 581-585.

«Apresentação», suplemento dos *Anais Hidrográficos* [actas da VII Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia], tomo XLIX, 1992, 3 pp.

«Prefácio», in Raimundo dos Santos Coelho, *Onde nasceu a Pátria amada*, [Santa Cruz de Cabralia], s.n., 2000, 37 pp.

«Apresentação», in João Carlos Garcia (coord.), *A Nova Lusitânia. Imagens cartográficas do Brasil nas colecções da Biblioteca Nacional (1700-1822)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

«Apresentação», in André Ferrand de Almeida, *A formação do espaço brasileiro e o projecto do novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp. 11-13.

«Apresentação», in Mário Clemente Ferreira, *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional: os trabalhos demarcadores das partidas do sul e sua produção cartográfica (1749-1761)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp. 11-13.

«Apresentação», in Pedro da Cunha Menezes e Júlio Bandeira, *O Rio de Janeiro na rota dos mares do Sul*, Rio de Janeiro, Andréa Jakobsson Estúdio Editorial, 2004.

«Prefácio», in Amílcar D'Ávila de Mello, *Expedições: Santa Catarina na era dos descobrimentos geográficos*, 3 vols., Florianópolis, Expressão, 2005.

«Prefácio», in José Manuel Malhão Pereira, *Norte dos Pilotos: guia dos curiosos. Um livro de marinharia do século XVIII*, Lisboa, Mar de Letras, 2008.

Textos de Homenagem e Agradecimento

«Luís de Albuquerque e a história dos descobrimentos», in Francisco José Contente Domingues e Inácio Guerreiro (org.), *Luís de Albuquerque: historiador e matemático. Homenagem de Amizade a um Homem de Ciência*, Lisboa, Chaves Ferreira, 1998, pp. 177-181.

«O Almirante Sarmento Rodrigues e o Brasil» [sessão solene de encerramento das comemorações do centenário do nascimento do Alm. Sarmento Rodrigues], *Memórias da Academia de Marinha*, Vol. 29, 1999, pp. 33-35.

«Um grande luso-brasileiro e um inesquecível amigo», in *Almirante Sarmento Rodrigues (1899-1979). Testemunhos e Inéditos no centenário do seu nascimento*, [Lisboa], Academia de Marinha e Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, 1999, pp. 245-247.

«Discurso do Doutorando Almirante Doutor Max Justo Guedes», in *Universidade Nova de Lisboa: Honoris Causa 1999*, Lisboa, Reitoria da UNL, 2000, pp. 25-27.

Textos Inéditos ou de Circulação Restrita

«Exposição Cartografia histórica, carta náutica», textos de Max Justo Guedes, s.l., s.d.

«As marinhas de guerra na independência latino-americana», s.l., s.d.

«Pedro Álvares Cabral», [texto dactilografado], s.l., s.d., 75 pp.

«Some sources for the João Teixeira Albernaz I's atlas of Brazil: an illustrated lecture», s.l., s.n., [1971?], 12 pp.

Portuguese Marine Cartography, [texto policopiado], Rio de Janeiro, 1984, 137 pp.

«Brazil in the Piri Reis map of 1513», [texto dactilografado, apresentado no seminário «The 1513 Map of Piri Reis: an Historical Puzzle», Nova Iorque, Universidade de Columbia, Novembro de 1993, 34 pp.

-
- «Cartografia do Brasil: 1502-1798: reflexo do nascimento e evolução da cartografia portuguesa», [texto do curso de História da Cartografia realizado na Biblioteca Nacional, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 23 a 28 de Abril de 1998].
- «Jaime Cortesão e o início dos estudos sistemáticos de história da cartografia no Brasil», [texto policopiado, redigido para a conferência de abertura do 1.º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Paraty, 10 a 13 de maio de 2011, Rio de Janeiro, 2011].

UM HOMEM SINGULAR

por

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA *

Conheci Max Justo Guedes logo na minha primeira participação num congresso internacional, aquando do IV Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, que teve lugar em Lisboa, em 1986. Secretariei, inclusive, a sessão em que o então comandante fez a sua comunicação, e desde logo apreciei tanto a sua competência académica como o seu trato fino e aprazível.

Nos anos que se seguiram reencontrei-me muitas vezes com Max Justo Guedes, que vinha frequentemente a Portugal, sobretudo no tempo em que existiu a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Era um conferencista brilhante, de voz pausada e certa, que prendia a plateia e falava com a autoridade dos livros e dos documentos, aliada à sua experiência de veterano dos mares e da Vida. Dentre os milhares de conferencistas que já ouvi, Max Guedes destaca-se, sem dúvida, entre os que gostaria de poder voltar a ouvir vezes sem conta.

Voltámos a participar em diversas conferências e cruzámo-nos também na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas onde colaborou na leccionação do seminário de História da Náutica e da Cartografia, no mestrado de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa.

A sua colaboração prestimosa foi de grande utilidade ao longo dos anos '90 e, por isso, recebeu com toda a justiça o doutoramento *honoris causa* pela Universidade Nova de Lisboa, no ano de 1999. Tive o privilégio de participar na cerimónia, em que recebeu igual distinção uma amiga sua e de todos nós, Geneviève Bouchon.

No ano seguinte, coube-lhe a organização do X Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, que decorreu em São Salvador da Baía. Durante os preparativos tive de me deslocar ao Rio de Janeiro para assegurar o encaminhamento da reunião e pude então usufruir também da hospitalidade de Max Justo Guedes e da sua esposa. Como seu convidado alojei-me no Hotel da Marinha, junto à Lagoa Rodrigo de Freitas e por baixo do Corcovado, desfrutando de uma das áreas mais bonitas da cidade, e

* Universidade Nova de Lisboa.

depois reuni-me com ele na sua casa no Leblon, onde admirei a sua enorme colecção de quadros. Foram dias inesquecíveis e devo assim a Max Guedes a primeira visita ao Rio. Meses depois o já almirante e o seu corpo de oficiais da Marinha proporcionaram-nos uma reunião excepcional, quer do ponto de vista científico, pois ficou demonstrada uma relação entre o Estado da Índia e o Brasil nos séculos XVII e XVIII que era pouco conhecida, quer do ponto de vista organizacional, com o trabalho diligente do seu corpo de simpáticas guardas-marinhas.

De Max Justo Guedes guardo, pois, a memória de um cavalheiro, como se espera de um oficial da Marinha, de um organizador eficaz, de um professor cativante e de um homem jovial.

A maior parte dos actuais investigadores do CHAM já não o conheceram pessoalmente, pois veio menos a Portugal nos seus últimos anos de vida; mas todos continuámos a beneficiar da sua colaboração, na medida em que integrou a Comissão Externa de Acompanhamento do Centro e respondeu rapidamente a todas as solicitações que lhe íamos enviando.

Um bom amigo de Portugal, da Universidade Nova e do CHAM, Max Justo Guedes foi um excelente historiador. Não tinha a formação de base que a maioria de nós adquire na Universidade, mas trouxe para a História os seus conhecimentos da Náutica, a sua experiência de andarilho dos mares e também os meios técnicos que a Marinha lhe proporcionava, e que lhe permitiram fazer abordagens únicas a temas tão importantes como o da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil. Investigador rigoroso, integrou uma geração que em Portugal teve como expoente máximo Luís de Albuquerque e que nos desvendou muitos problemas que tolhiam a historiografia dos Descobrimentos no âmbito da história da marinharia.

A historiografia da História da Expansão Portuguesa pelo Mundo e da História da Globalização foi enriquecida pela passagem de Max Justo Guedes por este mundo.

Recensões

Stefan HALIKOWSKI-SMITH, *Creolization and Diaspora in the Portuguese Indies. The Social World of Ayutthaya, 1640-1720*, Leiden, Brill, 2011, 456 pp. ISBN 9789004190481

Stefan Halikowski-Smith's work gives a much needed contribution on a theme that requires a consistent study, that is, the Portuguese in Southeast Asia and their creolization process in the seventeenth and early eighteenth centuries. The book is divided into ten chapters, appended with a copious list of translated documents and a lengthy bibliography. Halikowski-Smith adopts "L. Andaya conceptual category of the Portuguese tribe" as an underlying basis of the overall argument of his book: perceiving the "Portuguese tribe" and its diasporic connections in terms of informal inter-communitarian dynamics, rather than a formal, institutionalized community associated with a (declined) European power, enables a more accurate picture of the Portuguese in Southeast Asia (pp. 6 and 300).

Halikowski-Smith does not think that the Portuguese diaspora "did well" in Siam after the re-settlement (p. 175); as a matter of fact, he attempts to probe into the reasons why they were not as successful as in an earlier period. But he also remarks that comparison across various Portuguese communities (namely in Cambodia and Burma) can come with some risks. Even though (as we are told) a more complete assessment of the Portuguese in Siam will be available in the doctoral thesis of Miguel Castelo Branco (focusing on the nineteenth century and beyond), several interesting observations are raised by Halikowski-Smith on the "dismal" development of the Portuguese community in Siam (pp. 209-10). Firstly, there seemed to have been an attitudinal problem: pride and insolence even in poverty (p. 177). Secondly, the Portuguese community in Siam would have been unable to "put on a show of strength sufficient to impress the Siamese monarch into allowing them concessions", such as their fellow Europeans had been able to achieve in the region (p. 181). Thirdly, Portuguese were also unable to amass sufficient capital or credit, and, hence, remained engaged in trade, mostly at a lower level. Fourthly, they lost skills as mercenaries. Finally, Catholic conversions in Siam were "nothing like the number or success made in Vietnam" or elsewhere in Southeast Asia (p. 139) despite the educational activities conducted at the Jesuit *colégios*, which programs were probably as vigorous as others at the same period.

Fresh approaches in Halikowski-Smith's work can also be detected in the chapter examining the Thai and Burmese temple murals, and especially in the section on the interior design of the Portuguese houses in *o campo português* (pp. 102-107). As the information culled from the murals depicts the Portuguese in different shades and garbs, from the sixteenth to the eighteenth century, this reviewer feels that the picture presented from this venue should be more closely contextualized. The consideration of certain murals as evidence, presented in an allegorical form fused with the Jātakas tales, can also be detracting to the author's main argument.

One or two points may be raised for a more critical consideration of Halikowski-Smith's work. In a book where the notion of "Portuguese tribe" is so important, more attention should be afforded to that conceptual framework. While "tribe" is an innovative and useful term to construct a paradigm of the Portuguese in the Far East – allowing one to perceive that group embedded in everyday life structures of Southeast Asia, and from a non-Eurocentric perspective – it might be theoretically developed, taking into account,

for instance, Morton Fried's work.¹ The "ethnic group" defined in Leonard Y. Andaya's contribution to *The Portuguese and the Pacific* was formed by four different collectivities: the *casados*, the *Marijkers*, native Christians, and the *Pampangers*.² The "Portuguese inhabitants" that took part in the settlement of Ayuthaya have migrated from Makassar and elsewhere. In my opinion, they were brought together in a way that seems to be closer to the colonization process described by Timothy Coates.³ In both cases, those "Portuguese inhabitants" could switch between various identities to carve out a survival. It may be also interesting to note that *levantados* and mercenaries who had achieved some measure of local fame and credibility, like Filipe de Brito e Nicote (Lisbon, 1556?-Syriam, 1613), still wished to be recognized by the vice-roys, in Goa. Finally, if the term "tribe" had been conceived from a broader perspective right at the beginning, it could also be applied to a wider range of historical circumstances, such as that of the Portuguese presence in Melaka in the nineteenth century (p. 210).

Besides a comprehensive map surveying the Portuguese diaspora in the East (from Bengal to Timor), this book presents a bibliography updated with the latest titles on the subject. Barring certain issues discussed above, Halikowski-Smith's work should be highly recommended to students and specialists who wish to understand the continued presence of the Portuguese in Southeast Asia and their creolization process throughout the seventeenth and eighteenth centuries.

SIM Y. H. TEDDY

(Nanyang Technological University, Singapore)

Filipa Ribeiro da SILVA, *Dutch and Portuguese in Western Africa. Empires, merchants and the Atlantic System, 1580-1674*, Leiden/Boston, Brill, 2011. 484 pp. ISBN 978 90 04 20151 4

Filipa Ribeiro da Silva's study of the Dutch and Portuguese presence in the Atlantic, which is the final result of her PhD research at Leiden University, fills a number of lacunae. To begin with, the absence of a comparative and thorough analysis of two "maritime empires" that left a profound mark on trade and politics in Europe and beyond in the sixteenth and the seventeenth centuries, makes the book a welcome addition to an ongoing debate on the history of the European presence in the Atlantic. Second, given that its subject and aim is to rewrite Atlantic historiography by taking a closer look at (Western) Africa, the book has the merit of placing in the centre of the debate an area that has been largely ignored by the proponents of the "Black Atlantic".¹ Thereby, the book kills two birds with one stone, i.e. emphasizing the importance of West Africa as a place of key transactions, and shifting the focus to the Southern Atlantic rather than exclusively dealing with its Northern hemisphere. Thirdly, the author's thorough excavation of Portuguese and Dutch archives has allowed her to increase the stakes, advancing further than her

¹ Morton H. FRIED, *The Notion of Tribe*, Massachusetts, Cummings Publishing, 1975.

² Francis A. DUTRA and João Camilo dos SANTOS (ed.), *The Portuguese and the Pacific. International Colloquim at Santa Barbara*, Santa Barbara, Center for Portuguese Studies, University of Santa Barbara, 1995, 129-131.

³ Timothy COATES, *Convicts and Orphans: Forced and State-Sponsored Colonizers in the Portuguese Empire, 1550-1755*, Stanford, Stanford University Press, 2001.

¹ See Charles PIOT, "Atlantic Aporias: Africa and Gilroy's Black Atlantic", *The South Atlantic Quarterly*, 100, 1, 2001, pp.155-170.

predecessors into the realm of mercantile and financial networks, and thereby challenge some existing perspectives on their Atlantic exploits. Fourth, the study raises some highly relevant questions associated with the nature and dynamics of “empires” that have been the object of an increasing number of contributions over the last decades. Last and by no means least, the clarity of the book’s narrative enables the reader to gain a birds’ eye view of a highly complex issue, namely the reasons for the rise and fall of “maritime empires” and their “monopolies”, and how they interrelated over time.

Ribeiro da Silva’s study should therefore be seen as one in a series of publications by historians of empire in the broadest sense of the term. The book should not be seen as a mere contribution to the debate on the Atlantic, but has a wider significance for the economic historiography of global interactions during the (short) period in question. Given that the interconnections between institutions and people in different parts of the globe form its main subject, the book reminds the reader of the speed with which that world was actually expanding – or shrinking, depending on the viewpoint – rather than being carved up into corridors or “middle passages” that impeded interaction between separate imperial fiefdoms. The study’s main hypothesis – that, although these “seaborne empires” did compete with each other, they were not mere (political) rivals, and were strongly interconnected by a myriad of kin and commercial networks –, challenges ideas that have long held sway amongst historians. Rather than the rise of one Atlantic enterprise, by the Dutch, being the immediate cause of the demise of the other, the Portuguese, the author holds that other factors played a key role in this respect, against the background of a Europe troubled by war and strife. In just over three hundred pages, Ribeiro da Silva shows that research into Euro-Afro-American-Atlantic transactions is a lot more complex than it seems, requiring a detailed analysis of primary sources such as notarial contracts, which provide a very different view of the economic and financial map of the “Atlantic system”.

The book is divided into two parts, on the building of Atlantic empires and the role of Western Africa in Portuguese and Dutch economies. Each part is divided into three chapters: chapters two to four cover the institutions, people, and colonial societies, while chapters five to seven discuss the trade routes and markets, the intercontinental trade and the role of private traders in Atlantic networks. Each chapter contains a short introduction and a conclusion that recapitulates the main facts and arguments. The book’s introduction provides a concise summary of parts and chapters, as well as placing the book in the wider debate on the Atlantic, imperial projects and Africa’s role in the intra- and intercontinental trade. The book ends with a short conclusion that aptly summarizes the principal threads of the narrative and leaves the reader with some additional food for thought.

Probably, most readers will not be aware of Ribeiro da Silva’s previous work, which includes an incursion into another issue that also figured as a lacuna in the historiography of the Portuguese presence in the Atlantic, i.e. the Inquisition.² By focusing on the Inquisition’s role in Portugal’s African possessions from its inception in 1536 to its abolition in 1821, the author already marked out a niche for herself as a historian of complex and hitherto largely ignored or understudied subjects. Choosing a topic for her PhD project that transported her into the fray of heated debate might, at first, look like an altogether different challenge. But, essentially, one study built on another, for having allowed the author to penetrate into the intricate triangular webs spun by actors across the Atlantic, who were persecuted both on the Iberian Peninsula, in Africa and in the New World. The notable presence of Sephardi traders in the Atlantic, figuring prominently in both studies,

² Filipa Ribeiro da SILVA, *A Inquisição em Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe (1536 a 1821): contributo para o estudo da política do Santo Ofício nos territórios africanos*, MA dissertation, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2002.

testifies their importance for a better understanding of commercial exchanges and cultural interactions. Within the debate on the Atlantic, the question of Sephardi agency has become a sub-thread that in recent years also gained greater prominence in research on West Africa's role in economic exchanges.³ And recent studies of their activities in a wider framework have established other mercantile, cross-cultural connections, i.e. between the Portuguese and Dutch presence in the Atlantic and the Sephardi community's role in them.⁴ In the introduction, the author justifies her laudable option for a comparative framework with the similar size of the countries that competed for control of settlements, trade and markets (p. 5). At the same time, they also had distinct institutional, cultural and religious traditions, as well as notably different economies. In this respect, their exploits in West Africa and the Atlantic serve as a test case for her research question of whether the two countries' overseas activities actually represent two "models" of empire building with distinct economic strategies (p. 7). Therewith, the author expresses doubts as to the validity of approaches that turned the mercantile and political strategies employed by the two states in the Atlantic into distinct historical paradigms of empire building.

The second chapter takes the reader on a voyage through the institutions upon which the Portuguese and Dutch Atlantic adventures were founded, which, as she rightly notes, had been largely ignored. The institutions that the Portuguese Crown and the Dutch Republic implanted overseas clearly differed in many respects, for being based upon their own "national" models, but they also changed over time, both in Europe and elsewhere. Indeed, this issue constitutes a key to the main arguments of much the book. In both countries, the political decision-making process regarding their overseas interests was subject to major changes during the seventeenth century: in the Portuguese case, the country's integration into the orbit of Castile and the Habsburg dynasty from 1580 to 1640 transferred the centre of power to Madrid and of mercantile, maritime exchange to Seville, while the establishment of the (first) West-Indische Compagnie (WIC) in 1621 altered the politics of Dutch trade in the Atlantic by adding novel institutional players to their implementation, until its demise in 1674. The actions of public administrators, the nobility, resident officials and settler-traders and planters in the Portuguese context, and of the Chambers, the States General, the mercantile bourgeoisie and the governors of the different Dutch establishments, all contributed to "tensions of empire". But in the Atlantic, politics were not merely metropolitan, but also regional and local; in this respect, the establishment of the Crown's representatives in West Africa and the Americas from the mid 1500s and of Dutch footholds in the areas on both sides of the Atlantic in the early 1600s, gave a certain autonomy and margins for manoeuvre to institutions and their representatives in those distant territories. As a result, the decision-making processes became more complex as more actors emerged in different locations, thereby introducing new links in the chains of command. Military, commercial, judicial and fiscal institutions

³ António de Almeida MENDES, "Le rôle de l'inquisition en Guinée: vicissitudes des présences juives sur la Petite Côte (XV^e-XVII^e siècles)", *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, n.º 5-6, 2004, pp. 137-155; Tobias O. GREEN, *Masters of Difference: Creolization and the Jewish Presence in Cabo Verde, 1497-1672*, PhD dissertation, Birmingham, University of Birmingham/Centre of West African Studies, 2007; Peter MARK and José da SILVA HORTA, *The Forgotten Diaspora: Jewish communities in West Africa and the making of the Atlantic World*, New York, Cambridge University Press, 2011; Wim KLOOSTER, "Communities of Port Jews and their contacts in the Dutch Atlantic world", *Jewish Studies*, n.º 20, 2006, pp. 129-45.

⁴ See, for example, Cátia ANTUNES, *Globalisation in the Early Modern Period: the economic relationship between Amsterdam and Lisbon*, Amsterdam, Aksant, 2004; and Jessica ROITMAN, *Us and Them: inter-cultural trade and the Sephardim, 1595-1640*, PhD dissertation, Leiden, Leiden University, 2009.

all with their own agents and interests – and one could add *habitus* here – played a role in the success or failure of “imperial” designs. Thus, disputes between the different institutional actors and problems of coordination between them, were to hamper the Dutch WIC enterprise, as well as the strict territorial divisions of trade (p. 80). In the Portuguese case, the monopolies imposed by the Portuguese and Spanish Crown were to fail on account of the increasing fragmentation, as contracts and licenses were leased to private traders on a large scale through a system of *contratadores* and *avençadores*, who doubled as officials and traders in their own right, turning commercial monopolies into virtual ones. Overall, the Portuguese “model” shifted from a “closed” monopoly to a privatized set up, while the Dutch changed from a free to a monopoly trade and backtracked again during the period in question. The author shows how these shifts were essentially the result of lobbying, negotiation and conflict between institutions and actors in different and distant locations across the globe that adapted themselves to changing conditions and environments.

In the third chapter, the reader follows the movement of people throughout the Atlantic, from European and African – free and forced – migrants via the emergence of “mixed” communities in Atlantic ports and settlements, to colonial societies that formed as a result of trade and settlement. The chapter makes it clear that in the case of West Africa, the role of locally recruited labour was more significant than has so far been posited in the period under consideration, as was the role of local trading communities in the formation of Dutch and, above all, Portuguese strongholds. These trends were not only the result of the Portuguese having explored these shores a lot earlier than the Dutch, therefore anticipating the emergence of settler communities that interacted with African “landlords”, but also of the different “imperial” strategies employed. The lack of cross-cultural connections and interaction in the case of the Dutch, while allowing for a greater mobility in the Atlantic, also proved to be their Achilles heel. Recent scholarly work drawing comparisons between the presence of Dutch actors in Brazil, the Caribbean, South Africa and the East Indies – which is unfortunately largely absent from the book – provides interesting insights into this aspect of Dutch expansion.⁵ It illustrates how the legal, social and cultural categories applied to the Republic’s overseas possessions were highly fragmented, which, as if mirroring the Greek *polis*, drew clear lines between the officials and “burghers” on one hand, and the free and enslaved inhabitants on the other, thereby impeding or restricting mutual permeability. Paired with the lack of a missionary strategy, in strong contrast to Portuguese and Spanish efforts, a linguistic “deficit” and a strongly anti-uniformist discourse, Dutch policies and practices were characterized by a mercantilist and pluralist but, essentialist and fundamentally, segmented project for trade and settlement. This perspective, which emanated from the divided but negotiated genesis of the Dutch Republic, stands in apparent contrast with the Portuguese – and Spanish – aristocratic, centralist and uniformly Catholic approach that sought to penetrate and

⁵ See, for example, Richard ELPHICK and Herman GILIOME, *The Shaping of South African Society, 1652-1840*, Middleton, Wesleyan University Press, 1988; Edward DEW, *The Difficult Flowering of Suriname. Ethnicity and Politics in a Plural Society*, The Hague, Nijhoff, 1978; Harry HOETINK, *Het Patroon van de oude Curaçaose samenleving*, Amsterdam, Emmering, 1987; Maarten SCHALKWIJK, *Colonial State-Formation in Caribbean Plantation Societies: structural analysis and changing elite networks in Suriname, 1650-1920*, PhD dissertation, Cornell, Cornell University, 1994; Gert OOSTINDIË, *Paradise Overseas. The Dutch Caribbean: Colonialism and its transatlantic legacies*, Oxford, Macmillan, 2005; Fernando Rosa RIBEIRO, “The Dutch Diaspora”, *Itinerario*, Leiden, 22, 1, 1998, pp. 87-106; Jean Gelman TAYLOR, *The Social World of Batavia: European and Eurasian in Dutch Asia*, Madison, University of Wisconsin Press, 1983; Ann Laura STOLER, *Carnal Knowledge and Imperial Power: race and intimate in colonial rule*, Berkeley, University of California Press, 2002; and also Mark MEUWESE, “Indigenous Peoples and the

unitize societies by military, civil and religious means. This process can be illustrated by settlement policies pursued by Portuguese and Spanish overlords, including the large-scale use of forced migration, in order to populate, administer and maintain outposts in Portuguese and Spanish possessions, whereas the WIC did not promote settlement in its possessions, except for the short lived Angolan experience (p. 135). The preference of Portuguese and Spanish administrations for employing slave labour rather than free workers in their settlements and factories, and the considerable mobility of those men and women by means of training, manumission and pawning – the latter not referred in the study – would distinguish them from the Dutch, who tended to favour the contracting of free, skilled personnel (p. 134), thus restricting slave labour to menial jobs beyond the European perimeter.⁶ What should be added here is that these strategies reflected notable cultural differences, based upon the respective social and economic matrix in the Iberian Peninsula and the Netherlands at the time: the former characterized by a rural, *latifundio* society in which nobility and clergy exercised considerable power, the latter by a rising *burgerstand*, a citizenry – an urban *brede middenstand* (broad middle-class) – composed of traders and artisans locked in “the moral ambiguity of good fortune”.⁷ The – limited – debate, at the time, on the pros and cons of the Republic engaging in the slave trade and the attitudes towards Africans, may serve as an example here.⁸ The gradual shift in Dutch discourse and practice towards cross-cultural interaction is illustrated, for example, by Everts for the West African coast, and Elmina for the seventeenth and, in particular, the eighteenth century.⁹

As the reader moves into a discussion of “colonial societies” in the fourth chapter, it becomes clear that these distinctions serve as fundamental cultural markers of the Portuguese and Dutch presence overseas for the author, to the extent that they actually influenced economic and political outcomes. Examples are given of Europeans, civilian and military – no relevance is given here to ecclesiastical actors –, free and enslaved Africans, and those of “mixed descent”, and comparisons made between Portuguese and Dutch attitudes toward their employment. The respective agency of these groups shows clear distinctions: whereas in the Portuguese possessions enslaved Africans and people of “mixed descent” played a major role, in locations controlled by the Dutch, Europeans and free Africans were much more important. However, the chapter’s title, “shaping colonial societies”, is somewhat lacking in scope and conviction, not only for being considerably shorter than others, but on account of its inability or unwillingness to connect the formation of these settlements with the African societies that surrounded them and in whose territory they were established. A considerable and growing literature on the

Dutch Globalization of the Atlantic World, 1600-1700”, in Liliane Rodriguez (ed.), *Aboriginal Governance and Globalization: Proceedings of the International Symposium held at the University of Winnipeg (Canada) January 31st February 2nd 2008*, Winnipeg, University of Winnipeg, 2009, pp. 61-78.

⁶ However, these practices were relevant to the Dutch East India Company (VOC); see Kerry WARD, *Networks of Empire: forced migration in the Dutch East India Company*, Cambridge, Cambridge University Press, 2009.

⁷ Simon SCHAMA, *The Embarrassment of Riches: an interpretation of Dutch culture in the Golden Age*, London, Fontana Press, 1991, p. 4.

⁸ Allison BLAKELY, *Blacks in the Dutch World: the evolution of racial imagery in a modern society*, Bloomington, Indiana University Press, 1993.

⁹ Nathalie EVERTS, “The Social Outcomes of Trade Relations: ties between Africans and Europeans in the hubs of the slave trade on the Guinea Coast”, in Wim Klooster (ed.), *Migration, Trade and Slavery in an Expanding World. Essays in Honour of Pieter Emmer*, Leiden, Brill, 2009, pp. 141-64.

relations between Atlantic ports and settlements, and African “landlords” has projected the strategies employed by their representatives in controlling access to European commodities and conditioning or denying access to Europeans to local human and material resources. Thus, the shaping of Atlantic coastal settlements was also co-determined by African societies, and not just economically, a factor which gains great importance in the West African context.¹⁰ The manifest disinterest of the Dutch in promoting permanent settlement and penetrating the interior was received in a very different way by Africans than the Portuguese tendency to work through or operate relay networks to penetrate the interior, which, in turn, underpinned the building of regional spheres of influence, and held different implications for “empire building”. Thus, depending on the area of contact, societies along the Upper Guinea coast, the Gulf of Benin and in Angola were in a position to condition the nature of Portuguese administration, exchange and settlement to a much greater extent than the author cares to admit.¹¹ Whereas in the case of Angola, military campaigns were put in place to conquer and control certain areas during the seventeenth century when a kind of colonial society emerged, in other areas, such as the Gulf and Upper Guinea, they solely relied on mercantile dynamics without the concomitant formation of “colonial societies” until the wars of “pacification” in the twentieth century. Then again a totally different context emerges in insular settings such as the islands of Cape Verde and São Tomé and Príncipe, where, gradually, Portuguese control is challenged and thereafter undermined by local Creolised “elites”.¹² Rather than helping the Portuguese to extend their monopoly over transactions, they would decisively shape these insular “colonial societies”, implanting their own institutions, which, unfortunately, remain beyond the scope of the book, despite their relevance for economic and financial activities.

The second part shifts the stage to the interaction between European states, trading companies and private merchants, distancing itself from the notion of “national clusters” or “subsystems” and advocating the transversal, transnational and cross-cultural nature of Atlantic trade. The detailed analysis of archival documentation which forms the mainstay of part two of the book produces an enormous amount of information that has hitherto been largely ignored or remained peripheral to Atlantic studies. The variety and complexity of trade routes, and their change over a period of an entire century, implies the time-consuming study of a plethora of primary sources, including traders’ journals, ships’ logs, day-registers, contracts, licenses and notarial contracts. The reader is rewarded with the careful mapping of routes, cargoes, markets, transactions, interactions and networks, illustrated with statistics compiled from these documents and presented in the form of lists, graphs and bar charts. Thus, the second part forms the core of the book, and provides empirical support for the authors’ hypotheses. Chapter five allows the reader a peak into the overlapping geography of Portuguese and Dutch trade, which also vied for similar products and commodities – and also in some cases the same local buyers and suppliers – but operated by means of different routes. For the Portuguese overseas sailing routes, the book partly relies on the intricate reconstruction of Atlantic and coastal circuits made by

¹⁰ For interesting, recent research on Afro-Dutch relations covering the same period, see the study by Mark MEUWESE, *Brothers in arms, partners in trade: Dutch-indigenous alliances in the Atlantic world, 1595-1674*, Leiden, Brill, 2012, particularly chapter 4, on alliances between the WIC and indigenous rulers, i.e. *sobas*, in Angola and Kongo between 1625 and 1648.

¹¹ On Angola and Afro-Portuguese relations, see the study by Joseph C. MILLER, *Way of Death: merchant capitalism and the Angolan Slave Trade*, Madison, University of Wisconsin, 1988, above all chapter 8, and Roquinaldo FERREIRA, “Ilhas Crioulas: o significado plural da mestiçagem cultural na África Atlântica”, *Revista de História*, 155, 2, 2006, pp. 17-41.

¹² For the role of creolised strata, see Philip J. HAVIK & Malyn NEWITT (eds.) *Creole Societies in the Portuguese Colonial Empire*, Bristol: Lusophone Studies, 2007.

the authors of the three volume study on Cape Verdean history published between 1991 and 2002.¹³ The database of slave voyages compiled by Eltis and Richardson also helped with the mapping of routes, cargoes and crews of Atlantic shipping to and from West Africa. Routes were to change with the shift from monopoly to private out-contracting by the Portuguese, their integration into Spanish circuits and the rise of local intermediaries in the seventeenth century, while the navigation of Dutch entrepreneurs in Atlantic waters changed with the occupation – and the subsequent loss – of Northern Brazil, São Tomé and Angola by the WIC. Thus, cargoes, patterns of supply and demand in relation to the barter trade with African societies are coupled with commodity transactions in the New World; with regard to the former, the role of iron appears to be underestimated, as is salt, while the production of cotton cloth, the so called *bandas*, in settlements on the Guinea coast – a key exchange good for obtaining slaves which was manufactured in the Cape Verde islands – is hardly mentioned. It is interesting to note here that the Portuguese re-export of African produce to Northern European ports in the 1600s (p. 224), despite the obvious returns obtained, already illustrates the great dependence on empire as the country's fragile rural economy proved incapable of generating sufficient internal revenue,¹⁴ a situation which stood in stark contrast to the Republic's notable increases in the volume of domestic indirect and direct taxation from the 1590s. Interestingly, chapter six crucially documents the fluctuations of shipping in the Atlantic. Periods of decrease of Portuguese shipping for the era from 1556 to 1675 appear to coincide with periods of increase of their Dutch counterparts, except for the 1590s and the 1620s (p. 233), which would seem to confirm the idea of a causal relationship between the collapse of Portuguese shipping in the 1630s and the arrival on the scene of the Dutch proposed by Boxer. Following authors such as Emmer, Rahn-Philips and van den Boogaart,¹⁵ Ribeiro da Silva takes other factors into account, such as wars (e.g. the 80 years war from 1568-1648, and the War of Independence between Portugal and Spain from 1640 to 1668), lulls in the fighting (the 12 years truce between 1609-1621), the Peace Treaty between Portugal and the Republic (1662), military confrontation in Angola and Brazil, attacks on shipping, embargoes, the Portuguese loss of the *asiento* in 1640, and the lack of control over supply and consumption markets. While the granting of licenses by the WIC in 1638 to private traders, in order to counter the loss incurred in the Brazilian sugar trade, as mills and plantations were destroyed by armed conflict, led to a notable increase in Dutch maritime activity, the creation of a monopoly company, the *Companhia Geral do Comércio do Brasil* in 1649, did nothing to increase Portuguese shipping (pp. 241-242). The underlying suggestion, which permeates the book's narrative, is that by the mid seventeenth century monopolies proved to be outdated and largely ineffective, and that "free" trade operating on the fringes of monopolies or within their orbits ended up being the driving force behind economic growth overseas and the diversification of routes and commodities. Thus, in the 1600s,

¹³ Maria Emília MADEIRA SANTOS (ed.), *História Geral de Cabo Verde*, Vol. I, 1991, Vol. II, 1995, Vol. III, 2002, Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde.

¹⁴ Jorge M. PEDREIRA, "As consequências económicas do império: Portugal, 1415-1822", *Análise Social*, XXXII, 1998, pp. 433-461; op. cit., p. 442, 445.

¹⁵ Pieter EMMER, "The First Global War: the Dutch versus Iberia in Asia, Africa and the New World, 1590-1609", *e-JPH*, 1, 1, 2003; http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue1/pdf/emmer.pdf; Carla RAHN-PHILIPS, "The Growth and Composition of Trade in the Iberian Empires" in James D. Tracy, *The Rise of Merchant Empires. Long distance trade in the early modern world, 1350-1750*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, pp. 34-101; E. van den BOOGAART et al., *La Expansion Holandesa en el Atlantico, 1580-1800*, Madrid, Mapfre, 1992.

state controlled “monopoly trade” seems a hindrance to the expansion and intensification of maritime trade routes, cargoes and therefore of “empires”. Whereas the access to Spanish markets had given Portuguese shipping a great boost from the 1590s on, the wars in which Spain was involved, including its conflict with the Republic, were to imply increasing costs for Portuguese tax payers and thus for trade, thereby accelerating the movement towards independence. If the costs of empire building through monopolies and territorial conquest proved too high the question appears less a “struggle for control”, as emphasized by the author, than of actual political and economic *management*. While the Portuguese initially opted for a strategy of outright control and then sought to lower costs by leasing out contracts to private interests, Dutch authorities created a monopoly company with military inputs that increased costs and overstretched resources and supply lines. But the time lapse of the former and the latter is noticeably different: while the Dutch inverted their strategy within a decade or so of creating the monopoly, the Portuguese – and Double – Crown took a lot longer to change its mind. Thus, not only the institutions and strategies differed, but also the dominant *management cultures* of “empires” and their trading communities in global transactions and how they were perceived by these players and their competitors, were substantially different. This important topic could have been further developed in the book, which despite – or maybe precisely because of – its focus on institutions, administration and functions – and the question of coordination and communication –, tends to be overly concerned with the notion of control, a familiar thread in empire studies.

Another issue, that of capital accumulation and investment, only mentioned in passing in the book until the last chapter, could also have been explored in more depth, as it seems to mark the difference between the two “empires”. The lack of capital on the Portuguese side is not clearly explained, nor is the notorious lack of investment in its West African strongholds, which contrasts with Spanish efforts from the 1570s onwards in its American possessions. One of the relevant circumstances here was the opposition of African societies to further encroachment; thus, investing in these sites was risky and failures could imply costly losses. The successful ‘reconquista’ of Portuguese possessions in Brazil and Angola which coincided with the peace treaty between the Dutch States General and Castile, illustrated the complexities of warfare on African soil. The “switch” to the leasing of contracts to private traders – which lowered bureaucratic “overheads” – did not increase investment in Portugal’s “colonial” possessions, where infrastructures crumbled as traders sought (individual) protection and to secure material benefits via African potentates and marriages into ruling lineages. But it did reduce risks. Indeed, this would be one of the main problems facing Portuguese activities overseas and in Western Africa – well beyond the 1600s – i.e. the reticence and unwillingness of the Crown and private merchants to take risks and the lack of proper ‘national’ mechanisms to protect them against costly failures. A tip of the veil is lifted in chapter seven, when the author focuses on private investors and their agency in commercial networks. The role of Dutch insurers takes up the majority of these pages, and for a good reason. During the 1600s, they accounted for almost 80% of the African trade while the Sephardi merchants established in Amsterdam covered the remaining risks. Building on the work of Freire Costa,¹⁶ the author goes on to provide statistics and case studies that substantiate this hypothesis. A quote from the book may suffice to illustrate this phenomenon: “The Dutch entrepreneurs did not only insure the ships and the cargoes of the Dutch, Flemish, German merchants and Portuguese Sephardi Jews established in Amsterdam, but also most of the vessels sailing in the long-distance and coastal circuits of the Portuguese Atlantic” (p. 277).

¹⁶ Leonor Freire COSTA, *Impérios e Grupos Mercantis – entre o Oriente e o Atlântico, Século XVII*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

The data presented in this chapter are without doubt an important achievement of Ribeiro da Silva's research: after all, doing business in the Atlantic was hazardous, and without proper legal and financial cover, considerable investments could be left without returns and enterprises bankrupted. Skillful risk *management* was therefore the key to successful businesses. Case studies show how traders insured their vessels and cargoes, and how Sephardi merchants acted as insurance brokers or *assuradeuren* for their Portuguese colleagues, as well as for officials, including enterprising "*contratadores*". Indeed, the innovative process of creating financial instruments and generating sizeable revenues in the last quarter of the sixteenth century in order to pay for the war against Spain (and fund public debt, commercial credit, the growing giral circulation of bills of exchange or *wisselbrieven*, as well as a booming stock market), had formed the basis for the expansion of Dutch interests overseas and its rise as a mercantile power from the early 1600s.¹⁷ While the use of convoys to protect the merchant navies was common but costly, risk-sharing by means of partnerships and insurance policies for entrepreneurial ventures became standard practice in the early 1600s, and would remain a highly lucrative, international business network in the Republic until the late 1700s.

The last sections of the seventh chapter on trans-imperial networks and cross-cultural interactions are probably among the most interesting, given the attempt to carve out a new niche in studies of "empire building" in the Portuguese and Dutch cases. The author mentions Ebert's work on inter-imperial connections,¹⁸ but could also have taken on board the recent study by Rothman on "trans-imperial subjects".¹⁹ The business networks of Dutch/Flemish, German, Sephardi and Portuguese origin discussed here demonstrate the absence of models and the convergence of practice in Atlantic trade circuits, thereby shifting the analysis to negotiation, brokerage and networks. Notarial contracts indicate that while most of the cross-cultural partnerships registered were between members of the same merchant groups or clusters, these collective ventures were common (amongst the wealthier entrepreneurs) in the West African trade (p. 319). However, one should add that they were a *conditio sine qua non* of mercantile activity in the region, not only to reduce risks but also to maximize the benefits accruing from the privileged relations traders had with African buyers and suppliers in different locations. This also goes to explain the inclusion of interlopers in these networks such as the *lançados* and the *lorrendraaiers* or smugglers, who were particularly active on the Upper Guinea coast and Angola respectively,²⁰ and undermined state or company monopolies. The emergence of new state-funded chartered, monopolistic companies in the second half of the seventeenth and in the eighteenth century in other European states such as England and France, as well as in Portugal and the Republic, which centered on West Africa, seems to indicate the continuing pursuit of gain and glory, in spite of past experiences, but did not imply the reduction or neutralization of activities or revenues of private stakeholders in the labyrinth of networks along African shores.

¹⁷ See James D. TRACY, *The Founding of the Dutch Republic: war, finance and politics in Holland, 1572-1588*, Oxford, Oxford University Press, 2008.

¹⁸ Christopher EBERT, *Between Empires: Brazilian sugar in the early modern Atlantic economy*, Leiden, Brill, 2009.

¹⁹ E. Nathalie ROTHMAN, *Brokering Empire: trans-imperial subjects between Venice and Istanbul*, Ithaca, Cornell University Press, 2011. The study covers the same period as the book under review, and is based upon the author's PhD dissertation, *Between Venice and Istanbul: Trans-Imperial Subjects and Cultural Mediation in the Early Modern Mediterranean*, University of Michigan, 2006.

²⁰ See Henk den HEIJER, *Goud, Ivoor en Slaven: scheepvaart en handel van de Tweede Westindische Compagnie, 1674-1740*, Zutphen, Walburg Pers, 1997.

While the author builds upon the work of Ratelband, Boxer and Emmer,²¹ she takes the analysis a step further by providing a solid foundation through a careful reading of secondary and above all primary sources for a thorough reassessment of the relevance of empires and imperial borders. Her book is a must for an understanding of Atlantic exchange and institution building, as well as a most useful guide to the different approaches to these issues and a most welcome and fundamental contribution to comparative historical research. It builds upon extensive research by scholars of Atlantic history, including Postma, Enthoven, van der Woude, de Vries, and Oostindië²² as well as Russell-Wood, Newitt, Bethencourt, Ramada Curto, Alencastro, Freire Costa and many others.²³ While one the principal merits of Ribeiro da Silva's work is her contribution to the deconstruction of categories and concepts, it hesitates to advance in new epistemological directions. The recent focus on inter-imperial encounters, trans-imperial actors and their networks provides a window of opportunity for Ribeiro da Silva and other historians to challenge head-on outdated concepts of "empire" and "empire building", following the work by Emmer and Klooster²⁴ for Dutch ventures, and the recent study by Lamikiz for the Iberian context.²⁵ Indeed, (similar) approaches based upon the notion of "trade-diasporas" have been applied over the last decades to the Atlantic²⁶ and to West African commerce, a region which on account of its specific characteristics and patterns of cross-cultural trade and interaction is well suited to the study of trade networks.²⁷

²¹ Klaas RATELBAND, *Nederlanders in West Afrika, 1600-1650: Angola, Kongo en São Tomé*, Zutphen, Walburg Pers, 2000; Klaas RATELBAND, *Os Holandeses no Brasil e na Costa Africana: Angola, Kongo e S. Tomé (1600-1650)*, Lisboa, Vega, 2003; Charles R. BOXER, *The Dutch Seaborne Empire, 1600-1800*, New York, Alfred Knopf, 1965; and *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825*, London, Hutchinson, 1969; Pieter EMMER, *The Dutch in the Atlantic Economy, 1580-1880: trade, slavery and emancipation*, Aldershot, Ashgate, 1998.

²² Johannes POSTMA and Victor ENTHOVEN (eds.), *Riches from Atlantic Commerce: Dutch Transatlantic Trade and Shipping, 1585-1817*, Leiden, Brill, 2003; Jan de VRIES and Ad van der WOUDE, *The First Modern Economy: Success, Failure, and Perseverance of the Dutch Economy, 1500-1815*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997; Jan de VRIES, "The Dutch Atlantic Economies", in Peter A. Coclanis (ed.), *The Atlantic Economy During the Seventeenth and Eighteenth Centuries: Organization, Operation, Practice, and Personnel*, Columbia, SC, University of South Carolina Press, 2005, pp. 1-10; Gert OOSINDIË (ed.), *Dutch Colonialism, Migration and Cultural Heritage*, Leiden, KITLV Press, 2008.

²³ Luiz Filipe de ALENCASTRO, *O Trato dos Videntes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, Séculos XVI e XVII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2005; Roquinaldo FERREIRA, *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the era of the slave trade*, Cambridge, Cambridge University Press, 2012; Malyn D. NEWITT, *A History of Portuguese Overseas Expansion, 1400-1668*, London, Routledge, 2005; FRANCISCO BETHENCOURT and Diogo Ramada CURTO (eds.), *Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007; A. J. R. RUSSELL-WOOD, "Sulcando os mares: um historiador do império português enfrenta a 'Atlantic History'", *História*, São Paulo, 28, 1, 2009, pp. 17-70.

²⁴ Pieter EMMER and Wim KLOOSTER, "The Dutch Atlantic, 1600-1800: expansion without empire", *Itinerario*, 23, 2, 1999, pp. 48-69.

²⁵ Xabier LAMIKIZ, *Trade and Trust in the Eighteenth-Century Atlantic World. Spanish Merchants and Their Overseas Networks*, Royal Historical Society Studies in History New Series, Rochester, Boydell & Brewer, 2010.

²⁶ Richard KAGAN and Philip D. MORGAN, *Atlantic Diasporas: Jews, Conversos and Crypto Jews in the age of mercantilism*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2009.

²⁷ See the publications of Jill R. DIAS, to whom Ribeiro da SILVA's book is, in part, dedicated; for an overview, see *Portuguese Studies Review*, 19, 1 and 2, 2011, a special issue in memory of Jill Dias' work, edited by Joseph C. Miller, Philip J. Havik and David Birmingham.

In fact, while discussing concepts such as “Atlantic system” and “empires”, as well as “Atlantic history” and offering a critique, the author does not propose new theoretical frameworks for analysis. Despite building upon and adding to the literature that questions these notions and casting doubt upon paradigms and theories associated with the economic fortunes of “empires”, she continues to employ terminology such as the “Portuguese”, “Iberian” or “Dutch Atlantic” – possibly for want of better – that appears to run counter to the conclusions of her own research. Although Filipa Ribeiro da Silva does not hesitate to reject claims made by certain scholars on a number of issues, she would be well advised to pick up the threads that are implicit in her book, transcend conceptual barriers and venture further into the realm of trans-national, trans-Atlantic and West African connections by taking an in-depth, interdisciplinary look at actors, both male *and* female, European *and* African, and their practices, while exploring the intricate cross-cultural networks they built over time and their fascinating, ever changing dynamics.

PHILIP J. HAVIK

(Instituto de Investigação Científica Tropical)

Bruno Romero Ferreira MIRANDA, *Gente de Guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*, Leiden, Universiteit Leiden, 2011, 397 pp.

Gente de Guerra constitui a tese de doutoramento de Bruno Miranda, recentemente defendida na Universidade de Leiden, na Holanda. Trata-se, pois, de uma primeira versão de um texto que o autor, com mais tempo, terá certamente oportunidade de rever tendo em vista uma publicação definitiva. De qualquer modo, não deixa de ser pertinente dar a conhecer, desde já, este trabalho. Além disso, espera-se que os comentários e sugestões que aqui são deixados possam dar um pequeno contributo para a melhoria da sua versão final.

O livro é constituído por seis capítulos, distribuídos por três partes, para além da introdução e do que o autor designa por epílogo e considerações finais. Nos dois capítulos da primeira parte, intitulada «Origens», procura-se saber quem eram os militares enviados para o Brasil entre 1629 e 1653 pela Companhia das Índias Ocidentais holandesa (WIC). Com o objetivo de traçar o perfil de um grupo, são identificadas, no primeiro capítulo, as diversas origens geográficas desses homens (referindo-se aos movimentos migratórios que na época ocorriam no interior da Europa), as suas idades, estado civil e até crenças religiosas. Já no segundo capítulo, é analisada a forma como a WIC recrutava e atraía os homens que depois partiam para o Brasil, procurando-se ainda perceber se esses indivíduos tinham alguma perceção da realidade brasileira e daquilo que aí os esperava. Destaque-se o subcapítulo 2.3, sobre a circulação da informação, que merecia até ser mais desenvolvido. A segunda parte, dividida em três capítulos, trata uma série de questões relacionadas com a vida quotidiana dos militares. O terceiro capítulo aborda aspetos como o pagamento, o alojamento e o sistema de provimento das tropas, com destaque para os problemas do fornecimento de alimentos, bebidas alcoólicas e vestuário. O modo como as doenças afetavam as tropas da WIC é tratado no capítulo quarto. Partindo das conclusões a que chegara no capítulo anterior, o autor sublinha que muitas das enfermidades se deviam não necessariamente ao clima tropical ou à inexistência de anticorpos nos organismos dos homens da WIC, mas sobretudo a uma alimentação defici-

tária e uma higiene precária, a que se juntavam os conhecimentos médicos rudimentares da época. No quinto capítulo descrevem-se as tarefas diárias dos militares e alguns aspetos relacionados com as suas carreiras, analisando-se a importância que a formação prévia e as relações pessoais de alguns desses indivíduos tiveram para a melhoria da sua situação no Brasil. Por fim, na terceira parte, composta por apenas um capítulo, procurou-se estabelecer uma relação entre os problemas de provimento com a indisciplina que por vezes surgia entre as tropas, defendendo o autor que nem sempre sublevação era sinónimo de resistência. Foi seu objetivo demonstrar «a relação das dificuldades no provimento da tropa com os problemas disciplinares do exército da WIC no Brasil e ainda apontar como as indisciplinas mencionadas por Nassau podiam ser formas de resistência dos militares às condições de vida vigentes na conquista, não constituindo apenas um mau comportamento inato da soldadesca, segundo apontaram Nassau, Barleus e alguns historiadores muitos anos depois» (pp. 276-277). A indisciplina das tropas constituiu, pois, um dos grandes desafios com que o governo da Companhia teve de lidar ao longo dos anos de permanência no Brasil. Aliás, o autor argumenta mesmo que «uma série de insubordinações de soldados teve um papel considerável na assinatura da capitulação da Companhia em janeiro de 1654, um evento que selou o destino da WIC no Brasil e que, de certa forma, concretizou os temores de levante geral registrados em alguns relatos de funcionários da Companhia» (p. 276).

Este último capítulo é, aliás, o mais bem conseguido e que me parece merecer um maior destaque, por trazer para a análise informação de capítulos anteriores e a relacionar entre si de forma a responder às questões nele levantadas, o que resulta num texto mais analítico do que os anteriores. Bruno Miranda demonstra como a WIC por vezes se via obrigada a negociar com as suas tropas, para conseguir mantê-las em ação, mesmo quando elas estavam nos limites de operação: «o diálogo entre comandantes e comandados mostrou-se tão importante quanto as rigorosas leis utilizadas para manter os homens disciplinados e em atividade» (p. 326). E, seguindo a mesma linha argumentativa, o autor propõe o que se pode considerar como a tese que defende neste seu trabalho:

[...] as dificuldades logísticas da WIC em prover o seu pessoal foram decisivas para o fracasso de seu projeto no Brasil. Dos primeiros aos últimos anos de ocupação, a Companhia foi várias vezes atravancada pelas reações de seu exército à sua ineficácia. Essas respostas deram-se sob a forma de fugas e motins que diminuam a capacidade operacional da tropa. [...] Apesar dos danos causados à Companhia por indisciplinas de militares, historiadores como Herman Watjen, José Antonio Gonsalves de Mello e Charles Boxer deram pouca ou quase nenhuma atenção ao assunto. Mesmo quando descreveram algumas destas ações, eles não as mostraram como procedimentos legítimos de negociação das tropas com as autoridades instituídas. Ocorridos ao longo dos anos, deserções, motins ou simples ameaças de revolta foram importantes fatores para o insucesso da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (p. 327).

Mas o livro em discussão apresenta outros aspetos que merecem ser realçados. Para além de uma vasta bibliografia, o autor recorreu a inúmeras fontes, grande parte delas originais, escritas em neerlandês e depositadas nos arquivos holandeses: cartas, registos notariais, diários, crónicas, memórias, panfletos, regulamentos governamentais, relatos. Uma variedade de tipologias documentais que enriquecem o texto e permitiram uma sólida fundamentação empírica. Além do mais, algumas delas, como os diários ou as memórias, que nem sempre encontramos nos arquivos, possibilitaram ao autor traçar-nos um quadro vivo do quotidiano daqueles homens de Seiscentos e, assim, concretizar plenamente um dos seus objetivos.

O livro apresenta, contudo, algumas debilidades, que podem ser ultrapassadas. A sua maior fraqueza está logo na introdução, o que acaba por ter reflexos nos diversos

capítulos e no «epílogo». A contextualização inicial sobre a presença da WIC no Nordeste do Brasil, ainda que útil, deveria surgir, por exemplo, como prólogo à primeira parte, ou então ser mais sumária. Tal como ela está, só quando chega à página 10 o leitor fica a saber de que trata verdadeiramente o livro: «estudar o episódio neerlandês no Brasil tomando como referencial a chamada história do cotidiano. [...] Esse é um trabalho sobre a vida diária dos militares ordinários da Companhia das Índias Ocidentais». Ao mesmo tempo, pretende «entender melhor qual o papel dos militares ordinários na derrocada da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil. Esse é um tipo de questionamento impossível de ser deixado de lado quando se percebe que a WIC fez muitas decisões políticas baseadas na moral e comportamento dos militares, fatores por sua vez atrelados à condição financeira da Companhia» (p. 10). Ou seja, no fundo o autor não delimita com precisão que grande questão pretende discutir e resolver com o livro: uma história do quotidiano de um grupo ou as razões, ou uma das razões, que conduziram ao abandono do Brasil pela WIC? Não que as questões sejam incompatíveis, mas não parece que o «objeto de estudo» fique claramente definido, o que é perceptível ao longo da obra. Na verdade, a segunda questão só surge verdadeiramente no último capítulo. E, quanto à primeira, nem é apresentada propriamente uma questão, mas apenas um tema de estudo, ficando-se sem saber qual a hipótese de partida, qual o problema historiográfico a ser resolvido. Tal conduzirá a um texto pouco analítico, de pouco valendo ter-se citado, na introdução, Jacques Le Goff, que defendeu que uma história do quotidiano devia ser uma «história-problema e não uma história puramente descritiva» (p. 13).

A definição pouco precisa da problemática terá sido uma das razões que fizeram o autor dividir o quadro teórico e a revisão da literatura entre a historiografia sobre o quotidiano e a do «Brasil Holandês», e dedicar apenas duas páginas à primeira e cinco à segunda. Aliás, além de desenvolver pouco o quadro teórico, o autor fica-se pelo enunciado da literatura existente (pouco exaustiva no caso dos estudos sobre o quotidiano), não fazendo uma leitura crítica desses trabalhos nem explicando qual o contributo inovador do seu livro nem para a «história do quotidiano», nem para a história do «Brasil Holandês» (e porque não incluir também a história militar?). Por exemplo, Bruno Miranda refere a imprecisão do termo «quotidiano», referindo-se a Norbert Elias, Peter Burke e Michel de Certeau, mas não desenvolve suficientemente a questão. Ou seja, não se integra claramente num debate historiográfico. É certo que, no início de cada capítulo, ou até de cada tópico, por vezes faz um ponto da situação historiográfica, no entanto, essa não parece uma boa opção (de qualquer modo, ainda bem que o faz, já que isso ajuda a colmatar as lacunas da revisão da literatura que surge na introdução). Da mesma forma, se na introdução o autor elenca os arquivos a que recorreu e a variedade de fontes que utilizou, falta-lhe lançar um olhar crítico sobre as mesmas. É verdade que, por exemplo, no primeiro capítulo sublinha a dificuldade em identificar o número de recrutados e se serve da informação que utilizou para uma aproximação a esses números (pp. 34 e ss.). Contudo, a variedade, e até originalidade, de fontes que apresenta merecia uma análise mais minuciosa.

A pouca solidez da introdução acaba por, tal como já referi, ter reflexos no texto e, em particular, na conclusão, que o autor designa por «epílogo e considerações gerais». E, de facto, falta uma conclusão. Muitas das considerações aqui feitas deviam constar da introdução, nomeadamente a referência crítica a outros trabalhos. E, pelo contrário, há aspetos referidos na introdução que deveriam estar na conclusão, ou nas conclusões parcelares que surgem no final de cada capítulo (é o caso de toda a p. 12). Aliás, talvez por ter decidido escrever estas pequenas conclusões o autor tenha acabado por «esvaziar» a conclusão final. A verdade é que elas são, em geral, meras sínteses do capítulo. A exceção é a que remata o capítulo 5, pois, ainda que sumária, nela o autor procura relacionar várias

as questões entre si, ao problematizar e comparar os seus resultados com os obtidos por outros autores que estudaram a América do Norte.

Além destas questões mais gerais que merecem algum reparo, gostaria ainda de chamar a atenção, sem ser exaustivo, para certos aspetos particulares que me suscitaram dúvidas. Desde logo, do ponto de vista formal, não se percebe a divisão em partes e talvez fosse melhor eliminá-la (a segunda e a terceira partes têm títulos idênticos, não se percebendo o porquê da separação: «condições de vida cotidiana» e «cotidiano e resistência»). A própria ordem dos capítulos talvez deva ser revista, pois só chegados ao capítulo 5 ficamos a saber o que faziam os militares da WIC. A sequência dos capítulos 1 e 2 talvez pudesse ser invertida e a distinção entre os subcapítulos 1.3 – origem social – e 1.4 – perfil social dos recrutados – não faz sentido.

Por vezes aparecem no texto termos ou conceitos que merecem ser revistos, alterados ou discutidos. Logo no subtítulo do livro a palavra «resistência» não tem um significado claro, em particular naquele contexto. O uso do conceito de «estrangeiro» para referir os não-neerlandeses que se alistavam nas tropas da WIC levanta algumas dúvidas, devendo ser analisado (pp. 40 e ss.). Expressões como «invasores» e «força de ocupação» denunciam uma visão luso-brasileira do problema, pelo que talvez pudessem ser substituídas por outras, como por exemplo «conquistadores», já que os holandeses se referiam ao Brasil como «conquista».

A articulação de algumas ideias nem sempre é conseguida, prejudicando-se assim a narrativa. Por exemplo, ao abordar a origem social dos militares, o autor refere-se às «mudanças de posição dentro da Companhia», isto é, o exercício de atividades não relacionadas com a ação bélica (pp. 56 e ss.). Não se percebe por que introduz o assunto neste tópico sem o explicar, já que depois ele é de certo modo retomado no capítulo 5.

Outras vezes, há assuntos que interessaria ver mais aprofundados e, sobretudo, mais problematizados. Quando, ao tratar o perfil social dos soldados, o autor refere as suas filiações religiosas, seria importante uma análise mais detalhada sobre os soldados cristãos que compunham as fileiras do exército holandês.

Por último, não posso deixar de mencionar algo que me foi ocorrendo ao longo da leitura de toda a obra: a falta de um maior pendor comparativo. E a comparação não só com outros espaços, com outros exércitos, mas também com a população em geral. Em particular no capítulo 3, importava comparar-se o dia a dia dos soldados da WIC com as «condições de vida» das próprias populações que viviam no «Brasil Holandês». Existem conclusões que poderiam sair reforçadas, mais sustentadas, se houvesse uma comparação com outros estudos. E provavelmente até bastaria a bibliografia citada ao longo do trabalho (que não é, contudo, exaustiva. A leitura do livro de Fernando Dores Costa, mesmo que relativo ao século XVIII, teria sido útil). O autor poderia mesmo ter aproveitado as conclusões do final de cada capítulo para o fazer. Até aquele que considero ser o ponto forte do livro, a sua tese, sairia reforçado com a comparação, pois assim pode ficar-se um pouco na dúvida sobre a relação que se estabelece entre o descontentamento dos soldados e o abandono do Brasil pela WIC. Além disso, talvez mais útil do que a contextualização que logo nas primeiras páginas o autor faz da presença dos holandeses no Brasil, seria explicar melhor como se organizavam e como eram formados os exércitos da altura.

As observações que aqui deixo a esta obra não lhe retiram nem o mérito, nem o interesse. Ao longo dos seus seis capítulos, o leitor cruza-se com um verdadeiro retrato vivo do quotidiano dos homens da WIC. Esta é uma história em que os anónimos deixam de o ser. Uma história com gente dentro, cuja leitura vale a pena e com a qual aprendemos.

HUGO RIBEIRO DA SILVA
(Centro de História de Além-Mar)

Beatriz Piccolotto Siqueira BUENO, *Desenho e Desígnio. O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*, São Paulo, EDUSP/FAPESP, 2011, 456 pp. ISBN 9788531412844

Desenho é risco, traçado, mediação, é «debuxo».

Desenho é concepção, intenção, exercício intelectual, é «desígnio».

Desenho é tanto a concepção quanto a expressão gráfica de uma ideia. Desenhos são representações do real, pois estão vinculados aos pensamentos, condições sociais e possibilidades técnicas de cada época.

São estas as primeiras lições que tiramos do livro *Desenho e Desígnio. O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*, de Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, editado pela EDUSP/FAPESP, em 2011. Esta é uma obra já conhecida do público, pois compreende uma versão revista e atualizada da tese de doutoramento defendida pela autora em 2001 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Brasil. Muitos dos assuntos tratados na obra já foram divulgados nos inúmeros artigos que a autora publicou ao longo do interregno entre a conclusão da tese e a publicação do livro. Este fato, contudo, não retira o prazer de ler o texto fluido, claro e agradável de Beatriz Bueno, em uma edição de qualidade que reúne 273 figuras coloridas em cinco cadernos iconográficos bem organizados por um projeto gráfico que facilita a correspondência entre texto e imagem.

O livro trata da formação e atuação dos engenheiros militares no mundo português do século XVI ao início do século XIX, com enfoque na produção realizada no e sobre o Brasil. Mas a personagem principal deste livro é a cartografia, ou seja, os projetos de edifícios (civis, religiosos e militares), urbanísticos (vilas e cidades) e mapas de território, olhados sob a perspectiva de instrumentos de gestão oficial das conquistas. Os desenhos dos engenheiros militares não eram objetos de arte para serem expostos ao público; eram, pelo contrário, «prospectivos e pragmáticos», submetidos à razão de Estado (p. 28); quando seriados, para o historiador podem explicitar «lógicas, redes de relações sociais, fluxos, políticas» (p. 28). São representações e, por isso, escondem ou anunciam dados e informações conforme interesses específicos. Mais do que fonte de pesquisa e reflexão, para a autora, cartografia é o objeto de estudo em torno do qual giram suas perguntas e interesses, elencadas de maneira clara: a natureza específica do desenho; o papel da ciência do desenho no processo de formação e na metodologia de trabalho dos engenheiros militares; a ação desses desenhos como «produtos e vetores» (veículos) de uma ação colonizadora e o papel dos engenheiros como «mediadores» das «ações oficiais da Coroa no processo de colonização»; a gestação dos arquitetos e engenheiros em Portugal (sua formação, cânones, metodologia de trabalho e aprendizagem, instrumentos e técnicas de projeto); as condições possíveis de cada período neste longo recorte temporal. A autora teve a oportunidade de pesquisar em inúmeros arquivos em seis países e beneficiou de um passado profissional que lhe possibilitou a coleta de imagens de vilas e cidades do Brasil colonial em Portugal, Brasil e França, chegando a identificar cerca de 1000 exemplares. Além dessa riqueza que teve em mãos, a sua formação acadêmica, que mesclou a História com as Artes Visuais, lhe conferiu o instrumental metodológico e o olhar treinado para tratar do tema pela abordagem escolhida.

Seu ponto de vista é claro e está presente nos cinco capítulos da obra, que, embora coerentes e complementares, são quase autônomos. O primeiro capítulo trata dos termos e conceitos que envolvem a atividade do desenho: *desenho, desígnio, debuxo, traça, risco, montêa, projeto, amostra, moldes, iconografia, ortografia, sciografia*, etc. Passando do século XVI ao XVIII, compreendemos e ficamos habituados aos seus significados aplicados desde os fundamentos teóricos de Vitrúvio e Alberti, o que nos faz seguir com mais proximidade

as ideias desenvolvidas posteriormente. Estes termos e conceitos acabam por ser relembrados ao longo dos demais capítulos, o que não só faz o leitor ganhar intimidade com eles e incorporá-los em seu próprio vocabulário, mas também representa um auxílio para aquele que inicia a leitura em um capítulo qualquer que não o primeiro.

Tendo em mente que os debuxos são «um conjunto de códigos sofisticados, manipulados pelo debuxador» (p. 63), o segundo capítulo trata do desenvolvimento da ciência do desenho e as modificações na produção cartográfica em cada um dos reinados entre D. João II (1481-1495) e D. João V (1706-1750). É neste grupo de análise que a autora pretende reforçar que os investimentos na formação de engenheiros militares em Portugal eram uma necessidade de governo e uma exigência de Estado. Um dos exemplos que utiliza é a construção da cidade de Salvador, feita a partir de um planejamento nos padrões modernos e que torna visível a autonomização da atividade intelectual em relação à atividade de canteiro. Esse projeto foi desenvolvido por Miguel Arruda, em Lisboa, e posto em execução por Luís Dias. Para Beatriz Bueno, o autor da fundação de Salvador é o projetista e não o executor, pois, segundo ela, «nada foi deixado ao acaso: tudo foi pensado *a priori* e em detalhe» (p. 77), embora o desenho de Arruda não tenha se constituído como «um esquema rígido», estabelecendo somente «diretrizes básicas, sendo plenamente adaptável à ambiência encontrada» (p. 78). Estas afirmativas estão em concordância com a ideia que a autora quer confirmar: havia planejamento, vontade política e determinações administrativas para o controle do território.

Para defender esta tese, é necessário adotar um olhar que prioriza a concepção intelectual sobre a prática. Porém, como a própria autora percebe, mas não quer destacar, a prática fornecia soluções para problemas imediatos, que poderiam, inclusive, mudar a concepção original do projeto; para que isso pudesse ocorrer, seria necessária uma destacada habilidade e experiência anterior do executante, do mestre de obras e de seus trabalhadores. Como é lembrado em uma passagem adiante, a frequente carência de mão de obra especializada, de materiais de construção e de instrumentos de trabalho tornavam necessárias as adaptações de projetos concebidos em gabinetes. E, em uma rápida e bela citação – que é a transcrição de um relato coetâneo –, a autora capta e transmite a dimensão humana no cotidiano dessas construções, em um trecho que dá a ver as histórias de alguns envolvidos nas obras: o soldado que se embriaga, o negro que rouba, o feitor que nunca adoece, o pedreiro que morre durante a obra, entre outros dramas individuais, porém de dimensão coletiva (pp. 270-272).

No terceiro capítulo, a autora trata do cotidiano nas obras para discorrer sobre as atribuições dos engenheiros militares em tempos de guerra e de paz, a formação e o desenvolvimento da profissão e a fixação das hierarquias internas. É neste capítulo que a autora se detém mais longamente na questão da educação, com a análise dos conteúdos das aulas ministradas nas academias e aulas régias, e sua apropriada comparação com os preceitos de Alberti e Vitrúvio. Analisa ainda os manuais e tratados manuscritos e impressos preparados pelos professores (portugueses e estrangeiros) para as aulas. É o caso dos tratados de António Rodrigues (1576 e 1579), Matheus do Couto (1631), padre Luiz Gonzaga (1700-1710) e, finalmente, os de Luís Serrão Pimentel e Manoel de Azevedo Fortes. O primeiro foi autor de *O methodo lusitanico de desenhar as fortificações regulares e irregulares...*, editado por Antônio Craesbeeck em 1680; o segundo escreveu *Tratado do modo o mais facil e exacto de fazer as cartas geographicas, assim de terra como de mar, e tirar as plantas das praças*, um pequeno livro de bolso publicado em 1722, e *O engenheiro portuguez*, de 1728. Da leitura dos tratados e das referências citadas expressa ou implicitamente pelos autores, a autora cria listagens das obras contidas nas «supostas bibliotecas» dos cursos. Com esta metodologia, consegue configurar quais eram as disposições teóricas das disciplinas ministradas. Beatriz Bueno faz questão de reproduzir as vozes dos autores em largas citações. É possível que o seu intuito tenha sido o de identificar e esclarecer os

conceitos e convenções adotados em cada época, dando mais condições ao leitor de compreender os códigos e adquirir proximidade com os textos que identificam e esclarecem os conceitos e convenções vigentes. Porém, a reprodução desses trechos serve, de certa forma, como uma «reedição» compilada das obras produzidas pelos lentes. Assim, o leitor tem a oportunidade de usufruir os textos com plenitude, podendo inclusive retirar informações específicas e pontuais de seu interesse pessoal.

Os processos de construção, da concepção (teoria, conceitos e referências) à realização das edificações, são interpretados no quarto capítulo. A partir do paradigma da «aclimação de modelos eruditos no Brasil» (p. 252), a autora analisa obras que foram consagradas em sua época, seja por terem aplicado «brilhantemente os cânones eruditos» seja por terem sido criticadas por falharem nas aplicações técnicas. A escolha na seleção das edificações teve como fundamento o reconhecimento de referências conceituais ou modelares utilizadas pelos engenheiros militares. Esse critério de seleção de fontes está de acordo com a proposta do capítulo, que é a verificação das maneiras pelas quais as concepções intelectuais podiam ser concretizadas em um ambiente real, com todas as dificuldades materiais e políticas que deveriam enfrentar. Segundo a autora, os atributos de uma boa arquitetura à época eram ordem, disposição, simetria, euritmia, decoro e distribuição; segundo a mente pragmática dos engenheiros, também a economia e a simplicidade de construção, «sem perder de vista o apuro estético do conjunto do edifício, fruto da boa articulação entre a ordenação e disposição de suas partes, bem como do decoro – conformidade com o programa requerido, conveniência com os costumes e o sítio –, sempre ancorados em rígidos princípios de geometria» e seguindo um vocabulário de matriz clássica (p. 264). A autora analisa as arquiteturas religiosa, civil e militar, além de planos urbanísticos em algumas regiões do Brasil: Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Santa Catarina.

No último capítulo, é abordado outro aspecto da atividade dos engenheiros militares até então tratado rapidamente: o desenho do território. A autora entende as cartas corográficas e geográficas como o instrumento que fundamentava a posse concreta das conquistas ultramarinas. Mais do que os marcos de pedra ou os batalhões de tropas militares, a garantia da posse do território se dava, segundo ela, pela diplomacia instrumentalizada pelo desenho, considerado, na ação colonizadora, tão importante quanto a «arma de fogo». Aqui, novamente faz questão de esclarecer os conceitos de termos correntemente usados para a análise das cartas geográficas: *território*, *conquista*, *fronteiras*, *domínio*, *Império*, *colônia*, entre outros.

Nas considerações finais, a autora defende mais enfaticamente a tese de que a Coroa efetivamente usava os desenhos dos engenheiros militares como uma estratégia para delimitar e demarcar o Brasil que queria, e que seria defendido nas negociações que fundamentaram os tratados de limites. Esses registros do Brasil são, portanto, “recortes da realidade”, idealizados a partir de projetos políticos, e feitos com conceitos, instrumental e capacidades próprias de cada época. No livro, não são abordadas as outras circunstâncias e conflitos que colaboraram na conformação geográfica que delimitou o Brasil ao longo dos séculos. Pelo contrário, seu foco é bem delimitado, é o trabalho dos engenheiros militares e os projetos por eles produzidos, mesmo que esteja implícita a consciência de que a realidade é ampla e plurifacetada e que existe uma distância entre a teoria e a prática.

Na comparação entre os projetos de edificações e as correspondências trocadas entre os executores e os idealizadores, é relevante o tratamento que a autora faz das fontes: há um constante equilíbrio entre o textual e o visual. Além disso, Beatriz Bueno faz uso de experiências paradigmáticas ocorridas em outras localidades para exemplificar as práticas portuguesas, consciente da existência de um saber mundializado do qual Portugal faz parte e, em determinadas matérias, é protagonista. É com o entendimento de um «mundo português» dilatado e amplo que a autora vai analisar o papel político e administrativo

da produção cartográfica na gestão dos domínios ultramarinos portugueses, gestão que passou de uma política expansionista, até o início do século XVI, para uma política imperialista. Essa mudança de paradigma teve seu reflexo nas características e capacidades do profissional envolvido com a cartografia, resultando em uma sua progressiva passagem de cosmógrafo a matemático e engenheiro militar. A razão de Estado e as estratégias de colonização estão presentes nos esforços pontuais de representação do território, nos planos de urbanização e na construção de edificações emblemáticas de defesa. Na implantação de cidades, elas se expressavam na escolha consciente das condições geográficas, que repetidamente mesclava um porto seguro com regiões elevadas, a exemplo do que ocorria em Lisboa e Porto: Salvador, Rio de Janeiro, Filipéia de Nossa Senhora das Neves (João Pessoa) e São Luiz do Maranhão. Discordando dos estudos iniciais de Sérgio Buarque de Holanda (1936) e de Robert Smith (1955)¹, a autora defende que trata-se de um urbanismo regulado, embora não regular como nos padrões das cidades da América espanhola. Os investimentos feitos na formação de engenheiros militares foram um esforço político de sucessivos reinados e resultou em práticas e metodologias de ensino que chegaram a ser apropriadas pelos castelhanos durante a união das coroas ibéricas. A perspectiva teórico-metodológica que analisa a cartografia como parte dos processos de territorialização dos Estados modernos e como instrumento de negociações internacionais é compartilhada pela recente historiografia, que pode ser exemplificada pelos trabalhos de Júnia Ferreira Furtado, Íris Kantor, Glória Kok, Maria de Fátima Costa, João Carlos Garcia, André Ferrand de Almeida, entre outros. Os desenhos dos engenheiros militares, portanto, são vistos como instrumentos de gestão e preservação do território conquistado.

O livro de Beatriz Bueno é de grande interesse para as mais diversas áreas do conhecimento científico, pois seu campo de análise transita entre a história do urbanismo, a história política e administrativa e a história dos ofícios e das profissões. Como perspectiva política e como produção cultural, desvenda a técnica, o conhecimento e os instrumentos das artes de fazer cartografia durante três séculos da história de Portugal.

MÁRCIA ALMADA

(Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais)

¹ Sérgio Buarque de HOLANDA, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1936, e Robert C. SMITH, «Arquitetura Colonial» in *As Artes na Bahia*, 1.^a parte, Salvador, Livraria Progresso, 1955, pp. 11-13.

Resumos / *Abstracts*

Pedro de Aboim Inglez Cid

As fortalezas manuelinas do Índico: características e antecedentes

Resumo

No início do século XVI, a Coroa portuguesa ergueu no espaço do Índico uma extensa série de fortalezas. Tais obras, além de bem adaptadas às condições locais, foram concebidas já em função do uso da artilharia de fogo, o que faz delas fascinantes exemplos do chamado «estilo de transição». Sem esquecer manifestações anteriores, entre nós essa nova corrente da arquitectura militar alcançou o seu ponto mais alto no reinado de D. Manuel I (1495-1521), quando aliás se viu difundida por vários continentes.

Como guia privilegiado do presente artigo, que se centrou na análise desse património (hoje sob forte ameaça ou simplesmente desaparecido...), recorreremos às *Lendas da Índia*, a célebre crónica escrita e ilustrada no Oriente por Gaspar Correia.

Palavras-chave: arquitectura militar, oceano Índico, fortalezas «de transição», artilharia de fogo.

Abstract

Soon after the Portuguese entered the Indian Ocean (1498), they built a series of fortifications on the nearby territories. With a superb adaptation to the local environment, such buildings also presented innovative architectural features, shaped as they were by the development of the new artillery weapons used in siege operations. For the analysis of these “transitional” fortresses (nowadays much damaged or completely lost...), it is essential to keep in mind the complete historical background of D. Manuel I's reign (1495-1521).

In our research, a most helpful source proved to be Gaspar Correia's *Lendas da Índia*, an all-embracing “oriental” chronicle that includes also a number of splendid illustrations.

Keywords: military architecture, Indian ocean, “transitional” fortresses, fire artillery.

Vítor Luís Gaspar Rodrigues

António Real, «o mexedor de Cochim»: percurso asiático de um fidalgo de diferentes saberes e ofícios (1505-1514)

Resumo

O trabalho que apresentamos analisará o percurso e a actividade desenvolvida por António Real, um fidalgo português que, tendo feito parte da primeira geração de homens

de armas, responsável pela construção do «Estado Português da Índia», exerceu, em paralelo com as funções de capitão da fortaleza de Cochim (então a mais importante de todo o Estado), o cargo de «patrão-mor da ribeira de Cochim», sendo por isso não só o responsável pela fundição da artilharia, mas também, e sobretudo, pela construção de um grande número de navios, naus e galés, sobretudo estas, de que dizia ser um profundo conhecedor.

António Real foi também um dos principais elementos que na Índia se opuseram ao projecto político de Afonso de Albuquerque, tendo integrado, em conjunto com Diogo Pereira, Gaspar Pereira e Lourenço Moreno, o chamado «grupo de Cochim», que haveria de levar a efeito um conjunto de acções que visavam a deposição do governador.

Palavras-chave: António Real, «Estado da Índia», fortaleza e ribeira de Cochim, nobreza portuguesa, conflitos políticos e sociais.

Abstract

Our paper will study the route and activity developed by António Real, a Portuguese nobleman who belonged to the first generation of army men responsible for the creation of the “Portuguese State of India”, and who took the office of “Chief Master of the Dockyards of Kochi”, along with the service of Captain of the fortress of Kochi (at that time the most important one in the whole State), therefore being not only the responsible for the artillery foundry, but also for the building of a large number of ships, vessels, and chiefly galleys, of which he said to have a deep expertise.

António Real was also one of the most important leading opponents of the political project of Afonso de Albuquerque, and integrated, together with Diogo Pereira, Gaspar Pereira and Lorenzo Moreno, the so called “group of Kochi”, who did everything possible to overthrow the Governor of the “Estado da Índia”.

Keywords: António Real, “Estado da Índia”, fortress and dockyards of Kochi, Portuguese nobility, political and social conflicts.

Gregor M. Metzsig

Guns in Paradise

German and Dutch Artillerymen in the Portuguese Empire (1415-1640)

Abstract

From the early beginnings of Portugal's maritime expansion, the crown was in continual demand of professional crew members especially for overseas deployments. Among the foreign mercenaries serving on Portuguese ships and in fortresses in the 15th and 16th century was a remarkable part of German and Flemish gunners and cannoners. In 1489, King João II founded a royal artillery corps, the so-called bombardeiros da nómina. This elite unit of Germans or Dutch received an above-average wage, and a number of privileges. Their number was so large that in the south Indian city of Cochin, the governor established a chapel in the church of St. Bartholomew for them. What is more, a small number of travel reports, written by these adventurers after their return from Brazil or India, survive. Many of their compatriots appear in the Portuguese sources of this time, for example the names of

those who were tried on account of their protestant faith by the Inquisition. Jesuits report their arrests and the seizure of Lutheran writings, which, in fact, first circulated in America and India among these German mercenaries.

Keywords: Afonso de Albuquerque, bombardeiros, Brazil, Cochim, Goa, Protestants, Hans Staden.

Resumo

Desde os primórdios da expansão marítima portuguesa, a Coroa procurava membros profissionais para as suas tripulações, principalmente para as possessões ultramarinas. Durante os séculos xv e xvi, entre os mercenários estrangeiros que serviam nos navios e fortalezas portuguesas, uma parte considerável dos artilheiros e canhoeiros eram alemães e flamengos. Em 1489, D. João II fundou uma corporação régia de artilharia, os chamados «bombardeiros da nómina». Esta força de elite, composta por alemães ou holandeses, recebia uma remuneração acima da média, bem como uma série de privilégios. Eram em tão grande número na cidade indiana de Cochim, que o governador lhes dedicou uma capela na Igreja de São Bartolomeu. Mais interessante ainda é o facto de ter chegado até nós um pequeno número de relatos de viagem escritos por esses aventureiros, após o seu regresso do Brasil ou da Índia. Muitos dos seus compatriotas aparecem referidos nas fontes portuguesas dessa época, nomeadamente aqueles que foram julgados pela Inquisição em virtude da sua fé protestante. Os jesuítas relatam as suas prisões e a apreensão de textos luteranos, que, na maioria dos casos, circularam primeiro na América e na Índia entre esses mercenários alemães.

Palavras-chave: Afonso de Albuquerque, bombardeiros, Brasil, Cochim, Goa, protestantes, Hans Staden.

Alan Strathern

Sri Lanka in the Missionary Conjuncture of the 1540s

Abstract

This paper traces the evolution of the Catholic mission in Sri Lanka from the early 1500s to the 1550s. The key turning point was the arrival in 1543 of the first proper mission, in the form of six Franciscans from the province of Piedade (who were thereby known as piedosos), whose presence led to diplomatic turmoil. The main purpose of this paper is to place these developments in the context of the broader development of Catholic religiosity and evangelism in the Estado da Índia, and to reflect on the different contributions made by piedosos, Observant Franciscans and Jesuits to this resurgent missionary appetite. It ends with some reflections on the role of history of inter-religious debates in mid-century Lanka.

Keywords: Sri Lanka, missions, Christianity, Franciscans, Jesuits.

Resumo

Este artigo traça a evolução da missão católica no Sri Lanka desde o início de 1500 até à década de 1550. O principal ponto de viragem foi a chegada, em 1543, da primeira

missão propriamente dita, na forma de seis franciscanos da província da Piedade (que ficaram, por isso, conhecidos como «piedosos»), cuja presença levou a uma crise diplomática. O principal objectivo deste trabalho é colocar essa evolução no contexto do desenvolvimento mais amplo da religiosidade católica e da evangelização no Estado da Índia, e reflectir sobre os diferentes contributos de Piedosos, Franciscanos Observantes e Jesuítas para o ressurgimento dessa aptidão missionária. Por fim, apresentam-se algumas reflexões sobre o papel que teve a história dos debates inter-religiosos no Sri Lanka de meados do século.

Palavras-chave: Sri Lanka, missões, cristianismo, franciscanos, jesuítas.

Jacky Doumenjou

Kora-kora, junks and baroto: Insulindian boats in Portuguese warfare and trade according to the **Relação** of Miguel Roxo de Brito (1581-1582)

Abstract

This article directly originates in the account of the journey of Miguel Roxo de Brito, a Portuguese adventurer who left Moluccas Islands in May 1581 aboard two large outrigger canoes fitted with Moluccan paddles called kora-kora. The aim of the expedition was to explore the coastlines of New Guinea, also named "Papua Country".

*The uncertainties of navigation and unexpected encounters with Papuans drove the party to peregrination in company of local kinglets through the far end of the Insulindian archipelago. On the coasts of New Guinea or on the northern coast of Ceram Island, the kora-kora suffered several attacks by the Papuans. After a nineteen-month tour, the "discoverer" of Papua New Guinea's islands and coastlines ended his journey in Ternate. His report (*Relação*) addressed to King Philip II was probably written in Portuguese, and then translated into Castilian in Manila. As the result of careful and strange observations about the many local customs, the text painted a picture of a world which was still largely unknown to the Portuguese and Castilians. It recounted in details the exploration of the archipelago which was carried out with kora-kora instead of high and heavy vessels which would have been totally inadequate in the local environment. The nautical characteristics of the kora-kora made it a perfect instrument for the coastal navigation and to navigate both among shoals and through the vast number of small islands. Light and swift, with a shallow draught, the kora-kora proved to be a major key in the success of Miguel Roxo de Brito's expedition.*

Keywords: navigation, Insulindia, vessels, Miguel Roxo de Brito, 1581-1582.

Resumo

Este artigo tem origem no relato de viagem de Miguel Roxo de Brito, um aventureiro português que partiu das ilhas de Maluco em Maio de 1581, a bordo de duas canoas grandes equipadas com remos molucanos chamadas *kora-kora*. O objetivo da expedição era explorar as costas da Nova Guiné, também chamada «País Papua». As incertezas da navegação e os encontros inesperados com os papuásios levaram a que a jornada fosse empreendida na companhia de régulos locais, através do extremo do arquipélago da Insulíndia. Nas costas da Nova Guiné ou na costa norte da ilha de Ceram, os *kora-kora* sofreram vários

ataques dos papuásios. Depois de uma expedição de 19 meses, o «descobridor» das ilhas e costas da Papuásia-Nova Guiné terminou a sua viagem em Ternate. É provável que o seu relato (*Relación*) dirigido ao rei Felipe II tenha sido primeiro escrito em português e só depois traduzido para o castelhano, em Manila. Como resultado das suas observações, a um tempo cuidadosas e estranhas, o texto traça o retrato de um mundo que se mantinha, em muito, desconhecido para portugueses e castelhanos. Nele contou detalhadamente a exploração do arquipélago feita nos *kora-kora*, em vez de em embarcações mais altas e pesadas que teriam sido totalmente inadequadas no meio ambiente local. As características náuticas do *kora-kora* faziam dele um instrumento perfeito para a navegação costeira, tanto nos baixios, como por entre o grande número de pequenas ilhas. Leve, rápido e de baixo calado, o *kora-kora* provou ser a chave do sucesso da expedição de Miguel Roxo de Brito.

Palavras-chave: navegação, Insulíndia, embarcações, Miguel Roxo de Brito, 1581-1582.

José Nunes Carreira

Relação da Jornada e Itinerário da Índia: contactos e dependências

Resumo

Os trechos paralelos da *Relação da Jornada*, de Nicolau de Orta Rebelo, e do *Itinerário da Índia*, de Frei Gaspar de São Bernardino, são conhecidos desde 1969. Três anos mais tarde, J. Veríssimo Serrão argumentou pela dependência da *Relação* face ao *Itinerário*, dado que ela relata as peripécias da nau em que o autor não viajou, ao contrário de frei Gaspar. Um exame mais aprofundado leva, porém, à conclusão oposta: o *Itinerário* é que parece depender da *Relação*.

Sendo certo que a *Relação* não pode ser original e não usou o *Itinerário*, há que admitir uma terceira fonte, compulsada pelos dois autores.

Palavras-chave: relatos de viagem, crítica textual, Índia, século XVII.

Abstract

The parallel passages of the Relação da Jornada by Nicolau de Orta Rebelo and the Itinerário da Índia by Friar Gaspar de São Bernardino are known since 1969. J. Veríssimo Serrão reasoned three years later that the Relação depended on the Itinerário, on the argument that its author could not report events of the ship on which he had not sailed, to the contrary of Friar Gaspar. A deeper investigation leads however to the opposite conclusion: the Itinerário seems to depend on the Relação.

Since the Relação can not be original and does not depend on the Itinerário, one must admit a third source which both authors manipulated.

Keywords: journey accounts, textual analysis, India, Seventeenth Century.

Carla Alferes Pinto

*«Traz à memória a excelência de suas obras e virtudes».
D. Frei Aleixo de Meneses (1559-1617), mecenas e patrono*

Resumo

D. frei Aleixo de Meneses (1559-1617), frade agostinho, arcebispo e governador do Estado da Índia e, por fim, presidente do Conselho de Portugal em Madrid, é ainda hoje uma personagem relativamente desconhecida da história. Neste artigo proponho, a partir das palavras do sermão fúnebre escrito e lido por frei Gaspar Amorim em Cochim em 1618, recontextualizar algumas características da personalidade do prelado e enfatizar a sua actuação enquanto mecenas das artes, quer em Portugal quer na Índia, recorrendo a situações concretas e a exemplos na sua prolixa epistolária.

Palavras-chave: arte, consumo de arte, agostinhos, Goa, século XVII.

Abstract

Friar D. Aleixo de Meneses (1559-1617), Augustinian monk, Archbishop, Governor of the Estado da Índia and President of the Portuguese Council in Madrid, remains a relatively unknown character of history. My proposal in this article is to put in perspective some personal features of the prelate and emphasize his performance as patron of the arts. Following the apologetic words of Friar Gaspar Amorim, the author of the funerary sermon in homage of the Archbishop read in Cochin in 1618, as well as some of the many letters D. Aleixo wrote to his uncle (the Archbishop of Braga), I will focus on specific examples of his wide patronage both in Portugal and in India.

Keywords: art, art consumption, Augustinians, Goa, 17th century.

Jacqueline Hermann

O império profético de Antônio Vieira: notas para debate

Resumo

Este texto pretende discutir alguns aspectos das principais idéias proféticas de Antônio Vieira, tentando explicar suas mudanças em face às dificuldades enfrentadas pelo jesuíta ao longo de sua vida. O principal objetivo é apresentar, em primeiro lugar, a relação estabelecida pelo jesuíta entre a espera de um rei oculto e os versos escritos pelo sapateiro Gonçalo Annes Bandarra, o chamado profeta do sebastianismo; e, em segundo lugar, as razões por que Vieira teria se afastado dessas referências iniciais, sem negar o valor da profecia para prever o futuro.

Palavras-chave: Antônio Vieira, Bandarra, messianismo, Quinto Império, sebastianismo, rei encoberto.

Abstract

This paper aims to discuss some aspects of the major prophetic ideas of Antônio Vieira, trying to explain their changes in relation to the difficulties that the Jesuit faced throughout his life. The main goal is to present some issues connected, firstly, to the relationship established by the Jesuit between the hope of a hidden king and the verses written by the cobbler Gonçalo Annes Bandarra, the so-called prophet of sebastianism; and, secondly, to the reasons why Vieira kept away from these initial references, without denying the value of the prophecy to predict the future.

Keywords: Antônio Vieira, Bandarra, messianism, Fifth Empire, sebastianism, hidden king.

Florbela Veiga Frade

Pensamento religioso dos judeus portugueses de Hamburgo no século XVII. Merkabah, apegamento a Deus e o Tabernáculo em Trinta Discursos ou Darazes (Hamburgo, 1629) de Samuel Jachia/Álvaro Dinis (c. 1570-1645)

Resumo

Álvaro Dinis (Samuel Jachia) foi um líder espiritual que esteve na base do estabelecimento da comunidade sefardita de Hamburgo, mais conhecida por «Nação Portuguesa». A sua obra *Trinta Discursos ou Darazes* é a prova clara duma identidade religiosa judaica e duma identidade linguística portuguesa. Trata-se dos primeiros sermões publicados pelos autores da Nação na cidade de Hamburgo, e é manifesta a sua importância para as culturas sefardita e portuguesa. O presente estudo debruça-se sobre estas prédicas lidas ao sábado em esnoga que, eclecticamente, reúnem características dos sermões judaicos e cristãos.

Palavras-chave: Álvaro Dinis, sermões judaicos, Hamburgo, *Merkabah*, apegamento a Deus, tabernáculo.

Abstract

Álvaro Dinis (Samuel Jachia) was a spiritual leader, founder of the Sephardic Community in Hamburg, known as "Nação Portuguesa". His book Trinta Discursos ou Darazes is a clear evidence of a religious identity that is consistent with Judaism and a linguistic identity with the Portuguese. It contains the first Portuguese sermons published in Hamburg from the community members and expresses its importance to the Sephardic and Portuguese Cultures. The present study focuses on these sermons, that combine characteristics of Jewish and Christian sermons.

Keywords: Álvaro Dinis, Judaic sermons, Hamburg, *Merkabah*, attachment to God, tabernacle.

Jorge Victor de Araújo Souza

*«Tão súditos são da Coroa portuguesa unidos como separados»:
sublevação seiscentista dos monges beneditinos no Brasil*

Resumo

Na segunda metade do século XVII, um movimento autonomista abalou os alicerces da Congregação Beneditina Portuguesa. O direito de elegerem abades e demais cargos eclesiásticos era a principal exigência dos monges envolvidos. Neste artigo demonstrarei como as principais personagens estavam posicionadas socialmente e como teceram estratégias para alcançarem os seus objetivos. Destacarei as sociabilidades dos monges e seus vínculos institucionais.

Palavras-chave: Congregação Beneditina Portuguesa, monges, abades, hierarquia.

Abstract

In the second half of 17th century, a separatist movement shook the foundations of the Portuguese Benedictine Congregation. Those who were involved demanded the right to choose abbots and others ecclesiastical positions. This article aims to show the social status of the main characters in this plot and the strategies they used to reach their aims. Focus is laid on the monks' sociability and their institutional linkages.

Keywords: Portuguese Benedictine Congregation, monks, abbots, hierarchy.

Letícia Ferreira

*Procedimentos e isenções na cobrança do donativo do dote e paz
na capitania da Bahia (1661-1725)*

Resumo

O presente artigo discute alguns pontos centrais de nossa dissertação de mestrado acerca da cobrança do donativo do dote da rainha da Grã-Bretanha e da paz com a Holanda, na capitania da Bahia. Analisam-se os procedimentos para a arrecadação e as negociações decorrentes dessa dinâmica. O trabalho desenvolvido percebe o espaço colonial em relação com o império português e a Europa moderna.

Palavras-chave: fiscalidade, donativo, privilégio, monarquia portuguesa, capitania da Bahia.

Abstract

This article discusses some central points of our dissertation, about the collection of the donative of the dowry of the Queen of Great Britain and peace with Holland, in the captaincy of Bahia. We analyze the collecting procedures and the negotiations which resulted from this dynamic. The work sees the colonial space in relationship with the Portuguese empire and modern Europe.

Keywords: taxation, donative, privilege, Portuguese monarchy, captaincy of Bahia.

Miguel Dantas da Cruz

A guerra no Atlântico no início do período Joanino: a defesa do Brasil entre o Conselho Ultramarino e o vedor da Repartição dos Armazéns

Resumo

Este artigo trata de uma das mais interessantes consequências políticas da participação de Portugal na Guerra da Sucessão de Espanha: o envolvimento da Repartição da Índia e Armazéns na protecção da América portuguesa. Depois de abordada a centralidade político-militar detida pelo Conselho Ultramarino na defesa do Brasil nas últimas décadas de Seiscentos, a análise debruça-se sobre a Repartição dos Armazéns e sobre o seu vedor, o segundo marquês de Fronteira. A decomposição do perfil de competências deste espaço de poder e a demarcação da sua esfera de actuação permitem compreender os contornos dos conflitos políticos que se seguiram à sua inclusão na defesa do Brasil. Adicionalmente, discute-se a hipótese de as funções do futuro secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos terem sido decalcadas da actividade desenvolvida pelo vedor da Repartição dos Armazéns.

Palavras-chave: Repartição da Índia e Armazéns, Conselho Ultramarino, Guerra da Sucessão de Espanha, despesas militares, conflitos jurisdicionais, marquês de Fronteira.

Abstract

This article deals with one of the most interesting, even if unnoticed, political consequences of Portugal's participation in the War of the Spanish Succession: the involvement of the Repartição da Índia e Armazéns in the protection of Portuguese America. After swift approach to the political and military centrality of the Conselho Ultramarino in the defense of Brazil, the analysis focuses on the Repartição dos Armazéns and its vedor, 2nd Marquis of Fronteira. The scrutiny of its sphere of activity allows a better understanding of the conflicts engendered by the inclusion of this political space in the defense of Brazil. Additionally, this article sustains the idea that the future functions of the secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos derived in some way from the activities of the vedor da Repartição dos Armazéns.

Keywords: Repartição da Índia e Armazéns, Conselho Ultramarino, War of Spanish Succession, military spending, jurisdictional conflicts, Marquis of Fronteira.

Maria Beatriz Nizza da Silva

Livros e formação profissional na corte do Rio de Janeiro

Resumo

Quando a Corte foi para o Rio de Janeiro, a biblioteca da Academia dos Guardas-Marinha foi transportada para aquela cidade, então sede da monarquia. Depois da instalação e da organização dos livros, foi elaborado um catálogo, que se encontra manuscrito na Biblioteca Nacional do Rio. A análise desse catálogo permite avaliar o grau de atuali-

zação científica dessa biblioteca e também constatar a presença de documentos pertencentes à Real Sociedade Marítima criada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Palavras-chave: bibliotecas, formação científica, divulgação científica, profissionalização, Brasil.

Abstract

When the Portuguese Court sailed to Rio de Janeiro flying from the French army, the library of the Academy of Coast Guards was taken to that capital, then the siege of the monarchy. After the organization of the books in a new space, a catalog was prepared to help the search by the students. The analysis of this catalog allow us to evaluate the up-to-date nature of the library, and also to know that some documents pertaining to the Royal Maritime Society created by D. Rodrigo de Sousa Coutinho were kept there.

Keywords: *libraries, scientific education, scientific dissemination, professionalization, Brazil.*

PROCEDIMENTOS EDITORIAIS

Para que melhor se compreenda a avaliação dos textos dirigidos aos AHAM, explicitam-se abaixo, com algum pormenor, os passos mais importantes de todo o processo.

1. Proposta

a) Espontânea: sem obediência a datas precisas.

Os AHAM estão sempre abertos a propostas espontâneas;

b) Em resposta a *calls for papers*, para compor dossiers temáticos;

c) Por convite de directores de dossiers temáticos ou do Conselho de Redacção (CR).

2. Agradecimento e breve explicação do processo

Realiza-se no prazo máximo de uma semana.

Da responsabilidade do secretariado do CR.

3. Primeira avaliação

Tarefa do coordenador do CR, assessorado por um segundo integrante do mesmo conselho, tendo em linha de conta a originalidade, a relevância, o rigor metodológico, a actualidade da bibliografia citada, a qualidade da redacção da proposta e a pertinência do tema escolhido para o perfil da revista.

Em caso de dúvida, o caso pode ser debatido por todo o Conselho.

Comunicações de recusa devem ser feitas até 15 dias depois de formalizada a recepção das propostas.

4. Preparação da arbitragem externa

Todas as propostas de artigos realizadas de forma espontânea ou resultantes de *calls for papers* são submetidas à avaliação científica externa de dois *referees*, em regime de duplo anonimato. As propostas resultantes de convites formalizados por directores de dossiers temáticos ou do CR são submetidas à leitura dos mesmos directores e do coordenador do CR, sendo igualmente consultado ao menos um *referee*, também em regime de duplo anonimato.

A direcção dos procedimentos de escolha dos *referees* cabe ao coordenador do CR, assessorado por outro integrante do mesmo conselho e, eventualmente, por um dos membros do Conselho Consultivo.

Os *referees* nomeados devem ser externos à direcção da revista e ao CR, e não apresentar quaisquer impedimentos de natureza ética ou profissional para uma avaliação adequada – como, por exemplo, serem integrantes da mesma instituição dos autores e terem com eles trabalhado nos últimos três anos.

Num mesmo processo, também se procura evitar a nomeação de dois *referees* da mesma instituição e, inclusive, do mesmo país.

Deve-se escolher pelo menos um avaliador cuja língua nativa seja a do texto proposto.

Prazo estimado: uma semana.

5. Certificação da ausência de marcas de autoria e preparação dos materiais necessários aos *referees*

Muito embora se peça aos autores que tenham o cuidado de omitir quaisquer elementos que possam indicar a sua identidade, o secretariado do CR procede a uma segunda despistagem desses indícios, antes da conversão dos ficheiros enviados aos AHAM num formato que garanta a integridade dos originais.

Ao secretariado do CR, cabe igualmente personalizar as fichas de avaliação.

6. Primeiro contacto com os *referees* escolhidos: verificação de disponibilidade

Os *referees* escolhidos são questionados pelo CR sobre o seu interesse pelo tema proposto e a sua disponibilidade para assumirem o compromisso de realizar a avaliação em cerca de um mês.

7. Remessa dos materiais de avaliação

Tão logo haja acordo, o secretariado do CR remete aos *referees* os materiais necessários.

8/9. Avaliação e comunicação de resultados

Feita sempre com base nos mesmos quesitos, a avaliação deve ficar concluída em cerca de dois meses.

Cabe ao coordenador do CR, assessorado por um segundo integrante do mesmo conselho, interpretar a classificação resultante das avaliações recolhidas e comunicá-la em até quinze dias aos autores das propostas.

No caso de serem necessárias alterações aos textos, estabelece-se um prazo de duas a quatro semanas para a sua entrega.

10. Últimos ajustes

A eventual permanência de aspectos menos precisos ou em desacordo com a avaliação realizada pode levar a um novo diálogo entre o coordenador do CR e os autores das propostas, para um conjunto de derradeiros ajustes.

Este último passo não deve exceder duas semanas.

EDITORIAL PROCESS

For a better understanding of the assessment process of all proposals submitted to the *Anais de História de Além-Mar – Annals of Overseas History* (AHAM), the most important steps are explained in some detail below.

1. Submissions

- a) Spontaneous – not meeting any specific deadline.

The AHAM are always open to any spontaneous submissions.

- b) Following a call for papers for a theme section.

- c) After an invitation from either the editors of theme sections or the Editorial Board.

2. Acknowledgement and brief explanation of the process

It takes place within a week.

It is the responsibility of the Editorial Board.

3. First assessment

Conducted by the coordinator of the Editorial Board, assisted by a second member of the same board; it takes into account the submission's originality, relevance, methodological rigour, the up-to-date nature of the works cited, the quality of writing, and the pertinence of the theme proposed to the AHAM.

In case of doubt, all members of the Board may be asked to intervene.

Refusals shall be communicated to the authors within 15 days after the formal acknowledgment of a submission.

4. Preparing external arbitration

Both spontaneous submissions and those that result from a call for papers are submitted to an external, double-blind scientific assessment conducted by two referees. Submissions that result from invitations either from the editors of theme sections or from the Editorial Board are read by the same editors and by the coordinator of the Editorial Board, with at least one referee also being consulted (equally under a double-blind process).

The coordinator of the Editorial Board is responsible for leading the process of choosing the referees, being assisted by another member of the same Board and possibly by a member of the Advisory Board.

The appointed referees should neither be part of the journal's editorial team nor of the Editorial Board, nor have any ethical or professional constraint that may hinder an adequate assessment (e.g. belong to the same institution as the authors or have worked with them during the previous three years).

The appointment of two referees from the same institution and even from the same country, in the same evaluation, should also be avoided.

The native language of at least one of the referees should be the same as of the text submitted.

Estimated time: one week.

5. Certification of the absence of marks of authorship and preparation of the materials needed by the referees

Even though we ask authors to omit any elements that may reveal their identity, the secretariat of the Editorial Board conducts a second screening looking for such clues, before converting the files sent to the AHAM to a format that guarantees the integrity of the originals.

The secretariat of the Editorial Board is also in charge of customising the assessment forms.

6. First contact with the selected referees – checking their availability

The Editorial Board asks the selected referees about their interest in the proposed theme and their availability to take the commitment of carrying out the assessment in about a month.

7. Sending the material for assessment

As soon as an agreement is reached, the secretariat of the Editorial Board sends the necessary material to the referees.

8/9. Assessment and communication of results

Always based on the same queries, the assessment should be complete in two months.

The coordinator of the Editorial Board, assisted by a second member of the same board, interpreters the results of the assessments and communicates them to the authors of the submissions. When changes to the text are deemed necessary, a deadline of two to four weeks is set.

10. Final adjustments

Any aspects that may be either less precise or not according to the assessment could lead to a new dialogue regarding some final adjustments between the coordinator of the Editorial Board and the authors of the submissions.

This last step should not take longer than two weeks.

NORMAS PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

Submissão e formatação: directrizes gerais

- Todos os textos devem ser submetidos por *e-mail* para o endereço dos AHAM (anais.cham@fcsh.unl.pt), em ficheiros *Microsoft Windows* ou compatíveis, em folhas de formato A4, com margens de 2,5 cm, espaço duplo e letra *Times New Roman* em tamanho 12.
- As propostas de artigo devem ser entregues livres de marcas de autoria, acompanhadas por um resumo de até 100 palavras, em português e inglês; de quatro a seis palavras-chave, nas mesmas línguas, e de uma breve nota curricular, com endereço institucional e contacto *e-mail* actualizados, em ficheiro separado.
- Os subtítulos de divisões do texto devem ser grafados a negrito.
- O uso de itálico restringe-se a expressões estrangeiras e a destaques realizados em citações.
- No caso de os artigos integrarem palavras em outros alfabetos ou com sinais diacríticos, os autores devem providenciar o respectivo *software* de leitura, no acto de entrega do texto.
- Gráficos e imagens devem ser entregues em ficheiros separados, em formato JPEG, GIF ou TIF, em alta resolução (mínimo de 200 dpi).
- Tabelas, gráficos ou figuras devem ser numerados, ter um título e, sempre que provenham de outra fonte, tê-la claramente nomeada.
- Devem ser indicados no texto os locais de inserção de todos os gráficos, tabelas ou imagens.
- Cabe exclusivamente aos autores assegurarem que as imagens têm as autorizações exigidas pela legislação vigente em matéria de direitos de autor.

Línguas de publicação e questões de estilo

- Apenas serão considerados para publicação artigos escritos em português, espanhol, francês ou inglês.
- Para cada uma das línguas de publicação devem seguir-se as normas ortográficas vigentes e as regras de estilo mais indicadas.
- Nomes próprios e apelidos de origem europeia citados no corpo do texto têm a sua grafia modernizada.
- Em cada circunstância, o tipo de aspas recomendado (angulares rectas, curvas ou plicas) varia de acordo com a língua de redacção. Em textos escritos em português, os AHAM recomendam de um modo geral o uso de aspas angulares rectas ou francesas (« »), e aspas curvas ou inglesas (") em situações de aspas dentro de aspas.

Citações

- Tendo até três linhas, as citações figuram no corpo do texto, entre aspas. Tendo maior extensão, destacam-se em parágrafo próprio, tamanho 11, com recuo de 1,25 cm à esquerda e espaço simples, sem aspas.
- A introdução de palavras ou termos no corpo das citações assinala-se entre parênteses rectos ([]).
- Omissões de trechos de citações identificam-se por reticências, entre parênteses curvos.

- Citações em línguas estrangeiras devem fazer-se no original, disponibilizando-se em nota a respectiva tradução para a língua do texto, sempre que o original seja em língua diversa das admitidas pelos AHAM (português, espanhol, francês ou inglês).

Transcrição de manuscritos

- Tanto é aceitável o estrito respeito pela grafia dos textos manuscritos, como a sua modernização ou, ainda, uma via intermédia, expressas pelos autores as normas de transliteração.
- Aconselha-se a indicação de uma ou mais referências bibliográficas a este respeito.
Por exemplo:

Walter W. GREG, «The rationale of copy-text», in J. C. Maxwell (ed.), *The Collected Papers of Walger W. Greg*, Oxford, Clarendon Press, 1966, pp. 374-391.

José Honório RODRIGUES, *Teoria da História do Brasil (Introdução Metodológica)*, 5.^a ed. atualizada, São Paulo, Companhia Editora Nacional; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1978, Cap. 13 («Crítica de textos e a edição de documentos históricos»), pp. 378-404.

P.^e Avelino de Jesus da COSTA, *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, 3.^a ed. muito melhorada, Coimbra, Instituto de Paleografia e Diplomática/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993.

Gabriel AUDISIO et Isabelle RAMBAUD, *Lire le français d'hier. Manuel de paléographie moderne XV^e-XVIII^e siècle*, 3^e éd. revue et augmentée, Paris, Armand Colin, 2005.

Notas de rodapé e referências

- Identificadas com algarismos indo-arábicos, as notas de rodapé devem ser escritas em letra de tamanho 10 e espaço simples.
- Fontes e documentos inéditos referem-se de acordo com os critérios que a seguir se utilizam:

a) primeira ocorrência:

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO [ANTT], *Instrumentos de Descrição*, Liv. 399 (Chancelaria da Ordem de Cristo).

BIBLIOTECA DA AJUDA [BA], Cód. 54-VI-1 a 5 («Catálogo de marcas de água consoante os documentos existentes na Biblioteca da Ajuda», de Jordão Apolinário de Freitas).

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL [BNP], *Reservados*, Cód. 864, fls. 302-304 (Lista do auto da fé celebrado na Igreja de Santo Antão de Évora, 26 de Janeiro de 1716). [Consultado em 20/03/2012]. Disponível em http://purl.pt/15393/2/cod-864/cod-864_item2/index.html.

ARCHIVIO SEGRETO VATICANO [ASV], *Archivio Consistoriale*, Acta Camerarii, Vol. 9, fl. 63.

HISTORICAL ARCHIVES OF GOA [HAG], *Monções do Reino*, n.º 6-B, fl. 27 (Carta do rei [Filipe II] para o vice-rei, D. Martim Afonso de Castro, Lisboa, 23 de Março de 1605).

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO [AHU], *Conselho Ultramarino*, São Tomé, Cx. 14, doc. 1 (Ofício do capitão-mor Vicente Gomes Ferreira, para o Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, Martinho de Melo e Castro, São Tomé, 26 de Fevereiro de 1772).

b) ocorrências seguintes:

BA, Cód. 54-VI-2, fl. [8].

BNP, *Reservados*, Cód. 864, fl. 303.

HAG, *Monções do Reino*, n.º 6-B, fl. 27.

AHU, *Conselho Ultramarino*, São Tomé, Cx. 14, doc. 1.

- As referências bibliográficas dispõem-se nos rodapés, respeitando os critérios plasmados nos seguintes exemplos:

a) primeira ocorrência:

J. P. Oliveira MARTINS, *Portugal em África*, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1891.

José Júlio RODRIGUES, *Les colonies portugaises*, Lisbonne, Imprimerie Nationale, 1888 (Extrait des *Bulletins de la Société Royale de Géographie d'Anvers*).

Gilberto FREYRE, *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, 25.ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1987.

C. R. BOXER, *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*, [2nd ed.], Manchester, Carcanet/Calouste Gulbenkian Foundation, 1991.

C. R. BOXER, *Fidalgos no Extremo Oriente 1550-1770. Factos e Lendas de Macau Antigo*, trad. Teresa e Manuel Bairrão Oleiro, Macau, Fundação Oriente/ Museu e Centro de Estudos de Macau, 1990, pp. 10-21.

Francisco BETHENCOURT e Kirti CHAUDHURI (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 1 («A Formação do Império, 1415-1570»), [Lisboa], Círculo de Leitores, 1998.

A. J. R. RUSSEL-WOOD, «Men under stress: the social environment of the *Carreira da Índia* (1550-1750)», in Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro (eds.), *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, 1985, pp. 19-35.

Jean AUBIN, «Un Voyage de Goa à Ormuz en 1520», *Modern Asian Studies*, Vol. 22, N.º 3 (1988), pp. 417-432.

Jean AUBIN, «Deux Chrétiens au Yémen Tāhiride», *Journal of the Royal Asiatic Society*, Third Series, Vol. 3, N.º 1 (April, 1993), pp. 33-52.

Fernando BOUZA ÁLVAREZ, «Entre dos reinos, una patria rebelde. Fidalgos portugueses en la Monarquía Hispánica después de 1640», *Estudis: Revista de historia moderna*, n.º 20 (2004), pp. 83-104. [Consultado em 20/03/2012]. Disponível em <http://centros.uv.es/web/departamentos/D235/data/informacion/E129/PDF118.pdf>

b) ocorrências seguintes:

J. P. O. MARTINS, op. cit., pp. 117-120.

F. BETHENCOURT e K. CHAUDHURI (dir.), op. cit., Vol. 2, p. 203.

A. J. R. RUSSEL-WOOD, art. cit., p. 20.

F. BOUZA ÁLVAREZ, art. cit., p. 90.

G. FREYRE, op. cit., *passim*; C. R. BOXER, *Fidalgos*, cit., p. 39, e J. AUBIN, «Deux Chrétiens», cit., pp. 30-31.

- No fim dos artigos, deve figurar a relação integral da bibliografia citada, disposta alfabeticamente pelos apelidos dos autores.

GUIDELINES FOR THE PREPARATION AND SUBMISSION OF MANUSCRIPTS

Submission and formatting: general guidelines

- All manuscripts should be submitted by e-mail to the AHAM (anais.cham@fcsh.unl.pt) in Microsoft Windows or compatible files. The text should be written on A4-size pages with 2.5-cm margins, using double-spaced Times New Roman, size 12 pt.
- Submissions should be sent without any authorship marks, together with an abstract of up to 100 words in Portuguese and English, four to six keywords in the same languages, and a brief CV with up-to-date professional and e-mail addresses in a separate file.
- The subtitles of the divisions of the text should be written in bold.
- The use of italics is limited to foreign words or phrases and to highlights in quotations.
- Whenever needed, authors should provide with their texts the appropriate software for reading other alphabets or diacritic signs.
- Graphs and images should be submitted in separate files (JPEG, GIF or TIF format) and in high resolution (minimum 200 dpi).
- Tables, graphs, and figures should be numbered, have a title, and if applicable, have their source clearly indicated.
- The place where all graphs, tables and images are to be inserted should be indicated in the text.
- It is solely the authors' responsibility to get all the necessary authorisations required by copyright law for the use of images.

Languages and style

- Only submissions written in Portuguese, Spanish, French, or English will be considered for publication.
- Standard spelling and the most appropriate style should be used for each of the languages of publication.
- The spelling of given names and surnames of European origin should be modernised when mentioned in the body of the text.
- In each case, the recommended type of quotation marks (angle quotes, double quotes, or single quotes) varies with the language used. In texts written in Portuguese, AHAM generally recommends the use of angle quotes or French quotation marks (« »), along with double quotes or inverted commas (") when there is a quotation within a quotation.

Quotations

- Up to three lines, quotations are included in the body of the text inside quotation marks. With a greater length, they are set off in a separate paragraph and written in single-spaced Times New Roman, size 11 pt, with a 1.24 cm left margin and no quotation marks.
- The introduction of words or phrases inside quotations is placed inside square brackets ([]).
- The elimination of words or phrases from quotations is marked with ellipsis inside round brackets.

- Quotations in foreign languages should be presented in the original, and only translated to the language of the text in a note if the original is not in one of AHAM's languages of publication (Portuguese, Spanish, French, or English).

Transcription of manuscripts

- Authors could either strictly respect the spelling of manuscript texts, modernise it, or adopt an intermediate approach, mentioning the transliteration rules.
- We recommend that authors refer to one or more sources on this subject. For instance:

Walter W. GREG, "The rationale of copy-text", in J. C. Maxwell (ed.), *The Collected Papers of Walger W. Greg*, Oxford, Clarendon Press, 1966, pp. 374-391.

José Honório RODRIGUES, *Teoria da História do Brasil (Introdução Metodológica)*, 5.^a ed. atualizada, São Paulo, Companhia Editora Nacional; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1978, Cap. 13 ("Crítica de textos e a edição de documentos históricos"), pp. 378-404.

P.^e Avelino de Jesus da COSTA, *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, 3.^a ed. muito melhorada, Coimbra, Instituto de Paleografia e Diplomática/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993.

Gabriel AUDISIO et Isabelle RAMBAUD, *Lire le français d'hier. Manuel de paléographie moderne XV^e-XVIII^e siècle*, 3^e éd. revue et augmentée, Paris, Armand Colin, 2005.

Footnotes and bibliographical references

- All footnotes should be written in single-spaced Times New Roman, size 10 pt, and numbered consecutively (1, 2, 3, etc).
- Unpublished sources and documents are referred to according to the following criteria:

a) First reference:

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO [ANTT], *Instrumentos de Descrição*, Liv. 399 (Chancelaria da Ordem de Cristo).

BIBLIOTECA DA AJUDA [BA], Cód. 54-VI-1 a 5 ("Catálogo de marcas de água consoante os documentos existentes na Biblioteca da Ajuda", de Jordão Apolinário de Freitas).

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL [BNP], *Reservados*, Cód. 864, fls. 302-304 (Lista do auto da fé celebrado na Igreja de Santo Antão de Évora, 26 de Janeiro de 1716). [accessed 20/03/2012]. Available http://purl.pt/15393/2/cod-864/cod-864_item2/index.html.

ARCHIVIO SEGRETO VATICANO [ASV], *Archivio Consistoriale*, Acta Camerarii, Vol. 9, fl. 63.

HISTORICAL ARCHIVES OF GOA [HAG], *Monções do Reino*, n.º 6-B, fl. 27 (Carta do rei [Filipe II] para o vice-rei, D. Martim Afonso de Castro, Lisboa, 23 de Março de 1605).

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO [AHU], *Conselho Ultramarino*, São Tomé, Cx. 14, doc. 1 (Ofício do capitão-mor Vicente Gomes Ferreira, para o Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, Martinho de Melo e Castro, São Tomé, 26 de Fevereiro de 1772).

b) Subsequent references:

BA, Cód. 54-VI-2, fl. [8].

BNP, *Reservados*, Cód. 864, fl. 303.

HAG, *Monções do Reino*, n.º 6-B, fl. 27.

AHU, *Conselho Ultramarino*, São Tomé, Cx. 14, doc. 1.

- Bibliographical references are presented in footnotes respecting the criteria illustrated in the following examples:

a) First reference:

J. P. Oliveira MARTINS, *Portugal em África*, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1891.

José Júlio RODRIGUES, *Les colonies portugaises*, Lisbonne, Imprimerie Nationale, 1888 (Extrait des *Bulletins de la Société Royale de Géographie d'Anvers*).

Gilberto FREYRE, *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, 25.ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1987.

C. R. BOXER, *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*, [2nd ed.], Manchester, Carcanet/Calouste Gulbenkian Foundation, 1991.

C. R. BOXER, *Fidalgos no Extremo Oriente 1550-1770. Factos e Lendas de Macau Antigo*, trad. Teresa e Manuel Bairrão Oleiro, Macau, Fundação Oriente/Museu e Centro de Estudos de Macau, 1990, pp. 10-21.

Francisco BETHENCOURT e Kirti CHAUDHURI (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 1 ("A Formação do Império, 1415-1570"), [Lisboa], Círculo de Leitores, 1998.

A. J. R. RUSSEL-WOOD, "Men under stress: the social environment of the *Carreira da Índia* (1550-1750)", in Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro (eds.), *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, 1985, pp. 19-35.

Jean AUBIN, "Un Voyage de Goa à Ormuz en 1520", *Modern Asian Studies*, Vol. 22, N° 3 (1988), pp. 417-432.

Jean AUBIN, "Deux Chrétiens au Yémen Tāhiride", *Journal of the Royal Asiatic Society*, Third Series, Vol. 3, N° 1 (April, 1993), pp. 33-52.

Fernando BOUZA ÁLVAREZ, "Entre dos reinos, una patria rebelde. *Fidalgos portugueses* en la Monarquía Hispánica después de 1640", *Estudis: Revista de historia moderna*, n.º 20 (2004), pp. 83-104. [accessed 20/03/2012]. Available <http://centros.uv.es/web/departamentos/D235/data/informacion/E129/PDF118.pdf>

b) Subsequent references:

J. P. O. MARTINS, op. cit., pp. 117-120.

F. BETHENCOURT e K. CHAUDHURI (dir.), op. cit., Vol. 2, p. 203.

A. J. R. RUSSELL-WOOD, art. cit., p. 20.

F. BOUZA ÁLVAREZ, art. cit., p. 90.

G. FREYRE, op. cit., *passim*; C. R. BOXER, *Fidalgos*, cit., p. 39, e J. AUBIN, "Deux Chrétiens", cit., pp. 30-31.

- All works cited should be listed alphabetically by the authors' surname at the end of the manuscript.

FORMULÁRIO DE ASSINATURA / COMPRA
(PURCHASE / SUBSCRIPTION ORDER)

Assinatura (Subscription) :

Desde (Since) :

Ano (Year) _____ / Volume (Issue) _____, inclusive.

Custo promocional da assinatura (Promotional subscription rate) :

3 Anos / 3 Volumes (3 Years / 3 Issues): 40€ (+ 10€ for postage cost for Foreign Countries)

Compra de números avulsos (Order of separated issues) :

Anos (Years) / Volumes (Issues) _____

Custo de números avulsos (Cost for separated issues) :

1 Volume (1 Issue) – 15€ (+ 5€ postage cost, for Foreign Countries)

Forma de pagamento (Way of payment) :

Transferência bancária para a conta do CHAM indicando o nome no acto da transferência
(Bank transfer to the account of CHAM with personal identification) :

NIB: 003300000020293573805 (a partir de Portugal)

IBAN: PT50 0033 0000 0020 2935 7380 5 (from Foreign Countries)

SWIFT: BCOMPTPL

Conta: Banco Comercial Português, S.A.

Dados pessoais / Identification :

Nome (Name): _____

Morada postal (Postal adress): _____

E-mail: _____ Tel. : _____

Envie este formulário com documento comprovativo da transferência para
(Send this form with certificate of bank tranfer to) :

E-mail: cham@fcsh.unl.pt

ou (or)

Anais de História de Além-Mar / CHAM

Av. de Berna, 26-C

1069-061 Lisboa – Portugal

PERMUTAS (EXCHANGE OF PUBLICATIONS)

Para Permutas queira enviar uma proposta para alexandra.campos@fcsh.unl.pt.

(For an **Exchange of Publications** please send proposal to alexandra.campos@fcsh.unl.pt.)



